FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
ESCOLA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DE EMPRESAS
CENTRO DE FORMAÇÃO ACADÊMICA E PESQUISA
CURSO DE DOUTORADO EM ADMINISTRAÇÃO

AUTODETERMINAÇÃO LOCAL E DESENVOLVIMENTO:
Uma Análise da Dinâmica Social no Município de São Roque de Minas

TESE DE DOUTORADO APRESENTADA À ESCOLA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DE EMPRESAS DA FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS PARA A OBTENÇÃO DO TÍTULO DE DOUTOR EM ADMINISTRAÇÃO.

RODRIGO GAVA

Rio de Janeiro
2009

Livros Grátis

http://www.livrosgratis.com.br

Milhares de livros grátis para download.

DEDICATÓRIA

Esta tese é especialmente dedicada ao meu pai.
Minha memória é plena de sua presença. Levo-te comigo; sempre.

À minha mãe, pela incondicionalidade de teu amor.

Ao meu filho. Permanente inspiração. Amor mais profundo.

À Tatiana, por trazer tanto encanto a minha vida, como nunca antes. Te amo!

Aos meus irmãos Cristiane, Ary e, especialmente, ao Walderson.

AGRADECIMENTOS

A tese é de minha autoria, mas resulta de um intenso e compartilhado trabalho de muitas pessoas. Além delas, destaco também apoios institucionais fundamentais para sua conclusão. Nesse sentido, agradeço:

Ao Prof. Dr. Marcelo Milano Falcão Vieira, orientador acadêmico decisivo ao refinamento e conclusão da tese. Meus agradecimentos pela oportunidade de trabalho e pela confiança demonstrada a cada reunião de orientação.

Ao Prof. Dr. José Antônio Puppim de Oliveira, pelo início da orientação e cuja curiosidade sobre o que acontecia na pequena cidade mineira me despertou para a pesquisa da tese.

Aos colegas do doutorado. Especialmente aos da turma de 2005 e aos que mantive contatos quase diários na sala dos doutorandos, dentre os quais destaco o Take e o Bill.

Aos professores da EBAPE. Além dos já citados acima, tenho especial agradecimento aos Professores Doutores Eduardo Ayrosa, Paulo Emílio, Roberto Guimarães, Hermano, Paulo Figueiredo e à Sônia Fleury. Especiais agradecimentos também ao pessoal da logística do quinto andar, sob a chefia de Joaquim; a Joarez e José Paulo, da CEFAP e à Cordélia, da Secretaria Acadêmica. Em especial, deixo agradecimentos à Vânia Mattos da Silva.

Aos colegas do Departamento de Administração da UFV, professores e funcionários, pelas manifestações de confiança e incentivo.

À Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getulio Vargas, pela oportunidade em poder aprofundar meus estudos e aos apoios concedidos na divulgação de meus trabalhos durante o treinamento.

À Universidade Federal de Viçosa, pela oportunidade de trabalho e estrutura disponível para meu desenvolvimento profissional.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) que, por meio da concessão da Bolsa de Auxílio PICDT, viabilizou meu treinamento.

À Sec Jr, pela dedicação e esmero na correção final da redação da tese, especialmente a Midhyã, Luana e à Prof[a]. Ana Carolina.

Por fim, mas jamais por descrédito, um forte agradecimento a Fernando Frederico da Silva, do Departamento de Marketing e Comunicação Social da Saromcredi, cujo esforço em reunir dados secundários foi decisivo e indispensável à conclusão da tese. Em nome de quem agradeço a todos da Saromcredi e de São Roque de Minas, pelo acolhimento que recebi.

RESUMO

As políticas de desenvolvimento no Brasil têm sido primordialmente organizadas por tradição centralista, privilegiando territórios com capacidades de retorno mais altas aos investimentos. Resulta uma ocupação fragmentada do território brasileiro e a desigualdade nas condições de vida de locais que não apresentam riquezas a serem exploradas ou uma posição privilegiada à logística produtiva de grande porte. A estrutura produtiva continua fortemente embasada na agricultura de larga escala e o parque industrial extremamente concentrado. Na discussão proposta, busquei contribuir para a superação das desigualdades da sociedade brasileira ao incorporar, na lógica do pensamento e da prática desenvolvimentista nacional, maior participação da população na dinâmica de desenvolvimento, quando sugiro o conceito de autodeterminação local. Nele, torna-se fundamental o papel do ator social, sustentado por sua legitimação frente ao sistema de atores e pela identidade local, cuja ação localmente autodeterminada pode vir a representar um alento à parte expressiva dos pequenos municípios de economias pouco dinâmicas. Realizada mediante ênfase qualitativa, priorizando dados coletados por entrevistas e observação, a pesquisa teve por objeto de estudo a relação entre a dinâmica social local e o desenvolvimento econômico e social de São Roque de Minas. Este município foi a principal fonte de observação e análise de um movimento que levou à criação de uma cooperativa de crédito que veio substituir a última agência bancária que deixou a cidade no contexto das desregulamentações e privatizações do início da década de 1990. Pela cooperativa foi possível dirigir um processo de desenvolvimento local, que apesar de trazer evidências de rompimentos com a prática dominante de desenvolvimento, passou a se expressar de modo continuísta. Pois, se representou um esforço de descentralização no planejamento e execução do desenvolvimento local, priorizando atividades produtivas com política de crédito facilitada, levando a uma maior endogeneização do sistema de decisões, acabou promovendo uma rearticulação produtiva típica de um capitalismo periférico, e não uma revolução burguesa. Limitando esse desenvolvimento ser mais amplo e sustentável a todas as camadas sociais deste espaço, pois é reincidente a priorização de investimentos em processos já dinâmicos e rentáveis ao capital, coincidentes com os interesses da burguesia local, que se afirma conforme o projeto acumula o retorno dos excedentes. Apesar do paradoxo Rompimento-Continuísmo, percebi, nesta cidade, avanços nas formas de impulso ao desenvolvimento local, embora o Estado deva reafirmar sua importância para a ampliação de condições e oportunidades produtivas além do que se predispõe fazer os agentes privados. Destaco a força da participação das pessoas em domínios antes dedicados exclusivamente ao Estado – as política públicas de desenvolvimento – cabendo aos atores político-administrativos das três esferas a ação conjunta no processo. Propus que esta iniciativa de desenvolvimento fosse entendida como uma autodeterminação local, ação coletiva da própria comunidade que se manifesta em condições de carência ou estagnação econômica, combinando esforços de interesse pessoal com outros de ordem social, que se relacionam e são sustentados pelo nível de identidade local existente entre os atores envolvidos. E que será força de transformação na medida em que estiver sustentada por interesses locais.

Palavras-chave: Desenvolvimento Local; Identidade Local; Autodeterminação Local.

ABSTRACT

The development politics in Brazil have been primordially organized by centralist tradition, privileging territories with higher capacity of return to the investments. It results on a fragmented occupation of the Brazilian territory and the inequality of life conditions of places that do not present either wealth to be explored or a privileged position for logistic operations necessary for the drainage of the great industrial production. The productive structure is still strongly based on the great scale agriculture and the extremely concentrated industrial park. In the proposed discussion, I have tried to contribute with the overcoming of inequalities in the Brazilian society when incorporating, in the thought logic and national developmental practice, bigger participation of the population in the development dynamics, when I suggest the concept of self-determination. In it, it becomes fundamental the role of the social actor, sustained by his legitimation before the system of actors and by the local identity, which locally self-determined action may start representing an encouragement to most of the small towns left on their own. The research, carried out through qualitative emphasis, prioritizing data collected through interviews and observation, had as object of study the relationship between the local social dynamics and the economic and social development of the city of São Roque de Minas, located in the state of Minas Gerais, Brazil. This town was the main source of observation and analysis of a movement that lead to the creation of a credit Cooperative which came to replace the last bank agency which left the town in the context of deregulations and privatizations in the beginning of the 90's. Through the coop it was possible to manage a process of local development that, despite bringing evidences of breaking with the development dominant practice, it started to express itself in a continuum way, for it represented an effort of decentralization in the planning and execution of the local development, prioritizing productive activities with policy of facilitated credit, leading to a bigger endogenization of the decision system, also promoting a typical productive rearticulation of a peripheral capitalism, and not a bourgeois revolution. What limits this development to be wider and more sustainable to all the social layers of this space, since it is recurrent the investments prioritization in processes that are already dynamic and profitable to the capital and coincident with the interest of the local bourgeois, which affirms itself according to the project and accumulates the surplus returns. Despite the Rupture-Continuity paradox, I realize advances in this city in the forms of impulse to the local development, where the State reaffirms its importance in prevailing the widening of conditions and productive opportunities as well as it predisposes to make the agents private. I highlight the effort of participation of the people in domains that were in the past only the State domain – the development public policies – fitting, to the political-administrative actors of the three spheres, the group action in the process. I have proposed that this development initiative is extended as a local self-determination, collective action of the community itself which manifests under either caring conditions or economical stagnation, combining efforts of personal interest with others of social order, which relate with each other and are supported by the local identity level that exist among the involved actors and which will be transformation stamina as it is sustained by local interests.

Keywords: Local Development; Local Identity; Local Self-Determination.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Municípios com os 10 maiores PIBs per capita – 2005 102
Figura 2: Curva de Lorenz do PIB, do valor adicionado da indústria no Brasil em 2005..... 106
Figura 3: Categorias de análise..... 150
Figura 4: Linha do tempo da presença de bancos com agências em São Roque de Minas.... 179
Figura 5: Evolução do número de cooperados da Saromcredi. 240
Figura 6: Momentos importantes no crescimento da Saromcredi entre 1991 e 2009 243
Figura 7: Evolução do volume de depósitos na Saromcredi. 246
Figura 8: Evolução do patrimônio da Saromcredi. 246
Figura 9: Evolução das operações de crédito na Saromcredi. 247
Figura 10: Número de habitantes de São Roque de Minas entre 1950 e 2005. 249
Figura 11: População ocupada em São Roque de Minas por setores econômicos (2000). 249
Figura 12: Rebanho bovino em São Roque de Minas. 250
Figura 13: Produção de milho em São Roque de Minas (ha). 251
Figura 14: Produção de café em São Roque de Minas (ton/côco)..... 252
Figura 15. Produto Interno Bruto - PIB – São Roque de Minas (1996-2006)..... 254
Figura 16. Taxa e média de crescimento do PIB: Brasil, Minas Gerais e São Roque de Minas. 255
Figura 17. Produto Interno Bruto (PIB) de São Roque de Minas e Piumhí (1998 a 2006).... 256
Figura 18. Receitas correntes do município de São Roque de Minas (2000-2003). 257
Figura 19. Receitas tributárias do município de São Roque de Minas (2000-2003). 258
Figura 20. Nível de renda domiciliar por faixa da população. 260
Figura 21. Índice de Gini. 260
Figura 22. Indicadores do IDH de São Roque de Minas 261

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Consumo de energia elétrica – São Roque de Minas (1997-2008) 253

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Principais produtos agrícolas produzidos em São Roque de Minas (2003).....252
Quadro 2. Resumo comparativo dos elementos norteadores da pesquisa.....302
Quadro 3. Relação dos entrevistados.....309

SUMÁRIO

I. INTRODUÇÃO 1

II. O DESENVOLVIMENTO NO ESPAÇO NACIONAL 14
2.1. A Teoria do Desenvolvimento Latino-Americano: esperanças e frustrações 17
2.1.1. Formação e desenvolvimento da visão estruturalista 22
2.1.2. Afirmação e questionamento da industrialização periférica 28
2.1.3. Novo impulso à industrialização, o livre mercado globalizado 34
Considerações Finais 43

III. O DESENVOLVIMENTO LOCAL E O SISTEMA ECONÔMICO E POLÍTICO MUNDIAL: NEOLIBERALISMO, GLOBALIZAÇÃO E O LOCAL COMO ESPAÇO DE ACUMULAÇÃO 47
3.1. Neoliberalismo, globalização e desenvolvimento 48
3.2. O renascimento liberal do desenvolvimento 52
3.3. A concepção neoliberal de desenvolvimento local 62
3.4. Argumentos em favor de outra abordagem de desenvolvimento local 72
3.4.1. Território e territorialidade 77
3.4.2. O local na prática política do desenvolvimento nacional 86
Considerações finais 92

IV. ARTICULAÇÕES NO LOCAL: DINÂMICA DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL 95
4.1. A condição herdada 98
4.2. Modernidade e identidades 109
4.2.1. Identidade nacional e identidade local 114
4.3. Poder local e a autodeterminação local 122
4.3.1. O ator social local 133
4.3.2. Autodeterminação como ação do ator social 139
Considerações finais 144

V. PAUTA DE ANÁLISE: A TRANSIÇÃO DO CAMPO TEÓRICO AO EMPÍRICO 147
5.1 A categoria de análise dinâmica de relações sociais. 152
5.1.1 A subcategoria sistema de atores 152
5.1.2. A subcategoria identidade local 158
5.2 A categoria de análise desenvolvimento. 161
5.2.1 A subcategoria desenvolvimento econômico e social 161
5.2.2 A subcategoria modos de desenvolvimento 162

VI. DA ESCASSEZ À ADUNDÂNCIA PELA AUTODETERMINAÇÃO LOCAL 165
6.1 Antecedentes: formas e ações no território de São Roque de Minas 167
6.1.2 Escassez e falência eminente em São Roque de Minas 172
6.1.2.1 A criação do Parque Nacional da Serra da Canastra 172
6.1.2.2 A liquidação da MinasCaixa 176
6.2 Superação da escassez e experiência de abundância: o sistema de atores do processo de desenvolvimento de São Roque de Minas 184
6.2.1 "Deixa esse rapaz fazer e ver no que dá": a elite dirigente e sua legitimação 186
6.2.2 O sistema de regulação: negociação onde só havia dependência 200
6.2.3 "O Bradesco, o Itaú, o Banco do Brasil são bombas de sucção": análise da capacidade da elite dirigente local na elaboração da resposta diferenciada 212
6.2.4 "A gente não é só passageiro dentro do trem": a elite dirigente e o ator político-administrativo 223
6.3 "Em vez de mudar de São Roque, nós resolvemos mudar São Roque": a identidade local como força de coesão e impulso ao projeto de futuro 234

VII. O DESENVOLVIMENTO DE SÃO ROQUE DE MINAS 239
7.1 As mudanças na Saromcredi 240
7.2 As mudanças em São Roque de Minas 248
7.3 O modo de desenvolvimento de São Roque de Minas 262

VIII. CONCLUSÃO: ROMPIMENTO E CONTINUÍSMO NA CONJUNÇÃO ENTRE A AUTODETERMINAÇÃO LOCAL E O DESENVOLVIMENTO DE SÃO ROQUE DE MINAS 268

IX. REFERÊNCIAS 281

APÊNDICE METODOLÓGICO 297
Sobre o processo de pesquisa social 297
Aspectos gerais do delineamento da pesquisa 299
Sobre a metodologia planejada e a empregada 301
As categorias de análise 303
Os procedimentos de coleta 305
Os procedimentos de análise 309

PREFÁCIO

Para a melhor compreensão do sentido e organização desta tese, dedico-me, neste momento, ao esforço de prefaciá-la. Minha intenção foi fazê-lo breve, buscando apenas antecipações ao significado geral do estudo e como foi feita a ordenação dos capítulos até a conclusão.

Inicialmente, destaco que o processo de investigação iniciou-se com minha ida a São Roque de Minas, e esta visita durou seis dias, em janeiro de 2007. Naquele momento, ainda não havia organização teórica prévia, somente a impressão de que um grupo de produtores de queijo teria impulsionado o desenvolvimento à cidade. Impressão logo desfeita, pois tal grupo caracterizava-se mais como uma mera aglomeração, sendo que o número de famílias rurais praticamente coincidia com o de unidades produtivas, sem que houvesse, necessariamente, qualquer tipo de organização entre os produtores ou mesmo troca de tecnologias e afins.

Logo percebi que o fenômeno que desencadeou o desenvolvimento estava relacionado a uma cooperativa de crédito fundada pelos moradores da cidade após o fechamento da MinasCaixa, então o único agente financeiro do município e que acabou sendo liquidada pelo Governo Federal, em virtude do movimento de privatização do sistema bancário nacional. A ostensiva neoliberal havia atingido São Roque de Minas e ameaçado o futuro da cidade.

Sob orientação do Prof. Marcelo, atentei-me para o fato de que o objeto ainda não estudado sobre as transformações da cidade era exatamente a dinâmica de relações sociais que as permitiu. Tratava-se, diretamente, de evidências circunscritas na temática do desenvolvimento, e este foi meu primeiro esforço teórico, sobre o qual privilegiei contribuições que têm a condição periférica no contexto teórico-empírico.

A análise do movimento da dinâmica social local passou a ser realizada pela curiosidade de melhor compreender o processo de rearticulação produtiva e o desenvolvimento da cidade. Assim, a referência foi construída não só a partir de uma primeira coleta de dados, como paralelamente a novas vivências empíricas, tanto em minha segunda viagem a São Roque de Minas, desta vez por aproximadamente quinze dias, em julho de 2008, quanto pelos sucessivos contatos feitos de forma contínua por telefone e e-mail, com pessoas que havia entrevistado ou com funcionários da cooperativa de crédito. A partir da segunda viagem à cidade, tive a oportunidade de coletar dados de forma mais organizada, resultantes do quadro de referência teórico que já se adiantara.

Dessa forma, foi marcante, em todo o momento da pesquisa, o estímulo das evidências empíricas e da formação de um quadro teórico que permitisse a compreensão da totalidade, ampliando a capacidade de captação da realidade, como sugeriu Santos (1996). Influência também mantida por Saquet (2007, p. 115), que a partir de Dematties destaca que “nada se pensa, se muda ou se faz, que não seja por meio da materialidade dos lugares”, uma vez que é nessa instância que se desenrolam as relações sociais, as representações conceituais e as iniciativas e os projetos de desenvolvimento local.

Alerto que procurei evitar, ao mesmo tempo, o apego a teses localistas e às receitas universais esperançosas de generalizações. Priorizei um foco que desse ao quadro teórico em construção maior relevância às pessoas, enquanto atores sociais articuladores de dinâmicas que possam resultar em formas distintas de organização do desenvolvimento.

Ressalto o emprego intenso do conceito de território. Nesse sentido, adianto que seu uso respeita a influência de Milton Santos, para quem a ideia de território parte da representação de Estado-Nacional, mas também alcança os limites dos fluxos e fixos de frações menores, ponto de partida para que eu admitisse a passagem da identidade nacional para o nível da dimensão local.

Tendo em vista essas observações iniciais, antecipo, nesse momento, um quadro geral da organização desta tese. Resgato contribuições que afirmam o Estado como regente do desenvolvimento, para, em seguida, mostrar o desmantelamento desse Estado desenvolvimentista pela ofensiva neoliberal, até chegar aos termos das ocorrências de São Roque de Minas, sugestivas de uma ativa expressão privado-desenvolvimentista. Apesar de suas limitações, trata-se de um movimento com mudanças efetivas, pois ocorreu num cenário pouco provável de se manifestar uma visão que permitisse ao pequeno município a pretensão de reger ou influenciar seu próprio destino. Afinal, um país com 5.564 municípios, uma política nacional de desenvolvimento que desconsidera a realidade local pode ser considerado uma heresia. Os planos nacionais de desenvolvimento fizeram-nos ter, em 2005, nos 10% dos municípios com maior PIB, uma geração de riqueza 24,6 vezes maior do que nos 50% dos municípios com menor PIB (IBGE, 2007d).

Portanto, na busca de promover um debate sobre iniciativas de desenvolvimento que pudessem trazer novas inspirações a mudanças no quadro que vinha sendo construído é que pretendi esta tese. Nesse sentido, optei por organizá-la em sete capítulos.

Seguindo a introdução (Capítulo Um), estruturei três capítulos voltados para a formação de um quadro teórico que relaciona o pensamento desenvolvimentista originado na

América Latina, especialmente a partir da Cepal (Capítulo Dois), o contexto e as influências do neoliberalismo – ao pensar o local como espaço de acumulação (Capítulo Três) - e as articulações que dinamizam a transformação social no espaço local, onde discuto a questão da modernidade, da identidade e do poder e autodeterminação local (Capítulo Quatro).

O segundo Capítulo, que recupera a contribuição cepalina, foi elaborado por dois principais motivos. Primeiro, por promover uma ruptura com a visão predominante, e segundo por compactuar com a permanência da situação de subdesenvolvimento. Um caminho que, de certa forma, guarda similaridades com a busca ao desenvolvimento em São Roque de Minas.

A teoria de desenvolvimento da Cepal ajudou a revelar que o pensamento sobre o desenvolvimento representava uma visão distorcida desse fenômeno, pois não adiantaria os países subdesenvolvidos apenas repetirem os passos dos países desenvolvidos para lograrem as condições econômicas e sociais destes últimos. Os dois tipos de países pertencem a um só movimento, sendo a condição subdesenvolvida uma condicionalidade ao grau de desenvolvimento dos países desenvolvidos. No entanto, para instruir os governos dos países subdesenvolvidos a promoverem seu próprio desenvolvimento, supervalorizaram o papel do Estado Nacional, dando-lhe a exclusividade da regência do desenvolvimento nacional. Papel que, na América Latina, foi adotado com destaque pelo Brasil por meio da industrialização. Mas, apesar do crescimento do parque industrial nacional, o resultado mais nítido foi o de sua concentração, assim como da renda, pelo território. Decorre desse contexto de heterogeneidade um permanente estado de dependência do planejamento estatal centralizado por parte de milhares de municípios brasileiros. Advém da organização da contribuição cepalina não só conceitos para a análise, como erros e acertos importantes para a mediação dos termos do desenvolvimento da cidade local de estudo.

O terceiro Capítulo representa uma dedicação em organizar uma referência sobre a formação e afirmação do neoliberalismo. Este fato tem relação direta com o Capítulo dois, na medida em que as políticas neoliberais significaram um reforço decisivo para o término da preocupação desenvolvimentista de longo prazo. Nestes termos, reforça um quadro de referência para a análise das evidências do local de estudo da tese, especialmente porque a sustentabilidade do desenvolvimento desse território ocorreu por decisões de médio e longo prazos e alento keynesiano.

Ajuda a justificar a elaboração da discussão do Capítulo três a busca pela compreensão do contexto que marcou o início do projeto de futuro definido pela elite dirigente, no começo

da década de 1990, e posicionar sua influência no pensamento sobre o desenvolvimento local por uma visão neoliberal.

O Capítulo que encerra o quadro teórico, o quarto, foi dedicado à articulação de elementos que possam condicionar movimentos políticos descentralizados, fundamentais na reorganização produtiva de territórios desinteressantes ao capital transnacional ou ao planejamento centralizado posto em prática no Brasil. Uma mudança de comportamento de atores que passaram de expectadores a protagonistas do desenvolvimento local. Minha intenção foi reunir conceitos que pudessem sustentar a ideia de autodeterminação local, como a identidade local, para ampliar as possibilidades de desenvolvimento a partir dos próprios municípios, sugerindo certa reorganização no modo de pensar e operar o cenário de tamanha heterogeneidade, como o brasileiro.

Ao fim da formação do quadro teórico, entendi que a dedicação a um capítulo sobre os procedimentos metodológicos adotados representaria uma interrupção ao raciocínio até então construído e uma perda da força de minha argumentação. Para contornar esse efeito, decidi intermediar a parte teórica e a empírica em um capítulo que constasse uma breve discussão das categorias de análise usadas na pesquisa, o que facilitaria a organização conceitual usada na observação e análise dos dados. Ou seja, pretendi oferecer uma passagem mais suave para a análise das evidências empíricas da tese.

Sem que possa ser percebido como uma ação de descrédito às indicações metodológicas, todos os passos dados para o desenvolvimento da pesquisa, assim como minha percepção sobre o processo de pesquisa social e as definições sobre a coleta e análise de dados, contrastadas perante o que foi planejado e empregado, constam no Apêndice Metodológico, ao fim da tese.

Assim, findo os capítulos teóricos e o que nomeei como “Pauta de análise: a transição do campo teórico para o campo empírico” seguem os dois capítulos de análise de dados e a conclusão.

No Capítulo seis, me voltei para a análise da dinâmica de relações sociais que se forma e impulsiona o desenvolvimento de São roque de Minas, cujas evidências são descritas no Capítulo sete, “O Desenvolvimento de São Roque de Minas”. Em seguida, a conclusão (Capítulo Oito), onde procurei deixar minha percepção sobre a relação entre a dinâmica social desenrolada na cidade e o desenvolvimento consequente, cujo título é “Conclusão: rompimento e continuísmo na conjunção entre Autodeterminação Local e o Desenvolvimento de São Roque de Minas.

I. INTRODUÇÃO

Neste estudo, analisei o desenvolvimento de um pequeno município a partir da dinâmica de relações sociais que levou a elite dirigente local a protagonizar um projeto de futuro que transformou a realidade de estagnação que marcava este espaço no início da década de 1990. Nesse sentido, os esforços por eles despendidos foram institucionalizados na formação de uma cooperativa de crédito que extrapolou seu papel como mero agente financeiro para assumir um que permitiu a rearticulação da estrutura produtiva local. Um movimento que se deu à revelia de apoio estatal, sendo marcante a iniciativa dos cidadãos como agentes ativos em dimensões normalmente atribuídas às políticas públicas de governo.

Com essa investida, busquei conjugar organizações produtivas, crescimento econômico e desenvolvimento social, porém, privilegiando um foco distinto da racionalidade de desenvolvimento que tem predominado no Brasil – de planificações estatais centrais, direcionadas a regiões já desenvolvidas e que, prioritariamente, privilegiam as grandes empresas. Um esforço de reflexão que possa referenciar novas formas de o Estado afirmar seu papel no desenvolvimento da sociedade, assim como para novas políticas públicas de desenvolvimento.

A pesquisa se insere dentre aquelas que buscam contribuir para a superação das desigualdades que marcam a sociedade brasileira, cuja dinâmica de desenvolvimento tem sido historicamente marcada por uma distribuição heterogênea de sua base produtiva. Sobre as quais se fazem consoantes o progresso técnico, o crescimento econômico, a distribuição de renda e riqueza, a divisão social do trabalho e a articulação política, conferindo à temática do desenvolvimento vigor sempre atual.

Como resultante modal deste processo histórico de construção social, que determina e dinamiza o capitalismo em território nacional, a dualidade, elemento fundamental para a compreensão da problemática desenvolvimentista brasileira. E apesar do vasto entroncamento teórico que marca essa temática, destaco, especialmente, alguns apontamentos de Furtado (2007) e Rangel (1957) para melhor postular meus argumentos introdutórios.

Em Furtado (2007), a dualidade se refere à estrutura produtiva, marcada pela convivência entre um setor de alta produtividade, ligado às exportações, e outro de subsistência, de baixa produtividade. Essa composição teria impedido o crescimento do mercado interno e influenciado decisivamente o desenvolvimento brasileiro, especialmente a baixa e desequilibrada capacidade de investimentos pelo vasto território nacional.

As contribuições de Furtado vão muito além da exploração do caráter dual de nossa sociedade, com destaque para as revelações sobre a relação dialética entre desenvolvimento e subdesenvolvimento. Justamente o sentido em que Rangel (1957) situa a dualidade brasileira, cuja manifestação não se refere, unicamente, à oposição de um setor capitalista e outro pré-capitalista, ou de um moderno e outro feudal. Para ele, não só teríamos uma coexistência dual de relações de produção historicamente defasadas em relação ao que passaram as sociedades europeias avançadas, mas que esse atraso é dependente das relações de produção existentes em países economicamente centrais. Ainda, que esse processo dual é encadeado por uma dinâmica que liga o pólo externo (relações de produção dos países centrais) ao interno (relações de produção nacional), formando uma relação de dependência do Brasil com sociedades mais avançadas (centros dinâmicos). O caráter dual e dependente da economia e da sociedade brasileira assume expressão dinâmica, com evidente origem exterior, com nosso desenvolvimento sendo originado a partir da realidade externa ao país. A contrapartida política dessa dinâmica se reflete nos pactos de poder que se formam em torno do Estado, pois "o Estado brasileiro não pode senão refletir a dualidade básica da economia e da sociedade" (RANGEL, 1962, *apud* BRESSER-PEREIRA, 2006).

Mas apesar de quase meio século de intenso debate no campo acadêmico e de muitas terem sido as políticas públicas de impulso à economia nacional, a questão do desenvolvimento permanece como pauta urgente. E parte significativa das razões é que, além de terem se mantido, as dualidades se agravaram; um movimento lento que vem se arrastando em nossa história, reforçando práticas na realidade nacional que permitiram a Martins (1994) ensaiar um "poder do atraso" como síntese.

E embora tenhamos tido, pela planificação e ação do governo central, grandes impulsos à industrialização, com a formação de empresas estatais e a atração de grandes multinacionais estrangeiras, impulsionando o parque industrial e a economia nacional, o quadro que se forma alcança de forma bastante desigual o território brasileiro. Poucas regiões acabaram concentrando a maioria dos investimentos – Sudeste, sendo que em qualquer desses espaços a mesma lógica desigual se dava em frações menores, com as cidades se contrapondo entre o moderno e o atrasado. O IBGE (2007a) ilustra essa realidade ao apontar que em 2000 apenas 51 (menos de 1%) municípios representavam a metade do PIB e 30,5% da população. O Sudeste, com apenas 10% dos municípios, gerava cerca de 40% mais riquezas que os 50% dos municípios com menor PIB (entre 2002 e 2005). Já os 1.371 municípios de menor PIB responderam por apenas 1% deste.

Sem me voltar para as várias concepções que abarcam as raízes e condicionantes do desenvolvimento capitalista brasileiro, o que por hora me interessa são suas expressões, em especial suas crises, e alguns de seus fatos geradores. Muitos dos quais essencialmente relacionados às transformações internacionais das últimas décadas.

A desregulamentação financeira ao fim dos anos 1970, a reorganização flexível[1] baseada em tecnologias informacionais, a supressão de limites comerciais e a ampla disseminação de um ambiente pró-mercado, que recomenda atuação coadjuvante ao Estado, formam um quadro[2] de crise que expõe os contrastes entre os padrões econômicos e sociais de locais, regiões e países. Torna-se ordem do dia para estes territórios a integração ou inserção aos ambientes mercadológicos, econômicos, financeiros e culturais internacionais, ou seja, a busca pela mais eficaz aderência à modernidade. Trata-se do que Santos (2000, p. 79) identifica como a proeminência de sistemas técnicos e de informação e a subversão do antigo jogo da evolução territorial. E, sobre a imposição de novas regras, "os atores mais poderosos se reservam os melhores pedaços do território e deixam o resto para os outros".

Reflexos desse quadro acabam se estendendo ao pensamento desenvolvimentista brasileiro. No entanto, a maior parte das discussões, e das decisões decorrentes, sobre a trajetória do desenvolvimento nacional acaba restringindo essas mudanças internacionais a um plano superficial. Tavares e Beluzzo (2002) notam a adesão brasileira ao processo de globalização com a mesma imprecisão que é peculiar ao termo; para eles um qualificativo vago que, apesar da disseminação alcançada, não teria sido compreendida antes de tão prontamente adotada. Neste caminho, consagra-se a estratégia neoliberal como via de alcance para a modernidade e superação das crises que se apresentavam ao mundo capitalista.

---

[1] Para Mattoso (1995), o aumento da mobilidade do capital internacional acirrou a competição inter-estatal, pressionando os governos a favorecerem modalidades de investimento consideradas mais atraentes segundo os padrões globais, modificando, igualmente, os próprios padrões produtivos (do *fordismo* ao flexível).

[2] Caracterizado como globalização, ao termo não devem estar associado a todos os males que venham se manifestar nos territórios, como as desigualdades de condições e reproduções, mas um movimento que, sobre as bases já instauradas, intensifica o poder dos atores que dinamizam a mecânica capitalista sem o necessário correlato distributivo. O alerta é para que, neste trabalho, a globalização não seja "o muro das lamentações sociais", pois "a ela se vem atribuindo todos os males das desigualdades, dos confrontos pela terra, pelo teto, pela justiça, pela distribuição de renda e pela exclusão social" (VIEIRA e VIEIRA, 2007, p. 21).

Intensifica-se, sobretudo na prática, uma visão de desenvolvimento marcada pela onipresente ideia de crescimento econômico[3], onde o que deveria ser meio se torna fim, e o que é central, periférico. No lugar de serem formuladas políticas com fins substantivos, como a melhoria das condições de vida, o bem-estar e o desenvolvimento humano, o que se nota é o alcance de objetivos marcados pela "lógica dos meios imposta pelo processo de acumulação comandado[4] por corporações transnacionais" (CTNs) (FURTADO, 2002, p. 36). Coerente com a dinâmica externa, a economia de mercado se expande para uma sociedade de mercado[5], tendo o predomínio econômico-financeiro como marca. Situação que tende a deslocar as forças sociais para uma posição subalterna, com modificações no papel do Estado.

Perspectivas de reversão desse quadro, quando aparecem, tendem a ser interpretadas como inócuas e fora de contexto. Termos chegado a uma sociedade como a que se apresenta parece ser, para muitos, uma passagem natural, como parte inexorável da evolução da vida em sociedade. Mas dada a "existência de uma densa e penetrante trama de relações econômicas, sociais, políticas, ideológicas e militares" (BORON, 2001, p. 39) que vem regendo a produção capitalista, a suposição de naturalidade[6] tem a ingenuidade como seu melhor adjetivo.

A posição da qual comungo e sobre a qual construirei os argumentos alinha-se com a de Boron (2001). Para ele, no capitalismo essa trama tem um movimento de retroalimentação com o modo de produção que lhe é próprio, que, assim, se universaliza e se torna histórico. E que as políticas de traços neoliberais, que se expandiram pelo mundo, precipitaram a mundialização capitalista de grande alcance geográfico. Ao mesmo tempo, tem sido intensa uma *práxis* política omissa, um desaparecimento do capitalismo da agenda pública. Ele teria sido absorvido como fenômeno natural, ou "uma cristalização de tendências inatas, aquisitivas e possessivas da espécie humana e não como uma criação histórica de classes e agentes

---

[3] Cujo principal termômetro, para Viveret (2006), é a soma auferida pelo produto interno bruto (PIB). Por esse indicador, o desenvolvimento econômico resulta da contabilização das atividades produtivas, comerciais e de serviços. Uma aritmética que não entende como negativa a contabilização das destruições, como os fluxos monetários gerados pela reconstrução de acidentes ambientais. Viveret (2006) ainda ressalta que as atividades voluntárias, inclusive as envolvidas com os mesmo acidentes, são desconsideradas. Nesse sentido, mesmo a prevenção se torna contraproducente, pois bloqueia, de antemão, o ciclo de destruição-reparações. Trata-se de uma concepção de mundo que se seduz mais pelas quantidades que pelas qualidades, baseado numa racionalização que privilegia a promoção de uma arena que se assemelha a um jogo de guerra (com ganhadores e perdedores) e não para estimular ações promotoras de jogos cooperativos (ganhadores/ganhadores).

[4] Milton Santos vai mais longe. Em entrevista concedida em 1998 afirma que "a política é feita pelas grandes empresas. Os políticos não fazem política, o aparelho de Estado não faz política, são porta-vozes".

[5] Como descrito por Polanyi[5] (1980, p. 243), "a verdadeira crítica da sociedade de mercado não é pelo fato de ela se basear na economia - num certo sentido, toda e qualquer sociedade tem que se basear nela - mas que a sua economia se baseava no auto-interesse".

[6] Situar essas transformações fora de seu contexto e determinação política significa simplificar e tornar inócuas discussões mais amplas e significativas envolvidas no processo.

sociais concretos movidos por interesses". O corolário seria óbvio, ao "naturalizá-lo, o capitalismo se torna invisível e, como não é possível vê-lo, não se pode discuti-lo" (BORON, 2001, p. 40). Ademais, o recente ressurgimento do capitalismo na agenda de preocupações, após a crise hipotecárias no EUA, vem sendo articulado muito mais em benefício de seu aprimoramento que sobre qualquer tipo de questionamentos das bases que garantem seu funcionamento atual.

Assim, à racionalização de prevalência técnica e mercadológica, à flexibilização produtiva, às divisões territoriais de trabalho e ao unilateralismo que marca as relações internacionais soma-se uma racionalização ortodoxa sobre o processo de desenvolvimento, o que dificulta a reversão do quadro de subdesenvolvimento de vários países. Pensamento que induz práticas políticas onde o desenvolvimento é visto como ocorrência natural de um encadeamento lógico cuja gênese estaria no desenvolvimento industrial e seu derrame último nos ganhos sociais, depois de disseminados os acúmulos econômicos.

Indiferente à referida lógica, as evidências empíricas (concentração de renda e exclusão social) desse modelo são suficientemente numerosas para se estabelecer um marco para seu questionamento, pois apesar de desejado ele, nem sempre trouxe os ganhos sociais esperados. O que não significa que tenha traído quem esperava por sua pujança econômica, dado que esta foi uma marca notória do crescimento de muitas regiões e países e, em muitos casos, da possibilidade de reversão de suas condições de atraso e superação de dependência econômica e tecnológica.

Mas a continuidade desse crescimento econômico ficou marcada pela desigualdade; endógena e exógena. Internamente, o enriquecimento dos empresários em detrimento dos empregados, externamente, de umas regiões em relação a outras, e, no geral, a concentração da riqueza, encerrando a suposição de uma linearidade evolutiva que flui na passagem do desenvolvimento econômico para o social. E apesar do desenvolvimento industrial também ter trazido postos de trabalho e estimulado a proliferação de novas empresas, a oferta variada de produtos e serviços à população e as soluções a problemas antes irreversíveis, acabou atraindo e iludindo[7] quem achasse que esses benefícios fluiriam por toda sociedade.

Apesar dos ganhos obtidos pelas nações que alcançaram, conjuntamente, padrões de desenvolvimento econômico e social, entendo como fundamental a identificação de formas de

[7] Um engano que já marca um terço da população urbana do mundo ou um sexto da população mundial, um bilhão de pessoas, que vive em favelas, conforme relatório das organizações das nações unidas (FERNANDES, 2006), que revela, ainda, que só no Brasil serão cinqüenta e cinco milhões já em 2020.

se pensar o desenvolvimento econômico e social por uma ótica menos excludente. No entanto, o crescimento industrial não é posto de lado. Ele continua sendo importante ao desenvolvimento de regiões e países, mas passaria a ser entendido de forma mais abrangente, o que inclui novas ações do Estado e novo foco para políticas públicas de desenvolvimento.

Para tanto, é preciso assimilar que sendo as empresas de grande porte importantes protagonistas no cenário político atual são os seus interesses que acabam sendo priorizados nas políticas de desenvolvimento industrial. E se o alcance global da força dessas sugere oportunidades para os pequenos empreendimentos (empresas de pequeno porte – EPPs[8]), ao ocuparem funções de apoio ou complementando o que fazem as grandes, também pode indicar uma redução de suas ações, dificultando sua capacidade competitiva em função das diferenças de economias de escala.

Contexto que coloca em dúvida o lugar que caberia aos pequenos empreendimentos. Seria possível sua inserção sustentável na economia mundial se as mesmas pressões sobre inovação e rapidez às demandas de mercado são impostas, seja por clientes finais – consumidores – ou por empresas, mesmo que, para tanto, partam de condições e recursos desiguais? Mais que isso, de que forma seria possível se articular um desenvolvimento que, ao mesmo tempo, fosse mais coerente com as capacidades e talentos (materiais e humanos) das diferentes regiões, localidades ou municípios, contribuindo, assim, no sentido de minimizar as dualidades do país? Questões consideradas nesta pesquisa, embora a problemática do desenvolvimento enseje muitas outras.

Antes de dar ao tema o recorte pretendido para seu aprofundamento, deixo alguns esclarecimentos sobre a noção de desenvolvimento que terei por referência. No geral, ele é articulado mais em função dos fins que os meios. Especificamente, se refere à alteração na estrutura de produção e demanda de determinado território que seja capaz de contribuir não só para o crescimento econômico, como também para diminuir a desigualdade e exclusão sociais e aumentar a distribuição de renda e melhorar as condições de vida das pessoas.

Dois pontos complementam o conceito. Na dimensão econômica, de que não se trata nem de uma pura aderência ao poder e capacidade do Estado em promover o crescimento, nem que está somente no mercado esta capacidade. E, na dimensão política, que o

[8] Delimito como foco as micro e empresas de pequeno porte (EPPs) sem ter em mente um compromisso com uma definição exata dessa classificação. Nesse ponto, o mais importante é ter em mente um tipo de empresa marcada pela informalidade, pela dificuldade de apoio e por ser assistida por agentes e instituições de forma indiferente a suas características idiossincráticas, como se fossem apenas grandes empresas em miniatura.

desenvolvimento não é um movimento de impulso único; i.e., se não é totalmente promovido pelo Estado, tampouco é uma responsabilidade única dos indivíduos. Trata-se de uma ação convergente, pois não adianta o governo fazer "coisas que os indivíduos já estão fazendo, e fazê-las um pouco melhor ou um pouco pior, mas fazer aquelas coisas que atualmente deixam de ser feitas" (Keynes, *apud* SCISÚ, DE PAULA, MICHEL, 2007, p. 507).

Assim, o desenvolvimento se materializaria de forma mais contundente desde que conte com a coordenação do Estado sobre os agentes econômicos e a garantia de liberdade de acesso e de oportunidade para a participação dos cidadãos nos centros de decisão no território nacional. E embora a ampla e diversa gama das potencialidades locais exija abordagens seletivas, a orientação que prevalece na promoção do desenvolvimento por parte do governo federal tende[9] a se dirigir a (e sofrer atração de) áreas potencialmente mais dinâmicas, capazes de gerar efeitos mais significativos sobre o resto da economia.

Buscando tornar mais plausível a investida que por hora apresento, a discussão nesta pesquisa tem o sentido da dimensão local do desenvolvimento. Ao deslocar a perspectiva para o município e seu entorno, assim como para as redes de relações que a partir e para ele se manifestam, espero que a racionalidade de desenvolvimento dominante possa ser pensada a partir de suas menores unidades federativas, espaço onde o cidadão tende a ser participativo.

Privilegiar a compreensão do processo de desenvolvimento em nível local significa, neste projeto, abrir espaço a uma perspectiva distinta da que predomina como referência à formulação de políticas de apoio ao desenvolvimento. Assim, mais que ver o crescimento econômico exclusivamente pela perspectiva da empresa (fundamento neoclássico), busco fortalecer um olhar que explora o envolvimento e a participação das pessoas na gestão racional dos recursos locais. Ao focar no espaço onde se efetiva a qualidade de vida das pessoas, torna-se mais palatável perceber a comunidade e suas iniciativas. Como nos casos das articulações de autodeterminação de estratégias de desenvolvimento local, onde se espera por maior participação direta das pessoas, "pois conhecem a realidade e a escala de decisão coincide com o seu horizonte de conhecimento" (DOWBOR, 2006b, p. 3).

[9] Embora tímidas, iniciam ações mais concretas no sentido inverso, como o projeto Política Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Local e o programa do governo federal Território da Cidadania (ver Dowbor, 2008).

O conceito de autodeterminação tem sido objeto de estudo mais freqüente quando associado ao tema da soberania nacional[10] e independência de um país frente a outros, pois a população tem direito de definir, independentemente de influências estrangeiras, a forma e o sistema de governo da nação. Assim, refere-se a um direito dos povos, consagrado na Carta das Nações Unidas e na Declaração dos princípios do direito internacional (GOFFREDO, 2006). Porém, além de sua referência ao campo do direito internacional (direito do Estado de ter o governo e as leis que bem entender sem interferência estrangeira) e de relações internacionais, o fato de ser articulado a partir dos princípios fundamentais dos direitos humanos lhe permite sustentar significados que ensejam a autonomia e o livre arbítrio do ser humano.

Buscando identificar o termo com as ocorrências que dinamizaram a organização produtiva e econômica local sem apoio estatal, a ideia de autodeterminação foi articulada menos pelos princípios jurídicos e mais no contexto de estudos histórico-econômicos. Se quando relacionado aos movimentos nacionais, a autodeterminação das nações significa a separação estatal das coletividades nacionais frente às estrangeiras, ou seja, a formação de um Estado nacional independente, na dimensão local seu emprego está voltado para um tipo de ação que parte da comunidade, quando se faz regente de sua própria organização econômica.

Pensar a autodeterminação como liberdade das pessoas na articulação de seu destino, pela percepção de pertencimento ao um grupo social, tornando-o antes protagonista que súdito, dá ao termo força para amparar interpretações de realidades alteradas a partir da própria articulação local, e não por impulsos de políticas de desenvolvimento nacional.

A aproximação do conceito de autodeterminação aos interesses analíticos desta pesquisa se justifica na medida em que o caso pesquisado representou a superação da condição de estagnação mediante um esforço incomum. Qual seja, um processo em que comunidade local, mesmo distante dos grandes centros da política e da economia do país, não se colocou como receptor passivo das decisões vindas do centro, o que tornaria o desenvolvimento algo que se esperar pacientemente. Daí pensar na conjugação de uma ideia de autodeterminação local.

Mas como dito antes, vislumbrar essa emancipação local como possível passo para melhores condições de vida não seria algo tão difícil não fosse a lógica que rege os fatores de produção e a racionalidade política que relacionam o local e o global.

---

[10] Nesse sentido, a autodeterminação é o direito que as populações de um determinado território que compõem um Estado-nação têm de se afirmarem perante as demais populações, ou seja, sua capacidade de autogoverno, quando tendem a ressaltar sua criação cultural e tradições, estimulando a expressão de uma racionalidade própria e de terem soberania.

Mais que antes, as oportunidades de produção de determinado local se tornaram flexíveis e globais, refletindo graus distintos de atratividade às organizações produtivas de outras regiões ou países. Assim, as potencialidades produtivas prévias de cada território se tornam estratégicas para que as mesmas se desenvolvam. E salvo casos marcados pela presença de condições naturais favoráveis à exploração lucrativa (recursos naturais abundantes, como petróleo, gás, minérios, etc.), o que destacar essas localidades como foco de investimentos será sua capacidade de organização favorável à reprodução de ganhos de outros (geralmente grandes) agentes capitalistas.

Nesse sentido, manifestam-se estratégias tipicamente mercadológicas agindo como forças de atração para grandes empreendimentos de fora da região, como o marketing de lugares e a guerra fiscal. Como a desregulamentação dos mercados nacionais acirra a concorrência interterritorial e internacional, essa reorganização produtiva pelos territórios acaba se dando nas formas de gestão da mão-de-obra, com grandes empresas transferindo tarefas gerais e desqualificadas às pequenas, usualmente sob precárias condições de trabalho (PINTO, 2006). Em muitos casos, muitas empresas acabam condenadas a funcionarem à mercê do interesse que vem de fora.

Torna-se fundamental promover uma discussão sobre a necessidade de se gerar mais espaços para que os municípios de pequeno porte, especialmente os geográfica e estrategicamente distantes dos interesses industriais ou de mercado de forma geral, tenham suas capacidades acionadas rumo ao desenvolvimento que lhes seja conveniente e potencialmente sustentável. E mesmo que raramente sejam alvo dos projetos do governo central ou estadual, assim como das iniciativas da grande empresa, o município continua sendo o bloco básico da construção do desenvolvimento de suas organizações produtivas. Uma lógica em que a racionalidade[11] desenvolvimentista nacional teria o fomento adicional de uma racionalidade do conjunto das unidades que o compõem; suas inúmeras e peculiares cidades. Sendo que o recorte espacial pretendido neste trabalho reforça um olhar sobre

[11] Como em Dowbor (2006a), Amorim (2006) também reforça esse tipo de argumento, deslocando a perspectiva do desenvolvimento comum a boa parte das pequenas cidades de países em desenvolvimento. Assim, seriam minimizadas as expectativas de reversão de condições de atraso pela chegada de alguma grande empresa (pública ou privada) à cidade, trazendo seu parque industrial, emprego e dinheiro.

organizações produtivas em pequenas cidades (menos de vinte mil habitantes[12] e não integradas a regiões metropolitanas) onde as grandes empresas não estão presentes com plantas industriais. Esta é a dimensão territorial deste esforço de tese.

Procurei, com a contextualização apresentada, ressaltar a dificuldade de se promover o desenvolvimento de pequenos municípios distantes dos interesses das grandes empresas ou dos grandes projetos públicos nacionais, especialmente frente ao cenário político e econômico que se instaura com o neoliberalismo (cujo período de estagnação econômica coincidiu com o momento da rearticulação produtiva do município em questão) e a globalização. Neste cenário, as estratégias de desenvolvimento[13] tradicionais têm sido tímidas ou ausentes.

Mas a compreensão das relações entre organizações produtivas locais e as grandes transnacionais deve ter a companhia de como as primeiras se inserem na cadeia internacional, assim como sua postura perante o local. Esse ponto adiciona relevância ao estudo na medida em que pretende estar atento ao erro de se focar no local (e suas organizações produtivas) de forma isolada, desconectada da condição nacional. Evita, assim, a retórica de sucesso nas relações comerciais internacionais de alguns empreendimentos produtivos, que operam seu crescimento com poucos reflexos no entorno espacial que os avizinham. Podendo contribuir para que sejam poupadas iniciativas que acabem, ao perceber casos de sucesso de uma empresa, impulsionando o acirramento das dualidades regionais do país (ver Brandão, 2004).

Na condição de principal fonte de observação e análise das questões levantadas está o município de São Roque de Minas (SRM). Localizado no oeste de Minas Gerais e historicamente marcado pela produção de queijos (queijo canastra), a cidade parece revelar uma reestruturação econômica com intensa relação da rede produtiva rural com a urbana, tendo por conseqüência um destacado desenvolvimento econômico.

---

[12] Para Oliveira (2006), nas cidades com menos de vinte mil habitantes (75% dos 5.561 municípios brasileiros) não é obrigatória a elaboração do plano diretor (OLIVEIRA, 2001b), tornando-as ainda mais frágil frente aos imprevistos da dinâmica política e econômica global. Mas, também, é onde se espera que seja mais fácil se perceber as iniciativas de organização dos arranjos. Nestas cidades, o emprego e a renda costumam se restringir ao setor público municipal e autarquias, à atividade agropecuária, ao turismo e a pequenos comércios/serviços. E por fim, mas ainda menos importante, é que "os territórios tendem a uma compartimentação generalizada, onde se associam e se chocam o movimento geral da sociedade planetária e o movimento particular de cada fração, regional ou local, da sociedade nacional" (SANTOS, 2000, p. 79-80).

[13] Julgo fundamental esclarecer que estudar e promover o desenvolvimento local não significa desconsiderar o papel do Estado. Ter o local como foco contribui a rearticulação produtiva e econômica desses territórios, mas continua sendo decisivo a coordenação dos movimentos locais numa dinâmica maior, tutelada pelo Estado, tendo em vista a pouca capacidade desses locais em influenciar, por exemplo, aspectos como a política macro-enonômica, que tanto impacto provoca na sustentabilidade dos negócios por todo o território nacional.

Ponto marcante para as mudanças está em 1991, quando políticas neoliberais, que intensificam as privatizações, fazem fechar última agência bancária[14] da cidade. A partir daí, seguiram a diminuição das atividades econômicas, da população e das esperanças de reversão do quadro. Os fluxos financeiros diminuem a um ponto de comprometer a vida na cidade, sem contar as dificuldades de não se ter onde pagar contas, como a de luz, ou descontar cheques. Aposentados e funcionários públicos também tinham que se deslocarem por sessenta quilômetros até a cidade mais próxima para acessar qualquer tipo de operações bancárias. Ao fazê-las, aproveitava para as compras do mês, ajudando a escassear, ainda mais, o comércio sanroquense.

Com iniciativas da própria população é criado um novo agente financeiro, que inicialmente foi usado para suprir a carência de um banco na cidade, mas que no tempo acabou dirigindo seu próprio desenvolvimento econômico e dinamizando ações sociais tipicamente esperadas aos atores político-administrativos, sejam ele do local ou extralocais. A partir daí o município passa a crescer a uma taxa média de 8.75%/ ano, pela a última medição do Banco Central, entre 1992 e 1999 (ALEMG, 2006), bem superior ao que foi a média nacional, cerca de 2% (BANCO MUNDIAL, 2006).

Partindo de princípios cooperativos e não só competitivos, o quadro começa a se reverter com a criação de uma Cooperativa de Crédito, que assume uma postura distinta do que tradicionalmente marca as instituições financeiras (como o banco que havia deixado a cidade). Além da taxa de juros inferior ao que supunha a lógica financeira reinante, as garantias exigidas eram condizentes com a capacidade de pagamento dos empresários locais (inclusive sem o emprego de moeda para o se saldar as dívidas, quando o pagamento se realizara com a produção agrícola dos cooperados). Algo só imaginado em ambientes que permitem proximidade e conhecimento entre os interessados. Assim, foi possível se promover a acumulação primitiva suficiente para a retomada de diversas atividades produtivas.

Como mola propulsora do crescimento do PIB figurou, principalmente, a agricultura, tendo a cultura de milho saltado de 1.600 hectares em 1991 para 6.000, em 2008, e a de café de 780 toneladas (café em coco) para 2.500, para o mesmo período. Ambas financiadas com auxílio direto da cooperativa de crédito (SAROMCREDI e CNM, 2009d).

---

[14] A relação da política neoliberal com o fechamento do banco em questão se refere à estratégia de privatização adotada pelo governo federal. O fechamento da agência se deu já sob a tutela do novo proprietário, o grupo privado Banco Itaú, que havia adquirido a MinasCaixa, na ocasião, o único banco do município (embora o Bradesco funcionasse na forma de um pequeno posto, praticamente para recebimento de contas de convênios). O Itaú entendeu São Roque de Minas como “praça não lucrativa” o suficiente para manter a agência.

Além da rearticulação produtiva que passa a se proceder nos arranjos produtivos rurais, especialmente no de queijo canastra, multiplicaram, inclusive pela participação popular, iniciativas em outras reorganizações. Foi o caso de escolas, de cooperações tecno-científicas com universidades, de sindicatos, de relações com cadeias de empresas globais, assim como de atividades privadas de serviços e turismo, ressaltando as potencialidades culturais do município. As mudanças promovidas na realidade de uma localidade condenada à própria sorte parecem revelar um caso contra pontual às políticas de desenvolvimento que privilegiam a organização estrutural propícia à grande industrialização, com valor secundário às pequenas empresas e pequenas cidades, principalmente as distantes de centros industriais. Mas apesar do PIB municipal ter passado de 17,6 milhões para mais de 61 milhões, entre 1996 e 2009, o Índice de Gini apresentou indicações de que esse crescimento manteve a ordem concentradora, como de praxe no Brasil, pois era de 0,45% em 1991, mas chega a 0,54% em 2000. Esse entroncamento que dá feições de continuísmo ao movimento de ruptura inicial promovido por parte da população esteve no centro do debate analítico da tese.

O foco sobre São Roque de Minas (desde a criação da cooperativa de crédito) se justifica, em termos teóricos e práticos, pelo fato da rearticulação[15] produtiva ter advindo de bases materiais locais potencialmente distintas do que é comum a outros municípios. Especialmente por ter se estabelecido de forma alheia ao que pressupõe a estrutura financeira e política prevalentes. Adicionalmente, a possibilidade de se ter esta cidade como evidência de rara recuperação da capacidade de desenvolvimento de uma pequena cidade distante das grandes regiões industriais. No entanto, resta um olhar mais penetrante sobre a **relação entre a dinâmica social local e o desenvolvimento econômico e social do município de São Roque de Minas, objeto de estudo** desta pesquisa.

Neste sentido, e com fins de facilitar a operacionalização da mesma, sintetizo o **problema** na forma da seguinte questão, **que dinâmica de relações sociais locais permitiu que o município de São Roque de Minas prosperasse rumo a um crescimento econômico superior à média nacional e a patamares de desenvolvimento pouco prováveis num contexto pautado pelo neoliberalismo?**

---

[15] Apesar de ter se tornado prerrogativa da esfera municipal a partir da Constituição de 1988, as políticas públicas voltadas ao desenvolvimento local ainda são parcas. Em São Roque, o ambiente macroeconômico não foi nada favorável ao município. Pois privilegiava o grande capital e a atividade especulativa, mantendo os juros altos e promovendo a abertura indiscriminada ao capital e à competição estrangeira, evidências típicas das observações de Boron, (2001), Sader, (2001), Chomsky, (2002).

Como referências, ou guias, ao prosseguimento de análise, defini algumas perguntas de pesquisa:

1. Quem são os atores sociais-chave no processo de retomada do desenvolvimento local?
2. Qual foi e como se procedeu a ação organizada para a rearticulação do desenvolvimento do município, o *projeto*, segundo Matus (1996)?
3. Como foram articuladas forças e recursos para a produção dos fatos necessários ao desenvolvimento do município (atração da coletividade)?
4. Que fatores foram os condicionantes mais significativos e a concepção de desenvolvimento (lógica, racionalização) que balizou a transformação da economia do município; enfatizando as iniciativas de autodeterminação e formação de organizações produtivas (isoladas ou em arranjos)?
5. O que dizer sobre o modo de desenvolvimento que vem se manifestando no município desde que a elite dirigente criou a Saromcredi?

Tendo em mente as dualidades e heterogeneidades nacionais, **a tese que pretendo defender é de que os níveis produtivos, econômicos e sociais dos municípios de pequeno porte do vasto território nacional seriam mais bem articulados a partir de uma perspectiva de desenvolvimento marcada por uma dinâmica de relações que favoreça a autodeterminação local**. Nesse sentido, deixa de ser iniciada e conduzida exclusivamente pelo eixo central de poder econômico e político do país e passa a também ser organizada em função da capacidade de autodeterminação local.

Embora a viabilidade de se disseminar ideias como as que aqui são apresentadas me pareça possível, mesmo num decurso lento, o importante, recuperando influência de Celso Furtado, é que o plano da discussão acaba ganhando maturidade sempre que se desloca a premência da viabilidade econômica pela possibilidade de sua democratização. Pois, nas instâncias de negociação e poder, em que pesem pensamentos e políticas públicas de desenvolvimento, "o ponto de partida de qualquer novo projeto alternativo de nação terá que ser, inevitavelmente, o aumento da participação e do poder do povo nos centros de decisão do país" (FURTADO, *apud* TAVARES, 2000, p. 150).

II. O DESENVOLVIMENTO NO ESPAÇO NACIONAL

Buscando tornar mais hábil e robusto os esforços de observação e análise pretendidos para a elaboração desta tese, discuto os principais elementos que formam o quadro teórico-analítico do pensamento desenvolvimentista latino-americano, iniciado na década de 1950 na Comissão Econômica para América Latina[16] (CEPAL).

Considerando que a problemática da tese relaciona dinâmicas sociais com o desenvolvimento local, esta espacialidade deve estar contextualizada em um cenário geográfico, político e econômico generalizado. Um aceno de resgate ao mundo, ponto de partida e dimensão segura para reconstruções teóricas e práticas (SANTOS, 2007) que se pretendem distantes às reduções que fácil e, às vezes, inadvertidamente, fragilizam-nas. Dessa forma, resgatar ideias e práticas da Cepal significa ressaltar o esforço feito para situar o desenvolvimento latino-americano diante da dinâmica de relações de produção e circulação mundiais. Isto é, o pensamento cepalino foi aquele que tornou possível nos entendermos como uma nação inserida na dialética de desenvolvimento mais geral, articulado pelas nações centrais, o que estimulou iniciativas de organização de nosso crescimento.

No entanto, o projeto do desenvolvimento brasileiro e latino-americano tem sido colocado em prática sobre bases historicamente oligárquicas e tradicionalistas, fazendo-se extremamente centralizado e permitindo às tradicionais forças de poder se manterem inalteradas; uma herança que nem mesmo um líder de tradições esquerdistas e sustentado por significativo apoio de movimentos civis conseguiu romper. Dessa forma, o caráter restrito e hierárquico do planejamento e da execução do desenvolvimento nacional, intensificado e melhor amparado teoricamente a partir do pensamento cepalino, solidifica o que o objeto desta tese se opõe, por isso a importância de sua aclaração.

Ao considerar o desenvolvimento local, não pretendi apenas advogar contra a centralização excessiva, mas vislumbrar possibilidades de uma participação mais ativa da população, que historicamente se colocou como mera receptora dessas decisões. Uma centralização já culturalmente arraigada na sociedade e na política brasileiras, que, precipitadamente, permite a outros as principais decisões que nos afetam direta e diariamente.

---

[16] Criada em 1948, continua sendo assim chamada até 1984, quando incorpora o Caribe, passando a ser identificada como Comissão Econômica para América Latina e Caribe. Apesar da modificação, a sigla permanece como em sua fundação, Cepal (CEPAL, 2008).

Em síntese, sendo a temática do desenvolvimento uma categoria destacada nesta tese, é pela Cepal que ela se fez compreendida diante das forças de poder internacionais, assim como foi por meio desta que chegamos, ao mesmo tempo, a reforçar a tradicional estrutura de poder nacional, ensejando mais concentrações e planificações desenvolvimentistas, as quais contribuíram para inibir e manter afastada a população dos centros de decisão. Constituiu-se, portanto, em vias paradoxais, pois, se chega a romper com o pensamento dominante sobre o desenvolvimento, acaba permitindo novos acentos aos problemas antes manifestados. Sinalizo ainda que, por ter se apresentado e notabilizado pelas propostas prescritivas, a contribuição cepalina torna-se fértil aos que se voltam a questionamentos sobre o desenvolvimento latino-americano.

É assim que, a par das limitações, mantenho-me afinado com aqueles que entendem como fundamental a contribuição desta comissão para a história das ideias econômicas do continente, e as decorrências em termos de políticas de desenvolvimento[17]. Por isso, será nelas que iniciarei o marco de referência para a análise sobre o tema.

Embora as contribuições para a formação de uma referência teórica do desenvolvimento sejam muitas, o objetivo não é tecer uma completa revisão sobre todos os argumentos do amplo debate que cerca o tema. Deste modo, o produto teórico desta parte volta-se à experiência de desenvolvimento da América Latina, cujos autores basilares são, em sua maioria, latino-americanos, reforçando a perspectiva que avoca a nós os nossos problemas.

O estudo desta tese não prioriza, em profundidade, a questão do desenvolvimento e suas assertivas econômicas. Portanto, o debate será superficial, buscando apenas conjugar importantes fases e tendências que essa produção intelectual vem manifestando.

Embora haja resgates da contribuição cepalina que se organizam por uma evolução linear do tempo, geralmente afirmando-a em décadas, sua autoridade metodológica, como destaca Bielschowsky (1998), é independente do número de etapas em que possa ser dividida. Ademais, este autor ressalta que a modificação no tempo é a história real do objeto de análise, assim como o contexto ideológico no qual é gerado, o que exige o permanente matizar das ênfases e a renovação das interpretações, adaptando-os às novas contexturas históricas.

---

[17] Para Fiori (1990), o desenvolvimento latino-americano teria sido a realização do sonho de Prebisch e da Cepal, lutando contra os pensamentos ideológicos e econômicos internacionais desfavoráveis, apesar dos regimes de ditadura contemporâneos.

Ao resgatar a força do debate latino-americano sobre desenvolvimento, houve o esforço de permeá-lo, sempre que necessário, com postulados que o estruturalismo histórico cepalino desconfiava serem incapazes de sustentar o planejamento do desenvolvimento do continente. Perceber a distinção do pensamento econômico da Cepal, frente ao que propunham os princípios econômicos vigentes, é a grande justificativa para organização desse capítulo[18]. Isso porque a teoria econômica de então não acomodava as distinções que marcavam a realidade dos países em condições de industrialização, distribuição de renda e qualidade de vida de níveis baixos. Os principais representantes dessas insuficiências foram os economistas da tradição neoclássica, mas a desconsideração da condição periférica na temática do desenvolvimento por parte do pensamento marxista[19] também ajudou a sustentar a organização teórica inicial de Raúl Prebisch e seguidores, embora tenham interseções com este último.

Ao tratar dos elementos fundamentais do pensamento latino-americano sobre desenvolvimento, especialmente os que partiram da Cepal, procurei oferecer, para formar um ponto de partida, um panorama geral do pensamento prevalecente na teoria econômica geral até então, exposição que ajudou a referenciar a formação e o desenvolvimento da visão estruturalista desta Comissão. Em seguida, busquei resgatar questionamentos da industrialização como eixo central para a superação do atraso. É fundamental aos fins deste trabalho o ambiente de liberalização que marca a passagem dos anos de 1980 para os de 1990, assim como seu impacto nas propostas desenvolvimentistas da Cepal. Estes foram discutidos ao fim do capítulo, cujo encerramento recupera aspectos importantes do mesmo, quando busquei ressaltar não só o vigor, mas também a fragilidade do pensamento cepalino na busca por alteração do quadro de subdesenvolvimento periférico.

---

[18] Além destes argumentos, em tempos de ofensiva neoclássica, assim como de suas variantes, haja vista as recentes incursões neoliberais, é prudente atentar-se aos usos indevidos de termos e conceitos. Sob efeito de um costumaz ato de assepsia, os mesmos são constantemente descontextualizados, distorcidos (ao serem submetidos a determinados paradigmas) e classificados como Teorias Gerais.

[19] Como para os economistas clássicos, para os marxistas os países subdesenvolvidos seguem com atraso as mesmas trajetórias dos países avançados. Assim, é lógico e racional que a teoria econômica deva assumir, em suas análises, as instituições prevalecentes nos países desenvolvidos, deixando para o campo da "economia do desenvolvimento" as referências aos problemas econômicos e institucionais em áreas atrasadas (PATNAIK, 2005).

2.1. A Teoria do Desenvolvimento Latino-Americano: esperanças e frustrações

A economia do desenvolvimento[20] foi inicialmente identificada como uma área voltada para o desenvolvimento de países que se encontravam em condições de atraso, ou o estudo do crescimento econômico nos países pobres, como comentou Skidelsky (1999); um debate iniciado entre 1940-1950, para Herrera (2006), ou no pós-guerra, para Maluf (2000). Reforça essa demarcação a indicação de Escobar (1995), para quem os dez anos, de 1948 a 1958, marcam o surgimento e a consolidação da economia do desenvolvimento, cujo objeto era as economias subdesenvolvidas. Essa delimitação é bastante difundida, embora não possa ser impeditiva para que outras que tenham ocorrido anteriormente também sejam consideradas práticas desenvolvimentistas, como mostra a história econômica e política brasileira na década de 1930.

Ainda que seja uma disciplina recente, sua teorização na economia constitui notório objeto dos economistas neoclássicos. No centro do argumento dessa teoria econômica geral, está o fato de que o crescimento econômico gera efeitos benéficos a toda população de uma nação; um dinamismo possível a partir do efeito de vazamento do crescimento - *trickle-down effect of growth*.

Segundo este conceito, as políticas que fazem os ricos se tornarem mais ricos beneficiariam também o restante da população desta economia. Estendendo o raciocínio à questão territorial, as supostas desigualdades seriam abrandadas sempre que houvesse o crescimento da produção e da industrialização de uma área, pois promoveria “vazamentos” suficientes para a multiplicação de novos negócios e empregos e, assim, o dinamismo das demais regiões. Ou seja, a parte mais pobre poderia favorecer-se do crescimento da parte mais rica. Esse contínuo "gotejamento" dos benefícios auferidos pelos mais ricos, para os demais segmentos da sociedade, ganha reforço e ainda se vê em cena com a exacerbação da desregulamentação financeira que tem se intensificado desde a década de 1990. Embora

[20] Termo que poderá ser usado no lugar de teoria do desenvolvimento, sem que isso signifique uma mudança de sentido de meus argumentos. Ainda destaco que, apesar de a raiz do debate teórico sobre desenvolvimento ser a economia, ele não deixa de ser objeto de outras áreas. Este é meu caso, que a postulo por interesse e capacidade que não são os que tipicamente marcam os economistas, especialmente aqueles que defendem o monetarismo como forma de articulação do desenvolvimento. Em outro sentido, meu interesse firma-se na força das relações sociais e materiais que definem os heterogêneos espaços do território nacional, pois busco contribuir para a conquista de maior autonomia das sociedades locais nas decisões dos rumos de seus destinos. Assim como Saquet (2006), importo-me em defender não o fechamento de uma localidade com relação a seu exterior, mas estimular a capacidade autônoma de desenvolvimento de seus territórios, reconhecendo que se trata de uma resultante de processos de conflito, cooperação e competição, que são, ao mesmo tempo, coincidentes e recíprocos. Desse modo, seria central em minha análise a ação coletiva local traduzida em desenvolvimento.

aparente sentido teórico, esse conceito não resistiu ao teste dos fatos, deixando a população pobre sem amparo.

Assumir a industrialização como eixo do desenvolvimento, posição presente em toda produção cepalina, não representa em si um problema, senão uma limitação. Tornada símbolo do grau de emancipação e solidez das (consideradas) mais importantes regiões e países do mundo, a busca por torná-la real é que se mostra equivocada. A visão dominante forma a ideia de que bastaria industrializar algumas regiões que os ganhos logo abrangeriam outras e as camadas sociais. Mas, como viria a ser percebido pelos próprios cepalinos, mesmo com a industrialização, não só os ganhos ficaram retidos à própria elite industrial (minimizando o gotejamento para outras regiões e camadas sociais) como esse movimento sedimentou uma ideologia modernizadora essencialmente vinculada a uma ideia de valor como o de mercado[21]. Assim, ficariam em segundo plano os recursos ecológicos, humanos, cognitivos, simbólicos e culturais de cada uma das regiões do globo. A industrialização, além de solução, tornou-se a aflição da sociedade moderna, dado os avanços indiscriminados sobre a natureza e os direitos civis, para destacar os de maior impacto.

No lugar da dissipação dos benefícios, os reforços que recentemente vimos desenrolar, da investida neoliberal para a liberalização econômica e financeira, promoveram uma concentração ainda maior de renda e os mais elevados níveis de desigualdade social de toda a História. Até mesmo em um dos países símbolo do impulso liberalizante, os EUA, como atesta Dieguez (2008), ao analisar manifestações da crise que atualmente abala o sistema econômico mundial, cujo epicentro é os EUA. Dieguez (2008) foca nos impactos da crise sobre emprego, salário e qualidade de vida, e percebe que há, nos EUA, “cerca de 37 milhões de pessoas vivendo abaixo da linha oficial de pobreza [...]. Destes, 15,6 milhões vivem na chamada "pobreza extrema", que significa ter menos da metade da renda dos pobres. Entre pobres e miseráveis, lá se vai 10% da população norte-americana”. Lembra ainda, um agravante: a pobreza vem atingindo principalmente os mais jovens, pois já são 13 milhões deles com menos de 18 anos na faixa da pobreza, ou uma a cada seis pessoas[22].

De fato, talvez essa precipitação da teoria econômica seja causada, e ainda percorra nossos dias, por ter dominado na economia a vertente que a entende como uma ciência

---

[21] Levitt (2005) resgata Polanyi (1980) para ressaltar que lucros e mercados nunca antes foram princípios organizadores centrais da vida econômica da sociedade, evitando assumi-los como intrínsecos à vida social.

[22] Dieguez (2008) afirma que a linha oficial da pobreza corresponde àqueles que vivem com renda anual de menos de 20 mil dólares, para uma família de quatro pessoas, ou menos de 16 mil dólares, para uma família de três.

puramente abstrata, uma vez que “desde Ricardo seu objetivo se tem praticamente limitado ao estudo da repartição do produto social”, como nos alertou Furtado (1963, p. 20). No âmbito destes argumentos, Furtado (1985) relembrou a importância da participação de Ragnar Nurkse, uma vez que este chamou a atenção para a questão do subdesenvolvimento, ao afirmar que “rompia-se o diálogo de surdos: deixávamos de lado as caixas vazias das teorias puramente dedutivas para abordar a realidade do subdesenvolvimento de um ângulo teórico” (FURTADO, 1985, p. 149).

Para Furtado (1963), a insistência dos economistas neoclássicos, argumentando em prol da teoria econômica geral, voltada essencialmente à administração da produção, fez com que a teoria do desenvolvimento fosse entendida como um fator macroeconômico da produção, pois focava na produtividade social. Isso significa que seu foco era o “produto total por unidade de tempo de ocupação da força de trabalho de uma coletividade” (FURTADO, 1963, p. 25). Este seria, então, o caminho para entendermos como a teoria do desenvolvimento foi, por estes estudiosos, enquadrada como uma teoria econômica geral. Por este raciocínio, ao administrar uma teoria das variações da produção no longo prazo, os economistas estariam, automaticamente, subadministrando as bases de uma teoria do desenvolvimento econômico[23].

Outro ponto importante diz respeito ao desencadeamento esperado como natural do crescimento econômico em desenvolvimento, posição que não é exclusividade dos economistas ortodoxos. Bielschowsky (2005, p. 2), por exemplo, chega a assumir o pensamento sobre o desenvolvimento econômico “como aquele que se ocupa dos processos de transformação econômica resultantes de investimento e progresso técnico, que provocam redução da pobreza e, às vezes, melhoria da distribuição de renda”. Mas como chegar à redução da pobreza e à melhoria da condição de vida da maioria das pessoas se, mesmo com o aumento do progresso técnico e a intensificação da economia, não houve modificações sociais significativas?

Imbuído pela tendência de enxergar o desenvolvimento para além de sua dimensão estritamente econômica, que o articula a partir do impulso ao crescimento da produção industrial – base operativa de um suposto movimento natural que leva à melhoria da condição de vida das pessoas –, faço ressalvas sobre o pensamento cepalino que, ao fim do capítulo, espero poder somar aos argumentos para a edificação da autodeterminação local.

---

[23] Furtado (1963) sugere, então, verificar o espaço dedicado por Adam Smith aos problemas da produção.

Uma contrapartida mais completa escaparia à visão que reduz a teoria econômica e suas preocupações à questão distributiva da produção e privilegiaria uma perspectiva de sistema de produção, quando questões culturais e históricas levariam a mais cautela nas generalizações. Por esse motivo, Furtado (1963, p. 20) chama a atenção para o fato de que:

> O desenvolvimento econômico é um fenômeno com uma nítida dimensão histórica. Cada economia que se desenvolve enfrenta uma série de problemas que lhe são específicos [...]. O complexo de recursos naturais, as correntes migratórias, a ordem institucional, o grau relativo de desenvolvimento das economias contemporâneas, singularizam cada fenômeno histórico de desenvolvimento.

Furtado (1963) afirmou que não basta construir um modelo abstrato e elaborar a explicação de seu funcionamento, pois, tão importante quanto modelar, é verificar sua eficácia em confronto com a realidade histórica. Somente a partir deste esforço, é possível perceber as limitações do nível de abstração pré-organizado. Defendeu ainda que "as relações estáveis [...] não são derivadas diretamente da observação do mundo real, e sim de esquemas mais ou menos simplificados da realidade" (FURTADO, 1963, p. 20). Dessa forma, reforçou sua preocupação com a realidade histórica, não por puro exercício de desqualificação das teorias existentes, mas por entendê-las como frágeis para serem consideradas justas a toda e qualquer realidade.

O enfoque estruturalista cepalino implicava assumir uma postura que abordava o desenvolvimento econômico atento ao comportamento dos agentes sociais e à trajetória das instituições, aproximando-se mais de uma perspectiva indutiva do que dos aspectos abstrato-dedutivos tradicionais (BIELSCHOWSKY, 1998). Nas palavras de Bielschowsky (1998, p. 24):

> Liberado de marcos dedutivos rígidos e esquemáticos, o pensamento cepalino tem a capacidade de se adaptar com facilidade à evolução dos acontecimentos, através de contínuas revisões de suas interpretações, o que não significava a perda de coerência político-ideológica ou de consistência analítica. Por sua vez, parte da investigação cepalina é uma reflexão crítica baseada em uma visão introspectiva de seus próprios desenvolvimentos analíticos[24].

[24] Tradução do autor para: "Liberado de marcos deductivos rígidos y esquemáticos, el pensamiento cepalino tiene así la capacidad de adaptarse con facilidad a la evolución de los acontecimientos, a través de continuas revisiones de sus interpretaciones, lo que no significa la pérdida de coherencia político-ideológica o de consistencia analítica. A su vez, parte de la investigación cepalina es una reflexión crítica basada en una visión introspectivo de sus propios desarrollos analíticos."

A teoria estruturalista cepalina, por ser “formulada desde a América Latina e para a América Latina, contrapôs-se de forma consistente às formulações convencionais da teoria econômica elaborada nos países centrais” (MACEDO, 2007, p. 45). Ajudou, assim, a clarear a percepção de que as consequências desse possível desajuste para a teoria do desenvolvimento em relação à realidade latino-americana poderiam ser sérias. Pois, tanto não se pode “eliminar o fator tempo ou ignorar a irreversibilidade dos processos econômicos históricos”, peculiares de cada país, como “tampouco deve-se ignorar a diferença de estrutura entre economias de graus distintos de desenvolvimento” (FURTADO, 1963, p. 20).

Tem-se, como conceitos centrais nos argumentos neoclássicos do desenvolvimento econômico, a ideia de que o trabalho é um “fator escasso”, não podendo, dessa forma, ser produzido ou obtido em quantidade adequada às taxas de salários correntes. Assumindo como coerente essa posição para manter o crescimento da produção, assim como a produtividade, seria necessário, frente a períodos de escassez de mão-de-obra, ter substitutos. Caso contrário, os níveis de salários se elevariam, aumentando os custos de produção, o que poderia fragilizar a sobrevivência do negócio ou até inviabilizar a organização produtiva, uma vez que haveria restrições à taxa de acumulação. A saída viria com o progresso técnico.

Para Patnaik (2005), a fragilidade dessa posição é a desconsideração da abundância de mão-de-obra nas regiões fora das metrópoles, assim como suas possíveis migrações em busca de melhores condições de vida, como aconteceria. Na realidade brasileira, esse cenário é nítido, levando tal argumento econômico a ter poucos préstimos ao planejamento da economia nacional.

Ajudando a evidenciar a fragilidade da decorrência do crescimento econômico para o desenvolvimento, Maluf (2000, p. 37) resgata o trabalho de Bruno et al. (1986) para destacar que “o crescimento econômico não pode ser receita suficiente para enfrentar a desigualdade e a pobreza”. A razão é que não é possível estabelecer um impacto sistemático (no tempo) do crescimento econômico no grau de equidade; há uma ligação inversa entre a distribuição inicial de ativos e de renda e a natureza e a amplitude do crescimento subsequente. Assim, quanto maior a desigualdade inicial, menores serão os ganhos para os pobres com o crescimento econômico. A redução da pobreza absoluta depende da distribuição da renda manter-se ao menos constante, além de não ser uma função do processamento do *trickle-down effect*.

Desde então, a industrialização jamais se afastaria de cena, embora, depois de momentos iniciais de grande atuação, viesse a ser questionada frente às pequenas alterações

que promoveria no cenário geral da condição periférica de vários países da América Latina. Para clarear esse ponto, dedicarei ao resgate dos principais elementos do pensamento estruturalista da Cepal, assim como de tópicos relevantes de sua evolução, para, em seguida, abordar seus questionamentos e contextualizar suas novas feições frente à dinâmica internacional.

2.1.1. Formação e desenvolvimento da visão estruturalista

O objetivo foi resgatar elementos centrais que definem o pensamento estruturalista voltado ao desenvolvimento, esforço que, naturalmente, promoveu, na continuidade do capítulo, um panorama dos principais autores desta corrente de pensamento.

De forma generalizada, o estruturalismo pode ser entendido como uma vertente para análise e compreensão de um determinado campo de relações sociais formais. Busca, neste sentido, entender tal campo como resultante de um complexo sistema de partes inter-relacionadas. Originalmente aplicado ao campo da linguística (Ferdinand de Saussure) e da antropologia (Lévis Strauss), logo se expande para outros campos das ciências sociais. Apesar das oposições dos que o considerava ahistórico e rígido em demasia, seus princípios continuaram fortes o suficiente para novas concepções.

Na análise econômica cepalina, o estruturalismo tem enfoque voltado para a busca de relações diacrônicas e históricas, manifestando-se por meio de uma construção de conhecimento indutiva. Afirma, assim, uma interação entre o método indutivo e a abstração teórica construída a partir de Raúl Prebisch. Em sua formulação basilar, a ideia de que as estruturas subdesenvolvidas da periferia da América Latina condicionam comportamentos específicos geralmente desconhecidos *a priori* (BIELSCHOWSKY, 1998). Neste rumo, assumir o estruturalismo significa considerar que as características estruturais de uma sociedade determinam, de maneira fundamental, seu comportamento (LUSTIG, 2000). Definição que, de forma imediata e inevitável, faz-nos indagar sobre quais seriam os fatores estruturantes da realidade objetiva dos países. Embora se volte para a análise da territorialidade nacional, é possível vislumbrarmos alguns deles como pertinentes a outras dimensões, como é o caso do nível discutido nesta tese, i. é., o local.

Segundo Lustig (2000, p. 82), as principais características que determinam o funcionamento dos mecanismos causais e o êxito previsível de uma estratégia de

desenvolvimento são: (a) a distribuição de renda e a riqueza; (b) o regime de propriedade da terra; (c) o tipo e grau de especialização do comércio exterior; (d) a densidade das cadeias produtivas; (e) o grau de concentração dos mercados; (f) o controle dos meios de produção por distintos tipos de atores (o setor privado, o Estado ou o capital transnacional); (g) o funcionamento dos mecanismos financeiros; (h) a entrada da inovação tecnológica; (i) a organização da classe trabalhadora e de outras classes ou setores influentes; (j) a distribuição geográfica e setorial da população e (l) o nível de qualificação da população.

Já Bielschowsky e Mussi (2005, p. 33) ressaltam que a busca central dos cepalinos era a compreensão das economias nacionais dos países da América Latina, seus impulsos e contradições. Metodologicamente, buscavam revelações sobre a relação entre crescimento e (a) distribuição de renda e perfis de demanda; (b) composição da oferta (setores, heterogeneidade tecnológica); (c) composição de agentes investidores (capital estrangeiro, estatal e privado nacional) e (d) equação de financiamento e direção do crescimento (mercado interno *versus* externo).

Apesar de algumas diferenças às quais se contrapôs, o pensamento estruturalista também tem proximidade com a tradição marxista e a keynesiana. Em comum, a diferença de posição destas correntes de pensamento em relação à tradição da teoria econômica geral, pois para o estruturalismo não há sentido conceber a sociedade como simples soma de unidades familiares e organizações produtivas atomizadas. Para o estruturalismo, os atores sociais têm seu comportamento afetado diante das decisões econômicas, o que não guarda nenhuma semelhança com o funcionamento isolado dos indivíduos. De outra forma, tais estímulos acabam por gerar ações que os unem e diferenciam em grupos, mobilizando ambientes de cooperação e conflito em busca de seus interesses (LUSTIG, 2000). A negação de se entender o sistema capitalista de livre mercado como harmônico, para, em seu lugar, enxergar o conflito e os saltos e desequilíbrios como eventos marcantes do processo de desenvolvimento, é que o faz revelar suas raízes com o marxismo.

São coincidentes com a linha marxista a preocupação em ter por referência a observação das relações sociais de reprodução, na realidade material capitalista, e a noção sobre a geração e a apropriação dos excedentes das atividades produtivas, assim como sobre os ganhadores e perdedores nesse processo. O contraste, como veremos adiante, é percebido ao analisar a periferia frente ao centro, os trabalhadores frente ao patrão, o rural frente ao urbano, ou, em uma extensão generalizada, os marginalizados frente aos incluídos. Nessa

dinâmica de observações, é natural que seja investigada não só a origem dos recursos financeiros e materiais a elas necessários, como as formas pelas quais o excedente é obtido.

Frente às coincidências, uma divergência deve ser ressaltada, pois ajudou a revelar o ponto crucial que diferenciaria a análise estruturalista de outras correntes. Refiro-me à posição marxista[25] clássica de que o capitalismo, como etapa da organização econômico-social, é autodestrutivo. Ou seja, o cerne da caracterização do sistema capitalista, seu modo de produção, é contraditório em si e tende à extinção. Isto leva, aos que concordam com esta posição, à articulação de ideias que tendem, como princípio, que somente a mudança do sistema capitalista como um todo alteraria a realidade da América Latina. Os argumentos apresentados para se reverter a situação giravam em torno da revolução.

Enquanto a extrema esquerda articulava-se a favor de revoluções, a Cepal caminhava no sentido de ajustar a própria organização capitalista, buscando encontrar maneiras mais justas de crescimento econômico sobre a base do que estava posto. Nesse momento, volta a se afastar do pensamento econômico marxista, pois esta corrente analisa o desenvolvimento do capitalismo, enquanto na Cepal predominava uma análise do desenvolvimento sobre este modelo econômico. Conforme reforça Bielschowsky (1998), para a Cepal a condição periférica era determinante dos problemas a serem superados com políticas econômicas e sociais bem organizadas, o que não significava uma articulação em prol do rompimento com o sistema capitalista.

Nesse ponto, ao se opor ao marxismo, os estruturalistas latino-americanos aproximam-se dos keynesianos ao afirmar a oposição destes à ideia do fim do capitalismo, buscando, em outro sentido, seu aperfeiçoamento. Mas, diferentemente dos liberais, entendiam o Estado como agente fundamental para a organização e manutenção da força do mercado e do sistema capitalistas para a geração de riquezas (não só como coordenador, mas também agente ativo da economia como, por exemplo, pela criação de empresas). Em relação aos aspectos monetaristas de Keynes[26], ressalto sua contribuição à organização de uma estrutura teórica que considerava o comportamento de todo o sistema econômico, e não apenas os indivíduos e as firmas isoladamente, como destaca Skidelsky (1999).

---

[25] Refiro-me à posição do pensamento marxista em fase anterior aos primeiros trabalhos estruturalistas latino-americanos, i.e., ao que postulava até a década de 1940.

[26] Profundo conhecedor da obra de Keynes, Robert Skidelsky (1999) comenta que, mesmo sendo possível tirar alguma conclusão monetarista da obra *Teoria geral do Emprego, do juro e da moeda*, este não foi o propósito de Keynes quando a escreveu. E, quanto ao que ele tinha a dizer sobre moeda, crédito, taxas de câmbio, sistema bancário e mercados financeiros, sugere a leitura de *Tratado da reforma monetária* e o *Tratado sobre a moeda*.

Além das coincidências e diferenças do estruturalismo ao marxismo e ao keynesianismo, em um ponto elas se assemelham: representam uma estrutura teórico-analítica importante para a análise da realidade econômico-social e apresentam objetivos práticos para alterá-la. Assim, Bielschowsky (1998) aponta como princípio normativo da Cepal a necessidade de o Estado contribuir para a organização do desenvolvimento econômico, nas condições que caracterizam a periferia latino-americana. Reforçando a indicação anterior, era grande o peso dos *policy-makers* da América Latina junto aos acadêmicos na Cepal, ajudando a caracterizar o pensamento cepalino como essencialmente aplicado. Entretanto, entender o contexto em que a contribuição cepalina emerge exige posicionar suas motivações.

Buscando afirmá-lo em um só termo, e correndo o risco das simplificações que essa prática envolve, a crise econômica do final da década de vinte do século passado iniciou um processo de repercussões na periferia da América Latina, alterando as bases que sustentavam a crença de uma estrutura produtiva primário-exportadora[27]. Medidas intervencionistas são adotadas, especialmente a partir dos Estados Unidos da América de Roosevelt ou da Alemanha de Hitler, e são postas em prática antes mesmo de Keynes ter finalizado os marcos teóricos e conceituais que interpretassem as ocorrências nas economias capitalistas centrais. Para Figueiredo (1990), era como se estivesse sendo praticado um keynesianismo *avant-la-lettre*, em um exercício de antecipação ao que ainda não estava consolidado (como ocorrera no primeiro período de Vargas, 1930-1937).

Um pouco mais tarde, na década de quarenta, a queda do nazi-facismo desencadeou a afirmação do liberalismo como preceito para a organização econômica mundial[28]. Um

---

[27] Em 1817 David Ricardo escreve *Princípios de Economia Política e Tributação*, quando defende que cada país se especialize na fabricação dos bens que possa obter vantagem em comparação aos demais países. Nesta produção deveria buscar se especializar, tendo em vista as possibilidades de alcançarem maior produtividade comparativa do trabalho e também por ser onde os investimentos tendessem a render mais do que se aplicados em outras organizações produtivas. Justamente baseado na perspectiva ricardiana de vantagens comparativas estáticas, seria possível assumir que o desenvolvimento da periferia dependia simplesmente da manutenção mais produtiva de um padrão de especialização historicamente determinado, baseado na exploração extrativista e em culturas agrícolas, dadas nossas condições de clima e geografia. Essa crença, desenrolada em princípios e fundamentos que planificaram as políticas de desenvolvimento dominantes até aproximadamente 1930, era clara no caso latino-americano. Seus países, desde o período colonial, baseavam suas relações comerciais com os países do centro do capitalismo mundial por meio de poucos produtos de exportação, como minérios e gêneros alimentícios, que apenas em raros casos eram processados, mesmo que rusticamente. Arquétipo identificado por Furtado (2007) pelo nome de "modelo primário exportador". Para Patnaik (2005a), a teoria das vantagens comparativas do comércio internacional seria uma forma na qual o pensamento econômico ortodoxo se expressaria para sustentar o imperialismo econômico. Patnaik (2005b) ainda discute a falácia da tese ricardiana em seu ponto central, uma vez que um dos produtos considerados na análise comparativa não pode ser produzido nos dois países em análise, não havendo, assim, fronteiras para comparação.

[28] Como voltaria a acontecer na ascensão neoliberal, que se fortalece com o fim da União Soviética, em meados de 1980 e com a queda do "Muro de Berlim", força simbólica da extinção da parte oriental alemã, já no último ano da mesma década.

acontecimento teve força basilar para sustentar os interesses que insurgiram dos países centrais, especialmente dos EUA. Trata-se da Conferência de *Bretton-Woods*, ocorrida em 1944, da qual emergiram as estruturas bancárias do Banco Mundial (BIRD) e do Fundo Monetário Internacional (FMI), ambos criados dois anos depois. A Organização das Nações Unidas (ONU) foi formada em 1945 nesse contexto, e no mesmo cenário foi criado também o Conselho Econômico e Social e suas Comissões Econômicas, como a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) (FIGUEIREDO, 1990).

Dentre os esforços de interpretação de nossa realidade, há certo consenso (THORP, 2000; SUNKEL, 2000; ROSENTHAL, 2000; LUSTIG, 2000; BIELSCHOWSKY, 1998, NAPOLEONI, 1979) de que *Estudio Económico de América Latina, 1949*, de Raúl Prebisch, figura como documento-chave e marco inaugural do pensamento cepalino. Clássico desta corrente de pensamento, ou o "Manifesto da Cepal", como lembra Rosenthal (2000), é nele que Prebisch inaugura seu não-conformismo com a visão que até então prevalecera sobre o desenvolvimento do continente.

Para Figueiredo (1990, p. 140), a referência que estava sendo apresentada por Prebisch representava "um tipo de manifestação de inconformismo contra uma espécie de teoria considerada completa, de validade geral, rigorosa, [...] asséptica, e também de aceitação quase inconteste". Ainda, que "até aquele momento, a crítica à visão neoclássica ficava efetivamente circunscrita à vertente marxista do pensamento econômico". No mesmo sentido, Lustig (2000) considera o estruturalismo cepalino como uma crítica frente às recomendações ortodoxas para resolver os problemas econômicos de curto ou longo prazo.

Ficam fortalecidos os argumentos contrários à visão simplista que predominava, a qual apenas contrastava o subdesenvolvimento dos países periféricos com o desenvolvimento dos centrais, como se a condição dos periféricos representasse etapa anterior ao que se encontravam os centrais, bastando àqueles repetir os passos destes para alcançarem a condição de desenvolvidos. Essa perspectiva comparativa tem como importante referência o trabalho de Rostow (1978[29]), sobre supostas etapas do desenvolvimento econômico. Para este autor, toda singularidade histórica da experiência de cada país era sacrificada em prol de um argumento que previa uma evolução linear possível para o desenvolvimento dos países, como fora possível aos centrais.

---

[29] Originalmente publicado em 1960, com o título *The stages of economic growth*, embora discussões semelhantes já aparecessem em *The take-off into self-sustained growth*, The economic Journal, v. 66, n. 261, Cambridge, Royal Economic Society, como é possível identificar em Bielschowsky (1998, p. 25).

Com Prebisch, essa noção é diretamente contraposta. Em seu lugar, uma primeira exploração histórica e de longo prazo dos mais importantes países da América Latina, resgatando as similaridades e diferenças entre eles desde o início do século XX até 1940, período de nítida evolução da economia mundial. Para Sunkel (2000), é deste estudo que origina a conceituação teórica do enfoque Centro-Periferia e a análise quantitativa da evolução de longo prazo dos termos de intercâmbio internacional[30].

Foi pela análise comparada entre agricultura e indústria que Prebisch chega à percepção do desequilíbrio dos meios de intercâmbio entre o centro e a periferia. Caracterizando a agricultura latino-americana, nota-se elevada concentração da propriedade das melhores terras nas mãos de poucos agricultores, nem sempre com ritmo de boa produtividade, e com regimes de trabalho bastante rudimentares (a análise viria demonstrar a importância de se promover reformas, como a já bastante difundida reforma agrária). No entanto, a indústria representava o que havia de moderno, inovador, produtivo. Sendo promovida, preencheria o vazio da estrutura de produção incompleta herdada da etapa exportadora anterior (SUNKEL, 2000).

Para Prebisch (1949), os setores primário e secundário, respectivamente, mais presentes na periferia e nos centros, estão interligados em um só tempo, por força dialética de seu movimento. De acordo com ele, o centro era formado pelas economias onde primeiro aparecem e se difundem as técnicas capitalistas de produção, e a periferia onde ela permanece em condições de atraso, tanto em termos técnicos quanto organizativos. Lustig (2000) chama a atenção para o fato de que, mesmo nas situações em que o progresso acaba invadindo os espaços periféricos, seu destino são aqueles setores que permitem a produção de alimentos e matéria-prima a baixo custo, cujo destino são os grandes centros industriais. O desenvolvimento do sistema capitalista em nível internacional definiria, por essa concepção, a forma em que o progresso técnico seria propagado entre os centros e as periferias.

Sob liderança de Prebisch, vários autores articularam importantes abordagens a respeito das condições específicas sobre as quais se manifesta o desenvolvimento latino-americano. Dentre os quais, Celso Furtado, cuja reflexão estruturalista sobre o desenvolvimento da América Latina, fortemente influenciadas pelas ideias de Raúl Prebisch, é identificada por Macedo (2007, p. 45) como uma formulação econômica inserida em um

[30] A *Teoria da deterioração dos termos de troca* tem ampla discussão na literatura, e como alerta Sunkel (2000), sofreu várias modificações desde sua concepção original. Apesar de a descrição minuciosa fugir aos interesses desta tese, a leitura de Rodriguez (1981) traz esclarecimentos sobre o tema.

“discurso militante pró-industrialização da América Latina”. Todavia, Celso Furtado diferenciando-se de Prebisch ao aprofundar a relação estruturalista com a história econômica.

Frente às abstrações da teoria geral da economia ortodoxa, era insistente a busca por evidenciar a baixa relação entre as proposições teóricas da economia neoclássica e a realidade experimentada pelos países entendidos como periféricos na articulação desenvolvimentista mundial. A contribuição de Celso Furtado para a questão do desenvolvimento parte da Cepal, mas, ao mesmo, tempo escapa às suas fronteiras pelo destaque com que percebe a amplitude e complexidade da busca pelo desenvolvimento social, esse sim, o verdadeiro desígnio de seus esforços. Ao buscar fins sociais, Furtado acabou se mantendo atualizado na junção da academia com a prática, conseguindo, dessa forma, minimizar a miopia que caracteriza seus estudos iniciais na Cepal, cujo foco era voltado para as questões econômicas advindas das diferenças de produtividade dos parques produtivos do centro e da periferia capitalista.

2.1.2. Afirmação e questionamento da industrialização periférica

O caminho sugerido pela Cepal foi romper com o movimento histórico de dependência gestado sobre um padrão herdado de especialização, baseado na exploração das vantagens comparativas estáticas. Por isso, há argumentos que findam na industrialização como meio para o desenvolvimento dos países periféricos. Como é na indústria que o progresso técnico primeiro se articula e dissipa, sua proliferação representaria aumento de empregos e melhoria das condições de vida para a população. Nesse consenso, também o Estado poderia contribuir, não só pelo planejamento, organização e coordenação do mercado no território nacional, mas como participante ativo na promoção da infraestrutura necessária ao desenvolvimento industrial almejado. Fato que, naturalmente, exigiria a criação de grandes empresas de base e suas inerentes vagas de trabalho.

Para promover a industrialização sem dependência, era preciso estimular, no território nacional, a propagação de organizações produtivas, mesmo que para isso fosse necessário proteger o mercado interno. Essa foi a opção, por exemplo, do Brasil, quando implementou sua política de substituição das importações (S.I.).

Esta política se fortalece como única forma para o desenvolvimento independente, uma vez que todo esforço em histórico andamento de especialização da produção e exportação de bens primários imputava uma nítida deterioração nos termos de trocas internacionais. Paradoxalmente, a operação dessa estratégia fez com que o Brasil estivesse em

uma situação ainda mais vulnerável, à medida que transcorria a década de 1950. Para Lustig (2000), duas foram as razões principais. Primeiro, nesse período houve uma sobrevalorização do câmbio, desestimulando as exportações e, segundo, porque o Brasil aumentou sua dependência na importação complementar (bens intermediários e bens de capital), caracterizando uma situação de desequilíbrio externo.

O relativo fracasso da tentativa de industrialização brasileira deixou como herança para a década de 1960, além do problema do desequilíbrio externo, os desequilíbrios setoriais, quando o setor agrícola perdia dinamismo, e, assim, pressionava a inflação e acentuava a marginalidade urbana. O grande contingente humano atraído para os centros que se industrializavam não encontrava emprego proporcional à sua migração, especialmente pela introdução de técnicas intensivas em capital. Também diminuía o repasse de recursos do setor agropecuário ao industrial, reforçando a aproximação entre governo e industriais, que passavam a recorrer cada vez mais ao Estado. Agravava a situação o fato de que os gastos governamentais continuavam a crescer à medida que o processo de industrialização aumentava, financiando a infraestrutura necessária e mantendo seu papel de grande empregador. Isso causa desajuste nas finanças públicas que, somado à pressão da demanda, estimulavam a inflação.

Todo o encadeamento da política econômica nacional em prol do desenvolvimento almejado com a política de substituição de importações trouxe, pela decepção que gerou, o surgimento de novas correntes de pensamento na Cepal.

Fishlow (1985) depositou esforços na integração regional, ainda em plena discussão. Em outro sentido, havia aqueles que sugeriam a captação de capital oficial do exterior, aliviando a escassez interna e melhorando o desequilíbrio fiscal. Uma posição que tinha relação direta com a proposta da Aliança para o Progresso do governo Kennedy. Esta afirmava que aos países da América Latina haveria fundos adicionais a partir dos Estados Unidos da América para promover suas reformas, cujos temas-chave eram a integração, o planejamento, a reforma tributária, a modernização e a reforma agrária e intervenções no setor social (THORP, 2000). Uma vez país-membro da Aliança para o Progresso, o Brasil, além de se aproximar (estreitando os laços de cooperação, mas também de interdependência) dos EUA, afirmava sua satisfação com os benefícios internos do desenvolvimento associado, pela abundante entrada de capitais. Mas, não só, dado que se formalizavam as garantias para a conservação das elites no poder, justamente as que pela história se mantiveram próximas das decisões desenvolvimentistas nacionais.

Uma terceira tendência apontava como saída a promoção do mercado interno, mas havia posições distintas. Só seria possível uma mudança da condição periférica se mudássemos todo o funcionamento do sistema capitalista (FRANK, 1974). Menos radical, havia os que pensavam na manutenção do capitalismo, mas mediado por um processo de redistribuição como saída (PINTO, 1970); enquanto outros defendiam o crescimento dentro das regras capitalistas, entendendo-o como factível, mesmo que implicasse desigualdade e marginalização (SERRA e TAVARES, 1974).

Embora distintas, as três visões acima discutidas têm um ponto comum: a relação entre distribuição de renda, consumo e crescimento. Furtado (1966) indicava que a evolução e caracterização da acumulação de capital nos tempos da política de substituição de importação geravam tendências à estagnação. Para o autor, estava em andamento uma relação viciosa entre crescimento e distribuição de renda. O modelo de crescimento levava à concentração da renda que, por sua vez, convertia-se em demanda (mesmo que restrita à pequena parcela de sua população) por bens duráveis, a qual acabava orientando a estrutura produtiva para setores com maior densidade de capital, implicando mais importações, resultando em um compasso insatisfatório à taxa de crescimento. Neste tempo, acabavam privilegiados os setores com maior possibilidade de ganhos e retornos ao capital investido, e este fato contribuiu diretamente para a concentração da base produtiva no Brasil, formatando sua heterogeneidade estrutural. Sendo constituída uma estrutura produtiva orientada para setores que usavam técnicas intensivas em capital e vultosos requerimentos de importações, o padrão de crescimento resultante acentuou a desigualdade, a marginalização e a dependência externa.

Ainda considerando os que acreditavam que o crescimento viria do mercado interno, Lustig (2000) nos lembra que, diferentemente de Furtado (1966), Tavares (1973) e Serra e Tavares (1974) viam que o capital acumulado com a industrialização era resultante, justamente, da expansão do setor moderno, que se manifestava como produto da magnitude dos encadeamentos dinâmicos e das economias externas que geravam. Ademais, este era o setor de ponta, no sentido da evolução dinâmica do progresso técnico[31].

Neste sentido, a estagnação experimentada pelo período de crise da substituição de importações teria sido resultado de um estado de subconsumo neste setor, dada a característica de renda concentrada em determinada classe social mais abastada, cuja demanda

[31] Para Tavares e Serra (1983) era justamente este estrato do mercado de trabalho o que, a partir de sua capacidade de consumo, continuamente cumpriria um papel dinamizar da economia, bastava que lhe fosse revivido potencial de consumo por sucessivas reconcentrações de renda.

pelos bens de ponta estaria saturada. Para Serra e Tavares (1974), como o setor de bens de consumo duráveis era o líder da economia, a concentração de renda era necessária para garantir um mercado de tamanho adequado. O próprio sucesso do setor gerava sua crise, considerando a concentração de renda, possibilitando entender que seu tamanho não era tão "adequado" quanto deveria. Em outro sentido, seria possível alguma reversão, ou ampliação do crescimento. Pela tese redistribucionista, e ainda permanecendo focado no crescimento baseado no setor moderno de bens de consumo duráveis, poderíamos pensar em sua ampliação, não só por ser o setor que mais requer importações, mas por apresentar alta relação capital/trabalho (PINTO, 1970). Nos dois casos, crescimentos articulados na expansão do setor moderno de bens de consumo duráveis significavam não interferir no padrão subdesenvolvido de crescimento, continuando grande parte da população à margem do processo e a dependência frente ao exterior.

Como é possível perceber, as sugestões políticas de desenvolvimento da Cepal seguiam os rumos da aderência à modernização em seu sentido mais amplo, estimulando o crescimento da população trabalhadora urbana e aumentando o poder dos industriais frente aos oligarcas agrários da tradição exportadora, acreditando ser este o caminho para o alcance de estágios mais democráticos e igualitários (LUSTIG, 2000).

Nesse momento, vale destacar dois pontos marcantes no debate que se construía na Cepal ainda na década de 1960 e que caracterizariam pontos frágeis no pensamento da Instituição até então: a teoria da dependência e a heterogeneidade estrutural, ambas citadas apenas de forma breve anteriormente.

Compartilho compreensão de Bielschowsky (1998) de que a teoria da dependência tem uma vertente mais política e outra mais econômica. Pela concepção política, o trabalho de Cardoso e Faletto (1970) rompe com expectativas de que haveria na região uma burguesia nacionalista que tivesse potencial para se comprometer com o desenvolvimento econômico de forma a promover uma aliança com a classe trabalhadora e que, assim, conseguisse alcançar poder político suficiente para a promoção do desenvolvimento da América Latina. Antes de representarem interesses nacionalistas, buscaram satisfazer os seus próprios, dado que as estruturas de poder internas de cada país estavam diretamente vinculadas ao poder econômico e político do resto do mundo. Assim, a lentidão de nosso desenvolvimento não se explicava somente por razões econômicas, mas essencialmente por motivos sociais, uma vez que a relação intensa que se mantinha era entre as sociedades periféricas e centrais. Seria parte significativa das explicações para o subdesenvolvimento a constituição histórica dos grupos

sociais internos a cada país periférico mediante as relações internacionais intrínsecas às transações comerciais.

Quanto à vertente econômica da teoria da dependência, recorro a sua formação mais original, resultante dos estudos de Frank (1974). Para ele nossa industrialização representava uma nova modalidade de exploração imperialista de países centrais imposta aos trabalhadores de países periféricos, segundo aliança com a elite local. Frank (1974) condicionava, assim, nossa organização produtiva à expansão capitalista internacional (imperialista), o que só viria a tornar ainda mais ricos os países centrais e a pequena elite local dos países da América Latina a eles vinculados.

Corrobora a concepção de Frank (1974) a ideia de que no mundo há uma só economia capitalista, tanto no que diz respeito aos padrões tecnológicos quanto aos de consumo, principalmente por meio das ações das corporações transnacionais, defendida por Sunkel (1970, *apud* BIELSCHOWSKY, 1998). Argumentava ainda que, apesar de nos países centrais a classe trabalhadora estar integrada ao mundo moderno, na periferia isso ocorria apenas com uma pequena parcela da população.

Em concordância com a ideia de dependência, Pinto (1965, *apud* BIELSCHOWSKY, 1998) argumenta sobre a heterogeneidade estrutural na América Latina. Para ele, a desigualdade na distribuição não se restringia à renda entre as classes sociais, mas também, e de forma intrínseca, aos setores industriais e às regiões de um mesmo país. Em um segundo momento, indicou que o processo de crescimento da América Latina tendia a reproduzir, de forma sempre renovada, a heterogeneidade estrutural que imperava desde o início da cena agrário-exportadora. Assim, da mesma forma que a industrialização não eliminou a dependência (apenas a alterou), também não acabou com as diferenças que caracterizavam a diversidade estrutural, somente lhe dava novo formato. Em suma, o subdesenvolvimento era um processo que parecia indicar traços de se perpetuar o crescimento econômico.

Face à contribuição cepalina, sedimentava-se uma situação que requeria mudanças, preferencialmente estruturais, pois o padrão do desenvolvimento econômico deveria ser alterado, para que fosse possível lograr uma melhor distribuição de renda e outras equidades. Por trás, a necessidade de também ser transformada a dinâmica da política dentro de cada país, a começar pelo esmorecimento das ditaduras instauradas em favorecimento da democracia.

Salvo as propostas esquerdistas de revolução, o que mais parecia se construir na Cepal, como alternativa, no início da década de 1970, eram aquelas alinhadas à busca por

estilos mais justos de crescimento econômico sobre as condições já vigentes. A despeito do desânimo em contornar as barreiras identificadas pelos diagnósticos, por exemplo, de Cardoso e Faletto (1970), essa década experimentou taxas de um crescimento acelerado do PIB (quase 7% ao ano) e das exportações (mais de 7% ao ano). Na mesma época, e afirmando a identificada complementaridade entre crescimento industrial e importação, esta expandiu em média 13,5% ao ano. E, para manter esse crescimento em uma década marcada pela "crise do petróleo", a saída foi o endividamento (BIELSCHOWSKY 1998).

A opção brasileira, nesse ínterim, foi pela continuidade do processo de industrialização com forte proteção ao mercado interno e participação estatal. Desse momento em diante (destacando da contribuição cepalina aquilo que mais se aproxima da tese), a Cepal passa a ver sua principal característica, a visão de longo prazo, dar lugar a ações erigidas em resposta às ansiedades de curto. Mas a permanência desse crescimento mostrou seus desconfortos na década seguinte, a "década perdida", um momento que instaurou certa sensação de urgência para alteração dos rumos. Como caracteriza Bielschowsky (1998), o enfoque histórico de largo termo teria resistido como ponto central somente até essa crise dos anos oitenta, e continuaria marginalizado até sua recuperação, na década de 1990. O autor ainda destaca um declínio da influência keynesiana, e corrobora a teoria do desenvolvimento. Em seu lugar, reafirma a força ortodoxa na análise das economias subdesenvolvidas. As tentativas para o desenvolvimento estavam reduzidas às modalidades de crescimento, buscando a reorganização da industrialização pela combinação dos estímulos ao mercado interno com a exportação de bens industriais. Mantendo o objetivo da transformação social, e não só econômica, os aparentes êxitos de alguns países da América Latina não apagaram a realidade desigual que insistia em permanecer.

As raízes históricas da estrutura de propriedade e poder mantinham a cadeia produtiva e a renda extremamente concentradas. Neste ponto, importante contribuição deve ser novamente citada. Trata-se da constatação de que, mesmo sobre taxas intensas de crescimento industrial e econômico, como no caso brasileiro, as desigualdades se mantinham (TAVARES e SERRA, 1983). Para Macedo (2007), esses autores marcaram sua diferença em relação a Furtado pelo destaque ao investimento como variável dinâmica, e não o papel do consumo. Ainda neste ponto, aproxima Tavares e Serra (1983) de Cardoso e Faletto (1970) no que se refere à preocupação central com o que impulsionava o crescimento e o desenvolvimento nacionais, desviando o foco que se mantinha praticamente exclusivo sobre a visão centro-periferia de Prebisch. Demarcando esses pontos e apontando as demais investidas de Tavares,

Macedo (2007, p. 117) afirma que, além da importância que passa a ser considerada sobre o tratamento do investimento e do excedente, a partir de Tavares torna-se tema de agenda de pesquisa no Brasil

> a constatação da dinâmica economicamente virtuosa da concentração de renda para a realização da produção e, portanto, para a acumulação de capital em países periféricos. [...] O segundo tema da agenda proposta por Tavares seria a realização de estudos sobre a estrutura industrial da periferia. Tratava-se, aí, de enfrentar a temática cepalina com um arsenal mais poderoso, voltado para investigar o papel das empresas, da tecnologia, da concorrência nos processos de industrialização e desenvolvimento periféricos. Esta agenda, certamente deslanchou, e continua ativa.

Em relação à busca por estilos de industrialização, dizia Pinto (*apud* Bielschowsky, 1998), é preciso observar a estrutura produtiva e a distribuição de renda, chamando a atenção para o estilo concentrador de renda da América Latina, que retroalimenta a estrutura produtiva existente.

Apesar de a Cepal destacar o desenvolvimento social como maior objetivo da humanidade, ela chegou a considerar, na Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1969, o desenvolvimento econômico e o social como fatos distintos. Apesar de voltar a expressar um enfoque unificado na Assembleia do ano seguinte, parecia estar presente certa divisão na Comissão. Por um lado, uma espécie de versão oficial de sua contribuição, coerente com as sugestões das Nações Unidas, e outra mais livre, advinda de intelectuais que não se viam na obrigação de “prestar contas” a essa instituição, como percebeu Bielschowsky (1998).

2.1.3. Novo impulso à industrialização, o livre mercado globalizado

Considerando o clima dominante da ortodoxia liberal que marcou a década de 1980, começa a recair sobre o Estado a culpa pelos males do arraste subdesenvolvido. Seguem impulsos para o não-intervencionismo, a desregulamentação e a privatização como soluções, fazendo cena o receituário neoliberal. Assim, em 1989 realiza-se uma reunião em Washington, com o objetivo de discutir novos rumos para a América Latina, que suplantasse a década perdida. Era um período de estagnação, inflação, recessão e aumento da dívida externa (FIORI, 1996), e, baseado em preceitos liberais, porém com nova roupagem, o neoliberalismo, insurge como saída medidas de liberalização e desregulamentação dos mercados.

Conhecido como *Consenso de Washington*[32], e partindo de pressupostos neoliberais, o que estava em jogo era a promoção, para os países da América Latina, da desregulamentação dos mercados, da liberalização comercial e financeira e do enxugamento da estrutura estatal, a começar pela privatização de seu patrimônio. Torna-se preocupação comum neste continente a estabilização monetária, possível a partir de uma nova e disciplinada política fiscal. Era esse o caminho indicado para melhorar as finanças estatais. Como coroamento à iniciativa de seus idealizadores, assim como dos promotores de sua extensão no Brasil, Fiori (1996) destaca que, por pelo menos um ponto de vista, foi uma decisão acertada, posto que tais reformas foram condições necessárias à renegociação da dívida externa do país (assim como dos demais países periféricos) e à reintrodução da América Latina no sistema financeiro internacional.

Quanto à Cepal, os anos 80 foram momentos de tímidas contribuições sobre ações de longo prazo, dando espaço às questões imediatas ligadas à dívida e aos ajustes necessários e à estabilização, guinando sua produção intelectual e suas sugestões normativas à direita. O que estava em jogo era a busca por ajustes. Mas em meados desta década reiniciam discussões com maior ênfase a processos de crescimento de longo termo. Pouco mais à frente, marcaria este período (THORP, 2000; SUNKEL, 2000; ROSENTHAL, 2000; LUSTIG, 2000; BIELSCHOWSKY, 1998) a publicação de *Transformación productiva com equidad: La tarea prioritária del desarrollo de América Latina e Caribe em los años noventa*, cuja contribuição de maior impacto foi a de Fernando Fajnzylber. Em síntese, Fajnzylber (1992) apresenta argumentos que formariam a base conceitual para a tal transformação com equidade.

Centrando sua análise nos objetivos considerados como centrais pela Cepal para o desenvolvimento econômico-social do continente latino-americano, ou seja, o crescimento e a distribuição de renda, Fajnzylber (1992) compara padrões de crescimento de países em desenvolvimento e identifica quatro grupos de países. Primeiro, aqueles com elevado crescimento, mas baixa distribuição de renda. Segundo, os que conseguiram certa distribuição

[32] O termo foi idealizado pelo economista John Williamson, na época diretor do International Institute of Economy e vice-presidente do Banco Mundial. A justificativa que possibilita a designação de um consenso era a de que havia concordância entre diversos centros de poder nos EUA em torno de uma posição para a América Latina. A reunião do instituto, em Washington acabou sendo organizada em um documento. Para tanto, ver: WILLIAMSON, J. (org.) Latin American Adjustment: How Much Has Happened? Washington, Institute for International Economics, 1990. Em tempo, que a organização inicial das ideias do consenso já havia sido apresentadas em 1971, em Davos, na Suíça, segundo princípios desenvolvidos por Hayek e Friedman em resposta às políticas keynesianas após a II Guerra Mundial.

de renda, mas com baixo crescimento. Um terceiro grupo reunia aqueles com as piores condições, dado que tinham tanto crescimento quanto a distribuição de renda em baixos níveis. Esses países eram justamente os da América Latina. Baseado no fato de a matriz resultante da junção entre os eixos crescimento/distribuição de renda apresentar, no caso dos países latino-americanos, um quadrante vazio (situação dos países com altas taxas de crescimento e distribuição de renda), Fajnzylber (1992) acaba incorporando tal ocorrência ao título de seu estudo – *Casillero Vacío*.

Como reforça Bielschowsky (1998), a contribuição de maior relevância desse momento foi a reconsideração sobre as estratégias de crescimento, assumindo as deficiências dos modelos de industrialização do passado, com baixa expressão de progresso técnico e sujeito às pressões rentistas das classes empresariais locais. Diferentemente do que marcava as contribuições da Cepal, a influência de Fernando Fajnzylber impulsionou a abertura comercial, com vistas a se evitar o isolamento tecnológico em momentos de globalização industrial, comercial e financeira. A inserção internacional torna-se pensamento dominante.

Muitos trabalhos, não necessariamente da Cepal, passam a investigar os benefícios da abertura comercial para o incremento tecnológico e sua relação com ganhos em produtividade, competitividade e para a formação de um quadro inicial que revertesse o histórico atraso tecnológico das empresas da América Latina, em comparação com as de posição central na geopolítica internacional. Um dos representantes deste esforço foram estudos que buscaram organizar sistemas de inovação, uma forma mais ampla de pensar a problemática do progresso técnico. Também surgiram importantes contribuições voltadas para o universo deste progresso, embora com foco mais voltado ao nível da empresa, da gestão do processo de inovação. Este segundo âmbito do avanço do conhecimento sobre inovação será discutido mais à frente.

A literatura de sistema de inovação privilegia os relacionamentos entre diversos agentes - além das empresas, as universidades, os centros de pesquisa, as agências governamentais e outros -, e a constituição de redes entre eles, defendendo que as firmas não inovam isoladamente. A mudança seria um processo coletivo, onde as relações e as redes constituídas seriam elementos centrais para a compreensão da atividade de inovação e produção. Esse foi o paradigma que, conforme argumentaram Berger e Diez (2006), Dosi (1988), Freeman (1982) e Lundvall (1992), formou o conceito de Sistema Nacional de

Inovação (SNI[33]). Trata-se de um modelo que deixa de ser linear para privilegiar uma perspectiva de inter-relações em cadeia, de cooperação intra e interfirmas.

Mas, não se deve desviar do fato de que este conceito foi constituído no contexto e realidade empírica dos países desenvolvidos, o que significa que sua simples transferência e implementação nos países em desenvolvimento não se fazem adequadas[34].

Coerente com preceitos do sistema de inovação, ao sugerir a conciliação do estímulo à interação entre os agentes produtivos com a infraestrutura física e educacional, a Cepal parece dar continuidade ao incremento da competitividade internacional por meio de avanços no progresso técnico e nas atividades industriais. Por trás de suas recentes contribuições, a perspectiva de se avançar no processo de transformação produtiva com equidade, o que sugere a conjugação dos âmbitos econômicos, sociais e políticos e toda sua imbricação com dinâmica internacional, que os afeta nacionalmente. Como ressalta Lavalle (2000), as propostas da Cepal na década de 1990 buscaram a transformação produtiva, orientando sua estrutura de sua operação em harmonia com as tendências dos mercados mundiais, priorizando o desenvolvimento de tecnologia e de serviços de apoio à produção que também respeitassem as questões ambientais.

No conjunto das recentes reflexões da Cepal, muito da preocupação original se mantém. Continuam presentes a busca por formas de se articular o progresso técnico e a reestruturação produtiva, por um lado, e a distribuição e geração de renda de outro. Esta distinção não corresponde exatamente ao que sugerem os estudos cepalinos, ou os das décadas iniciais, mas uma sinalização de que a industrialização com forte presença do Estado, apesar de promover a dinâmica produtiva, não conseguiu permeá-la com os benefícios

---

[33] A diferença percebida entre a ideia de sistema nacional, regional ou local de inovação e a de sistema de inovação em nível da firma é que, neste caso, há uma ação de mediação por parte de uma empresa específica, que age no sentido de filtrar iniciativas e interesses dos demais agentes. Já nas configurações usuais de SIs, há uma maior amplitude na apropriação das inovações geradas nas espacialidades acima definidas. São diferentes, portanto, em termos de alcance espacial e controle.

[34] Berger e Diez (2006) reuniram, na literatura sobre SNI, características a respeito da organização de sistemas de inovação em economias emergentes: (a) as empresas de países em desenvolvimento raramente trabalham com tecnologia de ponta, por isso é crucial para elas adquirir, utilizar, adotar e aperfeiçoar tecnologias já existentes em economias avançadas; (b) embora fundamental em todo processo de capacitação tecnológica, o desenvolvimento de recursos humanos é negligenciado; (c) ligações internacionais oferecem oportunidades de aprendizado para estes países, embora não tenham sido considerados pela concepção de sistema nacional de inovação e que (d), para os países desenvolvidos, o conceito de SNI é *ex-post*, onde estão cristalizadas uma forte base institucional e uma avançada infraestrutura. Por outro lado, nas economias emergentes é um conceito *ex-ante*, quando o SNI é mais um desejo do que uma realidade, em comparação com o que se vê nos países de economias maduras.

esperados de equidade. Ou seja, apesar do crescimento industrial e econômico, pouco desenvolvimento social tornou-se fato.

O quadro de vulnerabilidade externa que marcou o continente latino-americano desde a passagem da década de 1980 para 1990, não parece ter contribuído para suavizar a situação de heterogeneidade. Paralelamente, a marca dos estudos iniciais era a busca pela transformação econômica e social que mudaria o modelo de acumulação primário-exportador para o urbano-industrial. Mediado por políticas públicas com forte intervenção estatal, a ideia era corrigir as distorções estruturais da condição periférica, uma vez que o mercado, sozinho, não era entendido como capaz o suficiente para esse desafio. No entanto, desde a década de 1990, as transformações desviaram a atenção para novos horizontes.

Nesse sentido, a mudança no padrão de acumulação da região passa a ser gerida por alterações no modelo regulador, quando se tornam sugestivas a liberalização dos mercados, pela flexibilização do trabalho, pela prioridade ao enxugamento dos “excessos” do Estado, pelas privatizações e pela redução da dívida pública com a busca de crescente superávit primário. No centro da nova conjuntura, a priorização das finanças em uma sociedade marcada pela mercantilização. Mas, diferentemente do ato mercantil tradicional - decorrente de transações resultantes das atividades produtivas cujas realizações mantêm a dinâmica econômica -, surge uma feição mercantil, mais financeira que produtiva. Em sua nova expressão, há um deslocamento do capital para a atividade especulativa financeira, fazendo com que cerca de 90% dos movimentos de capital no mundo deem-se pela forma da mudança de papéis, e não mais exclusivamente como resultado de atividades produtivas (SADER, 2008b).

Dessa forma, os governos da América Latina iniciam a década de 1990, buscando articular reformas que alterassem o destino de seus países. Houve forte apoio do empresariado financeiro e da imprensa local (diretamente conectada com parcerias internacionais), inspirados por indicações que os organismos internacionais promoveram com o peso de uma linguagem liberalizante, a agenda neoliberal. Na esteira das contribuições cepalinas, parece haver uma convivência harmoniosa com os ideais do neoliberalismo. Organizados sob a forma de um neoestruturalismo, posicionam-se, como identifica Bielschowsky (1998), com rara habilidade entre os defensores dessa nova expansão ideológica liberal e daqueles que desta se mostram discordantes, justamente por duvidarmos que sejam eficazes econômica e socialmente em um só termo. A Cepal posiciona-se para buscar um termo de compreensão direta, com hábil equilíbrio que não tome partido.

Como indica Rosenthal (2000), dentre os novos temas, figura a primazia pelo curto prazo, com destaque para ajustes financeiros e monetários, embora sejam feitos esforços para articulá-los no médio e longo prazo. Também se tornou expressiva a contemplação da variável ambiental em sua agenda de trabalho, assim como um peso maior à questão política para o desenvolvimento. Este esforço vem contemplar uma nova realidade de governo na região, dado que se consolidam regimes políticos mais plurais e participativos. Pelo menos em sua forma tradicional de participação, pela intensificação do uso do voto, pois os espaços aos movimentos sociais ainda são mediados pelo tradicionalismo.

Assim como surgiram as propostas de promoção de sistemas de inovação, também buscava contribuir para a melhoria das condições de vida dos latino-americanos, pela promoção industrial impulsionada através do progresso técnico. São estudos em nível de empresa, mais especificamente sobre o aprendizado tecnológico das corporações e as formas de sua gestão. Como estímulo e justificativa, o compromisso em contribuir para que fossem superadas as condições de atraso dos países da América Latina, a partir do incremento técnico de suas firmas. Do propósito de sua relevância, a ideia de que o pensamento inicial da Cepal, que formava um quadro de "fim da história", era inconsistente, uma vez que seria possível reverter o mesmo com o incremento e a capacitação tecnológica de suas firmas.

Por meio de um rejuvenescimento semântico da condição classificada pelos cepalinos como subdesenvolvimento, termos como países de industrialização tardia, cujas empresas seriam *latecomers firms*, estes estudos apresentam-se como contribuições diretas para o encurtamento da condição de atraso e efetivação de saltos nos níveis de progresso técnico. Nesse sentido, as empresas periféricas se voltariam para a imitação, adaptação e realização de esforços próprios para inovarem seus produtos e processos e, assim, alcançarem as fronteiras tecnológicas, processo de *catching up*, geralmente definidas pelas firmas de países centrais. Mas, o maior destaque deve ser dado aos estudos[35] que investigaram os incrementos tecnológicos das firmas localizadas em países periféricos, pois estes fortaleceram o desenvolvimento de tecnologia própria em território nacional e não somente a incorporação de tecnologias de firmas de países centrais.

[35] Como nas análises do desenvolvimento tecnológico e da inovação em relação ao setor industrial na qual a firma se localiza (BELL e PAVITT, 1995; MALERBA, 2005), pelas diferenças tecnológicas intersetoriais (BELL e PAVITT, 1993 e LALL, 1980) e na dimensão da firma propriamente dita e a estrutura de aprendizagem tecnológica dentro da empresa (FIGUEIREDO, 2006, 2005, 2001). Em relação a evidências empíricas sobre um movimento de fluxo tecnológico de filiais de CTNs em países de industrialização tardia para as sedes nos industrializados, ver Ariffin e Bell (1997); Ariffin e Figueiredo (2004); Figueiredo (2005), e Marin e Bell (2003). Para estudos sobre a descrição de trajetórias de acumulação de competência tecnológica, ver Bell e Pavitt (1995) e Figueiredo (2005).

Mas, independente disso, o que interessa manter em problematização é que, mesmo com evidências empíricas sobre o desenvolvimento tecnológico em território latino-americano, em alguns casos chegando a encurtar o atraso de nossas empresas em relação às dos países centrais, o estado de heterogeneidade estrutural e de dualidade modificou-se muito pouco. Assim, cumpre destacar, para além da validade dessas contribuições, que, mesmo diante do aprimoramento tecnológico que tem sido experimentado por empresas brasileiras, permanecem praticamente inalteradas as características periféricas do país. Reafirma-se, em um termo, a necessidade de se reconhecer os limites da dinamização empresarial (industrialização) como fato suficiente para reversão da condição de desigualdade que marca os países periféricos e a fragilidade das formas de serem, por aqui, idealizadas e praticadas as políticas públicas de desenvolvimento.

Nesse empenho, um problema que vem marcando e, de certa forma, fragilizando, a própria concepção cepalina de desenvolvimento, ou seja, a frouxa consideração da dinâmica social e política em torno do Estado, elemento de referência no estruturalismo cepalino. Assim, o Estado age como elemento central para discutir as duas contribuições.

Se na concepção cepalina o Estado é central para o planejamento, organização e promoção do desenvolvimento, quando deve ser ativo e presente, na que sustenta a emersão das pesquisas voltadas para o incremento tecnológico e a inovação, dele se espera distanciamento, permitindo que a livre iniciativa privada transpasse as fronteiras nacionais sem restrições, assim como o fluxo de tecnologias e de capitais entre filiais e matrizes. Quando o progresso técnico está no centro das atenções, torna-se coerente para o Estado aceitar e até dar vigor às incursões de multinacionais em território nacional, na América Latina, ou em uma forma generalizada, assumir as cooperações internacionais como regra[36].

Como visto, os argumentos deste enfoque evolucionista para a superação da condição de atraso tem como eixo a evolução tecnológica e sua capacidade de promover impulsos à industrialização e ao desenvolvimento. Nele, são centrais temas como o das trajetórias nacionais diante da economia internacional, onde pesa como referência a posição dos países tidos como avançados, pois são os que tornam *mainstream* a concepção de desenvolvimento no plano mundial. Mas, quando é contrastada a síntese do pensamento evolucionista frente às

[36] O que, inclusive, ocorrera antes, com a entrada de capital estrangeiro para acelerar em territórios periféricos, visando impulsionar o processo de industrialização, na expectativa de se caracterizar um período de transição rumo à autossustentação. Este foi o contexto, por exemplo, da década de 1950, quando Prebisch (1954 *apud* MACEDO, 2007) chegou a manifestar preferência pelos empréstimos e não pelos investimentos estrangeiros diretos (IEDs). Ele entendia que o pagamento de juros seria mais interessante que os lucros remetidos das empresas subsidiárias para suas sedes no centro.

ideias cepalinas sobre o desenvolvimento, especialmente as que marcaram a tradição desta Comissão nas décadas iniciais, outra diferença é marcante. A perspectiva evolucionista é construída do centro e para o centro, escapando uma problematização coerente com o contraste centro-periferia, uma posição que tende a considerar como natural e persistente a existência dessas duas realidades (MACEDO, 2007).

A contribuição dos evolucionistas neo-schumpeterianos trouxe avanços importantes, ajudando a edificar um conhecimento sobre inovação tecnológica como vetor-chave do incremento da capacidade competitiva das empresas de setores industriais e da relação destes com o desenvolvimento dos países contextualizados (ver *Nota* 18). Nesse sentido, eles geram um conhecimento que, se em princípio busca apoiar a mudança da condição periférica, por fim acaba promovendo o desenvolvimento do próprio centro. Apesar de reforçarem o progresso técnico e a inovação tecnológica como essenciais para a compreensão dos processos de desenvolvimento (tanto no centro quanto na periferia), isso não necessariamente permite que este corpo teórico-analítico se afirme como suficiente ou mesmo uma forte contribuição, da maneira que seus propositores costumam argumentar (ou esperam que seja). Isso porque os dois elementos diretamente considerados como centrais para o desenvolvimento industrial periférico, a inovação e a difusão tecnológica, formalizam um ciclo de impulso mútuo que se autorreproduz, afastando as chances de superação do atraso.

Mesmo que ocorram avanços importantes na realidade de países anteriormente periféricos, como nas análises de evidências na Coreia do Sul e na Finlândia, por exemplo, as diferenças destes países para o Brasil são significativas o suficiente para questionarmos a reversão de nosso quadro pelos mesmos passos. Naqueles dois países, os movimentos iniciais para o progresso técnico e a construção da suposta cadeia de desenvolvimento (empresa-setor-setores-regiões-país, e a inovação como motor que os impele) apontam a imitação como um processo de aprendizagem anterior ao da inovação (criação/geração tecnológica). Nesse sentido, a *latecomer firm* desfruta da inovação gerada no centro que, paulatinamente, daria lugar às próprias inovações. A questão a destacar é que a progressão das inovações no centro não cessa seu andamento à espera paciente de uma equidade tecnológica entre suas firmas e as *latecomers*. Diferente disso, a cada imitação, as firmas centrais se fortalecem em recursos, pois não só estão mais estruturadas, mas têm como *latecomers* várias subsidiárias ou filiais em países periféricos. Além disso, o regime de propriedade das inovações resguarda às matrizes desenvolvidas novas arrecadações que impulsionam seu progresso tecnológico.

Assim, é como se formasse, entre periferia e centro, na perspectiva evolucionária, uma cena de difícil superação, semelhante à defendida pela Cepal nas décadas iniciais.

Essas ressalvas pormenorizam o impacto das pesquisas sobre aprendizagem e gestão da inovação em firmas localizadas em países periféricos, na medida em que se apresentam como forma de superação da condição periférica. Para tanto, fatores políticos e sociais também devem ser conjugados, evitando uma aproximação simplista à transformação econômica e social de uma nação periférica como a nossa. Seria necessária, então, uma visão menos reducionista para se considerar essa problemática. Pois, embora haja reversões tecnológicas e até mesmo de inovação que se posicionam à frente daquelas das firmas centrais, elas acabam situando as empresas periféricas como ilhas centrais em um lugar periférico, uma vez que as condições sociais e o desenvolvimento humano permanecem inalterados, quando não, agravados.

Recorrendo a Macedo (2007, p. 47), para uma posição na qual também situo os estudos evolucionistas, a concepção cepalina sobre o Estado desenvolvimentista erra pela simplicidade, pois as formulações desenvolvimentistas da Cepal precisam ser complementadas em pelo menos dois temas-chave. Um deles seria justamente a ideia de ser o "Estado desencarnado das relações de poder e das relações sociais" (MACEDO, 2007, p. 47), como se toda possibilidade de promoção da industrialização e de crescimento econômico não fosse formada diante da problemática política da qual faz parte. Possivelmente, mesmo buscando o aprimoramento da organização produtiva e seu nível de produtividade, as ações do Estado, quando ocorrem, são basicamente norteadas pela promoção industrial, reafirmando a distribuição do excedente como regra. Macedo (2007) acrescenta as apreciações já feitas por Rodriguez (1981), reclamando a desconsideração de uma análise da dimensão política inerente às propostas de desenvolvimento. O Estado é concebido meramente como aquele que organiza e impulsiona a estrutura produtiva (ponto focal), e onde o progresso técnico, uma vez dinamizado, surge como balança que notabiliza o papel do Estado na sociedade.

No lugar das indicações continuarem a apontar que o processo de desenvolvimento deva se iniciar pela distribuição, a partir dos ganhos acumulados, que passe a promover a oportunidade de participação dos cidadãos, mas não aquela que o entende apenas como mão-de-obra ou agente de consumo. Em outro sentido, que seja percebido como agente ativo e promotor político de seu destino, incluídos aí os desenlaces sociais, produtivos e econômicos.

Considerações Finais

Em essência, o pensamento cepalino significou uma teoria voltada para a prática, especialmente àquela promotora da industrialização e do desenvolvimento econômico. Não podemos desviar do fato de que faz parte de sua apreciação considerá-la como reflexo direto da condição contextual do período Pós-Segunda Guerra, especialmente na década de cinquenta, período em que cabia ao Governo a figura de ator central desse arranjo.

Embora marcadamente datadas, as ideias cepalinas foram modificadas ao longo do tempo, esvaindo do compromisso de confronto ao pensamento *mainstream* sobre desenvolvimento. A contribuição de Celso Furtado fez frente ao falso pensamento universal da teoria geral da economia então vigente. Contra ela, Furtado (1961) aponta a desconsideração da história e das diferenças estruturais, que marcam as economias dos países periféricos em relação às dos centrais. Ao promover a junção histórico-estrutural, forma-se uma das contribuições capitais da Cepal à questão do desenvolvimento.

Esse contraste ao pensamento de bases teóricas clássicas e neoclássicas não se manifestou de uma forma inteiramente oposta, negligenciando toda reflexão dessas correntes econômicas. Isso porque a base de sustentação dos argumentos cepalinos tinha interseção com importantes marcas da teoria neoclássica do crescimento: a acumulação de capital, a divisão do trabalho, o progresso tecnológico e o comércio. Como reforça Escobar (1995), essas teorias, assim como a análise da interação entre poupança e investimento de Keynes, ajudaram a sustentar os modelos teóricos para o crescimento econômico do Pós-Segunda Guerra. Mas, a diferença do que se manifestaria a partir da Cepal era a compreensão que seus estudiosos tinham acerca das diferenças entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, e, de forma decorrente, das atenções necessárias para se teorizar o desenvolvimento latino-americano.

Nesse sentido, quando a Cepal identifica a histórica deterioração dos termos de troca entre centro e periferia, reflexo das diferenças nos progressos técnicos de cada uma das regiões, e a baixa capacidade da periferia latino-americana em acumular capital, acaba por sugerir a elaboração de uma política de industrialização específica. Ao invés de importar, iríamos produzir. Como foi discutido no capítulo, o resultado, embora tenha gerado crescimento industrial e econômico, foi pouco impactante para a reversão da condição periférica. Apesar das mudanças que foram sugeridas para se contornar a dependência, como a advinda do pensamento evolucionista, a essência da ideia de desenvolvimento econômico

permaneceu, ou seja, um processo de acumulação de capital e de progresso técnico, cujo eixo do movimento era representado pela industrialização. Este é o sentido que me leva a recorrer novamente a Escobar (1995), para quem a doutrina cepalina não constituiu uma mudança radical ao que estava anteriormente posto, o que não significa que não tenha trazido importantes efeitos ao continente.

Ao priorizar a análise nos fatores produtivos, o pensamento cepalino, como um todo, avançou pouco para alcançar uma visão mais totalizante da organização social e, dessa forma, a constituição de ideias e ações mais exequíveis ao desenvolvimento que também transforma a estrutura social, e não só a produtiva. Presa a aspectos que se inseriam, no máximo, na dimensão econômica, a Cepal negligenciou o eixo que viabiliza o desenvolvimento, ou seja, a política, como alertado por Rodriguez (1981) e Macedo (2007). Essa lacuna junta-se à noção simplista de Estado, que o situa como deslocado das relações de poder que o constituem.

Um salto importante dá Furtado (1989) ao propor a compreensão da industrialização com um processo de transformação geral da sociedade, e não somente restrito às atividades industriais. O autor rompe a miopia dos primórdios cepalinos e acaba reconhecendo a importância dos aspectos políticos, sociais e culturais desse complexo processo. Distancia-se, assim, da primeira década e meia da Cepal, quando tanto Prebisch quanto Furtado primaram olhar sobre as questões econômicas, especialmente pela lente da estruturação produtiva e comercial entre centro e periferia. As articulações que promoveram a expansão do capitalismo, marcada pela desigualdade e polarização, mantêm um fluxo de relações globais que contrastam um bloco menor de países (centrais, líderes em progresso técnico) frente às demais nações (periferia do sistema global), um movimento que não opõe apenas países, mas também regiões dentro destes. E, não por ação exclusiva de agentes internos, mas, pelas incursões de agentes de outros países (de características centrais, como as CTNs) em território periférico.

O acesso ao pensamento cepalino aqui percorrido permitiu firmar um ponto de partida para a moldura teórica complementada pelos dois próximos capítulos. Ajuda a sensibilizar o objeto diante da amplitude que é própria ao tema, pois, ao conjugar o estudo das relações sociais de um determinado espaço com suas decorrências em termos do desenvolvimento local, o envolve na complexa trama de relações extralocais, indispensáveis para o seu entendimento. Essas relações internacionais são parte inerente da história nacional, e continuam decisivas para sua compreensão. No entanto, privilegiar o pensamento cepalino não significa desconsiderar as diferenças contextuais de meados do século passado frente à

conjuntura atual, mas assumir sua força teórica e a presença de categorias e indicadores que ainda são robustos para discutir a relação entre crescimento econômico e melhoria nas condições de vida (desenvolvimento).

A realidade atual, além de se apresentar mais complexa e indecifrável que a dos anos próximos a 1950, desfigura, mais que antes, as fronteiras entre o público e o privado. Além disso, as disputas comerciais internacionais são mais complexas e acirradas, os sistemas financeiros nacionais não têm distinção nítida e o fluxo de capitais não encontra fronteiras para que a especulação suplante a produção.

Interessa destacar, já buscando prefaciar o próximo capítulo, que o movimento estrutural e estruturante tem como uma de suas nítidas expressões a centralização e a tendência ao acúmulo incessante de capital, que gerou grandes conglomerados transnacionais. Sendo estrutural na dinâmica, é estruturante por resistir e continuamente se readaptar aos ciclos de crise do sistema capitalista (ARAÚJO, 2008b). A recorrência de concentrações ainda ajuda a perceber as heterogeneidades nacionais, especialmente na dimensão territorial, o que traz grandes desafios aos estudiosos do desenvolvimento, especialmente em meio à plena carga do processo de globalização. Considerando que por trás deste processo subscrevia-se um modelo político-ideológico com decisiva indução à abertura comercial e à promoção da financeirização, pensar em desenvolvimento ficou ainda mais complexo. O neoliberalismo, que adentrou o espectro político (Pinochet no Chile, Fujimori no Peru, Menem na Argentina e Fernando Henrique no Brasil, por exemplo) na América Latina no curso da década de 1990, deixa como herança a inflação, a paralisia de políticas econômicas de desenvolvimento, o agravamento da concentração de renda, o sucateamento do patrimônio estatal e maior vulnerabilidade externa, para ater a alguns de seus mais fortes impactos (SADER, 2008a). Escobar (1995) chega a afirmar que a teoria do desenvolvimento teria entrado em decadência justamente com o alastramento do neoliberalismo pela periferia latino-americana.

O que proponho destacar, neste momento, é a importância para o fato de que, em processos de análise de trajetórias nacionais ou regionais, torna-se imprescindível considerar estas frações territoriais de nações periféricas diante da dinâmica do sistema econômico e político mundial, onde se fazem presentes analogias de um poder central e outro periférico. Ainda, que diante do avanço do neoliberalismo na América Latina foi possível perceber que este não conseguiu consolidar as forças sociais necessárias para se estabilizar, permitindo que, em seu lugar, ganhassem terreno governos de tradição mais socialista, donde começam a se manifestar maior participação popular (pelo menos com menor grau de repressão).

Buscando ampliar o quadro teórico para a compreensão do objeto desta pesquisa, no próximo capítulo será conjugada a influência do estruturalismo cepalino com a prática desenvolvimentista brasileira, e principalmente as influências recentes do modelo neoliberal no Brasil. A partir deste ponto, será formado um panorama que caracterize expressões da heterogeneidade estrutural e da dualidade nacionais.

III. O DESENVOLVIMENTO LOCAL E O SISTEMA ECONÔMICO E POLÍTICO MUNDIAL: NEOLIBERALISMO, GLOBALIZAÇÃO E O LOCAL COMO ESPAÇO DE ACUMULAÇÃO

O resgate feito no capítulo anterior, sobre a contribuição histórico-estrutural iniciada na Cepal na década de 1950, procurou destacar a importância de ter conjugado elementos estruturais para a compreensão da dinâmica do desenvolvimento de países periféricos no sistema econômico internacional. Assim, percebe-se que a Cepal passava, à medida que se aproximava a década de 1980, a se anunciar por meio de sugestões de curto prazo, opondo-se à linha de suas mais importantes contribuições. O decurso seguido permite acompanhar a posição de Escobar (1995), o qual acreditava que, ao mesmo tempo em que o neoliberalismo mantinha e intensificava seu andamento, a teoria do desenvolvimento perdia fôlego e impacto.

De forma complementar, o objetivo deste capítulo é o que é subjacente a essa condição. Para tanto, é necessário conjugar características do processo de globalização com as políticas neoliberais que se disseminaram na década de 1980, as quais iniciaram um profundo e precipitado conjunto de ações, que desmantelaram a estrutura industrial fundada nas décadas de 1930 e 1940 na América Latina. O neoliberalismo, ao estimular a flexibilização do trabalho, diminui ainda mais a força dos movimentos organizativos dos trabalhadores. Somando o afastamento do Estado da regência do desenvolvimento, fixa-se ainda mais a separação da população dos rumos tomados de seu país.

O acréscimo do movimento neoliberal à referência sobre o desenvolvimento elaborado no capítulo anterior justifica-se, ainda, por ter sido no período de auge de sua implantação, a década de 1990. O local de estudo experimentou uma ampla desarticulação econômica, com a saída, inclusive, da única agência bancária da cidade. A prioridade do lucro em detrimento de qualquer outra razão fez entender a cidade e sua população como meros agentes potenciais de lucro. Uma vez não alcançada a expectativa planejada, deixou de ser abandonada como praça bancária.

Nesse sentido, procurei afastar a perspectiva de que a ligação globalização/neoliberalismo fosse parte de um movimento natural, um consenso social que supralegitima um modelo para o desenvolvimento dos países. Diferentemente, e assumindo que o campo de sua insurgência é essencialmente política, e não apenas econômica ou comercial, destaco que sua incorporação ao cotidiano das relações produtivas e comerciais se

solidifica a partir de decisões governamentais, e na crescente aderência que estas relações passam a ter com os princípios desse modelo de organização política, econômica e social.

Pelos efeitos obtidos, a globalização anuncia um movimento que desconsidera a diversidade socioeconômica da periferia, manifestada no sistema econômico mundial no início da década de 1980. No Brasil, esse fenômeno é percebido de forma mais intensa de 1990 em diante, e sustentado por elementos que arregimentam a ofensiva capitalista do centro ao nível mundial. Nesse decurso, atinge, inclusive, as menores porções dos territórios nacionais, deslocando-os de sua lógica unificadora para promovê-los à moderna ordem internacional. Forma-se uma fragmentação que, a par das discussões feitas anteriormente, intensifica as dualidades e heterogeneidades dos países periféricos.

O capítulo foi conduzido com o objetivo de ampliar o quadro teórico, no sentido de posicionar a temática do desenvolvimento com relação às reconfigurações que passam a responder no contexto do neoliberalismo e da mundialização. É na dimensão local de desenvolvimento que alinho meus argumentos e avanço na compreensão de processos que permitam a transformação da realidade pela emancipação de nosso destino perante os vínculos materiais e ideológicos, que impedem propostas de crescimento mais sensíveis às frações sociais e territoriais frequentemente desconsideradas no desenvolvimento do país.

Inicio o capítulo com uma discussão sobre a solidificação da proposta neoliberal, suas origens e principais argumentos. Relaciono a influência neoliberal sobre o desenvolvimento local, buscando identificar como o neoliberalismo descaracteriza os territórios locais em sua capacidade de representar uma alternativa à superação de suas heterogeneidades. Argumento em favor de outra concepção de desenvolvimento local, que possibilita maior participação da comunidade. Por fim, ressalto o contexto neoliberal perante a descentralização de práticas políticas, que típica e exclusivamente são pensadas e organizadas pelo poder executivo e suas instâncias, um esforço de aproximação ao objeto do quarto capítulo.

3.1. Neoliberalismo, globalização e desenvolvimento

As principais concepções cepalinas têm ligações diretas com o novo papel pensado para o Estado latino-americano, a partir de Keynes. O Estado passa a assumir uma posição ativa e intervencionista na busca pela promoção do bem-estar social, permitindo a Fiori (1990) afirmar que derivaram dessa estratégia as mais longas e contínuas experiências de crescimento de longo prazo nas economias avançadas.

Para resgatar o surgimento de ideias e projetos de coordenação estatal desse contexto, faz-se útil resgatar a crise que marca o início da década de 1930, um momento de questionamento dos princípios liberais da organização econômica. De acordo com os liberais, a economia levaria ao desenvolvimento, desde que fosse liderada e sustentada por interesses de agentes econômicos privados, com participação mínima do Estado, proposta sustentada em um debate teórico-ideológico. Segundo Fiori (1995), o protecionismo e o livre-cambismo se sucederam e alternaram desde o início do século XIX. Algo similar ao pronunciamento dos fisiocratas, há mais de trezentos anos, cuja ideia principal era a de que:

> A perfeição residia no mercado. [...] E qual era o grande problema para os fisiocratas? Era que o mercado – não apenas como instituição, mas como uma forma de vida – seria tão mais eficiente quanto mais se igualasse ao movimento "natural" das coisas, como o movimento da vida e de suas várias espécies. [...]. O que prejudicava essa espécie de naturalização do mercado? A política. A política era o problema, pois impedia o pleno movimento do mercado (FIORI, 1997, p. 117).

Assim, já se reclamava a eliminação da política. Todavia, como era algo inerente à condição humana, os fisiocratas chegam a entender como único caminho a presença de um tirano pró-mercado, como ocorreria no Chile, na implementação do neoliberalismo. Fiori (1997) destaca que, com o neoliberalismo, o que seria inédito é o fato de o fascismo de mercado deixar de prescindir de um tirano, possibilidade constituída, no caso brasileiro, pela coalizão de poder que sustentou uma estrutura de decisões favoráveis ao movimento de capitais.

O quadro de crise de 1930, por exemplo, foi promovido por princípios liberais (liberdade comercial) e baixa interferência estatal. Para revertê-lo, o Estado atingiu o apogeu agindo como mentor da organização social e força indispensável ao bom funcionamento do mercado e ao desenvolvimento. Nesse momento, a Cepal passa a indicar a forte presença do Estado.

Posto em posição de destaque, o Estado passa a agir, principalmente no câmbio, buscando manter níveis adequados à pauta de importação, ao financiamento do investimento privado nacional e agindo como pivô da articulação do capital nacional, privado e público,

com o internacional. O Brasil[37] seria o mais completo e bem sucedido caso de um Estado intervencionista na América Latina e o único país a montar uma estrutura industrial significativa, a despeito da escassa autonomia tecnológica.

Depois de grandes taxas de crescimento e uma estrutura industrial razoável frente ao panorama anterior, chegamos à década de 1970 com crescimento econômico em desaceleração e um Estado marcado por crises fiscais. A principal razão recairia no excesso da intervenção e ação na economia, cujos mercados eram fortemente regulados e protegidos. Nesse contexto, o Governo brasileiro, assim como a maioria dos Estados latino-americanos, acabou acumulando várias funções na busca por impulsionar o desenvolvimento industrial e superar o atraso periférico. Como afirma Fiori (1990, p. 6):

> Coube ao Estado a múltipla tarefa de promover o crescimento, administrar o ciclo econômico, disciplinar a distribuição social da riqueza e comandar a inserção nacional dos interesses multinacionais, o que outorgou-lhe uma posição decisiva na reprodução econômica, social e política [...]. Estressado, entretanto, por estas múltiplas funções, muitas vezes divergentes, **o Estado Desenvolvimentista agigantou sua estrutura**, debruçando-se quase sempre de forma autoritária e corporativa – sobre os vários grupos de interesse gerados pelo próprio processo de industrialização. (Grifos nossos).

Ressaltando uma função que extrapolava o que havia ocorrido nas economias avançadas, Fiori (1990, p. 6) ainda revela o quanto que, na América Latina, o Estado adquire um status diferenciado, sendo parte das razões sua centralidade na América Latina.

> Foi a política econômica que estabeleceu os horizontes coletivos, **organizando, em torno de seu processo de decisão e de suas burocracias uma multiplicidade infinita de atores**, com interesses e expectativas extremamente heterogêneos, o que, no longo prazo, lhe impôs limites que o Brasil parecem havê-lo levado à potência e à necessidade de profundas transformações. (Grifos nossos)

Os dois pontos destacados são decisivos nesse debate teórico. O primeiro refere-se à principal crítica que abriria espaços a uma agenda de traços liberais, quando o Estado perde força, representando o adiamento de ações urgentes ao alívio das grandes desigualdades do

[37] As principais medidas adotadas se iniciam ainda no primeiro governo Vargas, intensificado com Juscelino na década de 1950 e atinge expressões exponenciais com o regime militar. Se com Getúlio Vargas é organizada a infraestrutura de transporte, de energia, e a criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES) e da Petrobras (esses dois já no segundo governo), com Juscelino forma-se a estratégia geral de articulações entre Estado e capital privado, quando resultam em barreiras de entrada ao mercado interno, ao mesmo tempo intensifica o capital estrangeiro na indústria de bens de consumo durável. JK cria 23 empresas estatais, número facilmente superado pelos tecnocráticos militares que, em seu Estado desenvolvimentista, criam 302 empresas (FIORI, 1990).

país, e ao mesmo tempo, uma voz favorável ao aumento de nossa vulnerabilidade e dependência do capital externo, a financeirização. O segundo, apesar do que possa parecer, quando se pensa em uma política organizada a partir de uma multiplicidade de atores, o que estava em jogo não eram os interesses diretos da sociedade brasileira. Entretanto, considerava-se um pacto de negociações que forçava a conversação entre diferentes poderosos grupos de interesses, como os formados para atender aos setores industriais, agrícolas, bancários, dentre outros, assim como suas variações regionais.

Embora o Estado desenvolvimentista brasileiro tenha expandido e desenvolvido uma ampla institucionalidade necessária à boa gestão de sua máquina (agências, bancos, empresas), a injustiça social sempre esteve presente. Fiori (1990) destaca que, o processo de industrialização não foi acompanhado de transformações na estrutura agrária e na distribuição de renda que viabilizou um mercado interno, e essa razão é amparada, principalmente, pela ingenuidade da não-consideração da dimensão política em prol do foco econômico. Da mesma forma, foi incipiente a consideração da sobreposição dos interesses privados nos públicos, dado seu peso na formação do apoio necessário às decisões do Estado, cuja concepção simplista no debate do desenvolvimento não ajudou a minimizar as ilusões na razão em apreço.

A partir de uma visão que percebia o Estado como agigantado, decorreu-se um discurso em benefício de seu afastamento da regência da economia. Àquele que nunca teria abandonado suas pretensões de protagonista é dada nova chance de ressurgência, o pensamento liberal, que avança na década de 1980 e tem auge na de 1990, minimizando o Estado na economia e sinalizando o mercado como referência central. Em cena, a estadofobia, como significou Santos (1984).

Os anos de 1980 experimentariam a hiperinflação, o esgotamento da capacidade de financiamento externo, o estrangulamento fiscal, a exaustão do regime autoritário e a difícil transição para a democracia. Esgotava-se o ciclo desenvolvimentista, em ação desde a década de 1930, deixando, como rastro, uma crise no governo, no regime de governo e no Estado. A estrutura desenvolvimentista sempre esteve condicionada a um pacto conservador, que restringia alterações na estrutura agrária e mantinha os interesses confederados (regionais, setoriais e corporativos), evitando que o Estado assumisse, de fato, a centralização financeira. As limitações na capacidade de financiamento da industrialização brasileira e a decorrente aliança com o grande capital produtivo e financeiro internacional eram formas únicas de se construir a tardia estrutura industrial periférica (FIORI, 1990).

Como foi possível chegar ao conjunto de medidas pensadas e implementadas entre 1980 e 1990, circunscritas no ideário neoliberal? Quais seriam suas principais características e consequências? A próxima seção é dedicada a esses questionamentos, e, nesse sentido, discuto pontos que podem ressaltar as ações subjacentes às coalizões que edificam projetos para o desenvolvimento nacional. Um pacto permanente com a elite conservadora do país que seria expresso em experiências de crescimento com desigualdade.

3.2. O renascimento liberal do desenvolvimento

Apesar de, em termos teóricos, o neoliberalismo vir se firmando desde o Pós-Segunda Guerra, especialmente nas instâncias da estabilização monetária, do combate à inflação e do anticomunismo, é a partir da década de 1960 que passa a se consolidar teoricamente. Estabelece, então, sua posição nas universidades americanas, e a partir de seus universitários, são articuladas estratégias de homogeneização das políticas econômicas nacionais.

Em 1973, Pinochet[38] assume o poder no Chile e coloca em vigor as premissas neoliberais sob regime ditador, em um momento de grande crise econômica mundial. Essa primeira experiência neoliberal na América Latina, como atesta Fiori (1997), contribuiu para que tais premissas neoliberais, que já se encontravam consolidadas teoricamente, se tornassem práticas, avançando para a política. Reforçam esse movimento as vitórias de Margareth Thatcher na Inglaterra, de Ronald Reagan[39] nos EUA e de Helmut Kohl na Alemanha, dando mais força política ao neoliberalismo (cujo ápice viria com o enfraquecimento das sociedades socialistas, representadas simbolicamente pela queda do Muro de Berlim, em 1989).

Nesse momento, confirmava a implementação de políticas econômicas de governos periféricos pelas mãos de técnicos do FMI e do BIRD, assim como por meio de apoio de universitários norte-americanos, como revelou Fiori (1997). Prática condizente com a afirmação de Herrera (2006), para quem o poder dos meios dirigentes teria sido decisivo para

---

[38] Diferentemente do que ocorrera no Chile em 1973, no Brasil a implementação do neoliberalismo não se daria por esse feitio. Após tantos anos de regime militar, haveria que se desenrolar de outra forma.

[39] Como recupera Raphael (2008), Reagan ilustrava sua política de desregulamentação com a frase "O governo não é a solução, mas sim o problema". E é assim que, em 1999, consegue aprovação para a "Lei da Modernização de Serviços Financeiros", que eliminou controles financeiros impostos desde os tempos de Franklin Delano Roosevelt, presidente norte-americano que contornou a crise de 1929 com forte convicção na importância do poder do Estado para manter o mercado e a economia em bom estado. E enquanto Reagan eliminou os controles governamentais sobre uma ampla gama de instituições e instrumentos financeiros, em consonância em sua fé no livre mercado, Roosevelt proibiu a fusão entre empresas do setor bancário, de intermediação financeira e de seguros.

legitimar o neoliberalismo em níveis que escapam seu *lócus* habitual, tornando-os uma ideologia e atingindo, inclusive, o universo cultural das sociedades periféricas.

Na formação e disseminação dos argumentos favoráveis ao neoliberalismo, Boron (2001) identifica uma cúpula da disposição do poder mundial. Revela que às megacorporações somam-se governos e seus Ministérios da Fazenda - independentes de qualquer controle democrático e popular, assim como seus bancos centrais -, mas não para nestes, pois o alastramento e a fortificação dessa estrutura cristalizaram-se a partir dos acordos de Bretton Woods, em 1944, quando são fundados o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (BIRD) e a Organização Mundial do Comércio (OMC), assim como diversos braços a partir destes. Há também o papel decisivo das empresas jornalísticas, televisivas e radiofônicas, formando a grande imprensa econômica internacional. Apesar da nobre função, antes mesmo do esperado compromisso informativo e opinativo, firma-se um alinhamento editorial coerente com os interesses dos conglomerados empresariais aos quais estavam ligadas. Por fim, os economistas alinhados à formação hegemônica das principais universidades do mundo, de ênfase ortodoxa sobre o papel e a função da economia, que o matematizaram e distanciaram da condição de ciência social, tornando-o estéril à questão humana e voltando-o essencialmente para a economia de mercado. Deles – consultores, *experts*, assessores - esperam-se análises de riscos e de mercados, assim como opiniões que dão suporte às decisões de governos e sua simbiôntica relação com as agências criadas em Bretton Woods. Em conjunto, os atos desses agentes e organizações fazem ecoar pelo mundo os caminhos do desenvolvimento (HERRERA, 2006).

Para Santos (1999), é como se houvesse firmado um amparo legitimador das novas práticas políticas necessárias à implantação do neoliberalismo nos países em que fora "sugerido", pois para ele:

> Essas lógicas individuais necessitam de uma inteligência geral, e essa inteligência geral não pode ser confiada aos Estados porque estes podem decidir atender aos reclames das populações. Então, esses governos globais, representados pelo Fundo Monetário Internacional, pelo Banco Mundial, pelos bancos internacionais regionais, como o BID, pelo consenso de Washington, pelas Universidades centrais produtoras de idéias de globalização e pelas Universidades subalternas que aceitam reproduzi-las (SANTOS, 1999, p. 11).

Sobre a influência de tamanho peso, era de se esperar que solidificassem formas de um Estado e economia afinados com os novos preceitos liberais. É sobre este momento que Sader (2008) identifica como o de mudanças importantes para as economias da América Latina, ao

vermos afirmar a posição do FMI nas políticas econômicas desses países, especialmente no equilíbrio fiscal e no superávit primário para garantir o pagamento dos serviços da dívida[40].

No caso brasileiro, mesmo que no governo de José Sarney ainda houvesse esperanças de que fosse possível dar curso à estratégia de crescimento industrial até então vigente (embora por coalizão política democrática), eram notados indícios de elementos da agenda neoliberal, especialmente no sentido de favorecimento aos grandes empresários, latifundiários, banqueiros e multinacionais. Repetiu-se no governo de Fernando Collor de Melo[41], primeira grande articulação em favor do desmantelamento do Estado, e atingiu seu ápice com Fernando Henrique Cardoso, com ênfase nos interesses do sistema bancário.

No início da década de 1990, apareciam o questionamento do papel do Estado na economia, a vulnerabilidade externa (dívida) e a desregulamentação do câmbio como forma de facilitar a entrada do capital especulativo no país. Esse panorama fragilizava o Brasil frente à política econômica e financeira dos países de industrialização avançada (centrais). Soma-se a esse contexto uma bagagem de significativa exposição ideológica pró-liberalização, promovida pelos EUA, no momento em que a aproximação à proposta neoliberal figurava como caminho natural.

Assim se consolida a ideia de que a crise que se arrastava desde 1973 era obra das políticas keynesianas e dos compromissos fiscais em manter um Estado forte socialmente. Como resumiu Fiori (1997, p. 80), esse era um ponto de vista que "transformou-se em senso-comum e em ponto de convergência das políticas econômicas do mundo capitalista". [...] "A partir daí as idéias de eficiência, competitividade e equilíbrios macroeconômicos substituíram o consenso keynesiano [...] e passaram a ser os novos totens do pensamento político-econômico mundial".

---

[40] Como reforça Sader (2008), a financeirização da economia promovida com a ascensão neoliberal reduz o papel do Estado na economia, ficando a este, basicamente, o cumprimento de tarefas compatíveis com o pagamento das dívidas com nações centrais, como, por exemplo, promover o superávit primário e transferir, vultosa e sistematicamente, os recursos produtivos para o sistema financeiro. Tudo possível graças às técnicas disponíveis que tornaram o dinheiro um elemento praticamente abstrato, sem lastramento com bens de valor real, como o foi em épocas de retaguardas estabelecidas em ouro, por exemplo. Em sua nova forma, ele tornou-se um "equivalente real dele próprio" (SANTOS, 2000, p. 100).

[41] O Plano Collor (oficialmente Plano Brasil Novo), anunciado em 16 de março de 1990, ambicionava modernizar o Estado e estabelecer plenamente a economia de mercado no País. Dentre outras, destaco como principais políticas a abertura gradual da economia para afirmar a competição de empresas do exterior no país, a extinção de agências do governo (buscando reduzir gastos) e o estímulo à privatização e início da desregulamentação e liberalização da economia, sinalizando ser este um plano diretamente afinado com o tom neoliberal.

O neoliberalismo aparecia como necessidade incontestável, e no centro da proposta, novamente o Estado mínimo como condição central à reorganização econômica. Nota-se que é coincidente a este tempo uma nova era do ambiente rival do mundo privado, marcado pela globalização. Diante desta, as empresas deveriam enxugar seus quadros de funcionários, tornarem-se mais ágeis, produtivas e competitivas, para enfrentarem avanços de concorrentes globais, não mais aqueles conhecidos da arena concorrente local ou nacional. Autenticando esse novo ambiente mercadológico, o Estado também deveria se adequar. Intensifica-se uma perspectiva de urgência à mudança, ou a ideia de que o único caminho para se fazer parte da "aldeia global" seria pela adoção do receituário neoliberal, como recordam Serra e Serra (1999). Afirma-se, então, a política neoliberal como uma "utopia quase religiosa" (FIORI, 1997), instaurando um "fundamentalismo econômico" (SANTOS, 1998).

O objetivo era transformar e reformar o Estado atrasado, lento e paternalista, dando-lhe configurações modernas e eficientes, prontamente adequadas à nova ordem globalizada. Como suporte, uma carga ideológica se solidificava, blindando mentes e olhos expostos às possíveis dificuldades que enfraquecessem a aplicação das receitas neoliberais. Ou seja, "o mesmo sistema ideológico que justifica o processo de globalização, ajudando a considerá-lo único caminho histórico, acaba, também, por impor uma certa visão da crise e a aceitação dos remédios sugeridos" (SANTOS, 2002, p.36). Por isso, "todos os países, lugares e pessoas passam a se comportar, isto é, a organizar sua ação, como se tal "crise" fosse a mesma para todos e como se a receita para afastá-la devesse ser geralmente a mesma" (*ibidem*).

Esse é o ambiente do início da década de 1990, quando também passam a ser escassas as discussões sobre capitalismo. Para Boron (2001, p. 40), era nítida uma *práxis* política omissa, um desaparecimento do capitalismo da agenda pública. Ele teria sido absorvido como fenômeno natural, ou "uma cristalização de tendências inatas, aquisitivas e possessivas da espécie humana e não como uma criação histórica de classes e agentes sociais concretos movidos por interesses". A consequencia seria clara, ao "naturalizá-lo, o capitalismo se torna invisível e, como não é possível vê-lo, não se pode discuti-lo". Essa era a visão hegemônica nos meios acadêmicos também da América Latina que, corroborados pelos meios de comunicação de massa, transformam o neoliberalismo e sua afirmação, a globalização, em parte indissociável do senso-comum, expressos nos estudos de opinião pública. Para Fiori (1997, p. 66), algo tão generalizado que teria "esvaziado o debate político-partidário, dizimando as oposições e criando a impressão da existência de um consenso sem precedentes". Não existiria outra alternativa, mesmo que cada país fosse marcado por traços

históricos próprios que os diferenciassem uns dos outros. Era como se houvesse uma verdade econômica derrotando/superando a irracionalidade/incapacidade política da América Latina.

Afirmava-se, assim, um "conjunto de transformações das forças produtivas, das relações sociais de produção, dos sistemas institucionais e ideológicos", ou seja, o processo de globalização da economia mundial, como define Santos (1993, p. 36). A globalização, para evitar simplificações, é um fenômeno multidimensional, tem lógica econômica, mas decisão de caráter político, pois "a economia não se move mecanicamente, independente da complexa relação de forças políticas que se estruturam no âmbito internacional, mas pelo modo como se dá a tecedura dos vínculos entre economia mundial e economias nacionais" (DINIZ, 2007, p. 25).

Para dar mostra de como o neoliberalismo marca posição efetiva no Brasil, resgata-se a passagem de Fiori (1997) sobre a forma com que foi tecido o vínculo entre o polo externo e o interno, no sentido de instaurar um governo que garantisse a aplicação da normativa neoliberal. O autor cita uma reunião de janeiro de 1993 com especialistas (executivos de governos, de bancos multilaterais, de empresas privadas e representantes da Ásia, África e América Latina) em torno do documento *Search of a Manual For Technopols,* que identificava instâncias favoráveis e regras de ação que dessem apoio político para colocar em marcha o "Consenso de Washington".

O chamado "Consenso de Washington" manifestava-se por meio de um plano único para manejar as economias periféricas, chancelado por FMI e BIRD. A sugestão englobava três fases: (1) estabilização macroeconômica (via superávit primário, revisão das relações fiscais intergovernamentais e reestruturação do sistema previdenciário), (2) reformas estruturais (pela liberalização financeira e econômica, desregulamentação do mercado e privatização de empresas estatais) e (3) retomada do investimento e do crescimento econômico.

Forma-se um plano em que tal crescimento é o objetivo final, e não o bem-estar das populações dos diversos países onde o plano foi sugerido. É como se o *trickle-down effect* tivesse sua lógica de ação e resultados incontestes. Foi nesse ritmo que FMI e BIRD, em 1990, anunciaram a importância de um poder político capaz de promover as sugestões do programa econômico do "Consenso de Washington", sugerindo uma construção favorável ao argumento que levaria à reunião de janeiro de 1993.

Fiori (1997) ainda destaca que, nesta reunião, as perguntas e hipóteses articuladas pelos economistas ortodoxos tinham como objeto as dificuldades dos países periféricos, assim

como seus planos de ações salvadores. Neste momento, foi central o anúncio dos passos necessários à promoção de candidaturas à presidência nos pleitos nos países periféricos. Frente às dificuldades que a austeridade da política econômica causaria, era importante fazer com que os eleitores as suportassem. Assim, o discurso neoliberal viria regado por uma linguagem de transição, de um momento necessário em nome de um bem-estar de longo prazo. Além disso, que fosse foco dos candidatos buscar maioria parlamentar, pois assim seria mais fácil passar credibilidade aos analistas de riscos das grandes empresas de consultorias financeiras, uma vez que são eles que sugerem a direção dos capitais globalizados. Mantendo esta linha, é apresentado no Brasil o Plano Real, passo para a estabilização sugerida na reunião de janeiro. O Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, logo foi eleito Presidente, após a implantação do Plano Real.

Dessa forma, o neoliberalismo, assim como o movimento que a partir dele se intensifica, a mundialização, como melhor emprega Chesnais (1990), evidencia-se, mais uma vez, como um fenômeno essencialmente político, imerso em pressões de governos e organismos multilaterais, que desde o início da década de 1980 avança sobre a economia de países periféricos. Diferentemente de sua afirmação fascista no Chile, no Brasil o neoliberalismo consolidou-se por meio de uma coalizão que, pelas mãos de Fernando Henrique Cardoso, é articulada com o empresariado local, assumindo-o como irrecusável.

Nesse momento, duas escolhas do Presidente definiriam os rumos do Brasil na década de 1990: o resgate da burguesia local ao cenário de decisões econômicas e a aliança com a direita. De forma mais clara e pontual, o quadro da afirmação neoliberal assim se expressava:

> Dos antigos aliados, a velha elite política está esfacelada regionalmente; o sócio internacional "financeirizou-se"; o empresariado local, que já se "ajustou" em nível microeconômico, mantém sua velha opção ainda quando tenha encontrado seu exato lugar enquanto "sócio menor associado" e, por isso, já alinhou plenamente com o livre-cambismo antiestadista do *Washington consensus*; e, por fim, o Estado, falido financeiramente, já foi, além disso, destruído de forma absolutamente irracional e ideológica pelo governo Collor. Como conseqüência natural aderiu à estratégia de ajustamento do FMI e do Banco Mundial (FIORI, 1997, p. 16-17).

Com um empresariado assumindo-se coadjuvante dos grandes *players* internacionais, as CTNs ganharam ainda mais força no país, não só mercadologicamente, como também na influência política. Somando a proximidade que se estabeleceu entre Fernando Henrique Cardoso e a direita, permaneciam as práticas políticas de antes, e o sistema político e social

brasileiro mantinha, em sua direção, os partidos políticos conservadores, liderados pelo PFL[42]. Um direitismo que, no contexto do quadro neoliberal, gerava práticas no Governo Collor, em 1991.

Em destaque, estavam o livre comércio e a posição de protagonista do empresariado internacional, quer tenham comprado empresas brasileiras ou a elas se associado. Na maioria das vezes, as companhias internacionais sobressaíam frente às empresas nacionais. Outro fator que não deixaria de ser analisado era a financeirização. Considerando as chamativas taxas de juros do país, muitos recursos são atraídos por eles em busca do melhor retorno, em contraposição ao que pode proporcionar o setor produtivo. Embora na década de 1980 ainda houvesse a entrada de capital produtivo em níveis consideráveis, a partir de 1990 os retornos da especulação tornaram-se uma opção de preferência nítida na remuneração dos investimentos. As consequências acumularam-se até onde não se imaginava na acentuada crise manifestada em setembro de 2008. Este ponto será resgatado adiante, pois no momento me interessa apenas indicar seu epicentro, a prática especulativa.

Entretanto, é preciso recuperar alguns elementos do longo ciclo expansivo anterior, referenciado pelo Estado, que se manifesta depois do segundo Pós-Segunda Guerra, uma expansão permitida pelo avanço das CTNs, sejam industriais ou comerciais. Essas grandes empresas se apoiaram não só em um sistema financeiro que se expandia, como também na grande transformação que se dava na produção agrícola; baseando-se no modelo keynesiano vigente, de incentivos aos investimentos produtivos, fortalecimento da demanda interna de consumo e um papel regulador do Estado, assim como a proteção da economia. A consequência da continuidade desse modelo foi o descompasso entre produção e consumo.

Projetava-se sobre a lógica capitalista uma crise que, Sader (2008), resgatando Marx e Engels (2002), define como resultante do desequilíbrio estrutural da sincronia entre superprodução (pela capacidade de expansão da estrutura produtiva) e subconsumo (pela incapacidade de distribuição de renda), exatamente como ocorreu na década de 1970. O excedente gerado é, então, transferido ao capital financeiro na forma de eurodólares, gerando liquidez financeira. No modelo neoliberal, assim como na crise de 2008, também se intensifica a prática de transferência de capitais produtivos para especulativos, possível pela

[42] Não só este, pois para Salles (2008) foi com o PMDB, ainda no governo Sarney, que foi loteada "a máquina do Estado: ministérios, hospitais, todo tipo de órgão. [..] O Estado desapareceu, virou patrimônio dos políticos." O próprio Fernando Henrique Cardoso, no entanto, ao chegar à Presidência, parece ter concluído que política no Brasil era daquela forma. Protegeu os três ministérios que considerava essenciais - Saúde, Educação e Fazenda - e entregou os demais aos de sempre, sob o argumento de que era isso ou a paralisia.

desregulamentação generalizada. Livre de barreiras, o capital tende a migrar para o setor financeiro, especialmente o especulativo; mais rentável e de maior liquidez, pois desloca rapidamente para onde pode multiplicar-se, além da baixa incidência de tributações. Apesar das vantagens de acúmulo de capital que o sistema permite, muitas economias que contavam com sua presença passam a ter que conviver com a forte pressão que sua fuga para outras economias mais rentáveis poderia representar (SADER, 2008).

Trata-se de uma crise que se expande pelo mundo a partir do EUA, nascida pela desvinculação do capital em relação à economia real, chegando a novos patamares nos meados de 2008. Neste caso, como revelou Báez (2008), a financeirização corresponde a um processo de crescimento exponencial do capital fictício. Recuperando Maurice Allais, prêmio Nobel de Economia em 1988, "os movimentos internacionais de capital especulativo superam em 40 vezes a liquidez originada na compra e venda de bens e serviços". Em outro momento, recorre a Naredo (1998, *apud* BÁEZ, 2008), para lembrar que "o volume das reservas monetárias em poder dos governos corresponde apenas ao que é negociado diariamente no mercado de divisas, aproximadamente 1,8 trilhão de dólares".

Assim, o eixo do capitalismo ocidental passa pela circulação financeira, formalizando uma "involução do capitalismo para sua forma mais parasitária e especulativa", quando o capital especulativo prepondera sobre o produtivo (BORON, 2001, p. 48). Nesse sentido, Strange (1998) cita cinco mudanças que alteraram as condições de funcionamento do sistema financeiro internacional e ajudaram a afirmar o fundamentalismo financeiro.

A primeira foi a inovação tecnológica e os avanços dos conhecimentos na informática, na microeletrônica, nas telecomunicações e na engenharia de sistemas, com implicações diretas sobre o processo especulativo. A segunda, o aumento no tamanho dos mercados financeiros mundiais (seu volume e variedade de negociações). A terceira, as transformações administrativas/operacionais dos bancos, que não se limitam a investirem os depósitos que recebem, voltando-se para operações de altos riscos e rentabilidades. A quarta mudança refere-se ao aparecimento de Japão, China, Coreia e outros "tigres asiáticos" como agentes ativos na economia mundial (a autora acrescenta o papel da máfia e do crime organizado). Por fim, o abandono, por parte dos bancos centrais, da função de monitoramento e supervisão do sistema financeiro, substituída pela vigília automática das forças de mercado. O que não se pode omitir é que, somente pela força adicional de uma política econômica, torna-se possível o desenrolar dessas transformações.

Institui-se uma dinâmica impositiva de desregulamentação e liberalização de fluxos financeiros, sustentada pelo neoliberalismo, um modelo que, segundo Anderson (1995, p. 9), representou:

> Uma reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar. Seu texto de origem é *O Caminho da Servidão*, de Friedrich Hayek, escrito já em 1944. Trata-se de um ataque apaixonado contra qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado, denunciadas como uma ameaça letal à liberdade, não somente econômica, mas também política.

No entanto, a expressão mais forte e ao mesmo tempo sutil, não estava na dimensão econômica ou política do neoliberalismo, mas na carga ideológica que passava a sustentar: uma forma de organizar, pensar e aceitar um modelo de civilização. Assumo aqui a ideologia no sentido de uma representação falseada do mundo, originalmente articulada e disseminada por uma classe social dominante que, em benefício de seus próprios interesses, tornou-a coerente e útil à classe dominada, instaurando esta representação como correspondente à realidade. Nesse movimento de alienação social, a ideologia acaba sendo de grande valor para que posições e propostas políticas adquiram legitimação suficiente para se instaurarem.

O neoliberalismo não se aloca por entre as instâncias de governo por um lance imediato, abrupto. Pelo contrário, resultou de um contexto econômico e social problemático, cujas respostas, que passam a povoar o imaginário popular, vêm aos poucos envoltas em um complexo processo de interesses e ações de grupos que o legitima. Como carga resultante, uma posição favorável às determinações emanadas das classes dominantes, que acabam por gerar um sentimento de senso comum, quando são imaginadas explicações e justificativas para a realidade tal como é diretamente percebida e vivida. Atua, com exímia capacidade, na ocultação e dissimulação das realidades, fazendo-nos aceitar as condições em que vivemos. Uma ação que, na pauta da discussão do assentamento neoliberal no país, teve e tem amparo significativo da mídia corporativa de massa. Chauí (2006, p.174) ajuda a esclarecer esse ponto, quando afirma que:

> Esse senso comum social, na verdade, é o resultado de uma elaboração intelectual sobre a realidade, feita pelos pensadores ou intelectuais da sociedade - sacerdotes, filósofos, cientistas, professores, escritores, jornalistas, artistas -, que descrevem e explicam o mundo a partir do ponto de vista da classe a que pertencem e que é a classe dominante de sua sociedade. Essa elaboração intelectual incorporada pelo senso comum social é a **ideologia.** Por meio dela, o ponto de vista, as opiniões e as idéias de uma das classes sociais - a dominante e dirigente - tornam-se o ponto de vista e a opinião de todas as classes e de toda a sociedade. (Grifos da própria autora)

Reforçando essa construção ideológica que afirma o neoliberalismo, estão os organismos multilaterais, como, por exemplo, o Banco Mundial. Referenciando-me em Bourdieu (2002), trata-se de uma instituição que produz um discurso ideológico racional que inibe interrogações sobre seus fundamentos, no mais forte sentido expresso por uma ideologia. Assim, o Banco Mundial vem se apresentando como aquele que, sobre o agravamento da pobreza e da desigualdade inerentes à aplicação do "Consenso de Washington", elabora as políticas de uma agenda social mundial, que assume a globalização como inexorável, elaborando políticas que supostamente garantem melhor adaptação e proveito aos países.

O que se forma, tendo por referência o Banco Mundial, é a constituição de um campo para o desenrolar de um debate. Para Oliveira (2007), isso faz parte de um jogo mais amplo de poder, em que se "cria um campo específico dentro do qual o adversário é obrigado a mover-se", um espaço proposta/resposta que mantém a agenda de interesse do criador.

Mesmo correndo os riscos de se mover em terreno alheio, o tema em discussão tem demanda urgente. Por isso, a busca por novos paradigmas que confrontem o que é disseminado pela agenda hegemônica deve ser levada adiante, reconstituindo, ou mesmo criando, novos temas e conceitos. Esforço que não podemos desconsiderar, pois, como defende León (2000, *apud* CASSIA BRAVA, 2003), "há temas que são tratados isoladamente do seu contexto, como o da pobreza"; enquanto há "outros que desapareceram da agenda social e que precisam ser retomados, como o da concentração da riqueza ou o das estruturas nacionais e regionais de poder".

Se, economicamente, o neoliberalismo parece ter fracassado, socialmente suas marcas são ainda mais nítidas, como sociedades marcadamente desiguais e pouco ativas para impulsos de mudanças. No entanto, como destaca Anderson (1995), política e ideologicamente alcançou êxito, com o qual seus fundadores provavelmente jamais sonharam, disseminando a ideia de que não há alternativas para os seus princípios, e que todos, seja confessando ou negando, têm que se adaptar a suas normas. Trata-se, assim, de um fenômeno hegemônico, ainda que sejam expressivas as negações a seu respeito.

Consequentemente, vários são os destinos que o pensamento de predominância neoliberal atinge. Mas, buscando manter dentro do escopo que pretendo com esta tese, é também na década de 1990 que se intensificaram os debates sobre a questão do desenvolvimento local. Seu aparecimento se faz, de forma geral, em meio a uma visão alternativa para amenizar as desigualdades sociais que crescentemente se acentuam no país.

Nesse sentido, vem acompanhado por apelos de uma estratégia de ajuste dos territórios a partir de suas próprias potencialidades, que deveriam ser resgatadas e organizadas, de modo a atrair os interesses e investimentos de agentes privados externos, abundantes em tempos de globalização.

Trata-se do que Vainer (2003) classificou como a utopia da cidade-empresa, da cidade-mercadoria, da cidade-negócio, ou seja, da cidade-marketing, um plano abstrato de vida coesa pelo consenso, pois repudia qualquer debate aberto e é temerosa do conflito, como supõe o ideal neoliberal. Esta concepção do desenvolvimento local, que acaba sendo referência para a articulação das políticas de desenvolvimento nesta dimensão, será objeto da próxima seção.

3.3. A concepção neoliberal de desenvolvimento local

O cenário neoliberal firmou no país o alto custo do financiamento (com juros prioritariamente definidos para assegurar boa remuneração do capital), o assédio e a presença de CTNs no território nacional. Elas procuram mão-de-obra mais barata para instalarem suas fábricas, mas também para o cooptação de pequenas e médias empresas, no sentido de agregarem valor à cadeia de produção global das quais fazem parte. Trata-se de um quadro que dá sentido à ideia de desenvolvimento em meio à desregulamentação de mercados, privatizações e ênfase ao mercado, sendo este o fundamento, o meio e o fim da organização social.

Esta seção é dedicada à apresentação da concepção dominante de desenvolvimento local que, organizada a partir da lógica neoliberal, articula os principais elementos do espaço privado em benefício da soma de valor às redes globais nas quais estão inseridas. Nesse cenário, articulo as relações estabelecidas entre CTNs centrais e empresas de pequeno e médio porte de países periféricos, pois são estas últimas as que comumente marcam a paisagem das pequenas cidades do território nacional, como a investigada nesta tese. Por se tratar de uma aproximação extremamente seletiva, as empresas de pequeno porte acabam tendo seus processos produtivos condicionados pelos ganhos de produtividade e excedentes das CTNs. Como contraponto, a próxima seção trata da articulação de uma concepção de desenvolvimento local distinta a esta.

Tendo sido marcadamente consubstanciada pela ideologia neoliberal, a feição que torna evidente o pensamento desenvolvimentista a partir da década de 1990 tem duas

expressões que merecem destaque. A primeira, como aquela que reafirma o crescimento econômico e a segunda, pela abertura e desregulamentação do mercado e financeirização. No geral, a presunção do neoliberalismo em estimular a presença, na arena da construção da cidadania, de empresas e organismos multilaterais, moldados pela lógica da eficiência e eficácia, pelos indicadores de resultados e pelo planejamento estratégico, temas comumente circunscritos ao campo corporativo.

Dissemina-se, assim, a noção de que o desenvolvimento dos fragmentados territórios das nações periféricas viria de um processo que permitisse às potencialidades e capacidades locais se inserirem na acumulação internacional. Ou seja, um pensamento elaborado a partir da lógica neoliberal, que, ao se projetar sobre a ideia de desenvolvimento local, toma-o como mero espaço de ampliação da acumulação central, fazendo com que as frações territoriais sejam percebidas basicamente segundo suas capacidades em projetar lucros ao sistema de produção maior. Neste, a origem e a regência dos movimentos cabem a seus proeminentes participantes, as CTNs. Embora contra esse tipo de avanço fosse essencial a presença do Estado em resguardar os interesses de suas frações territoriais, o que temos visto é o esvaziamento da intervenção estatal em preservar a dinâmica local em meio à nacional. Considerando que a força neoliberal tem tido forte influência na organização sócio-econômica de vários países periféricos, onde é grande a presença e o interesse das CTNs, o que se pode dizer das relações formadas entre local e global? Como veremos, elas têm se mostrado mais favoráveis à fragmentação territorial, dando novo acento à heterogeneidade e dualidade marcantes na história nacional.

Organizadas segundo uma rede de relações hierárquicas, sua posição de destaque faz com que as CTNs disseminem novas tecnologias de produção e gestão que permitem escalas com alcance cada vez maior, o que levou à necessidade de novos espaços para sua atuação (SANTOS, 1993). Nota-se que está em jogo não a promoção planejada para o desenvolvimento de países e regiões do mundo, mas a ampliação de (oportunidades de) mercados e dos excedentes nos lugares em que forem possíveis, viabilizando a operação em larga escala das grandes empresas com atuação global. Diante de uma estrutura de poder governada por grandes grupos empresariais, proliferam políticas que invadem programas de

governo e agendas de políticas públicas de desenvolvimento[43]. Sem dúvida, são empresas mundiais, mas essencialmente na captação de recursos e na comercialização, e não no destino prioritário de seus lucros.

Além disso, seus diretores e presidentes mantêm estreita relação[44] com os governos de seus países de origem, tornando-os fortes aliados. É difícil afirmar que mesmo o crescimento econômico neoliberal tenha sido capaz de gerar como corolário um processo de integração em benefício da maioria. O que vimos foi uma civilização planetária organizada seletivamente, com ações visando à geração e agregação de valor em termos globais, e não mais locais ou nacionais. Sobre alguns dos elementos dessa moção, recorro a Santos (1993, p. 33), para quem "as empresas multinacionais articulam um sistema complexo de produção a partir de diferentes pontos do globo, realizam um gigantesco movimento de capital a nível internacional, expandem drasticamente os serviços e mercados de capital e financeiro".

Consequência dessa investida, em que pese o território, é a "liquidação impiedosa dos mercados locais e sub-regionais dentro de países e uma tentativa de integração de mercados internacionais dentro dos espaços regionais delimitados por acordos entre Estados" (SANTOS, 1993, p. 42). Essa integração também estimula a cooperação científico-tecnológica entre empresas, mas por um viés seletivo suficiente para satisfazer ~~a~~os interesses e manter o poder decisório das CTNs. Além disso, se o desenvolvimento industrial e econômico de cada país se faz mediante suas condições singulares, é espera-se que sejam

[43] Que concretizam uma concentração de poder de tal forma que, ainda na passagem do último século para este, fez com que 200 corporações tivessem um volume de vendas superior ao PIB de todos os países do mundo, exceto os maiores, ou seja, 182 nações. Contra os que defendem este tipo de organização industrial como grande geradora de empregos, basta assinalar que geram postos para menos de um terço de um por cento da população mundial (LANDER, 1999). Além disso, 96% delas têm sua matriz em apenas oito países, por isso deve-se atentar para o argumento que insiste em desvinculá-las de qualquer base nacional, como se fossem multinacionais.

[44] Por seu poder econômico e interesses, não é difícil imaginar o apoio que oferecem aos que aspiram por cargos públicos nos diversos plebiscitos. Pois é "a competição oligopolística e a interação estratégica entre firmas e governos, e não a mão invisível das forças do mercado, que condicionam as atuais vantagens competitivas e a divisão internacional do trabalho nas indústrias de alta tecnologia" (OCDE, *apud* CHOMSKY, 2002, p. 124). Neste sentido, Milanez et al (2008) identificam que apenas dez empresas (CTNs) controlam 90% do segundo maior mercado mundial de agroquímicos (eufemismo para agrotóxico), o brasileiro. Agentes importantes na cadeia produtiva da agricultura monocultivada (que trata a biodiversidade como praga), eles ocupam papéis decisivos em instituições de grande peso político na regulação do setor. Apesar de várias dessas empresas fazerem parte do Instituto Ethos (cujos integrantes devem pautar sua gestão pela relação ética e transparente com todos os públicos com os quais a empresa trabalha) e do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CBDS, que busca conciliar as necessidades econômicas, socais e ambientais sem comprometer o futuro de quaisquer dessas demandas), em outra instituição, na qual também são ativas, o Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Agrícola (Sindag), elas parecem manter distância do que pregam as duas primeiras. Pelo Sindag, têm conseguido adiar ou interromper avaliações de toxidez de seus produtos, mantendo-os com venda regular. Além de vários destes serem proibidos nos países de origem dessas CTNs, no Brasil os agrotóxicos de uso agrícola e doméstico são os responsáveis pela segunda e terceira causa de intoxicação humana.

múltiplas as racionalidades nos usos dos recursos e na constituição de modelos para a promoção de fatores que melhorem as condições de vida de sua população.

No entanto, a sociedade capitalista tem apresentado uma trajetória de homogeneização na forma de se pensar o uso de forças produtivas e meios de produção. Para Cabral (2004), trata-se de uma prática de poucas empresas de grande porte (de países desenvolvidos), centralizando a produção da cultura de massa, e difundindo padrões culturais, hierarquias e comportamentos homogeneizados. Uma explicação para esse fenômeno é que a continuidade do desenvolvimento e expansão do sistema capitalista reduz os modelos de utilização de recursos, tornando estreita a margem de escolha e reforçando o poder determinante da estrutura frente às opções de seus agentes (SANTOS, 2000). Furtado (1998) afirma que é na engrenagem do capitalismo atual que as empresas se tornaram um elo fundamental e matriz do sistema de poder mundial, exigindo atenção em se identificar o formato e o papel das mesmas no recorte político-econômico-social.

No entanto, a maioria dos estudos desta natureza nas escolas de negócios nasce, fortalece e difunde a partir do estreito relacionamento entre a academia e as grandes corporações, levando a um perfil de reclamação utilitarista que acaba envolvendo a geração de conhecimento científico da área, estimulando uma produção que privilegia os interesses particulares das empresas, em especial as de grande porte, e pouco os impactos de suas práticas. Tornam-se, assim, “recursos de legitimação para a mobilização de interesses e ideologias particulares de oligarquias não somente dentro das economias nacionais, mas também dentro e através de escolas de negócios” (FARIA e WENSLEY, 2000, p. 12).

Assim, problematizar pequenas organizações produtivas (ou empresas de pequeno porte), a partir das capacidades e potencialidades locais, torna-se um processo árduo, enquanto não há um desvio frente aos condicionantes globais. Isso porque estes exercem forte influência no nível de competição das empresas, na disponibilidade e nos custos de capital necessário à promoção industrial e nas expressões culturais e políticas que dão forma à estrutura de poder global. Ao mesmo tempo, forma-se um ambiente que exige das empresas de pequeno porte atenção às estratégias praticadas no mercado internacional, pois a estrutura é de nível global e promove ações dominadas pelo investimento internacional, onde os fluxos inter-corporativos crescem em importância. Como descreveu Chesnais (1986, p. 27):

> As empresas recorreram a novas combinações entre os investimentos internacionais, o comércio e a cooperação inter-empresas coligadas, para assegurar sua expansão internacional e racionalizar suas operações. As estratégias internacionais do passado, baseadas nas exportações, ou as estratégias multidomésticas, assentadas na produção e venda no exterior, dão lugar a novas estratégias, que combinam uma série de atividades transnacionais: exportações e suprimentos externos, investimentos estrangeiros e alianças internacionais. As empresas que adotam essas estratégias podem tirar proveito de um alto grau de coordenação, da diversificação de operações e de sua implantação local.

Apesar da força que tende a sufocar iniciativas distintas das que são provenientes dos interesses das grandes empresas, não podemos desconsiderar que na economia de mercado a industrialização é força subordinada às exigências dos homens; o que exige esforço de compreensão constante para que seja possível posicionar seus elementos. Do mesmo modo, é difícil imaginar uma concepção de mundo fora das diretrizes estruturadas e estruturantes da reprodução capitalista, pois não estamos diante de uma ideia em si mesma. Trata-se de um produto da mente humana, assim como seus resultados e indicações de sucesso, que adquirem sentido como partes da realidade feita pelo homem. E se coube aos homens organizá-la, está em suas mãos a mudança de rumos[45].

Dentre os passos iniciais, está o compromisso em assumir que, antes de mudá-lo, é preciso melhor conhecê-lo. Assim, vivemos, mais que antes, sob forte concentração de capital e predomínio de monopólios e oligopólios que se movimentam sobre uma economia de expressiva proporção de capital financeiro (especulações) e onde prevalece o estímulo à liberdade de movimento de grandes empresas rumo à formação de um mercado mundial. Considerando ainda as ações dos organismos multilaterais internacionais, vejo sendo formadas ideias e políticas de desenvolvimento local que o entendem apenas como *lócus* da ação produtiva dos grandes agentes produtivos globais.

É neste sentido que os governos de países periféricos agenciam a integração de empresas de pequeno porte locais com CTNs. Esse seria o caminho entendido como viável para se considerar o local, ou seja, um espaço com oferta potencial à acumulação capitalista mundializada. Assim, essas empresas inserem-se na problemática do desenvolvimento, amparadas por uma parceria (Estado-CTNs-Empresas de Pequeno Porte) capaz de promover novos padrões tecnológicos, nos quais as empresas nacionais tornam-se aptas a operar, contribuindo para o aumento da produtividade geral do sistema, pela queda nos custos e maior competitividade dos produtos e empresas locais no mercado mundial.

---

[45] Reflexão que reacende, de imediato, a afirmação de Marx, em *Contribuição à crítica da economia política*, de que “o homem só se coloca os problemas que pode resolver”.

Esses movimentos que conjugam empresas de pequeno porte e CTNs têm importância direta no desenho do desenvolvimento nacional, uma vez que as organizações produtivas do país são agentes decisivos na geração de renda e dinamização da economia. Nesse curso, vasta é a literatura dedicada ao entendimento do processo de ampliação das fontes de competitividade e participação em novos mercados por meio da formação de *links*, geralmente voltados para o melhor desempenho de produtos, processos, produção, circulação ou gestão das empresas ou de suas partes.

Na visão de Lastres e Cassiolato (1999), a busca por progresso na capacidade de competição das empresas estaria condicionada à amplitude das redes que viessem participar. Sobre esta temática, tornaram-se comuns estudos sobre relações de proximidades entre as empresas locais e destas, de forma isolada ou coletiva, com CTNs, com destaque para aqueles voltados para arranjos produtivos (ou *cluster*[46]).

Dessa forma, as contribuições condensadas na Nota 46, mostram-se úteis a este trabalho em dois pontos, respectivamente. Para corroborar com a afirmação da existência de uma intensa relação entre empresas de pequeno porte e CTNs e ressaltar que essa relação modifica as condições de competição nas escalas locais e internacionais dessas empresas.

Do primeiro ponto, o que me interessa são as consequências dessa relação para a realidade do desenvolvimento local, e não necessariamente sobre a existência de aglomerados ou arranjos produtivos, ou, ainda, de sistemas de inovação, principalmente porque essas relações são mais seletivas do que compartilhadas. Sobre o segundo ponto, é apenas "pano de fundo", que porventura possa vir a complementar a análise pretendida, pois estas pesquisas

[46] As pesquisas sobre *cluster* têm base em duas perspectivas principais. Uma voltada para a formação de arranjos produtivos dada por Michael Porter e outra por Piore e Sabel, embora o trabalho inicial sobre o tema seja atribuído a Marshall (1920). Apesar de similares, se diferenciam pelas unidades de análise, uma vez que Porter (1998) volta sua perspectiva para a realidade de *clusters* formados por empresas de grande porte, Piore e Sabel (1994) direcionam seu estudo ao papel dos pequenos empreendimentos. Caspari (2003) estuda a relação de empresas de cadeias de valor global (geralmente de países desenvolvidos) com pequenas empresas (de países de desenvolvimento tardio), sobre as quais Gereffi (1999) aponta diversos benefícios para estas últimas. Visão diferente de Rosa (2005), quando observou que o arranjo de biotecnologia de Belo Horizonte (MG), por ter baixo capital social (no sentido de PUTNAM, 2000) entre seus membros, teve fraca dinâmica de inovação. Humphrey e Schmitz (2003, 2000) corroboram com essa formação, destacando que nos países em desenvolvimento ações de incremento (*upgrading*) são menores e menos intensas que nos países desenvolvidos. A ênfase na força da ação articulada local foi estudada por Freeman (2003, 1995), quando destaca a importância de se formar um sistema de inovação (SI) para promover redes de relações entre os atores para a geração de inovação, baseadas na força conjunta que se estabelece entre conhecimento, aprendizado e interatividade. Sendo que sua correspondência local tem em Cassiolato e Lastres (2005, 2003) e Lastres (2005), importante contribuição, quando trabalham com o conceito de sistema de inovação local, baseados na premissa de que o caráter localizado e específico continuam tendo um papel primordial para o sucesso inovativo e permanecem difíceis de serem transferidos. O SI local abrange os aspectos da estrutura econômica e social local, e não só organizações e instituições envolvidas diretamente na busca e exploração de inovações (departamentos de P&D, universidades e institutos de pesquisa), como em Lundval (1992).

têm focado na dinâmica de desenvolvimento tecnológico no nível da empresa (sua mensuração), com pouca contribuição para se compreender esses movimentos em relação às alterações nas condições de vida das populações locais.

No entanto, em um simples esforço comparativo, a afirmação de poder e força de decisão das CTNs envolvidas basta para entender o que afirma Santos (1993, p. 43), de que se trata de um tipo de proposta governamental voltada para empresas nacionais, mas que são "na verdade, uma tentativa de aumentar a cooperação entre as corporações multinacionais". São estas que, por fim, e pelo poder que dispõe para lidar com possíveis novos concorrentes, como nas fusões e, principalmente, nas aquisições, para onde os maiores ganhos enfim terminam sua jornada.

Incorporando a dimensão espacial citada anteriormente, podemos perceber que "as relações entre as sociedades e seu espaço-suporte não têm mais caráter privilegiado, mas acabam, em diferentes medidas, por depender de determinações externas que dominam este espaço, que orientam sua produção e o destino de seus habitantes" (SANTOS, 2000, p.138). Talvez por isso as pessoas adotem padrões, pensamentos e técnicas que não criaram e busquem emancipações e estímulos à autodeterminação, caminho que tende a dar maior espaço à prática política a quem, no decurso do tempo, deixou de fazer.

Estando o local fortemente subordinado à estrutura de acumulação empresarial que se desenrola no capitalismo global, espera-se que predomine, em qualquer concepção de desenvolvimento local, convicções que posicionem como ponto de partida o vínculo do território a algo externo, seja este uma grande empresa estatal, privada, ou mesmo um fragmento da grande burocracia do Estado. À grande extensão de pequenos municípios ficariam extremamente restritas as possibilidades de desenvolvimento, caso não haja no local algo que possa ser de interesse externo.

Se considerarmos apenas as localidades com menos de vinte mil habitantes~~,~~ que não estão inseridas em grandes áreas metropolitanas e que não tenham recursos naturais a serem explorados, é como se condenássemos, pela lógica neoliberal, estes locais à própria sorte. Assim, por esta, seriam limitadas suas chances de desenvolvimento. Os recursos naturais não só apresentam capacidade de consumo irrisória para pretensões industriais de médio e grande porte, como, estando distantes de grandes centros de consumo, só representariam custos adicionais indesejáveis ao sistema de valor de uma CTN.

Considerando que o pensamento neoliberal sobre desenvolvimento se afirma por uma perspectiva exógena, os territórios acabam impelidos à concorrência, especialmente por

investimentos externos. Essa crença estende-se ao pensamento cotidiano do cidadão, onde as esperanças de desenvolvimento costumam recair em figurações externas ao local, solidificando uma estratégia “de cima para baixo”, com pouco ou nenhum incentivo às iniciativas locais de seus habitantes, que têm mais disputas que cooperações em sua dinâmica.

A afirmação dominante sobre o desenvolvimento local torna-se, assim, uma expressão de subordinação, pois enseja não uma forma de se pensar o avanço coerente com cada fração territorial e suas características peculiares, mas o sugere como instrumento de adaptação do local ao global, ou do polo interno ao externo.

Considerando organizações produtivas ensejadas a partir das necessidades e capacidades do próprio local, e com forte presença estatal na coordenação do desenvolvimento das localidades, acredito que menos imposição se manifestaria a partir do modelo neoliberal-exógeno. Neste, é intensa a aglomeração cumulativa, a especialização e a aceleração da concorrência entre as regiões e a polarização descontínua do desenvolvimento territorial, que tendem a se expressar nas zonas densamente povoadas, gerando novas desigualdades. Ainda, por esta perspectiva, os recursos locais acabam mobilizados em proveito do desenvolvimento exógeno geral, reforçando a discutida tendência de dependência e vulnerabilidade que a periferia afirma na dinâmica do mercado global e das CTNs.

A marca do desenvolvimento local de ótica neoliberal não se restringe à perspectiva de territórios com baixo índice de industrialização ou condições de vida, basta que tenham potenciais a serem explorados pela dinâmica produtiva capitalista. Ou seja, também se tornam alvos aquelas frações territoriais de sucesso, de economias já consolidadas, mesmo que edificadas diante de desigualdades na renda e nas condições de vida. Segundo Oliveira (2000), o desenvolvimento local surge também da possibilidade, no mundo globalizado, de que “ilhas de excelência existentes nos países pobres, como as cidades de São Paulo ou Buenos Aires, por exemplo, possam se tornar *global players*, independentes da dinâmica dos Estados nacionais”.

Ainda sobre o termo, Oliveira (2000) afirma que

> É muito evidente que o tema do desenvolvimento local vem sendo colocado na agenda da discussão político-econômico-social e cultural devido ao fracasso das abordagens macroestruturais em romper, no plano social com a desigualdade, no plano econômico com a concentração do poder, no plano político com a declarada insuficiência dos mecanismos e processos da democracia representativa e no plano cultural com a folclorização trabalhada pela “indústria-cultural [...].

Ao dar sequência à concepção de desenvolvimento local sobre premissas do projeto neoliberal, dois fenômenos tornam-se ainda mais nítidos nos espaços periféricos. Um refere-se à tendência de se constituir nos territórios[47] tanto a compartimentação quanto a fragmentação. O outro, as marcas da industrialização e das finanças globais na reestruturação do espaço geográfico (SANTOS, 2000). Eles representam elementos que atuam conjuntamente no crescimento econômico, cujo norteador de maior destaque costuma ser a produção total no território em contexto, o Produto Interno Bruto (PIB).

No entanto, enquanto o PIB capta a medida da produção propriamente dita, outras atividades humanas são deixadas de lado. Mas é este termômetro (termo usado por Viveret, 2006) que tem sido o grande vetor de indicação da direção a ser tomada pelos territórios. Um indicador dimensionado pela quantidade e velocidade, ~~e~~ expressões da fluidez da reprodução e acumulação capitalistas. Também é uma expressão do PIB o movimento de sobreposição da lógica do dinheiro sobre questões socioeconômicas e políticas. Essa marca, associada à posição de tutor alcançada pelos organismos internacionais (FMI e Banco Mundial, por exemplo[48]), impõe mimetismos e rendições às políticas nacionais de desenvolvimento, muitas vezes estranhas aos interesses das frações internas dos territórios.

Nesse processo de acumulação, que se desenrola no território, são forjados espaços geográficos que levam a uma ocupação disforme, como arquipélagos, um movimento caracterizado por compartimentação. Com o aumento da população e do intercâmbio, ao longo do tempo, essa trama torna-se densa, o que tende a fazer com que toda a superfície da terra se torne compartimentada, e não só pela ação direta do homem, como pela sua presença política. O que ocorre atualmente é que essa compartimentação não é mais a mesma, pois se manifesta como uma fragmentação, quando se fazem presentes parâmetros exógenos sem a necessária referência ao local (SANTOS, 2000).

A questão essencial no caso da fragmentação refere-se à velocidade. A lentidão de outros tempos fazia possível a canalização da ordem internacional para dentro do território nacional, por meio da política dos Estados. Foi através da política que se compensavam as diferenças técnicas e econômicas entre os países, o que assegurava, em um só termo, a ordem

---

[47] É importante destacar que qualquer que seja o território ele acaba escolhendo e beneficiando a racionalidade dominante, o que não necessariamente extingue a emergência de outras formas de vida (SANTOS, 2000) e acomodações a peculiaridades relacionais e técnicas locais. Decorre que "qualquer pedaço da superfície da terra se torna funcional às necessidades, usos e apetites de Estados e empresas nesta fase da história" (*ibid*, p. 81).

[48] Partilho da posição de Santos (2000, p. 105), para quem "são o Banco Central e o Ministério da Fazenda, em combinação com as instituições financeiras internacionais, que orientam e as grandes reformas" em curso.

internacional e a interna de cada um dos países. Nas palavras de Santos (2000, p. 832), “os compartimentos eram soldados por regras, ainda que não houvesse contigüidades entre eles”; como no caso do controle gestado pelos países colonizadores sobre suas colônias. A rapidez e a fluidez, seja virtual, da informação/informática, ou real, das ações das empresas, atinge os territórios seletivamente; trazendo uma carga ideológica e um imaginário que trata de um fenômeno ou um acesso a todos, enquanto é restrito a poucos (SANTOS, 2000).

Nesse cenário, surge um ingrediente, a incompatibilidade entre diferentes velocidades, quando os mais velozes conduzem os menos no seu ritmo, agindo no sentido de estimular infraestruturas suficientes à fluidez que necessitam. É uma marcha que influencia os lugares a funcionarem à agilidade da base operativa dos mais rápidos. Algumas regiões acabam participando menos da economia mundial, ou de forma a restringirem suas possibilidades futuras. Nesse sentido, é sempre rica a observação comparada das estratégias utilizadas pelas regiões, como as guerras de lugares.

Santos (2001) destaca que cada região, especialmente as cidades, utiliza suas vantagens comparativas para atrair emprego e riqueza. Como as empresas são crescentemente organizadas em redes, é pertinente considerar a ideia de rede[49] global, mas como fazer para percebê-la? Para Santos (2001), a resposta estaria em Fernand Braudel, o qual afirma que “podemos descobrir o movimento global através dos movimentos particulares”. Mas isso leva a outro problema, que é a dificuldade de se perceber o que realmente se refere ao local, ao nacional e ao global. O autor ainda ressalta que é diante deste tipo de configuração que

> Afirma-se, ainda mais, a dialética do território, mediante um controle "local" da parcela "técnica" da produção e um controle remoto da parcela política da produção. A parcela técnica da produção permite que as cidades locais ou regionais tenham um certo comando sobre a porção de território que as rodeia, onde se realiza o trabalho a que presidem. Este comando se baseia na configuração técnica do território, em sua densidade técnica e, também, de alguma forma, na sua densidade funcional [...]. Já o controle distante, localmente realizado sobre a parcela política da produção, é feito por cidades mundiais e os seus relés nos territórios diversos (SANTOS, 2001, p. 273).

Como força de oposição ao assolamento das iniciativas originadas a partir dos territórios, e não sobre eles, fica a indicação de que avanços devem ser alcançados para

[49] Embora seja factível percebermos a organização de empresas em redes, quando consideramos a ideia de velocidade a identificação de redes torna-se insuficiente para analisar fenômenos tão amplos como o que costuma se manifestar nos territórios. As redes nada mais são do que mecanismos seletivos, separando não só os espaços como os agentes e atores em sua propensão à pressa ou lentidão. É, portanto, espaço de alguns, enquanto necessário se faz compreender o todo nos espaços e velocidades.

alterações na concepção dominante de desenvolvimento local. Uma tarefa difícil, pois nem mesmo o Estado tem conseguido se esvair dos discursos e articulações que solidificam a globalização pelo mundo. Fica, no momento, a perspectiva de que há muitos horizontes, limites e possibilidades para um amadurecimento sensível à condição periférica.

3.4. Argumentos em favor de outra abordagem de desenvolvimento local

Para contribuir à construção de uma concepção de desenvolvimento local que se diferencie da dominante, os conceitos trabalhados por Milton Santos serviram de base para esta tese, cuja categorização esclarece sobre as observações da realidade do território; e o quanto são expressões de fenômenos internacionais de origem distante. Apesar da extensa obra do autor, utilizarei como apoio especialmente duas delas, “A natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção” e “Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal”. A primeira, por representar uma síntese de seu pensamento, e a segunda, por conter certo impulso de combate à ordem dominante, aproximando-o à feição de um manifesto para uma globalização inversa, a que parte do circuito inferior da sociedade.

A primeira consideração aos que se voltam à análise desenrolada em uma determinada fração territorial refere-se, justamente, em fazer coincidir, à noção de território físico, a ocupação que lhe é feita pelo homem, pois é esta que lhe dá sentido (Santos, 1999). Assim, o território passa a ter como principal objeto de análise a ocupação que lhe faz o homem, ou seja, o território usado, que supõe objetos e ações. Como revela Santos (1999, p. 8), “o território não é apenas o conjunto de sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como *território usado*, não o território em si” (Grifos do autor). Não é, então, apenas “o resultado da superposição de um conjunto de sistemas naturais e um conjunto de coisas criadas pelo homem. O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence” (*idem*, 2000, p. 96).

Relacionado ao conceito de território, mas ao mesmo tempo dele se diferenciando, por ser mais amplo, está o de espaço. Enquanto o primeiro refere-se ao “nome político para o espaço de um país” (SANTOS e SILVEIRA, 2003, p. 19), pois a formação do território é algo externo ao próprio território, o segundo é o lugar que contém a paisagem, a configuração territorial, a divisão territorial do trabalho e o espaço produtivo, ou seja, reúne formas e funções (humanas). O espaço é, portanto, um conjunto indissociável de sistemas de objetos e

de ações, denominações por ele anteriormente identificadas como fixos e fluxos (SANTOS, 1996). O que Santos (1993) entende como sinônimo é a noção de território usado e de espaço habitado. Outra forma de diferenciar esses conceitos é relacionar ~~a~~ território à configuração territorial que o define como um todo (produto da reflexividade homem-objeto) e a espaço à conjunção entre configuração territorial, a paisagem e a sociedade, uma totalidade verdadeira (SANTOS, 1988).

Voltando às relações sociais dinamizadas sobre determinado espaço, é sobre elas que se é possível empreender análises para a compreensão da realidade social vivida. Nesse sentido, Santos (1996) ressalta a importância dos trabalhos empíricos, pois é a partir do real que nos potencializamos para entender a totalidade, e através dela possibilitamos o caminho para a noção da realidade. O espaço, formado pela perspectiva constitucional (quando é composto por objetos, normas e ações – o conjunto indissociável) e pela relacional (formado por níveis de manifestações – a escala na geografia clássica), torna-se uma demarcação em que os objetos não se explicam sem as redes de relações que, por movimentos de conflitos e contradições, dinamizam-os.

Na empiria manifesta no espaço, destacam-se as técnicas, ou seja, os objetos embutidos no território, o resultante do saber fazer, mas também o próprio ato de saber como colocá-los em funcionamento. As técnicas conteriam a autorização para fazer (por se saber como fazer) e aparecer como nítidos sinais da racionalidade dos países dominantes no saber científico, na geração de técnicas e no apoio que lhes é prestado pela indústria da informação. Elementos que são, no geral, exteriores ao espaço característico das sociedades subdesenvolvidas. São resultantes da sociedade classificada por Santos (1996) como técnico-científico-informacional, que espalha uma razão (global) estranha à do território (razão local). Assim, estaria presente no território toda dialética que opõe e une o local e o global, e, por isso, o território é híbrido.

Como vimos, junto a esse movimento entre o manifesto localmente, mas cuja origem lhe é distante, Santos (1996) relaciona a ideia de globalitarismo, neologismo para a junção de globalização e totalitarismo. Chama a atenção, assim, ao caráter invasivo de como as técnicas e a organização territorial do trabalho alcançam o território, para que este passe a fazer parte do palco de produção moderna global. Para que essas relações possam ter um sentido mais claro, é necessário ter por referência três dimensões conceituais que relacionam o local frente ao global.

Refiro-me à noção de recortes territoriais verticais e horizontais, à direção das forças que os caracterizam, se centrífugas e centrípetas, e às formas de sua articulação, se homológica, complementar ou hierárquica. Estes conceitos serão relacionados aos de centro-periferia e de desenvolvimento-subdesenvolvimento, de Celso Furtado.

A ideia de local pode ser captada por sua contraposição à de global. Enquanto o local refere-se ao espaço de vivência dos vizinhos, a de global remete-nos a um espaço de racionalidade e conteúdo ideológico de origem distante (SANTOS, 1998). Apesar da aparente distância, são elementos intensamente inter-relacionados, dado que não é difícil percebermos, principalmente com a globalização, o quanto o espaço de manifestação local tem sido dinamizado pela força global. Nesse sentido, o par conceitual horizontalidade-verticalidade representa recortes territoriais que ajudam a entender a relação entre a conjugação dos espaços local-global.

O recorte vertical tende a ser dinamizado pelo poder de fora, geralmente dos grandes atores globais (empresas transnacionais, países centrais, instituições multilaterais, onde é comum o próprio apoio estatal), que geram e organizam, pela capacidade técnico-científico-informacional que lhes é característica, um "conjunto de pontos adequados às tarefas produtivas hegemônicas" (SANTOS, 2000, p. 106). Os protagonistas são atores do tempo rápido, promotores de fluxos que geram um processo de organização onde predominam fatores externos ao do espaço local. Santos (*ibidem*) classifica esse atores como macroatores, i.e., aqueles "que de fora da área determinam as modalidades internas de ação". E a quem caberá, em última análise, "a tarefa de organizar o trabalho de todos os outros, os quais de uma forma ou de outra dependem da sua regulação" (*ibidem*). Assim, é importante adicionar que a normatização é mais um dos elementos que moldam as relações locais sem que tenham sido articuladas, e que a solidariedade dominante na dinâmica da verticalidade é a do tipo organizacional, voltada essencialmente para a promoção/adequação da velocidade dos fluxos da cadeia de produção-circulação global.

Partindo da própria regulação, que chega ao espaço local por ações das empresas e do próprio Estado (em todos seus níveis), é possível perceber suas fragmentações, normatizando em favor dos atores dominantes. Formaliza-se uma integração vertical dependente e alienadora, pois as decisões que atingem o local não só partem como têm motivações estranhas a ele. Assim, esse movimento de verticalidade opera por forças centrífugas, que fragmentam e desagregam a própria base territorial, e onde prevalece uma lógica exógena, alheia aos interesses locais. Faz coerência à dinâmica da verticalidade a presença de um

cotidiano passivo, obediente e disciplinado aos interesses externos, como destacado por Goulart (2006). Ainda, é comum que tais interesses não percorram todo o território, passando apenas por parte[50] dele, formando um núcleo para onde atrai todas as forças locais que lhes são benéficas (SANTOS, 2000).

Por outro lado, o recorte entendido como horizontal tem sentido oposto. Partindo da inspiração de François Perroux, Santos (2000) resgata a ideia de espaço banal, aquele das empresas, pessoas, instituições, ou seja, o espaço das vivências. É uma oposição ao espaço econômico dinamizado pelos macroatores globais que protagonizam a organização da sociedade técnico-científico-informacional. Refere-se a um espaço que tende a ter como ímpeto o movimento de continuidade, de alastramento entre vizinhos, onde se manifestam as "produções localizadas, interdependentes, dentro de uma área cujas características constituem, também, um fator de produção". Onde "todos agentes são, de uma forma ou de outra, implicados, e os retrospectivos tempos, mais rápidos ou mais vagarosos, são imbricados" (*idem*, p. 109). Santos (2000) identifica, como força que movimenta este espaço, a centrípeta, promotora de agregação e convergência em uma base territorial específica. Dessa forma, pende à geração de relações locais que nascem e mutuamente se fortalecem no próprio local, embora sejam constantemente perturbadas pelas forças centrífugas mais amplas (SANTOS, 1998, 2000).

Complementa a noção do espaço banal da horizontalidade a característica de sua solidariedade, que é orgânica, ou seja, "o conjunto sendo formado pela existência comum dos agentes exercendo-se sobre o território comum" (*ibidem*), onde as atividades "devem sua criação e alimentação às ofertas do meio geográfico local", dando a ele o papel de protagonista.

Assim, mesmo mantendo-se as pressões centrífugas nas relações locais, o que tem contribuído para uma forma quase única na condução da gestão das localidades (de predisposição ao discurso da pressa à modernidade), é ainda possível diante de premissas de horizontalidades, o fortalecimento de movimentos locais em favor da coletividade. A partir dessa sobreposição, Santos (1998) identificou novas formas de articulação a homóloga, a complementar e a hierárquica.

---

[50] Nesta parte do território local, para o qual podem se direcionar os esforços locais, podem ocorrer forças centrípetas, como no caso das horizontalidades. A diferença é que na dinâmica vertical essa força se caracteriza por ser um centripetismo do outro, de fora, cooptando e captando os demais atores sociais locais para sua lógica.

A homóloga refere-se a áreas de produção modernizadas e confluentes, cuja formação é baseada e reforçada pela informação especializada, criando, assim, contiguidades funcionais, enquanto a complementar diz respeito à articulação entre diferentes atividades decorrentes da modernização produtiva e da necessidade de intercâmbios geográficos próximos. A hierárquica é resultado da crescente racionalização das atividades que tendem a ocorrer sob o comando central de um agente ou organização. Um comando que independe de sua localização, o que em nada evita sua interferência no espaço sócio-territorial. Forma-se, nesse caso, um cotidiano imposto de fora para dentro, comandado por agentes que contam com informações privilegiadas (que se tornam importante instrumento de poder).

Diante do apanhar de alguns conceitos de Milton Santos, compartilho do estímulo de Goulart (2006), para que os mesmos sejam aproximados da ideia de centro-periferia e desenvolvimento-subdesenvolvimento de Celso Furtado.

Assim, é preciso atentar para os movimentos das formas de articulação que ocorrem no local, para compreender seu sentido. Seguindo as dimensões discutidas, um deles poderia ser o do apego ao estilo de vida, padrões de comportamento e de organização técnico-produtiva das sociedades tidas como avançadas (centrais), onde estas costumam impor a velocidade de sua base de produção e consumo às menos avançadas (periféricas). Um movimento tipificado por Furtado como de subdesenvolvimento, ou do mimetismo programado, onde a organização social constitui-se mais pela dominação (conflito apaziguado) do que pelo conflito legitimado. Neste caso, torna-se coerente a manifestação da verticalização, da força de direção centrífuga e da hierarquia como forma de articulação dos atores sociais.

Outro sentido seria o da efetiva transformação das estruturas econômicas e sociais baseadas na racionalidade e força organizativa local. Esta é a visão que Furtado tem sobre desenvolvimento, que acaba se afinando com os conceitos de horizontalização, força de direção centrípeta e formas de articulação homóloga e complementar. Tendem a ser proeminentes, neste segundo caso, o esforço arraigado na realidade local, o conflito como elemento natural do processo político e a maior participação popular nas esferas de poder.

Se na dinâmica de desenvolvimento do território nacional espera-se que seja afirmada sua independência perante outros Estados Nacionais, como conduzir o desenvolvimento local em meio à dominação e controle distantes, segundo interesses econômicos alheios ao território local? Essa preocupação aparece como ponto de inflexão ao resgate teórico até então organizado, tendo visto a ascendência e descendência do Estado como articulador e

coordenador do desenvolvimento do território nacional. O momento de crise atual volta a deixar em aberto, o que na realidade e a contragosto do que vinha sendo irradiado pela postura ideológica neoliberal, nunca deixou de estar, o futuro. Se o mundo é um quadro interminável, sua construção deveria contar com expressiva participação de sua população, tendo a democracia substantiva como referência. Como o objeto desta tese conjuga a participação da comunidade e o desenvolvimento que acabou por estimular o território local, entendo que, deste ponto em diante, os argumentos teóricos devam primar por formar um espectro mais diretamente vinculado à análise da participação da comunidade em instâncias que tipicamente são atribuídas aos profissionais da política, especialmente por parte do poder executivo. Neste sentido, dois pontos são necessários à discussão para que a análise tenha amparo suficiente para decorrer. Assim, caracterizarei melhor a concepção de território aqui considerada, e, em seguida, será exposta a feição modal da prática política que costuma organizar o desenvolvimento local. A partir destes pontos, a busca por análise da dinâmica de transformação social local de São Roque de Minas ganhará importante reforço.

Ao resgatar a temática do território, é preciso deixar claro que as pretensões não se aproximam de uma revisão da literatura que cerca o tema. O objetivo é mais pontual, e volta-se apenas ao compromisso de posicionar o conceito aos interesses desta tese. Nesse sentido, acesso diretamente os autores com os quais pretendo avançar meu argumento sobre a dinâmica de autodeterminação local.

3.4.1. Território e territorialidade

Localizado de forma proeminente no campo da geografia, onde se situam suas mais expressivas formulações e de onde parte para fomentar outros campos do conhecimento, a ideia de território tem, no Brasil, três obras basilares, segundo percepção de Saquet (2007). Desenvolvidas a partir de 1980[51], são elas os trabalhos de Goldenstein e Seabra (1982), Becker (1983) e Santos (1988).

[51] Situar como basilares as obras nacionais só a partir da década de 1980 se justifica na medida em que Saquet (2007) indica o período de 1960 a 1980 como de renovação da geografia (humana) no Brasil, processo que se dá tendo por grande categoria da explicação geográfica a ideia de espaço geográfico. As referências completas das obras são: GOLDENSTEIN, Léa; SEABRA, Manoel. Divisão territorial do trabalho e nova regionalização. *Revista do Departamento de Geografia*, n. 1, USP, 1982. p. 21-47; BECKER, Bertha. O uso político do território: questões a partir de uma visão do terceiro mundo. In BECKER, Bertha et al. (Org.) *Abordagens políticas da espacialidade.* Rio de Janeiro, UFRJ/Departamento do Geociências, PPG, 1983. p. 1-21. e SANTOS, Milton. *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo: Hucitec, 1988.

Nos primeiros, o conceito de território é construído a partir dos processos de divisão social e territorial do trabalho, enfatizando fatores políticos e econômicos na regionalização do espaço geográfico, onde se conjugam relações de poder, dominação econômica e política nos movimentos que se efetivam por meio de redes de circulação. Território seria, então, "área ou áreas que se relacionam e se combinam, econômica e politicamente e, como Estado-Nação, fazendo uma instigante articulação entre conceitos de região, regionalização e território". O foco de Becker (1983) é voltado para a dimensão política, onde território se afirma enquanto "espaço de distintos atores sociais, produzido socialmente para além da atuação do Estado", sendo que a "territorialidade se refere à face vivida do poder e do território". Já a obra de Santos (1988) representa uma "abordagem materialista dialética do espaço geográfico", tendo por destaque os agentes do capital e do Estado, sintetizando aspectos econômicos, políticos, culturais e da natureza, como aqueles que se configuram no espaço e na forma territorial (SAQUET, 2007, p. 90).

Dentre as variáveis consideradas por Santos (1988) como subjacentes à análise do território, estão, principalmente, a produção, as firmas, as instituições, os fluxos, os fixos e as relações de trabalho, que se apresentam interdependentes, formando a configuração de território. Saquet (2007) destaca a superação que o autor procede sobre a dicotomia geografia física e geografia humana e, em seu lugar, conjuga-os como interdependentes.

Foi por decisiva influência de Milton Santos que a ideia de território passa a representar a de Estado-Nação, e, a partir dessa constatação, transfiro essa identidade nacional ao nível da dimensão local. Reforço o mesmo sentido de defesa dos interesses, da cultura e da identidade do território local, pois, além de termos a identidade nacional que é superior às demais, também temos desenvolvida e arraigada a identidade regional e a local. Como cada território está intrinsecamente inserido em uma lógica de organização e desorganização próprias dos imperativos globais que nele se aportam, é nos conceitos de territorialização e desterritorialização que essa dinâmica de relações fica mais clara, como será visto adiante.

Na década de 1960, frente aos desencantamentos da falta de compreensão do desenvolvimento nacional, apesar da intensa industrialização, emerge como uma das explicações a identificação de sujeitos locais (naquele caso, do Brasil, genericamente) interconectados com sujeitos globais. A figura da elite periférica nacional como compactuante com a elite central torna-se um objeto melhor definido de pesquisa, mas, especialmente na geografia, ela tem contornos bem delineados aos interesses desta tese.

Rullani (1997, *apud* Saquet, 2007, p. 105), por exemplo, marca o território como um "lugar particular" [...] "nexo entre aquele lugar e todos os outros possíveis lugares". Se assim promove-se a ideia de fazer parte da comunidade global, não se pode esquecer que é da mesma forma que, por força do poder, conectamos frações de nossos territórios de modo servil. Reforçando padrões hierárquicos de uma relação que se desenvolve sem fronteiras, sustentados por suficiente carga ideológica que dá a ele sentido e permissão, manifesta-se, ainda, um amplo processo de homogeneização, como identificou Chesnais (1986).

Diante da trama de relações econômicas internacionais que se intensifica com a globalização, há reforços, mas também novas feições no movimento de verticalização. Sendo o território a condição de operação do desenvolvimento, pois é nele, por exemplo, que se processa a divisão do trabalho e sua exploração. Como destaca Saquet (2007, p. 115), a partir de Dematteis, "nada se pensa, se muda ou se faz, que não seja por meio da materialidade dos lugares; é através dela que passa, necessariamente, todas as relações sociais, as representações conceituais e as iniciativas e os projetos de desenvolvimento local".

Oportunamente, diferencio território de territorialidade. O primeiro refere-se à estrutura física de uma espacialidade, o que também significa que é produto da história e, portanto, do conjunto de relações concretas e simbólicas dos homens em relação ao ambiente, ou seja, é condição dos processos sociais que nele se desenrolam. Ou, ainda, o território como o chão e a identidade de determinado lugar, como em Santos (1999), sendo a identidade constituída por meio do trabalho. Assim, e baseando-me em Magnaghi (*apud* Saquet, 2007), o território guarda uma construção de identidade local que se forma historicamente a partir das relações sociais neste lugar, gerando permanências, tipificadas pelo uso/emprego dos sedimentos materiais e cognitivos próprios dessa interação, onde podemos imaginar a formação de uma racionalidade própria do local. Toda essa manifestação que acontece sobre o território-lugar constitui a ideia de territorialidade. Ou seja, a territorialidade afirma-se como mediação simbólica, cognitiva e prática que a materialidade do local permite ao agir social (Dematteis, 1999, *apud* SAQUET, 2007). Assim, é própria da interação, diante da qual se cristaliza um caráter político próprio à constituição da sociedade local, cujas expressões são as formas de produção e comércio local, de conflitos, de cooperações, de trabalhos, de saberes, de marginalizações e das possibilidades de autogestão e autodeterminação. É, dessa forma, um fenômeno social, que dá sentido e personalidade à organização política e ao planejamento das condições locais de sobrevivência, uma vez que, "envolve indivíduos que fazem parte de grupos interagindo entre si, mediados pelo território; mediações que mudam no tempo e no

espaço". Além do mais, "a territorialidade não depende somente do sistema territorial local, mas também de relações intersubjetivas"; sendo, portanto, expressos por redes locais de sujeitos que o interligam com outros lugares. Em um só termo, o "social é local, territorial e significa territorialidade" (SAQUET, 2007, p. 115).

O imaterial em interação com o material configura uma identidade ao local, uma espécie de patrimônio cultural e racional do lugar, expressos pela manifestação dos atores em relações de conflito e cooperação, que podem promover ou não uma estrutura de influência das práticas no local. Por isso, Bourdin (1987) aponta políticas e planos de desenvolvimento sobre determinados locais, que deveriam partir de um reconhecimento das territorialidades próprias destes, pois esta seria a maneira viável de se governar a territorialidade local. Entendo, assim, que, como governar significa a necessidade de interação entre as pessoas diante de seu território, quanto mais esse movimento vier da participação delas, maiores seriam as chances de se promover um desenvolvimento condizente com as capacidades e interesses locais. Firmando, dessa forma, o caráter político da ação cotidiana local como o caminho para viabilizar a transformação das condições de vida das frações territoriais mal consideradas nos planos nacionais de desenvolvimento formados alhures.

Estes planos, segundo Santos (1999), acabam sendo representações que, sob a ditadura do dinheiro, usam o território por meio de forças econômicas e políticas de fora do local, como se o território fosse mero recurso usado por atores hegemônicos e também abrigo para os hegemonizados. Considerando os avanços que as CTNs promovem sobre os territórios, vale questionar, na dimensão da territorialidade, se o conjunto das interações materiais e imateriais locais poderia surgir como argumento de resistência. Se há uma estrutura que chega ao território premeditando práticas e modos de se pensar, com permissão e incentivo a partir da instância de poder nacional (governo), seria possível ao território a reversão de sua tradição permissiva, agindo no sentido de uma reterritorialização (SANTOS, 1999), diante do movimento de globalização da economia e de valorização do lugar?

Considerando que, no decorrer da história de produção dos territórios, estes são apropriados por determinados grupos sociais, que neles desenrolam ações pela imposição de suas forças, há nítidos sinais de uma abordagem que tende a valorizar mais os aspectos imateriais do que os materiais. Sem que haja caracterização de importância entre eles, dado que são interativos em sua formação. O território se faz, então, pela mescla do que é físico, econômico, político e cultural. Da percepção do território como por uma abordagem múltipla,

Haesbaert (1999) afirma que o processo de produção do espaço se faz mediante desterritorialização e reterritorialização.

Seriam dimensões da desterritorialização a economia e a política, cujos determinantes principais são os inerentes às relações efetivadas pela circulação de capital, com tendência potencial de perda do território. Já a dimensão da territorialização se faz pela cultura, mas também pela política. Neste caso, os fatores determinantes são aqueles que permitem a coesão e a identidade, a apropriação e o ordenamento político. Território é, portanto, o espaço construído, produzido, não o dado e ahistórico.

O território[52] serve, assim, de referência para a percepção do grau de determinação projetado sobre o local, assim como o de autodeterminação que o local promove para transformar sua realidade, uma vez que as frações territoriais como a de São Roque de Minas tendem a ser desconsideradas nos planos nacionais de desenvolvimento, da maneira como ~~já~~ definida anteriormente.

Frente à concepção de território que seja pertinente à construção desta tese, recorro a Saquet (2007). Assim, não me afasto de interpretações de tipos e valores de territórios próprios da realidade europeia (principalmente das escolas italiana e francesa), pois alinho-me à importância que este autor dá à imaterialidade em sua análise sobre a territorialidade brasileira.

Para Saquet (2007, p. 156), "no território, existe uma pluralidade de sujeitos, em relação recíproca, contraditória e de unidade entre si, *no* e *com o* lugar e *com outros* lugares e pessoas; identidades" (Grifos do autor). Assim, o território se forma a partir do momento em que há interações sociais, que se projetam sobre uma localização, sobre formas espaciais, formando e sendo formado por fluxos e movimentos de sujeitos diversos e seus interesses, necessidades e capacidades.

Igualmente, marca o território e sua territorialidade as representações que no espaço local se manifestam concomitantemente com outras espacialidades, principalmente no caso de frações que se postam na noção periférica discutida no Capítulo Dois. Adicionando o contexto de determinações político-econômicas, intensificadas a partir do centro com a globalização, torna-se comum que dinâmicas locais sejam impulsionadas de fora do local. Modificando, em

[52] Para evitar que a ideia de território seja aqui entendida, mera e exclusivamente, por uma referência ao que é natural em determinada superfície terrestre, e que tampouco se limite à ótica centro-periferia, que embora seja uma reinterpretação crítica (de base marxista) ainda carregada de forte influência positivista/funcionalista, reforço que as referências que neste estudo faço à perspectiva local de desenvolvimento procura constantemente pela afirmação da relação singular-universal e universal particular, como adverte Haesbaert (1999).

certa medida, sua cultura e modo de proceder, confirmando a apontada tendência de homogeneização. Neste caso, problemas locais, como, baixa atividade econômica, podem levar a tentativas de superação por uma lógica não-local, contribuindo para o agravamento da dependência e à desarticulação (inibição) da capacidade local (autorreferência) como solução.

Isso porque conforme defende Saquet (2007, p. 160):

> A territorialização é **(i) material**, seja no Brasil, na Inglaterra, nos EUA, na Itália, na Indonésia, etc., com aspectos gerais ligados ao movimento de reprodução da sociedade e da natureza e com elementos específicos de cada lugar, grupo social, etnia, período, momento. Há uma (i)materialidade das formas e relações sociais: uma está na outra; as *obras* estão nos *conteúdos*, nas territorialidades e estas nas *obras*; não consigo imaginar que existam formas sem relações e relações sem formas.

O autor ainda aciona a abordagem territorial para se compreender a complementaridade e relação do espaço rural com o urbano. Os conflitos e as relações de poder que de um avança para o outro, percebidos, por exemplo, na contínua urbanização do campo ou na valorização de produtos e da vida do campo pela cidade, seriam expressões nítidas dessa afinidade.

Essa interação mútua entre urbano e rural é especialmente importante nas análises do desenvolvimento das pequenas cidades brasileiras, pois o meio rural tem grande importância, não só econômica, como também cultural, geralmente o excedente é formado a partir de atividades produtivas rurais, movimentando, como ações consequentes, atividades comerciais e de serviços no espaço urbano. O território não se refere apenas ao conjunto dos sistemas naturais e das coisas superpostas, mas como território usado, nele o dinheiro é variável central de análise (SANTOS, 1999). Ou seja, como é gerado, usado e apropriado; o que enseja as formas de organização da força de trabalho, e o quanto esse movimento é local e/ou extralocal, dado que o dinheiro atualmente é da globalização, aquele da ilusão da velocidade.

Como diz Milton Santos (1999, p. 10), “se o dinheiro que comanda é dinheiro global, o território ainda resiste”. Embora haja locais onde há toda espécie de dinheiro (São Paulo), há outros em que sua modalidade mais original, o dinheiro-moeda, é a única, e muitas vezes escassa, manifestação (São Roque de Minas, de 1990 a 1991). Enquanto o dinheiro global se faz disponível a praticamente qualquer território, seu comando é notadamente global, o que lhe confere feições de fluidez, invisibilidade e de ser quase abstrato.

Sendo global, escapa à regulação local, ou melhor, aos interesses locais, restando a busca pela adaptação ao que se configura como disposto. Assim, não só a presença das

empresas globais desorganiza o território local (1999, p. 13), como também a de um dinheiro desconectado do nexo dos interesses e capacidades locais, pois

> A finança tornada internacional como norma contraria as estruturas vigentes e impõe outras. E quando tem uma existência autônoma, isto é, não necessita consultar a ninguém para se instalar, ela funciona a despeito dos outros atores e acarreta para o lugar uma existência sem autonomia.

Acrescentando ao contexto histórico de Santos o intenso processo de privatização que avançou o país, podemos falar que a comentada instalação não se dá apenas sem a consulta aos sujeitos locais. Potencialmente ainda mais grave é sua desinstalação do local também de forma alheia à opinião desses sujeitos (como nos casos de fechamento de agências bancárias após a privatização em razão do local não representar níveis de lucratividade suficientes aos interesses dos compradores estrangeiros). Sem recursos, parecem ainda mais penosos os projetos de emancipação e autonomia.

No centro dessas decisões sobre o destino do dinheiro e sua fluidez pelos territórios, estão os atores mais poderosos, as instituições financeiras globais. Agindo em consonância com a ideologia neoliberal, eles representam uma engrenagem determinante, para que seja possível se projetar no dinheiro uma valorização que não é sustentada por operações produtivas, mas por um sistema ideológico, fazendo-se um equivalente geral dele próprio. É, também, autonomizado, percorrendo direções que apontam para maiores retornos a partir das taxas de juros[53]. Nesse padrão, a disponibilidade de dinheiro para o fomento de novas atividades produtivas, sejam elas rurais ou urbanas, torna-se um empecilho. Agrava a situação, pelo menos no caso brasileiro, a solicitação de garantias aos demandantes, em muitos casos, difíceis de serem satisfeitas. Seria importante, no sentido dessa discussão, identificar a relação entre a porção do dinheiro real que é determinada por força local e sua disponibilidade para novas atividades produtivas.

Voltando à ideia de territorialização e desterritorialização, esses dois elementos agem constantemente de forma a dinamizar os territórios em abandono e construções de vida. No suceder desse processo emanam cooperações e conflitos que geralmente decorrem da

[53] No caso brasileiro, ela tem se manifestado entre os maiores níveis de todos os países do mundo. Segundo Vieira (2008), os juros reais do país eram de 6,73% ao ano em março de 2008, quando a taxa básica de juros era de 11,25%, maior do mundo. E embora em segundo lugar aparecesse a Turquia, com 6,69%, da terceira colocada em diante os juros já caíam para 4,89%.

organização e realização do trabalho, assim como dos ganhos consequentes que definem a satisfação com a fixação ou a escolha pela migração.

Embora as migrações tenham sido marcantes em várias passagens da história brasileira, elas deixaram de ter a representatividade de antes. O que importa neste momento, é ressaltar que, pela sequencia desses fluxos migratórios, se processam desterritorialização e formação de novas territorialidades. Os imigrantes europeus chegaram ao Brasil quando houve a perda de enraizamento do continente – desterritorialização – e sua reprodução aqui – territorialização –, por meio da identidade. Por trás, principalmente estão razões econômicas e políticas, embora possam ser culturais. Apesar de ser usual a cooperação na formação da nova territorialidade, Saquet (2007) ressalta que nem sempre esta é a iniciativa mais eficiente, quando se torna comum a organização local pela força do capital e da classe hegemônica. Seja esta existente ou em formação, levando a uma tendência das práticas associativas serem dissolvidas.

Do quadro que se forma com a globalização, o dinheiro e o território, cuja dinâmica de reprodução tende a ficar em poder dos donos do capital (hoje formado por redes de relações entre empresas, instituições financeiras, grupos de mídia, centros de ensino e pesquisa, dentre outros), vimos um Estado fragilizando-se com a década de 1990. Às diretrizes neoliberais que foram assumidas se soma a perda de autonomia diante dos organismos multilaterais alinhados com nossos credores estrangeiros. O Estado subordina-se ao capital e enrijece sua capacidade de promover seu crescimento industrial e econômico, mas, e principalmente, de corrigir as grandes distorções sociais do país. Longe de significar a eliminação do território, a mundialização apenas os renomeia, ou melhor, gera nestes espaços novas configurações e territorialidades. Forma-se um fluxo constante de práticas de reprodução de capital que sempre tem no território um ponto de referência decisivo que devemos buscar compreender. Como sintetiza Saquet (2007, p. 169), “a territorialização produz a possibilidade de inserção e de criação de *novas* formas mercantis ao processo de reprodução ampliada do capital; permite o acesso às específicas condições de vida e de trabalho, de conhecimentos, de infra-estruturas [...]”. E, comentando Dematteis e Governa (2003), ressalto que “esse movimento material-imaterial (e imaterial-material) transforma o Estado e cria *novas* relações, novos papéis simbólicos e políticos[54]”.

[54] Grifos do autor.

Diante da expressão que emana do quadro comentado no parágrafo anterior, o desenvolvimento de dimensões pequenas do território nacional, como o uso da expressão *local* tem pretendido indicar, tende a ser reclamado ao Estado. Tendo atuado como grande articulador do desenvolvimento nacional, sua figura como mentor e responsável pelo destino de suas frações regionais e locais aparece como natural. Mas, diante de seu alinhamento com interesses que escapam à preocupação nacional, é preciso repensar as formas de reestruturar o desenvolvimento. Não me refiro a sua feição geral, computada superficialmente por somatórios e médias que mascaram as desigualdades e heterogeneidades comentadas. Por outro lado, o que demanda articulação (de ideias e práticas) são formas de promover o desenvolvimento nas porções desarticuladas do grande movimento industrial consolidado e concentrado do país. Nesse sentido, entendo o território local como ponto de partida para a construção de novas formas organizativas, especialmente as que sugerem independências ao que vigora dominante.

Compromisso que me aproximou de Saquet (2007, p. 177), quando afirma que busca por uma forma de organização política identificada localmente e vinculada às necessidades autônomas dos indivíduos e dos lugares, representando outras experiências de desenvolvimento. Segundo ele “o que eu quero dizer é que alguns processos políticos que estão presentes, no Brasil, são sufocantes e que a organização política local pode [...] facilitar a potencialização dos valores de cada lugar e a conquista de melhores condições de vida para a maioria da população”.

Buscando encerrar os passos que fizeram este capítulo contextualizar o desenvolvimento local diante às determinações de ordem política e econômica internacionais, e tendo discorrido sobre como a questão do território auxilia na percepção dessa dinâmica, ocupo-me, agora, da visão que se cristalizou como dominante sobre o campo da ação política no Brasil. Ajuda a dar suporte ao esforço de se conceber uma forma distinta de desenvolvimento o fato de entender como tem se manifestado a ideia geral que suporta as políticas de desenvolvimento nacional. Nelas, mantém-se uma estrutura de cima para baixo, que a própria comunidade não se vê como agente político ativo no desenvolvimento da dinamização econômica de seu território, como mostrou Dowbor (2006a) e Amorim (2006).

3.4.2. O local na prática política do desenvolvimento nacional

As estratégias que predominam são baseadas na planificação central, geralmente articuladas pelo Governo Federal ou pelo Estadual, onde se articulam relações verticais "de cima para baixo". Entretanto, essa visão tradicional vem recebendo a companhia de ações "de baixo para cima"[55], onde estratégias de recuperação produtiva e econômica partem da comunidade.

Apesar de serem consideradas, tanto no Brasil quanto no debate internacional, controversas, pouco consensuais e até antagônicas entre si (CALDAS e MARTINS, 2008), as ideias sobre desenvolvimento local vêm ganhando terreno, ajudando a afirmar um confronto ao tradicionalismo centralizado na questão do desenvolvimento nacional. Para alguns, apenas uma nova face da expansão capitalista a partir das CTNs centrais, para outros, nele está inserida uma dinâmica própria e há ainda os que entendem essas iniciativas como uma forma de experimentar movimentos contra-hegemônicos (SANTOS, 2005).

Em coerência com esta tese, entendo que o desenvolvimento local pode reunir as três posições indicadas por Santos (2005) no parágrafo anterior, sem que uma delas tenha que se limitar ou fixar em oposição às demais. Assim, o fato de estar circunscrito no crescimento industrial global não impede a expressão de uma dinâmica própria, reflexo da ação de atores sociais locais para a constituição de estratégias de adaptação ou de saída (no sentido de Hirschman, 1970). Como parte dessa estratégia, podemos reunir elementos que se oponham ao que determina a estrutura hegemônica, por exemplo, da lógica de organização da estrutura financeira para disponibilidade e direção dos excedentes de capital.

Já Oliveira (2001a, p.11 e 12) ressalta a importância de posicionarmos o termo desenvolvimento local em duas dimensões. A primeira refere-se à sua especificidade histórica, ou seja, "o não-desenvolvimento local é um subdesenvolvimento no sentido forte de que ele é peculiar à periferia do capitalismo", o que implica que não será o elo em uma cadeia de desenvolvimento total e que deve ser concebido como alternativa, senão reproduzirá a forma estrutural. A segunda é a da cidadania, terminologia que, segundo o autor, é de difícil mensuração, irredutível à quantificação, e ao invés de representar uma limitação, é justamente a riqueza do conceito. O sentido da cidadania é, então, o do "estado de espírito", que engloba a ideia de bem-estar e qualidade de vida. Mas, estas duas buscas não são suficientes para

[55] Como em "Por uma outra globalização", de Milton Santos (2000), quando sugere a "globalização de baixo".

definir o conceito. Sua justificativa é que seriam desconsiderados “como cidadãos os que não têm meios materiais de bem-estar e qualidade de vida”, o que, para ele, levaria à inversão dos sentidos da política, “pois é através desta que os cidadãos lutam pelo bem- -estar e pela qualidade de vida, e não o inverso” (OLIVEIRA, 2001a, p.12).

Assim, Oliveira (2001a) indica que, mesmo procurando relacionar indicadores de bem- estar e a qualidade de vida da população considerada no estudo (para esclarecer o desenvolvimento local como restrito à quantificação econômica), essa mensuração deve ser percebida como indireta e insuficiente. O destaque, nesse sentido, deve ser dado para mostrar o desenvolvimento local como qualidade, ou âncora da cidadania.

Decorre que a aproximação da noção de cidadania ao sentido de desenvolvimento local amplia os contornos da mensuração dos processos e estoques de bem-estar e qualidade de vida, de forma a revelar o indivíduo autônomo, crítico e reflexivo, o oposto do indivíduo-massa. Nesta direção, o desenvolvimento e a cidadania seriam aquisições, conquistas, por meio do conflito, questão importante, pois se opõe ao ponto de vista neoliberal, em que a cidadania é sinônimo de não-conflito, de harmonia (OLIVEIRA, 2001a). Essa é uma perspectiva que considera o indivíduo (cidadão) na dinâmica da vida política cotidiana, como um somatório de sujeitos passivos, meros receptores da ação política centralizada.

Outro ponto que merece destaque é que, mesmo procurando articular uma análise focada em uma dinâmica local, o desenvolvimento que então se desenrola não deve representar um fim em si mesmo, no sentido literal de que basta articular o crescimento dos envolvidos como suficiente para o progresso do todo. Discutirei isso mais à frente, principalmente a partir de Brandão (2004). Destaco que esta noção pode levar, inclusive, à intensificação das desigualdades locais e da heterogeneidade territorial nacional.

Nesse ponto, Celso Furtado oferece sustentação para avançar nesse tema. A relevância que deu ao desenvolvimento como um projeto nacional, não só como responsabilidade financiadora, mas e para os fins deste estudo, pela participação do Estado como agente coordenador. Além da necessária inversão da lógica desenvolvimentista que foca nos meios, força da acumulação capitalista, e não nos fins - melhoria das condições de vida-, a ideia de desenvolvimento deve ser compromissada com a homogeneização das oportunidades e motivação das potencialidades de nossas culturas.

O sentido do desenvolvimento deve confirmar o cidadão como participante ativo na articulação e formação de um sistema economicamente articulado e capacitado para se autogerir por meio de centros de decisão consistentes e autônomos. Dessa forma, afastaria-se

o predomínio de uma lógica articulada externamente por empresas transnacionais, potenciais à formação de tensões regionais, como defendeu em *Brasil: a construção interrompida* (FURTADO, 1992). Nesse sentido, Furtado (1992) ressalta que os mecanismos de comando dos sistemas econômicos nacionais apenas refletem as estruturas de decisões transnacionais, quando a questão que passa a ser de grande relevância é o destino das áreas em que o processo de formação do Estado Nacional se interrompe precocemente.

Pelo fato de serem muitas as áreas em que o Estado se omite, pelo menos na prática política efetiva para a promoção de mudanças necessárias ao desenvolvimento, como no caso que incitou essa investigação, as ações locais devem ser incentivadas, e principalmente, coordenadas. É neste tipo de ação que julgo imprescindível a participação do Estado, evitando uma não-articulação desenvolvimentista. Isso pode constituir um tecido econômico e social na geografia nacional ainda mais fragmentado, quando, em nível regional, alguns locais se articulam independentemente de outros, agravando suas heterogeneidades, e, em nível local, organizações produtivas dinamizam-se incólumes às circunvizinhas. O resultado é um amplo processo de desenvolvimento pontuado, uma personificação da verticalidade em seu sentido *lato*.

Ao invés de restringirem-se a movimentos verticais, as novas práticas a serem incentivadas nascem potencialmente inseridas em uma lógica de ações, também horizontais, como as formas intermunicipais de gestão (consórcios municipais de saúde, comitês de bacias hidrográficas, conselhos regionais de desenvolvimento e outros tipos de redes). Para Dowbor (2006a), neste tipo de ação o ponto-chave é a “iniciativa, o sentimento de apropriação das políticas, que é devolvido ao espaço local, onde as pessoas podem participar diretamente, pois conhecem a realidade e a escala de decisão coincide com o seu horizonte de conhecimento”.

Adotando o mesmo raciocínio que mantém organizadas e hábeis as empresas, quando a boa gestão de cada uma de suas partes é que garante seu bom desempenho geral, Dowbor (2006b) questiona se seria possível uma racionalidade nacional (país) sem que haja uma racionalidade do conjunto de suas unidades (municípios). Ainda, se para muitos o local é pequeno demais para ser objeto significativo ao desenvolvimento nacional, vale questionar se é possível

> “imaginar que a economia possa funcionar se as empresas não forem administradas de maneira competente. Da mesma forma, o desenvolvimento do país passa pela gestão racional dos recursos em todos os seus municípios. Racional e democrática, pois, nesta empresa, os habitantes são os donos. Há um imenso potencial de dinamização econômica, social e ambiental a se aproveitar, melhorando as condições ou o ambiente em que se desenvolvem as iniciativas locais (DOWBOR, 2008, p. 30).

Dowbor (2008, p. 30) lembra como os bens materiais, que marcam o cotidiano de nossas vidas, são locais. O computador, o celular, o carro são globais, mas não é diariamente que os compramos, e nem sempre se mostram essenciais. “A grande diferença é que enquanto o global nos leva a suspiros impotentes, o local pode ser objeto de nossa intervenção organizada”. Nesse sentido, vê-se no desenrolar das ações locais o caminho para outras articulações de desenvolvimento fora do pensamento *mainstream*.

Assim, tanto a articulação quanto a regulação tornam-se atribuições locais, sem que isso signifique isolamento ou desconsideração do papel do Estado, ou, sua substituição. Nesse sentido, Brandão (2004) contribui para que se evite uma incursão simplista à temática que relaciona território e desenvolvimento.

O autor ressalta o entusiasmo exagerado com relação à questão do território. Este tratamento não foi visto nos momentos de auge do debate sobre o desenvolvimento nacional ocorrido na década de 1950, ou dos desequilíbrios regionais na década de 1960, ou, ainda, da “questão urbana”, nos anos 70 e 80. Para ele, estas questões sócio-espaciais têm sido “vulgarizadas e reduzidas”, pois “tudo se tornou território” (BRANDÃO, 2004, p. 58).

Reforça, assim, que a referência de território não deveria conceber o local estaticamente, como receptáculo neutro, ou “um platô ou espaço reflexo, inerte, segundo essa concepção empirista do espaço-plataforma”, onde as superfícies pouco importam por serem meros “recipientes ou plataformas a propagandearem suas vantagens comparativas e a disputarem as inversões de capital” (BRANDÃO, 2004, p. 63). Em outro sentido, o espaço é dinâmico, resultado da construção social, produto de conflitos e disputas da ação e interesse dos grupos em seu processo de reprodução histórica.

Assim, o entendimento da autodeterminação tem, com Brandão (2004, p. 70), a indicação do que deve ser identificado, ou seja,

> os recursos materiais e simbólicos e a mobilização de sujeitos sociais e políticos buscando ampliar o campo de ação da coletividade, aumentando sua autodeterminação e liberdade de decisão. Neste sentido, o verdadeiro desenvolvimento exige envolvimento e legitimação de ações disruptivas e emancipatórias, envolvendo, portanto, tensão, eleição de alternativas e construção de trajetórias históricas, com horizontes temporais de curto, médio e longo prazos.

Ainda, que a construção social e política dessas trajetórias sejam inclusivas de parcelas crescentes das populações marginalizadas pelo progresso técnico e endogeneizadora de centros de decisão (BRANDÃO, 2004, p. 70).

Não pretendi, pela análise das manifestações de autodeterminação na cidade de São Roque de Minas, substituir a força do Estado como ente ativo no processo de desenvolvimento, mas entender como outros atores possam fazer parte desse processo, ressaltando a necessidade de participação da população em questões em que ela pode e deve atuar. Como adiantado na introdução, formulações de inspiração cepalina oferecem apoio importante, ao tratarem das heterogeneidades estruturais de economias periféricas, especialmente o caso brasileiro, colocam como premente o papel do Estado na promoção do desenvolvimento, principalmente em meio à extensa pluralidade de decisões cruciais.

O Estado seria o agente privilegiado para avaliar e realizar a síntese das inúmeras cadeias de reações provocadas pelas múltiplas decisões. O que não significa, para fins dessa pesquisa, que ele deva permanecer como única unidade estrategista para a promoção do desenvolvimento.

Para identificar a profundidade na qual o tema foi tratado, recupero a posição de Vainer (2003), quando contrapõe duas utopias urbanas.

> “De um lado tem-se a utopia da cidade-empresa, da cidade-mercadoria, da cidade-negócio [...] a cidade do marketing, a cidade consensual que repudia qualquer debate aberto e teme o conflito. De outro, tem-se a utopia da cidade democrática. Em vez de dominada pelo mercado e pela mercadoria, é dirigida pela política. Nela, o conflito, em vez de ser temido, é desejado, pois é visto como elemento fundamental da transformação da cidade. Nela os citadinos não são vistos nem como espectadores das realizações de um prefeito iluminado, nem como simples consumidores da mercadoria urbana. Seus habitantes são pensados como cidadãos em construção, que, ao se construírem, constroem também a cidade (VAINER, 2003, p.30).

Furtado (1983, p. 92) relaciona estruturas, agentes e suas decisões, pois “o estudo do desenvolvimento tende a se concentrar na caracterização das estruturas, na identificação dos agentes significativos e nas interações entre determinadas categorias de decisões e as estruturas”. Esses são os elementos que dinamizam o espaço e toda riqueza do que é

dialeticamente condicionante e condicionado, um tipo de atenção que permitira captar a intensidade do efeito multiplicador que há entre as esferas rural e urbana. Entendendo como desnecessária uma clara distinção entre os limites nítidos que há entre os termos, a força entre produção e consumo tem sido decisiva para as fases iniciais de desenvolvimento econômico de diversos territórios.

A força dessa relação é tão importante quanto a atenção que se deve ter sobre o fato de que a presença de uma significativa produção rural não garante frutos à economia local. Torna-se fundamental a identificação da forma em que são apropriados os excedentes da mesma. Nesse sentido, é possível que a produção de uma localidade rural esteja completamente deslocada do meio urbano próximo, especialmente quando tal produção está organizada sobre as bases da agricultura moderna, científica, tecnológica e informacional. Posição coerente com a de Kloppenburg (1988), para quem a ciência agrícola tem estado crescentemente subordinada ao capital, e seu contínuo processo moldou o conteúdo da pesquisa e, necessariamente, o caráter de sua produção.

Para Santos (2001), este contexto pode representar um grave fator desarticulador das capacidades locais de desenvolvimento, dado que há uma retirada dos elementos do comando próprio da região. Já Goodman e Redclift (1991) ressaltam a ocorrência dessa relação entre agricultura e desenvolvimento industrial na produção agrícola de grande escala e no papel da agricultura na expansão do capitalismo industrial, especialmente por representar alívio sobre a taxa de lucro e fornecer alimentos da dieta básica a preços baixos ao setor industrial urbano.

Diante disso, é comum a grande produção agrícola padronizada segundo a moderna presença de *commodities*, cujos produtos são voltados para consumos distantes, reservando ao espaço rural-urbano-local apenas uma fração dos excedentes da remuneração da atividade produtiva. Fração, porque muito do capital acumulado é direcionado a outras economias. A questão a ser analisada quando se pensa no desenvolvimento dessa espacialidade deveria ser o equilíbrio produção-consumo, e o destino dos excedentes.

Assim, independentemente do espaço considerado, o que marca a sociedade que tanto produz é sua incessante busca pela produtividade, especialmente quando se volta para a produção agrícola e industrial. Portanto, impera a necessidade dessas organizações em manterem-se competitivas, sendo que o dinamismo das relações de mercado que ignoram fronteiras na busca por incrementos de produtividade promovem intensa verticalização nas relações entre elas, como visto anteriormente.

Nesta pesquisa, busco contribuir para a melhor compreensão de como a população se manifesta no espaço vazio das práticas promotoras de desenvolvimento, uma atribuição normalmente esperada como pertencente ao Estado, mas não entendo que tenha atitude omissa em políticas de desenvolvimento. O que prevalece é que estas têm sido articuladas em benefício de centros mais ágeis e capazes de oferecer maior impacto nos retornos de produção e circulação de bens e serviços (PIB). Preocupado com o lugar que caberia às demais frações do território (sua maioria expressiva), voltei-me para a percepção de movimentos em que a promoção do desenvolvimento viesse da própria população.

Como não pretendo intimidar a presença do Estado no desenvolvimento, entendo ser necessária a participação da população complementar à do Estado, especialmente nos inúmeros e pequenos municípios brasileiros Neste sentido, procurei articular a próxima seção, conjugando desenvolvimento local com ações de autodeterminação.

Considerações finais

Ao repudiar políticas de traços keynesianos e justificar-se com argumentos anticomunistas, o neoliberalismo enfraquece o Estado naquilo que teria sido sua mais forte expressão na América Latina, o desenvolvimento econômico.

No capítulo anterior, vimos que, com a ajuda da Cepal, formou-se um Estado interventor como tentativa de transformar as estruturas oligárquicas limitadoras do desenvolvimento. Seu relativo fracasso nessa empreitada torna-se mais evidente com a crise de 1970, quando a inflação e o desemprego se fizeram nítidos e o campo tornou-se fértil para que os detratores do keynesianismo entendessem como oportuno o momento para uma nova ordem ao desenvolvimento capitalista, centrado na hegemonia do mercado.

Como saldo, tivemos as privatizações (também justificadas pela crise da dívida externa), que promoveram o desenfreado usufruto dos bens públicos estratégicos, e a desregulamentação do mercado de trabalho e de serviços sociais essenciais como os de saúde, educação e moradia. Ajuda a compor um quadro- resumo da época um índice de pobreza de 44% para o conjunto da região da América Latina, uma estrutura produtiva desarticulada, a abertura financeira e comercial (favorecendo a desnacionalização de organizações produtivas antes erigidas pelo Estado) que nos faz retornar aos elevados níveis de dependência do mercado mundial. Assim, “o neoliberalismo submeteu a região a uma situação semelhante às

formas de dependência industrial e financeira do século XIX, só que atualmente adotada a forma tecnológico-financeira" (ROSEMMANN, 2006, p. 852).

Outro fator decisivo para a ampla adoção do neoliberalismo no continente foi sua indicação de implantação completa, ou seja, os ideólogos norte-americanos e afiliados divulgavam o modelo econômico como um projeto que não poderia ser aplicado em partes. Se assim fosse, perderia sua identidade e não alcançaria sua proposta de refundar a economia de mercado. Esse fato levou-me a abordá-lo em conjunto com a força da noção de ideologia, expressão adequada para se compreender o caráter totalitário e excludente a outras propostas que não se alinhassem com seus objetivos. Cristalizou-se, então, o repúdio a qualquer outra opção de análise da realidade social e econômica vigentes, processo que contou com amparado da grande mídia.

Nestes termos, torna-se real um ambiente de desafeto ao questionamento, elemento central para a vitalidade da convivência das diferenças e afirmação da democracia. As peculiares manifestações de cada realidade local deveriam ajustar-se à ordem erigida a partir dos campos técnicos das equações econômicas. A política perde terreno para a economia, tornando a população ainda mais distante das decisões que lhes afetam. Em destaque, o status técnico da organização econômica em prol da sociedade fundamentada pelo mercado, i.é., a sociedade resumida à sociedade de mercado. O cidadão, destituído de tal saber técnico, viu-se como leigo para agir politicamente.

Os pilares das reformas neoliberais – no regime político, na constituição do Estado e na gestão pública –, tinham, na síntese da reforma do Estado, o passo fundamental para a implantação de uma nova racionalidade política (flexibilidade da mão-de-obra, desnacionalização e privatização da economia), que deixava a política refém do mercado. O cidadão torna-se consumidor, perdendo consciência política e, mesmo sem perceber, passa a contribuir (por omissão) para o projeto neoliberal em construção. A cada passo solidificava-se um regime político fundamentado na servidão ao mercado e ao consumidor, e mantido por referência à ideia de uma democracia de mercado.

Percebe-se que os princípios de justiça e igualdade social intensificam sua degradação. Como decorrência, e mesmo diante de grandes dificuldades, ressurgem movimentos sociais, sejam eles formados em relação à identidade étnico-cultural (movimentos indígenas), à carência ("movimentos sem") ou a um hábitat compartilhado (de moradores de favelas) (TADDEI, 2006).

Apesar dos avanços que tais movimentos vêm alcançando, o objeto tratado neste estudo não só é distinto como apresenta uma dificuldade frente ao anteriormente comentados. Isso porque trata-se de uma situação onde os cidadãos não se organizam em torno de uma determinada causa sobre a qual compartilham entendimento ou traços ideológicos comuns. A realidade a partir da qual discuto a autodeterminação local reflete a simples busca pela sobrevivência de uma cidade e seus habitantes, o que parece dificultar o processo, pois nestes casos é comum haver diversas opiniões sobre como conduzir o procedimento. Diante da já discutida prevalência de inibições a novas formas de recuperação econômica, torna-se incompleto o suporte teórico até aqui organizado, insuficiente para uma percepção esmerada da organização social desenrolada em São Roque de Minas no auge da aplicação do neoliberalismo no Brasil, início da década de 1990.

Neste aspecto, organizei o próximo capítulo buscando alcançar conceitos cuja articulação pudesse auxiliar no amparo necessário à captação da forma em que se desencadearam, por meio de iniciativas da própria população, os passos que levaram à rearticulação econômica do município de São Roque de Minas. A despeito de todo movimento de desarticulação que alcançou o território nacional na última década do século passado.

IV. ARTICULAÇÕES NO LOCAL: DINÂMICA DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

De uma economia exclusivamente baseada na agricultura exportadora, o Brasil, mantendo viva a busca pela modernidade, ingressou na industrialização por substituição de importações e inaugurou uma era, da qual erigiu uma base industrial ampla e sofisticada. Com planejamento estatal fortemente centralizado, algumas mudanças foram feitas quando as circunstâncias político-ideológicas, que assentaram no país na década de 1990, inverteram o que se firmava como prática usual o Estado tornou-se coadjuvante para, em seu lugar, assumir o protagonismo do mercado, atuando com grande liberdade neste novo cenário neoliberal. Resulta um agravamento no quadro de assimetrias.

Os projetos da planificação estatal, embora decisivos à estruturação industrial, foram edificados por meio da concentração, verificada na localização das indústrias, nas rendas geradas e apropriadas a partir destas e, consequentemente, nos fluxos econômicos e condições de vida dos brasileiros. Essas ações levaram o país a ter, na década de 1980, “80% da produção industrial no Sudeste e 44% na Grande São Paulo” (ARAÚJO, 2008, p. 13), mascarando os desempenhos médios da economia nacional e seu mercado, pois era do Sudeste e da Grande São Paulo de onde os dados emergiam. Assim, formou-se o panorama geral do desenvolvimento brasileiro, baseado em ciclos de crescimentos econômicos mediados pela desigualdade.

Ocorrências análogas manifestavam-se em outros países da América Latina, estimulando uma interpretação atípica sobre tais práticas desenvolvimentistas, formando uma referência distinta frente ao que pronunciavam as teorias de crescimento econômico então vigentes. Baseada em uma interpretação peculiar, a América Latina passa a ser compreendida, - especialmente pelo ponto de vista de sua economia, a partir das relações que nela se fundam desde quando é alcançada, ainda no século XVI-, pela expansão capitalista no centro da economia mundial, a Europa. Considerada por Oliveira (2003) como única elaboração original alternativa à teoria do crescimento de origem clássica, a Teoria do Desenvolvimento afasta a perspectiva da América Latina ser um elo na cadeia do desenvolvimento econômico mundial. O subdesenvolvimento passa a ser visto como produção periférica do desenvolvimento das nações centrais do capitalismo mundial, viabilizada pela articulação dos interesses internos (América Latina) diante da divisão internacional do trabalho. É, portanto, uma manifestação intensamente hierarquizada.

Essa ideologia modernizante levou a um tipo de transformação mantida por uma dinâmica continuísta, intensificada a partir da década de 1930, provocando pouca alteração na estrutura das relações de poder que articulavam o desenvolvimento nacional. Era como se não evoluíssemos, uma repetição cuja razão central estaria relacionada ao fato de que nosso desenvolvimento teria sido posto em marcha por uma revolução produtiva e não por uma revolução burguesa, como esclareceu Oliveira (2003).

Considerando que o Brasil promoveu uma modernização à custa do indivíduo, a articulação desta pelo poder político central, especialmente no período militar, quando obteve seu mais alto grau de interferência estatal à formação industrial, parece ter subjugado a população a ocupar um papel apenas secundário na cena política nacional. Recorrendo à interpretação de Souza (2007), era como se tivéssemos privilegiado as ideias de Silvio Romero e de Euclides da Cunha, para os quais a formação mestiça do brasileiro seria um problema ao projeto modernizador, pois a figura do sertanejo, mesmo sendo símbolo da identidade nacional, representava o atraso a ser superado para que o país pudesse ingressar na modernidade dirigida por sua elite. Mas, ainda recorrendo a Souza (2007), só que por outro ponto de vista, privilegiando as leituras de Câmara Cascudo e Gilberto Freyre sobre o tema, seria a peculiar mestiçagem de nossa gente a promessa para uma contribuição original para o desenvolvimento. A partir desta posição, destaco a força que reside nas múltiplas territorialidades que condicionam o espaço nacional, ressaltando o grande potencial idiossincrático da nação brasileira.

Assim, postula-se o povo brasileiro como quem dificulta a modernização, sendo mais coerente e nítida a possibilidade de assumi-lo como o agente potencial da mudança. Nestes termos, no lugar de aparecer como problema, surge como solução, pois a ideia de indicá-lo como barreira à modernização o qualifica como uma oposição ao projeto de modernidade dominante. Nesse sentido, a resistência, antes de ser uma barreira, permite a permanência da riqueza de nossa diferença e um alerta de que uma modernização mais integradora de nossa diversidade poderia resultar em um processo menos desigual, menos copioso e forçosamente homogeneizador. Sendo uma ameaça à modernidade, é também uma promessa para outro tipo de futuro para o país.

No entanto, o que figura como traço característico da modernização brasileira é que a população ainda permanece alheia ao debate que finda nas principais decisões políticas do país. Trata-se de uma herança ainda ressoante, tanto na timidez da ação política popular, quanto na resistência por parte da elite conservadora em permiti-la. Talvez por sermos

“condicionados, desde nossa infância, a acreditar que as formas de organização do nosso cotidiano pertencem naturalmente a uma misteriosa esfera superior, o “Estado””, como indicou Dowbor (2008, p. 2). A partir da história, institucionalizou-se no país uma prática política restrita, onde o contínuo processo de modernização conservadora coloca o cidadão destituído de incentivo e mantido em cena apenas por praticar um jogo cuja regra exige a participação popular. Mesmo que seja indireta, i.e., pelo regime de democracia representativa[56].

Em síntese, mesmo tendo nosso projeto de modernização afirmado-se sobre o êxito da planificação central, com taxas de crescimento significativas, não lhe foi ausente a destruição da natureza, a desumanização das condições de vida nas grandes cidades e a deterioração das condições de sobrevivência para a maior parte de população. Ou seja, uma gama de progressos, mas não no sentido humano de desenvolvimento. O que presumo, confirmando posição de Arocena (2004), é que as decisões tomadas partiam de um modo de compreensão do mundo marcadamente valorizador do crescimento econômico e articulado por um modelo cultural norteado pela racionalidade, naturalmente incapaz de sensibilizar-se frente à diferença.

No sentido de contribuir com as reflexões que exploram as diferenças, as singularidades que valorizam o específico com relação ao homogêneo, sem que lhe seja abstraído o sentido do contexto da totalidade, é que dediquei este capítulo. Procurando evitar, ao mesmo tempo, o apego a teses localistas, de um lado, e às receitas universais esperançosas de generalizações, de outro, priorizei um foco que desse ao quadro teórico em construção um maior peso às pessoas, enquanto atores sociais articuladores de dinâmicas que possam resultar em formas distintas de organização do desenvolvimento. Reforço que falta fazer muito para alcançar um maior número de vozes e participação nas decisões políticas do país.

A questão é retomar a prática política na espacialidade mais próxima ao indivíduo, o território local, que no caso das cidades de menor porte coincide com o próprio município. Mesmo estando o desenvolvimento econômico do país intensamente articulado com a economia-mundo, o espaço de sua manifestação continua se processando no local. Por isso, este fragmento de território pode representar o eixo da imediata participação popular, o que

[56] Ademais, apesar do final da década de 1980 ter presenciado dois importantes acontecimentos em proveito de uma maior descentralização do poder governamental central – o retorno das eleições diretas para presidente e a reforma constitucional –, a prática resultante não se alterou como seria possível. A democracia representativa pouco alterou o cenário das forças dominantes e a Constituição de 1988 descentralizou algumas decisões sem que fosse acompanhada da descentralização dos recursos e do conhecimento necessário para conduzi-lo.

significa que analisar o local permite a percepção da ação das forças globais. O local torna-se, assim, a viabilidade que se contrapõe às determinações advindas, valorizando a participação do cidadão local, para que ele tenha mais força na determinação de seu próprio território.

O capítulo foi elaborado em favor do cidadão local que, a partir da disponibilidade de recursos que o rodeia, é capaz de articular o crescimento da produção, do consumo e da melhoria das condições de vida. Foi construído a partir do andamento que os capítulos anteriores permitiram, e o avanço que pretendi alcançar se refere, especificamente, à temática que sugere a autodeterminação como ação ao desenvolvimento local por seus próprios atores sociais.

Organizei o capítulo na seguinte disposição. Inicialmente, procurei recuperar as heranças fruto de decisões políticas centralizadas que promovem um processo de determinação de origem distante, de cima para baixo, alheio aos interesses e demandas locais. Os atores locais figuram como estrangeiros do desenvolvimento de seus próprios territórios, e esta recuperação levou-me a discutir a questão da identidade em relação ao território, diante do processo de modernização da sociedade brasileira, quando argumentei sobre a demarcação entre as identidades locais frente à nacional. Então, abordei o sentido do poder local como objeto teórico, ressaltando o ator social como categoria de destaque à conjugação do conceito de autodeterminação local.

4.1. A condição herdada

Descrever elementos que na condição atual são heranças de outros tempos significa assumir uma referência temporal, mas não um ponto de partida. Não só a realidade estudada exige o retomar de práticas do passado, como também se fazem comuns ressurgências no condicionamento do presente e na projeção do futuro. Além disso, a ideia de destacar algumas heranças que evidenciam as assimetrias nacionais antes comentadas significa, antes de mera expressão de um determinismo absoluto afeito ao cientificismo positivista, ter referências para retornos aos seus condicionantes e determinantes. Como adendo, a possibilidade de relevar a conjuntura atual para a reflexão da problemática deste estudo e sua contribuição à temática do desenvolvimento.

De imediato, destaco que as heranças comentadas advêm essencialmente da dimensão política, que desde 1930 passariam a ser determinantes das condições hoje vivenciadas. A partir desse momento acentuou-se a mudança no quadro populacional do país, com a inversão

da distribuição dos que habitavam o meio rural e o urbano. Éramos 68,7% da população vivendo em zonas rurais na década de 1940, remontando um país ainda essencialmente agrícola, mas passamos a ser apenas 18,8% vivendo no campo em 2000 (IBGE, 2007).

Para chegarmos a 81,2% da população vivendo nas cidades, as migrações internas merecem atenção, uma vez que a partir de 1930 elas seguem preferencialmente duas vertentes, como destacaram Marinucci e Milesi (2008). Eles se referem à atração exercida pelas fronteiras agrícolas e pela industrialização do Sudeste, que fez com que cerca de quarenta milhões de pessoas deixassem as áreas rurais nos últimos 35 anos.

Mantendo a terra concentrada nas mãos de poucos e tendo priorizado a formação industrial no sudeste, o Brasil passa por dois tipos migratórios dos quais derivam suas principais características. Um deles refere-se a uma migração mononucleada, formada por polos s de atração nitidamente industriais, como as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. O outro, mais recente, tem feição polinucleada, quando começam a se formar vários núcleos urbanos em áreas tipicamente rurais. Seria possível, neste caso, adicionar à interpretação da migração interna as péssimas condições de vida nas grandes cidades brasileiras. As metrópoles passam a receber menos fluxos migratórios em relação ao que se processava antes, e parte da explicação pode ser atribuída à violência urbana, à poluição, à desordem no trânsito e à diminuição na oferta de empregos. Problemas[57] que refletem as opções feitas, trazendo como consequência o grande número de pessoas vivendo nas ruas e favelas, que em São Paulo já são uma em cada dez habitantes, conforme indicam Marinucci e Milesi (2008).

No centro desses problemas está o Estado, excessivamente voltado para uma feição desenvolvimentista e conservadora (Goldenstein, *apud* ARAÚJO, 2000), pois, apesar de ter forte presença interventora, o fato de estar mais voltado para garantir projetos de industrialização do que o bem-estar social deixa as transformações e dinâmicas sociais à deriva das forças dominantes.

---

[57] Esse quadro de assimetrias foi investigado por Santos (1996) e é constituído por objetos, normas e ações (Milton propõe a mesma visão dialética antes percebida pelos cepalinos para o processo de desenvolvimento, mas, neste caso, voltado para a questão dos circuitos superiores e inferiores nas metrópoles. Para ele, não era adequada a ideia de setor informal. O setor sinaliza mais uma fragmentação, mais um corte reducionista da realidade. Além disso, a ideia de informalidade supõe a de outra, aquela tida como formal, adequada às normas e formalidades, como se essa fosse a legal e a outra a ilegal. Santos adverte para o caráter integrado de ambas, como pertencentes a um só processo e servindo-se uma da outra, estando mais próxima de duas peças do mesmo corpo que uma de cada corpo diferente.

A organização de condições para a acumulação industrial privada era a orientação das ações estatais, projeto identificado como de sucesso, exitoso desde que percebido de forma reducionista, tendo em vista apenas o dinamismo de sua economia. Todavia, uma mínima correção de sua miopia permite notar que este foi um processo descomprometido com a ampliação das duas condições fundamentais ao desenvolvimento humano, a educação e a saúde. Assim, são comuns ambiguidades como a modernização tecnológica industrial acompanhada de grande oferta de mão-de-obra, ou a grande produtividade e produção agrícola sem alteração na estrutura da propriedade da terra.

Consolidou-se um Estado mais executor do que regulador, de acordo com Araújo (2000). Um Estado que pouco negocia com a sociedade os espaços e as demandas políticas, concretizando a ideia de que o público é o governo, ou o governamental, políticas públicas seriam decisões tomadas exclusivamente pelo governo, corroendo o sentido do Estado, mais amplo que o de governo. A possibilidade de participação da sociedade civil e de seu diálogo com o governo, no sentido de efetivar a ação política, é mantida afastada. Adicionando ao perfil desse Estado centralizador a longa trajetória autoritária dos períodos de ditadura (Vargas e militares), não só a distância entre o governo e a população aumenta, como a indiferença daquele frente a esta.

O perfil que lhe dá forma e faz com que o Estado seja alcançado apenas por seletos grupos poderosos é o de ser autoritário, quando pouca consideração e legitimação da grande parcela da sociedade tornam-se necessárias, permitindo-o ser centralizador. Concentra as decisões em benefício da industrialização, a partir da qual seguem como arrasto as demais políticas públicas para seu apoio ou para o exercício de compensações sociais. Araújo (2000, p. 264) assim define as predominâncias no desenvolvimentismo nacional:

> Definem-se a política industrial e a política agrícola do país, como se o Brasil fosse, todo ele, uniforme; formula-se uma política habitacional, num país heterogêneo como o nosso, como se o Brasil fosse um grande banco, o mesmo esquema de financiamento, o mesmo padrão de construção para o país inteiro. Essa é a visão do corte nacional, com um desprezo fantástico pela heterogeneidade real do país. Quem está lá em Brasília tende a pensar que o Brasil é uma média. [...] Quando se tem uma política centralizada, o tratamento é homogeneizado.

O corte nacional, assim, predominado na organização da ação política brasileira, consolidando a prática de cima para baixo, fazendo-nos ser a décima primeira maior economia do mundo (já foi a oitava), mas ao mesmo tempo uma das maiores desigualdades na distribuição de renda e condições sociais. Sua pujança econômica o fez aspirar assento dentre

o seleto grupo dos países mais ricos do mundo, o Grupo dos Oito, ou G8, cuja ampliação levaria à alteração na nomenclatura, passando a reunir mais cinco países, dentre eles o Brasil, ou seja, um G13.

Considerando essa nova formação (G13), nos critérios comumente utilizados como referência para se ranquear os países – PIB, PIB *per capita*, IDH, esperança de vida ao nascer, taxa de alfabetização de adultos e taxa de mortalidade infantil –, a situação assim se revelaria. O Brasil assumiria a antepenúltima posição em quatro deles (PIB, PIB *per capita*, taxa de alfabetização de adultos e taxa de mortalidade infantil) e a décima no IDH e na esperança de vida ao nascer (dados de 1994, segundo PNUD, 2006). A ânsia desenvolvimentista teria dado certo, pelo menos a quem dela se beneficia, apenas uma pequena parcela da população.

Em 2000, conforme dados do IPEA (2008), 1% dos domicílios mais ricos ficavam com mais de 13% da renda domiciliar do país, enquanto os 40% mais pobres com um pouco mais de 6%. Uma concentração manifesta em outras, tipificando décadas de esforços desenvolvimentistas e exemplificando a prática política restrita a poucos. Nesse sentido, o Estado formado pela massa que reúne desenvolvimentismo, excesso de autoritarismo, centralização e tradição conservadora o faz desviar das necessárias modificações na estrutura de propriedade e na ampliação, de fato, das possibilidades do processo de consolidação industrial, a fim de alcançar o território nacional de forma mais ampla.

Em um país com 5.564 municípios[58] (após a criação de quatro novos municípios em 2005), assentar uma política nacional de desenvolvimento que desconsidera a realidade local, pode ser considerada uma heresia. Isso porque as decisões sobre nosso desenvolvimento fizeram-nos ter, em 2005, nos 10% dos municípios com maior PIB, uma geração de riqueza 24,6 vezes maior do que nos 50% dos municípios com menor PIB. Ademais, com apenas 51 (menos de 1%) municípios alcançou-se a metade do PIB e 30,5% da população, sendo que o Sudeste apresentou, entre 2002 e 2005, os maiores indicadores ao longo da série, 38,1%, ou seja, foi neste espaço onde 10% dos municípios geraram 38,1% mais riquezas que os 50% dos municípios com menor PIB. Mesmo se excluirmos São Paulo e Rio de Janeiro, o indicador ainda é alto, 24%. Já os 1.371 municípios de menor PIB responderam por apenas 1% deste, sendo povoados por 3,5% da população nacional, números que deflagram a concentrada geração interna da renda e também a difusão espacial na produção da riqueza. Essa

[58] Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul são os estados como o maior número de municípios, com 853, 645 e 496, respectivamente, embora seja o nordeste a região onde eles são em maior número, 1.793 enquanto o sudeste tem 1.668. (IBGE, 2007a).

distribuição, quando comparada à do ano 2002, mostra praticamente a mesma realidade, quando apenas quatro municípios agregavam 25% do PIB e 48% eram responsáveis por metade da renda gerada no País. Os cinco municípios, todas capitais, que representavam 25% do PIB em 2005, eram: São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ), Brasília (DF), Curitiba (PR) e Belo Horizonte (MG). Em síntese, o conjunto das capitais brasileiras representava 34,8% do PIB Nacional em 2005, sendo que as da região Norte eram responsáveis por 2,4% desse montante; as do Nordeste, por 4,5%; as do Sudeste, por 19,8%; as do Sul, por 3,0%; e as capitais do Centro-Oeste, por 5% (IBGE, 2007a).

Neste momento, resgato uma das premissas empíricas desta tese: a de que aos pequenos municípios brasileiros despossuídos de condições naturais favoráveis à exploração lucrativa, como recursos naturais abundantes – água, petróleo, gás, minérios, –, e incapazes de organizarem-se favoravelmente à reprodução de ganhos de outros, geralmente grandes e de fora do local (agentes capitalistas), restariam poucas possibilidades de desenvolvimento econômico e melhoria das condições de vida. Posteriormente, recorrerei a dados que revelam os mais altos PIBs *per capita* dos municípios brasileiros (Figura 1), pois sugerem reforço à premissa. Estes pequenos municípios, com considerável condição de renda, mesmo que auferida pela parcialidade da medida *per capita*, são aqueles cujo crescimento econômico está claramente vinculado a algum grande projeto externo a determinações locais.

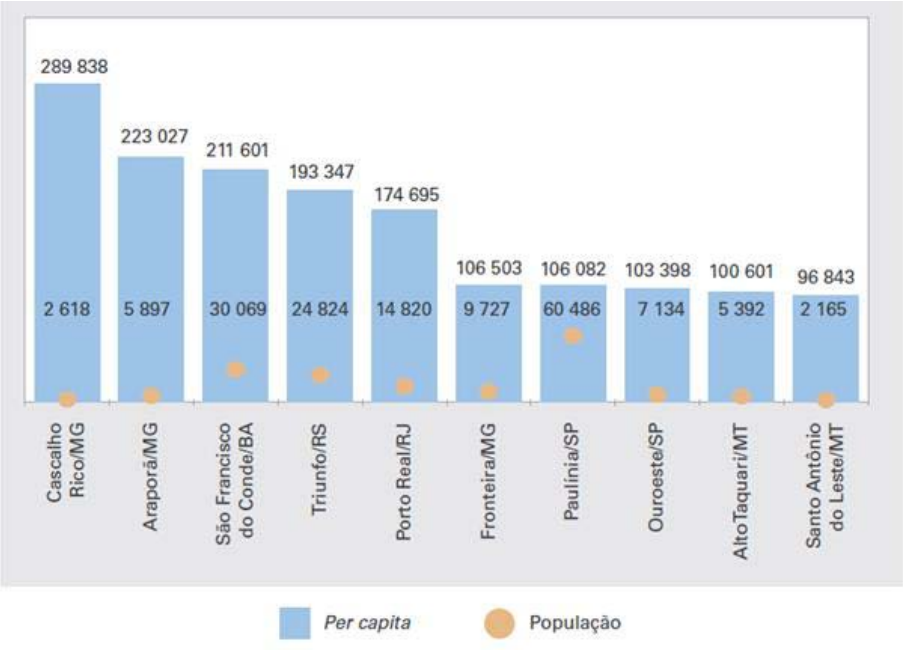


Figura 1: Municípios com os 10 maiores PIBs per capita – 2005
Fonte: IBGE (2008b)

É o caso, por exemplo, de Cascalho Rico, o município que em 2005 aparecia como o melhor posicionado em relação ao PIB *per capita* do país. Está localizado no Triângulo Mineiro, com apenas 2.618 habitantes, e nesta cidade está a terceira maior hidrelétrica do estado. Em Araporã, município de baixa densidade demográfica e localizado na mesma região, está a maior hidrelétrica de Minas, com capacidade instalada de 2.082 *megawatts*. São Francisco do Conde abriga a segunda maior refinaria em capacidade instalada de refino do País. O município de Triunfo, na Região Metropolitana de Porto Alegre (RS), é sede de um polo petroquímico importante e também tem baixa densidade populacional. Porto Real, igualmente de pequeno porte populacional, experimentou grande crescimento da indústria automobilística desde 2001. Fronteira, no Triângulo Mineiro, é sede da segunda hidrelétrica do estado, e em Paulínea está a refinaria com a maior capacidade instalada de refino do país. Em Oroeste, no noroeste de Minas Gerais, está uma unidade geradora de energia elétrica com capacidade semelhante da localizada em Fronteira. No município de Alto Taquari há grandes proprietários de terras produzindo no ritmo da moderna agroindústria, neste caso, soja e algodão, o que estimula um comércio vultoso de produtos agropecuários. Além disso, sua economia foi impulsionada pela construção de uma rodovia no estado e pela chegada de grandes empresas comercializadoras de produtos agropecuários e outras do ramo do petróleo. Santo Antônio do Leste mantém sua economia baseada igualmente nos latifúndios de milho e soja. Estes são os municípios com os 10 maiores PIBs *per capitas* do Brasil em 2005, conforme demonstra o IBGE (2008a).

Do PIB *per capita* de Cascalho Rico, maior do país, até o de Santo Antônio do Leste, o décimo maior, a diferença é considerável, mas em todos os casos os valores são discrepantes em relação à média nacional. O primeiro tinha, em 2005, um PIB *per capita* de R$ 289.838,00, e o último R$ 96.843,00, enquanto a média nacional era de R$ 11.658,00. Os valores destes municípios comentados são superiores, inclusive, aos das grandes capitais. Em 2005, o PIB *per capita* do Estado de São Paulo era de R$ 17.977,00, acima do referente ao Rio de Janeiro, que era de R$ 16.052,00, embora ambos estivessem abaixo do Distrito Federal (R$ 34.510,00) (IBGE, 2007a). Como estamos tratando de média, a grande massa de pobreza típica das grandes cidades acaba diluindo os valores nas mesmas.

Quando nos voltamos para os municípios com menor PIB *per capita* no Brasil, verificamos que, além de não contarem com determinações extralocais (cujo produto geralmente é alguma expressiva instituição pública ou privada), percebemos que são

municípios dependentes da administração pública local[59] e da pequena agricultura. É o caso de Mirante, na Bahia, que tinha em 2005, 62% de sua economia dependente da máquina pública local. Os demais 56 municípios com PIB *per capita* inferior a R$ 1.609,52, isto é, 1% dos menores municípios em relação ao PIB *per capita* estavam localizados no Estado do Pará (9) e na Região Nordeste do País, no Maranhão (16), no Piauí (14), no Ceará (4), em Alagoas (1) e na Bahia (12). Esses dados reforçam que a planificação desenvolvimentista nacional privilegiou o Sudeste, especialmente suas capitais[60]. Verificamos que, geralmente, na maioria dos estados das Regiões Norte e Nordeste, os cinco maiores municípios concentravam mais de 50% do PIB estadual (as exceções são os Estados do Tocantins e da Bahia, embora os valores estivessem próximos, ou seja, 45,8% e 49,0%, respectivamente). No Sudeste, não se pode falar de um padrão dominante, mas os cinco maiores municípios do Espírito Santo e do Rio de Janeiro concentravam mais de 65% do PIB dos seus estados. Nas regiões Sul e Centro-Oeste a concentração era menor, exceto no Mato Grosso do Sul, onde a concentração chegou aos 54,2%.

Buscando por relações com a realidade de São Roque de Minas, se olharmos para os municípios que mais evoluíram suas economias, ou seja, os que obtiveram ganhos de posição no ranking do PIB municipal (2002 a 2005), perceberemos que São Roque de Minas não aparece entre eles. Além do fato de os grandes avanços neste município terem acontecido no decorrer da década de 1990, e não recentemente, como os dados em apreço, novamente, o que está por trás da ascensão dos municípios reforça a premissa antes recuperada. Vejamos: os maiores avanços couberam a Bom Jesus do Araguaia (Mato Grosso), Canaã dos Carajás (Pará), Baixa Grande do Ribeiro (Piauí), Centro Novo do Maranhão (Maranhão) e Ijaci (Minas Gerais). No entanto, esses crescimentos estiveram relacionados à agroindústria de grande porte (incluídas a pecuária e a extração vegetal), que permitiu o aumento da produção de soja e o crescimento da pecuária em Bom Jesus, assim como da soja e do arroz em Baixa Grande do Ribeiro e na produção de carvão vegetal e de bovinos em Centro Novo do

[59] Dos 5.564 municípios brasileiros, 1.740 (31,3%) possuíam mais de um terço de suas economias dependentes da administração pública (IBGE, 2007a).

[60] Em um panorama da participação relativa de cada capital em relação ao PIB do estado e, consequentemente, à contribuição das demais cidades, podemos perceber a concentração (em valores aproximados). Repartindo os dados por *quartis*, temos, dentre as vinte e seis, sete capitais cuja produção equivale a até 25% do PIB de seu estado (menor valor coube a Joinvile, com 10,7% e o maior Salvador, com 24,4%); quinze entre 25 e 50%; três com PIB entre 50 e 75% (Boa Vista, Macapá e Rio Branco; com, 71,3%, 64,7% e 52,9% respectivamente). Apenas Manaus teve um PIB superior a 75% do PIB do estado, mais precisamente 81,6% (IBGE, 2007a).

Maranhão[61]. Em Ijaci foi implantada uma fábrica de cimento, e em Canaã foram ativados empreendimentos no segmento da mineração de cobre (IBGE, 2007a).

Considerando apenas a passagem de 2004 para 2005, nota-se que se destacam Confins (MG), Centro Novo do Maranhão (MA), Catas Altas (MG), Campo do Tenente (PN) e Sátiro Dias (BA). Mais uma vez, determinações de fora para dentro dos municípios estão no centro das razões dos desempenhos, cujos ganhos geralmente ficam restritos a um ou poucos agentes produtivos. Em Confins, a maior parte dos vôos do Aeroporto da Pampulha, em Belo Horizonte, foi transferida para o Aeroporto Internacional desse município. Centro Novo do Maranhão teve sua razão anunciada acima. Em Catas Altas houve a intensificação da extração de minério, enquanto em Campo do Tenente cresceu a extração vegetal, principalmente de madeira em toras. Em Sátiro Dias, incrementou-se a produção de petróleo e a construção de um gasoduto (IBGE, 2007a).

Por outro lado, dentre aqueles que tiveram o pior desempenho, a principal razão esteve relacionada a um fato específico, a seca no Rio Grande do Sul, que prejudicou a safra de quatro municípios deste estado (Boa Vista do Incra, Coxilha, Quatro Irmãos e Boa Vista do Cadeado). Entretanto, a cultura comum a eles era a que se repete em grandes extensões de terra – o monocultivo típico da lógica agroindustrial. Nestes municípios predominava a produção de soja e cereais que, quando a produção é afetada tem afetados sua produção, costumam impactar diretamente a economia local. Possivelmente, tais condições comprometeriam qualquer tipo de cultura, mas uma economia diversificada poderia ser um alento ao impacto da queda de rendimento em uma única opção. Nesse sentido, reforço o fato de que a descentralização discutida nesta tese é complementar à prática *sine qua non* que tem tocado nosso desenvolvimento, mesmo reconhecendo que esses investimentos (agroindustriais) tendem a ocorrer sem uma maior compreensão e participação da comunidade local nestes desígnios.

Voltando a atenção para o principal elemento do desenvolvimento nacional, a industrialização, é possível ter um resumo do projeto prevalecente. Considerando a Curva de

[61] Não é meu objetivo mapear a condição dos municípios brasileiros, apenas dar um panorama geral de suas realidades a partir de alguns indicadores. Mas apesar de Centro Novo do Maranhão ter avançado no ranqueamento do PIB municipal, lá havia, em 2000, uma taxa de analfabetismo da população (15 anos ou mais) em cerca de 44%, pelos dados do INEP de 2005 (INEP, 2008). E a mortalidade infantil próxima a 18% nos seus pouco mais de 15 mil habitantes, segundo informações do Ministério da Saúde em 2002 (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2008).

Lorenz e o Índice de Gini como referências[62], a concentração é marca insistente. A Figura 2 ilustra a mais grave concentração nacional, a da base industrial.

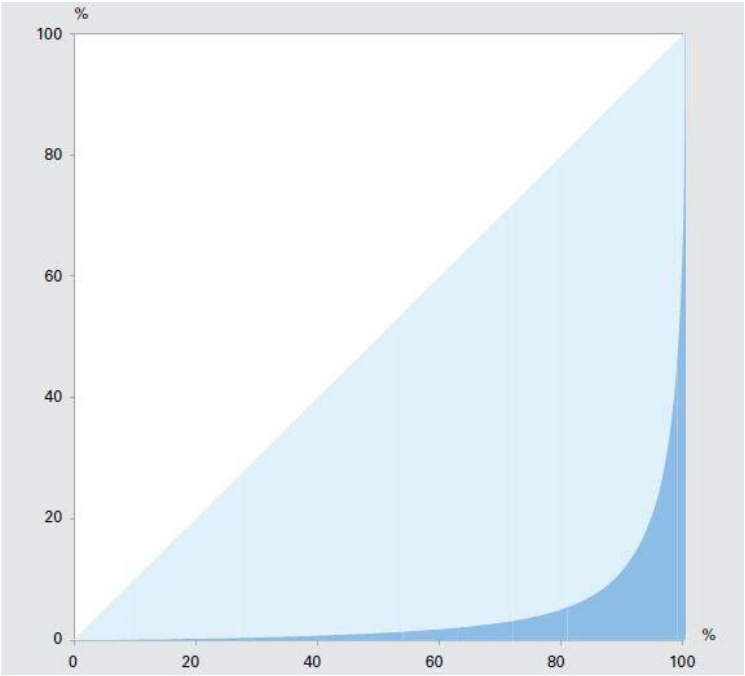


Figura 2: Curva de Lorenz do PIB, do valor adicionado da indústria no Brasil em 2005
Fonte: IBGE (2007)

Coerentemente, a Curva de Lorenz também posiciona o PIB de forma a indicar sua origem concentrada. Essas informações foram reforçadas pelo Índice de Gini, que apresentou, em 2005, um valor de 0,91, sendo maior no Estado do Amazonas (0,97) e menor no Estado de Rondônia (0,74), conforme indica o IBGE (2007a).

Já na intenção de dar cômputos finais ao panorama da concentração do desenvolvimento nacional, recupero o número de estabelecimentos industriais localizados no

[62] Segundo o IBGE (2007a, p. 220), a **Curva de Lorenz** representa a distribuição do valor adicionado das atividades entre os municípios. No eixo horizontal está a proporção acumulada dos municípios e, no vertical, a proporção acumulada do valor adicionado, permitindo identificar a parcela do valor adicionado total acumulada pelos municípios. No caso em que todos os municípios têm a mesma parcela do valor adicionado, ou seja, no caso de perfeita igualdade, o gráfico é representado pela reta de 45 graus. Quanto mais distante a curva estiver dessa reta maior a desigualdade na distribuição do valor adicionado entre os municípios. Já o **Índice de Gini** é uma medida do grau de concentração de uma distribuição, cujo valor varia de zero (a perfeita igualdade) até um (a desigualdade máxima). No caso específico do cálculo do PIB dos Municípios, mede o grau de desigualdade existente na distribuição dos municípios segundo o valor adicionado de cada município. Seu valor varia de zero, caso em que não há desigualdade, ou seja, o valor adicionado é o mesmo para todos os municípios, até um, quando a desigualdade é máxima (apenas um município detém o valor adicionado total e o valor adicionado de todos os outros municípios é nula). O índice de Gini é o dobro da área entre a curva de Lorenz do valor adicionado e a reta que marca 45 graus.

país, assim como o pessoal ocupado decorrente. Apesar dos dados relatarem a realidade de 1995, é possível ter uma ideia do que se gerou no país. Neste ano, 81% das indústrias estavam localizadas apenas nas regiões sudeste e sul, sendo que aquela contribuía com quase 54% do valor total. Decorre que eram mais de 83% as pessoas ocupadas na indústria naquela época, nas duas regiões citadas, e, o Sudeste empregava quase 60% delas (IPEA, 2008). Uma concentração, no caso dos empreendimentos formalizados, não só geográfica, como de poder, dado que as empresas de grande porte (com mais de cem empregados), sejam elas assim constituídas (caso da maioria delas) ou que acabaram por chegar a tal ponto, são apenas 0,5% das empresas do país, mas empregam quase 40% das pessoas trabalhando em empresas. Se somarmos aquelas com até 19 empregados, chegaremos a 97% das empresas existentes no país em 2005. Nesta, trabalham 44% das pessoas, em uma realidade cujo poder é bastante pulverizado, se comparado às empresas de grande porte (IBGE, 2008b).

Da herança que se formou com a busca pela modernização, destaco a organização da estrutura produtiva e seus efeitos, mas outro ponto deve ser incluído nesse espólio. O ingresso na década de 1990 sobre a regência do neoliberalismo trouxe implicações que agravaram o quadro, como visto no capítulo anterior. Nova recorrência a este ponto vale apenas para resgatar a força da financeirização e seus efeitos. Ao adotar taxas de juros dentre as mais altas do mundo, desestimulamos a iniciativa produtiva, o que levou o país a crescer muito pouco durante muito tempo. De 1996 a 2006, por exemplo, o crescimento foi menos do que a média mundial, apresentando uma taxa anual média de 2,2%, enquanto o restante do mundo teve um crescimento de 3,8% (FOLHA ONLINE, 2006), uma realidade resultante do pouco investimento que o empresariado realizou em comparação àquele de outros países. Essa decisão é condizente com a racionalidade do maior lucro, uma vez que a realização obtida pela dinâmica da financeirização era superior à da produção. Assim, não só seu custo, mas também a falta de crédito vêm contribuindo para o baixo dinamismo produtivo.

Os acontecimentos que marcam o cenário macroeconômico mundial atingem as inúmeras frações de território do país e não derramam exclusivamente sobre a periferia sua força desarticuladora, levando à miséria, à pobreza e à diminuição das oportunidades e acessos ao desenvolvimento. Ao se pronunciarem, os efeitos das políticas de desenvolvimento que firmam sua marcha sem incorporar os trabalhadores disponíveis, sem distribuir renda, e desconsiderando os impactos ambientais, acabam por disseminar as dificuldades por onde ocorre, independentemente se no centro ou na periferia.

A industrialização traz progresso econômico, mas nem sempre justiça social. O que acontece é que parte da miséria que permanece e da que cresce também deve ser compreendida a partir da realidade de onde se manifesta. Ou seja, na história da própria região, na herança regional de suas economias, na forma específica de sua organização produtiva e sua relação com a marginalização/inclusão, no perfil de sua elite, na estrutura da propriedade e nas manifestações e representações políticas de sua gente (Cano, 1998, *apud* BRANDÃO, 2007).

Embora as condições macroeconômicas possam exercer forças que desarticulem as dinâmicas produtivas locais, passa a ser decisiva à retomada desses territórios a capacidade de mobilização da comunidade. Como muito autores destacaram, dentre eles Furtado (1974), ficando à nossa elite a determinação da política de desenvolvimento, os resultados sempre terão o viés dos desejos que são fruto do mimetismo cultural, que requerem concentração de renda para que esta minoria possa reproduzir as formas de consumo dos países centrais. Com esse ponto de partida, devemos, como sugeriu Fernandes (1968), identificar o desenvolvimento como um problema nacional, cujo diagnóstico e atuação prática implicam um querer coletivo polarizado nacionalmente; não mera utopia da retórica conservadora e desenvolvimentista.

Para tanto, mudanças em uma realidade que conflagrou a industrialização, porém sem aliviar as características do subdesenvolvimento, exigiria melhoria da renda nas comunidades que, para Furtado (1974, p. 99), deriva de pelo menos três processos distintos: (a) o desenvolvimento econômico, pela acumulação de capital e adoção de processos produtivos mais eficientes, (b) a exploração de recursos naturais não-renováveis e (c) a realocação de recursos visando à especialização em um sistema de divisão internacional do trabalho.

A acumulação de capital tende a promover uma dinâmica econômica multiplicadora, ou seja, poupança e consumo, permitindo aumento na produção, na poupança e no consumo. Por esse caminho, é possível que ocorra ainda a diversificação do próprio consumo, que estimula a produção de novos produtos, dentre outros. Esse aumento da renda em uma comunidade também pode derivar dos itens (b) e/ou (c), não pressupondo, assim, o desenvolvimento econômico (a acumulação de capital e a introdução de processos produtivos mais eficientes). Nesses dois casos, ocorreu o que Furtado (1974) qualificou como modernização, um processo voltado para a adoção de novos padrões de consumo, dado o crescimento na renda disponível. Esta teria sido uma importante característica dos países

subdesenvolvidos, cujo parceiro eminente seria a presença de uma maioria da população como consumidores de renda muito baixa e uma minoria com renda elevada.

4.2. Modernidade e identidades

A definição de modernização de Furtado (1974) é central a esta tese, mas será ampliada no sentido de extrapolar a relação renda-consumo. Assim, trata-se mais de uma visão de mundo, um estilo de vida e de uma organização social ampla da sociedade do que uma relação específica de trocas, embora estas sejam partes indissociáveis para sua caracterização. Trata-se de uma concepção arraigada ao projeto de mundo moderno corporificado pela revolução industrial.

Giddens (2002) refere-se à modernidade como um equivalente ao mundo industrializado, mas desde que se reconheça que o industrialismo não é sua única dimensão institucional, uma vez que o que se expande para dar-lhe tom mais nítido é a busca pela organização por processos racionais. É neste escopo que se exprimem as relações sociais expostas ao uso generalizado da força material e do maquinário nos processos de produção. A modernidade, em um ato recíproco, tanto legitima quanto é legitimada pela organização, seja no sentido do empreendimento produtivo, como no do "controle regular das relações sociais dentro de distâncias espaciais e temporais indeterminadas" (GIDDENS, 2002, p. 22). Mas, além disso, a modernidade é o efêmero, o fugaz, como retratou Baudelaire (*apud* LEFEBVRE, 1969). Traduz o que é rápido, temporário, transitório e de repentina passagem, retratando um extremo dinamismo, para voltar a Giddens (2002). Insere-se, sobretudo, na dinâmica do capitalismo, que tem como um dos traços ideológicos mais marcantes o descarte do que é antigo, pois somente o novo, o moderno, tem sentido.

A conformação prática do conceito de modernidade apresenta-se de variadas formas, mas são um fato comum à exigência da contraposição entre o passado e o que está por desenrolar a partir do presente; quando torna-se fundamental, para caracterizá-la, a presença da tradição. É moderno por ser novo frente àquilo que não o é, como as transformações

urbanistas na Paris de meados do século XIX ou no Rio de janeiro[63] no início do século XX. A era moderna aparecia como um desmantelamento da ordem tradicional, inaugurando um começo permanente, sintetizando o fragmento marxiniano que "tudo o que é sólido desmancha no ar".

Assim, refere-se a tudo que gera a ideia de permanente transformação, a ultrapassagem do que já foi, o que nos remete à constante insegurança do abandono do passado e da tradição. Mas, como esse abandono nunca se completa, do mesmo modo é contínuo o estranhamento da tradição na modernidade. Trata-se de um choque entre processos socioculturais, em que o tradicional e o moderno se misturam. A concepção de modernidade, assim como a de desenvolvimento, guarda em si a perspectiva de uma miragem, pois é o alvo sempre em movimento, o alvo inatingível, posto em marcha pela força que lhe projeta o sentido de progresso (SILVA, em SOUZA, 2007).

Para Silva (SOUZA, 2007, p. 21), seria a Revolução Francesa uma espécie de episódio histórico paradigmático da ideia de modernidade, levando-o a dizer que a modernidade aprofunda um "processo de crítica permanente às tradições e um acelerado processo de renovação cultural que coloca a existência e os valores que a fundamentam cada vez mais sob o signo do efêmero, do inseguro, do provisório". Para evitar que haja aderências a uma dicotomia entre tradição e modernidade, o autor (*idem*, p. 21-22) alerta que colocar a "existência de normas e padrões estáveis de convivência em um pólo e a reflexão e a mudança em outro" é um erro. "Ambos os pólos da dicotomia interagem de tal forma que as tradições estão em permanente transformação sob o impacto da modernidade, e esta atua com base nas normas e tradições que a determinam".

É por essa conduta que a constante articulação em busca da modernização tem promovido os encaixes do desenvolvimento, configurando o que Ianni (1994) chamou de "questão nacional", aquilo que é tema constante do pensamento brasileiro e refere-se a como se cria e se recria a nação, em cada época, conjuntura e ocasião. Assim, teríamos

[63] É o caso da construção da Avenida Central (hoje Rio Branco), quando baniu-se do centro da cidade os humildes para dar lugar à burguesia. Inaugurava-se um Rio de Janeiro de rosto parisiense, de avenidas largas, belos jardins e chafarizes e os novos prédios de belas fachadas; a *Belle Époque* Tropical. Centenas de casas (a tradição) vão ao chão, demolições que despejavam a população de baixa renda do centro que, não tendo vilas operárias em número suficiente para se alojarem, estabelecem um novo tipo de moradia, incrustada nas encostas dos morros próximos. Ficava lado a lado uma modernidade que nela transitava e se erguia (automóveis e lojas) e a cidade velha no entorno, plena em casarios de traços ainda portugueses, ruas estreitas e velhos hábitos. Como reforça Mota (2008), no projeto de construção da avenida passado e futuro misturavam-se, ambos idealizados e no rastro dos modelos e paradigmas estéticos da Europa Ocidental. Para fazer do projeto uma antecipação do futuro sonhado, era esboçado o simulacro de Paris. A nova identidade da cidade do Rio de Janeiro teria, de um lado, o que deveria ser ou não ser lembrado, e de outro, a definição das formas do futuro antecipado.

experimentado a forma oligárquica, a populista, a militar e a nova república, sem que isso, necessariamente, signifique que características suas desapareçam para dar lugar a outras.

Privilegiando o aspecto econômico, como é próprio da conjugação que fazemos de modernização e desenvolvimento, o Brasil pode até ser visto, em uma fração histórica ampla, como uma nação que vem se modernizando continuamente, ampliando-se e diversificando-se. Especialmente a partir da aliança entre o capital financeiro nacional e o estrangeiro com o Estado Nacional. Como esses deslocamentos não acontecem de forma desconexa de uma aprovação social, são necessários esforços para influenciar o pensamento e inclinar a identidade nacional da população no sentido de apoiar o projeto[64] modernizador (IANNI, 1994)

Se a construção de uma consciência coletiva favorável aos projetos da classe dominante não se faz de uma hora para outra, parece ser-lhe bastante útil certo sentimento de incerteza, de insegurança e de falta de referência quanto ao futuro. É o que resgata Miele (2006, p. 167), ao destacar a modernização como um momento de "transformação de si e do mundo; e, ao mesmo tempo, uma ameaça de perda e destruição de tudo o que temos, sabemos e somos".

Decisiva para os interesses que tenho neste trabalho é a reflexividade institucional da modernidade, fazendo-se um projeto que, ao mesmo tempo, institucionaliza comportamentos e passa a ser institucionalizado por eles. Se a dúvida científica aparece como uma de suas mais significativas expressões, é pelo conhecimento racional que encaminha possíveis soluções para problemas criados sobre sua própria influência. É como se as soluções movessem-se sobre caminhos móveis, pois há constante alteração de referências. Como afirma Giddnes (2002, p. 10), "a modernidade institucionaliza o princípio da dúvida radical e insiste em que todo conhecimento tome a forma de hipótese – afirmações que bem podem ser verdadeiras, mas que por princípio estão sempre abertas à revisão e podem ter que ser, em algum momento, abandonadas". Ou seja, "a modernidade é uma cultura do risco", onde "o futuro é continuamente trazido para o presente por meio da organização reflexiva dos ambientes de conhecimento" (*idem*, p. 11).

Essa incerteza, é crucial para entender a (não) participação popular e as formas como ela, mesmo timidamente, é processado. Na insegurança, intensificam-se as condições de risco,

---

[64] Ianni (1994) ressalta que na força de arregimentação ideológica pró- modernização brasileira são presentes as ideias de capacitação gerencial, tecnologia e *know-how* de empresas transnacionais de países centrais, assim como de suas subsidiárias com atividade no país.

ou ao menos sua percepção, considerando que muitos temores são criados. O maior deles, a perda da capacidade de ingresso na modernidade e seus equivalentes, como a perda do progresso, o ficar para trás, a permanência na condição subdesenvolvida, a baixa industrialização, a industrialização tardia, a industrialização recente, tudo aquilo que posiciona o presente de um território como passado de outro, embora ambos se mantenham coincidentes no tempo. Na incerteza, a solução sugerida ao desenvolvimento exige a confiança, independente de seu grau. É ela quem vai permitir a construção de um abrigo que oferece segurança necessária a todos, e assim ao estabelecimento das relações cotidianas que apóiam os projetos.

Um plano de desenvolvimento pode, enquanto passo rumo à modernidade, reduzir o risco instaurado pela circunstância de incertezas, tranquilizando e mobilizando modos de vida. Ao mesmo tempo, introduz novos parâmetros de risco, pouco ou nada conhecidos em épocas anteriores. Mas, o que temos visto é o desencadeamento de transformações que, falseadas como modernas, como resgataram Rizek e Paoli (2007), são alheias à questão social, ao desemprego, ao estatuto do trabalho, à despolitização dos conflitos de classe, aos movimentos sociais autônomos, à miséria, ao desarme do controle público sobre as ações corporativas, à introdução da filantropia e da responsabilidade social como substituição das políticas públicas, e tudo que se move como processo de desmanche. Assim, o que se tem feito, no Brasil, é uma modernização pouco afeita a novas experiências e comunidades políticas capazes de mobilizarem-se por meio do conflito e da diferenciação crítica, quando tendem a ser banalizadas, pois já marchamos para um futuro (único) no qual qualquer mudança aparece como retrocesso.

Frente às dúvidas e riscos eminentes, o que podemos perceber é a imposição de uma agenda, como a organizada em torno dos princípios do neoliberalismo. Entretanto, buscando nova referência em Oliveira (2007, p. 15), “impor uma agenda não significa necessariamente ter êxito, ganhar a disputa; antes, significa criar um campo específico dentro do qual o adversário é obrigado a se mover”. Desse modo, é possível entender Oliveira (2007, p. 16), que, considerando a posição de Gramsci, identificou como capacidade de hegemonia uma forma de “cultura que torna indeclináveis as questões propostas, que obriga o adversário a jogar com as linguagens, situações, instituições e culturas inventadas, as quais se tornam, assim, a cultura dominante”. Estaríamos, então, pelo poder dos que determinam os campos e suas regras, fadados a sermos agentes passivos, cordiais, nesse jogo social? O próprio Oliveira (2007) conjuga novas possibilidades.

> É evidente que o adversário, em seus movimentos, tenta, por sua vez, desvencilhar-se da pauta e sair fora da agenda que lhe é oferecida/imposta. É nesse intercâmbio, desigual, que se estrutura o próprio conflito, ou o jogo da política. Essa concepção abre as portas para sua permanente reinvenção, no sentido de que toda proposta, e sua resposta, que consiga sair do campo anteriormente demarcado cria um novo campo, que é, em si mesmo, uma nova qualidade dos atores políticos. Há, pois, na política, uma permanente mudança de qualidade (*Ibidem*).

Dessa forma, um outro campo possível a partir de uma qualidade de atores políticos torna factível a busca por novas experiências de determinações políticas próprias das comunidades que assumem um papel mais ativo, a questão é perceber o quanto tais atores, seja operando sobre o campo previamente inventado ou mesmo sobre aquele criado por eles, conseguem romper com os instrumentos e racionalidades hegemônicas, imprimindo, assim, novas formas organizativas e distributivas. Senão, a decorrência esperada tende a repetir-se.

A ideia que procuro incorporar nessa discussão é a que pretende considerar o local como campo inventado para o debate, sua criação e manutenção como espaço de ação política que dialoga de forma conflitante com a ideologia que predomina nos limites do pensamento do desenvolvimento. É no sentido de acumular experiências de desenvolvimento no espaço local que pretendi desenvolver este trabalho. Aceitando e compartilhando o amparo que Oliveira (2007, p. 15) buscou em Rancière (1996[65]), se política é a reclamação da parte daqueles que não têm parte, e por isso se constitui em dissenso, está, nas experiências de abandono da ordem costumaz, a chance de novas possibilidades acrescentarem mais conflito na produção do consenso, na formação da ideologia dominante. “Fica aberta, pois, a possibilidade de investigar as determinações dos movimentos dos atores, que estão ligados ao uso de linguagens, símbolos, limites, estruturas produtivas, gestados no interior do campo da luta” (OLIVEIRA, 2007, p. 16).

Dar força a vivências dessa natureza torna-se, assim, fundamental ao reforço da esperança. Nesse sentido vejo a dinâmica de relações desenroladas em São Roque de Minas como âncora empírica ao debate que venho construindo para o desenvolvimento local articulado pela autodeterminação. Para chegar à análise pretendida ao desenvolvimento que se manifesta neste município, entendo que este esforço se fará dificultoso sem um exame das forças que costumam constituir o poder local. Com esta tese pretendo dar aplicação

---

[65] RANCIÈRE, Jacques. **O desentendimento:** política e filosofia. São Paulo: Editora 34, 1996.

conceitual a novas interpretações de movimentos locais em busca do desenvolvimento, e, entendo como enriquecedor um retrato, mesmo que a certa distância, da formação e da conjugação da identidade nacional e das possíveis identidades locais. Estes são importantes elementos para acomodar-se práticas e racionalidades contrapontuais aos típicos movimentos políticos “de cima para baixo”.

4.2.1. Identidade nacional e identidade local

A década de 1970 representava um momento em que estava em pleno andamento o projeto (ânsia) de modernização do país e a superação do atraso, quando o Brasil torna-se o país mais moderno da América Latina. A partir deste momento, é inegável nossa modernização, no entanto, podemos melhor posicioná-la, situando-a na dimensão econômica. Para assumir que nos tornamos uma sociedade moderna, dois esclarecimentos são necessários.

O primeiro refere-se à própria ideia do país ser moderno, mesmo considerando apenas a dimensão econômica. Dediquei passagens anteriores à imposição capciosa que costuma reduzir a população brasileira ao mínimo econômico baseado em médias, o que fica por destacar é nossa nítida e marcante heterogeneidade; da base produtiva instalada à mestiçagem dos brasileiros. A segunda alegação decorre da crítica anterior, ampliando-a, pois nem mesmo a própria ideia de modernização teria alcançado a mente e a identidade nacional de forma significativa, como se houvesse uma legitimação constituída em seu apoio. Assim, a própria multiplicidade cultural e racial do país, naturalmente, dificulta uma conjugação unânime em favor da modernização. Somos muitos, e muitas são nossas diferenças, o que também preserva o “atraso” em várias frações de nosso território. O projeto modernizador prevalece, então, por força de uma estrutura de poder que o torna possível a despeito de tanta diferença e desigualdade social, a qual parece imune ao processo de modernização, pois, mesmo diante dos frutos gerados, eles insistem em manter-se inalcançáveis à grande parte das pessoas.

Se tamanha parcela de marginalizados ainda há, em meio aos progressos alcançados com a modernização econômica do país, e tendo visto que seu curso pouco tem se alterado, seria necessário criar novos moldes ao que tem se construído como projeto de modernização. Ou seja, é preciso encontrar um elo mais justo para se conjugar modernização e identidades da nação, e não uma única e exclusiva identidade nacional. A aproximação das duas pode deflagrar as inúmeras identidades locais que da nacional se distinguem, pois a nacional não

deve ser vista como soma das locais. Não só as duas podem conviver em um só tempo, como cada uma pode retratar condições e referências distintas.

Quais são as diferenças possíveis entre a identidade nacional e as locais? Primeiramente, é preciso reconhecer que as duas existem e que são distintas, e a identidade nacional refere-se a um nível mais abrangente da identidade que temos, voltada à ideia de pertencimento ao país, podendo ser ainda a identidade social de um indivíduo que não tem vínculo exclusivo a uma materialidade geográfica específica ou com as edificações humanas nela exibida.

Amparado por Ribeiro (2006), é possível despojar da identidade nacional sua peculiar formação. Somos originários da mescla de três raças e suas diferenças culturais e sociais, adequada perante uma diversidade de influências econômicas e ambientais peculiares à formação do que o autor chamou de “novo povo”. A miscigenação típica que se conjugou, a partir de um processo de colonização escravista, o europeu, o índio e o negro, geraram, na visão de Ribeiro (2006), uma espécie de fusão (uma gente nova), onde manifestaram as três identidades em um só povo, e não apenas uma nova versão para estas origens. Ao mesmo tempo em que somos um só povo, brasileiro, isso não leva a uma caracterização necessariamente uniforme. As diferentes geografias do País geraram distintas experiências, às quais se relacionaram diferentes modos de vida e culturas. Nascendo da miscigenação, criamos um novo, onde a diferença fez a unidade.

Para a formação dessa unidade, foi decisivo o papel daquela que gerou muitas das heranças que ainda notamos as consequências, a colonização. Antes da chegada dos europeus, não havia entre os índios um sentimento de identidade e nacionalidade. O início das atividades econômicas e os vários ciclos produtivos que se seguiram permitiram não só a expansão territorial, como a geração paulatina da concepção de identidade nacional. Com a intensificação do comércio com outras nações, foi possível a formação de recursos que facilitariam a independência política do País. Chegando à República, um suficiente processo histórico teria se formado, misturando povos e formando uma identidade nacional, consolidada sobre um território e uma história comum.

Refletir sobre a identidade nacional de expressão única é um esforço factível ao erro, à simplificação. As interpretações do País são muitas, e o somatório de uma ou outra visão particular e isolada não leva necessariamente a uma espécie de compreensão geral. Neste ponto, concordo com Reis (2005), quando diz que uma expressão de síntese da identidade nacional não viria de uma integração de todas as interpretações em uma única, na esperança

de uma superinterpretação. Para ele (*idem*, p. 13), "a síntese seria um diálogo entre todas, que se esclarecem pelo reconhecimento e contrastação recíprocas".

Em sua formação, podemos assumir que a identidade nacional vem da ideia de vários "Brasis", que acumulam mudanças e continuidades nas junções que acontecem entre os diversos momentos do presente e do passado, delineados pelos projetos de modernização que nessas ocasiões se fazem das projeções futuras. Mudança e continuidade, na visão de Reis (2005, p. 14), seriam as categorias fundamentais na orientação das interpretações do Brasil. Sobre os diversos autores que buscaram sua interpretação, ele afirma:

> O que os diferencia e aproxima, o que os separa e agrupa, é uma representação particular do tempo histórico brasileiro. As duas categorias fundamentais que permitem inteligibilidade e diferenciação desses discursos sobre o Brasil são categorias temporais: *mudança* e *continuidade*. Esses autores realizaram fundamentalmente uma articulação de mudança (processo, modernização, progresso, revolução, na direção da independência e autonomia) e continuidade (estrutura, permanência, tradição, resistência, conservadorismo, que significam dependência e heteronomia). [...] *Mudança*, para o Brasil, significa a identificação das forças que produzem a autonomia e a emancipação nacional; *continuidade*, a identificação das forças que reproduzem e renovam a dependência (Grifos do autor).

Esse reconhecimento de nossa diversidade e, consequentemente, da possibilidade que se abre para a conformação de identidades, além da exclusivamente nacional, é amparado pela posição de Halbwachs (1990, *apud* SOUZA, 2007). Para ele, é intrínseca à formação da identidade a ideia de memória coletiva. Isso porque, mesmo a lembrança que nos é mais pessoal e estranha ao grupo social do qual fazemos parte (seja ele regional ou nacional), reflete um ponto de vista sobre a memória coletiva. Nossa identidade viria em parte de uma memória autobiográfica e outra de uma memória histórica, sendo que esta última não só apóia a primeira como é mais ampla do que ela.

Dessa forma teríamos, em cada um de nós e nos grupos sociais que fazemos parte, uma importante referência sobre as ocorrências e imagens de nossas vidas. Somos nós que tornamos determinados momentos passageiros ou permanentes em nossa memória, experiência que acaba, naturalmente, refletindo as particularidades sociais e materiais de cada lugar que vivemos. Dessa forma, "o que consideramos nosso íntimo e nossa individualidade é, também, um produto social e, dessa forma, todo "eu" pressupõe um "nós"" (SOUZA, 2007, p. 18). Uma identidade nacional, nesse sentido, afirma-se "subjacente aos povos e moldada por regularidades humanas e sociais" (ELIAS, 1990, *apud* SOUZA, 2007, p. 18).

Souza (2007, p. 24-25), ainda sugere certas características necessárias à problematização da identidade nacional, das quais destaco: nenhuma identidade se faz de forma mecânica e integral nos indivíduos; nasce de uma relação de poder na qual setores dominantes da população buscam construir uma imagem de si e uma representação histórica compatível com seus interesses; inexistem alteridades absolutas e homogêneas representadas por cada identidade, pois nações (ou locais) diferentes moldam suas identidades em interação e não em isolamento; identidade alguma é estática, embora, muitas vezes, assim se proceda. Em outro sentido, são permanentemente reformuladas no decorrer dos processos históricos dos quais fazem parte. Reforçando o que venho articulando, a identidade nacional não deve ser compreendida de forma isolada. Basta resgatar que, no período colonial, sequer nos identificávamos como brasileiros, mas segundo a região de origem ou status derivado do nascimento, embora desde esse tempo ela já estivesse se edificando. Ponto comum em todas essas principais transformações foi a busca da modernidade, o ingresso não só no sistema, como no modo de vida capitalista, a busca pela integração à cultura europeia, quando importamos padrões e os impomos à nação.

Essa formação de uma consciência de personalidade geral do povo brasileiro – identidade nacional –, conota um conjunto de características e circunstâncias que o distinguem de outros povos, garantindo-lhe características e comportamentos inerentes à sua individualização. No entanto, há outro tipo de identidade. Além de nos revelarmos de forma mais geral segundo referências à nação, também expressamos nossa identidade social pelo sentimento de pertencimento a um determinado lugar, geralmente calcado por critérios relativos aos locais específicos onde passamos a maior parte de nossa vida. A diferença se tornaria mais clara na medida em que retomamos a temática do território como auxílio.

Digo isso, pois, diante da identidade nacional, várias outras se formam nas diferentes frações de nosso território. Se inicialmente eram essencialmente regionais, com a constituição das cidades também passa a ser possível a percepção de diferenças típicas de uma identidade local. Seu sentido, neste estudo, deve ser percebido pela contraposição da dimensão espacial-geográfica, quando algo menor (local) opõe-se conceitualmente a uma dimensão maior da qual faz parte (nacional, mas poderia ser o regional e o estadual; ou até mesmo o global). Assim, quando falar em local, a referência será a uma pequena fração de território, mais especificamente, ao município (a cidade e seu entorno rural). Um significado a partir do qual se relacionam referências de valor mais abstrato, relativos à dinâmica social dos que vivem

sobre este espaço, e de onde acabam, em alguns pontos, diferenciando-se de indivíduos e grupos de outros espaços.

Assim, a identidade local é coerente com toda manifestação que guarda exclusividade ao modo de ser e agir do lugar. Essas manifestações tornam-se mais nítidas à medida que ampliamos a dimensão geográfica, ou seja, sendo de São Roque de Minas, determinado indivíduo conjuga valores e modos de pensar e agir que encontram similares com a população local, o que não impede que tenha características da região, do estado e do país, onde se afirma a identidade geral conjugada por todos – a identidade nacional. Na análise das diferenças do local ao nacional, torna-se importante identificar o grau ou capacidade que o ator social tem em exercer participação, como a possibilidade de ação e controle sobre a realidade dos fatos que o atingem, assim como a percepção da ação em jogo e o retorno de suas ações. A manifestação do indivíduo tende a ser maior onde é mais efetiva sua participação, o local.

Partindo da reflexão de que todo processo de construção de identidades está imerso na configuração de igualdades e diferenças, torna-se plausível diferenciar a identidade nacional da local pela ideia que o indivíduo tem de ser membro de um grupo em relação aos membros de outros grupos. Igualmente, a identificação do indivíduo, como membro de um grupo, implica atributos, valores, normas e ideias compartilhadas, permitindo que possa estar situado em um determinado espaço histórico-social (HOGG e ABRAMS, 1988, *apud* LORDELO e BARROS, 2008). Considerando que os principais influenciadores da identidade dos indivíduos são a família e os diferentes grupos sociais com os quais se relacionarão na vida, são com estes que eles, permanentemente, irão orientar-se e reorganizar suas relações. Nesse processo de igualdade e diferenciação desenvolvem-se estereótipos sociais e preconceitos de ação. Não é necessária uma ampla discussão e um aprofundamento teórico sobre a formação da identidade, e, dessa forma, restrinjo à formação de uma referência básica no decorrer da análise pretendida. Nesse sentido, a relação que se estabelece entre o lugar e a formação da identidade merece considerações adicionais.

Segundo Twigger-Ross e Uzzel (1996), há pelo menos duas formas nas quais o lugar se relaciona com a identidade. Uma refere-se às identificações com o lugar, à assimilação expressa do indivíduo com o lugar, quando uma pessoa de São Roque de Minas refere a si mesmo como sendo um Sanroquense. Nesse sentido, o lugar aparece como uma categoria social, uma aproximação à já discutida ideia de territorialidade, ou seja, a identificação com o lugar expressaria ou definiria determinado membro de um grupo segundo o local onde

mantém suas principais relações sociais (muitas vezes as mais duradouras). A outra forma onde se relacionam identidade e lugar está no conceito de identidade-lugar. O termo foi usado por Proshansky *et al* (1993, *apud* TWIGGER-ROSS e UZZEL, 1996) no sentido de mostrar que a identidade-lugar é um outro aspecto da identidade, se comparado à identidade social. Para ele, neste caso, o importante é a socialização das pessoas com o mundo físico a sua volta. Dessa forma, os objetos e características do lugar são incorporados aos conceitos que os indivíduos fazem de si. Mas evitando simplificações, Twigger-Ross e Uzzel (1996) alertam que o conveniente é entender quais aspectos da identidade estarão, de alguma forma, relacionados com as implicações do lugar, sejam elas sociais ou físicas, pois o local é sempre parte do conteúdo da identidade. Os autores[66] ainda sugerem que o lugar não só serve de referência para a formação da identidade da própria pessoa, como também para manter, simbolizar e estabelecer novas referências identitárias.

Por essas considerações, entendo que o vínculo com a realidade do local torna-se mais influente na formação da identidade do indivíduo do que a força das referências nacionais, embora não sejam excludentes, pois a ação é conjunta. Assim, a presença coincidente das referências do local, da região, do estado e do país fazem com que nos identifiquemos como brasileiros.

A Teoria da Identidade Social de Tajfel e Turner (1979, *apud* LOUREIRO e PRINCIPE, 2002) aborda a formação da identidade social do indivíduo como parte da própria imagem que este consegue e mantém por pertencer a determinados grupos sociais. Partindo deste ponto, Loureiro e Principe (2002) relacionam identidade social aos conceitos de local e nacional. Argumentam que “associados ao processo básico de categorização social, os níveis de identidade podem variar entre mais específicos (identidade local) ou mais inclusivos e abrangentes (identidade nacional) e cada nível de identidade pode mediar percepções e julgamentos de forma importante” (p. 2). A partir desse aspecto de vários “Brasis”, entendem que a identidade nacional é o elemento básico da formação da identidade dos indivíduos, enquanto a local remete à ideia de que o mesmo está ligado ao contexto e ao ambiente onde vive, podendo satisfazer suas necessidades biológicas, psicológicas e sociais. A identidade local aparece, assim, como uma complexidade articulada em torno da interação indivíduo-ambiente, mas não pode estar reduzida a uma mera ligação com determinado lugar, como pelo

[66] Os autores evitam o determinismo que facilmente poderia ser derivado de seu trabalho ao indicarem que há pessoas que ainda não desenvolveram uma identidade voltada a um lugar específico, identificando-se como viajantes ou nômades, cuja identidade local ainda estaria em formação. Neste caso, o lugar ainda é referência, na ideia de mudança em oposição à de permanência em um determinado lugar (TWIGGER-ROSS e UZZEL, 1996).

fato de nele ter nascido. Mais do que isso, refere-se a uma experiência vivida e que a ele fique impregnada.

Também comentando a pesquisa de Tajfel e Turner (1979, *apud* HORNSEY, 2008), Hornsey (2008) estes comentam que a interação humana pode manifestar-se tanto de forma interpessoal, embora sejam raras, como intergrupal. É mais pertinente o significado da interação que parte das diferenças e similaridades entre os grupos, e neste caso percebe-se o quanto são diferentes uns dos outros (como na identificação das diferenças entre cariocas e paulistas, por exemplo). Assim, na dimensão intergrupal, o autoconceito de determinado indivíduo reproduzirá a identidade social que sente pertencer, e para a qual manterá parcialidades.

O "tomar o partido" e defender o próprio grupo em detrimento de outro foi questão estudada por outros pesquisadores[67]. Importante discussão desenrolada neste tema refere-se à situação daqueles que pertencem a determinados grupos com status inferior ao de outros. As ocorrências mais comuns foram o abandono do grupo (psicológico ou mesmo físico), comparações que ainda podem ser benéficas ao grupo, desvalorização das dimensões que reflitam fraquezas do grupo ou assumir/engajar uma mudança social para tentar alterar a atual hierarquia do grupo. Antecipando ocorrências que serão analisadas no próximo capítulo, o início da década de 1990 marca uma posição de clara inferioridade no status do local investigado em relação a um município próximo, que assumiu parte importante do fornecimento de suas necessidades comerciais; econômicas de forma geral. Nesse momento, foi nítida na entrevista concedida pelo ator identificado como líder na reestruturação econômica de São Roque de Minas sua identificação com seu local de origem. Uma identidade que agiu como base para que os primeiros passos, no sentido da retomada do desenvolvimento local, não cessassem, como veremos no decorrer da análise. Igualmente, a estratégia escolhida dependerá do grau de legitimidade e estabilidade que o grupo conferir a si.

A identidade local, como expressão da identidade social dos indivíduos, tem sido comum, mesmo que de forma apenas retórica, da importância do local como estratégia de enfrentamento das influências globais que alcançam os territórios com sua tendência homogeneizante. A forma como suas manifestações, diante da temática do desenvolvimento, já foram discutidas, e, dessa maneira, darei destaque às discussões sobre a reafirmação da

[67] Hornsey (2008) apóia-se nos trabalhos Tajfel & Turner, 1979; Turner & Brown, 1978 e Hogg & Abrams, 1988.

identidade local como forma de superação de condições desfavoráveis. Um tipo de investigação ainda carente de evidências empíricas, como sinalizaram Roca e Mourão (2001).

É diante da contínua investida da ideologia neoliberal, que tanto espaço vem concedendo ao avanço da globalização em território nacional, que trato o tema. Entendo que essa conjugação expõe um paradoxo. Isso porque, agindo de forma contínua e multifacetada, seus efeitos provocam nos territórios e nas pessoas práticas que tendem a homogeneizá-los. No entanto, este movimento não conseguiu ser unânime. Permanecem as diferenças entre os lugares, talvez em respeito à sua natureza espacialmente diversificada que, por iniciativa de sua gente, mantém a singularidade própria de cada lugar, seus conhecimentos, sensos comuns, práticas discursivas, comportamentos e reações. Elementos que não deixam de figurar nas distintas frações ocupadas de território, mas que podem se tornar inoculadas em momentos de uma ação mais direta de capitais e corporações globais sobre o mesmo. Nesse sentido, é possível que a globalização possa mais exacerbar do que atenuar as diferenças entre regiões e lugares.

Em suma, o que percebo é que ambas as ocorrências se manifestam. Os discursos proferidos pela mídia de massa são homogêneos, sendo esta um veículo e agente decisivo na disseminação ideológica que expõe os acontecimentos sem incitar a interpretação. São discursos já interpretados, já embebidos pelos interesses dos grupos aos quais pertencem, chegando ao público como sinônimo da verdade dos fatos. Ao mesmo tempo, é possível vermos articulados esforços que recuperam e se baseiam na identidade dos territórios como estratégia de saída aos obstáculos da intensificação da concorrência mercadológica internacional.

Por isso, as iniciativas que, sobre a realidade globalizada, pretendem resgatar a força da utopia para contribuir onde ainda há muito por fazer, encontram dificuldades. Como já argumentado, ingressar na dinâmica industrial e comercial mundializadas coloca em questão a força da integração nacional. Esse fato é mais grave no caso dos países com acentuada heterogeneidade cultural e/ou econômica, onde tendem a serem triunfantes as crescentes pressões desarticuladoras, como as que se processam na fragmentação territorial, quando opõe uns aos outros. Frente a esse avanço desarticulador que figura nas relações estabelecidas em território nacional é importante preservarmos a identidade nacional para garantirmos a integridade nacional.

Isso porque vimos deflagrar no país um movimento circular contínuo, em que, ao mesmo tempo, impõe-se uma integração baseada em padrões e culturas exteriores e é

produzido um movimento que deixa grande parte da população em posição marginal às estruturas políticas, sociais e culturais dominantes. Como visto no Capítulo 2, a adoção de padrões de consumo e de vida extranacionais fica restrita a uma pequena parcela da elite nacional, cuja formação da identidade considera a forte expressão de outras culturas. Para visualizar de forma mais nítida essa dinâmica, ou ainda as possibilidades de rompimento da mesma, priorizo o espaço mais próximo ao indivíduo, onde a identidade nacional é reforçada pela identidade local, ambiente do esforço cotidiano. Um ponto de reflexões que coloca no centro do debate a "análise de relações concretas, socialmente construídas e territorialmente localizadas – a chamada "análise do local"", como entendimento de Fischer (1994). Estaria, assim, na noção do local, o propósito de observação que tanto expõe o inerte (geográfico) quanto o dinâmico (interação social). Juntos, revelam-se como elementos onde os grupos sociais opõem e articulam-se mediante interesses, cuja apropriação, enquanto objeto de estudo, abre a possibilidade para apontar caminhos a novas possibilidades de desenvolvimento.

4.3. Poder local e a autodeterminação local

Para Fischer (1992), mesmo sendo o local um conceito impreciso, de contorno difuso, sua consideração como objeto de estudo deve ser pautada pela compreensão de que está em jogo duas ideias complementares, embora ao mesmo tempo antagônicas. O local refere-se tanto a um espaço geográfico delimitado, portanto, concreto, quanto ao espaço de relações sociais, abstrato. A força de sua categorização expressa pela dinâmica social confere-lhe proximidade à temática das relações entre atores e grupos sociais, ou seja, onde se articulam interesses e conflitos e, assim, relações de força, de poder.

Nesse sentido, ganha visibilidade a formação de identidades e práticas políticas específicas, onde a ideia de local, embora aja como âncora que institui limite constrangedor às relações sociais implícitas, não se manifesta de forma absoluta, ou seja, não é necessariamente excludente as relações com outras espacialidades. O local afirma-se menos como um espaço físico e mais como um conjunto de redes de relações em torno de interesses identificáveis, sugerindo que os esforços da análise do local se comprometam com as relações concretas, socialmente construídas e territorialmente localizadas (FISCHER, 1992).

Fischer (1992) ainda fornece referência para as principais delimitações dos trabalhos relativos ao tema, de certa forma opondo pesquisadores de tradição marxista a outros cujo

apelo maior é referenciado pelo compromisso funcionalista. Sem ficar preso às contribuições e demarcações precisas de cada vertente, posiciono-me quanto a forma que escolhi para o desenvolvimento deste estudo.

Espero que tenha ficado clara minha oposição aos que assumem o local de forma apenas passiva, ou como manifestação posterior a estímulos anteriores e ulteriores a ele, especialmente os de ordem global, que desde a década de 1990 se intensificaram. Coloco-me assim, à parte das duas vertentes citadas. Para Fischer (1992, p. 108) tanto nos estudos marxistas quanto nos funcionalistas a concepção do local é feita de "forma essencialmente reativa – isto é, em oposição aos processos gerais iniciados pelo Estado e sem identidade em reação a este". No entanto, aproximo-me dos marxistas ao entender o local dentro da lógica global do sistema capitalista, que o subordina a seus interesses, embora sejam várias as contribuições dentro dessa tradição teórica. Ao mesmo tempo, vejo influências funcionalistas em minha abordagem. Embora menores[68] que as da vertente anterior, partilho da preocupação com os sistemas de regulação cruzada e interdependências do sistema local com o nacional, vislumbrando modificações na planificação central como forma de ajuste.

É importante, ainda, deixar nítida minha intenção em perceber o local, não apenas como espaço de domínio das instâncias mais amplas a ele, como as relações que lhes chegam a partir de perspectivas nacionais ou globais. De outro modo, deve ser percebido como resultante de articulações de grupos de interesses manifestadas no local. Assim, ganha forma e possibilidade as manifestações em sentido contrário ao que tradicionalmente se aponta, pois é sobre o espaço político local, assim como sobre "as pautas de convivência e cooperação, competição e conflito, sobre a memória política local e as formas de exercício do poder" que podem ser percebidas dinâmicas de determinações econômicas na política local, assim como seu desenvolvimento. O local, como objeto de investigação, "não é [...] apenas fisicamente localizado, mas socialmente construído" (FISCHER, 1992, p. 107).

É local o sistema de poder que evidencia estar em jogo relações entre grupos que tem natureza essencialmente local, ou seja, onde a produção de riqueza gerada no território é objeto de negociação entre os grupos socioeconômicos que se tornam estruturantes principais do sistema local de relações de poder. Posto que, para existir uma sociedade local torna-se

---

[68] São menores justamente pelo meu argumento central divergir diretamente pelo que predomina nos estudos funcionalistas voltados ao desenvolvimento local. Estes, por estarem centrados na aplicação de uma lógica política que parte do central para o local, destituem a possibilidade de emancipações e autodeterminações locais frente à tradição de cima para baixo que marca o desenvolvimento nacional. Prática que não reconhece que a lógica de ação local pode se distinguir da central, pois a entende apenas como resposta às iniciativas do centro.

necessário haver geração de riqueza local, em função da qual atores locais exercem determinado controle, seja no nível técnico-produtivo ou nos aspectos voltados à comercialização, assim como nas decisões acerca do destino dos excedentes. Afirma-se, nesse quadro, uma hierarquia social regulada por maior ou menor capacidade de cada um dos membros de influenciar na utilização destes excedentes. É complementar à constituição da dimensão local, um sistema de valores próprios desta espacialidade, nutrido pela própria história, que resgatada se traduz absorvida em cada um dos seus membros (AROCENA, 2004).

Essa sensação de pertencimento permitirá, em uma perspectiva cultural, a identidade coletiva ou social, como discutido na seção 4.2.1 Por meio dela a sociedade local afirma-se, compartilhando traços identitários comuns expressos por sua “maneira de ser” que a distingue de outras. Para Arocena (2004), essa identidade coletiva adquire sua máxima expressão quando acontece em um projeto coletivo. Assumir a sociedade local, como um sistema de ações, cujo êxito consuma-se em um projeto, não é uma tarefa de fácil projeção diante das condições manifestas pela reprodução capitalista atual. Nesse sentido, o próprio autor questiona a capacidade dos atores locais frente à dificuldade do empreendimento de um movimento coletivo nesse contexto. Se é local o espaço da emancipação possível para novas concepções ao desenvolvimento, assumido está que é nessa dimensão que jaz um sistema de ação, e torna-se questionável a capacidade real de iniciativas dos indivíduos e grupos que atuam no nível local, dado que ele estão imersos nas múltiplas determinações que de fora alcançam o espaço local. Neste caso, não só as determinações provenientes de organizações privadas transacionais ou nacionais, mas àquelas vinculadas à herança de planificação central posta em curso pelo Estado; em ambos os casos (público e privado), o que se cristalizou no tempo foi o que do centro do sistema era, aos locais, transferido.

Diante dessa discussão duas considerações são importantes. A primeira, e como postulada por Arocena (2004), refere-se às oportunidades permitidas à ação de atores locais em função da crise da centralização do Estado benfeitor que, tendo permitido o avanço do livre jogo das iniciativas privadas, chegam ao espaço local introduzindo-os em sua lógica de acumulação central. Dessa forma, distanciam da proposta aqui defendida. Por outro lado, a *débâcle* do sistema imobiliário norte-americano, que faz emergir forte crise no sistema

financeiro e produtivo mundial[69], exerce contrapeso e muda o pêndulo da balança das crises, voltando o Estado a ser o protagonista no jogo de poder mundial. Mas, tendo passado por nítidas expressões das duas regências, do mercado e do Estado, cabe entender as formas em que a presença do ator local pode se traduzir em benefícios de seus interesses, o que não foi ponto de partida de nenhum dos projetos dos outros dois grandes atores, apenas meios ou consequências para outros fins.

Se por um lado, nenhuma sociedade funciona unicamente por aplicação de um plano nacional que assume homogeneamente suas partes, por outro, é ainda menos sustentável o desenvolvimento dos inúmeros espaços locais a partir da lógica que movimenta o agente capitalista. Desta forma, é pertinente estimular espaços tanto às iniciativas locais, especialmente as que partem desse lugar, quanto à coordenação estatal. O que, invariavelmente, exigirirá a ação de atores locais capazes de iniciativa.

Atores que compartilham memórias do passado, mas não como o faria um historiador, ou ainda aquele que se faz mediante ar nostálgico. Diferentemente, são memórias traduzidas em referências, quando "o passado aparece estreitamente ligado ao presente. Essas pessoas, estas instituições que se mencionam estão "vivas" hoje no mesmo processo que contribuíram para gerar. O passado, o presente e o futuro o não formam mais que uma só realidade de desenvolvimento[70]" (AROCENA, 2004, p. 25). Sendo que é a continuidade acumulada dessa realidade que permite a acumulação cultural em termos de normas e valores que sedimenta a base da identidade coletiva. Resta destacar que o movimento dessa realidade não guarda em si uma forma linear, sem rupturas. Pelo contrário, são estas rupturas que reforçam a construção da identidade, pois uma vez superadas, solidificam as relações sociais a elas relacionadas, potencializando a geração de dinâmicas coletivas e reforçando o ator como o portador de alternativas. Considerando que nossa discussão é sobre o espaço identificado como local, é importante adicionar que não é somente pela empiria da transmissão de geração para geração que a identidade coletiva se afirma, mas também pelo pertencimento ao território.

---

[69] Reforço, nesse momento, que a crise em curso se relaciona à própria ideia prevalecente de desenvolvimento. O que permite mais espaços e importância para a participação das esferas subnacionais e locais em contraposição à nacional e transnacional. Embora vivamos, mais que antes, sob regime de extrema interdependência entre organizações, estaria na consideração das distintas configurações desses atores a formação de novas oportunidades de desenvolvimento. Figurando como elemento crucial à promoção de um desenvolvimento mais abrangente está a racionalidade, elemento central na direção dos processos organizacionais, seja agindo por influências competitivas, e, portanto, e como lhe é costumaz, filiada à uma visão despolitizada, ou cooperativas (FISCHER, 2002).

[70] Tradução literal para: "El pasado aparece estrechamente ligado al presente. Esas personas, esas instituiciones que se mencionan están "vivas" hoy en el mismo proceso que contribuyeran a generar. El pasado, El presente y El proyecto no forma más que una sola realidad de desarrollo".

Neste ponto, um destaque dado por Arocena (2004) torna-se valioso às pretensões da análise a ser desenrolada no próximo capítulo. Refiro-me ao fato de que é diante das manifestações de permanências e ausências e de continuidades e rupturas nos processos de construção da identidade local que o território tem importância capital, uma vez que o autor destaca casos de desenvolvimento local onde a "resistência ativa em abandonar um território"[71] esteve sempre presente. Ainda, que "o desejo de permanecer a levou numerosos grupos a importantes transformações[72]". Assim, Arocena (2004, p. 26-27) assume a dupla dinâmica nos processos identitários – continuidade em um território e as rupturas necessárias para nele permanecer –, como elementos de grande importância à realização do desenvolvimento local.

Esse *Eros,* que leva ao enfrentamento das potenciais rupturas, exemplifica a mudança de comportamento necessário a uma perspectiva distinta à prevalecente sobre desenvolvimento, pois, como afirma Jara (1997, p. 225), "não adianta pensar numa nova política de desenvolvimento sem pensar em construir um novo poder". Segundo o autor, esse novo poder valoriza a solidariedade [...], "uma atitude de consideração com a sorte ou destino dos outros, ou seja, uma capacidade básica de sentir e pensar nos outros, em suas condições concretas". Ademais, destaca um estado de familiaridade ao indicar que

> "O poder da solidariedade possibilita a distribuição do poder político na medida em que proclama uma espécie de armistício contra discriminações, preconceitos e subalternidades. Este novo poder demanda uma mudança na cultura política, que passa pela descentralização e democratização da vida social, bem como pela educação e organização das comunidades, procurando fazer nascer um espírito crítico e criativo. Sem poder solidário, não existe possibilidade de transformação. Como podemos falar de transformação a homens atomizados, alienados, desinformados e sem visão do futuro? Será que o poder local, democrático e popular, só se concretiza mediante as eleições? Como produzir ou distribuir poder local (JARA, 1997, p. 225)?

Na direção desses argumentos, há uma lógica inserida no poder local que entende o espaço não apenas como palco de tradições políticas clientelistas, ocorrência comum nas pequenas cidades de perfil rural do país. Assim, insinua alternativa à possibilidade de mudança, que não necessariamente se concretiza pelas eleições. Para abordar esse ponto, entendo ser necessário avançar em questões sobre poder, política e democracia.

---

[71] Tradução literal para: "resistencia activa a abandonar un territorio".

[72] Tradução literal para: "o deseo de permanecer ha llevado a numerosos grupos a importantes transformaciones".

A dificuldade em voltarmos à consideração do poder está em percebê-lo nítido, dado que lhe é peculiar a manifestação em diferentes escalas e geralmente falseado como uma expressão de compromisso com o desenvolvimento. Dessa maneira, a importância dada por Fischer (2002, p. 13), ao destacar que a análise e consideração do poder exigem foco nas "relações de forças, por meio das quais se processam alianças e conflitos entre os atores sociais, bem como à formação de identidades e práticas de gestão específicas". Nesse aspecto, quando o poder se manifesta em espaço geográfico delimitado, como no caso de uma pequena cidade, espera-se ter um "ponto de confluência e protagonismo no processo de desenvolvimento local e regional" (*ibidem*). Mas, embora as manifestações de poder possam ser captadas nas limitadas fronteiras do local, falar de local não significa circunscrevê-lo, exclusivamente, "à rua, ao bairro ou mesmo à cidade. O universo de análise é mais amplo e abstrato, podendo estar relacionado a várias escalas de poder, consideradas isoladamente ou em conjunto, em um ou mais territórios" (*ibidem*), pois "múltiplas escalas estão presentes em projetos de pequeno porte que abrangem um bairro, onde os atores sociais envolvem-se em relações com diversos níveis de governo, comunidades, agentes financeiros locais, nacionais ou internacionais" (*idem*, p. 14).

O poder deve ser considerado como expressão de força e capacidade, sejam elas para impor ou permitir ações e comportamentos, no espaço do jogo de relações sócio-políticas, em determinado tempo e espaço. Apoio, assim, em Stoppino (1987, *apud* FISCHER, 2002, p. 14), que define poder a capacidade ou a possibilidade de agir, de produzir efeitos, e, sendo pertencente ao campo político[73], o poder relaciona-se diretamente ao ato de pôr e contrapor ideias e práticas, assim como suas expectativas na indução de conduta. Considerado no campo da política, dois pontos importantes devem ser ressaltados, para, a partir deles, extrair um terceiro possível, voltado ao versar que promove estímulos às investigações que conjuguem *práxis* e conceituação a partir de recortes empíricos permissivos à rearticulação de conhecimentos provenientes de diferentes disciplinas, como é o caso da temática do desenvolvimento local. Apesar de estreitamente relacionados, certo afastamento facilita a compreensão. Refiro-me ao fato de (a) vivermos sobre um regime que se afirma democrático, mas que o é, basicamente, apenas em vias retóricas e que, (b) ao articularmos estratégias de

[73] Identificá-lo como pertencente ao campo política não significa que o estou associando ao jogo eleitoral baseado na legitimação pela maioria ou mesmo ao andamento que se processa no labirinto legislativo e doutrinário dos parlamentos modernos (ver Canfora, 2007). Mas apenas circunscrevo a questão do poder ao amplo quadro das relações sociais; quadro emoldurado por relações de forças pelas quais são organizadas alianças e conflitos entre atores sociais e, consequentemente, de onde partem influências à formação de identidades e práticas orientadoras de ações e comportamentos.

desenvolvimento, geralmente o fazemos discutindo-as e instrumentalizando-as dentro de limites que nos são postos, reforçando o que já está em curso, e alterando apenas suas expressões mais superficiais, não sua essência.

O objetivo com a primeira observação não é questionar a democracia ou propor reformas estruturais em seu funcionamento, apenas ressaltar que sua *práxis* encontra deturpada em relação a suas acepções conceituais originais.

Sua afirmação etimológica[74] antecipa o cerne de sua significação, pois une poder a povo. Opondo-se às formas de ditadura ou totalitarismos, a democracia pretende ser um sistema político cujas ações atendam aos interesses do povo, cabendo a ele o exercício de governo e soberania e de quem partiriam as principais decisões das políticas públicas, segundo parâmetros legais e regimentos burocráticos que os ordenassem. Baseia-se, portanto, na crença de que há igualdade entre os cidadãos, assim como uma distribuição equitativa de poder entre eles. Como é a partir destes, e para estes, que o poder político é constituído, é a vontade da maioria que deve prevalecer, embora com respeito aos direitos de expressão da minoria. Mais uma vez, o teste da *práxis* torna-se alicerce seguro à desconstrução de algumas dessas assertivas.

Consideremos a questão da igualdade, que estreitamente se relaciona com a da justiça. Apoiando-me em Chauí (2006a), quando recupera Aristóteles para explorar a diferença, hoje dispersa, entre espaço público e da política e o espaço privado dos interesses pessoais, ressalto a importância em assegurarmos as diferenças básicas entre o privado e o público, pois delas diferenciam virtudes privadas e públicas.

Nas virtudes públicas, a ética é a da justiça, elemento que pode ser tanto distributivo (que se refere aos problemas dos bens e da desigualdade) quanto participativo (que se refere ao exercício do poder e da igualdade). Assim, enquanto a justiça distributiva busca promover a distribuição, a participativa lida com o que não pode ser dividido ou compartilhado. Neste sentido, uma ação política injusta sob a ótica distributiva é aquela que trata a todos de forma igual, pois suas necessidades são distintas (segundo Chauí, 2006b, os pobres e ricos, para Aristóteles, os grande e o povo, para Maquiavel, ou, os pertencentes a classes sociais antagônicas, para Marx). Do mesmo modo, seria injusta, do ponto de vista participativo, quando não permite a participação de todos de forma igual, ou seja, deve-se dar acesso e poder político para que todos se manifestem e revelem suas insatisfações e exclusões, pois o

[74] Do grego, *démokratía*; junção de *dêmos*, "povo", mais *kratía*, "força, poder" (HOUAISS, 2001).

poder político deve pertencer a todos os cidadãos de modo igual. Portanto, tratar desigualmente aqueles que devem ser considerados como similares representaria injustiça (CHAUÍ, 2006a). Por exemplo, a desestruturação das condições de educação que acaba restringindo o acesso aos que podem pagar por este serviço. É neste aspecto que antecipei a prática democrática como retórica.

Participando, basicamente, naquilo que nos obriga a legislação, o voto[75], elegemos representantes que em nosso lugar exercem a prática política que regerá nosso destino. Ao invés de vermos articuladas discussões em defesa de nossos interesses, a forma presidencialista de coalizão responde mais a interesses de grupos específicos que lhes são próximos do que aos desejos e demandas da maior parte da população. Para Santos, Vilarouca e Mantovani (2007, p. 155), o presidencialismo de coalizão é o modelo institucional por excelência na América Latina, e "refere-se aos sistemas de separação de poderes, nos quais o presidente constrói a base de apoio concedendo postos ministeriais a membros dos partidos com representação no Congresso, e estes, em troca, fornecem os votos necessários para aprovar sua agenda no Legislativo".

A prática do regime democrático, ao mesmo tempo, legitimou o "princípio majoritário", que, considerando a ética da justiça participativa de Aristóteles, ampara e sugere fortalecimento crescente e amplo ao exercício de pleitos para o trato da coisa pública. Nesse ponto, o problema refere-se ao fato de que as oportunidades (de educação, de trabalho, de lazer) a cada cidadão são significativamente distintas, tornando a realidade de uma participação igualitária uma ilusão.

Nesse sentido, Canfora (2007) ressalta como é frágil a conclusão (generalizada) de que afirmar a vontade da maioria significa legitimar a melhor opção (ou institucionalizaríamos um regime de representações baseados na crença de que validar a pior escolha pode vir a ser o melhor à sociedade?). Comentando "A regra comuníssima", o autor resgata Edoardo Ruffini (apud CANFORA, 2007, p. 18) e a premissa da maioria. Mas, segunda esta, "numa comunidade deve prevalecer o que quer a maioria" o que "encerra um dos problemas mais singulares que a mente humana já afrontou", uma vez que "a maior parte dos estudiosos

[75] Chauí (2006b) afirma que as "eleições não significam alternância no poder. Assinalam que o poder está sempre vazio. O detentor do poder é a sociedade. Os governantes ocupam o poder temporariamente. Eleger significa não só exercer o poder, mas manifestar a origem do poder". E sobre a força da mídia, falou, a "mídia faz com que o cidadão reconheça a sua ignorância. Acredite que a sua participação política se reduza ao voto. A mídia bloqueia a democracia".

considera o princípio majoritário exclusivamente um problema de política eleitoral, como se fosse o 'único aspecto digno de relevo'" (*idem*, p. 19).

Por assim pensar, estaríamos presos somente a critérios numéricos, embora a dimensão política devesse ser mediada e tratada, essencialmente, por critérios qualitativos. A grande questão nesse ínterim acaba sendo a qualidade da participação. Imerso na injustiça distributiva, voltamos ao problema da capacidade intelectual da multidão. Sabendo que nas escolas é concedido ao estímulo à participação política um espaço insignificante, faz sentido o apelo de Canfora (2007) ao aumento da capacidade de julgamento por meio de uma educação política mais difundida e eficaz. Seu argumento, no qual transparece o dilema da quantidade e qualidade de participação, é que

> A contraprova da justeza dessa intuição pode ser vista na difusão e no impetuoso – e à primeira vista inesperado – êxito dos atuais movimentos obscurantistas e antiigualitários, que conquistam a maioria (e às vezes até chegam ao poder), mediante uma vasta, sutil e eficaz *deseducação da massa*, tornada possível nas sociedades ditas avançadas ou complexas pela força, hoje ilimitada, dos instrumentos de comunicação e de manipulação das mentes. (E nas sociedades sob a forte influência do obscurantismo arcaico de base religiosa, em movimentos até eleitoralmente irresistíveis [...].
>
> "A numeração dos votos", escreveu Grasmci, [...] "*é a manifestação terminal de um longo processo*, no qual a influência máxima pertence justamente àqueles que 'dedicam ao Estado e à Nação seus melhores esforços' [a expressão é irônica]. Se esse pretenso grupo de optimates[76], apesar das imensas forças materiais que possui, não obtém o consenso da maioria, deverá ser considerado inepto!" (CANFORA, 2007, p. 20-21).

Essa passagem não deve terminar com conclusões no sentido de uma desqualificação geral às instituições democráticas, mas apenas desmistificar asserções que nos aprecem como fora de julgamento, pois são tomados como inabaláveis alicerces, quando, na verdade, devem ser constantemente questionados, em função das nítidas incoerências entre a semântica e prática.

Somadas à complexidade do jogo que define o processo de participação política, que apesar dos avanços, ainda mantém as principais decisões restritas a grupos tradicionais, é preciso acrescentar que a marca registrada do detentor do poder é a permanência. Nesse sentido, relacionei o pouco avanço nas propostas e práticas de desenvolvimento à questão do poder. Compartilho a posição de Oliveira (2007), já comentada neste capítulo, de onde entendo que essa inércia tem parte de seus fundamentos na capacidade de nos ser colocada à

[76] Membro da aristocracia na antiga república romana. Como sentido figurado ou extensão de sentido, é aquele indivíduo poderoso, muito rico e influente, de qualquer nação; magnata (HOUAISS, 2008).

discussão e ação o campo e seus limites, assim como as formas de pensar, reforçando o que tem estado em curso e mantendo a essência das propostas mais conservadoras.

O que Oliveira (2007, p.15) ressalta é que acabamos, ao exercer a prática política, por "pautar os movimentos do outro, do adversário". Movemos-nos (pensamento e prática) a partir e para uma agenda pré-concebida, afirmando o êxito dos que controlam os limites de nossos esforços e participação política. Ao sair do campo, anteriormente demarcado, é possível criar um novo campo, e a própria constituição desse novo campo traz em si "uma nova qualidade dos atores políticos" (*ibidem*), torna-se fundamental a participação política da população, antes mesmo da estruturação de um ensino comprometido com a educação política, que tende a ser mais um dos campos definidos *a priori*. Afinal, se são modestas as iniciativas que efetivam um sistema de ensino suficiente para preparar e estimular a participação política é preciso exercê-lo por vias da prática imediata. Considerando que a democracia "é a única sociedade e o único regime político que **considera o conflito legítimo**", é pela política que os conflitos devem ser trabalhados, como nas representações de partidos políticos, de associações, movimentos sociais ou populares e sindicatos, que possibilitam a criação de "um **contra-poder social** que, direta ou indiretamente, limita o poder do Estado" (CHAUÍ, 2006, p. 406) [Grifos da autora].

Na prática, não há impedimentos aos que são minoria, basta que tenham poder suficiente para mover a maioria e impor seus interesses, principalmente em campos marcados pela utopia de esperança e de um futuro melhor, como é o do desenvolvimento. Esse parece ser o vestígio para o qual é possível tender a força no comando de rearticulações econômicas a partir da iniciativa de pequenos grupos. Mesmo baseados na defesa de seus próprios interesses, conseguem mover suas estratégias cujo objetivo final sugere o desenvolvimento da comunidade, ou seja, com benefícios para além daqueles próprios ao grupo que o dinamiza.

Casos que reforçam essa perspectiva têm-se acumulado, como nas experiências de desenvolvimento local expostas por França, Caldas e Vaz (2004), quando abordam a dimensão econômica e questões de produção, acumulação e distribuição da riqueza e da renda socialmente geradas em nível local. A dimensão econômica não se sobrepõe e está intrinsecamente vinculada às dimensões sociais, ambientais, culturais e políticas. O poder local, então, refere-se ao jogo de relações de forças que se manifestam, por exemplo, em um município, mas que não se limita a estar associado ao poder dominante (práticas tradicionais de poder), como também, e, principalmente (considerando o nexo da problemática aqui desenvolvida), à possibilidade de gerar no município uma capacidade de autotransformação

econômica e social. Além disso, no município, especialmente nos pequenos, ser um ator dentre três mil é diferente de o ser dentre trezentos mil ou três milhões, pois o peso da participação política de cada um tende a ser mais efetivo. Isso não significa uma distração teórica de minha parte, pois está na expressão qualitativa da participação política sua principal sustentação, mas não podemos desconsiderar a proximidade dos relacionamentos e a repetição dos contatos que caracterizam o dia-a-dia de uma pequena cidade, que tendem a facilitar a organização política.

O poder, então, exprime a energia possível do ato político, aquilo que é inerente à promoção de "processos sociais e relacionamentos participativos que ampliam e promovem o envolvimento das pessoas na tomada de decisões e gestão dos processos e projetos" (JARA, 1997, p. 229). Trata-se, portanto, "de um eixo estratégico de transformação da forma como tomamos as decisões que concernem o nosso desenvolvimento econômico e social" (DOWBOR, 2008, p. 13). Assim, o poder local carrega em si a esperança de que novos movimentos e ações locais possam adicionar diferenças para conjugar mercado e planejamento. Sendo dois dos mais influentes mecanismos de controle da sociedade moderna, tanto as referências ao primeiro, tornadas dogmas (muitos dos quais, falhos), quanto à extrema centralização do segundo, têm sido os principais responsáveis às heranças que nos chegam, brevemente comentadas no início deste capítulo.

A configuração de alterações na consideração do mercado e da planificação fica, por esse entendimento, a cargo dos novos atores que, potencialmente, podem ocupar o cenário local, oferecendo novos contornos políticos à administração do mercado, extremamente vigoroso para assegurar a coerência da produção, mas frágil para assegurar a redistribuição da riqueza gerada. Em outro âmbito, surge como necessário auxílio a novas rearticulações produtivas a descentralização nas determinações que prevaleceram por mecanismos distantes ao espaço local. Como sugere Dowbor (2008, p. 19), está nas organizações comunitárias e outros atores do poder local a busca por formas práticas mais adequadas de responder às suas necessidades, sem medo de inovar, de organizar parcerias, de mexer nas hierarquias tradicionais de decisão. Mais à frente, justifica, em forma de alerta, que

> Ninguém vai pedir desculpas a um município que se deixou invadir por uma monocultura qualquer, permitiu que as terras fossem esgotadas ou utilizadas apenas pela pecuária extensiva, o agricultor transformado em trabalhador temporário, a cidade tensionada por um cinturão de bóias frias, deixando o município empobrecido e desarticulado; perguntarão apenas por que ele não teve capacidade de defender os seus interesses, de promover a sua racionalidade global. [...] É óbvio, entretanto, que se trata de dinamizar o que já existe, e não de inventar uma visão futura idealizada, desgarrada da realidade. Trata-se, antes de tudo, de ter os pés no chão, de conhecer profundamente a dinâmica existente para então intervir (DOWBOR, 2008, p. 19).

Fica nítida a importância do conhecimento da realidade local como requisito para alterações necessárias ao desenvolvimento descentralizado. São eles que conhecem os fatores subutilizados (terra, água, materiais), assim como as principais deficiências e potencialidades do lugar. Por isso, torna-se central a este debate o ator social, que sobre o território acentua a territorialidade. Mas, para dar feições mais completas ao jogo de poder próprio da dinâmica de relações sociais que permitem determinações no processo de articulação produtiva no espaço local e corolários em termos de desenvolvimento, é necessário melhor defini-lo.

4.3.1. O ator social local

A primeira consideração a ser feita é que o ator social será definido relacionando-o, inicialmente, com a cena social na qual desenrola sua ação (AROCENA, 2004). A partir daí, sua conceituação tem como ideia central a de que são os sujeitos os que ativam, impulsionam e agem na criação de espaços de oportunidades e interferência no futuro (MATUS, 1996). E para sua concepção final, tendo em mente os interesses da tese, busco relacionar o ator social ao processo de autodeterminação como é assumido no campo das doutrinas filosóficas (BOBBIO, MATTEUCCI E PASQUINO, 2003). Neste esforço final, pretendi expor a necessidade de ajustes na conformação conceitual da ideia de autodeterminação quando voltado ao nível local.

Segundo Arocena (2004, p. 27), "uma forma de definir um ator é relacionando-o com a cena social no qual desenrola sua ação[77]". Neste espaço ele inclui "indivíduos, grupos ou instituições cujo sistema de ação coincide com os limites da sociedade local[78]", não estando em jogo, nesse momento, a qualidade da ação que deles partem, mas apenas o ambiente de

---

[77] Tradução literal para: "Una forma de definir un actor es relacionándolo con la escena social en la que desarrolla su acción".

[78] Tradução literal para: "indivíduos, grupos, o instituciones cuyo sistema de acción coincide con los limites de La sociedad local".

manifestação das relações sociais. A este tipo de ator Arocena (2004) chama “ator local”, e são aqueles comprometidos com a melhoria da qualidade de vida de um determinado território. Sua ação é ampla, não distinguindo a qualidade da ação, mas a força e conquistas do ator em meio às relações sociais que empreende. Trata-se de uma conceituação simples, porém insuficiente para melhor explorarmos como o jogo de interações que entre os membros de uma localidade pode se relacionar com o seu desenvolvimento.

Já Cavestany (1988, *apud* Arocena, 2004) relaciona ator local a processos de desenvolvimento, entendendo-o tanto como motor quanto expressão do desenvolvimento local. Além do mais, dá-lhe categorização, como os que estão ligados à tomada de decisão, que chama de atores político-institucionais, os ligados a técnicas particulares, que classifica de *experts*-profissionais e os ligados a ações sobre o espaço, que são a população e todas suas expressões ativas. Para este autor, o desenvolvimento local supõe interação entre os atores.

Essa definição mostra-se mais próxima ao que possibilita amparo à pretendida análise da dinâmica de relações sociais. Ao aproximar a noção de ator local à de desenvolvimento, adiciona à cena social local as ações como fatos sociais primordiais ao desenvolvimento local, ressaltando que mais importante do que as ações em si, que se manifestam neste espaço, é o sentido que o ator imprime a partir delas. Assim, mesmo mantendo o foco da ação social no sentido do desenvolvimento, pode ser considerado ator local qualquer indivíduo, grupo ou instituição que atue em nível local. E para evitar perdas desnecessárias com preciosismos de definições, Arocena (2004) indica que bastaria distingui-los em “ator local” como aqueles que no campo político, econômico, social e cultural são portadores de propostas que tendem a melhor capitalizar as potencialidades locais, e “agente de desenvolvimento local” como aqueles que têm estas ações relacionadas a projetos de desenvolvimento. A conjunção de ator local com desenvolvimento imediatamente explora a noção de desenvolvimento considerada para seu emprego. Dessa forma, e considerando discussões anteriores, torna imprópria toda qualificação de ator local àqueles que contaminem rios, poluam o meio ambiente ou, no geral, desfigurem as potencialidades de sustentabilidade da vida econômica e social local. Igualmente não se enquadrariam nessa perspectiva os que agem, prioritariamente, por influências de uma lógica exógena, facilitadora de desarticulações e verticalizações. Por fim, a perspectiva de Arocena (2004) ainda considera o ator local com uma espécie de guardião dos interesses locais, posto que cabe a ele submeter as iniciativas de desenvolvimento ao interesse local, adaptando as tecnologias e as características dos sistemas locais de produção.

A despeito da direção possível pela combinação entre ator local e desenvolvimento, não pretendo restringir o principal indicador da categoria "dinâmica de relações sociais" – o ator social –, apenas ao sentido de desenvolvimento. Mesmo que esta seja não só a expectativa, mas ainda a suposição da ação depreendida no espaço local escolhida para a análise. Neste sentido, aproximo da proposta conceitual de Matus (1996) para o ator social, que entendo permitir uma visão mais geral das ações postas em prática por indivíduos, grupos e instituições, admitindo uma captação mais primorosa de seus atos, de certa forma tem-se em Matus (1996) uma visão pró-ativa do ator social, como aquele que age mais como jogador do que expectador na cena do jogo social do qual faz parte. O que torna suficiente para tratar os atores e suas influências no desenvolvimento local, este, sim, uma consequência, um produto das relações sociais a serem exploradas; para não inverter meios e fins desta tese.

O acesso ao conceito de ator social para a análise das relações sociais justifica-se pela ênfase ao indivíduo em contraposição ao coletivo, mas não no sentido de desqualificar o sujeito organizado coletivamente. Trata-se apenas de uma defesa metodológica, para evitar análises que consideram extratos ou porções de pessoas, como é típico na economia de tradição mais ortodoxa, ou no marketing que segmenta mercados. A consideração das pessoas em extratos os iguala, eliminando a percepção da ação individual e, assim, os despersonaliza. A perspectiva de ator social de Matus (1996) enfatiza o que diferencia um indivíduo do outro, e não o que os iguala, ou agrupa. Como cada indivíduo é único, uma análise que os compreenda em extratos sociais, consumidores, no campo da economia, ou empresários, no da contabilidade nacional, leva à perda de nitidez sobre a complexidade e força de suas ações individuais. Sua visão fica prejudicada por lentes que captam apenas o bloco. Em favor de evitar confundir indivíduo com sua expressão agregada, o autor faz seu alerta. Para ele,

> A diferença entre o agente da teoria econômica e o ator da estratégia política deve ser claramente destacada, para evitar a confusão entre cálculo interativo e cálculo de projeções deterministas, porque se trata de modos antagônicos de exploração do futuro. O conceito de agente confunde indivíduo e massa, ou incorpora o indivíduo à massa, ao destacar o que ambos têm em comum; o conceito de ator destaca o líder do coletivo social ao privilegiar suas diferenças (*idem*, p. 206).

Por isso as tão comuns previsões de mercado, na economia, ou tendências de comportamento para definição de apelos à compra, no marketing, diferem-se do que define o autor. Pois sobre esse não é possível fazer presciências e, assim, antecipar-se às suas ações.

Assumindo que os acontecimentos relacionados à recuperação econômica e ao desenvolvimento de São Roque de Minas estiveram inseridos em um cenário em que

mudanças eram urgentes, e onde a ação individual foi tão importante quanto a coletiva, entendo como coerente o emprego da visão de Matus (1996) sobre o indivíduo, o ator social. O fato de a reorganização produtiva ter acontecido a partir de um intenso processo de relações sociais, guiado pela busca do poder necessário à ação concreta no domínio particular dos envolvidos, reforça a indicação de que é a "análise dos jogadores que viabiliza o cálculo das jogadas". Somente o "estudo de atores [...] fornece as bases de informação para realizar esses cálculos" (MATUS, 1996, p. 203).

Para Matus (1996), o que marca, e ao mesmo tempo diferencia, o conceito de ator social de outros conceitos é sua caracterização individualizada em oposição àquelas que são tomadas como grupos humanos. Quando posto em comparação a conceitos que se referem ao indivíduo, diferencia-se por caracterizar, como sujeitos, aqueles que ativam, impulsionam e agem na criação de espaços de oportunidades e interferência no futuro. São jogadores, não espectadores. Não se limitam a comportamentos reativos e mecânicos, facilitando a predição de suas ações futuras, sendo, assim, motores das mudanças, "que declaram as insatisfações, que processam ou ignoram as teorias para entender a realidade em que vivem; [...] criam visões diferenciadas, como se usassem óculos que os fazem ver a realidade com lentes de diferentes cores e graus; se rebelam contra o evitável e geram conflito" (*idem*, p. 203).

O ator social é a cúpula ou direção de uma organização, embora não possa ser confundido com esta, ou seja, com o centro de poder que controla. Procurando delimitar com mais precisão o conceito, Matus (1996) identifica seis requisitos que qualificam o ator social. Nesse sentido, o ator social é aquele cuja

> ação é criativa, não segue leis, é singular e único como ente com sentidos, cognição, memória, motivações e força; é produtor e produto do sistema social; tem um projeto que orienta sua ação, mesmo que seja incoerente, errático ou parcial; controla parte relevante de recursos críticos do jogo [VCR], tem força e capacidade para acumular ou desacumular força e, portanto, tem capacidade para produzir os fatos do jogo social; participa de algum jogo parcial ou do grande jogo social, não é uma analista ou um simples observador; tem organização *estável*, que lhe permite atuar com peso de um coletivo razoavelmente coerente; ou, tratando-se da exceção aplicável a uma personalidade, tem presença forte e *estável* no sistema, que lhe permite atrair, com suas ideais, uma coletividade social; pode ser um *ator-pessoa* ou um *ator-grupo*, no caso de que se trate de um líder ou da direção de uma organização. É um jogador real que acumula perícia e emite julgamentos, não uma ficção analítica. É um produtor de *atos de fala* e de *jogadas* (MATUS, 1996, p. 204)[79].

[79] Grifos do autor.

Vale indicar que o rigor da definição deste conceito contribui para que se haja uma vantagem analítica que permita diferenciar necessidade de demanda política. A primeira refere-se àquilo que é inerente à qualidade humana, enquanto a segunda afeiçoa-se por ser uma força organizada, com determinação e poder para converter sentimentos em ação com potencial para se desenrolar. Desse modo, a fome é uma necessidade, mas somente quando associada à renda que se viabiliza como demanda, ou a necessidade política das pessoas em participar das decisões só se concretiza pelo amparo de uma organização que tenha algum poder para sustentar tal realização (MATUS, 1996).

Reforçada fica a consideração dos atores em uma determinada cena social territorialmente localizada, afastada qualquer concepção que assume sistemas sociais como aquele constituído apenas por "agentes reduzidos a comportamentos reativos e mecânicos, sujeitos as leis que tornam seu jogo predizível", o que para Matus (1996, p. 203) é uma ficção teórica. Por isso, acessá-los é tão importante para se captar a essência das ocorrências particulares nas mudanças locais, pois

> São eles os motores da mudança, aqueles que declaram as insatisfações, que processam ou ignoram as teorias para entender a realidade em que vivem; acumulam vontade, valores, preconceitos, ideologias, poder de mudança e incapacidades; criam visões diferenciadas, como se usassem óculos que os fazem ver a realidade com lentes de diferentes cores e graus; rebelam-se contra o evitável e geram conflito; lutam pelo poder e governam no âmbito particular de seus domínios (*ibidem*).

Resta reforçar que o ator social se refere às pessoas e suas ações, ou ainda a grupos, mas desde que pequenos, dirijam ou não organizações, dado que o jogo social é de poucos, não de multidões. Como diz Matus (1996, p. 206), "Não se trata de muitos que produzem uma decisão coletiva na qual cada indivíduo pesa muito pouco. Ao contrário, trata-se *de poucos que pesam muito* na tomada de decisões, representando organizações sociais[80]".

As análises das realidades sociais modificadas a partir de dinâmicas sociais desenroladas em um espaço-território específico, local, exigem uma aproximação individualizada aos indivíduos do jogo social. Nesta tese, a estratégia utilizada foi a coleta de testemunhos dos principais atores envolvidos com as modificações que passam a proceder no início da década de 1990, na cidade de São Roque de Minas. Essa afirmação é nesse momento resgatada para aproximar a proposta de categorização assistida proposta por Voldman (2006).

[80] Grifos do autor.

Nela, há destaque para diferentes tratamentos e considerações dependendo do tipo de ação, envolvimento e importância de cada um dos autores dos testemunhos. Nesse sentido, o autor sugere duas perspectivas gerais para classificar as testemunhas, as grandes e as pequenas.

No caso destas últimas, Voldman (2006) identifica-as como aquelas que agem mais como meros expectadores, como sujeitos aos acontecimentos e ao peso da história. Uma definição exatamente oposta ao que pressupõe as grandes testemunhas, reconhecidas como as que são conscientes de seu papel e importância para a mudança de curso da vida social. Como referências à identificação dos atores nas duas categorias, o autor considera a ação e a responsabilidade de cada um deles. Assim, seria pertencente ao status de grande testemunha aquele ator que teria construído sua identidade a partir de uma ação voluntária e consciente. Também tratado como testemunha-sujeito, são nítidas as coincidências, para o alinhamento deste conceito com o de ator social de Matus (1996), ajudando a dar coesão suficiente à análise das ações que dinamizaram a rearticulação produtiva do local em estudo.

É na observação das relações sociais que é possível perceber a ação do ator social desprender-se em desenvolvimento; explorar suas motivações, interesses e insistências com projetos que se confundem com sua própria vida. Como supõe o título deste trabalho, é a partir da análise focada no ator que pretendo identificar o quanto sua motivação (e/ou de seu grupo) foi autodeterminada, embora não seja objetivo deste relacionar elementos psicológicos ou desvendar indutores motivacionais próprios de uma análise do campo da psicologia. Isso, apesar do uso do termo autodeterminação ter diversas possibilidades de aplicação, abrangendo desde questões mais amplas, como as do Direito Internacional Público (nas abordagens sobre relações internacionais, como, por exemplo, no trabalho de Goffredo, 2006), quanto as mais específicas, como na identificação de motivação para permanência em atividades físicas, como no estudo de Murcia e Coll (2006).

Para chegar à conformação do conceito de autodeterminação local, adotei as referências tanto de sua concepção macro quanto micro. Entendo como macro as questões próprias da dimensão internacional, voltadas à soberania nacional e à independência para se reger os rumos de uma nação. A ideia da concepção micro está mais distante dos meus interesses, pois situa-se no campo da psicologia, especialmente na compreensão dos componentes motivacionais da ação humana. Entre esses dois âmbitos, outros conceitos são resgatados na intenção de reforçar o amparo necessário para a conformação conceitual que é central na suposição assumida para este tese. Essas referências foram organizadas como

pontos de partida à construção do que suponho ser expressão da autodeterminação no contexto analítico do desenvolvimento de São Roque de Minas.

4.3.2. Autodeterminação como ação do ator social

A ideia central que sustenta o conceito de autodeterminação em sua acepção mais ampla, macro, parte do reconhecimento da capacidade de, em um determinado território, "populações suficientemente definidas étnica e culturalmente têm para dispor de si próprias e o direito de um povo dentro de um Estado tem para escolher a forma de governo" (BOBBIO, MATTEUCCI e PASQUINO, 2003). Resguarda, assim, aspectos, ao mesmo tempo, de ordem externa, como o direito de um povo não ser submetido à soberania de outro Estado ao qual não quer estar sujeito, como de ordem interna, pelo direito desse povo escolher a forma de governo que preferir. Dito isso, não é necessário novas inflexões sobre a autodeterminação que a posicione frente às revoluções e os movimentos de independência das colônias[81].

Bobbio, Matteucci e Pasquino (2003) relacionam os primeiros enunciados do princípio de autodeterminação às Revoluções Francesa[82] e Americana, ressaltando, no caso desta última, a necessidade de constituição de um governo para garantir os direitos inalienáveis dados aos homens pelo Criador, ou seja, a vida, a liberdade e a felicidade. Governo que se constituiu pelo consenso entre os governados, o que pressupõe que quando tais direitos deixam de ser garantidos, a população tem o benefício de mudá-los ou aboli-los (ou ainda mudar a própria forma de governo).

Esses primeiros princípios formadores da autodeterminação, apesar da relação que insinuam sobre a ação popular, não podem apenas e diretamente serem apropriados a uma dimensão territorial menor. Por relacionar e caracterizarem-se em função da oposição entre países, apropriá-los para servir ao que ocorre dentro de determinada fração territorial de uma

---

[81] O sentido da autodeterminação voltado à descolonização mantém a linha que distancia o conceito de meus interesses. Normalmente situado no aspecto internacional, afirma-se como um direito a ser reconhecido aos povos submetidos à dominação colonial, a regimes raciais, ou ao domínio estrangeiro.

[82] Como no relato de Merlin de Douai sobre a Alsácia, em 1790, que dizia "O povo alsaciano uniu-se ao povo francês por sua própria vontade. Apenas sua vontade e não o tratado de Münster legitimou a união". Essa, dentre outras provas, acabavam por referir-se à inviolabilidade da soberania nacional e que o atentado contra a liberdade de uma nação significava o atentado à liberdade de todas as demais, sendo também resguardado a cada povo o direito de organizar e mudar livremente sua forma de governo. O conceito também é apregoado como da *livre autodeterminação dos povos*, quando constituiu "um dos temas mais vigorosos e eficazmente proclamados por acordos durante a Primeira Guerra Mundial" (BOBBIO, MATTEUCCI e PASQUINO, 2003).

nação específica corrói a força de sua definição original. Tornando-o (apenas) uma referência à formação conceitual que é importante a esta tese.

O nível no qual minhas reflexões desenrolam-se não confronta países e a sua soberania, e não figuram como elementos de discussão ações no sentido de abolir ou mudar a forma de governo, como é comum em processos nos quais são debatidos essa concepção de autodeterminação. Todavia, seu sentido, enquanto princípio de autoridade - que posiciona o cidadão não como súdito, mas como sujeito consciente de pertencer a um grupo social, apesar de estar mais próxima -, distancia- se ao caminhar para a ideia de consciência coletiva e tornar-se expressão do conceito de nacionalidade. Apesar do sentimento de nacionalidade ser adicionalmente importante para a ação dos atores sociais para a rearticulação do espaço econômico e social local, o fato de a essência do debate da autodeterminação buscar sua construção conceitual na dimensão nacional o afasta das ocorrências aqui observadas.

A autodeterminação, do mesmo modo, tem sido utilizada como amparo à questão das minorias, o que não delimita, com exclusividade, as discussões desenroladas a um território nacional específico. Ferreira (2007, p. 49) identifica três objetivos almejados pelas minorias, segundo ele,

> As minorias nacionais, étnicas, históricas ou religiosas, no início deste milênio, possuem três diferentes objetivos a alcançar: (i) a assimilação, através de medidas de não-discriminação; (ii) a integração, através da discriminação positiva; ou (iii) a sucessão de Estados, baseada na teoria do direito à autodeterminação dos povos.

Exemplifica o primeiro caso citando as queixas de discriminação da minoria mexicana nos Estados Unidos, e, o segundo sobre as minorias que pedem por integração ao Estado nacional no qual estão inseridos, como “o caso da Ilhas Aland em relação à Finlândia, cuja autonomia foi alcançada há quase um século” (*ibidem*). O autor destaca o terceiro caso, afirmando ser este “o grande fantasma” dentre os temas da autodeterminação. Refere-se à situação em que uma minoria suscita o direito a “teoria do direito à autodeterminação dos povos, clamando, por conseguinte, pela criação de um Estado próprio” (*ibidem*).

O acesso a Ferreira (2007), que situa a discussão sobre a autodeterminação em casos marcados por interesses conflitantes, levando às manifestações voltadas à legitimação legal de minorias e de territórios perante um Estado Nacional, seu desvinculamento deste ou mesmo uma alteração na forma de governo, é incapaz de amparar o estudo do objeto. A tentativa de alinhamento do conceito ao nível local, do município, especialmente em ocorrências não

unicamente direcionadas ao governo, seja ele o local ou o das demais esferas, torna inadequada sua apropriação direta.

Mas, não significa seu abandono, pois fornece elementos suficientes para formar uma primeira demarcação que, por um movimento reflexivo (teoria-empiria) próprio à análise, facilita a organização e comparação das expressões válidas e as que em termos mais distantes se relacionam com as ocorrências do local de estudo. Assim, a autodeterminação de concepção macro forma o ponto de partida deste estudo, mesmo situado na dimensão internacional, como revela o próprio autor ao indicar que "durante todo o curso da história, os temas autonomia, soberania, sucessão de Estados e outros afins sempre estiveram no centro das relações internacionais" (*idem*, p. 59).

Além disso, está nitidamente impregnada com compromissos de amparo a objetos que se manifestam em meio a problemáticas de soberania política. Conforme revela Ferreira (2007, p. 61),

> A luta de determinados povos em busca de soberania política, com a conseqüente formação de um Estado nacional próprio, é lugar comum na história das civilizações. Este anseio vem normalmente respaldado pela teoria do direito à autodeterminação dos povos. Nascida na Europa e nos EUA no final do século XVIII e início do século XIX, em verdade, a teoria sempre serviu de base aos anseios de determinados povos que com ela justificam seu desejo de emancipação política. Todavia, seu desenvolvimento ocorreu de forma diversa nos EUA e na Europa ocidental, de um lado, e na Europa central e oriental, de outro. [...] A autodeterminação na Europa ocidental sempre esteve diretamente ligada aos conceitos de soberania popular, governo representativo e liberdade individual.

Mais à frente, já estabelece relação entre o conceito de autodeterminação, como um Direito dos Povos ao crescimento do nacionalismo na Europa central e oriental, relacionando-o com atributos como etnia, idioma e religião. Imerso na dimensão política, o conceito não é um instituto jurídico-político pacificamente aceito pelos doutrinadores, afirma Ferreira (2007). Revela-se aceito com mais facilidade nos Estados Nacionais com baixas minorias reivindicatórias, o que leva o autor a concluir que "somente existirão casos de sucessão de Estados, com base na autodeterminação, onde existirem condições políticas conjunturais favoráveis para tanto" (*idem*, p. 62).

Nestes termos, a identificação de Bobbio, Matteucci e Pasquino (2003) sobre autodeterminação no campo das doutrinas filosóficas traz importante contribuição. Nelas, o termo ganha o sentido da ação política-cidadã, "derivado do conceito kantiano da autonomia do indivíduo e da liberdade como condição de autonomia". Esse princípio é compatível com o

interesse deste projeto, pois a ação política não acontece por imposição, ou nos sujeitos afeitos à passividade ou comportamentos de expectador no jogo político que se desenrola nos territórios. Reforça, assim, a principal característica do ator social de Matus (1996).

No mesmo sentido, e considerando as inconformidades das discussões teóricas já desenvolvidas em amparar a compreensão da dinâmica de relações articuladas no município em estudo, é possível reunir alguns conceitos próximos. A partir deles, outros elementos são incorporados em apoio a uma melhor elaboração conceitual, para o que suponho ser a autodeterminação local.

É o caso do conceito de autonomia que, para Blackburn (1997), significa a capacidade de autodeterminação. Assim, incorporar à ideia de autodeterminação a de autonomia ajuda a esclarecê-la, pois reforça que "um agente é autônomo quando suas ações são verdadeiramente suas". Mas, imediatamente, faz-se necessária uma observação. Considerar como autônoma uma ação tida como de autoria de determinado ator, significa dizer, pelo menos para o repertório teórico que articulo, que um ator, ao determinar certa ação estaria imune às influências que lhes são externas, próprias de sua afirmação social. Pelo contrário, e partilhando de preceitos estruturalistas, a variedade das manifestações superficiais resguarda, anterior a si, padrões fundamentais pré-orientadores de condutas. Por isso, torna-se possível articular um processo de desenvolvimento, a partir das relações que são próprias e peculiares ao espaço local, e há possibilidade ainda que as mesmas sigam um determinado padrão que lhe é anterior, o que apontaria para um reforço e não uma contraposição ao modelo de desenvolvimento dominante.

No entanto, o sentido da autodeterminação local não deve negar proximidade à ideia de autonomia. Imparcial, então, seria reconhecer pré-determinações que nos são expostas e povoam nossas racionalidades, mas, ao mesmo tempo, mantém a necessidade de rompimento com movimentos heterônomos, cujo exercício pode viabilizar práticas e novas referências, mais sensíveis ao ambiente e próximas da ação cotidiana dos atores. Oportunamente, Blackburn (1997, p. 32) diz

> Pode parecer que a verdadeira autonomia é um mito; mas mesmo assim o conceito é importante, já que é plausível sustentar que só os agentes que agem de forma autônoma são responsáveis por suas ações. [...] Descrever os agentes como autônomos quando estes estão sob a influência unicamente da razão, considerá-los como tal quando eles podem se identificar com as motivações que conduzem às suas ações, ou quando conseguem agir de modo a mudar suas motivações quando não se identificam com elas, são algumas das propostas para a defesa do conceito.

Assim, por mais que estejam identificadas como autônomas, autonomia seria nossa ação em perceber, pelo uso da razão, as formas de condutas consideradas como aceitas, ou seja, uma ação empreendida dentro de parâmetros da aceitação social. Essa capacidade tornaria possível o andamento de um determinado projeto; esta perspectiva é derivada da ética de Kant. Considerada por Blackburn (*ibidem*) como marcada por termos mais específicos, a autonomia seria "a capacidade de saber o que a moralidade exige de nós, e não funciona como a liberdade de tentar alcançar nossos fins, mas como o poder de um agente para agir segundo regras de conduta universalmente válidas e objetivas, avalizadas apenas pela razão".

Outros sentidos da autodeterminação se relacionam com o propósito deste trabalho, embora sejam mais distantes. Muito usada no campo da psicologia, especialmente nos estudos sobre motivação, neste sentido a autodeterminação

> "parte do princípio de que o comportamento humano é incentivado por três necessidades psicológicas primárias e universais: autonomia, capacidade e relação social, que parecem ser essenciais para facilitar o ótimo funcionamento das tendências naturais para o crescimento e a integração, assim como também para o desenvolvimento social e o bem-estar pessoal (Deci e Ryan, 2000; Ryan e Deci, 2000, *apud* MURCIA e COLL, 2006).

Nestes termos, reincide a importância das relações sociais nos projetos postos em andamento pelos atores sociais. Assim, a ideia de autonomia refere-se "aos esforços do indivíduo para ser o agente, para estar na origem de suas ações, para ter voz ou força para determinar o próprio comportamento". A capacidade, ou necessidade do indivíduo de ser capaz, trata da "tentativa de controlar o resultado, de experimentar efetivamente". Enquanto a necessidade de relacionar-se com o outro volta ao "esforço para estabelecer relações, à preocupação com o outro e, ao mesmo tempo, ao sentimento de que o outro também demonstra uma relação autêntica, isto é, tem relação com experimentar a satisfação com o mundo social" (*ibidem*).

Sobre essas indicações de ordem micro, voltadas ao indivíduo, e não necessariamente sob a fluência de uma ação política, Guimarães (2004) resgata considerações sobre a formação conceitual de autodeterminação para os estudos da psicologia. Embora, advertidamente, não consideradas aqui inteiramente, seu significado ajuda a resgatar o ímpeto à ação das pessoas.

Para Guimarães (2004, p. 2), "A base inicial para a Teoria da Autodeterminação é a concepção do ser humano como organismo ativo, dirigido para o crescimento [...] e para a

integração com as estruturas sociais". Apesar de o foco caminhar para análises individuais que não cumprem com as preocupações deste trabalho, é possível relacionar a dinâmica de relações rumo à rearticulação produtiva e econômica do município como uma consequência de seu ímpeto de autodeterminação.

Ao expressar a autodeterminação como um processo evolutivo (dirigido ao crescimento), seria a ela intrínseca a busca de experiências para desenvolver habilidades e exercitar capacidades; buscar e adquirir vínculos sociais; e obter um sentido unificado por meio da integração das experiências intrapsíquicas e interpessoais (GUIMARÃES, 2004). A autora ainda destaca o fato de que as ações autodeterminadas são aquelas

> "essencialmente voluntárias e endossadas pessoalmente e, em contraposição, as ações controladas como resultado de pressões decorrentes de forças interpessoais ou intrapsíquicas. No primeiro caso, a regulação do comportamento é escolhida pela pessoa, já no segundo caso, o processo de regulação pode ou não ser consentido. Aplicada ao contexto educacional, a Teoria da Autodeterminação focaliza a promoção do interesse dos estudantes pela aprendizagem, a valorização da educação e a confiança nas próprias capacidades e atributos.

Buscando uma confluência entre as duas perspectivas do conceito (macro e micro), a autodeterminação segue um tipo de ação humana que, mesmo imersa na intensa reflexividade entre as referências sociais que chegam ao indivíduo e a forma como cada uma dessas influências é tanto absorvida como transformada em ação por parte dele (pois cada pessoa tem um repertório próprio), permite um tipo de dinâmica de relações marcadas pela não-dependência para manifestar-se. Assim, conjuga tanto elementos da estrutura, que influenciarão o comportamento do indivíduo, quanto é estruturante. Neste caso, porque faz-se presente a força e convicção da ação que move o projeto de futuro e o exercício do interesse individual e dos grupos sociais dos quais se relaciona. Coloca, ainda, em curso, elementos de reforços mútuos, ou seja, a experiência da autonomia, a satisfação pela capacidade e o exercício da prática das relações sociais.

Considerações finais

Das dificuldades que o país experimenta com a implantação do modelo neoliberal, talvez a mais marcante tenha sido a falta de perspectiva para novas formas de organização social, ou seja, não exclusivamente pautadas pela hegemonia dos mercados, hoje sinônimo de desigualdade econômica e social.

Tendo passado pelo desmanche de alternativas pautadas pela crença no bem-estar social, como o norte desenvolvimentista, a supremacia dos EUA ao fim da Guerra Fria e a queda do Muro de Berlim pareciam ter estipulado o rumo da história a um só sentido, o da supremacia do mercado e seus agentes. No entanto, a queda de outro muro, desta vez aquele tido como de resistência inquestionável – *Wall Street* –, parece trazer novo fôlego e colocar este como um momento oportuno para que novas capacidades se mostrem válidas para a organização social.

A questão que emerge nesse contexto é que, se até a fé dos fundamentalistas de mercado foi abalada, depois de anos de discurso e ações em defesa do livre mercado e da concorrência como forma mais adequada de regulação dos atores econômicos, como destacou Caccia Brava (2008), estaríamos esperando uma nova aderência ao intervencionismo como contraposição à *débâcle* em curso?

Sem entender como necessário qualquer exercício de previsões sobre o futuro, o fato de as críticas em curso não terem por alvo o sistema capitalista de mercado, mas os exageros (especulação e afastamento das bases da economia real[83]) diante do excesso de liberdade, é possível esperar mais ajustes do que mudanças estruturais. Esse é o ritmo das ocorrências que mudaram o panorama econômico da cidade de São Roque de Minas.

Mas, as mudanças processadas no município não apontam apenas um conjunto de ajustes técnico-econômicos para o fomento da transformação produtiva local. Mais que isso, a série de decisões implantadas apontam para um movimento proveniente de bases políticas descentralizadas, fundamentais na reorganização produtiva daquele território. Uma mudança nítida de comportamento de atores que passaram de expectadores para protagonistas do desenvolvimento local daquele espaço.

A experiência em questão indica ser possível o resgate da ação política aos atores antes passivos frente às decisões distantes, que agindo como suporte de uma racionalidade alheia aos interesses locais veem a riqueza produzida por eles somar-se a outras e ganhar os circuitos de investimentos especulativos. No centro dessa organização financeira, os bancos, que captam os recursos gerados localmente, mas que são direcionados a destinatários escolhidos exclusivamente em função do retorno monetário de maior monta, geralmente fontes não-produtivas. Decisões como esta, que parecem naturais e coerentes, têm grande

[83] Caccia Brava (2008, p. 3) aponta análises feitas em 2001, as quais "estimaram que somente 8% das transações financeiras internacionais tiveram como objetivo a movimentação de capitais para financiar a produção de riquezas reais. O resto teria sido constituído por movimentos especulativos".

impacto nas economias das pequenas cidades, pois os recursos necessários para a promoção de novas riquezas tornam-se escassos.

Nesse sentido, recuperar o domínio da disponibilidade e do destino do capital local ganha reforço decisivo com o momento em que mais uma crise econômica se faz nítida; principalmente por saber que permanecer refém dos interesses de agentes externos em destinar recursos ao local significa entregar a realidade deste território ao destino. Ademais, acrescentando que a lógica financeira então vigente tornou a disponibilidade de capital aos pequenos municípios em níveis mínimos, insuficiente à promoção de seu desenvolvimento, é intrigante e um urgente estímulo a mudanças perceber que estes mesmos atores (bancos, financeiras e seguradoras) são prontamente atendidos com grande quantidade de dólares. Especialmente a partir de fundos públicos, uma instância sugerida por esses mesmos agentes para serem levados a níveis ínfimos.

A análise das manifestações emergidas em São Roque de Minas estimula o pensamento a buscar espaço de discussões que possam contribuir para ampliar as possibilidades de promover o desenvolvimento a partir de possibilidades que venham dos próprios municípios, sugerindo certa reorganização no modo de pensar e operar o cenário de tamanha heterogeneidade como o brasileiro.

Esta tese tem sido construída buscando diálogos permissíveis a novas disputas e negociações, a partir de novos atores e sujeitos políticos. Entendo que, desde a contribuição cepalina, a carência de espaço para os que sempre estiveram na parte inferior do planejamento desenvolvimentista merece ser preenchida. A América Latina tem demandas não atendidas e, portanto, não consideradas. O Estado do Bem-Estar Social pode ganhar força não sendo apenas uma exclusividade dos governos centralizados. Conjugar a participação cidadã com desenvolvimento é um desafio à espera de contribuições, dentre as quais pretendo participar com este trabalho.

Considerando a riqueza das ocorrências pronunciadas no município em estudo, o intuito foi deixar expostas as lentes a partir das quais orientei-me para proceder com a análise da dinâmica de relações sociais desenroladas em São Roque de Minas e as consequências decorrentes para o desenvolvimento local. Nesse sentido, foi elaborado um breve capítulo, entendido como uma pauta de análise. A intenção foi síntetizar as principais categorias de análise obtidas tanto *a priori* como a partir do próprio processo de análise (nas observações, nas entrevistas e nos dados secundários usados na pesquisa).

V. PAUTA DE ANÁLISE: A TRANSIÇÃO DO CAMPO TEÓRICO AO EMPÍRICO

Este capítulo resulta da busca em organizar as categorias de análise de forma a possibilitar a sistematização da experiência de desenvolvimento do local de estudo em consideração. Nesse sentido, sigo a consideração de Furtado (1063), para quem não basta construir um modelo abstrato e elaborar uma explicação de seu funcionamento, pois tão importante quanto modelar é verificar sua eficácia em confronto com a realidade histórica.

Também entendo como oportuno indicar que nesta tese não busquei aplicações dedutivas de teorias na realidade investigada, mas promover um diálogo a partir de manifestações empíricas, quando entendi como adequadas as referências da contribuição cepalina do desenvolvimento, da ênfase neoliberal que marca o país desde a década de 1990 da identidade para a compreensão do desenvolvimento do território local.

Conjugar desenvolvimento local com o estruturalismo cepalino foi determinante para que as contribuições deste ganhassem os contornos da dimensão local, alertando a análise para as diferenças de observações voltadas para o que é local, nacional e internacional. Nesse sentido, diferença marcante é que o nível local dos pequenos municípios é tímido na industrialização, sendo a estrutura produtiva mais importante a agrária. Diferença que não desautoriza a análise, pois a agricultura vem crescentemente sendo convertida ao ritmo industrial e foi a partir dela que o desenvolvimento gerou riquezas necessárias para que se desencadeasse o desenvolvimento local.

Nessa dimensão local, pude perceber outra diferença a uma indicação cepalina. Refiro-me ao fato de que não foi a concentração industrial (nem a agrícola) que permitiu a promoção do consumo local de bens duráveis, como identificaram Serra a Tavares para a dimensão nacional. Em SRM, foram os próprios funcionários das fazendas, os comerciantes, os prestadores de serviços e arte da população em geral que o fizeram, a partir do que lhes permitiu a Saromcredi por meio de seus financiamentos.

Também vale destacar que a busca cepalina em migrar a estrutura de poder dos oligarcas agrários para os industriais tem traços distintos. Não só não se pode indicar os maiores agricultores de SRM como de perfil oligarca, como qualquer migração para traços industriais se faz premeditada. A elite local pode vir mantendo o controle do desenvolvimento local, mas de forma distinta do que historicamente marcou o Brasil. Sua ações de

compromisso social têm sido relevantes, embora no todo do processo tenham sido eles os maiores privilegiados por serem os donos dos meios de produção de maior expressão.

Compartilhando esforço de Arocena (2004), dada sua equivalência com o que foi desenvolvido neste trabalho, não pretendo definir macrorealidades generalizáveis e teoricamente adequadas e transferíveis às mais distintas realidades sociais.

Justifico essa postura em reconhecimento ao fato de que nas análises voltadas a processos de desenvolvimento predomina a referência de escalas nacionais e internacionais, como se no nível local estas lógicas pudessem ser repetidas de modo praticamente mecânico. Levando ao que ressaltou Arocena (2004, p. 28), de que "o nível local ignorado em suas especificidades se converteu em um simples recipiente passivo das decisões tomadas no centro do sistema" [84]. Decorre que a única forma de superar esta situação seria mediante a realização de estudos específicos das áreas locais. Baseados num esforço de investigação qualitativa em profundidade para se acumular informações imprescindíveis e gerar o conhecimento necessário das distintas especificidades locais. Pois "o objetivo desses estudos deveria ser lograr um mapa dos distintos processos de desenvolvimento local num determinado país" [85] (i*dem*, p. 28).

Já tendo alertado para o fato de que nesta tese as generalizações possíveis se referem à do tipo analítico-conceitual, reforço, neste momento, que nas categorias conjugadas procurei adequação específica à complexa e peculiar realidade e seus processos concretos. A ideia que me permite relacionar os capítulos desta tese advoga em favor de uma manifestação oposta à dominante, que a partir do centro e de cima para baixo se impõe às frações do território nacional. Assim procedo por que espero contribuir para análises a partir do nível local, diminuindo o peso da regência do pensamento desenvolvimentista gerado nos grandes centros políticos e econômicos.

Nos três capítulos teóricos anteriormente dispostos, organizei-os em função de sua relação de proximidade com o objeto de estudo. Como o foco maior da pesquisa refere-se à dinâmica das relações sociais, parti de discussões acerca da temática do desenvolvimento para, enfim, alcançar as questões que relacionam o ator social local ao desenvolvimento da espacialidade que o cerca, contrariando a prática centralizadora que tradicionalmente

---

[84] Tradução literal para: "El nivel local ignorado em sus especificidades, se há convertido em um simple **recipiente pasivo** de las decisiones tomadas em el centro del sistema" (Grifos do autor).

[85] Tradução literal para: El objetivo de estos estudios debería ser lograr un mapa de los distintos procesos de desarrollo local en un país determinado.

predomina no Brasil. Entre estes dois capítulos, um intermediário, no qual o tema do desenvolvimento foi articulado no contexto do neoliberalismo que tanto impacto trouxe àquela questão e à manifestação da autodeterminação no local de estudo. Dessa forma, circunscrevi a autodeterminação que iniciou o processo de desenvolvimento local diante da contextualização temática do desenvolvimento Latino Americano e a realidade neoliberal que marca o período inicial dos movimentos atingem fluxos e fixos em SRM.

Apesar dessa sequência – desenvolvimento-neoliberalismo-autodeterminação –, para a organização das categorias de análise, iniciei a descrição da categoria "dinâmica de relações sociais", e posteriormente abordar o "desenvolvimento". A principal justificativa se faz em função da sustentação desta tese, qual seja que "os níveis produtivos, econômicos e sociais dos municípios de pequeno porte do vasto território nacional seriam mais bem articulados a partir de uma perspectiva de desenvolvimento marcada por uma dinâmica de relações que favoreça a autodeterminação local**.** Isto é, o elemento promotor da mudança, aquilo que subjaz toda a mudança na realidade local é o conjunto de relações sociais tipificadas pela ideia de autodeterminação. Está na centralidade da orientação dada pela categoria ator social a força para entender a dinâmica das relações sociais do desenvolvimento do local. A intenção foi permitir uma análise que suportasse as singularidades da situação local, mas que percebesse suas regularidades estruturais.

Buscando manter coerência com a perspectiva epistemológica e metodológica discutida no prefácio, a busca pela compreensão do objeto teve referência adicional do trabalho de Arocena (2004), anunciado anteriormente. Compartilho sua perspectiva sobre a dinâmica das relações sociais ocorridas no município, também amparada no conceito de "ator social". Arocena (2004), ainda relaciona quatro subcategorias que identificam as relações pronunciadas, sem representar rupturas com o quadro teórico que organizei, pois o reforça.

Para avaliar o desenvolvimento, duas perspectivas formam a base da observação, uma de ordem econômica, forma clássica de medi-lo, e outra social, buscando aproximar os dados de crescimento econômico à melhoria nas condições e qualidade de vida das pessoas. Influenciado pelo trabalho de Arocena (2004), relacionei-as com quatro modos de articulação da transformação sócio-econômica. A pauta analítica usada como referência à análise é destacada, em resumo, na Figura 3.

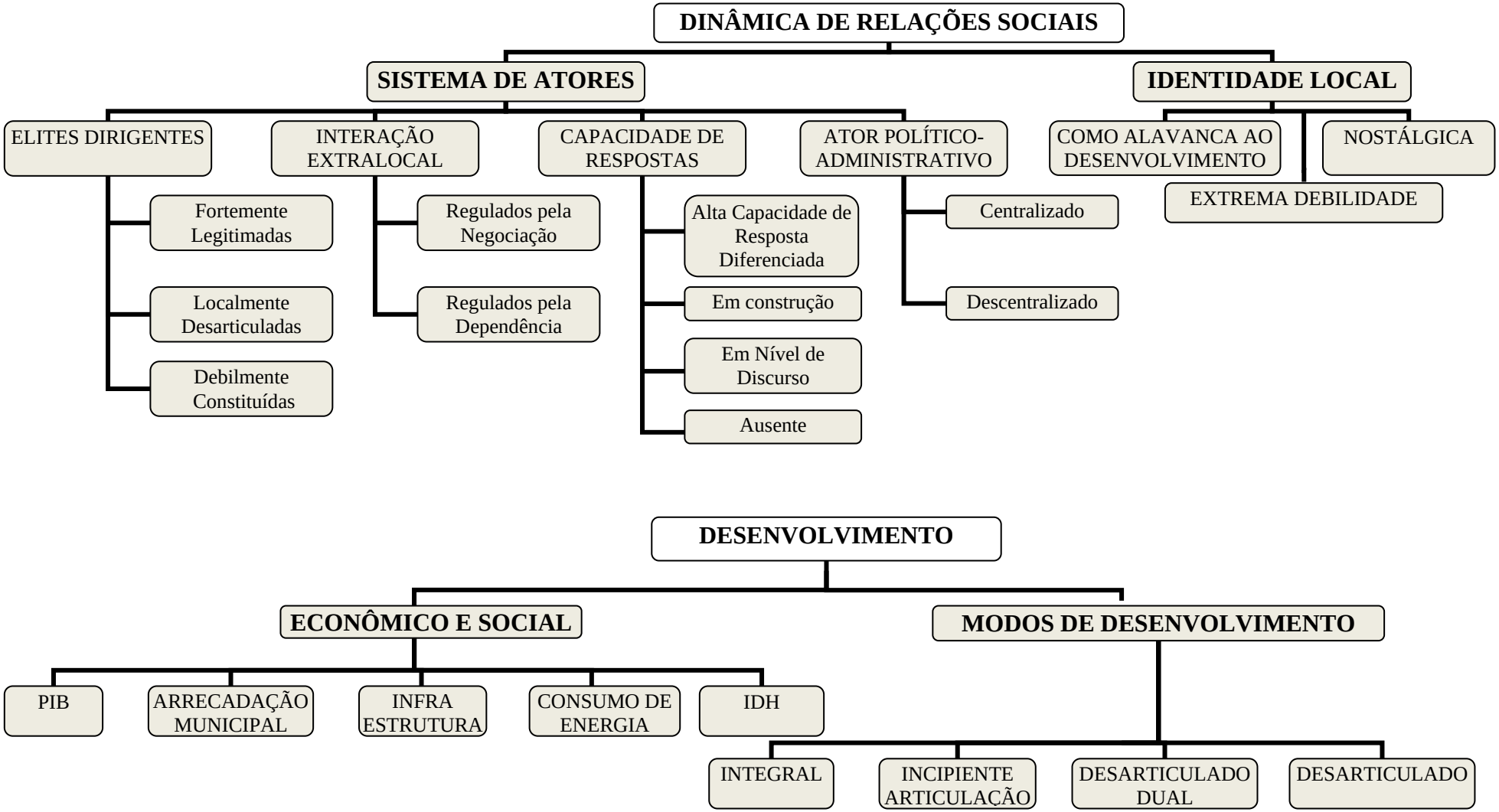


Figura 3: Categorias de análise.

Fonte: O próprio autor.

O extenso quadro teórico organizado tem coerência direta com a categorização de Arocena (2004). Dessa forma, lhes são coerentes todo o arcabouço teórico construído, a partir do qual destaco a indicação de Furtado (1983) sobre a relação entre estruturas, agentes e suas decisões, pois para ele o estudo do desenvolvimento tende a se concentrar na caracterização das estruturas, na identificação dos agentes significativos e nas interações entre determinadas categorias de decisões e as estruturas, como fez Arocena (2004). Esse olhar desperta para os elementos que dinamizam o espaço e toda riqueza do que é dialeticamente condicionante e condicionado.

Da mesma forma age Fischer (2002, p. 13), ao destacar que a análise e consideração do poder exigem foco nas "relações de forças, por meio das quais se processam alianças e conflitos entre os atores sociais, bem como à formação de identidades e práticas de gestão específicas". A autora ainda destaca que embora as manifestações de poder possam ser captadas nas limitadas fronteiras do local, falar de local não significa circunscrevê-lo "à rua, ao bairro ou mesmo à cidade. Portanto, o universo de análise é mais amplo e abstrato, podendo estar relacionado a várias escalas de poder, consideradas isoladamente ou em conjunto, pois "múltiplas escalas estão presentes em projetos de pequeno porte que abrangem um bairro, onde os atores sociais envolvem-se em relações com diversos níveis de governo, comunidades, agentes financeiros locais, nacionais ou internacionais" (*idem*, p. 14).

E antes de discorrer sobre as categorias, destaco comentários já feitos, mas que julgo importante novas menções. É o caso de considerar o ator social como qualquer indivíduo, grupo ou instituição que atue em nível local, sendo, portanto, pelo estudo dos atores que se adquirem as bases de informações necessárias para se entender como planejam o jogo social, como revelou Matus (1996). O autor ainda destaca que o ator social costuma ser pessoas ou grupos, mas neste caso desde que pequenos, e dirigindo ou não organizações, dado que o jogo social é de poucos, não de multidões.

Ademais, que os atores podem ser classificados como pequenos e grandes testemunhas. Trata-se de uma identificação de Voldman (2006), que os diferencia segundo o tipo de ação, o envolvimento e a importância de cada um deles. Assim, recobro que seriam as pequenas aquelas agem mais como meros expectadores, como sujeitos aos acontecimentos e ao peso da história. No sentido oposto estão as grandes testemunhas, reconhecidas como as que são conscientes de seu papel e importância para a mudança de curso da vida social, assumindo, assim, a maior parte da responsabilidade na implementação do projeto. Definição coerente com a ideia de ator social de Matus (1996).

5.1 A categoria de análise dinâmica de relações sociais.

Esta categoria é sustentada por duas subcategorias, uma formada pelo sistema de atores e a outra pela identidade local, ambas, expressões do ator social, aquele indivíduo ou grupo com poder suficiente para programar ações e estratégias causadoras de impacto na dinâmica de relações sociais locais e seus corolários em termos de rearticulação produtiva.

5.1.1 A subcategoria sistema de atores

Foi necessário expressar o ator social na forma de um sistema de atores para reforçar seu próprio significado, compreendido quando visto em meio aos contatos sociais que estabelece, sejam eles conflituosos ou cooperativos.

Assim, o sistema de atores refere-se à totalidade de agentes (individualmente ou organizados) que interferem no processo de desenvolvimento de uma determinada área. Um processo de desenvolvimento é dependente de idealizadores e condutores, de protagonistas de uma história social, geralmente de elites dirigentes construtores de projetos. Como em cada sociedade local há um sistema de relações de poder a ser investigado, assinalar destaque ao papel desses atores permite maior atenção às formas de articulação de todos os atores, sejam locais ou extralocais, cujas ações geram impacto no espaço estudado.

Segundo Arocena (2004, p. 32), a expressão “sistema de atores” de uma localidade refere-se às características das interações existentes entre os diferentes protagonistas dos afazeres locais. Faz-se presente uma complexa rede de atores em níveis de articulação, tanto próprios do local, como deste com o global. Assim, a localidade é estudada a partir de sua especificidade, sem que suas vinculações formais “com as dimensões políticas estaduais e a federal sejam esquecidas”. Em foco, a evolução local do ponto de vista da constituição, desenvolvimento, desaparecimento e reconstituição das distintas expressões econômico-produtivas, sociais, políticas e culturais que conformam a vida social deste espaço (AROCENA, 2004).

Para tornar factível o esforço de análise da realidade local em estudo, as variáveis utilizadas para definir o sistema de atores são as elites dirigentes, a relação com os atores extralocais, a capacidade de elaborar respostas diferenciadas e o ator político-administrativo. As mesmas serão discutidas nos parágrafos que se seguem.

5.1.1.1 As elites dirigentes

Segundo Arocena (2004), os sistemas de atores são fortemente condicionados pela sua capacidade de gerar um grupo dirigente com possibilidades reais para conduzir um processo de elaboração permanente do projeto coletivo. Historicamente, este tem sido um papel exercido pelos possuidores de um conhecimento pertinente a proposta de organização social, geralmente, um espaço preenchido por atores pertencentes ao quadro de elite das sociedades – as elites dirigentes. Além da capacidade técnica, essa elite precisa ter legitimidade para agir em nome coletivo, tendo outorgado reconhecimento suficiente por parte do conjunto do tecido social local. Ter a elite local como protagonista, apesar de ser uma recorrência, não encerra o quadro-referência desta variável para a análise. Isso porque esses atores podem se caracterizar por terem pelo menos três níveis distintos de legitimação, expressando alterações na condução do projeto coletivo e suas decorrências em termos do desenvolvimento local.

Uma das situações a marcar as elites dirigentes é quando elas são fortemente legitimadas. Neste caso, os integrantes da elite atuam no interior de uma lógica comum, afirmando-se como um sistema consolidado e com um bom nível de articulação entre os dirigentes políticos, sócio-territoriais e econômico-produtivos, assim como com os quadros técnicos que os assessoram. Nessas articulações, não há necessidade de criar formas institucionais precisas e âmbitos formais, uma vez que sua base fundamental se dá pela agregação em torno de um projeto de desenvolvimento, da qual faz parte concordante, uma determinada comunidade. A legitimação da elite provém, tanto de sua capacidade de interpretar, o que gera a agregação coletiva, quanto da habilidade de gerar um bom nível de articulação entre os envolvidos.

As elites dirigentes podem se mostrar localmente desarticuladas. Nestes casos, estão presentes grupos dirigentes setorializados, quando, mesmo que a elite local logre um alto grau de dinamismo, não consegue alcançar níveis de coordenação com os demais setores da sociedade local. É o caso de quando uma elite consegue conduzir dinamicamente o setor produtivo, mas mediante frágil coordenação e apoio com lideranças da arena sócio-territorial e sócio-política. Segundo Arocena (2004), em casos como este a sociedade local não consegue formar um sistema de atores capazes de gerar uma elite de natureza essencialmente local-territorial, pois predominam lógicas setoriais. Assim, similar ao que Brandão (2004) identificou territórios propagando suas vantagens comparativas para disputarem as inversões

de capital vindas de fora, quando as elites são localmente desarticuladas é comum o surgimento de conexões verticais, geralmente com os centros nacional ou internacional.

Por fim, as elites consideradas debilmente constituídas. Sua manifestação é mais comum em países com forte tradição centralista que se caracterizam pela debilidade do sistema local de atores. Talvez por herança de uma história com traços semelhantes (sociedades centralistas e pouco afeitas a manifestações de classes sociais inferiores) nos vários estudos de Arocena (2004), na maioria das sociedades investigadas os grupos dirigentes não se haviam constituído num sistema de atores propriamente dito. A existência de atores cujo grau de legitimação permite situá-los como condutores do processo, são, na verdade, especulação teórica, pois nos trinta anos de pesquisa inexistiram observações de uma elite dirigente claramente constituída. Em todas as situações, o processo de constituição de atores é débil e, no melhor dos casos, tem caráter incipiente. Este é mais um ponto de destaque para as iniciativas que priorizam sugerir mudanças na lógica de desenvolvimento que tanto desperdiça recursos locais e busca por mudanças que permitam potencializá-los.

5.1.1.2 Formas de interação com atores extralocais

Os processos de desenvolvimento local têm como dimensão fundamental a relação que se estabelece entre os atores locais e os globais, pois é a partir dessa mescla que o sistema de atores se constitui. Nestes termos, Arocena (2004) verificou duas principais formas de regulação dessa interação, uma baseada na negociação e outra na dependência.

A diferença entre as formas de regulação tem relação direta com a solidez da constituição e legitimação da elite em questão. Sendo mais solidamente constituída, a tendência é que prevaleça uma relação regulada por negociação entre os atores locais e extralocais.

Este é o caso dos sistemas ajustados pela negociação, pois nas situações em que ambos os atores são altamente constituídos e legitimados, é praticamente a única forma de regulação possível. Como premissa, o claro reconhecimento das diferenças de cada um dos lados, como nas relações empresas e bancos de alcance nacional, por organizações não governamentais, por organismos do Estado, por fundações; nas quais os atores locais formam canais de diálogo com estas instâncias extralocais.

Nas situações de ocorrência de sistemas regulados pela dependência, os grupos dirigentes apresentam-se fragmentados, com baixa legitimação, constituição e reconhecimento local, cuja baixa capacidade de negociação leva-os a firmar relações de dependência com os atores externos. O sistema local decorrente deste tipo de interação é pautado pela fragilidade. Assim, mesmo que os atores locais peçam, solicitem e até protestem frente à falta de resposta do nível global, uma vez estabelecidos os contatos eles não têm capacidade e sustentação suficiente para negociar, debater de igual para igual e chegar a conclusões de mútua conveniência (AROCENA, 2004). Uma clara manifestação dessa constatação refere-se à percepção de que a teoria econômica clássica, que instituía as determinações da teoria do desenvolvimento, era incoerente com o que se passava na América Latina. O que fez, portanto, chegarmos a uma teoria da dependência acerca de nosso desenvolvimento. Ademais, é com base nesse tipo de interação local-global que são gerados a passividade, a falta de iniciativa, a atitude de espera.

5.1.1.3 Capacidade de elaborar respostas diferenciadas

Enquanto atores sociais locais, um reconhecimento importante é que a sociedade está submetida a mudanças permanentes, sejam elas advindas das políticas nacionais, do mercado internacional, das transformações tecnológicas e ouros que trazem impactos diretos e decisivos na realidade local. Nesse sentido, é necessário haver consciência suficiente para que as respostas dadas às mudanças que lhes chegam sejam permitidas a partir da lógica e capacidade locais. Essa atitude fornecerá uma capacidade diferenciada a cada um dos grupos dirigentes que se voltam e municiam com as potencialidades locais.

A partir disso, é possível perceber sociedades com alta capacidade de resposta diferenciada. Nelas, podemos verificar que as relações se manifestam mediante o tempo lento identificado por Santos (2007), caracterizando-se como grupos constituídos lentamente, por longo período de tempo no qual foi possível gerar uma trama de relações de diversos níveis. Diferentemente das rápidas operações modernizantes que assolaram diversas cidades brasileiras, naquelas os sistemas sociais tendem a serem diversos, dadas as sucessivas adaptações que exigiam uma nova situação. Nesta sociedade os protagonistas do desenvolvimento costumam cultivar uma relação com os níveis nacionais de decisão de forma a sustentar um projeto que permita certo controle sobre as incertezas geradas, assim como

manter sua capacidade diferenciada de resposta, adaptando-se sem maiores traumas às novas realidades.

Além das sociedades que se caracterizam por ter essa elevada capacidade de resposta diferenciada, há outras em que essa capacidade ainda se encontra em processo de construção. Aquelas que são capazes de responder diferentemente às situações que surgem assim procedem por terem acumulado situações que tornaram possível a formação de uma complexa trama de relações em distintos níveis. No entanto, há outras que ainda se veem iniciando este caminho crescente em complexidade. Como marca dessa construção, está a capacidade de construir um sistema de atores fortemente identificados com a sociedade local, que deve ter a habilidade, não somente de compreender a realidade local e seu entorno (limites e potencialidades), mas ainda uma capacidade de percepção da vida local de forma a definir a orientação que deve ser tomada para o processo de diferenciação. Isso porque nem toda resposta diferenciada é pertinente. Apesar da busca por projetar respostas diferenciadas signifique um passo adiante a ausência de atividade dos que entendem o processo de desenvolvimento como predeterminado, é comum a compreensão desmedida de seus recursos, levando às decisões inadequadas às características locais e dos arredores.

Em muitos casos a diferenciação se manifesta apenas no nível do discurso. Assim, mesmo diante da simplicidade de uma realidade local o discurso dos protagonistas expressa intenções de diferenciações. Segundo Arocena (2004), estes são casos em que houve algum traumatismo que levou à redução do potencial local a expressões mínimas. Por exemplo, sociedades que se desenvolveram em torno de uma grande indústria, ficando basicamente reféns de seus interesses e pouco articulando formas de organizar respostas individualizadas. Nestes casos gera-se um estado de dormência garantido pela suposta segurança que lhes garantia o tecido industrial ou agro-pecuarista, como é praxe na América Latina.

Há ainda um caso mais desafiador ao desenvolvimento local, no qual estão ausentes as referências para a diferenciação das respostas. Trata-se de sociedades fortemente estruturadas sobre solo fértil a produção agrícola ou aquelas que padecem sobre a forma de um imobilismo generalizado. A força da terra como meio de produção abundante à geração de valor atrai os meios técnicos avançados que invadem o cenário local. O entorno, pressionado, identifica formas de especialização decorrente da produção local, fazendo com que todo o sistema funcione por e para o desenvolvimento da atividade dominante. No caso de onde paira o imobilismo, o que se afirma é a incapacidade de promover saída a um sistema extremamente simples. Não havendo uma produção dominante, tampouco uma dinâmica

conveniente à geração de processos que levam às respostas diferenciadas, verifica-se um completo esvaziamento do cenário local.

5.1.1.4 O ator político-administrativo

A lógica do sistema político-administrativo tem histórico de prevalência sobre os processos de desenvolvimento local. Estabelecendo-se por tradição centralizadora, debilitaram a força das instâncias locais, tornando-as apenas transmissoras de mensagens vindas do centro. Embora tenhamos visto proliferar discursos descentralizadores, sua prática ainda é ordinária. Nestes termos, é tema decorrente do sistema político-administrativo a presença das lógicas centralizadas (vertical) e descentralizadas (horizontal).

Um sistema político-administrativo é centralizado quando a lógica dominante é verticalizada, o que pode ocorrer não necessariamente sobre toda a organização política formal do município. Pelo contrário, sua mais assídua manifestação é expressa por vínculos com diferentes setores da administração local. Assim, as diferentes partes que compõem a administração municipal podem relacionar-se diretamente com as agências ou ministérios correspondentes, passando a proceder segundo a racionalidade destas. No conjunto, paira a crença de que há uma forma única de administrar a parte pública, momento em que a centralização das decisões é reforçada, distanciando e inibindo iniciativas próprias de outras partes do município que não o das estruturas formais tradicionais. De modo similar ao que procede no mundo privado, a administração municipal reduz sua área de ação apenas ao cumprimento de serviços urbanos e dotação de orçamentos definidos *a priori* pelas esferas extralocais. A fragmentação típica dessa lógica setorial dificulta a organização de um sistema de ação sensível a todo o desenvolvimento do território local, como é típico na América Latina.

O outro extremo pontua um sistema de decisões que não se estrutura somente em função de uma racionalidade setorial, pois considera uma lógica horizontal sensível à interferência de atores locais nas decisões. Gerando âmbitos horizontais de decisão, diferentes racionalidades passam a fazer presença na formação do desenvolvimento local.

Arocena (2004) assinala experiências de desenvolvimento local em que a administração municipal assumiu um papel de agente de transformação. Sendo o sistema predominantemente centralista, o poder que é próprio deste agente pode resultar em ações

horizontais benéficas ao local. No entanto, o autor aponta casos de um desenvolvimento local dinâmico em que a figura do ator municipal foi ausente, sendo todo o processo impulsionado e dirigido por atores da própria sociedade civil. Nestes casos, ele diz, trata-se de sociedades locais densas, com uma rica história coletiva, que não esperavam benefícios do ator político-administrativo (AROCENA, 2004, p. 37). Apesar de algumas similaridades, as ocorrências em São Roque de Minas guardam diferenças significativas que merecem ser desdobradas. .

Mas, é válido destacar que no movimento derivado pela lógica da horizontalidade duas situações se fazem presentes. Uma refere-se às dificuldades e limites que a lógica centralista impõe à ação municipal, que muitas vezes ultrapassam a vontade e esforço dos dirigentes locais e outras iniciativas neste espaço. A outra trata da própria ausência do ator municipal (prefeitura) nos processos de desenvolvimento da lógica horizontal, parecendo expor a força da tradição centralista na ação municipal.

5.1.2. A subcategoria identidade local

Extrema e diretamente vinculada ao ator local, a identidade é uma expressão que liga o homem a seu território e dá a este o sentido que revelara Santos (1996), do espaço cujo conteúdo é formado por objetos e pela ação do indivíduo.

O espaço local deixa de ser apenas paisagem para conter teor político, o ambiente de expressão dos acordos e conflitos que marcam a vida em sociedade. Nele, estão presentes os vestígios do passado, a história dos homens, seus trabalhos e suas crenças, de onde se extrai a memória coletiva que dá sentido à relação entre o passado, o presente e o projeto de futuro, sendo, jamais, um espaço neutro. Arregimenta-se a suposição de que a volta ao passado pela memória permite o local reconhecer-se em uma história, a sua história (AROCENA, 2002).

Como variável de análise, a identidade local destaca-se no estudo do desenvolvimento local por ajudar a formar uma referência do processo histórico desenrolado no território. Esse conteúdo identitário deve sinalizar, ao menos, os traços e mecanismos de socialização dos indivíduos e grupos que tiveram incidência decisiva no processo de desenvolvimento local.

Ter uma identidade local significa reconhecer-se em uma história coletiva, pois, como afirma Arocena (2004, p. 38), todos os componentes desta identidade somente se explicam se perceber a existência de uma história vivente em cada um dos habitantes da sociedade local. No entanto, destaca, que todo este processo de reconhecimento do indivíduo na história não

tem sentido algum se finda apenas em fins nostálgicos, de resgate ao passado. Assim, só teria sua potencialidade afirmada quando a força desta carga histórica provoca interrogadores sobre o presente e o projeto. Ou seja, a identidade se afirma como alavanca do desenvolvimento somente quando leva à descoberta de possibilidades de agir, uma ação que se torna real quando o indivíduo ou grupo reconhecem a si mesmos como capazes de contribuir para sua comunidade.

Embora possíveis, diante das várias discussões precedentes nesta tese sobre a modernidade, toda essa potencialidade de agir por estímulo a uma identidade local esvazia sua força. A modernidade parece varrer as territorialidades com estímulos a atitudes fortemente conservadoras, não só sufocando como também homogeneizando os costumes, hábitos e modos de conduta de cada localidade.

Falta ainda dizer que Arocena (2004) vem observando que nestes processos de constituição da identidade do ator local a experimentação aparece como etapa necessária. Segundo ele (*idem*, p. 38), novos atores locais têm agido como verdadeiros inovadores, modificando hábitos, modos de vida e formas produtivas por mobilizar as mentalidades locais para atreverem-se a levar adiante experiências arriscadas; onde os fracassos parciais e a remoção de obstáculos se confundem com a história da própria caminhada.

Em síntese, o processo de constituição da identidade local pode manifestar tanto uma identidade promotora do desenvolvimento como ser apenas nostálgica.

5.1.2.1 Identidade como alavanca do desenvolvimento

Sendo uma das dimensões chave do desenvolvimento, as características principais desta identidade, segundo Arocena (*idem*, p. 39), reúnem o passado, o presente e o projeto em uma única realidade interiorizada pelo conjunto dos membros da sociedade. Além disso, são desenrolados em uma realidade cultural na qual se valoriza a inovação, o trabalho e a produção e que assinalam a diferença e a especificidade, pois assim assumem e situam-se em relação a outras diferenças e especificidades.

5.1.2.2 Identidade local de extrema debilidade

Neste caso, a vida em uma determinada sociedade não foi capaz de gerar processos sociais suficientes para formar uma identidade coletiva local. Essa não é a única forma de se manifestar essa condição, pois a sociedade pode até ter tido alguma identidade local em um determinado momento de sua história, mas experimentado uma deterioração da mesma e ainda o desaparecimento das referências identitárias ocorridas. Neste último caso, podem ter se esvaído ao serem postas em questionamentos por algum processo histórico. Segundo Arocena (2004), faltam a esses grupos o reconhecimento de si e o do outro, como atores que formam as referências próprias do local. As Ações modernizantes implementadas podem gerar esse tipo de vácuo identitário, como na organização de transformações produtivas que levam a novos fenômenos e comportamentos. Condições que podem gerar um rompimento com aquilo que expressava a vida anterior, supostamente ultrapassada e desconexa com a nova dinâmica. Mesmo que um novo processo de formação de identidade logre êxito, isso não ocorre imediatamente, gerando um momento de crise de identidade e uma ausência de referências para a articulação necessária a um desenvolvimento mais articulado e agregador dos diversos setores da administração da sociedade local. Nos momentos de nítida carência de referências a uma identidade local, é possível que ela esteja em construção, no entanto, a evolução pode ser ainda mais lenta nos casos em que a população não tem nenhuma história ou referências comuns que os aproximem. Esse é o caso de Arocena (2004), das populações que não têm suas raízes no território que hoje ocupam, pois suas histórias pessoais e coletivas estão relacionadas aos territórios que abandonaram, como ocorre nas periferias e favelas de grandes cidades.

5.1.2.3 Identidade nostálgica

Por outro lado, por ser comum a várias comunidades terem conhecido tempos anteriores melhores que os recentes, seja por verdadeira experiência ou por memória seletiva, também se generaliza a tendência de recordar o passado com um ar nostálgico, logrando ao passado condições de desenvolvimento superiores às do presente.

Esse movimento dificulta, e às vezes até impede a projeção adiante, sendo o futuro pensado apenas como um delineamento de resgate ao passado. Pela perspectiva do desenvolvimento, esse tipo de manifestação representa a própria constituição de barreiras e

limites, cujo esquivo deve tornar-se prioridade, pois não haverá iniciativas com impacto coletivo enquanto não puderem superar tais tendências nostálgicas (AROCENA, 2004, p. 39).

5.2 A categoria de análise desenvolvimento.

Nesta categoria organizei indicadores diretos que permitem perceber, por quantificações, expressões do desenvolvimento econômico e social. No entanto, após a descrição destes, apresento quatro subcategorias gerais para a interpretação do desenvolvimento, a partir da contribuição de Arocena (2004). Mas apesar de priorizar a análise a partir das categorias indicadas a seguir, busquei refinamento nas ideias de territorialização e desterritorialização, de Haesbert (1999), e de verticalização, horizontalização, forças centrífugas e centrípetas, de Santos (1998).

5.2.1 A subcategoria desenvolvimento econômico e social

Em termos econômicos, as referências habituais não serão desconsideradas, mesmo que se restrinjam à aferição de crescimento econômico. Neste caso, será consultado o Produto Interno Bruto (PIB) e sua variação *per capita*, que embora não meça além de aspectos monetários, servirá de referência às contraposições em termos sociais. Nesta dimensão serão buscados dados da produção local nos diferentes setores de sua ocorrência, seja no ambiente rural ou urbano, assim como as arrecadações da administração pública do município. Adicionalmente, e visando complementar mudanças de crescimento no conjunto do município, indicadores de consumo de energia serão consultados (residencial, industrial, comercial e de serviços).

No que se refere ao desenvolvimento social, serão considerados indicadores coerentes com as medições do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), da PNUD. Pois este, além de informar sobre a riqueza (PIB *per capita*), alcança indicadores de longevidade (condições de saúde da população, como a mortalidade perinatal) e de educação (taxa de analfabetismo adulto e percentual de matrículas no ensino fundamental).

Pelas indicações é possível perceber que o desenvolvimento pode ser medido somente pelo IDH, uma vez que este abrange tanto o parâmetro econômico quanto daqueles

relacionadas à dimensão social. Ademais, é um índice consultado em fontes secundárias de fácil acesso. O que pode complementar a avaliação da qualidade do desenvolvimento do local estudado são as condições de saneamento e habitação, assim como a relação entre população ocupada e desempregada.

Adicionalmente, outros três indicadores serão considerados como complementares para a percepção do desenvolvimento local. Mantendo clara e direta relação com modificações na realidade local, são eles:

- Infraestrutura: estrutura necessária para acesso físico ao município, assim como as condições materiais necessárias à organização produtiva local, como as condições da terra, as culturas animais e vegetais e a própria organização das empresas do arranjo, suas máquinas, equipamentos, matérias-primas e espaços;
- Consumo de energia: residencial, industrial, comercial e serviço;
- Disponibilidade de capital: exigências para concessão de crédito, inclusive garantias, a existência de subsídios, as taxas e o tempo concedido ao retorno do pagamento, ou seja, a política de concessão de crédito às empresas locais, assim como sua natureza, pública, privada ou terceiro setor, nacional ou internacional.

5.2.2 A subcategoria modos de desenvolvimento

Assumir que há modos de desenvolvimento significa que regularidades suficientes foram observadas para que fosse possível tal diferenciação. Como conceito central, os modos de desenvolvimento são as diferentes formas assumidas pelas estruturas sócio-econômicas dos territórios locais nas últimas décadas, decorrentes de dinâmicas de relações sociais locais.

Neste nível de análise, é fundamental reconstituir os processos de desenvolvimento local atento às lógicas que fundamentaram as grandes transformações. Distintas modalidades são possíveis a partir das diferentes articulações produzidas ao longo da história na estrutura sócio-econômica de cada local. A variável de referência é o grau de integralidade do desenvolvimento.

Assim, é a partir do grau de articulação das distintas dimensões dos processos de desenvolvimento que se torna possível diferenciar os modos em que se manifestam.

5.1.2.1 Modo de desenvolvimento integral

Nestas áreas, foi desenrolado um processo de desenvolvimento que permita a integração de múltiplas dimensões, quando realizações econômico-produtivas estão articuladas com aspectos sociais e culturais. São presentes interações que tornam possível uma visão global da sociedade local. Conforme explica Arocena (2004, p. 30), o êxito do processo de desenvolvimento local está fortemente associado ao caráter integral do mesmo.

5.2.2.2 Modo de desenvolvimento de incipiente articulação

Neste ponto são contemplados os casos possíveis de perceber locais que mostram sinais de estarem orientados rumo a um processo integral de desenvolvimento, mas que em determinado momento apresentam decomposições. É um caso híbrido, pois são visíveis os sinais de integralidade e os vestígios de dissolução.

Segundo Arocena (2004, p. 30), nestas ocorrências há a tendência à integração a partir da incorporação de um novo ciclo produtivo com potencial significativo para o desenvolvimento local, gerando uma dinâmica que pode vir a significar um desenvolvimento integral. Como em sua fase inicial a possibilidade de gerar um projeto local articulado é pequena, torna-se fundamental a presença e ação de um agente imbuído da concepção de desenvolvimento integral.

5.2.2.3 Modo de desenvolvimento desarticulado dual

Há, ainda, localidades marcadas por formas de desenvolvimento com a presença da dualidade entre um polo economicamente dinâmico e uma realidade social fortemente desarticulada. Geralmente, a economia local conta com processos de acumulação importantes, com complexos agroindustriais e/ou industriais cujo crescimento está relacionado com fatores exógenos. Portanto, o destino dos excedentes não necessariamente se volta para a sociedade local estimulando a geração direta de serviços e comércios, mas reverte-se ao próprio complexo produtivo ou direciona para espaços extralocais.

Outra manifestação comum são realidades justapostas – (rural-urbana) – com baixo nível de intercâmbio, uma vez que costuma se tratar de produção de *commodities* destinada à

indústria de processamento ou a outros mercados. Os vínculos dessas indústrias com a sociedade local é mínimo, mantendo seu desenvolvimento em paralelo sem que haja pontos de contato significativos com aquela sociedade.

5.2.2.4 Modo de desenvolvimento desarticulado

Em uma expressão oposta ao que define um modo de desenvolvimento integral desarticulado estão presentes várias atividades de pequena envergadura que coexistem sem uma organização que os alinhe, que os dê uma ordem de convivência. Assim, cada uma das dimensões do desenvolvimento – econômica, social, cultural – tomam caminhos distintos, gerando uma grande dispersão de pequenos esforços.

Como revela Arocena (2004, p. 31), a partir de suas observações, em alguns dos casos estudados coexistem atividades diversas de maneira desconexa como o turismo marginal, o contrabando, a criação de animais de pequena escala, pequenos armazéns, a apicultura artesanal, o microcomércio, etc. Por outro lado, em uma linha totalmente separada, desenrolam-se atividades sociais e culturais de certa relevância. Um conjunto que não constitui um sistema capaz de apresentar um projeto integral de desenvolvimento.

Encaixam-se ainda neste caso aquelas pequenas cidades rodeadas de grandes extensões de terra, cujos proprietários não destinam os excedentes ao local, minando a capacidade da estrutura produtiva local converter-se em um num processo articulador. Em tempo, esta situação diferencia-se do desenvolvimento desarticulado dual pelo fato dos proprietários de terras, aqui considerados não terem, necessariamente, em suas propriedades, produções dinâmicas. A barreira que geram ao desenvolvimento articulado local diz respeito ao domínio da terra enquanto meio de produção e valor.

VI. DA ESCASSEZ À ADUNDÂNCIA PELA AUTODETERMINAÇÃO LOCAL

As evidências sobre as mudanças que levaram São Roque de Minas a sair de uma condição de estagnação econômica e social para outra bem distinta, marcada pela opulência produtiva, intensos fluxos financeiros e melhores condições de vida, serão o objeto do próximo capítulo. Pois nele é que dedicarei a evidenciar a categoria o desenvolvimento. No entanto, como o objetivo maior da tese se refere ao processo que tornou o desenvolvimento possível, torna-se fundamental entender como foi dinamizado, ou seja, as decisões que o tiveram como resultante. Por isso me dedico, no presente capítulo, à análise das subjacências dinamizadas pelo sistema de atores locais.

Para tanto, reuni minhas percepções sobre a dinâmica de relações sociais locais que permitiu a materialização do desenvolvimento de São Roque de Minas desde o início da década de 1990. Baseando-me nas observações que fiz no local de estudo, nos depoimentos obtidos nas entrevistas e nos dados secundários coletados deparei-me com as relações sociais interferentes no processo de desenvolvimento que me permitiu a cogitação da ideia de autodeterminação local.

Partindo da constatação de que a maioria dos processos de desenvolvimento predominantes que alcançam nações periféricas são expressões da hegemonia econômico-política de nações centrais, as diferenças de nacionalidade, de raça, de cultura, enfim, de territórios tendem a ser desconsideradas. Nesse sentido, os processos de desenvolvimento mimetizam-se, levando a uma visão uniformizadora e redutora de possibilidades. No lugar de serem múltiplas, as manifestações desse processo refletem um desenvolvimento cujo amparo principal é dado pelos princípios da racionalidade econômica. E não obstante haja opressão sufocante das singularidades, particularidades e identidades nacionais, regionais e locais, (fontes potenciais para se gerar novos modelos de desenvolvimento) são crescentes as manifestações distintas da prevalecente. Um ponto crucial na viabilização dessas novas visões é o próprio resultado do modelo tradicional, que vem se apresentando autosabotador, pois em seu próprio movimento desintegra-se.

Tornadas frequentes e crescentes, as manifestações de marginalização e exclusão econômica e social pedem por novas formas para se contornar o número de vítimas em tantos lugares. Neste ponto, são relevantes quaisquer experiências que apontem novas direções, que sejam evidências concretas e viáveis para promover um desenvolvimento mais integrador.

Nesta tese o esforço é pretender o desenvolvimento em sua perspectiva local, entendido como relevante na medida em que exprime confrontos importantes com a organização teórico-empírica de ordem macro que caracteriza a relação da esfera local com a extralocal. A perspectiva de desenvolvimento local, já abordado como tema menor, praticamente desconsiderado no debate sobre desenvolvimento, é debatida na intenção de afirmar a posição de Santos (2000), Dowbor (2006a) e Arocena (2004). Pois defendem que o tema pode estar circunscrito em uma perspectiva que permite construir a sociedade desde baixo, desde as diferenças presentes em cada territorialidade, desde o ser humano e suas múltiplas expressões manifestas, principalmente, no seu entorno cotidiano e imediato.

Na análise busco sinais dos primeiros movimentos que levariam à reversão do quadro de estagnação intensificado e generalizado com a saída do único agente financeiro da cidade, no início da década de 1990.

Para proceder à análise, foram intensas recorrências minhas aos depoimentos que obtive no processo de coleta de dados com as entrevistas. Nestes termos, adianto que as falas aqui transcritas não só foram escolhidas por serem representativas de impressões que se mostraram reincidentes nos depoimentos, como partem de pessoas que estiveram próximas ao movimento que dinamizou a rearticulação produtiva local. As transcrições citadas se referem, dessa forma, pessoas que têm parte de sua identidade relacionada ao esforço de recuperação da economia local por meio da institucionalização da Saromcredi e dos passos que daí se segue. São, portanto, coerentes com a ideia de grande testemunha de Voldman (2006), pois guardam em si a consciência de seu papel e importância para a mudança de curso da vida social, construído sua identidade a partir de uma ação voluntária e consciente.

Como nem todos entrevistados tiveram o mesmo peso e importância na ação voluntária, adianto a identificação que permite diferenciá-los. Como mais destacada testemunha, indico João Carlos Leite, líder do processo de desenvolvimento e implementação do projeto de futuro. Além dele, também estiveram diretamente relacionados como processo o Sr. José Leite, a Sra. Maria Bernardes, Antônio Francisco de Faria, todos membros fundadores da Saromcredi. Não participaram como fundadores, mas também tiveram participações diretas desde o início do projeto a Dona Renilda e Antônio Gualberto de Faria, conhecido em São Roque como Tomate. Os demais entrevistados vivenciaram os acontecimentos, mas com participações menos diretas. Um quadro resumo dos entrevistados, assim como a indicação de suas principais ocupações e relação com o projeto são indicados no Quadro 2, no Apêndice Metodológico.

A partir dessas considerações, desenvolvo este capítulo partindo das entrevistas para analisar a dinâmica social local mediante a articulação de duas subcategorias, a que aborda o sistema de atores e a que vincula a dinâmica que empreendem com a identidade local. Seus respectivos indicadores, abordados no Capítulo Cinco, serão considerados para a sequência da análise. Antes de iniciá-la, entendo que é apoio esclarecedor uma descrição prévia da situação que lhe é precedente, pois nela estão presentes os fatores que vieram determinar o esvaziamento dos fluxos econômicos locais e obscurecer as perspectivas de futuro.

6.1 Antecedentes: formas e ações no território de São Roque de Minas

Como típico no desbravamento do vasto território nacional, em São Roque de Minas os primeiros contatos humanos aconteceram entre os Índios Cataguases, nativos da região, e os bandeirantes, que os dizimaram, como de costume. Posteriormente, chegaram à região os negros, fugidios do trabalho escravo da redondeza que, aproveitando as férteis terras dos arredores do Rio São Francisco, formaram seus quilombos. Em torno da segunda metade do século XVIII, após muita resistência, a violência volta a predominar sobre os negros por ordem do governo das Gerais. Inicia-se a formação de um povoado de mestiços e brancos provindos de minerações das vizinhanças, então em decadência (FARIA, 2007).

Como na maioria dos municípios brasileiros, o povoado é erguido tendo por referência um templo religioso, neste caso, uma capela em honra do que viria ser o padroeiro da cidade, São Roque[86]. Isso, em 1762. Mas, é só em 1858 que o proprietário da fazenda efetiva a doação das terras que formaria o patrimônio da futura São Roque de Minas. Dos inúmeros passos que se seguiram, destaco dois momentos.

Um, refere-se à denominação de distrito, adquirida em 1891, quando passa a pertencer ao município de Piumhí (FARIA, 2007). A relação deste e o então distrito gera, no decorrer do tempo, uma imagem pejorativa aos sanroquenses, manifestação típica do Brasil entendido como atrasado, de gente da lida arcaica com a terra, o rural em essência, que a modernidade buscada pelo país insistia em alimentar. Este ponto[87] voltará às análises em duas situações, ambas marcando reversões antes inimagináveis ao pumhienses.

---

[86] O Padroeiro São Roque é reconhecido por sua proteção ao gado e suas doenças contagiosas e contra as pestes.

[87] Também chamo a atenção para o fato de que em 1802 a capela de São Roque passa a pertencer à freguesia de Bambuí para, em 1823, passar a pertencer à de Piumhí (FARIA, 2007).

O segundo momento que destaco é a criação do município de São Roque de Minas, em 1962. No entanto, em 1938 a Vila de São Roque foi definida como sede do município de Guia Lopes, ficando, assim, desmembrada de Piumhí. Mas, já no início de 1939 promove-se a união de toda a área, quando passa a ser identificada como Município de Guia Lopes, homenagem a José Francisco Lopes, nativo da região que atuou como guia das tropas brasileiras durante a "Retirada da Laguna" [88]. Enfim, em 1962, após plebiscito, o Município de Guia Lopes tem sua denominação alterada para São Roque de Minas, para distinguir de um homônimo no Estado de São Paulo.

São Roque de Minas torna-se município com uma área total de 2.106,7 Km^2 na região do Alto São Francisco, no sudoeste de Minas Gerais. Localizado a 824 metros de altitude e tendo 30% de sua topografia plana, a mesma proporção ondulada e 40% montanhosa, conta com os povoados de Sobradinho, Vargem Grande, Leites, Serrinha e Buracas. Distancia-se 322 km de Belo Horizonte, 675 km do Rio de Janeiro e 595 km de São Paulo. De SRM, as principais rodovias que servem de acesso à capital mineira são a MG 050 e a MG 341. Os municípios que lhe são limítrofes são Medeiros, Tapira, Sacramento, Delfinópolis, São João Batista do Glória, Vargem Bonita, Piumhí e Bambuí.

Pertencentes a São Roque, são localidades de destaque a Buracas, região do entorno da Serra da Canastra onde se destacam as plantações de café e milho; Leites, pequeno povoado com destacada produção de café e fabricação do Queijo Canastra, e ponto privilegiado para se avistar algumas cachoeiras da região; a Serrinha, também conhecida pela fabricação do Queijo Canastra, que tem bela vista do paredão norte da Serra da Canastra e três de suas cachoeiras; e os distritos de São José do Barreiro, local de onde pode se avistar os 186 metros da cachoeira Casca D´Anta, primeira queda do Rio São Francisco, e São João Batista da Serra da Canastra, localizado perto da portaria 2 do Parque Nacional da Serra da Canastra (PARNA Canastra) (a portaria 1 é em São Roque de Minas) e se mantém alinhado com a tradição local, produzindo Queijo Canastra e mantendo-se pela agricultura de subsistência e o turismo ecológico (BIZERRIL, SOARES e SANTOS, 2008).

As condições da região de São Roque de Minas e seu entorno são favoráveis à agricultura, pois além das temperaturas amenas, com máximas de 30º e mínimas de 20º (compensadas 25º), tem grande oferta de água, dado que é banhada pelos rios São Francisco (local de sua nascente), Santo Antônio, Samburá, Araguari do Peixe e outros de menor porte.

---

[88] Episódio da Guerra do Paraguay, também identificada como Guerra da Tríplice Aliança, na Argentina e no Urugay, e Guerra Grande, no Paraguay, que durou de dezembro de 1864 a março de 1870.

Tendo sido exposta essa breve radiografia da cidade, recuperando algumas informações básicas ao seu respeito, sigo para expressões que mesclam ações e formas e que, assim, caracterizam o território.

Os atores que neste espaço materializam a condição de suas vidas não se diferenciam do que nos revelou Ribeiro (2006). São, pois, resultante das matrizes branca, negra e indígena que, em São Roque, também se fazem notar e formar essa etnia nacional "diferenciada culturalmente de suas matrizes formadoras, fortemente mestiçada, dinamizada por uma cultura sincrética e singularizada pela redefinição de traços culturais delas oriundos" (RIBEIRO, 2006, p. 17).

Para ser mais preciso, o povo de São Roque de Minas não se faz multiétnico, diferenciado em antagônicas minorias raciais vinculados às lealdades étnicas próprias e disputantes de autonomia frente à nação, como se referia Ribeiro (2006) ao povo brasileiro. Embora fosse um povo formado pela mistura do índio, dos quilombolas e dos bandeirantes brancos. Da origem indígena, passando pela chegada dos negros e dos bandeirantes, a concepção dos municípios que hoje formam a região os ciclos econômicos não se alteraram muito.

A economia de São Roque de Minas sempre foi fortemente baseada na pecuária e na agricultura. Em quase toda sua história, as produções agrícolas foram de pequeno porte, de subsistência, pois eram basicamente voltadas para o sustento das famílias locais. Predominava o cultivo de café, feijão e milho, sendo este último essencialmente destinado ao trato do gado de leite, fomentando a produção do queijo artesanal local, conhecido como Queijo Canastra. Mas, como no geral a produção agropecuária era insuficiente frente à demanda local, boa parte dos bens necessários à alimentação era importada de outras regiões.

Além da alimentação, a cidade era dependente de praticamente todos os demais bens de consumo não-duráveis e, claro, duráveis. Nesse contexto, era figura decisiva à economia e à vida local a figura do queijeiro. Em torno dele, um sistema de funcionamento peculiar, formado por ele (que era o comprador), pelo produtor de queijo e pelo consumidor final, geralmente de São Paulo. Como quase nenhum dos produtores tinha carro, os queijeiros tinham papel ímpar para o funcionamento desse sistema. Eles iam às propriedades e as famílias que viviam em cada uma delas, por saberem que eles logo retornariam para novas compras, os usavam como intermediários para os bens de consumo necessários ao dia-a-dia. Com as listas de compras ampliadas pelos pedidos dos funcionários das fazendas, os queijeiros assumiram um papel comum aos dos caixeiros-viajantes. Conforme identificam

Carvalho e Leite (2004), ainda em 2004 eles tinham peso importante na economia da região, somando cerca de 80 pessoas.

Assim que São Roque de Minas passou a liderar o comércio de queijo na região, especialmente em função da boa produção de leite da cidade, parte expressiva do dinheiro que os queijeiros traziam de municípios vizinhos era depositada na MinasCaixa, sua principal e, na maioria das vezes, única agência bancária da cidade. O Queijo Canastra[89], além de esteio à economia local também é uma de suas importantes expressões culturais. É produzido a partir de massa crua (leite cru) de forma inteiramente artesanal. Só recentemente a mecanização foi utilizada, mas apenas na ordenha do gado. Seu sabor e consistência são peculiares, decorrentes da mestiçagem do gado e da pastagem do cerrado local.

A produção de queijo na região da canastra data do século XVIII, e vem resistindo aos apelos da mecanização e procurando adequar-se ao que impõe a legislação, rigorosa com leites à base de leite cru. Assim, observei que grande parte dos produtores ainda mantém a produção nos moldes do passado. No mais, "é um produto fabricado de leite cru e integral da vaca. Cultura láctea natural (pingo), coalho e sal. O clima local contribui para o processo de maturação, o que garante sabor e coloração inconfundíveis ao produto" (BIZERRIL, SOARES e SANTOS, 2008, p. 73). E procurando não afastar-se das características que lhe trouxeram reconhecimento, alguns produtores já começam a usar as novas tecnologias e equipamentos, aliando o paladar distintivo do queijo com requisitos de segurança sanitária.

Em Minas Gerais, cerca de 30 mil famílias sobrevivem da produção de queijo. Em São Roque de Minas são cerca de oitocentos e cinquenta famílias fabricando 1.600 toneladas por ano. O que representa aproximadamente 90% dos produtores de Queijo Canastra, número significativo se comparado aos municípios vizinhos Bambuí (10%) e Piumhí (17%). A maioria dos produtores é de pequeno porte, e consomem entre 80 e 200 litros de leite por dia. Abastecendo, além do mercado local, os regionais e estados vizinhos, como é o caso de São Paulo, seu principal comprador (BIZERRIL, SOARES e SANTOS, 2008).

Para reforçar a marca do queijo local, foi realizado um acordo de cooperação entre o Brasil e a França para promover a Identificação Geográfica e valorizar o produto e a região. Em atividade desde 2000, este esforço pretende "fortalecer a Associação Regional dos

[89] A partir do queijo canastra, são expressões culturais locais os derivados Pão de queijo (misturado com polvilho), João Deitado (com mandioca ralada), Ameixa de Queijo (um doce) e Mexido de Queijo (típico no café da manhã). Outras expressões de destaque da cultura local são as festas regionais, como as dedicadas aos Padroeiros, o Congado, a Folia de Reis e a Festa dos Três Reis.

Produtores de Queijo Canastra (APROCAN), valorizando a cultura local, o histórico, o saber fazer, o produtor e a fama da região". O que se busca é fortalecer a identidade local (*ibidem)*.

Assim como o queijo, algumas expressões da cultura local costumes e tradições permanecem vivas, como o uso do fogão à lenha, que não está restrito aos restaurantes de comida típica de Minas, mas das próprias residências (urbanas e rurais). Do mesmo modo, são comuns charretes, cavalos e carros de boi, ideais aos acessos locais, melhorados depois que as pontes chegaram, pois antes o tempo dos percursos era indeterminado. Produtos como açúcar, dependentes de fora, eram supervalorizados (BIZERRIL, SOARES e SANTOS, 2008).

Outra atividade de grande importância para a região, e que segundo alguns tem potencial ainda inexplorado, foi o garimpo de diamantes. Surgiu no início do século XX (década de 1930), especialmente nas minas de Vargem Bonita e São Roque de Minas, neste caso com foco em São José do Barreiro, o garimpo foi responsável pelo primeiro ciclo econômico local. Atraiu pessoas de vários lugares do país e continuou ativo até 1983, quando o IBAMA interditou a atividade nestas duas cidades, lacrando as máquinas e indicando policiamento e severas sanções ao descumprimento da lei. As águas do Rio São Francisco apresentavam sinais de comprometimento às futuras gerações (FARIA, 2007). No auge do garimpo, entre 1940 e 1950, São Roque de Minas chegou a ter mais de doze mil habitantes (BIZERRIL, SOARES e SANTOS, 2008).

Na economia local, o fechamento das atividades de garimpagem teria sido a primeira experiência de significativo impacto. Afinal, tratava-se de uma das principais atividades remuneradas na região. Dessa forma, pairava no ar a indagação do que fazer daqueles que só sabiam garimpar? Mas, como diz Faria (2007, p. 73), "aos poucos os garimpeiros foram se adaptando a novas profissões, como retireiros de fazendas, boiadeiros, plantadores, tratoristas rurais, serviços nas lavouras cafeeiras, produção de artesanatos e outros mais"**.**

Mantinha a economia local, além do garimpo e da produção agropecuária, o que costuma ocorrer na maioria dos pequenos municípios brasileiros, ou seja, os salários dos funcionários públicos e dos aposentados. A economia de São Roque de Minas movia-se pela simplicidade da parca produção rural e as correspondentes trocas necessárias à vida simples. Foi assim, baseada na agricultura familiar, essencialmente de milho, café e feijão, insuficientes à demanda local, além da pouco expressiva criação de gado de corte e da passagem pela garimpagem, que São Roque de Minas seguia seu caminho até a virada da década de 1980 para 1990. Até então, apenas a pecuária permanecia ativa, dada sua necessidade à produção do Queijo Canastra, única produção que chegava a ser exportada.

6.1.2 Escassez e falência eminente em São Roque de Minas

O destino das poucas economias geradas com a produção agrícola e as módicas transações comerciais locais costumava ser um dos poucos agentes financeiros da cidade formalizados como agência, a MinasCaixa. Mas, antes abordar o fato que teria sido o centro da convulsão social e econômica local (o fechamento da última agência bancária da cidade), que deixaria pairar sobre a cidade a decisão de abandono para outros territórios, abordarei, agora, outro fato com contribuição direta ao enfraquecimento da vida local. Refiro-me à criação do Parque Nacional da Serra da Canastra (PARNA Canastra).

6.1.2.1 A criação do Parque Nacional da Serra da Canastra

O que poderia levar à satisfação, dadas as premissas de preservação vegetal, animal e de recursos hidrominerais que costuma significar a criação de um parque, o PARNA Canastra não foi assim recebido pelo povo de São Roque de Minas. Criado em 1972, com o objetivo declarado de proteção às nascentes do Rio São Francisco, o parque tem 71.525 hectares e 173 km de perímetro, e abrange terras dos municípios de São Roque de Minas, Sacramento e Delfinópolis (FARIA, 2007).

A subida ao chapadão da Serra da Canastra com o gado local era comum um costume arraigado na prática da pecuária da região. No período chuvoso, no qual a pastagem crescia, o gado permanecia na parte baixa, nas fazendas. Na seca, a busca pelo pasto, que florescia com a queimada no alto da serra, era movimento de décadas, já naturalizado. As palavras de Onésio do Gabriel nos soam úteis para entender o uso dessa área.

> Essa história... Aí, por exemplo, em cima aí, você conhece aí, não é? Pois é, ali chegava nessa época, mês de julho [...] o sujeito colocava fogo ali. Que aquilo ali nunca passou daquilo, toda vida foi aquele capinzinho [...], nunca mudou, aquilo nunca teve mata, nunca teve nada [...]. Eu tinha um irmão, por exemplo, que tinha muito chapadão ali, levava muito gado pra lá. Então, ali colocava fogo nessa época, e dali a quinze dias aquilo brotava que você precisava ver como é que ficava. Ninguém acreditava, por que com esse tempo seco assim o pessoal pegava o gado e levava pra lá [...] tirava leite lá [..] o pessoal quase tudo aí fazia isso. O gado aqui da região ia quase tudo pra lá, era desse jeito, viu? Então ficava lá, como se diz, o mês de julho, agosto, setembro, outubro. Chegava mês de novembro, começava a chover. Daí esfriava, por causa da chuva. Então, já pegava a chover e o pessoal já trazia o gado pras fazendas. Então, tinha descansado as pastagens cá em baixo, o pasto já estava bom.

A princípio, seria difícil apontar quais problemas agravariam tanto a economia de São Roque de Minas, pois a exuberância da natureza local, uma vez preservada pela tutela de um

parque, só ajudaria ajudar. Mas, as palavras de Onésio ajudam a esclarecer a realidade do momento.

Percebo que os pequenos pecuaristas locais não se encontravam preparados para uma súbita mudança de hábito, tampouco esperar deles qualquer tipo de alternativa. A prática não exigia investimentos, apenas deslocamentos, pequenas migrações esperadas em parte do ano. Por isso, a proibição do uso das pastagens da serra trouxe tamanho impacto à economia local. Ademais, o valor determinado pelo governo federal na compra de cada hectare de terra ainda hoje revolta os sanroquenses. O projeto militar de desapropriação traz más recordações, em razão das indenizações oferecidas. O valor fora definido *a priori* e sem chances de questionamentos.

> E iam pagar uma mixaria. Eu mesmo tinha um irmão, que já é falecido, ele tinha muito chapadão. E recebeu na época, três mil e quinhentos cruzeiros. [...] Ele não queria receber daqui a vinte e cinco anos [...] pegou, e disse: melhor viver sem isso, viu? [...] Tem uns que não receberam até hoje. [...] Agora tem uns que receberam uma nota violenta. Aqui tem um velho, que mora perto do hospital, numa casinha lá, que tinha muito chapadão, que tinha muito gado. Um dia meu irmão mesmo comprou cento e cinqüenta bois dele, comprou trezentos e cinqüenta dele, fez quinhentos, vendeu para um camarada lá em riba, e levou tocado pro lado de Sacramento [...] Mas hoje ele ta lá numa casinha lá, que você chega na casinha e, como diz o outro, ele está vivendo de aposentadoria. [...] E daí foi um prejuízo para o município que foi uma coisa fabulosa, viu? Na época, eu vou te falar, viu? Teve muita gente que investiu pra outra banda, tudo bem, mas teve muitos que ficou e num pagou, o pior foi isso, viu? (Onésio do Gabriel)

Na primeira viagem a São Roque de Minas, em conversas informais, recebi o depoimento de uma filha de fazendeiro da cidade que a desapropriação foi baseada no valor de um "lápis *Faber Castell* para cada hectare". Já o comentário feito na citação acima "uma nota violenta" refere-se às indenizações postergadas, obtidas recentemente, após amparo de um grupo de representantes ministeriais e deputados sensibilizados com as reclamações dos prejudicados. Neste caso, houve ressarcimentos que passaram de um milhão de reais, e que acabaram nas contas da cooperativa de crédito, mas isso é pauta para um debate posterior.

A desapropriação de grande área da espacialidade local para a criação do parque estremeceu a economia. Antônio do Chico nos ajuda não só a reafirmar isso, como revelar mecanismos que, previamente, teriam criado as condições para as desapropriações a valores módicos. É difícil identificar a intenção dos representantes do INCRA ao sugerirem aos fazendeiros o registro das propriedades a baixos valores, mas o fato é que se cria, a partir desse ponto, o precedente suficiente para a definição dos valores das desapropriações.

Quando criou o parque, em setenta e dois, São Roque regrediu. As desapropriações, as indenizações irrisórios, por que o pessoal declarava as propriedades junto ao INCRA. E, engraçado, tem um fator interessante. Os fazendeiros que tinham fazenda para aqueles lados usavam só três meses do ano, de julho a setembro, por que de julho a setembro as pastagens acabavam, e lá nessa época fica verde, então eles levavam o gado pra lá, pra tirar leite. Então só soltava três meses, ficavam nove meses sem nada, ocioso. Eles acharam que os impostos estavam muito pesados, aí fizeram uma reunião aqui e veio o representante do INCRA. Disse: então faz o seguinte, [...] faz uma declaração de correção e jogam um valor irrisório para a fazenda que o imposto é baseado em cima do declarado. [...] Colocaram um valor irrisório. Até hoje acho que esse funcionário já veio preparado. Essa terra ninguém sabia que seria desapropriada, isso foi uns seis anos antes. Colocaram valor irrisório. [...] Aí, uma propriedade que valia um milhão de reais a desapropriação deu oitenta mil reais. [...] Aí, nós ficamos um período de vacas magras mesmo.

Antônio ainda revela que o fato se agravou quando foi noticiado que o pagamento seria no prazo de vinte anos, e em títulos do governo. Várias pessoas, neste caso, venderam a terceiros tais títulos a 25% do valor adquirido, recebendo, assim, um valor simbólico pelas terras que lhes garantiram o sustento familiar. Quanto à retirada dos que insistiam em ficar, dado o apego a terra, seus meios de sustento, o ritmo foi dado pelas baionetas e pontapés dos policiais que, de fora, chegavam a São Roque de Minas para cumprir ordem do governo fardado. A violência utilizada acrescentou à história do local um capítulo ao tema que havia sido encenado com os índios cataguases e os quilombolas.

Como dito, o parque teria sido, assim como foi com o fechamento do garimpo, mais um agravante à situação da economia local, e ao mesmo tempo, um novo elemento a tipificar ações pré-determinadas à revelia das necessidades, práticas e costumes locais. E ainda em relação ao tema, recorro ao depoimento de André Picardi, que ajuda a condensar a questão.

Uma coisa que foi muito ruim para o município no passado. Que foi a criação do Parque Nacional. Então acho que quando agente olha a economia de São Roque de Minas do início da década de setenta pra cá, agente enxerga que lá no comecinho, dos anos setenta, quando criam o parque nacional e depois com a implantação dele, que o PIB daqui cai de uma vez, despenca, agente perde boa parte da nossa área produtiva, da área de pastagem, o rebanho daqui deve cair, na época, pela metade do que ele era, há uma queda no rebanho; perde a área, aqui era pecuária extensiva. De repente o município perde [...] quarenta e cinco, cinqüenta mil hectares da área do município. Esse gado não tinha onde ficar. Esse gado desapareceu daqui. Houve uma queda na produtividade, houve um empobrecimento, assim como aconteceu em Vargem Bonita depois, nos anos oitenta, noventa, com o final do garimpo. Agente aqui também teve essa nossa crise.

Com a redução do rebanho bovino em São Roque de Minas, as consequências advindas da criação do Parque Nacional ficaram mais nítidas. A chegada do novo período de seca expôs o despreparo do pecuarista local, quando era comum a morte de animais por fome. Não se praticava a alimentação com ração ou mesmo a armazenagem em silos para o período de poucas águas. Essas informações, especificamente, relatadas s por um senhor que não teve uma cabeça de gado, ou cultivo de qualquer lavoura.

A agricultura era utilizada apenas para a sobrevivência e a única atividade que ainda gerava algum movimento financeiro era a produção de Queijo Canastra. Assim, começaram tímidas iniciativas com a lavoura de café e de milho. Esta última, como decorrência de uma nova forma de pensar a agricultura local para enfrentar os meses de seca, o fomento da agricultura local, cujas culturas seriam importantes fontes de renda para o município. Mas, no momento do fechamento do parque, tudo ainda se fazia a ritmos mais condizentes com o da agricultura familiar do que com o da média ou grande plantação. Isso aproximadamente em 1976.

Com o café começava a haver progressos e alguns vizinhos começaram a se arriscar. Mas não era fácil conseguir empréstimos no Banco do Brasil, destino mais comum quando se pensa em financiamento agrícola, além de exigir o deslocamento do interessado para Bambuí ou Piumhí, sendo um desafio talvez maior do que ter uma lavoura.

> Aí o pessoal já começou a tentar plantar lavoura de café. [...] Mas plantar o café num sistema moderno [...]. Aí, mais ou menos em mil novecentos e setenta e seis, por aí [...] é capaz de serem umas cinco, seis lavouras, que já tinham sido plantadas no sistema moderno. E outros começaram a copiar. O meu vizinho lá está ganhando dinheiro, ele não tinha nada, agora vendendo café está tendo. O pessoal começou a copiar. Um vizinho copiava do outro. (André Picardi)

Quando comentei que poucos fazendeiros tinham dinheiro para iniciar tal plantação, ele interrompeu e disse que “eram pouquíssimos”, e sendo o dinheiro muito escasso, eles iam ao Banco do Brasil. Como tinham costume de plantar com métodos bastante rudimentares, através de um processo inteiramente manual, a não ser o uso de força animal para lavrar a terra, as dificuldades eram inúmeras para conseguir empréstimo. Com os bancos preparando-se para o novo cenário neoliberal, cuja âncora passava a ser representada mais pelo mercado financeiro do que pelos investimentos produtivos, era por complacência que os produtores rurais tinham acesso a recursos para sua produção.

Além disso, a força econômica gerada nessas culturas não era suficiente para provocar mudanças no cenário local. Entre 1972 a 1978 não houve mudanças significativas em São Roque de Minas. Apesar de ter funcionado na cidade uma agência do COMIND[90], entre 1980 e 1985, era a MinasCaixa o agente financeiro mais próximo do cumprimento de uma ação

[90] Sua chegada a SRM provavelmente visava a cafeicultura local que iniciava seu desenvolvimento, uma vez que se tratava de um banco criado pela elite cafeeira paulista. Seu fechamento se deveu a uma intervenção federal em função de dívidas que acumulara. Na época do fechamento, tinha 17 mil funcionários e trezentas agências.

social local, promovendo alguns financiamentos aos pequenos produtores rurais, patrocinando concursos leiteiros e ajudando na oferta de cursos, principalmente sobre queijo e leite[91].

Mudanças na vida sanroquense, até a chegada da década de 1990, foram apenas as melhorias apontadas por Antônio do Chico, impactantes para uma cidade acostumada ao mesmo cenário e cotidiano. Neste caso, o município teve um prefeito que promoveu mudanças importantes, como ruas alargadas e pavimentadas, a chegada de autarquias, assim como outras ações da estrutura funcional de uma cidade. Com um mandato que se estendeu de 1983 a 1988, Antônio Batista Sobrinho, conhecido em São Roque de Minas como Antônio Quitera, foi assim identificado por Antônio Faria, em entrevista realizada em 20 de julho de 2008.

> Em oitenta, oitenta e três pra ser preciso, [...] começou o mandato de um prefeito aqui. E ele tinha uma visão, é um cara, assim [...] comerciante, muito vivenciado no comércio, era motorista de caminhão, mexia com transporte de cargas. Dizia: já fui até na Argentina levar laranja e trazer maçã. [...] Antônio Quitera. E ele tem uma visão que você precisa ver. E eu também conheço ele, por que eu tenho quarenta e cinco anos de prefeitura e fui tesoureiro dele. [...] E ele herdou a prefeitura, embora a prefeitura não tivesse dinheiro, ele entrou na prefeitura e quis fazer uma revolução. Ele ficou seis anos na prefeitura. [...] E ele realmente revolucionou. Depois veio uma época de vacas gordas, pegava muita verba, ia muito a Belo Horizonte, Brasília. Ele, ele fez coisa demais nesses seis anos. [...] Em 83 foi o empurrão inicial de São Roque.

Esse empurrão inicial de que fala Antônio Faria relaciona-se mais com a situação de escassez de São Roque de Minas do que com uma mudança suficientemente sustentável para novos desafios, como o tempo encarregou-se de mostrar. Apesar de uma pequena evolução no quadro, sua expressão ainda era frágil para tolerar o que viria pela intensificação das políticas neoliberais.

6.1.2.2 A liquidação da MinasCaixa

Mesclando um discurso positivo de reorganização da gestão pública e modernização do país, o governo federal, também respondendo a interesses externos, inicia a desregulamentação e a privatização. No setor bancário, a razão monetarista, como meta, seria solidificada como lógica quase exclusiva. Para realidades como a de São Roque de Minas, com economia baseada na agricultura de subsistência, acessos difíceis a cidades maiores e sem perspectivas conhecidas para atrair grandes empreendimentos públicos ou privados,

[91] Informações obtidas a partir de entrevista.

assim como para ser um alvo para políticas do desenvolvimento nacional, as mudanças não alterariam a situação local.

Se para muitos seria difícil imaginar o que poderia levar a cidade a um cenário tal que os moradores pensariam em se mudar de lá, coube ao Collor poupá-los o esforço. Assim, em 1991, o único[92] agente financeiro da cidade, a MinasCaixa, é liquidada por decisão da então Ministra Zélia Cardoso de Melo. Momento ainda guardado na memória de Valmório, ex-gerente desse banco em São Roque de Minas, que presenciou desde os bons momentos dos concursos de leite até o fechamento do banco. Ele assim resgata o terceiro e maior golpe ao município e sua gente.

Foi uma pena o fechamento da MinasCaixa. [...] Ela era considerada aqui em Minas Gerais. Depois do Banco do Brasil era a MinasCaixa a que mais tinha depósito, mais movimentação, e tal. Nós aqui fazíamos referência mesmo. [...] Ela foi fechada em 91. [...] Pra nós, do município aqui, foi um choque muito grande. [...] Na época, uns falavam que era o governo mineiro, que entrava no dinheiro da MinasCaixa, pegava empréstimo e depois não pagava. Ou que era uma coisa interessante, por que era uma queima de arquivo. Mas eu nunca achei que fosse isso não. Era a época do Collor [...] e o governo estava interessado em trazer bancos estrangeiros para dentro do país naquela época. Mas, então, uma das dificuldades que estava havendo pra trazer era o número de bancos oficiais que existia em cada estado. [...] Eles mostrando dificuldades, Collor de Melo, através da Zélia Cardoso, começou a promover a fechação de banco. [...] A intenção do governo era diminuir o número de bancos oficiais para atrair bancos estrangeiros. Eu acredito que foi por isso mais do que por outra coisa.

O histórico da presença de agentes financeiros na cidade (ver Figura 4) pode parecer estranho para quem vive em uma de médio ou grande porte, pois o tempo de permanência destes agentes é curto. Mas, essa foi uma constante, salvo o caso da Saromcredi.

Dos seis agentes financeiros bancários que abriram agência no município o único que não encerrou suas atividades foi a Saromcredi. A razão dessa manifestação por parte dos bancos, que justificou não só a saída como também a negativa em ir para a cidade, é facilmente apontada pelos sanroquenses. Refere-se ao fato de São Roque de Minas não ser uma praça bancária. Em praticamente todos os relatos dos entrevistados aparecem pequenas variações desta afirmação, das quais destaco a de A.C., que, referindo-se à tentativa de levar um banco à cidade logo após a liquidação da MinasCaixa, diz, “o mais que estava em conta é o Mercantil. Pra vir pra cá. Mas alegou que a praça era pequena e que não tinha

[92] Provavelmente prevendo o novo cenário, o Bradesco fecha sua agência na cidade em 1987, justificada como decorrência de uma reestruturação interna, além, claro, do fraco movimento financeiro local, como apontou Lima (2003). Com a privatização, o Bradesco priorizou suas melhores posições e reforçar sua competitivamente. O retorno sobre o investimento era, basicamente, o parâmetro considerado para a continuidade ou interrupção de uma agência. A questão a se colocar é se caberia a um agente financeiro do Estado agir da mesma forma, ignorando as necessidades e a importância que tem para economias de pequeno porte.

rentabilidade". Já o depoimento[93] de João Carlos Leite acrescenta, "de todas (as instituições financeiras bancárias), nós ouvimos a seguinte resposta: que São Roque de Minas não era uma praça bancária. Ou seja, São Roque não suportava, não tinha estrutura econômica, financeira, pra suportar uma agência bancária".

Depois da liquidação da MinasCaixa apenas em 2003 é aberta uma agência no município, o BEMGE. Privatizado em 1998, por aquisição do Itaú, a cidade esperava que ele ainda se mantivesse lá por pelo menos cinco anos, como divulgado na época da privatização. No entanto, em 2004 a agência finaliza suas operações na cidade, uma decisão que merece um rápido destaque, pois ajuda a expor uma lógica movida exclusivamente pelo interesse do banco, e não do seu papel na sociedade local.

Peixoto (2009) abordou em trinta de maio de 2004, a decisão do banco Itaú de fechar agências ou postos de atendimento (caso de São Roque de Minas) em cinquenta e oito cidades mineiras. Na verdade, não foi comunicado o fechamento imediato das mesmas, pois sinalizou para a possibilidade de permanência condicionada a uma parceria com as prefeituras. Neste caso, bastava que os prefeitos de cada uma das cidades onde havia agências ou postos do BEMGE, que pagassem até quinze mil reais por ano e o fechamento seria reconsiderado.

[93] Depoimento de João Carlos em vídeo institucional sobre a história da Saromcredi.

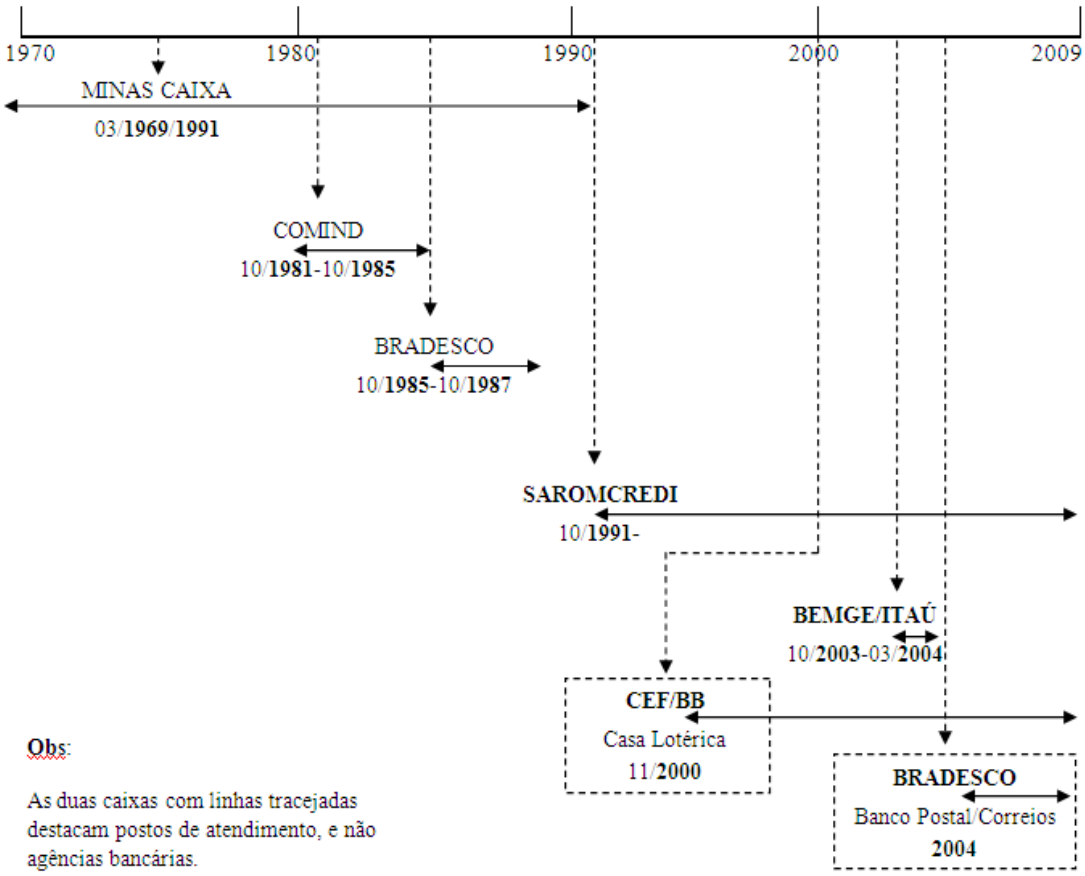


Figura 4: Linha do tempo da presença de bancos com agências em São Roque de Minas.
Fonte: Elaborado pelo pesquisador a partir dados enviados pela SICOOB-Saromcredi, via correio eletrônico.

Aproximadamente no dia 26 de maio de 2004 os prefeitos começaram a receber minutas dos convênios feitas pelo Itaú. Conforme levantou Peixoto (2009), estavam em questão,

"agências pioneiras do então BEMGE (Banco do Estado de Minas Gerais), privatizado em 1998. O Itaú comprou o BEMGE e agora planeja fechar as agências deficitárias, a não ser que as prefeituras ajudem a bancar os custos. Segundo a Assembleia Legislativa, o valor dos convênios oferecidos varia de R$ 7.000 a R$ 15 mil".

O então prefeito municipal de São Roque de Minas, Cairo Manoel de Oliveira, um dos primeiros[94] a se reunir com a direção do Itaú, Peixoto (2009) identificou que a prefeitura desembolsaria R$11.823,00[95] para manter o BEMGE na cidade. Este convênio duraria trinta e seis meses, podendo ser renovado, desde que o valor fosse corrigido anualmente.

O argumento da administração do banco Itaú para o fechamento das agências ou postos apenas retoma a retórica de que esses locais não são "praças bancárias". Em nova reportagem, Peixoto (2009a) confirma, expondo notificação do banco informando, que "a direção do Banco Itaú, em nota enviada à Agência Folha, informou que nos últimos seis anos 'conseguiu manter centenas de agências do BEMGE deficitárias, mas não foi mais possível manter essas 58'".

Se com o BEMGE houve alguma discussão para sua permanência na cidade, no caso da MinasCaixa houve apenas a comunicação de sua liquidação. Ao abandonar a cidade, apresenta a mesma justificativa, São Roque de Minas é uma praça de pouco movimento aos interesses da instituição. Momento relembrado assim, por Valmório, ex-gerente da MinasCaixa, na entrevista realizada em 22 de julho de 2008.

> Ela (a MinasCaixa) fechou mesmo. Depois o BEMGE abriu aqui uma correspondência, um posto, um posto bancário. Este posto funcionou aqui por que o BEMGE era um banco também estadual. Então vendeu para o Itaú, mas com a condição de manter, onde tinha o banco, de manter um posto. Durante um período me parece que de cinco anos [...] o BEMGE permaneceu aqui, até vencer esse prazo. Venceu o prazo fechou. Também nós já tínhamos uma cooperativa de crédito, que hoje funciona muito bem. É referência mesmo.

Como nessa época (1991) o município não possuía outra instituição financeira, a população ficou sem agência bancária, gerando grandes problemas para a comunidade, uma vez que toda transação bancária foi transferida para a localidade vizinha: Piumhí. O fechamento de uma agência bancária não seria, caso não fosse a única da cidade.

---

[94] O imediatismo, ou ágil prontidão, por parte do prefeito em se reunir com a direção do Itaú se refere menos a um compromisso do mesmo para com a comunidade que a razões de interesse próprio. Discussão a ser desenvolvida no próximo capítulo, adianto agora apenas o fato de que São Roque, naquele momento, não tinha necessidade de se esforçar em trazer e manter uma agência bancária a partir de gastos públicos. A cooperativa de crédito funcionava com resultados surpreendentes já faziam treze anos, e praticando não só tarifas bancárias como também disponibilizando crédito a patamares inferiores frente os praticados pelos bancos tradicionais. A razão do envolvimento do prefeito teve razões de interesse particular, relacionado à divisão de poder que mantinha com a direção da Saromcredi. E foi por meio da prefeitura que buscou capitalizar forças para prejudicar a cooperativa.

[95] Valor que representava, à época, cerca de 18% da cota do ICMS (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços) que o governo repassa todo mês ao município. Peixoto (2009) ainda conclui que, considerando fechados todos os convênios entre o Itaú e os municípios, segundo o que foi cobrado em São Roque de Minas como valor médio de referência, nos 36 meses de possíveis contratos, o "Itaú recolheria R$ 24,6 milhões dos 58 municípios, independentemente dos valores que cobra normalmente pela prestação dos serviços bancários".

Partes expressivas da produção rural e das transações comerciais do território local ficam sem referência, sem destino. A estrutura produtiva e de circulação de capital no município eram de pequeno porte, e a prática de fomento à produção praticada pelas instituições financeiras locais cada vez menos expressivas. Agrava a situação não ter possibilidade de realizar depósitos, descontar promessas, pagar contas e solicitar empréstimos.

O fim da MinasCaixa fez com que os funcionários da prefeitura, os das autarquias, e os aposentados tivessem que viajar até Piumhí para receber seus proventos, fato que teve um forte impacto local. Muitas aposentadorias nem chegavam a SRM, pois além de serem proporcionais a um salário mínimo, tinham que garantir as compras necessárias ao consumo do mês e ao gasto com transporte para a cidade. Esse movimento passa a desarticular o comércio de São Roque de Minas que, a cada compra em Piumhí, desestimulava novas aquisições dos comerciantes sanroquenses, gerando um círculo de autodestruição econômica. Isso, sem aprofundar nos impactos físicos exigidos nessa realização. Praticamente se locomovendo a pé, e considerando as grandes distâncias das propriedades rurais à cidade, as viagens mensais tornaram-se experiências de triste lembrança. Nesse momento, os sanroquenses foram, pejorativamente, apelidados pelos piumhienses como os “bate pé”. Nos períodos de chuva, eles chegavam a Piumhí com os pés enlameados. Antes de entrar nos bancos e nos comércios, o excesso de barro era retirado ao baterem com os pés no chão. A essa altura, a autoestima do povo de São Roque de Minas decai como nunca antes.

Deflagrava-se, assim, um dos momentos mais difíceis para o cidadão sanroquense. Na época, as condições econômicas e de vida no município eram muito simples, com poucas fontes de renda.

> Aqui nós tínhamos três setores produtivos de fluxo financeiro. [...] Vamos começar: Prefeitura; recebe o FPM e o ICMS. Então são fundos constitucionais que vêem ou que retornam ao município. Claro que São Roque na época era mais deficitário, não conseguia nem produzir o que ela recebia de volta, principalmente por que a maior parte era tudo tirada sem nota, o queijo era uma atividade clandestina, tá? Então, São Roque recebia esses fundos e esses fundos eles têm uma importância muito grande para a geração de emprego em torno da prefeitura. Concorda comigo? E esse recurso vai para o comércio, retorna, então, você tem o início de uma atividade, é [...] Sustentando um pequeno município através de uma prefeitura. (João Leite)

Em seguida, João Leite aponta o próprio setor produtivo, no caso local, basicamente restrito à produção agropecuária.

Bom, depois vem o próprio setor produtivo do município, que no caso de São Roque a agricultura era totalmente de subsistência. O café ensaiava uma agricultura empresarial, mas o me pai, Dona Maria Bernardes, Seu Vicente, Seu Neném Rôla, eles tinham vinte mil pés de café e eram grandes produtores. Isso é uma atividade, hoje, de empregado. Empregado de fazendeiro hoje tem dez, vinte mil pés de café. Naquela época só grandes fazendeiros é que tinham. Mas isso era tão incipiente e tão insignificante que não significava nada. E essa oferta de serviços que aparecia em função do café era insuficiente para a oferta de mão de obra que existia. Então o pessoal nosso ainda tinha que sair pra trabalhar em Piumhí, apanhar café fora. Eu estou te dando um parâmetro para você ver o quanto que isso daqui não gerava emprego. Os trabalhadores nossos iam pra Piumhí pra apanhar café.

Destacando o queijo como expressão no setor de produção rural, ele denuncia a prática de captação sem retorno do, então, único agente financeiro da cidade. Informação que reaparece na referência aos aposentados, mais à frente.

A única produção que existia aqui era a de queijo. Leite de pequenos produtores que faziam queijo. E um grande produtor de leite aqui, meu pai era um deles, tirava duzentos, duzentos e poucos litros de leite por dia. Isso também não era uma atividade produtiva para gerar muito emprego. Então, os fazendeiros aqui tinham lá duas, três famílias que moravam na fazenda, para limpar pasto, por que não existia braquiária, ninguém formava nada, não tinha trator, não tinha tecnologia. Então, era o pasto limpado ali, punha fogo numa determinada época do ano, aquilo brotava, você limpava noutro, não é? Para manter um certo nível de emprego, aquelas várzeas na beira dos rios os proprietários davam à meia para os empregados plantarem. Então, plantavam e rachavam a produção. Para abastecer a propriedade e o empregado. Isso lá é atividade empresarial? Então São Roque era assim. E a MinasCaixa ela veio pra cá, abriu, e com certeza ela tinha até um bom volume financeiro aqui dentro, só que ela pegava esse volume financeiro e mandava pra fora. Ela não reinvestia ele no município.

E sobre a última fonte de renda do município, os aposentados, ele assim se pronuncia.

Agora a outra terceira grande fonte de fluxo financeiro que São Roque tinha, na época da MinasCaixa, eram os aposentados. Então, primeiro, a prefeitura. Segundo, a própria produção pecuária de leite, por que a agricultura, como eu acabei de te explicar, era de subsistência. E a terceira, os aposentados. Oitocentos aposentados recebendo um salário mínimo. Vai lá na MinasCaixa, recebe; vai na farmácia, paga; vai no açougue, paga; vai na mercearia. O comércio devolve aquilo para a MinasCaixa e a MinasCaixa pega aquilo e manda pra fora. Então esse é o papel dos bancos nos pequenos municípios (fala com ênfase). Por isso a minha crítica do sistema, do modelo de sistema financeiro.

Se você for olhar os dados econômicos e sociais de São Roque; se você pegar um período aí dos anos de 1950 para 1990, a população regrediu, a pobreza era eminente, as condições das casas, casebres de capim, de pau a pique. Quando eu retornei em [...] 89, ainda tinha casa de capim aqui na cidade. Casebre, de barro, de pau a pique. [..] Aqui, lote você comprava o tanto que você queria, por que tinha vendedor e não tinha comprador. [...] São Roque era assim, parado. Não gerava nada.

Um cenário tipicamente brasileiro, com um setor primário sem oferta de crédito ou sua disponibilidade incompatível com as condições do pequeno agropecuarista. Nesse sentido, “como é que São Roque ia alavancar essa capacidade produtiva sua, do setor agropecuário, se não existia o agente fomentador?” (João Carlos, Diretor-Presidente da Saromcredi, em 2008).

Este Ponto foi ressaltado por João Carlos na entrevista que realizei, e também presente no livro[96] que descreve a história da cooperativa, referindo-se à forma que a MinasCaixa definia sua relação com a cidade. Captava os recursos (basicamente da agricultura e da produção de queijo, formando um volume significativo), mas do município era levava aos grandes centros em busca de melhor remuneração. Dessa forma, impedia-se que operações de crédito pudessem ser realizadas para a promoção da produção local. A MinasCaixa justificava-se divulgando que não havia linhas de crédito para esta praça, ou mesmo para fins rurais, considerando o baixo movimento financeiro que o município gerava aos interesses bancários.

Assim, a MinasCaixa chegou à década de 1990 agindo apenas como um agente de operações de pagamento-recebimento, sem fazer qualquer operação de crédito ou investimento, conforme também identificou Souza (2008). A MinasCaixa funcionava em ritmo aquém de seu potencial papel na dinamização da economia local. Mas, para aqueles que estavam acostumados a essa vida, manterem-se em uma situação de passividade e contentamento, tornara-se hábito. Repetia-se o dia-a-dia pacato, distante da realidade que as possibilidades locais viriam permitir ao desenvolvimento do município pouco tempo depois.

Apesar da economia inibida, mantida, praticamente, pelos proventos do funcionalismo público e dos aposentados e pela produção agropecuária, os queijeiros ainda descontavam suas duplicatas na cidade, trazendo algum movimento ao comércio e à vida local. Mas, como ressaltou João Leite, a situação refletia um marasmo típico de quem se acostumou com a situação, cuja repetição não traz desgosto. A cidade havia acomodara com o pouco que tinha, sem imaginar o que poderia piorar ou mesmo melhorar. Posteriormente, o círculo econômico, já em nível mínimo para o sustento local, foi interrompido com o fechamento do único agente financeiro da cidade.

> Se você chega numa comunidade que nunca teve um banco, ela sabe que faz falta, mas ela acostumou àquela vida. Uma ou outra pessoa dali, às vezes, reclama, você entendeu? Mas aquilo para aquela sociedade está bom. Em São Roque estava bom. Agora, nós tínhamos um banco. Que fechou. E aí você vê o outro lado. Nossa Senhora! Nós caímos no inferno. Se você estiver no inferno, está bom. Mas se você sair do inferno e for para o céu e depois você tem que voltar para o inferno de novo, aí a barriga dói.

Em um cenário como esse, como pensar em desenvolvimento? Com todo o movimento financeiro concentrado em um banco que não existia, até mesmo "a lista de

[96] CARVALHO, André; LEITE, João Carlos. **A cidade morria devagar:** o romance de uma cooperativa. Belo Horizonte: Armazém de Ideias, 2004.

encomenda para aquele fluxo de caixeiros-viajantes tornou-se difícil, pois não havia mais banco na cidade para compensar o cheque deles" (CARVALHO e LEITE, 2004, p. 100). Todo o resultado das parcas economias locais estava sendo levado aos municípios vizinhos, principalmente Piumhí. E "o comerciante de São Roque que precisasse pagar uma duplicata ou pegar um talão de cheques para pagar ao viajante, tinha de sair da cidade. Sobrou pouca gente no município, pois a maioria preferiu deslocar-se para Piumhí" (*ibidem*). Comparativamente, o comércio local, tornava-se ineficiente e com produtos mais caros do que os demais municípios da região, agravando a situação.

6.2 Superação da escassez e experiência de abundância: o sistema de atores do processo de desenvolvimento de São Roque de Minas

Nessa seção, pretendo avançar nas razões do crescimento e desenvolvimento local a partir da criação da Saromcredi, objetivo inicial do projeto cuja dinâmica de relações sociais caracterizaria a autodeterminação.

A preocupação inicial, nesta análise, é entender como o sistema de atores idealiza e inicia a organização no processo que iria alterar os rumos do desenvolvimento do município. Os movimentos, ações e estratégias dos idealizadores e condutores tornariam-se os protagonistas da história social local. Indivíduos que, como observou Arocena (2004), costumam fazer parte da elite local. É sobre as interações que articulam enquanto protagonistas dos afazeres locais e suas conexões com uma complexa rede de atores, do local ou fora deste, que dediquei o próximo item.

Como todo processo de desenvolvimento precisa de atores que o conduzam, a análise trata diretamente desses que intervieram no processo de desenvolvimento em discussão. A partir de depoimentos concedidos nas entrevistas, tanto dos protagonistas como dos que indiretamente participaram do processo de superação da estagnação em que se encontrava a cidade, procurei pelas articulações locais e extralocais incidentes. Em alerta ao rigor de análise, destaco que se as categorias e indicadores encontram-se fragmentados, essa ocorrência mantém-se apenas no nível da análise, como estratégia de operacionalização para o estabelecimento do diálogo do campo teórico com o empírico.

Algumas recorrências a momentos comentados anteriormente serão feitas e o objetivo é que não só os trechos recobrados são distintos dos anteriores como as razões do novo acesso

buscam expressar a capacidade da elite dirigente em perceber o contexto de crise da sociedade sanroquense, assim como a forma de sua transformação. Especialmente pela visão de seu líder, essa elite não restringiu o projeto de futuro à formação de um banco, como era a MinasCaixa, mas ao saber dialogar com outros atores dirigentes e perceberem a necessidade de envolver a sociedade no projeto, ampliam a viabilidade e o alcance necessários a uma ideia voltada para a criação de um agente financeiro tornar-se um plano de sociedade.

Destaco dois fatores que foram os principais responsáveis pelo estado de estagnação vivido localmente, algo como uma calamidade econômica, que apontava para um fim anunciado do espaço sanroquense. Um deles refere-se ao fechamento de setenta e dois mil hectares da Serra da Canastra, abrangendo sua parte alta, conhecida como chapadão, circunscrita historicamente na prática da pecuária local, usualmente destinada à engorda dos animais em época de seca, área que deu lugar ao Parque Nacional da Serra da Canastra. O outro fator, assim como suas consequências, pois a partir dele é gerada uma condição onde inúmeras dificuldades passam a fazer parte do cotidiano da vida local, foi o fechamento da única agência bancária do município, a MinasCaixa.

Como vimos, a criação do parque gerou no município um declínio econômico. A pecuária era praticamente a base da economia local, pois fomentava a atividade de maior expressão financeira (a produção do Queijo Canastra), e era fonte de renda pela própria comercialização do rebanho de baixa capacidade leiteira. Com a impossibilidade de uso desta, inicia-se, a passos módicos, uma incipiente e desarticulada organização de áreas para pastagem. Nesse processo, muito do rebanho foi vendido, contribuindo diretamente para o enfraquecimento do fluxo econômico. Mesmo o queijeiro (comerciante que comprava o queijo local para vender em outros lugares) já não conseguia manter dinheiro na cidade, pois seus cheques passaram a ser descontados em Piumhí. Essa situação fez com que as compras feitas pelos queijeiros, para muitos fazendeiros do município de São Roque de Minas, passassem a ser feitas na cidade vizinha, enfraquecendo ainda mais o comércio desta cidade.

A figura do queijeiro, aquele cara que compra o queijo, que leva para São Paulo [...] que vende e que traz o cheque, ele precisava depositar o cheque aqui para, um, dois dias depois, ele sacar o numerário para retornar à propriedade e comprar mais queijo pra levar para São Paulo. Então, isso é um ciclo. Com o fechamento da MinasCaixa em São Roque esse ciclo foi cortado, esse cara passou a depositar lá em Piumhí. Então ele depositava lá em Piumhí. E ele passou a comprar as encomendas das fazendas – sal, ração, adubo, medicamento, macarrão, batatinha, coisa assim, – para abastecer aquelas propriedades rurais, pois naquela época poucos proprietários rurais tinham automóveis. [...] E na medida em que ele passou a comprar lá o comércio de São Roque perdeu. [...] O comércio daqui, em vez de empregar, passou a desempregar. Fechar porta. (João Leite)

Esse novo cenário gerou interrupções que se acumularam, levando a cidade a forte escassez econômica e, de forma decorrente, a social. Esse contexto levou a uma dinâmica de relações que culminou, pouco tempo depois, na criação da Saromcredi. Institucionalizava-se uma série de esforços provenientes de um grupo de indivíduos que coordenaram suas ações na direção de um objetivo comum. Esse sistema de atores conseguiu dinamizar uma articulação suficiente para que fossem programadas ações e estratégias causadoras de impactos significativos na vida local.

Os primeiros movimentos para o estabelecimento dos contatos sociais, que levariam às mudanças na realidade local, trouxeram consigo um intenso inter-relacionamento de conflitos e cooperações, cuja demarcação de um ponto inicial preciso torna-se desnecessário. Importante destacar que tudo aconteceu rapidamente, no ritmo da urgência de manter viável uma vida já estruturada sobre as bases do sistema capitalista. A reorganização de um sistema local viável economicamente tornava a presença de um agente financeiro uma pré-condição.

6.2.1 “Deixa esse rapaz fazer e ver no que dá”: a elite dirigente e sua legitimação

É difícil apontar um momento inicial para processos de mudanças como o que ocorreu em São Roque de Minas, e não identificá-lo não chega a ser decisivo para a análise da dinâmica de relações que define o objeto desta tese, pois os elementos elucidativos da constituição da Saromcredi, e do desenvolvimento local experimentado, são expressões do processo como um todo. Um processo que se notabiliza formalmente com a criação da cooperativa de crédito, resultado de ações que se intensificaram entre março e outubro de 1991, período que demarca a liquidação extrajudicial da MinasCaixa e a abertura da Saromcredi.

Nesse período de pouco mais de sete meses, a força das relações que viabilizaria o novo agente financeiro local traz consigo laços intensos de amizades de alguns desses atores sociais. A proximidade permitia um convívio que não é comum nas cidades maiores, unindo famílias e estreitando relacionamentos. Proximidade que seria central para a coesão do grupo que se articulou incomodado com a estagnação econômica que o fechamento da MinasCaixa trouxe à cidade.

O grupo que fez parte da ata de fundação da Saromcredi era formado pelo agrônomo João Carlos Leite, ator que liderou o processo, comerciantes locais e fazendeiros, esses

compondo a maior parte. Também havia funcionários públicos da administração municipal, como Antônio Francisco de Faria (Antônio do Chico), e uma única mulher, Maria Bernardes. Ao todo, eram vinte e duas pessoas e um desafio. Antônio do Chico, que na época era funcionário público e dono de um pequeno varejo do setor fotográfico, disse-me "os que iniciaram o processo tinham várias ocupações, eu mesmo não era produtor rural [...]. Mulher só tinha uma, a Maria Bernardes. Tinha contador, mecânico, mas a maior parte era fazendeiro". A única mulher era produtora rural e o contador tinha curso técnico.

Na minha percepção, a liderança exercida por João Carlos diante do grupo, e em todo o processo, é legitimada por três fatores principais. Dos envolvidos, João era o único que possuía formação universitária, Engenheiro Agrônomo pela Universidade Federal de Lavras (UFLA). Quando ele volta de Lavras para São Roque de Minas, passa a ser a quarta pessoa com curso superior. Nesse sentido, era naturalmente reconhecido como possuidor das qualidades técnicas e do saber condizentes com a função de líder na viabilização do projeto. Além disso, cidadão sanroquense, possuía forte identidade com a vida local e voltava com planos de morar na cidade. Imagem reforçada pela origem familiar, seu pai foi influente fazendeiro na região Por fim, apresentava uma destacada capacidade para enfrentar desafios, uma vontade inquieta de resolver os problemas como poucos, o que transmitia segurança aos que ainda não a tinham. Suas características, assim como o reconhecimento de sua liderança foram citadas nas entrevistas. Abaixo transcrevo trechos representativos.

Tudo começou com o Joãozinho mesmo. (José Leite; fazendeiro)

A nossa salvação foi que algumas pessoas estavam voltando. O João Carlos, que já tinha alguma formação do mundo lá fora, era uma pessoa apaixonada por ter nascido aqui, como todos nós. (Renilda; proprietária de Hotel)

João é que teve a ideia e chamou o pessoal. Ele é um sujeito novo, mas enxerga longe. [...] O pessoal acreditou nele. [...] Ele também tinha um pouco de instrução no assunto, não é? (Onésio do Gabriel; fazendeiro)

João é uma pessoa muito progressista. Empreendedor. (Gina; proprietária de pousada)

E a pessoa que idealizou isso foi o Joãozinho. João é um rapaz muito inteligente. Encantador. Assim, uma pessoa maravilhosa. (Niara; proprietária de pousada)

A primeira pessoa que falou? Pra mim foi o Joãozinho. Foram umas poucas pessoas que ele conversou. Um grupo que deve ser menos de vinte pessoas. [...] E teve muita gente jogando pedra, criticando. Do grupo de fora desses vinte. [...] Nessa reunião ele já saiu falando o que agente tinha que fazer. [...] Eu reconheço o valor dele, o trabalho dele, o sofrimento dele. [...] Ele ainda não tem o valor que ele merece aqui em São Roque. (Maria Bernardes; fazendeira e comerciante)

Na terceira fala aparece o reconhecimento da instrução de João Carlos sobre o assunto, mas neste ponto há um fato interessante. Seu conhecimento no assunto certamente era maior do que os demais envolvidos, no entanto, era apenas indireto e insuficiente para que fosse considerado conhecedor das tramas do sistema financeiro e da forma de se dirigir uma

cooperativa de Crédito. Ele reconhece sua incapacidade inicial, tendo dito que “se você me perguntar se eu tinha alguma visão, eu não tinha nada. Sabia nada, nada, nada. Era leigo. Cru de tudo. A única coisa que nós tínhamos era o grupo” (João Carlos Leite). Ele ainda destaca que nem mesmo o desconhecimento foi capaz de atrapalhar os planos que tinha em mente, era preciso ter um novo banco na cidade. Apesar da capacidade técnica abaixo do esperado, não lhe faltava legitimidade para agir em nome coletivo.

Processos de mudança costumam exigir compromisso e trabalho. O que este estudo parece evidenciar é que mudanças significativas de comportamento surgem somente quando está em risco a continuidade das condições materiais de sobrevivência. Ou, pelo menos, a percepção de que sua desarticulação é eminente.

Assim, a primeira ação foi tentar trazer um novo banco para São Roque de Minas. Manifestavam-se, neste momento, as primeiras articulações que levariam à formação do grupo que fundaria a cooperativa. Como mencionei anteriormente, a partir de Arocena (2004), esses grupos costumam ser formados por atores da elite da sociedade local, a elite dirigente. O que se confirma em São Roque de Minas, afinal, é pertinente aceitar que tendem a agir aqueles que mais têm a perder.

. Neste caso, há os que desistem de ficar no local, abandonando a cidade. Outros são mais resistentes, mantendo-se por força da esperança de que haverá mudanças, ajuda externa ou um gesto estatal altruísta para contornar a situação. Em São Roque de Minas muitos deixaram a cidade; outros se mantiveram a margem de qualquer iniciativa, desacreditados com as possibilidades de reversão, de que fosse possível fazer alguma coisa. Mas, há os que não se acomodaram, buscando formas de agir para alterar o futuro e permitir que a cidade voltasse a ser parte da história de suas vidas.

Foi assim que João reuniu as pessoas que lhe eram mais próximas, com quem compartilhava laços de confiança. Na informalidade, começaram a buscar formas de mudança na rota e contornar o cenário que se aproximava. João, na época comerciante de produtos agropecuários, enfrentava um problema comum a outros comerciantes, fazendeiros, queijeiros e todos que usavam serviços básicos do sistema financeiro, (pagamento de duplicatas ou descontar cheques), precisavam ir a Piumhí. Aproximava-se daqueles que mais sofreram com o problema.

Bom, quando a MinasCaixa fechou, o quê que aconteceu? [...] O aposentado não tinha onde receber aqui. O funcionário da prefeitura não recebia aqui. O queijeiro não tinha como depositar aqui em São Roque, depositava e sacava em Piumhí. E lá ele comprava do comércio de Piumhí em detrimento do comércio de São Roque para

abastecer as propriedades. Eu cheguei aqui e montei uma loja agropecuária. Para pagar as minhas duplicatas eu tinha que ir para Piumhí. Pra pegar um talão de cheques eu tinha que ir pra Piumhí. [...] Então, quem mais sentiu o problema? O comércio local. Por que viu as suas vendas desaparecerem, caírem ladeira abaixo. O gasto a mais para nós comerciantes irmos para Piumhí. Por que São Roque ficou assim: os fazendeiros mais próximos de Bambuí iam para Bambuí. Próximos de Araxá iam para Araxá. Próximo de São Roque iam para Piumhí. Então, o município foi rateado ente os municípios vizinhos [...]. O quê sobrou para o comércio local? Nada! E aí, nós do comércio é que fomos os primeiros a tomar o choque com o fechamento da MinasCaixa.

Identificou-se com os comerciantes e fazendeiros locais, muitos dos quais já conhecia. Reuniu parte dos fazendeiros mais ricos da cidade, os comerciantes de destaque e outros que pudessem sensibilizar-se com a situação e somasse força ao grupo para mudar a situação que agravava a cada dia. Mas, antes do grupo chegar à ideia de montar uma cooperativa de crédito eles direcionaram seus esforços para que algum banco fosse para a cidade.

Para isso, pediram apoio ao prefeito e a um deputado. Organizaram um grupo e foram a Belo Horizonte, mas nenhuma das ações teve o efeito esperado, mantendo São Roque de Minas sem banco. A justificativa variava apenas na forma, na maneira de justificar o desinteresse, não no conteúdo ou no sentido da negativa. Este momento foi resgatado pelo idealizador da ida à capital mineira e futuro presidente da cooperativa de crédito de São Roque de Minas. Em seu depoimento, lembra-se do que lhe falou o proprietário de uma casa de materiais de construção, o Sr. Celso.

Gente, nós vamos ter que dar um jeito de arrumar um banco pra cá. Aí nós comerciantes começamos a conversar: vamos procurar o prefeito? Aí fui lá e conversei com o prefeito. Falei: João, (João Marcelino) você tem que trazer um banco para São Roque. [...] Nós tentamos trazer o Banco do Brasil pra cá, tentamos retornar o Bradesco pra cá, por que o Bradesco já esteve aqui em São Roque. Mas só que ninguém quis vir aqui pra São Roque. Aí, fazer o quê não é? Continuar naquela desgraça? [...] O prefeito também já estava sentindo a necessidade. A sociedade como um todo percebeu a dificuldade que era você não ter um banco. [...] Se você chega numa comunidade que nunca teve um banco, pra ela, ela sabe que faz falta, mas ela acostumou àquela vida. Outra pessoa dali às vezes reclama. Mas aquilo para aquela sociedade está bom. Em São Roque estava bom. Agora, nós tínhamos um banco, fechou. Aí você vê o outro lado. Aí todo muda: nossa senhora, nós estamos no inferno! [...] Então o objetivo nosso nesse momento foi de tentar trazer um banco pra cá. E nós tivermos ações. Nós fomos um grupo para Belo Horizonte tentar trazer o Banco do Brasil pra cá, pedindo pelo menos um posto do Banco do Brasil. Tanto o Banco do Brasil quanto o Bradesco disseram o seguinte: que São Roque não era uma praça bancária.

Neste ponto de seu depoimento, João complementa com novos argumentos, os já mencionados pelos representantes dos bancos que foram solicitar agências ou postos de atendimento na cidade. “Não tinha telefonia. Não tinha energia elétrica padrão Eletrobrás [...] Não tinha produção, não tinha dinheiro. O quê que um banco iria fazer aqui?”, disse Antônio Francisco de Faria (Antônio do Chico), que pouco tempo depois iria de carro a Piumhí trazer dinheiro, em espécie, para pagar os funcionários da prefeitura; fala dessa época, relembrando

o argumento uníssono da negativa dos bancos. Segundo ele, as falas eram “São Roque é pequeno, não é viável. A agência não sobrevive lá e tem que ter rentabilidade”.

Para João Carlos foi difícil ouvir o que o Sr. Celso tinha a dizer. Celso era um comerciante da cidade que acabara de acumular uma amarga experiência, dentre tantas outras que marcaram o cotidiano de São Roque naquele tempo. João reproduz o diálogo que tiveram.

O Celso vendeu um pouco de mercadoria, de material de construção. E só tinha um caminhão trucado em São Roque, era do Celso. Aí o Celso saiu daqui e foi lá em Piumhí e comprou um caminhão de material de construção para revender aqui. A dois km antes de chegar ao município, que não tinha asfalto, ele atolou e quebrou o caminhão. Chegou aqui de noite, debaixo de chuva, o caminhão atolado. E tinha que entregar mercadoria, mas o caminhão não tinha condições de sair de lá, que quebrou o diferencial ao tentar patinar. Eu tinha minha loja ali, e quando passei perto do posto de gasolina, que era da tia do Celso, estava lá o Celso e mais uns comerciantes. E todo mundo reclamando. Aí o Celso virou pra mim e disse assim: rapaz; mais você é burro demais. Você sai de São Roque, vira doutor, e volta para esta desgraça? Você some daqui que isso daqui não tem recurso mais não.

Como visto, os primeiros esforços foram direcionados para trazer um banco tradicional de volta para São Roque de Minas, e como lembra Antônio do Chico.

Tentaram o Mercantil, o Bradesco, o Brasil, a Caixa, e o Mercantil, que foi o que esteve mais próximo. A prefeitura entrou no meio, tentando usar influência, mas não deu. Também tentaram ajuda com deputados estaduais. Eles foram a Belo Horizonte, na matriz do Mercantil, mas nada.

As negativas levaram o grupo a se aproximar mais, pois a necessidade por um banco estava disseminada na mente do grupo que se formava. Como disse João, a comunidade estava envolvida. Em uma de suas falas, comenta que sempre havia os que acreditavam e os que não, destacando que, no caso deles, o grupo começou a convencer as pessoas de que não havia saída, era preciso apoiar. Mas não sabiam o que apoiar. Ficava cada vez mais claro que nenhum banco iria se aventurar em São Roque de Minas; no máximo, pensavam que lhes sobrariam as mesmas dificuldades do momento. Parece não fazer parte da lógica bancária tradicional envolver-se na rearticulação de economias de pequenos municípios para lograr lucros futuros.

Reconhecido por sua liderança e inquietação, João atraía e logo conhecia os que chegavam para investir na cidade. Antes da ausência da MinasCaixa, os que percebiam as boas condições para a atividade agrícola da região (água abundante e de qualidade, terra fértil e temperatura adequada a várias culturas) consideravam a cidade como um espaço privilegiado. Foi o caso de Getúlio Wolff que, saindo de Limeira (SP), chegou a São Roque

de Minas para plantar café e laranja. Ao iniciar sua produção, Wolff sentiu a ausência de um banco na cidade.

Ele e João seguiram para Alpinópolis (MG), pois nesta cidade havia uma cooperativa de crédito. Este município chamou a atenção de João, pois possuía as mesmas características de São Roque de Minas, como o tamanho da população e o volume da atividade econômica. Imediatamente associou as condições e imaginou uma cooperativa de crédito em São Roque de Minas. Em poucas conversas, descobriu que sua cidade poderia ter um banco. João refere-se a esse momento da seguinte forma "Nós descobrimos que São Roque poderia ter uma cooperativa de crédito. Mas aí fica aquela coisa, como é que nós poderemos abrir uma cooperativa de crédito em São Roque? Você imagina a auto-estima desse povo aqui como é que estava". Quando pergunto se o projeto de abrir uma cooperativa de crédito havia, pelo menos por um tempo, eliminado outras possibilidades ou saída para a cidade, ele concorda. Mas, em seguida, faz uma indagação.

> E quem iria liderar o processo? Tinham dois, três, quatro que mais conversavam. Por que era tudo informal, nós não formalizamos um grupo, criamos uma ONG, uma associação, não! Isso ficou muito na informalidade. Quer dizer, um apoiava o outro na informalidade. E eu recém chegado aqui e comecei a ter transito livre. Vamos fazer isso, aquilo; coisa assim.

Nesse momento sua liderança já era aceita e confirmada por ele, que percebia o suporte do grupo que se formava. A partir das relações que mantinha com os mais próximos escutou de Seu Domiciano que, em Medeiros (MG), estava sendo inaugurada uma cooperativa, pois como em São Roque, não havia mais bancos.

Quando foram a Medeiros conheceram algumas pessoas de Iguatama, onde havia uma cooperativa de crédito com mais de dois anos de funcionamento. Os próprios moradores haviam dado suporte para a abertura das cooperativas de Bambuí e de Medeiros. Esse breve contato estimulou o Sr. Lusmar, gerente da cooperativa de crédito de Iguatama (ainda o era até a realização da entrevista), a ir até São Roque de Minas, para uma primeira reunião, no clube da cidade. Explicou o que é uma cooperativa e os serviços básicos que poderia oferecer à cidade. O fato de novamente ter um centro de referência para os serviços bancários necessários ao cotidiano das pessoas era o suficiente. Começava a formar-se a ideia da cooperativa de São Roque de Minas, a ser criada para resgatar os serviços perdidos com o fechamento da MinasCaixa; naquele momento, nenhum outro plano fazia parte do projeto.

> Só isso. Para nós estava bom. Pro comércio, imagina! O queijeiro voltar a sacar aqui, prefeitura voltar a pagar aqui. O aposentado a receber aqui. Nós voltarmos à condição de pré-fechamento da MinasCaixa? Estava bom? Estava ótimo. Só isso e mais nada (João Leite).
>
> A situação nossa é a seguinte, tem que entender. Nós criamos a cooperativa de crédito por quê? Por que não tinha nenhum agente financeiro local. O que tinha foi embora, a MinasCaixa. Outros não quiseram vir para São Roque. Qual a alegação? São Roque não era uma praça bancária, por que não tinha geração de produção nenhuma, a não ser a produção de leite de pequenos produtores. Isso não dava um volume financeiro para dar suporte à permanência de uma agência do Bradesco, do Itaú, do Banco do Brasil [...]. E então isso aqui não era uma praça bancária. Qual que é o primeiro momento da cooperativa de crédito? Foi criar uma instituição para prestar serviços bancários. (*Idem*)
>
> A Saromcredi foi fundada por necessidade. A Saromcredi foi fundada por que nós ficamos sem banco. (Antônio do Chico)

As reuniões passaram a ser frequentes e resultar na formatação do projeto, mas a partir de pouco conhecimento sobre o assunto. João reconhece na entrevista que não dominavam o assunto. A existência de casos de cooperativas abertas em outras cidades fazia o papel de referência e estímulo. Como costuma fazer, foi a partir de um relato que explica esse momento de amparo decisivo para a identificação do projeto de criação da cooperativa de crédito, como a saída para São Roque de Minas. A percepção de que, no caso do município a dificuldade seria maior, pois teriam começar de novo, reunindo os recursos disponíveis com cada interessado para a formação do capital inicial. Nesse ponto há uma importante diferença entre a cooperativa de São Roque de Minas e as das cidades vizinhas. Fato que a revela ainda mais importante como suporte econômico a tantos municípios que sofrem com a escassez de recursos para iniciarem processos de articulações e rearticulações produtivas.

> Mas vocês sabiam de alguma coisa? Não, não sabíamos de nada. Sabíamos que tinha uma cooperativa de crédito em Passos que funcionava. Outra em Alpinópolis que funcionava. Uma em Bambuí funcionando, Bom Despacho, Abaeté, Arcos, Iguatama, Lagoa da Prata, quer dizer, nas cidades vizinhas a coisa estava funcionando. Só que lá surgiram com apoio de cooperativas agropecuárias, outro nível. Com bancos; públicos e privados. Lá foi outro interesse, eram produtores rurais que queriam gerir suas economias dentro de uma instituição financeira local própria deles. Muito diferente. A nossa não. A nossa necessidade, a nossa demanda aqui era da sociedade como um todo. Não era de um determinado setor, de uma classe não. Era da comunidade como um todo.

Percebiam que era possível inaugurar a cooperativa, mas mediante outros meios, pois a facilidade da acumulação inicial de capital não estaria presente. Intensificava-se um esforço de convencimento e sensibilização dos sanroquenses. “Pelo amor de Deus, vamos acreditar”, disse João relembrando uma das frases que espalhava pela cidade nessa época.

Nessa época o grupo havia sido articulado e estava prestes a formalizar-se pela exigência legal para a constituição da cooperativa. Eles seriam os cooperados fundadores da cidade. Das tentativas iniciais de instalar um banco, até a aderência à ideia de montar uma cooperativa de crédito, era João Leite quem tomava as iniciativas. Fortalecia uma prática que

mesclava a afirmação da liderança dele e a permissão das pessoas que não sabiam ao certo o que fazer. Em uma das entrevistas foi relatado que "não foi excesso de confiança no João não, foi mais comodismo mesmo. Deixar que alguém resolvesse o problema, pagar pra ver". O desconhecimento que marcara a maioria dos que iniciaram o processo, somado à descrença generalizada pela comunidade e à insegurança de errar, fazia com que João assumisse o papel de líder. Como disse Onésio do Gabriel, fazendeiro muito próximo a ele.

Todo mundo depositou confiança no Joãozinho. Ele tem conhecimento, não é? A maior parte aqui só assina o nome. Joãozinho pensou, pensou e foi procurar por nós, eu, meu irmão e Seu Antônio Miguel, para falar que ia montar um banco. Mas era aquilo do pessoal desacreditado em trazer um banco pra cá. Tinha gente que já falava que queria ir embora. Uns falavam: isso aqui não vai funcionar não. Ele também tinha um pouco de instrução nesse assunto, não é? Então, começou que nos juntamos e formamos esse banquinho. Tentaram trazer bancos. Mas a praça é fraca. E chamou os fazendeiros que mexiam com mais movimento.

A partir da insistência do líder, do apoio do grupo que se formava e das interações positivas com os funcionários da cooperativa de crédito de Iguatama houve progresso. Como antes, disse-me "nós queríamos que essa cooperativa fizesse aquilo que nós tínhamos perdido, retornasse para nós aquilo que havíamos perdido com o fechamento da MinasCaixa". Esse foi o foco inicial do projeto de futuro que começava a ser construído. E "com cinco funcionários, num cômodo da prefeitura", a Saromcredi iniciou as atividades. Em meio a várias dúvidas, indagavam: "Mas como vamos fundar um banco, não sabemos por onde começar. Precisa do Banco Central? Precisa de Governo? Precisa de deputado? Como é que agente faz"?[97]

Como comumente tipificadas em situações como essa, o projeto de futuro que se desenhava em São Roque de Minas foi marcado por divergências e dificuldades. Cerca de trinta pessoas foram reunidas, sendo vinte e um os fundadores da cooperativa. Dentre esses, era preciso que fosse arrecadado o capital inicial para formalizar a Ata de Fundação; um momento marcado pela peculiar ação de um dos fundadores, Seu Onésio do Gabriel, uma dentre outras decisivas contribuições ao projeto. Havia Uma desconfiança baseada na escassez de recursos de vários membros do grupo.

Quando foi para depositarmos no Banco Central, para fazer aquele depósito inicial, nós rateamos o grupo. [...] Pegamos um pouquinho de cada um, da diretoria para fazer o depósito. E não tinha dinheiro para comprar computador. [...] Ninguém tinha dinheiro. Aí Seu Onésio falou "você assina uma promissória, Joãozinho, e eu assino avalizando para todo mundo". [...] Você entendeu a importância da palavra dele? Da atitude dele? Aí foram tantas pessoas com atitude tão nobre. Agente vai perdendo a história, por que agente vai esquecendo as coisas, mas sãs coisas que eu cito são as que eu lembro como mais importante. [...] Não tínhamos dinheiro. E as

[97] As duas transcrições neste parágrafo se referem a falas de Antônio do Chico.

pessoas com medo de perder o pouquinho que estava colocando, e veio o velho e “se perder eu pago para todo mundo”. (João Leite)

Seu Onésio garantia que o depósito fosse feito, e acionou o envolvimento e a crença no projeto. À medida que o projeto avançava novas divergências surgiam. No entanto, não impediam o avanço da cooperativa. Os cinco fundadores da cooperativa que entrevistei, houve unanimidade ao apontar que as diferenças eram pequenas, não provocavam discussões ou perdas de tempo que impedissem o andamento das ações. Depoimentos que confirmam o que me disse João Leite.

Engraçado, não sei se é por que ninguém sabia de nada, mas não tivemos tanto divergência. Eu vejo as coisas assim; isso é igual àquelas barreias para os atletas irem pulando, a cada barreira daquelas está mais próximo da chegada, não é? Então cada hora tem uma barreira, então pula essa, então a cada barreira: vamos ver como é que vai ultrapassando essas barreiras. E agente vai assim. Houve pequenas divergências, pequenas divergências? Houve. Como é que vocês contornaram? O que a maioria decidiu. Nunca tivemos vergonha de perguntar nada. E se tem um grupo divergente demais, o que é que perde? A causa. Nós queríamos que a cooperativa desse certo. Vamos administrar ela para o todo? Vamos! Vamos ter uma visão macro do processo? Essa atitude aqui do conselho vai ajudar quem? Ah, vai beneficiar o grupo todo, então vamos fazer às claras. E precisa ter transparência, por que a sociedade tem um desconfiômetro tão elevado. Então agente aqui sempre esteve muito preocupado com isso. Como é que as pessoas estavam vendo agente. E a cada decisão, a cada novo empregado, isso refletia na família, então isso fez a diferença.

Sendo as divergências internas pequenas, e sucumbindo a cada acerto da cooperativa, houve momentos difíceis, principalmente com o principal ator político do município, a prefeitura. Mas, dedicarei-me a este aspecto quando abordar o ator político-administrativo. O que adianto é que a força da comunidade sempre existiu, na intensidade suficiente para a legitimação do sistema de atores que dirigiam o processo. Volto a destacar os motivos que provocaram tamanho apoio.

Apesar de a inspiração inicial ter ficado reduzida à ideia de ofertar serviços básicos, esse fato logo muda. Assim, a percepção de qual deveria ser o papel da cooperativa começa a mudar nos primeiros passos após sua fundação. Começava a ser gerada uma condição de contínua ampliação e importância da mesma, não só para o sistema de atores envolvidos diretamente no projeto, mas principalmente para toda a população da cidade. O alastramento dos benefícios à comunidade, e não só para os envolvidos – em sua maioria os comerciantes e os fazendeiros locais –, foi, e continua sendo, fonte decisiva da legitimação dessa elite dirigente. Misturando momento favorável e uma boa leitura da conjuntura que definia o momento, a direção da cooperativa percebe que o que precisava ser feito era gerar fluxo financeiro.

No todo, a sociedade inteira apoiou. Nós fundamos a cooperativa e o queijeiro passou a depositar aqui. O comércio passou a movimentar. A cooperativa abriu as portas e isso começou a retornar. E o pessoal foi sentindo. [...] Criamos uma coisa e todos começam a querer participar. Então percebemos que a comunidade como um todo também queria fazer parte daquilo. Essa era minha percepção. (João Leite)

Mas, o que foi feito para que o projeto ampliasse da prestação de serviços e ocupasse um espaço maior, e ser reconhecido como uma instituição que "exerce um papel social grande", pois "tudo que tem na comunidade ela participa" [98]? Visão também compartilhada por outros, para os quais destaco a fala de Maria Bernardes, de que "a visão da cooperativa não era uma visão de banco. Era uma visão do todo; a do banco crescendo junto com o progresso da cidade". Era também a visão de Dona Renilda.

Nós tivermos uma época aqui que a Cooperativa passou a fazer todo o papel social da prefeitura, foi um período muito crítico que nós passamos aqui com um prefeito, e a cooperativa passou a ser a patronal. Então tudo que você precisava, de um medicamento para uma pessoa carente, em vez de bater na porta da prefeitura, batia na porta da cooperativa. Então ela desenvolveu esse papel social. Que foi muito bom também por que desvinculou a população do paternalismo da prefeitura. Então nos começamos a ver que a cooperativa era uma coisa nossa e que continuaria. Enquanto que a prefeitura muda de quatro em quatro anos. A filosofia da cooperativa não muda igual a da prefeitura. E foi com essa consolidação da população aqui que começamos ter essa auto-suficiência, de um asilo, de uma creche, que a própria população é quem banca, sem ajuda externa, o que gerou uma qualidade de vida muito boa. As pessoas vêm e ficam admiradas. Temos pobreza, mas não temos miséria. Lá fora afundando em miséria e aqui não.

Adiantei que houve algo favorável, a inflação, visto que poupava os dirigentes da cooperativa da busca imediata por novas ações para o crescimento da mesma. Para João, "naquela época nós tivemos a felicidade de estar num momento inflacionário. Então agente não tinha muita preocupação de ter um capital grande para estar emprestando, para estar auferindo renda para cobrir as despesas. A inflação fazia isso por nós".

Além disso, houve uma decisão que refletiria na comunidade, pois havia muitas pessoas que ainda desconfiavam do futuro da cooperativa. Refiro-me à devolução do dinheiro que havia sido emprestado pelos fundadores, avalizado por Onésio do Gabriel. O salto simbólico dessa atitude repercutiu imediatamente na imagem da cooperativa, pois se espalhava a notícia de que o "tamborete", termo pejorativo usado para menosprezar a criação da Saromcredi, estava se tornando um banco.

Tomamos uma atitude que mudou a história da Saromcredi. Aquelas notas promissórias que eu havia assinado e Seu Onésio avalizou verbalmente, por que o velho não precisava nem de assinar, bastava ele falar, que todo mundo acreditava, a Saromcredi resolveu pagar. Em maio de noventa e dois, ou seja, sete meses depois de aberta

[98] Sr. Valmório; Gerente da MinasCaixa de SRM na época de sua liquidação.

a cooperativa. Nós já havíamos ganhado um patrimônio suficiente, que permitia o resgate daquelas notas promissórias. E qual foi o combinado quando nós rateamos aquele custo de implantação da cooperativa para os vinte e dois fundadores? Era que nós devolveríamos o capital. Sem correção. Mas a inflação de trinta por cento ao mês já tinha corroído aquele capital, aquilo não valia mais nada. Aí, fizemos a conta. Eu mais Wilson gerente. Propusemos ao conselho, e o conselho aprovou, de corrigir aquelas notas pelo índice da poupança e resgatar aquelas notas emitidas em favor da cooperativa de crédito de São Roque. E assim nós fizemos. [...] Sabe o quê que aconteceu na praça? Ó, Saromcredi pagou o que deve, vai virar Banco. O tamborete vai virar banco.

A legitimação dos dirigentes alcançava outro patamar. Como revelou Antônio do Chico, "até os que falavam mal do tamborete começam a abrir suas contas". O tal "tamborete" era instável, mas começava a se apresentar de forma diferente. E destaca, "aí a falação foi acabando, o falar mal".

O fluxo financeiro intensificou-se na cidade e as decisões foram multiplicadas na direção das possíveis fontes de geração de novos fluxos. O Plano Real trouxe a confirmação de que o foco deveria ser direcionado para o setor produtivo, passo que entendo ser um dos dois mais importantes para a reversão da estagnação econômica. O outro se refere ao destino dos excedentes do capital gerado localmente, totalmente limitado às fronteiras do município.

Veio o plano real [...] E qual era a visão macro do Plano Real? Era acabar com a inflação, baixar a taxa de juros, favorecer o setor produtivo. Então a Saromcredi precisava captar recursos. Nossa poupança interna era pequena, patrimônio pequeno. E o Banco Central falou: a cooperativa que não tiver volume de depósito não vai sobreviver. Mas onde íamos buscar dinheiro? Todos aqui que tinham dinheiro já eram clientes nossos Tínhamos que pegar o pouco que tínhamos e incentivar a produção para gerar fluxos de produção. [...] São Roque [...] já tinha produção de milho e de café, mas de maneira rudimentar, de subsistência. A Saromcredi deu o toque empresarial no negócio, quer dizer, eu valorizei a cultura local. Não criei nada de novo. Eu como agrônomo sabia que produzir milho e café aqui era um excelente negócio. Então, vamos incentivar a produção de milho e café, vamos promover a melhoria genética do rebanho, vamos financiar touros, vamos financiar matrizes novas para melhorar a produção de leite, de queijo para vender mais, para entrar mais? Então começamos a atuar nisso aí. Aí é que começamos a perceber as mudanças significativas na condição social. [...] Deveríamos investir no setor produtivo para gerar produção exportável para retornar fluxo financeiro, pegar esse fluxo financeiro e incentivar mais a geração de emprego. Então o quê que a Saromcredi incentiva? Se tiver uma bela ideia que vai gerar emprego e renda aqui nós vamos financiar. Nós vamos medir o risco disso, tentar pegar as garantias adequadas, mas vamos te apoiar para você produzir. O grande problema de São Roque hoje é falta de mão-de-obra, principalmente especializada. (João Leite)

A diversificação produtiva iniciada com a produção agrícola aumenta a renda em circulação no município. A percepção de Dona Renilda confirma os passos narrados por João.

Começou como básico, receber contas, o que antes era uma grande dificuldade. Transações começam a voltar, principalmente daqueles que sempre existiram, produtores e queijeiros, que já davam e descontavam cheques por aqui mesmo. A cada dia ficava mais dinheiro na cidade. Depois veio o pagamento da prefeitura, depois um mais difícil, o dos aposentados, mas acabou vindo também. A essa altura já era grande o impacto do dinheiro na cidade. Renascia um ciclo financeiro. Aí a Cooperativa começa com programas de incentivo à produção agrícola, os repasses do governo federal. Inicia com o café. Pela formação de agrônomo do João e seu conhecimento dos fazendeiros, conhecia bem as demandas e as potencialidades locais. Mudas de café baseado em permutas. Ela depois restituiu o dinheiro para os cooperados, trazendo impactos positivos e atraindo novos

cooperados. O que não ia dar certo passa a dar. Aí foi gerado muito trabalho. Novas pessoas na cidade, novas mentalidades, novas ações. (Dona Renilda)

Outra decisão acertada e que impacta diretamente a geração de empregos e a renda local, ajudando a fortalecer o grupo foi a formação do viveiro de mudas de café, totalizando uma área com aproximadamente trinta mil pés no início da década de noventa e atualmente, mais de dez milhões. “Decidiram pela criação de um viveiro de mudas. Ao preço de um terço o da média de mercado. A equivalência em café foi cobrada na primeira colheita”, resgata Antônio do Chico. Aqueles que tinham alguma experiência com a produção de café começaram a pegar as mudas, acertando seus compromissos em torno de três anos depois, independentemente do preço de mercado e de quem se beneficiava mais. Ou seja, estando o preço de mercado em alta, ganhava a cooperativa, mas estando ruim, os produtores não tinham nenhum compromisso com as possíveis perdas. Com as mudas veio, também, a assistência técnica, o adubo e o incremento improvável e inesperado na produção.

O crescimento da cidade trouxe um espírito de cordialidade e o fortalecimento que a economia precisava para deslanchar independente de determinações extralocais. Circunscrito nesse espírito, destaco apenas que Onésio do Gabriel, novamente foi importante. Faltou dinheiro para finalizar o plantio de mudas que daria impulso à produção local, e, ele emprestou dinheiro para concluir conforme o planejado. Aceitou receber quando a Saromcredi estivesse com os recursos provenientes da produção de café acertada com os produtores. Arriscou, mas recuperou o dinheiro. Eram boas as condições do mercado cafeicultor na colheita.

As passagens apresentadas foram selecionadas por entendê-las como as mais representativas para expressar o processo de legitimação da elite dirigente local. As decisões que foram estendidas à comunidade, muitas idealizadas pelo próprio grupo (como o viveiro de mudas), outras respondendo às demandas daquela (como o pagamento dos aposentados), foram decisivas para tornar coesa a articulação do apoio dado ao sistema de atores. Dessa capacidade de desenvolver ações que estimulam a agregação coletiva e geram uma boa articulação entre os envolvidos veio sua principal fonte de legitimação.

Ter atuado dentro de uma lógica comum (investimentos no setor produtivo, atividades formadoras de fluxos financeiros e investimento dos excedentes de capital no local) foi decisivo para que o grupo adquirisse maturidade, e, no geral, conseguisse um bom nível de articulação com os dirigentes sócio-territoriais, econômico-produtivos e políticos. No entanto,

com este último houve momentos de nenhuma articulação e, muitas vezes, de conflitos diretos (como veremos nos detalhamentos sobre o ator político-administrativo).

Nesse sentido, apesar desse conflito ter causas que me levam a crer pertencerem à esfera pessoal, percepção confirmada em todas as entrevistas, em dois momentos da história da Saromcredi e do desenvolvimento de São Roque de Minas não houve articulação com o dirigente político local. Essa ocorrência sugere um afastamento da perspectiva de se tratar de uma elite dirigente com nível elevado; ou fortemente legitimada.

Embora seja difícil caracterizar o sistema de atores como fortemente legitimado, permanecem minhas convicções de que é desta indicação que ele mais se aproxima, e não de ser localmente desarticulado. Neste último caso haveria grupos dirigentes setorializados, quando mesmo a elite dirigente conseguindo promover um dinamismo no desenvolvimento local, faltaria alcançar níveis de coordenação com os demais setores da sociedade local. Mas, entendo que o grau de legitimação alcançado só não foi nitidamente elevado nas duas situações em que esteve na prefeitura o mesmo prefeito. Nas outras, estiveram próximas, primeiro, tentando ajudar a convencer atores extralocais a levarem novamente um banco para São Roque. Entretanto, como disse Antônio do Chico "a prefeitura entrou no meio, tentando usar sua influência, mas não deu". Já no início da Saromcredi, seu apoio foi fundamental.

> O prefeito apoiou, queria que a cooperativa funcionasse, não tinha outra alternativa, por que se uma prefeitura já é contra, a câmara já é contra, fica complicado, não é? Foram favoráveis. Mas o quê que a prefeitura fez de efetivo? Bom, ela emprestou dinheiro, a câmara autorizou o prefeito a movimentar com a gente na época. (João Leite)
>
> As contas mantidas para obras de prefeituras, fundos de participação, pagamentos de funcionários, o que pôde fazer ela deixou na Saromcredi. (Antônio do Chico)
>
> Houve ajuda, mas mínimas, como a da prefeitura na fundação, quando empresta um cômodo. (Valmório)
>
> O prefeito cedeu isso pra nós, cedeu espaço físico, cedeu água, luz, telefone. Nós não gastamos no início com essas despesas administrativas. (João Leite)

Mesmo tendo passado pela natural disputa política à medida que a Saromcredi crescia e adquiria poder tão ou maior que o da prefeitura, o desenvolvimento do município não cessou e não foi interrompido ou diminuído em ritmo. Ao invés disso, a cooperativa se fortaleceu, uma vez que todos os obstáculos foram vencidos, e hoje tem uma sólida presença em São Roque de Minas e outros municípios da região, onde mantém a mesma política de envolvimento com a comunidade.

Assim como em São Roque de Minas, nos lugares onde mantêm agências os recursos captados no município permanecem no local, dando impulso às atividades de produção e de

consumo, pois hoje a cooperativa equivale-se aos bancos, em serviços ofertados. Deriva de sua atuação uma forte capacidade de articulação, interferindo nas relações de poder previamente estabelecidas. Ao alterar essas estruturas de poder, a dinâmica de relações, que mantinham essas localidades estagnadas, é alterada, alheias ao desenvolvimento que se estabelecia fora desses locais ou a eles se articulando pontualmente, desagregando e fragmentando ainda mais esses territórios. Entendo que se trata de um lento processo no qual tem prevalecido, mesmo sobre um curso natural de resistências, ações que tendem a agregar mais do que desagregar.

Determinados prefeitos, não só de São Roque, de outros municípios também que nós temos agências, eles acham que nós estamos metendo o bedelho onde não deve. Por que coisa social, área educacional, de saúde isso é coisa de prefeitura. E nós não, nós acreditamos que nós somos um parceiro a mais no todo da comunidade. E eles não. O quê que aconteceu? Hoje as cooperativas são maiores que as prefeituras nas áreas em que atuam. E é aquela coisa, quando você é pequeno, todo mundo quer ajudar, mas quando começa a ganhar corpo vem a inveja, o ciúme. Até que você cresce a um determinado ponto até ficar imune a essas ações de politicagem, mas aí já corre o risco de ter politicagem dentro da própria instituição. Esse problema sempre existiu. (João Leite)

Quando João sinaliza sobre problemas políticos internos, refere-se à última eleição para a presidência da Saromcredi. Na ocasião, apesar da vitória, com mais de setenta por cento de aprovação, houve resistências, fragilizadas pelas suas próprias causas.

São questões políticas locais. [...] As coisas se misturam, a cidade é muito pequena, as pessoas se expõe muito. Do mesmo jeito que o prefeito se expõe, que os secretários se expõem, o presidente da cooperativa de crédito também se expõe. O gerente da cooperativa também. Ele diz não para muita gente. Ao mesmo tempo em que diz sim ele tem que dizer não e isso desagrada. Tudo é possível na política. (André Picardi)

Ano passado pela primeira vez teve eleição. E nós tivemos setenta e dois por cento de aprovação. A unanimidade é burra. Ainda bem que teve essa diferença pra gente ver o que agente não conhecia. [...] Outro fato importante [...], não foi uma briga político-partidária. Não foi uma briga de família importante. Não foi de religião. [...] Foi a briga das pessoas idôneas, boas, contra o Serasa[99]. Pois pessoas de má conduta, que não pagam o que pegam, estão sendo eliminadas da cooperativa. Então, elas acharam um meio de se rebelar. Foi bom por isso. Eles querem permanecer com Joãozinho? Não sei, mas querem que continue com aquela política. Então eu digo que os setenta e dois por cento de votação foi para manter a atual política de crescimento e desenvolvimento, essa visão do local. (João Leite)

O argumento de João é reafirmado no relato de Maria Bernardes, membro ativo do conselho da cooperativa. Ela diz “o candidato de oposição foi mandado embora da cooperativa antes das eleições. [...] Por cometer erros, coisa que não eram corretas”.

[99] Instituição que informa sobre a idoneidade financeira de pessoas físicas e jurídicas. Geralmente contatada pelos ofertadores de crédito para se prevenirem contra mal pagadores. Em sua fala, João relembra frase usada por um amigo falecido ao se referir não só aos que não honram suas dívidas como aos que mantêm comportamentos escusos.

Além disso, nas situações em que o prefeito Cairo Manoel de Oliveira tentou sufocar a força da Saromcredi coincidem com fases em que a cooperativa se tornava mais forte. A distância entre as duas instituições foi lembrada por Maria Bernardes. Para ela, isso ocorreu "especialmente com a administração de Cairo Manoel de Oliveira. O problema é que seus mandatos coincidiram com o crescimento e consolidação da Saromcredi".

Outros obstáculos foram os que acompanharam os dirigentes desde o início, mas que foram naturalmente superadas na medida em que as decisões tomadas repercutiam diretamente na melhoria das condições de vida da comunidade. Dessa forma, é facilmente desconsiderada qualquer identificação da elite local como fracamente constituída. Mantendo consideração ao amparo dado por Arocena (2004), entendo que não só a formação, como todo o caminho percorrido pelo sistema de atores local se mostrou, em sua maioria, possuidor de forte legitimação. Mesmo nos momentos de embate político com a prefeitura, o grupo manteve habilidade suficiente para identificar o que gerava a agregação coletiva para manter o projeto.

Ao mesmo tempo, não sugiro que essa conclusão necessariamente aponte para outra concepção da elite dirigente, na qual sua legitimação é sustentada pela comunidade. O projeto se sustentaria sem que lhe fosse necessário articulações com os dirigentes políticos. Vimos que esse não foi o caso do que vem sendo analisado, pois o apoio da prefeitura foi fundamental em diversos momentos da Saromcredi. O que parece ter ocorrido nesta comunidade foi a forte liderança que a elite manteve na maior parte do tempo, mesmo passando por dois períodos de desarticulação. Nesta fase, houve alterações na força de articulação local, inibindo a velocidade e o número de ações para o desenvolvimento.

Finalmente, em seu processo de legitimação, não faltou à elite dirigente capacidade de interpretar o que gerava agregação coletiva pela habilidade de articulação com os envolvidos, como veremos em novos momentos da análise.

6.2.2 O sistema de regulação: negociação onde só havia dependência

"Fizeram quase tudo sozinhos", disse-me o proprietário de um dos postos de gasolina da cidade, ator que sempre se manteve próximo ao grupo que dirigia a Saromcredi, o "Tomate". Sua fala releva o momento inicial da articulação entre atores da elite dirigente local e sua interação com a espacialidade extralocal. Sugere que praticamente inexistiu apoio

externo para fortalecer o projeto, marcando o momento como aquele no qual as mudanças deveriam ser iniciadas pela elite dirigente, e seus poucos recursos e conhecimentos.

Os primeiros fatos marcantes da relação de São Roque de Minas com outros espaços deixaram uma herança de descrença, baseado em crenças de naturalidade das ocorrências. Esta perspectiva determinista destacada em várias entrevistas lembra o pensamento escolástico. Escutei de Myrian, proprietária de uma pousada na cidade que "Aqui as coisas não vão para frente. Todos acham que as coisas aqui não vão dar certo mesmo, que ninguém acredita quando dá". Ou, ainda, como me disse José Leite, um dos fundadores da cooperativa, e de forma bem direta. "Aqui no São Roque é muito marrado as coisas", referindo-se à morosidade das pessoas, à falta de andamento, de iniciativa.

Falas como essas me fizerem refletir, pois parecia estar se formando um paradoxo. Como interpretar a passividade dessa comunidade, sua baixa articulação, se exatamente o contrário me levara a conhecê-la? Se fora praticamente sua capacidade de se autodeterminar sua melhor característica? . Aos poucos os fatos se tornaram claros. O esclarecimento tornou-se nítido ao estudar, de forma aprofundada, a análise da relação existente entre a dimensão local e a extralocal.

Momentos específicos na história de São Roque de Minas aconteceram fora do corte temporal que tenho privilegiado e são importantes para esclarecer esta questão. Na interação do grupo com as esferas extralocais, desenroladas desde 1991, práticas, valores e tradições culturais manifestaram-se, influenciando as escolhas e ações da elite dirigente.

Ao recordar as primeiras relações de São Roque de Minas com a esfera extralocal percebo que foram marcadas pela determinação de atores extralocais sobre o local, impactando negativamente na vida econômica. Os três acontecimentos já comentados são suficientes para ilustrar essa prática de decisões supradeterminadas, deixando à comunidade a percepção de haver uma hierarquia que anteriormente decidia sobre o destino local sem que lhes fossem dadas informações ou oportunidades de participação. Refiro-me à proibição do garimpo, ao fechamento de grande parte da área de pastagem para a criação do Parque Nacional da Serra da Canastra e, por fim, e mais impactante, o fechamento da MinasCaixa. Nos três casos, chegam a São Roque de Minas decisões tomadas, cabendo aos que ali viviam se adaptarem para dar continuidade às suas vidas.

São determinações que ocorreram em um pequeno período de tempo pequeno, acumulando em uma mesma geração marcas de uma história que parecia ser definida longe do município. Na década de 1970 é criado o parque, em 1980 é extinta a exploração de

diamantes e em 1990 a MinasCaixa foi fechada. Não havia esperança no futuro. Manifestava-se outro sentido para o “tudo o que é sólido se desmanchava no ar”, de Karl Marx, principalmente para os que viram suas extensões de terras se equivalerem a frações do valor real, para a criação do parque.

Some a esse clima a questão da violência. Os fazendeiros da região não estavam acostumados a esse tipo de comportamento, de sair à força, na paulada. Todos ficaram inseguros. Achavam que seria a implantação do regime comunista. Meu pai tinha todos os impostos pagos, tudo correto, e chegam e tomam tudo dele. Meu pai entrou num quadro depressivo grande. Levaram as terras dele do chapadão, achava que a qualquer momento levariam também as terras da parte baixa. Ninguém falava de meio ambiente, essas coisas não. Era área de segurança nacional. Ninguém chegou antes. Conscientizando a conservação da área. Tomamos uma rasteira. A voz dos fazendeiros não valeu.

Com Maria Bernardes obtive a nítida impressão desse estado de desânimo, de passividade. Durante a entrevista, dois momentos foram marcantes, pois a entrevistada resgatou uma de suas mais fortes lembranças da infância; a imagem que tinha do pai, uma pessoa bastante resignada, desanimada e sem esperança quanto ao futuro da cidade de então. Eram tempos de muito trabalho, mas pouco retorno e perspectivas.

Dentre outros, João Leite também fala da motivação que marcava o sanroquense, pois esta situação esteve presente no início do processo posto em andamento pela elite dirigente.

Tinha gente que criticava. Que cooperativa, banco que nada! Isso é tamborete. Vai nascer como tamborete. E gozavam. E brincavam. Mas na verdade, Rodrigo, tinha um fundo de razão nisso. Você imagina; a sociedade estava no fundo do poço. Como é que ia chegar para o pessoal; o nível cultural aqui é baixíssimo, a escolaridade é muito baixa, como é que você ia chegar e falar; nós vamos montar um banco.

Percebi um ponto comum nos depoimentos que abordaram o assunto, principalmente dentre aqueles que estiveram mais envolvidos com a execução do projeto. As resistências iniciais referiam-se à baixaestima da comunidade, alimentada historicamente por determinações alheias ao município. Uma espécie de baixa autoestima social, e não aquela trabalhada em nível individual. A comunidade percebia que a dinâmica do sistema capitalista acontecia desconsiderando o espaço sanroquense, especialmente quando um de seus agentes símbolo – a instituição financeira – abandona a cidade. A reação iniciada é imediata, e a sociedade começa a sentir-se abandonada, como imprestável.

Essa depressão coletiva e baixa autoestima que assolou parte da população local ajuda a entender as dificuldades mais comuns e os fatos corriqueiros no comportamento da

população local, levando à descrença de que algum cidadão local pudesse fazer qualquer coisa para mudar a realidade.

Se as pessoas do próprio sistema, indivíduos que deveriam entender mais do que o restante da população, portanto, sujeitos pensadores, não fizeram nada por São Roque, desconsiderando a cidade de seus planos, como os sanroquenses poderiam fazer alguma mudança? Nada mais coerente do que desconfiar e pronunciar desamparo a qualquer iniciativa que objetivasse no crescimento e desenvolvimento de São Roque de Minas.

A relação entre a cooperativa e o renascimento da cidade, ligação que extrapola o assunto discutido, pois atinge a autoestima da população, não poderia ser tão facilmente desenrolada. No entanto, como ficou comprovado, o equívoco maior parece ter vindo da organização do sistema capitalista, como delineamento e sentido da vida a se buscar. Ou seja, o fim si mesmo, e não para a organização social.

Compreendendo o sentido desse sistema como meio, a elite dirigente aos poucos dinamizou interações com a comunidade local e, sabendo agir sobre bases capitalistas, compartilhou benefícios localmente, com os cidadãos locais, do espaço de vida municipal. Dentre os benefícios os de ordem material, proveniente, principalmente, da reativação da produção agropecuária, e os de ordem imaterial. A produção depende do homem, e é importante que acredite no seu trabalho, ver o amanhã como possível.

Acrescente à dificuldade dos passos iniciais do grupo o fator de João Leite ser era da região da Buracas, considerada muito distante de São Roque, de baixa cultura. Nessa região havia grande concentração de negros, ou seja, o estigma do lugar de origem foi usado nas críticas iniciais dirigidas à ação do ator social que liderou o processo. Dona Renilda resgata uma frase típica da época. “Quem é esse da Buracas que está falando com sotaque de fora?”, quando se referiam ao João, recém-chegado do seu período de estudos fora da cidade.

Considerando o estado de descrença da população de São Roque de Minas, proveniente de interações extralocais que marcaram o passado dependente, volto-me às novas interações que foram acionadas a partir do momento em que o sistema de atores se constitui. O ponto de partida é deixa para trás uma bem definida situação de dependência, cujas razões eram nítidas.

A parca produção agropecuária era desarticulada. Os produtores de queijo, apesar de serem antigos na região e em número significativo, não deixaram de ser uma aglomeração para aproximarem de uma ideia de arranjo. Como produção fragmentada, os sistemas produtivos locais eram suficientes à subsistência das famílias. Quando iniciou um leve

crescimento, após a inauguração do parque, não atingiu níveis significativos para se gerar um excedente que pudesse promover alguma outra atividade complementar, sejam eles alastramentos produtivos ou comerciais.

Era, então, um sistema frágil. Mesmo na administração municipal de João Marcelino, entre 1989 a 1992 (coincidente com a abertura da Saromcredi), podemos visualizar uma forte capacidade de negociação para dirigir o futuro da realidade local. Naquele momento, havia bons relacionamentos com atores político-administrativos na capital federal, mas sem que houvesse, em São Roque de Minas, uma legitimação proveniente de boa articulação do dirigente político com o sócio-territorial e o econômico-produtivo. Dificultou, assim, a formação de um poder de barganha propício a uma relação negociada; e, além disso, a força de cada um desses era bastante incipiente. Estavam circunscritos em relações de trocas de favores, com retornos de fins políticos (votos) provenientes de demandas locais respondidas pelo ator extralocal mediante negociações.

O esforço da fundação da Saromcredi iniciou um longo processo de sedimentação de um sistema de atores constituído e legitimado, atuante através de canais de diálogos que os permitia negociarem de forma menos subservientes com as instâncias extralocais.

Quando a elite dirigente começou a contornar os descrentes, que criticavam a iniciativa de São Roque de Minas ter um banco constituído por indivíduos locais, houve uma retroalimentação. A cada benefício percebido pela população a resistência que tinham se esvaía, de forma a influenciar uma reversão do quadro de autoestima. Como chegou a destacar João Leite, “nós resgatamos a autoestima. Nenhuma sociedade empreende com baixo grau de autoestima”, pontuando o empreendimento em curso através de uma ótica coletiva, e não somente uma ação da cooperativa de crédito.

Sendo intensas desde o início das articulações do sistema de atores, é oportuno diferenciar suas características das interações ao longo do tempo. O período de 1972 a 1991 é marcado por completa dependência, fraca capacidade de negociação, restando aos sanroquenses adaptarem-se às determinações que a partir de outros lugares atingia o território local. Atenua tal caracterização o fato de que nesse período a elite dirigente ainda não havia se constituído em torno de um projeto, expressão da comodidade anteriormente comentada. Se a caracterização da elite dirigente só se faz mediante sua organização em torno do planejamento e execução de um projeto de futuro, não se torna factível a indicação de sua forma de interação com atores extralocais, ou seja, os atores sociais ainda não se expressavam na forma de um sistema de atores.

Todavia, despertos pela condição que passaram a vivenciar a partir do fechamento da MinasCaixa, e do que dele foi possível prever à realidade da vida local, o processo de articulação de contatos sociais conflituosos e cooperativos, que se inicia, torna possível qualquer classificação do sistema de atores de São Roque de Minas. As respostas diferenciadas começam a ser articuladas.

Dentre as primeiras articulações, como a própria ideia do projeto que reuniria esforços para a criação de um agente financeiro local, estava presente a participação de um ator extralocal. O amparo técnico fornecido pelos dirigentes da cooperativa de crédito de Iguatama sinalizou a viabilidade do projeto. Além disso, o fato de haver muitas cooperativas de crédito em funcionamento em locais próximos a São Roque, ofereceu amparo, reforçando a certeza do caminho. Como aprova transcrição de parte de um depoimento de João Leite, destacado anteriormente, ao falar das cooperativas de Bambuí, Bom Despacho, Abaeté, Arcos, Iguatama e Lagoa da Prata.

> Para implantação, o pessoal de Iguatama deu todo o apoio. Então, o que eles pediam para ser executado agente fazia. Readaptamos o estatuto para cá, trouxemos o modelo de edital de convocação, a ata de constituição. O que eles mandaram fazer, nós fizemos.

O total desconhecimento de como proceder, nítido na última oração da transcrição anterior, leva-nos a crer em uma interação dependente. Esse aspecto de forma bastante distinta do que era comum até então. A obediência era conscientemente aceita, era consentida; afinal, não tinham instrução sobre como proceder. Segundo João Leite, “o único sonho nosso era o de acertar, era fazer funcionar”. Em meio às tentativas de sair da condição de estagnação anterior era natural a dependência extralocal. A maioria das ações era simples, mais do que redigir uma ata de fundação, pois mesmo para fazer fotocópias dependeram de outros. “Para você ter uma ideia, não tinha máquina de Xerox aqui em São Roque. Para tirar a Xerox dos vinte e um fundadores eu tive que pegar o CPF e a identidade de todo mundo e ir lá a Piumhí, sessenta e quatro quilômetros de estrada de terra”, disse-me João.

A partir deste momento, foram constantes as relações extralocais, inicialmente, para o treinamento técnico dos funcionários da Saromcredi. Wilson, por exemplo, o primeiro gerente (havia trabalhado como caixa no Bradesco, quando este banco esteve possuía filial em São Roque de Minas), fez diversos cursos na Cooperativa Central de Crédito rural de Minas Gerais (Crediminas). Como no caso dos demais envolvidos, o conhecimento que tinham sobre o funcionamento de uma cooperativa de crédito era precário. Era necessário treinamento, e,

esse problema começou a ser superado. Como revelou Antônio do Chico, “Wilson, que assume a gerência, faz diversos cursos em Belo Horizonte e toca a Saromcredi por 10 anos”.

Nessa ocasião de formação do grupo que gerenciaria a Saromcredi, Wilson tinha por ocupação a atividade de mecânico de automóveis. Foi assim que, em determinada ocasião, enquanto retirava o motor de um carro, recebeu o convite para ser gerente do futuro banco de São Roque de Minas.

> Vieram de Iguatama e fizeram muitas contas e viram que daria certo aqui também (uma cooperativa de crédito). Aí juntou a turminha. [..] Mas e como é que agente faz? Ninguém aqui trabalhava em banco. [..] Só tinha o Wilson [...] que trabalhava no Bradesco. [...] Chegamos lá ele estava virando o motor de uma Brasília. Dissemos: Ô Wilson, nós estamos precisando de você por que nós estamos querendo montar um banco e precisa de um funcionário... Mas eu estou aqui uai. Eu quero é trabalhar num banco uai. Você topa? Ele disse, eu topo. Rapaz, o trem foi muito rápido. [...] Foi lá na Crediminas e juntou tudo, assim, para o começo. Rapaz, não tinha nada, não tinha uma cadeira para sentar.

Havia, nesse tempo, ocasião em que a elite dirigente se organizava, uma nítida dependência dos moradores da cidade de São Roque de Minas em relação às cidades vizinhas, especialmente Piumhí. Mas, como já me preocupei em demarcar anteriormente, não vejo, para esse momento, sentido em definir uma interação entre atores locais e extralocais, pois o que o sanroquense praticava eram atos de troca mercantil voltados para o abastecimento de necessidades básicas da vida cotidiana. Não havia organização da população na busca por negociar uma saída. Apenas se vivia uma conjuntura nova, de escassez, para a qual era premente alguma ação para a manutenção da vida local. Por isso, entendi como coerente iniciar qualquer caracterização de interações quando as idas ao extralocal manifestam sobre um espírito coletivo organizado com objetivo comum. Desse ponto em diante, as negociações são parte das metas, passos necessários para alcançar o objetivo de fundar um agente financeiro na cidade.

Ademais, esse curto período, que abrange do fechamento da MinasCaixa até a inauguração da Saromcredi, é suficiente para consolidar um ciclo dialético maléfico, entre a regressão de São Roque de Minas e o impulso à economia de Piumhí, que apressaria a implementação do projeto. Enquanto durasse a fuga da renda gerada no município para a cidade vizinha, os impulsos à desintegração econômica de São Roque de Minas seriam mantidos concomitantemente aos benefícios à economia de Piumhí. Uma dependência que insinua alusões às observações de Prebisch e Furtado. É importante notar que a cidade, apesar de todo potencial para se recuperar, não possuía recursos disponíveis para uma rearticulação

produtiva e econômica local. Tornava-se, dessa maneira, dependente de complacências ou altruísmos extralocais.

Foi na cadência de um lento movimento que se chegou a um nível de sustentação capaz de firmar negociações menos dependentes. Notadamente, por não ter ficado restrito ao campo de discussões da elite dirigente, mas por ter conseguido atingir certo grau de envolvimento com a comunidade.

> Agente tem sim o direito de se manifestar, sobretudo no que diz a respeito à nossa individualidade, à nossa região, mas nem sempre a nossa vontade vai prevalecer por que existem interesses nessa região que são estaduais, que são nacionais. Então, agente discute os limites do parque sabendo que o parque vai crescer, que há um interesse nacional maior que o interesse regional. Mas agente tem que ser ouvido, agente tem que ser respeitado, que agente tem que ser indenizado. E tem uma experiência, nestes últimos anos, muito gratificante e muito interessante. [...] Pegaram cinco ônibus aqui da região, de produtores rurais. Cento e cinqüenta pessoas que vivem dentro da área do parque a ser regularizada, foram até Brasília, para uma audiência pública dentro do Congresso Nacional, pra discutir com a Comissão de Meio Ambiente do Congresso Nacional e representantes do Governo Federal, do Ministério do Meio Ambiente. Aí eles, no começo, ressabiados. Chegaram lá, perceberem que podiam falar, que estavam sendo ouvidos pelas autoridades e que isso é um direito deles que não era só naquele momento. Então hoje é muito comum agente sair aqui e dizendo: preciso ir a Brasília levar um projeto, que tem um prazo pra protolocar, e eu vou na Caixa Econômica Federal ou no Ministério do Turismo, e tal. E aí um representante da Associação de Moradores de São José do Barreiro, ou às vezes ele nem é representante, mas ele tem um interesse nessa área, tem uma fazenda lá dentro, quer saber como é que está esse processo, e quer cobrar isso do deputado dele e pede uma carona no carro, e agente vai. Sabe, é uma coisa que há três anos não se via aqui. Isso era delegado para o prefeito, para a autoridade. (André Picardi)

Um espírito de reação, de mobilização, quase extintos localmente demorou, mas no curso de tantas ações foi instigado a manifestar-se. No caso da defesa do território sanroquense frente às investidas que, externamente atingiam a área do parque, os resultados foram uma nítida representação da inversão de uma situação de dependência na interação com atores extralocais para uma de negociação.

Recentemente, a Saromcredi foi objeto de estudo de Souza (2008). Voltando sua análise para o processo de decisão estratégica conduzido pelos dirigentes da cooperativa, ela identificou momentos decisivos, classificados como eventos críticos, para o crescimento da cooperativa. Embora meu interesse seja distinto, procurei relacionar os achados da autora com as impressões que tive a partir dos dados coletados nesta pesquisa, buscando evidências e caracterizações do que permitira à São Roque de Minas experimentar seu desenvolvimento.

Essa junção foi importante para minha percepção do quanto os passos dos dirigentes da Saromcredi permitiram tanto modificações nas interações extralocais quanto o envolvimento da cooperativa com a comunidade, expressando sua capacidade de resposta diferenciada na busca de se afastarem da situação inicial de crise. Os períodos estratégicos identificados por Souza (2008) exprimem variações de espaço, com ações e interações que em

um momento privilegiam o local, mas em outro, o extralocal. Essa variação não foi excludente, apenas indica uma prevalência, embora no segundo momento as duas tenham tido concomitância fundamental. Também estão manifestas ações que ajudaram a legitimar a elite dirigente (indicador já analisado) e o papel do ator político-administrativo, embora este em menor intensidade, carência suprida no decorrer da análise, em subtítulo próprio.

O primeiro período compreende de 1991 a 1993, e foi caracterizado como o de "crescimento" da cooperativa, marcado pela captação de recursos para o início das atividades, pela busca e manutenção da credibilidade e pela filiação ao Sistema Cooperativista Central. O segundo inicia em 1994 e termina em 2004, caracterizado pelo aumento da produção de café e milho, criação de postos de atendimento na região, reestruturação da cooperativa agropecuária da cidade e construção da unidade de armazenamento. Foi nomeado por Souza (2008), como de "expansão". O terceiro período, de 1999 a 2006, foi identificado como o de "consolidação", com o envolvimento da cooperativa na promoção de cursos de capacitação, na criação do Instituto Ellos de educação e no auxílio a instituições filantrópicas. Por fim, iniciando em 2003 e ainda em manifestação, a "diversificação", quando decide pela criação de um provedor de internet e pelo fomento mais direto no turismo e no comércio local.

Como as primeiras interações da elite dirigente com atores extralocais estavam circunscritas no amparo solicitado para a fundação da cooperativa, novas interações voltariam a ocorrer sempre que novas relações fossem percebidas como importantes para o crescimento da cooperativa. Como quando procurou se filiar ao Sistema Cooperativista Central, fato que "liberava as cooperativas da obrigação de movimentarem suas contas nos bancos públicos", como fazia a Saromcredi com o Banco do Brasil. Assim, "a transferência dos valores era feita eletronicamente para uma central cooperativa que aplicava o montante somado de todas as cooperativas filiadas. Essa operação conjunta permitiu a renegociação com maior poder de barganha das taxas cobradas pelos bancos públicos" (SOUZA, 2008, p. 71). Dessa forma, essa segunda interação extralocal significativa agia no sentido de contribuir para que ganhasse força de negociação em novas interações, afastando o caráter latente de dependência de que partia para suas interações iniciais.

A cooperativa começou a experimentar forte expansão de suas atividades. Diferente de antes, o fim da inflação exigiu novas ações voltadas à formação de capital. A cooperativa continuava seu crescimento e consolidava sua expansão.

> Em noventa e quatro é que a coisa mudou totalmente. Até então, a inflação era tão louca que nós estávamos movimentando e achávamos que estávamos crescendo. Mas nós não estávamos crescendo, estávamos desvalorizando a moeda. Mas a noção que agente tinha era de que tinha muito dinheiro. Aí veio o plano real. Estabilizou. A moeda ficou única e aí realmente começamos a perceber que teríamos que auferir renda na cooperativa em função de estarmos investindo no setor produtivo. Por que foi a única alternativa que sobrou para fazermos a Saromcredi crescer. Não existia outra. Todas as outras que nós pensávamos; ah! Vamos trazer gente de fora? Mas quem de fora vai vir investir aqui? Ninguém. Vamos captar mais. Mas captar de quem? Todo mundo que tem dinheiro já está aqui. [...]. Aí, o Seu Zé, que era do conselho (José Leite) disse: nós temos que investir é plantando, pra nós colhermos, pra nós vendermos. Por que nós colhendo, vendendo, nós depositamos e o banquinho cresce. Ou seja, o Seu Zé tinha dado a fala de Keynes, não é? Do jeitinho caipira dele, mas falou a mesma coisa. Aí veio o Plano Real. Fomos a BH, na Crediminas. A central mostrou pra nós que pra sobreviver na economia estabilizada, com taxa de juros em queda, inflação acabando, tinha que investir no setor produtivo, para gerar fluxos financeiros. Aí eu, filho de agricultor e agrônomo, falei: vamos investir em milho e café. (João Leite)

Esta passagem não só identifica o momento em que decidiram expandir o foco da Saromcredi, como também a forma que a decisão foi tomada, a partir da sugestão de um dos fundadores e membro do conselho, o agricultor José Leite. Sobre esse momento, ele me disse, “as mudas representaram uma quantidade jamais vista de qualquer plantio até então iniciado. E funcionava assim: o banco fazia a muda, dava a muda para a pessoa ela pagava na hora que colhesse o café. Rapaz; deu uma bruta duma força”.

Houve amparo da Crediminas, mas a mudança de foco havia sido percebida dentre os próprios cooperados. Outro fato foi a força dessa decisão para legitimar a elite dirigente e construir a resposta diferenciada. É possível notar que a arraigada herança paternalista é manifesta na fala de João Leite, quando cogita um investidor externo para solucionar o problema de então. A alternativa foi abandonada, pois a solução manifestou localmente. Mas, o crescimento agrícola estimulava o interesse por novas técnicas produtivas e modernizava-se.

Novamente, expressam-se interações extralocais que, mesmo sendo pontuais, trariam impacto ao município. Além de impulsionarem a produção agrícola, que gerava renda aos caixas da Saromcredi, revelariam articulações que haviam deixado o município, ajudando a dar respaldo à cooperativa, pois a negociação era exigente e de alto nível de confiança. Neste caso, refiro-me à articulação entre a Saromcredi e o Tesouro Nacional.

Com uma linha de crédito específica para a agricultura, a cultura de milho em São Roque de Minas começa a contar com máquinas automotrizes de alta tecnologia, alcançando taxas de produtividade próximas às maiores do mundo. Esse crédito era proveniente do Tesouro Nacional, que usou a Saromcredi para o repasse. Souza (2008, p. 74), destaca que “nessa época, o tesouro nacional liberou crédito a juros de 8,75% ao ano para a agricultura. Como o único repassador oficial da região era o Banco do Brasil, a diretoria requisitou o repasse direto para a cooperativa e distribuiu os recursos, aproximadamente R$ 80.000,00,

entre os produtores interessados". Recentemente, a cooperativa já faz operações de curto, médio e longo prazo, por meio do BNDES, via BANCOOB e do BDMG, via CREDIMINAS, além de operações do PRONAF (*idem*, p.75).

A partir dessa interação a produção de milho tem aumento expressivo e constante, e, com isso, os depósitos na cooperativa e a multiplicação de novas unidades produtivas. O modelo de cooperativismo de crédito não mais pontuava dúvidas, mesmo aos mais céticos. Diferentemente do início de suas atividades, a Saromcredi começava a experimentar uma situação contrária, pois de não ser incentivada, passava a ser, cada vez mais, demandada, inclusive por outras localidades. Buscando expandir a ideia do cooperativismo de crédito como faziam em São Roque de Minas, a elite dirigente, agindo principalmente por meio desta instituição financeira, inicia um processo de expansão regional. Novas interações começaram a ser institucionalizadas em território extralocal, expressando uma articulação completamente oposta ao que marcara vários meses de 1991. Além disso, a interação que a elite passou a estabelecer extralocalmente tinha poder de barganha também inverso ao daquele período.

Esse tipo de interação tinha claros interesses mercadológicos e financeiros, como exige o sistema sobre o qual se estabeleceu o projeto, mas nem por isso era percebido pela miopia exclusiva do lucro. A fórmula de captação e disponibilização de recursos circunscritos no espaço a cada um dos municípios em que iria operar foi e ainda é parte do funcionamento da cooperativa, repetindo os passos que ajudaram a mudar São Roque de Minas.

A cooperativa de crédito daqui percebe esse potencial e essa brecha em Vargem Bonita. Que lá, assim como aqui, não tinha uma agencia. Aí ela cria um posto de atendimento lá, primeiro. Depois estende isso para São João Batista do Glória, fez isso para Deufinópolis [...]. (André Picardi)

A primeira cidade a receber um posto de atendimento comunitário (PAC) da Saromcredi foi Vargem Bonita, exatamente em seguida ao fechamento da cooperativa de crédito que lá havia. Isso ocorreu em 1996, e representou um fato de grande importância para o sanroquense, que via o "tamborete" ter uma filial. Posteriormente, veio o PAC de São João Batista do Glória (1998), o de Delfinópolis (2001) e o de Pratinha (2002), todos ancorados pelo princípio da democratização do crédito para o fomento econômico de localidades que, como São Roque de Minas havia experimentado, tinha uma dinâmica econômica baixa. Ademais, a consideração da vocação produtiva local era, do mesmo modo, premissa para os financiamentos.

Segue uma série de novas interações com instâncias extralocais, como as destinadas à oferta de cursos de capacitação para os produtores rurais. Nesse momento, a Saromcredi inicia projetos em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizado Rural (SENAR), sendo destaque em Minas Gerais como a instituição que mais gerou demanda para o SENAR em 1995. Os cursos eram voltados, no caso dos agricultores, para o uso de defensivos agrícolas, aração e pastagem e o plantio de milho e café. Para o público em geral, foram oferecidos cursos de corte e costura, fabricação de doces caseiros e bordados (SOUZA, 2008).

Interações com o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), a Associação Comercial de São Roque de Minas, criada por iniciativa da direção da Saromcredi, passou a promover cursos e capacitar agentes privados locais, visando dar mais impulso à economia local.

Todas essas interações partem da iniciativa da elite dirigente, pois, na medida em que se multiplicavam, tornavam-se mais reguladas pela negociação do que pela dependência. Assim, o crescimento da Saromcredi e da economia local, ao mesmo tempo, eram decorrentes e contribuintes da cristalização de relações que ajudaram na constituição e legitimação da elite dirigente de São Roque de Minas.

Embora a Saromcredi tivesse menos tempo para se constituir comparativamente ao que tiveram vários atores extralocais com quem se relacionou, como o SENAR, o SENAC, o SEBRAE, dentre outros, os canais de diálogo criados entre as partes faziam fluir respeitando as condições e os interesses das duas partes. Como ouvi de João Leite, “se não aceitassem, se não fosse com eles, seria com outros”.

Ter alcançado uma situação que a permitia negociar com atores extralocais deu à Saromcredi capacidade de trazer de volta ao município àqueles que poderiam ser importantes à continuidade do processo de desenvolvimento. A condição que marcou o início da implementação do projeto de futuro foi a de quase isolamento do espaço sanroquense em relação ao nível global. Mas, não por vontade, por condicionalidade. Se não fosse assim, de que outro jeito seria? Conseguiram dinamizar interações de forma que as respostas da esfera global, antes ausentes, tornavam-se frequentes. Negociações que, segundo Arocena (2004), podem estar circunscritas em uma busca por mútua conveniência.

Na análise das formas de interação com atores extralocais, assim como ocorreu no debate sobre a elite dirigente, busquei demarcar os fatos que lhes são correspondentes. Mas, como a realidade de suas manifestações os revela extremamente inter-relacionados e alheios às fronteiras categóricas que definem o sistema de atores do desenvolvimento local, tornou-se

comum a multiplicidade de impactos a partir de cada um deles. Fazendo-os influentes na definição de um indicador concomitantemente à sua capacidade de significar outros.

A partir desse alerta, adianto que na análise da capacidade de resposta diferenciada de vários elementos já discutidos, na intenção de conferir sentido aos dois primeiros indicadores, voltam a ser comentados, mesmo que com menos ênfase. Identificar como os passos dados pela elite dirigente puderam definir a estratégia de recuperação da vida local é o objetivo do próximo subitem, pois nele se confrontam a lógica extralocal e a local, a partir de onde se torna factível conjecturar sobre rompimentos e continuísmos no espaço estudado.

6.2.3 "O Bradesco, o Itaú, o Banco do Brasil são bombas de sucção": análise da capacidade da elite dirigente local na elaboração da resposta diferenciada

As palavras de João Carlos Leite, que utilizo para dar indicação da resposta elaborada pela elite dirigente local, refletem sua capacidade de percepção e leitura, tanto de estrutura, quanto de contexto. Ele se referia à dinâmica prevalecente de funcionamento do sistema financeiro e também sua experiência com os bancos tradicionais que passaram pelo município, tanto dos que já marcaram ou marcam presença com postos de atendimento, quanto dos possíveis concorrentes da cooperativa no futuro. Se a lógica que os marcava manteve rígida sua relação com a comunidade, que para os bancos era povoada por clientes, não por cidadãos, aquele momento específico no início da década de 1990 foi o que mais exigiu flexibilidade do banco, mas o que se viu foi o oposto. Sob o contexto do neoliberalismo, os agentes financeiros mostraram-se ainda mais alheios à experiência de escassez de São Roque de Minas.

> Quando a MinasCaixa veio pra cá tinha até um bom fluxo financeiro, só que ela pegava esse fluxo financeiro e jogava pra fora. Ela não reinvestia no município. [...]. Então esse é o papel dos bancos nos pequenos municípios. Por isso a minha crítica do modelo de sistema financeiro. [...] O Bradesco, o Itaú, o Banco do Brasil são bombas de sucção. Penetrando no país inteiro. Chupando o país inteiro. Então o que eu vejo desse modelo, não que os bancos não sejam necessários, não estou dizendo isso. Estou dizendo que o governo tinha que entender. Vocês que estudam isso, que isso empobrece o país. Então, a MinasCaixa era um mal necessário a São Roque. Precisávamos dela para prestação de serviços financeiro bancário, mas como agente de crédito ela foi uma grande responsável pelo empobrecimento de São Roque, ou pelo menos da permanência dele (João Leite).

Essa percepção seria um marco de referência permanente na construção da resposta por parte da elite dirigente, que por meio da Saromcredi passou a dinamizar a realidade local.

Ao mesmo tempo, a compreensão da lógica que move a relação que os bancos procuravam estabelecer com a comunidade passava a ser assimilada por mais atores dessa elite.

Nesse tempo, ninguém lamentava os insucessos nas tentativas de levar para a cidade um banco tradicional. As respostas que passariam a se acumular no decorrer da história da cidade manteriam coerência com a leitura feita sobre o funcionamento dos agentes financeiros tradicionais, como as que se tornaram mais nítidas a partir da estabilização da moeda, com o Plano Real. Da mesma forma que se procedeu a uma das mais importantes decisões feitas pela elite dirigente, o estímulo às atividades produtivas, outros passos se acumularam, tendo por marca a informalidade, a confiança, a participação nos processos decisórios e o alcance diversificado.

A informalidade não significa descuido ou pouca importância do que se espera de uma organização eficiente. Em outro sentido, a informalidade foi fundamental para que a opinião dos que participavam do processo pudesse ser escutada. Foi assim que José Leite sugeriu investimentos na produção agrícola, que apesar de se expressar rudimentar, era prática antiga dessa comunidade, e o Instituto Ellos surgiu para suprir uma demanda identificada pela própria população, e atendida pela Saromcredi.

O Ellos foi uma ação da cooperativa. Antônio do Chico refere-se a ela como “cria da Saromcredi”. No momento em que a cooperativa já se encontrava mais estável financeiramente, vários de seus recursos tinham rubricas pré-definidas. Foi quando sua direção resolveu consultar a população local sobre o destino do mesmo. Realizou-se uma enquete, de maneira bem informal, como me relatou Antônio do Chico, e identificaram que a maior demanda foi por uma escola de qualidade. Este depoente recupera assim essa passagem, “O banco dispõe de dinheiro. O que você acha que São Roque precisa? Optaram pela educação, por uma escola de qualidade”. A Ellos tornou-se referência, atraindo pessoas de outros lugares para conhecê-la.

O envolvimento do banco com a cidade passava, com o tempo, a expressar-se por um grande e diversificado alcance. Antes mesmo de se voltar para a produção agrícola, João Leite escutou pedidos em tom de lamento para que os aposentados voltassem a receber em São Roque de Minas, para não percorrerem os sessenta quilômetros até Piumhí.

Mas e os aposentados? Os aposentados ficaram cinco meses sem receber em São Roque. Me diziam: Joãozinho, tadinho dos aposentados, meu pai está sofrendo. Minha mãe tem que ir lá em Piumhí, dá um jeito para nós. Então, houve essa pressão para a cooperativa pagar os aposentados. E não havia convênio para isso.

Aí aconteceu um fato. Em fevereiro de noventa e dois choveu tanto, mas tanto, que São Roque ficou quinze dias isolada, ninguém entrava ou saía do município. Os aposentados não receberam. E eles não podiam receber todo mês não. Se eles fossem todo mês receber, [...] a inflação corroia o salário. O que ele ganhava não pagava o translado dele. Bom, fomos no Banco do Brasil [...] Cheguei para o José Martins, que era gerente do Banco do Brasil e disse: Ô Zé, tem dó do pessoal de São Roque, me dá um listão com o nome dos aposentados. Eu levo o listão para São Roque e os aposentados vão chegar no meu caixa e eu vou pagar os aposentados com o dinheiro da cooperativa, com a poupança que a cooperativa estava gerando. Eu pago, ele assina com o dedão no recibo, eu trago aqui à tarde no malote e você credita o dinheiro na conta da cooperativa. Aí o gerente topou. Essa atitude nossa foi alvo de uma fiscalização de um procurador do INSS que bateu aqui em São Roque. E aí me deu voto de prisão. Que estava fazendo uma coisa ilegal. Quando eu expliquei para ele a situação, o cara foi embora. Falou: rapaz, faz de conta que eu nunca estive aqui. Por que o que agente estava fazendo não era legal, mas também não era ilegal. Era a primeira vez. Então começamos a pagar os aposentados dessa forma. Rodrigo, o que nós ganhamos de abraço, de frango, de queijo dos velhinhos [...] a emoção dos velhinhos nos caixas. [...] E aí, o quê que nós começamos a perceber? [...] Ele ia na cooperativa e recebia. Ia lá farmácia que estava do lado. A farmácia trazia o dinheiro de volta. [...] E eu emprestava o dinheiro pra alguém, que pagava alguém, que depositava, que pagava pra alguém, que depositava. E aquilo começou. [...] Mas o quê que nós começamos a ver com isso? Nós começamos a ver esse fluxo. (João Leite)

Fatos como esses foram somados às diversas interações extralocais desenroladas pela elite dirigente. Em meio à implantação do projeto que se iniciou buscando apenas a abertura de uma cooperativa de crédito, acabou sendo ampliado, adquirindo status próximo ao de um ator político-administrativo. É pelo estudo da forma como esses atores locais reagiram às mudanças do ambiente extralocal, especialmente os de ordem internacional e nacional, que a capacidade de resposta dessa localidade pode ser melhor analisada.

Desde as primeiras tentativas de levar um banco para a cidade, muitas alterações marcaram o entorno, como as políticas nacionais, as variações no mercado internacional e as transformações tecnológicas, influenciando decisivamente o desenvolvimento de áreas locais como São Roque de Minas. Como afirma Arocena (2004), a capacidade de resposta de cada um desses locais dependeu das características específicas de cada área. Mas, para mantermos em destaque os agentes dessas mudanças, é oportuna a substituição do termo área por espaço, pois assim incorporamos, além das formas, as ações que sobre determinada área a dinamizam.

A capacidade de resposta diferenciada aparece como um indicador que agrega expressões dos demais indicadores do sistema de atores, pois sua análise considera os passos que também indicam a legitimação da elite dirigente, as interações extralocais, as relações estabelecidas com atores político-administrativos e até mesmo traços da subcategoria identidade local.

Considerando o conhecimento que acumulei sobre o local em estudo, duas expressões da capacidade de elaborar resposta diferenciada aparentam poder ser descartadas. Refiro-me à indicação de São Roque de Minas refletir uma ‘resposta diferenciada apenas no nível do discurso’ ou de ter havido ‘ausência de referências à diferenciação da respostas’. Mas, é preciso um esclarecimento.

Indicar o tipo de resposta diferenciada depende do corte temporal em questão. Se insiro a análise do sistema de atores no período desde o fechamento da MinasCaixa até o momento atual, é nítida a possibilidade de descarte das duas expressões da capacidade de resposta acima indicadas. Na busca das origens e características da dinâmica de relações sociais, que foi necessária para a reorganização produtiva local, é preciso desconsiderar o preciosismo de um ponto de partida. O período indicado continua sendo necessário para indicações sobre o desenvolvimento experimentado pela cidade, porém deve ser flexível o suficiente para que sua complexidade não seja sacrificada em consequência. Como nossas ações atuais refletem a totalidade de nossas experiências do passado, de onde se firma a cultura, as crenças e os valores que temos por referência, entendo que a análise da capacidade de resposta diferenciada deve ser desenrolada em uma dimensão histórica mais ampla. Dessa forma, e considerando um processo de amadurecimento e envolvimento de alguns atores sobre outros, a indicação da capacidade de resposta da elite dirigente em discussão pode ter sido variada. E nada pode garantir que ainda não continue a ser.

As respostas que se manifestam apenas no nível do discurso refletem sociedades que permanecem em um estado simples frente ao seu potencial, mantendo sua força produtiva e realidade social em níveis de baixa articulação, sendo ausentes ações transformadoras que as modifiquem. As manifestações de desenvolvimento podem, ainda, estarem restritas a poucos atores, que não conseguem ativar uma dinamização suficiente à alteração da sociedade local. Arocena (2004) reforça que se trata de sociedades que ficaram à sombra de alguma grande indústria que manteve a população alheia às determinações do futuro local. Isso tenderia levar ao adormecimento dos atores locais, acostumados à segurança dada pelo tecido monoindustrial. Uma vez encerrada sua atividades, a sociedade teria se percebido desarmada e incapaz de gerar respostas diferenciadas. No entanto, e em consideração à indicação temporal desta análise, estas sociedades não estariam condenadas a se manterem nesse estágio de dormência. Ou seja, não se afirma um estágio permanente de estagnação, pois com o passar do tempo os atores podem manifestar discursos que busquem pela diversificação produtiva para que novas frentes alavanquem o desenvolvimento do município.

São Roque de Minas, não apresenta, em sua história, qualquer indicação de dependência a uma planta industrial que pudesse ter deixado a comunidade amorfa ou acomodada com um futuro garantido. Seus principais ciclos produtivos, como a agricultura, a pecuária, o queijo e o garimpo, eram atividades rentáveis de baixo impacto. Como vimos, a agricultura tinha ritmo de subsistência, a pecuária relacionava-se com uma descentralizada

produção de queijo (vários produtores de pequeno porte) e o garimpo já não tinha o impacto da década de 1940, em seu auge.

Quando o fechamento de parte expressiva da área usada para a pecuária local e o fim do garimpo ressecaram as fontes da renda do município, iniciou-se uma pequena reação dos pecuaristas rumo a uma maior profissionalização da atividade, mesmo que mediante passos lentos. Já a proibição do garimpo não fez diferença significativa, pois a atividade era de pouca expressão. Entendo que, da criação do parque nacional, em 1972, até o início da década de 1990, quando se dinamizam relações sociais com impacto no desenvolvimento local, a sociedade sanroquense experimentou um tipo de capacidade de resposta em nível de discurso. Como é comum até hoje, a praça da igreja, espaço típico dos encontros e atualizações dos acontecimentos deveria ser palco de muitos lamentos, discursos e propostas de recuperação do município; mesmo que paralelamente à presença dos descrentes e desacreditados que também se acumulavam conforme a situação não se alterava.

Estes quase dezenove anos acumularam o paradoxo que mantêm vivos, em um só lugar, a esperança e a descrença. Afirmo isso porque nos primeiros sinais de mobilização, tanto para o planejamento, quanto de funcionamento da Saromcredi foram nítidas as expressões de apoio e repulsa à ideia, como já comentado na análise da legitimação da elite dirigente.

Por outro lado, e considerando que nas atividades produtivas em São Roque de Minas não houve prevalência de uma produção que impusesse ao restante das atividades uma existência dependente, obrigando-as a responderem unicamente na forma de uma especialização complementar à principal, entendo que o caso do município não corresponde àqueles em que há ausência de referências para a diferenciação de resposta. Ademais, eram várias suas produções, e de pequeno porte, a maioria desarticulada uma da outra, mesmo no caso da pecuária com a produção de queijo. A maior parte destes produtores tinha suas próprias reses, das quais produziam o queijo.

E mesmo considerando um período de tempo maior do que o do início da articulação para a criação da cooperativa, o que me permite perceber novas configurações da capacidade de resposta local, não entendo que a cidade esteve marcada pelo imobilismo, afirmando-se vazia em respostas. A cada dificuldade, iniciou um processo de resposta, inicialmente tímido, mas que amadureceu.

Assim, começo de uma caracterização de que São Roque de Minas passa de um movimento próximo ao que Arocena (2004) identifica como de resposta ‘em nível do

discurso' para outro, onde a resposta diferenciada encontra-se 'em construção'. Isso, principalmente porque o tempo permitiu o afloramento de discursos que refletiam a visualização da diversificação produtiva como defesa a novas crises, como nas 'respostas em nível do discurso'. O tempo faria a resposta deixar de ser restrita ao nível do discurso para se afirmar como um 'processo em construção'; que ainda perdura, pois vem sendo gestado por meio de um caminho de crescente complexidade que, a partir da elite dirigente, tem sido dinamizado em torno de um projeto comum, uma expressão da elaboração progressiva de respostas diferenciadas.

Para suportar essa afirmação, e a de que não se trata de uma alta capacidade de resposta diferenciada, busquei, nos próximos parágrafos, abordar evidências de minha interpretação acerca do processo. Neles, resgatei trechos das entrevistas que refletem a capacidade da elite dirigente em compreender as potencialidades locais frente às ocorrências nas espacialidades extralocais, evidenciando o tipo de diferenciação da resposta que deu ao município novas configurações.

Ao resgatar as palavras de João Leite, usadas no subtítulo em desenvolvimento, quando se referia ao papel dos bancos tradicionais nos pequenos municípios, procurei destacar, logo de início, as mostras que em vários depoimentos resgataram o que iria sustentar a definição do processo de diferenciação. Se fosse possível apontar uma linha de coerência ao longo do tempo, de decisões que a elite opta, por meio da cooperativa de crédito criada, esta linha seria definida por uma oposição à lógica que regia a relação dos bancos tradicionais com a cidade.

Nessa sequencia, São Roque de Minas teve, a partir da Saromcredi, taxas de juros inferiores ao que sinalizava o Banco Central e como praticavam os bancos tradicionais. O aparente contra-censo era, na verdade, a percepção da saída para o desenvolvimento. Os juros elevados, a burocracia e as exigências tornavam o processo de tomar empréstimos nos bancos lento e difícil. Dois depoimentos exemplificam a situação. Pelo de Antônio do Chico, faz-se nítida a realidade de quem queria fazer empréstimo. Segundo ele "empréstimos no Banco do Brasil eram bastante difíceis", e ainda era preciso ir a Piumhí. A situação fica ainda mais clara com a avaliação de Chico Chagas, que da zona rural fez sua leitura da passagem de bancos tradicionais pela cidade.

"Os bancos vieram, mas aumentam os juros. Todo mundo tira o dinheiro e eles vão embora. O sol nasce para todos e a sombra pra quem merece. A sombra chega aos que trabalham dignamente".

Além disso, a dinâmica perversa que retirava os recursos locais e os enviava para longe ajudava a diferenciar os bancos tradicionais do que seria a Saromcredi. Valmório reconhece essa diferença, dizendo que "O Banco do Brasil suga o dinheiro local e não retorna". Em outro momento, Onésio do Gabriel reconhece "já teve gente de tudo quanto é canto para ver a cooperativa aqui. Para levar o banco para a cidade deles. Que até tem o Banco do Brasil, mas que você sabe como é, o Banco do Brasil gosta é de dinheiro, não de ajudar os que precisam." Ou seja, este não poderia ser o caminho do agente financeiro que estavam criando. A Saromcredi, então, agiu definindo suas próprias políticas de funcionamento, mesmo contrariando os ditames das esferas nacionais e internacionais.

O ministro da fazenda Guido Mantega está defendendo um projeto de lei para proibir as contas de prefeituras em cooperativas de crédito. Ou seja, um retrocesso. Eu queria que o ministro Guido Mantega viesse aqui em São Roque para ver. Que política social é essa que em vez de desconcentrar, concentra? Por que, na verdade, um banco é um concentrador. A cooperativa é desconcentradora, nós distribuímos riqueza. Um banco concentra riqueza. Por isso que o Brasil é um dos países de pior distribuição de riqueza do mundo. Por que tem um sistema financeiro, um sistema tributário, que concentra. [...] Nós estamos esperando fechar 2008 com sete milhões e meio de patrimônio. Para você ter uma ideia, nós vamos crescer este ano dois milhões. Em um único ano. Nós precisamos de dezesseis anos para crescer cinco milhões. Em um ano nós vamos crescer 2 milhões. Estamos arrancando dinheiro dos sócios? Não. Estamos com a mesma taxa de juros. O Governo subindo a taxa de juros e nós pensando em baixar as nossas. [...] Se tivesse o Bradesco aqui, este sete milhões estariam investidos aqui? Onde é que estaria? Mas no nosso caso de quem que seriam estes sete milhões? Dos sete mil e tantos associados.

Você pega Delfinópolis. Temos uma agencia lá e o Itaú também. Ambos têm mais ou menos o mesmo volume de captação. E eu devo ter de quatro a cinco vezes mais operações de crédito que ele. E a deles não é produtiva, é cheque especial, financiamentos de consumo. Mas milho, café, sustentar compras de máquinas, fazendas, lotes, tudo que ajuda a economia ser fomentada, nos somos mais ativos. Com o SEBRAE e o BNDES estamos avançando nos microcrédito produtivo, para gerar fluxos financeiros. Fazemos aqui e nos municípios vizinhos que estamos presentes. Se você for em Vagem Bonita, onde temos oitocentos, novecentos mil de depósito, temos cerca de dois milhões de operações de crédito. Qual banco que vai fazer isso? A maior parte dos créditos nossos, oitenta por cento, por aí, é crédito produtivo.

Eu acho que essa questão do cooperativismo mesmo é que é a chave do negócio. Todo dinheiro da cidade que fica aplicado numa agência bancária qualquer, no Bradesco, é remetido. O lucro vai para a matriz, que decide onde vai aplicar, e geralmente aplica onde ela vai ter um retorno maior... que é São Paulo, no mercado de capitais. Isso não retornaria pra cá. Como nossa cooperativa de crédito tem sede aqui, ela remete isso pra cá e aí, quem ganha sou eu, quem ganha são todos os cotistas da cooperativa. E agente investe, agente vive aqui, esse dinheiro circula aqui, então isso vai acumulando. Ao invés de ficar mandando para fora, agente vai acumulando aqui. (André Picardi)

Entendida a lógica bancária predominante e o quanto era equivocada para contribuir com desenvolvimento dos municípios, especialmente os de economia módica, a direção da Saromcredi começou a promover atividades produtivas e não só captar poupança.

MinasCaixa, o próprio nome diz, é uma caixa de minas. E a caixa tem aquela ideia antiga que todo mundo guardava, um baú que agente colocava dinheiro. Ela captava poupança aqui e mandava para Belo Horizonte. O quê que ela representava aqui? Nada! Então, aqui não se produzia. Bom, temos que partir que a agricultura de São Roque é primária, agropecuária. E não existe lugar que o setor primário não é ofertado de crédito e de subsídio. Então, como São Roque ia alavancar sua capacidade produtiva se não existia o agente fomentador?

E dentre as políticas que não seriam alteradas estava a prioridade em manter dentro dos limites do espaço local, tanto a renda inicialmente acumulada por esforços dos fundadores da cooperativa, quanto as captadas ao longo dos anos.

A cooperativa de crédito fez poupança interna e redistribuiu em investimentos produtivos – no milho, na pecuária, no café, no crédito ao consumo, para o comércio e para as empresas. Coisa nunca feita como deveria pelas instituições financeiras antes. Não sou economistas, mas minha tese é: se vem um banco pra cá, um banco privado qualquer, um banco público, o que é que eles fazem, principalmente os bancos privados? Eles captam, mandam pra fora e investem muito pouco. Se você for olhar os números da Saromcredi, você vai ver que o que nós temos emprestado é uma vez e meia o que nós temos captado [...]. E queremos chegar a duas vezes. Ou seja, nós investimos muito mais do que nós conseguimos gerar de captação de poupança interna. E você fala, como é que você fechar essa equação? Tudo bem, tem o patrimônio da cooperativa, e tem a alavancagem que nós fazemos buscando recursos fora e injetando aqui para aumentar a produção. Aí nosso nível de desemprego é baixíssimo. Tem um dado que saiu do CAGED[100] que na microrregião aqui de Passos e Sebastião do Paraíso, que são duas cidades-polo aqui, São Roque tem o maior número de carteiras assinadas de 2000 a 2006. É uma grande formalização. Ainda tem muito a formalizar. (João Leite)

A partir dessa inversão na lógica bancária, a Saromcredi cresce de forma significativa ao mesmo tempo em que a cidade presencia sua capacidade produtiva e seu crescimento econômico evoluírem, como procurei mostrar no próximo capítulo.

Após decidirem pelo apoio à produção de café e depois à de milho, várias ações marcariam a Saromcredi como uma instituição cuja presença na cidade extrapolava a de um mero agente financeiro. Diferenciava-se pela política de juros e de empréstimos, mas sua contribuição à rearticulação produtiva e econômica local alcançou outras instâncias.

A Saromcredi recuperou a Cooperativa Agropecuária[101], quando esta se encontrava em estado de falência, com várias notas promissórias vencidas. José Leite relatou, sobre quando a Coocanastra ainda tinha outro nome que "ninguém a queria mais, devia vinte e três promissórias que pararam no SERASA". E sobre o alcance das decisões tomadas pela Saromcredi, ressalta: "fizemos tudo é quanto é tipo de planejamento".

Nesse sentido, também recuperaram o Sindicato Rural e ajudaram a criar a Associação Comercial e a Agência de Desenvolvimento do município. Como retratou Antônio do Chico, a Saromcredi "tem participação, influência em tudo. Ajuda asilo, escola, deu computador para as escolas, tem "multiconvívio" com a Coocanastra e com o Sindicato Rural". A relação entre

[100] Cadastro Geral de Empregados e desempregados, organizado pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

[101] A recuperação da Coocanastra é mais uma expressão da informalidade, do envolvimento com a causa, da ajuda de conhecidos e de confiança entre os membros da elite dirigente. Como me relatou José Leite, "eu tinha crédito e dei meu cheque. Compramos adubo e juntamos dinheiro. E não conseguimos comprar em firmas grandes, compramos de conhecidos em Piumhí". Confirmando o envolvimento daqueles que mais tinham a perder, ele continua me dizendo, "e tinha entrado uma turma forte na Saromcredi, Vandinho Gabriel, Onésio. Os agricultores da cidade, que também eram da Saromcredi, compravam adubos da Coocanastra pra ajudar".

a Saromcredi, a Cooperativa Agropecuária, ou Coocanastra (nome adotado assim que foi reorganizada com a ajuda da Saromcredi) e o Sindicato Rural está ligada por importantes ações voltadas para o desenvolvimento de São Roque de Minas. Seja ajudando diretamente, quando oferta recursos financeiros, ou mesmo avalizando articulações destas instituições com outros credores, a Saromcredi foi decisiva a elas.

Ao ajudar o sindicato a se reerguer, a Saromcredi promoveu uma intensa articulação entre este e a Coocanastra. Vários cursos foram organizados tendo o sindicato como promotor e os funcionários e cooperados da Coocanastra como alvo. Para estes cursos, as relações extralocais com outras instituições foram fundamentais, como a que estabeleceu com o SENAR, com o Instituto Mineiro de Agricultura (IMA) e com o Instituto Estadual de Floresta (IEF).

O próprio programa desenvolvido para promover a cultura do café teve participação direta da Coocanastra. Como relatou Donizeti, gerente desta cooperativa, a opção pelo café retratava o "dom natural da terra e do clima local". Mas não só, pois me disse que houve melhoria da assistência técnica disponibilizada pela cooperativa agrícola em função dos cursos de treinamento de seu pessoal, como o teste de degustação de café feito em parceria com a Cooparaíso, uma das maiores cooperativas de cafeicultores do Brasil, e a disponibilização de um agrônomo e de um veterinário para orientar os produtores.

Direcionando os recursos para onde entendia ser o momento e a cultura corretos, a Saromcredi planejava o desenvolvimento local. Iniciou com o fornecimento de mudas de café subsidiadas, mas também alcançou o interesse dos pecuaristas, por meio de cursos de inseminação artificial para melhoria do rebanho, de manejo e de tratoristas, promovidos pelo recuperado Sindicato Rural. Disponibilizando recursos, ajudou na compra de matrizes de alto desempenho produtivo e na correção do solo.

Em momentos de algumas entrevistas, os entrevistadores, ao rememorarem a trajetória da Saromcredi, chegaram a associá-la ao que comumente faz (ou deveria fazer) o principal ator-administrativo local, ou seja, a prefeitura. Não só costumava intervir para contornar problemas sociais, como assumir a direção da organização produtiva local e as formas em que se daria o desenvolvimento. Os momentos mais representativos de como os entrevistados falaram do assunto transcrevo a seguir.

A visão da Cooperativa não era uma visão de banco. Era uma visão do todo, do total. A do banco crescendo junto com o crescimento da cidade. (Maria Bernardes)

Ela age como governo, ajudou muito. (Valmório)

Se fizer uma enquete aqui vai dar empatado, em primeiro lugar, a Igreja e a Saromcredi como as instituições mais influentes de São Roque. (Antônio do Chico)

Houve uma diversificação da economia. E o cooperativismo de crédito direcionando isso, estimulando a diversificação. Nesse ano eu vou investir menos recursos para plantar café, por que eu já tenho muito café plantado aqui e plantar mais vai impactar negativamente no preço, vou atrapalhar quem já esta produzindo. Então esse ano eu vou estimular o plantio de eucalipto, eu vou estimular o plantio de milho. Então agente tem condição de fazer isso. [...] Pra agente fazer a organização do nosso setor produtivo agrícola. [...] No nível local isso funciona, o cooperativismo consegue ser, a nossa cooperativa aqui consegue ter essa visão e trabalhar. Ter a reunião do conselho e as pessoas debatem isso lá dentro, o que é que vai ser estimulado este ano, o que vai ser ano que vem. (André Picardi)

Em todos os momentos a Saromcredi sempre esteve presente, principalmente auxiliando financeiramente as iniciativas, como nos recursos que disponibilizou para que o Sindicato Rural oferecesse treinamento aos agricultores, ou para que a Coocanastra oferecesse cursos de café, de milho, sobre madeira, e construísse os silos de armazenamento. Quando não só intercedeu politicamente como deu garantias para o financiamento oferecido pelo BDMG. Ela sempre esteve por trás de tudo, investindo, projetando e avalizando. Hoje, o Sindicato já praticamente anda com as próprias pernas, faz leilão, tem seu próprio terreno, dá cursos. [...] Mas as coisas não foram de uma hora para outra. Foi um condensado de coisas. E veio para suprir uma série de vácuos que os outros – a prefeitura – não conseguiam suprir. (Donizeti)

O último fragmento de entrevista selecionado aborda um ponto fundamental para se qualificar o tipo de capacidade de resposta. Pois, como diz Arocena (2004), consegue aproximar de sociedades com alta capacidade de resposta diferenciada aquelas que vão se constituindo ao largo de um longo período de tempo no qual gera uma complexa trama de relações em diferentes níveis.

Formou-se um envolvimento com a comunidade pelas próprias ações da Saromcredi, que desde sua criação não deixou de lado a informalidade, já comentada. Como disse José Leite “nossa cooperativa foi começada com um assunto igual nós estamos conversando aqui agora”. Uma informalidade que estabeleceria um tipo de relação com os cooperados bem distinta das que tipificam os bancos tradicionais. Basta transcrever uma curta frase de José Leite sobre a flexibilidade do horário em que a mesma atende seus cooperados. Disse-me, “Veja bem, das oito até agora vai lá que o banquinho está aberto. E se estiver fechado e ainda tiver gente lá dentro, abre e atende. Normalmente”. Já nos aproximávamos do fim da tarde do dia vinte e sete de julho de 2008 quando me fez esse relato, um pouco antes das 18h.

Neste subitem, assim como em trechos da análise sobre a legitimação da elite dirigente, busquei evidências da capacidade de resposta que pode ser atribuída à sociedade sanroquense. Percebi, nos depoimentos dos atores que entrevistei que a resposta decorrente desse sistema de atores parecia amadurecer para se tornar à classificada por Arocena (2004), como de alta capacidade de resposta diferenciada. Não obstante, esse caminho parece ainda não ter sido alcançado.

Muitas foram as ações que mantiveram os atores unidos e fortemente legitimados para a continuidade do processo, afastando incertezas e construindo um futuro para a cidade com

nítida sensibilidade às demandas de diversos setores. No entanto, sempre foi escasso o cultivo de uma relação com os níveis de decisão nacional para a formação dessa capacidade de afastar incertezas, como vem observando Arocena (2004) em seus estudos sobre desenvolvimento local. De outro modo, todo controle sobre as incertezas do entorno nacional ou internacional foi articulado pelo próprio sistema de atores local.

O fim do período inflacionário, primeira grande dificuldade do entorno que ameaçou a continuidade do projeto já em andamento, viu os dirigentes da Saromcredi reagirem como investimentos em atividades produtivas. Além deste, novos momentos ameaçadores só mesmo a recente crise financeira provocada pelos títulos imobiliários norte-americanos, mas a economia sanroquense, principalmente por ter se organizado em torno de recursos locais, encontra-se em um nível mais estruturado que antes, evitando abalos significativos. Nestes casos, assim como em outros de menor impacto, as ameaças ao desenvolvimento local advindas do entorno não encontrou estratégias elaboradas conjuntamente com níveis de decisão nacional que as contornassem. Ou seja, inexistiram conexões com atores político-administrativos para evitar a continuidade do projeto de desenvolvimento. Como vimos, o processo foi transcorrendo sem grandes preocupações com os cenários futuros. A cada percepção de que as coisas mudariam, iniciavam a procura por saídas e contornavam a situação, praticamente a partir de critérios e forças próprios.

Até mesmo frente às incertezas que se apresentaram no próprio local, a coesão do grupo foi suficiente para manter firme a continuidade do projeto. Como síntese desses momentos em que foram intensas as incertezas da manutenção das ações que vinham sendo colocadas em prática a partir da Saromcredi, bastou perceber que havia progresso que os opositores diminuíram seus ímpetos.

Acredito que o que vem se passando em São Roque de Minas se assemelha mais a um processo de construção de resposta diferenciada. Neste caso, desde minha primeira visita à cidade até os contatos que ainda mantenho por *e-mail* e telefone com atores de lá são nítidos os passos de crescimento da complexidade das respostas dadas ao entorno. Mas, isso não significa uma garantia de tranquilidade.

O futuro é uma construção em aberto, no entanto, a realidade local tem privilegiado a construção de grandes atores produtivos que podem impor aos demais uma situação de agirem como meras complementaridades. Nestes casos, os atores mais fortes ficam em situação privilegiada e tendem a assumir as melhores relações com o entorno, com a rede de atores extralocais. Como sugere Brandão (2004), situação propícia à fragmentação do território, ou

própria da dinâmica da verticalização, de Santos (2000), quando se privilegia os atores locais com capacidade de intensificar os ganhos de capital dos atores extralocais.

O fato de estar em construção ainda sugere possibilidade de correções no curso das ações. A resposta definida tem força de grande esclarecimento aos espaços que se encontram em situações de dificuldades como a de São Roque de Minas em 1991. Ademais, superaram o fatalismo paralisante daquele momento, e dos que anteriormente a ele se somam, e não se renderam à perspectiva de que o futuro estava predeterminado. Como a referência dada por Arocena (2004), “as sociedades locais que estão em processo de diferenciação de sua resposta podem cair em uma sobrevalorização de seus próprios recursos e não tomar as decisões adequadas às características do entorno”. Sua preocupação refere-se ao cuidado para o fato de que “frequentemente todo o processo é posto em questão por uma leitura imperfeita dos condicionantes do entorno”.

Quando ressalto essa facilidade no erro de leitura dos fatores condicionantes, imagino os aspectos mais recentes que marcaram o cenário local. A atração de grandes contingentes de catadores de café de regiões nortistas, paralelamente ao crescimento da maquinização das lavouras, ou o foco excessivo nas atividades agrícolas em detrimento a outros setores também promissores, como o turismo. Ou ainda, ao apego ao espírito cooperativista que não chega aos produtores de queijo, que são cerca de mil no município, mas apenas alguns atendem às exigências sanitárias legais.

6.2.4 “A gente não é só passageiro dentro do trem”: a elite dirigente e o ator político-administrativo

Historicamente, a presença de investidas originadas de forças hegemônicas no espaço sanroquense não pode ser caracterizada como de grande frequencia. A presença de grandes atores globais, como é o caso de transnacionais, tem sido pontual. A relação da administração municipal com outras instâncias da organização política estadual e federal também vem sendo marcada por vínculos tímidos, insuficientes para que seja possível apontar alterações significativas no destino da cidade. As principais mudanças, que a partir desses outros atores, atingiram o espaço local refletiram a fragilidade dessa relação.

No passado, a presença de maior expressão foi a da SAMUL Mineração, empresa canadense especializada na extração de diamantes. Como costuma ocorrer, promoveu

articulações pontuais insuficientes para projetar sobre o local uma força centrípeta propícia a uma condição de desenvolvimento mais abrangente.

Recentemente, a Bünge formalizou uma parceria com a Coocanastra, visando à venda de adubos químicos e a compra do milho excedente da produção local. Na verdade, sua vinda aconteceu em condições distintas do que poderia se pensar caso fossem em épocas anteriores, como no início da década de 1990. Isso porque a interação com esse grande ator da agroindústria mundial teve desdobramentos típicos de uma relação baseada em negociação, não em dependência.

Porém, há outro tipo de avanço sobre o espaço local que, contraditoriamente, foi o que mais fragmentou o território. Refiro-me a duas decisões de atores político-administrativos extralocais, e ambos da esfera federal. A primeira quando o Governo Militar define o fechamento de grande área da parte alta da Serra da Canastra e a segunda quando o Governo Collor cria condições que levam ao fechamento do único agente financeiro da cidade, ambas discutidas em vários momentos dessa tese. A contradição a que me referi é sobre o estranhamento de perceber que decisões originadas daqueles que deveriam promover o desenvolvimento nacional tenham contribuído para seu oposto.

Ocorrências estas que agem como atestado ao argumento de Arocena (2004), quando oferece os contornos para a análise deste indicador do sistema de atores. Segundo ele, a lógica de instituições do sistema político-administrativo tem clara influência nos processos de desenvolvimento local. Especialmente quando são centralizados, como é o brasileiro, pois neste tende a afirmar a destituição dos sistemas locais, onde as possíveis manifestações da comunidade se tornam mais afeitas ao conformismo do que à manifestação. Não por acaso, essa foi a situação em que se encontrava São Roque de Minas na época da criação da Saromcredi.

A primeira conclusão sobre a questão do ator político-administrativo é que ainda se faz muito pouco nítida uma visualização geral sobre transformações significativas que tenham alterado a lógica da organização política nacional. Ainda se manifesta dominante a ideia de uma única forma de administrar os diferentes territórios e as condições materiais que lhe são próprios. Isso significa que aos governos locais cabe apenas a execução de pré-definições e rubricas anteriormente definidas; com pouca abertura para que iniciativas geradas fora do âmbito centralizador de decisões pudessem ter espaços para emergir.

O fechamento da MinasCaixa, em 1991, representou uma oportunidade de elevar o número de evidências empíricas em favor desse argumento. Pois, como procurei tornar claro,

a primeira medida buscada para se contornar o cenário que se encontravam foi a imediata recorrência à administração municipal e sua maior autoridade, o prefeito. Afinal, a notória *práxis* política que viabiliza proximidade ao fórum privilegiado das decisões típicas dos níveis mais altos da política nacional exige o galgar de contatos que se inicia com os profissionais da política local.

Sendo frágil a importância econômica de São Roque de Minas naquele momento, os danos aos atores político-administrativos extralocais, assim como aos possíveis grupos privados, seriam pequenos demais para uma reconsideração da situação.

A força de um olhar mais aguçado ao presente indicador torna-se, pois, um importante relato para a manifestação da autodeterminação local, mas mediante uma licença teórico-operacional ao que sugere Arocena (2004) na análise desse indicador. Isso, porque, para este autor, o foco da análise do ator político-administrativo diz respeito à relação da administração municipal com outros níveis da administração pública nacional, como a estadual e a federal, assim como entre as partes que os compõem, pois visa perceber possíveis vínculos entre secretarias, ministérios e agências. Mesmo tendo sinalizado para os frágeis laços do ator político-administrativo local com os respectivos extralocais, não deixei de considerar suas manifestações, no entanto, desloquei a análise ao que naturalmente refletia a condição de negociador do espaço local, ou seja, as ações da comunidade. Sejam elas por meio da cooperativa que organizaram ou mesmo pelas relações que diretamente passaram a estabelecer, principalmente com a esfera federal. A naturalidade dessa opção reflete a própria manifestação do objeto de estudo tratado, dinamizador da autodeterminação local como expressão do protagonismo dos atores do espaço local na promoção do desenvolvimento.

A primeira evidência de uma relação do ator político-administrativo local com algum extralocal, ou entre suas partes, ocorreu no governo municipal de Antônio Batista Sobrinho, conhecido em São Roque de Minas como Antônio Quitera, que havia sido vereador entre 1967 e 1971. Ele assumiu a prefeitura em fevereiro de 1983 e permaneceu por cinco anos. Recebeu o cargo de Onésio da Costa Faria, Onésio do Gabriel (1977-83), cujos depoimentos têm ajudado na análise do sistema de atores (Onésio foi membro-fundador da Saromcredi).

Foi com Antônio Quitera que Antônio do Chico revelou ter havido a primeira significativa alteração na cidade a partir de um prefeito. Sua administração foi uma expressão de bom relacionamento com o ator político-administrativo estadual e federal, pois a prefeitura encontrava-se com parcos recursos. Nos seis anos que ficou, manteve boas relações na capital mineira e na federal, viabilizando verba suficiente para iniciar o progresso na cidade, ao qual

se referiu Antônio do Chico. Mesmo tendo visto o município ter sua primeira grande perda a partir da decisão federal, a inauguração do parque, no mesmo ano de sua posse, a política escolhida parece ter sido a de conciliação. Considerando a organização e prática política da época, com municípios extremamente dependentes de recursos extralocais, especialmente da esfera federal, o caminho escolhido parece ter sido o que mais diretamente poderia levar mais recursos ao município.

Em seguida, assume a prefeitura João Pereira Borges, chamado localmente por João Marcelino. Cumpre seu mandato de Janeiro de 1989 a dezembro de 1992, momento que coincide com o fechamento da MinasCaixa na cidade e com a articulação social que culminaria na inauguração da cooperativa de crédito. Como ocorrera com a prefeitura de Antônio Miguel de Faria, a prefeitura foi ignorada perante a decisão, que já havia sido tomada previamente, sem consultas ou chances de manifestações por parte das instâncias locais. Antônio Miguel, assim como Onésio do Gabriel, foi mais um ex-prefeito que se tornou membro-fundador da Saromcredi.

Não tendo havido relações significativas para a sustentação de uma organização produtiva que tornasse o município menos dependente das esferas político-administrativas de fora da cidade, seria precipitado apontar uma lógica verticalizada para essa relação. Nem mesmo considerando alguma de suas partes, como uma secretaria ou uma agência. Antes de 1991, prevalecia uma organização semelhante à que mantém grande parte dos pequenos municípios reféns de acessos viabilizados por atores do legislativo, como deputados, às instâncias mais altas da administração estadual e federal, onde fica a maior parte dos recursos.

Nesse contexto, restou ao ator político-administrativo local um mínimo de apoio a algo que ainda era inédito no município, um movimento de organização do porte como seria aquele que buscava instalar em São Roque de Minas uma instituição para ocupar o lugar que fora de um banco estadual. Na ocasião, João Marcelino ajudou como pôde, gestos que representaram ações fundamentais que levaria à criação do agente financeiro.

A prefeitura emprestou dinheiro. A câmara autorizou o prefeito a movimentar com a gente na época. Seu João, prefeito na época, chegava dinheiro para pagar os funcionários da prefeitura e ele atrasava o pagamento dois, três dias. Sabe para quê? Por que naquela época dava um, dois, chegou a dar três por centro de inflação por dia. Então, se ele ia pagar na sexta, ele pagava na segunda. Agente aplicava o dinheiro da prefeitura até segunda e tinha uma rentabilidade boa do *spread* inflacionário. [...] Mas, foi um apoio? Foi um apoio. Por que imagina se desse do contra? Piorava a situação. (João Leite)

A passagem também reflete a importância do grupo inicial ter acesso ao prefeito. Sustentou ainda a viabilidade da ação conjunta, a percepção das possibilidades de futuro ao município, pois vivia um momento de penúria econômica e social de difícil contorno. Assim, a relação cordial estabelecida poderia favorecer o fortalecimento de ambas as partes a partir dos benefícios esperados à vida local.

Na trilha da informalidade a elite dirigente também estabelece contato com o padre da igreja católica da cidade, que se mostrou sensível à iniciativa do grupo e as possibilidades abertas com o retorno de um agente financeiro para o município. Afinal, era de esperança que seus fiéis mais precisavam.

A igreja, o padre apoiava. Falava da importância da união, do espírito da cooperação. Quer dizer, você vai criando um movimento. E o movimento foi nascendo naturalmente. [...] Por que a sociedade entendeu que precisava ter uma instituição financeira aqui em São Roque. Claro que, se fosse nossa, melhor ainda. (João Leite)

Além do apoio durante as missas, a igreja tinha um sistema de recados que funcionava a partir de seus autofalantes. Não só na praça, mas em grande parte da área central da cidade era possível escutar a data e hora das reuniões para a fundação da cooperativa. Atingia Atingindo os interessados, e, os que zombavam da iniciativa. Tanto no caso do apoio do prefeito, quanto do padre, o que se fomentava era uma instância política necessária a qualquer projeto social, sua sustentação.

A prefeitura emprestou o imóvel. [...] A Igreja fez campanha, nas missas, nos anúncios, sermões sobre cooperativismo. E a cidade é pequena. Falou na missa depois está tudo na boca do povo, na praça. A notícia não só se espalha com vai ganhando discussões, críticas, apoio, etc. Aqui tem oito religiões, mas a católica deve ser noventa e cinco por cento. É um ótimo ponto de convergência local. (Antônio do Chico)

O imóvel ao qual se referia Antônio do Chico indica uma pequena sala na prefeitura, uma boa representação do tipo de apoio que se acumulava a partir dos atores locais. No mais, muitas críticas, como ele mesmo retratou, relembrando uma frase que partia dos cantos da praça: “você vai ao tamborete pagar conta de água?”. No mesmo sentido, recupero uma lembrança de José Leite, “críticas, críticas de cara a cara. Na hora de tomar a cerveja, à tarde, o assunto sempre voltava. Até ser chamado de tamborete”.

Hoje, a Saromcredi está terminando a construção da nova sede, própria, com área de mil e quatrocentos metros quadrados para atender seus mais de sete mil cooperados. Uma situação bastante distinta da inicial. Nesta, as primeiras interações locais que partiam dos

atores da elite dirigente para se estabelecerem com o ator político-administrativo foram marcados pela informalidade. As formalizações delas decorrentes se fazem por exigência legal. Mas, é nessas interações iniciais que surgem importantes percepções sobre o processo no qual desenrolou a autodeterminação.

Segundo Arocena (2004), a institucionalização da prática verticalizada do ator político-administrativo contribui para cristalizar a crença de que há uma forma única de administrar a parte pública, o que reforçaria a centralização das decisões e inibiria iniciativas de outras partes do município que não o das estruturas formais tradicionais. No caso estudado, mesmo sobre frágil verticalização já se arrastava, por simples prática acumulada, o pensamento de que a forma de administração do interesse público cabe à prefeitura, fato que naturalmente dificultara outras manifestações alternativas. Caberia, então, saber o quanto essa ação inicial da elite dirigente representou uma ameaça ao administrador da parte pública.

Por mais que se acumularam alterações no foco do projeto de futuro desde seu início, uma vez que com o tempo a Saromcredi acabou sendo reconhecida como agente complementar ao papel que da prefeitura, naquele momento, 1991, a iniciativa do grupo era bastante distinta. Com a cidade estagnada, e a prefeitura esvaziada da capacidade para reverter o quadro, pois já havia tentado, o surgimento de uma iniciativa que sinalizava esperança aparece como válida. Assim, muito mais que uma ameaça, o que despontava era, ao menos, a volta de práticas simples do dia-a-dia, como pagar contas e descontar cheques. Ser prefeito de uma cidade que parecia deixar de ser cidade ao fim de cada dia parecia ser um forte desestímulo à função de prefeito. Ademais, essas condições só tenderiam aumentar a dependência às demais esferas do poder político.

Dessa forma, é provável que possam ter mantido intactas as referências de que há uma forma única de administrar a repartição pública, mantendo as decisões centralizadas e provavelmente inibindo iniciativas que venham da população, mas o momento de escassez acabou contribuindo para a desarticulação da força de blindagem da condição dominante.

Não tenho elementos suficientes para afirmar que sob forte regime de verticalização, onde há sustentação política significativa a partir de atores político-administrativos extralocais, o movimento de autodeterminação da elite dirigente tivesse sido desarticulado. Além de arriscar uma conclusão precipitada, devo ater-me aos dados e à realidade investigada. Nesta, tive outra percepção.

Parece que, em situações onde é fraca a ocorrência de verticalizações entre os atores político-administrativos, é bastante razoável aceitar que haja menos resistências por parte do

administrador municipal local frente a iniciativas alternativas que venham da população. No entanto, acrescento que, mesmo assim, ainda pode prevalecer um ambiente de forte inibição. Foi o que aconteceu em dois momentos da gestão municipal em São Roque de Minas, especificamente em duas administrações do prefeito Cairo Manoel de Oliveira. Neste caso, tudo leva a crer que as razões extrapolavam a esfera da administração pública e aproximaram-se da pessoal.

Cairo Manoel, como é mais conhecido na cidade, chegou ao município por meio de João Leite, Presidente da Saromcredi. Advogado, havia morado na Alemanha e chegava à cidade 'pela porta da frente', como se costuma dizer na região . Chegando à prefeitura, teve em mãos, como todo prefeito, a oportunidade de exercer funções em meio a um sistema predominantemente centralista. Nestes casos, diz Arocena (2004), podem erigir ações horizontais benéficas ao local. Em outro sentido, há situações em que mesmo a figura do ator municipal estando ausente o processo de desenvolvimento pode ser impulsionado e dirigido por atores da sociedade civil.

Mas, o que ocorreu em sua administração foi uma centralização alheia às necessidades do município e inibidora, primeira grande manifestação de atores da sociedade civil que havia sido a responsável pelo início da recuperação do desenvolvimento local.

Seu primeiro mandato começou em janeiro de 1993 e terminou em dezembro de 1996, período coincidente com o início do crescimento da Saromcredi e dos primeiros resultados da organização produtiva e da recuperação do desenvolvimento local. Enquanto prefeito, Cairo Manoel agiu diretamente para enfraquecer o ponto de convergência da articulação da elite dirigente, a Saromcredi.

> Ele é doido de tudo. Ligou para o Banco Central e, como prefeito, autoridade maior do município, ele exigiu a liquidação extrajudicial da cooperativa de crédito de São Roque. Eu tive que parar lá no BACEN. Por que já tinha cinco meses que ele não pagava os funcionários da prefeitura. A prefeitura quebrada. Ele acabou com o dinheiro da prefeitura. E me ordenou que transferisse os ativos da cooperativa para a prefeitura. E eu não obedeci. [...] Hoje, se a prefeitura quiser movimentar com a cooperativa, bem, mas se não quiser também não vai fazer diferença nenhuma. (João Leite)

O descaso ao fim da transcrição é uma realidade atual, mas no primeiro mandato de Cairo Manoel significaria um grande impacto para a Saromcredi. Apesar de tentar, não conseguiu, pois a alternativa traria novamente ao sanroquense a necessidade de deslocamento para algum município vizinho, já que nenhuma instituição financeira se interessou por São

Roque de Minas. Ademais, essa decisão significaria um retrocesso às penosas condições anteriores, mudadas pelo próprio João Leite. Retroceder significaria dar forças a seu opositor.

No entanto, no seu segundo mandato, de 2001 a 2004, o pagamento dos funcionários da prefeitura é transferido para o Banco do Brasil de Piumhí. Para evitar o problema do deslocamento, Cairo Manoel mandava buscar o dinheiro na cidade vizinha e fazia o pagamento em espécie aos funcionários. Implicava mais custos e trabalho com isso, e muitos funcionários depositavam parte do salário na Saromcredi, mas seu estímulo vinha da possibilidade de atrapalhar a cooperativa.

Depois de falar da ajuda de outros prefeitos, que deixavam na Saromcredi contas para o custeio de obras, as movimentações referentes aos fundos de participação e a folha salarial, Antônio do Chico refere-se a Cairo Manoel pelas palavras a seguir.

> Os prefeitos ajudavam com contas mantidas para obras das prefeituras, fundos de participação, pagamentos de funcionários, o que podia fazer disso, eles deixavam na Saromcredi. Mas não podemos falar o mesmo de um tal de Cairo Manoel. Atrapalhou, pois sempre fez campanha contra o banco. Ele e João não podem nem encontrar que pegam no tapa. Tirou o dinheiro da prefeitura e mandou para o Banco do Brasil de Piumhí. Mandava ir lá buscar e pagava aqui, mas não deixava na Saromcredi. Pagava todos em dinheiro. Nesse início, atrapalhou muito, pois a Saromcredi ainda era pequena. Essa maneira de tirar a grana e travar grande luta foi no segundo mandato. E fazia política e articulava apoio com grupos desde que eles não usassem a cooperativa. Ele acabou endividando a prefeitura e... foi no Joãozinho pedir ajuda. Muita grana. Queria para fazer novas obras. João negou, o banco não pode emprestar para a prefeitura, o Bacen não deixa. Do alto de sua prepotência, abriu guerra contra João.

Dos entrevistados, foi unânime a repulsa e desaprovação às tentativas de Cairo Manoel de prejudicar a Saromcredi. Uma reação condizente com quem parecia não entender o que fazia uma pessoa, vinda de outro lugar, buscar esmorecer um caminho que vinha sendo trilhado com tanto esforço por pessoas da região, depois de terem sido esquecidos.

> Você acredita que ele saiu como candidato de novo? [...] Dizem que saiu. Só que eu falei uma coisa. Se esse Cairo ganhar no São Roque de novo, eu tenho certeza que eu vou mudar de São Roque e mandar soltar uma bomba aqui. [...] Isso por que nós crescemos, expandimos a agricultura, você deve saber, ainda com essa pessoa jogando pedra, politicando contra, fazendo ameaça. Teve dia de ele mandar fechar as portas do banco. [...] Tudo o que era possível fazer do contra, o tal do Cairo fazia. E quando ele veio o Joãozinho foi uma das pessoas que apoiou ele, mas daí ele virou uma íngua no pé do Joãozinho. (Maria Bernardes)
>
> A prefeitura municipal anterior a essa, quem era prefeito, tinha uma rixa muito grande com o Joãozinho. Por aí quando você fala de crescimento econômico e faça da Saromcredi, imediatamente vem o nome do Joãozinho. Não é só ele, por que foi uma equipe que montou, mas vem o nome dele. Então, havia muito, principalmente por parte da administração, uma rixa muito grande com ele. [...] Não podia nem falar em Saromcredi com ele. Chegava ao ponto da Secretária de Educação dele fazer vigília no conteúdo e nas aulas. Com o Cairo Manoel, na primeira gestão, as professoras ficaram dez meses sem receber salário. [...]. (Vera, Diretora da Escola Municipal)
>
> O problema é quando muda para o Cairo. “Ô pé de égua”. Ele não queria o banco de jeito nenhum. Arrumou até polícia para tentar fechar o tamborete. Teria sido bem pior. (José Leite)
>
> O anterior, coitado, sem comentários. (Gina, dona de pousada)

Cairo Manoel? Esse foi terrível. (Onésio do Gabriel)

Teve prefeito que deu muito prejuízo a São Roque, o nome dele é Cairo. Mas ao atual deu apoio. (Valmório)

Hoje está bom, o prefeito apóia. Mas Cairo conseguiu, com sua força na época, diminuir o número de associados da Associação Comercial. Mas hoje já voltaram. (Tomate)

Esses fragmentos retratam vários comentários da passagem de Cairo Manoel por São Roque de Minas. Permitem um alerta a dois fatos adicionais. Um, que devem ser acrescidas questões pessoais à dimensão da análise, pois a condição de ocupante de um cargo político não o eleva a uma supracondição capaz de imunizar as interferências de ordem pessoal. A questão é a necessidade de ponderá-las, uma vez que seus interesses pessoais, e não só políticos, estão sempre em jogo. O que aproxima a discussão a questões de ordem moral e ética. O outro fato se refere à latente condição de reversão do quadro político local a partir de uma nova administração municipal. Com isso, as forças estruturantes de um sistema que, como o nosso, tem predomínio centralista, acaba levando a realidades de extrema oposição entre um programa de governo e outro, como ocorreu em São Roque de Minas. Fato de potencial impacto à interrupção do desenvolvimento que se desenhava no município. E antes que essa questão seja confundida com um desestímulo democrático, o apoio na referência de justiça dada por Aristóteles (*apud* Chauí, 2006b), especialmente em sua dimensão participativa, ajuda a afastar a ideia da participação pontual, que deposita o voto e espera, para outra mais efetiva, da ação direta que constrói a história coletiva.

Apesar de ser um longo caminho a ser percorrido, a insistente busca por mais espaço para a participação de atores da sociedade civil nas instâncias que historicamente vem sendo reservadas ao chefe do executivo municipal parece ser a melhor forma para uma construção mais democrática da vida local. Ademais, o erro coletivo tende a ser facilmente assimilado, pois nasce da causa coletiva, menos suscetível à institucionalização do interesse particular de um prefeito.

Busquei resgatar as transcrições mais representativas, que, neste caso, partem do relato de André Picardi. Sua capacidade de retratar a passagem de Cairo Manoel por São Roque de Minas deve-se, dente outros fatores, a sua participação direta no afastamento do então prefeito Cairo Manoel de suas funções no executivo local.

Fui uma pessoa que trabalhou muito para tirar da prefeitura o prefeito passado. Eu cheguei a mover denúncia contra ele. Movi contra ele um processo de cassação. Ele foi cassado da prefeitura. Voltou com uma liminar ou um mandato de segurança. Concluiu o mandato dele na marra, agarrado com juiz e advogado. É o tal do Cairo. Então agente teve essa experiência aqui. Como eu te falei na prefeitura, São Roque de Minas tinha vivido seu momento de Diretas Já e *impeachment* também. Eu acho que o Brasil, se agente pensar no país como comunidade, como nação, ele passou por um processo muito importante nos anos 80, segunda metade dos anos

80, do movimento das Diretas Já até o impeachment do Collor. [...] Um processo de amadurecimento das instituições republicanas. Não dos partidos políticos. Não da classe política ainda. Mas as instituições foram se consolidando por que os cidadãos assumiram essas instituições como instituições da cidadania.

Cairo, na última eleição, ligou para minha casa. Era uma e meia da manhã, e disse "André, vou fazer da sua vida um inferno, você vai vender sua pousada e vai embora daqui". Foi a primeira vez que eu ouvi a voz dele [...]. É o retrato do Brasil, o Brasil é cheio desses Cairos Manoeis de Oliveiras.

Por fim, resta dar mostras de que a iniciativa de agir diretamente para a transformação da realidade local e de defender os próprios interesses não se restringiu ao movimento de criação do agente financeiro. Outras manifestações mostram a conscientização de um papel mais ativo que cabe a todos nós. Em outro momento da entrevista, André fornece mais exemplos de casos do avanço do compromisso da comunidade local em assuntos predominantemente reservados a esferas extralocais, ou, pelo menos, aos políticos. Inicialmente recupero a descrição do cenário que se construía a partir de uma decisão ministerial sobre a área do já em funcionamento Parque Nacional da Serra da Canastra.

O Ministério do Meio Ambiente sempre fala do potencial dos parques nacionais como indutores do turismo ecológico. [...] Em 2002, quando contrataram o Instituto Terra Brasilis para fazer a elaboração do plano de manejo do parque, [...] resgatando a ideia original de um parque com 200 mil há, e não aquilo que tinha se consolidado na região, que era um parque de 71 mil, fizeram todo levantamento faunístico e florístico da área que deveria ser incorporada na unidade conservação. E em nenhum momento se preocuparam em contar quantas pessoas moravam lá dentro, quantas propriedade rurais tinham ali, quantas famílias dependiam daquilo, qual era o tamanho do rebanho. Não passou pela cabeça deles, eles não tiveram essa preocupação

A partir desse contexto, que parecia repetir situação já vivida em 1972, afasta-se da aceitação da determinação extralocal, novas evidências de que a autodeterminação local servia a outras esferas do interesse público do espaço sanroquense.

Então, quando agente vai ao governo discutir com ele a questão do parque nacional da Serra da Canastra, o que agente tinha e ele não tinham era essa informação. [...] Por que toda informação faunística e florística agente tinha, por que agente pegou o plano de manejo e leu. Eu sei tudo que vocês sabem e sei mais um bocado de coisas que vocês estão boiando por que vocês não sabem. Então na discussão do parque, foi uma surra que o governo levou. E que também estimulou a comunidade a ter coragem de debater alternativas, de procurar. Eu acho que o êxito da cooperativa de crédito faz com que não a comunidade toda, mas parcela importante dela, aquilo que acreditam, eu não sei se isso existe, mas chamam dos formadores de opinião pública, acreditasse que vale à pena sim, se organizar. Foi uma vitória da comunidade, se organizar na cooperativa de crédito e ver essa experiência dar certo. Então supera aquela coisa da gente não se organizar pra nada. Passou essa fase. Hoje, agente se organiza.

A expectativa, no momento da entrevista, era de que esse movimento de elevação da participação da comunidade em assuntos influentes no seu destino não cessasse. E no curso de acontecimentos como os narrados anteriormente, André citou outros.

> Hoje, vamos discutir a implantação de um *voucher* único para freqüentar os pontos turísticos, hoje tem um grupo discutindo isso. [...] Tem gente que discute a questão do café, a melhoria, o pessoal que lida com café hoje não tem mais preguiça disso.
>
> Antes, só alguém ia lá. Hoje não. Hoje os moradores vão. Hoje o cara do Glória me liga, está sabendo que eu vou. [...] E hoje eles vão é na Casa Civil. Eu vou, às vezes, no Ministério do Meio Ambiente para discutir alguma coisa aqui do parque. E o cara que pediu carona pra mim está na casa civil, conversando com assessor da Presidência da República, com o encarregado do grupo de trabalho interministerial da Serra da Canastra. Ele quer saber por que o negócio não está andando. Eu acho isso maravilhoso, por que eu estou vendo as pessoas descobrirem esse valor da cidadania delas aqui. Com todas as características de cidade pequena, de picuinhas da política local, ela também vive essa coisa da descoberta da cidadania.

Aquela capacidade de interação extralocal, que foi nitidamente marcada pela dependência, mas que a cada ano desde 1991 se aproximava mais das que são baseadas na negociação, parece inspirar novas ações autodeterminadas. Essas interações, especialmente com partes de atores político-administrativos das duas esferas de poder de fora do município hoje mantêm representantes na cidade.

> As instituições estão aqui. A EMATER está aqui para ajudar. O IEF está aqui, não veio sozinho, a prefeitura trouxe. São Roque as tem aqui. Para uma cidadezinha do tamanho dela, se você for procurar em capitólio você não acha. Onde é que está presente o governo federal lá, direto lá? Aqui agente tem o instituto Chico Mendes, presente, você sente a presença do governo federal. É de um órgão de um ministério, mas é suficiente ele presente aqui. O Estado, você sente presente, com a polícia militar, você tem um Instituto Estadual de Floresta, a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Rural, a EMATER. Então você sente a presença dos três níveis do Estado aqui. E isso é importante também, vai fazendo com que as pessoas acostumem a respeitar regras, por que o poder de fiscalização está lá. (André Picardi)

Sendo mais recentes, a presença dessas instituições não parece provocar fragmentações ou facilitar centralizações inibidoras de novas iniciativas de participação da comunidade. Pelo menos não foram discutidas em nenhuma das entrevistas, a não ser nesse com André.

As relações entre a elite local, que se organizou para a constituição da Saromcredi (sustentou várias decisões com impacto no desenvolvimento local), e a prefeitura foi benéfica ao município a partir de janeiro de 2005, assim que Nilzo de Faria assumiu a cadeira que era de Cairo Manoel, cassado do cargo.

Como diz duas proprietárias de pousadas na cidade. Para Gina, “tem muita obra e melhoria vindo da prefeitura. Está agindo, como nunca antes que me lembro”, e para Niara, “essa administração atual agente viu alguma coisa a ser feita. Vai se reeleger tranqüilo. Ele fez uma porção de coisas aqui na cidade. Calçou tudo, aqui era muita poeira na própria cidade. Reativou o posto de saúde, o ginásio poliesportivo.

Nilzo foi reeleito no último pleito para o executivo municipal, e a tendência é que a boa relação com a elite local permaneça. Parte representativa de seus interesses foi registrada por mim, e foi unânime sua aprovação; impulsionada pelo alívio de não terem Cairo em mais um mandato.

Novos elementos ainda serão necessários analisar para que as impressões finais sobre a experiência de desenvolvimento baseado em uma organização emergida da comunidade de um pequeno município sejam finalizadas. Principalmente, porque só no próximo capítulo discutirei o modo de desenvolvimento decorrente da autodeterminação local em apreço, assim como as evidências econômicas e sociais decorrentes.

No momento, ficam indicações de que se fortalecem neste espaço a dinâmica de uma história coletiva que rompeu com expectativas de esperar por benefícios do ator político-administrativo para terem suas demandas satisfeitas. Um longo processo distante da funcionalística que marca as fórmulas de sucesso. Sua marca, a cadência de um processo.

Então vai acontecendo uma série de coisas que vão acontecendo juntas... Resultado de juntar a oportunidade com a compreensão dessa oportunidade e de aproveitar ela, de ocupar esse espaço. Responsabilidade de alguns personagens. Percebem que história agente faz também. Que agente não é só passageiro dentro do trem. E assumem o seu papel. Põem a cara. Expõem-se. Organizam um grupo em torno dela. Os grupos se organizam. As pessoas passam a trabalhar juntas. Às vezes a trabalhar contra, mas às vezes a trabalhar junto também.

Por trás do movimento que leva ao processo adiante, a presença constante da vontade de fazer com que São Roque de Minas interrompesse a morte anunciada e reanimasse a vida local. Para fechar a análise do sistema de atores, torna-se fundamental abordar a identidade dos atores locais no espaço primordial de suas vidas.

6.3 “Em vez de mudar de São Roque, nós resolvemos mudar São Roque”: a identidade local como força de coesão e impulso ao projeto de futuro

As impressões do apego ao território como elemento decisivo ao processo que culminaria na criação da Saromcredi, e na continuidade de ações com influência para o desenvolvimento local, foram notadas desde minha primeira ida à cidade. Na ocasião, minhas anotações no diário de campo não contavam com um suporte teórico sobre a identidade local, mas isso não me impediu de percebê-la como expressão que liga o homem a seu território.

Os vestígios do passado, a história dos homens, seus trabalhos e suas crenças acumulavam-se e, na ocasião da segunda viagem já tive condições de observar essas expressões humanas de forma mais organizada. Afinal, todo processo de análise que venho desenvolvendo neste capítulo partem de depoimentos de uma memória coletiva que dá sentido à relação entre o passado, o presente e o projeto de futuro. Por conter teor político, o ambiente de expressão dos acordos e conflitos que marcam a vida desta sociedade, uma vez recobrado pela memória de sua gente, permite a volta ao passado e o reconhecimento do local.

Por isso, o espaço não é um espaço neutro, mera paisagem. As referências a ele são constantes, aparecendo em vários momentos desta análise, como no reconhecimento feito a João Carlos Leite enquanto líder do processo de formação da cooperativa que mudaria a cidade. Em um momento de seu depoimento, Dona Renilda ressalta que João "era uma pessoa apaixonada por ter nascido aqui, como todos nós".

Referências como essa foram importantes para o reconhecimento e aceitação da liderança de João Leite, pois aparece em vários depoimentos de outros entrevistados. Como na fala de André Picardi, quando revelou que à medida que a economia voltou a se recuperar as pessoas foram se aderindo ao processo. E quem queria sair, depois não queria mais.

> Por que as pessoas hoje têm resistência em sair de lá. Vou tirar minha conta e vou botar no Bradesco, que está abrindo uma agência hoje? Ele já esteve aqui e já foi embora. É difícil mesmo concorrer com essa cooperativa de crédito se você for aplicar um serviço de agencia bancária comum.

O atestado dado por André à Saromcredi a coloca em um estágio jamais imaginado no passado de criação da mesma. Como ressaltava José Leite, no momento de seu depoimento, "nosso sonho era ter um milhão na conta, daria pra fazer muito". E da mesma forma que a identidade local contribuiu para dar força à criação da Saromcredi, acabou, a partir dessa, trazendo de volta a autoestima social dos sanroquenses.

> A primeira coisa que aconteceu foi o resgate da autoestima. Então as pessoas começaram a acreditar. Aquela coisa, assim, nós somos poderosos, nos somos capazes de viver independente. E ainda ter o PIB de São Roque comparado aos Tigres Asiáticos. Conseguimos sobreviver sem ajudas externa. Hoje estamos exportando modelo de cooperativismo. [...] Virão turistas cooperativista igual vêem os ecológicos. E estamos gerando frutos, como a Ellos. Vieram de Sergipe, Alagoas, França para trocar *know how* de cooperativismo. E isso tudo aumenta nossa autoestima e confiança. As pessoas daqui que estão fora estão planejando voltar para São Roque. (Renilda)
>
> E todo dia aparecia uma coisa nova que nem se via o tempo passar. E veio gente do Brasil todo ver como fizemos. (José Leite)

Os laços dessa identidade sustentariam a própria relação do cooperado com a cooperativa, mantendo as possíveis opções bancárias, que por acaso cheguem à cidade, apenas como agentes complementares aos serviços da Saromcredi.

A Saromcredi não tem mais perigo não. Acho que ela já tem credibilidade suficiente. Agente se sente dono dela. É como se estivéssemos em casa. Já nos conhecem e o cadastro já está até na cabaça dos diretores e gerentes. [...] E só crescendo, não é? Não sei se Joãozinho te contou, a cooperativa de Piumhí está querendo aderir a nossa cooperativa. (Maria Bernardes)

Maria Bernardes termina essa fala sorrindo. Afinal, ver a cooperativa da cidade que chamou os sanroquenses de "bate pé" movimentando-se para buscar fusão com a Saromcredi era uma mudança significativa e um atestado de autoestima renovada. Mas a aparente fusão entre as duas me foi revelada por André Picardi como uma incorporação.

Então, hoje, ela não consegue mais atingir as exigências mínimas que o Banco Central estipula para que ela possa deixar de ser cooperativa de crédito rural e venha a ser uma cooperativa de crédito. [...] E hoje, o que está acontecendo aqui na região é um fenômeno interessante. Que é uma cooperativa que nasce aqui em São Roque, menorzinha, entrar num processo de incorporação da cooperativa de crédito de Piumhí. Que hoje ainda toma-se o cuidado de se chamar de fusão, para não gerar uma reação negativa em Piumhí e abalar a cooperativa de crédito de lá. Então, hoje agente fala em fazer uma fusão, mas o que está para acontecer é a incorporação, por que são eles que estão precisando da cooperativa de cá para abrir o capital para além do crédito rural. É uma experiência pra gente, dá um gostinho bacana isso.

No geral, os depoimentos obtidos com as entrevistas representaram um tipo de volta ao passado sintonizados com o que Arocena (2004) identificava como aquele que permite ao local reconhecer-se em uma história, a sua história. Ainda, as passagens que ressaltavam um processo que foi idealizado e realizado pelos indivíduos do local foram constantes, sustentando as evidências que mantiveram coesas as relações que impulsionaram o andamento do projeto de futuro, uma vez que esse conteúdo identitário sinaliza os traços e mecanismos de socialização dos indivíduos e grupos com incidência decisiva no processo de desenvolvimento local.

A própria sustentação inicial para que o líder desse prosseguimento aos esforços de criação da Saromcredi, assim como a apoio conquistado daqueles que antes criticavam, parece ser movida por uma força que atinge a todos. Uma força mantinha viva a esperança de que a cooperativa pudesse representar a manutenção da vida em São Roque, evitando a necessidade de sair da cidade como fizeram muitos.

Por que outro fator decidiria o recém-formado optar pela dificuldade de querer levar a vida em uma cidade que a cada dia dava sinais de decadência? A identidade, não só de ator, como do sistema de atores que sustentou e movimentou o projeto, foi a força que igualava a todos para avançar sobre tantas dificuldades que envolveram o processo em análise, ainda em construção. No caso da dinâmica de relações sociais transcorridas em São Roque de Minas, a identidade local agiu como nítida expressão de uma alavanca do desenvolvimento.

Além de reunir o passado, o presente e o projeto em uma única realidade interiorizada pelo conjunto dos membros da sociedade, pelo menos sua parte expressiva e suficiente para arregimentar o processo, foi permissível à manifestação do tradicional e do moderno sem conflitos que enrijecessem a continuidade do desenvolvimento.

Nos momentos de maior dificuldade ao projeto, caso das duas administrações de Cairo Manoel na prefeitura, o último pleito forneceu uma evidência a mais. Segundo o próprio André Picardi, Cairo teria forjado sua inscrição fora do prazo para alegar perseguições para não deixá-lo concorrer. Porém, ele estaria sem condições de se candidatar. O resultado foi o comparecimento de quase 89% para votar no único candidato, com apenas 16% de votos nulos e 3,5% em branco.

Traços de uma identidade apenas nostálgica não foram percebidos por mim a partir dos dados que coletei. Além disso, a própria ausência de suas características reforça a identidade como promotora do desenvolvimento. Afinal, os registros de um passado melhor que os momentos mais recentes, recobrados com ares nostálgicos, inexistiram, ainda mais como contraposições que sugerem condições de desenvolvimento superiores às do presente. Essa ausência pode ter contribuído para a projeção adiante, sem que o passado fosse a única forma de se delinear o futuro.

A identidade firma-se, assim, como força de coesão à autodeterminação local, manifesta pelo apego ao local do cotidiano de suas vidas. Ademais, ajuda a entender o esvaziamento de conexões nostálgicas com o passado, o baixo nível de produção e de fluxo financeiro que caracterizavam a história do município até o início da organização dos atores sociais em torno do projeto de futuro que viria a ser constituído. Um projeto inicialmente marcado pela busca de criação de um simples agente financeiro, para pagamento de contas e intermediação financeira ao dinheiro que circulava na cidade, que acabou alcançando o protagonismo do desenvolvimento local. E, desde o início, fazia-se presente, como impulso às ações do ator social líder, a vontade de permanecer na cidade e de nela poder constituir sua família. Para tanto, era necessária a rearticulação econômica do município, e essa mistura foi

essencial para que o grupo continuasse intensamente dedicado ao projeto de erguer em São Roque de Minas uma cooperativa de crédito como passo fundamental para dar nova vida à cidade.

> Quando a coisa foi dando certo, o pessoal entusiasmou. E começou a plantar mais, a aumentar a produção, cada um no que achava que conseguiria ter sucesso. A vontade de ficar na cidade era grande, o que facilitou a crença no projeto de futuro da cidade. E tudo coisa do pessoal daqui, todo mundo daqui. Ninguém de fora. (João Leite)

Quando começam a ser dados passos para a mudança do perfil da cooperativa de crédito, de prestadora de serviços bancários básicos para o de uma agente fomentadora do desenvolvimento local, o ímpeto modernizador intensifica-se. Os valores de inovação e crescimento produtivo e econômico tornam-se referências ao desenvolvimento do espaço sanroquense. Neste sentido, é possível que, a cada avanço à modernidade, a potencialidade de agir por estímulo a uma identidade local possa ser esvaziada. Pelas discussões precedentes nesta tese, a modernidade aparece como um movimento capaz de varrer as territorialidades, sufocando e também homogeneizando os costumes, hábitos e modos de conduta.

Tendo sido iniciado por uma ação de ruptura ao que tradicionalmente ocorre nos caminhos do desenvolvimento dos municípios de pequeno porte distantes dos interesses do planejamento nacional, é possível que a iniciativa local, na medida em que percorre a linha modernizadora, possa transformar São Roque de Minas de mera articulação prévia para ingresso na organização produtiva, econômica e financeira extralocais que predominam a partir da referência hegemônica de desenvolvimento.

As recentes decisões modernizadoras promovidas na cidade devem ser negociadas com mais paciência com as características do espaço local, considerando tanto seu ambiente quanto seus costumes e práticas. Mas, antes de avançar nessa discussão, entendo como necessárias novas análises, embora de cunho mais descritivo, das evidências do desenvolvimento na cidade desde a criação da Saromcredi, tema do próximo capítulo. Nele, novos avanços analíticos complementarão essas impressões, constituindo, enfim, substância para minhas conclusões finais das ações desses atores locais que têm agido como inovadores. Modificando hábitos, modos de vida e formas produtivas por mobilizar a mentalidade local para atreverem-se a levar adiante experiências arriscadas, ultrapassando fracassos parciais e removendo obstáculos que transformam a experiência em história.

VII. O DESENVOLVIMENTO DE SÃO ROQUE DE MINAS

Neste capítulo, cuja pretensão é mais descritiva que conclusiva, ative-me à subcategoria “desenvolvimento econômico e social”, referenciado por indicadores sobre a mudança no panorama produtivo, econômico e social do município desde que a Saromcredi iniciou suas atividades. Este recorte temporal visa trazer maior visibilidade às mudanças pelas quais passaram, conjuntamente, a cooperativa e o espaço local. Ao fim do capítulo, busquei aproximar essa descrição à dinâmica de relações a ela subjacente, quando analisei o modo de desenvolvimento transcorrido (referenciado, no capítulo 5, pela seção 5.2.2).

O capítulo começa com uma descrição das mudanças pelas quais passou a Saromcredi desde sua criação. Meu objetivo foi perceber tanto seu desempenho e solidez financeira quanto firmar uma referência de seu crescimento com as mudanças pelas quais também passou a vivenciar a própria cidade.

Sinais da relação entre o desenvolvimento de São Roque de Minas e a Saromcredi já foram estudados por Souza (2008), Campos (2006), Lima (2003) e Lopes (1997). Os dois primeiros em seus trabalhos de mestrado, o terceiro em uma monografia de conclusão de curso de especialista em Economia e o último em um relatório de pesquisa desenvolvido no curso de graduação em Gestão de Cooperativas.

Souza (2008, p. iv), priorizou um olhar sobre as estratégias de gestão adotadas pela Saromcredi, destacando que a mesma busca por relações horizontais com seus cooperados, estimula o protagonismo dos atores locais para transformações de modo participativo e cooperativo e orienta-se pela pretensão de contribuir para a autonomia do município, por meio da formação de poupança interna. Conclui que “as cooperativas, além de ser uma organização que trabalha em defesa de seus próprios interesses, podem constituir-se num ator social coletivo para a promoção do desenvolvimento local”. Linha similar havia seguido Campos (2006), dado que também apontou a Saromcredi como saída para a retomada do crescimento do município, sugerindo-a como alternativa viável para outras localidades.

Lima (2003) ratifica a percepção bastante discutida nesta tese, de que o sistema financeiro nacional “tem privilegiado as regiões mais desenvolvidas do país em detrimento das mais pobres, transferindo recursos e conseqüentemente renda do segundo para o primeiro e fazendo uma espécie de distribuição de renda “às avessas””. Da mesma maneira, percebeu que, agindo por princípios distintos que prevalecem nos bancos tradicionais, a Saromcredi

conseguia, até o ano de seu estudo, manter taxas de inadimplência significativamente inferiores, tanto em relação ao Sistema Cooperativista de Crédito, quanto pelo Sistema Financeiro Nacional.

Os objetivos de Lopes (1997) são mais pontuais, mas destacou que a cooperativa procurava evitar a busca de recursos externos e as altas taxas de juros decorrentes, e que viabilizou a concessão de empréstimos aos cooperados com recursos próprios e as influências da cooperativa ao desenvolvimento do município.

Há, ainda, o trabalho de Barbosa e Júnior (2005). Buscando evidências do desenvolvimento de São Roque de Minas a partir da criação da Saromcredi, destacam as melhoras no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), na taxa de analfabetismo e na renda *per capita* média; a partir dos quais eles sugerem a consideração de casos como o analisado para referenciar projetos de desenvolvimento territorial.

Esses estudos ajudam a sustentar a linha de meus argumentos. Assim, o que pretendi nessa primeira parte do capítulo foi recuperar, por meio de dados secundários e pesquisa documental, evidência das mudanças da Saromcredi desde 1991.

7.1 As mudanças na Saromcredi

Dos vinte e dois cooperados que iniciaram a organização da cooperativa, basicamente produtores rurais da cidade, hoje são quase oito mil, conforme podemos ver na Figura 5. esse número é maior do que o de habitantes da cidade, alcançado pelo fato da cooperativa já atuar em outros quatro municípios vizinhos por meio de seus postos de atendimentos (PACs).

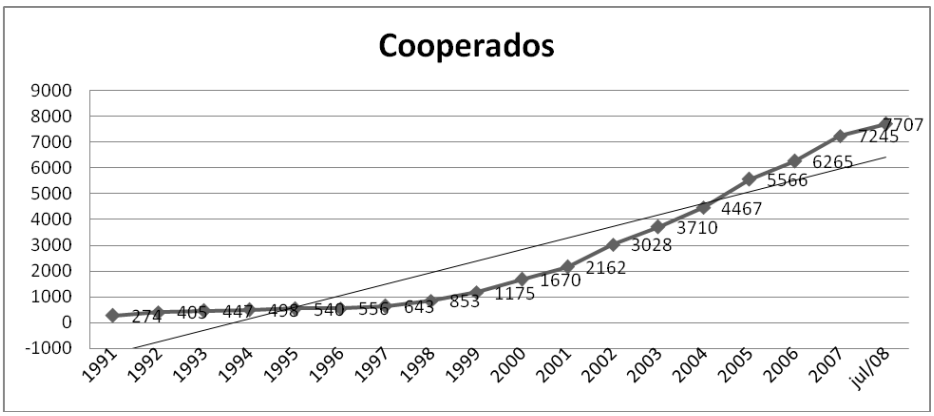


Figura 5: Evolução do número de cooperados da Saromcredi.
Fonte: Saromcredi (2009)

Desde seu período inicial, o número de adesões deu suporte não só ao crescimento da cooperativa, como à iniciativa, gerando uma força de legitimidade fundamental para o contorno das dificuldades pelas quais passaria a Saromcredi.

Da módica acumulação primitiva do capital necessário para o registro da cooperativa, todo o caminho de decisões priorizou destinos produtivos para a concessão de empréstimos, estimulando fluxos financeiros e novos negócios no município. Para contribuir à formação de um entendimento mais claro dos principais momentos pelos quais passou a Saromcredi, elaborei um resumo (Figura 6) no qual eles aparecem destacados, assim como algumas forças conjunturais do cenário local e extralocal.

Dentre os estímulos gerados com linhas de crédito a taxas inferiores frente ao que costumava ser praticado nas demais instituições financeiras do país, esteve, principalmente, a produção rural. Priorizou inicialmente o café, quando forneceu mudas e condicionou o pagamento à colheita. A cada dez mil mudas solicitadas seis sacas do produto deveriam voltar na forma de pagamento, em dois anos. Paralelamente, incentivou o profissionalismo na atividade, pois o acompanhamento passou a ser feito pela fundação[102] criada pela cooperativa. Em quatro anos, foram disponibilizadas 2,2 milhões de mudas.

A partir de dados fornecidos pela Saromcredi, a produção de Café, ainda na década de 1990, limitava-se a cerca de 300 mil pés, o que representava aproximadamente 120ha de área plantada. Atualmente, são aproximadamente 9 milhões de pés de café, plantados em uma área de 2,5 mil ha. Na safra de 2007/2008 a colheita gerou 80 mil sacas. E para que a produção tenha crescimento garantido, uma das estratégias tem sido o pronto atendimento aos agricultores a partir do viveiro de mudas, que desde sua fundação já produziu mais de 3 milhões de pés de café. Destes, a Saromcredi financiou cerca de 40%.

O mesmo crescimento atingiu o milho, com a vantagem adicional de que esta cultura pode servir para o incremento da pecuária local, melhorando a produção do Queijo Canastra[103]. E como a cultura do milho contava com alguma mecanização e o emprego de tecnologias, comparativamente ao estava disponível à de café, o crédito produziu grande impulso ao setor.

---

[102] A fundação era garantida pelos recursos do Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social (FATES) da cooperativa, valores aprovisionados desde a inauguração da Saromcredi. Também era financiado adubo, a formação de viveiros nas próprias propriedades rurais

[103] São Roque de Minas produz hoje uma média de 60 mil litros de leite por dia, onde cerca de 50% são destinados à produção do queijo canastra (SAROMCREDI).

Foi assim que a área plantada com milho em São Roque de Minas saltou de cerca de 800 ha em 1997 para, aproximadamente, 6 mil em 2008, com produção total próxima a 22 mil toneladas, muito além da capacidade dos silos da Coocanastra[104], que criados pela parceira da Saromcredi com a Coocanastra, em 2004, armazenam cerca de 9 mil toneladas de grão. A cidade, que era importadora deste produto, passou a exportar segundo as melhores cotações do mercado, pois mesmo com a capacidade dos silos esgotada, começaram a ser adquiridas as *big-bags*, grandes bolas armazenadoras de 3,5 mil sacas de milho cada.

A passos largos, no sentido de sua consolidação, a Saromcredi torna-se cada vez mais envolvida com o futuro da cidade. Tendo sido esta a iniciativa que moveu a comunidade à sua fundação, a Saromcredi chegava ao século XX, perto de completar dez anos de existência, exercendo funções que tipicamente cabem ao Estado. Depois de ter possibilitado o recebimento de proventos de funcionários públicos e aposentados, de ter permitido o retorno à cidade dos serviços básicos de uma instituição bancária, de ter financiado, por condições especiais, a rearticulação produtiva rural local e disponibilizado técnicos agrícolas para dar suporte à mesma, de ter intermediado convênios para a melhoria do Queijo Canastra, de ter recuperado a cooperativa agrícola e, assim, melhorado as condições de comercialização da safra local, inicia novas ações com impactos de longo termo, como educação.

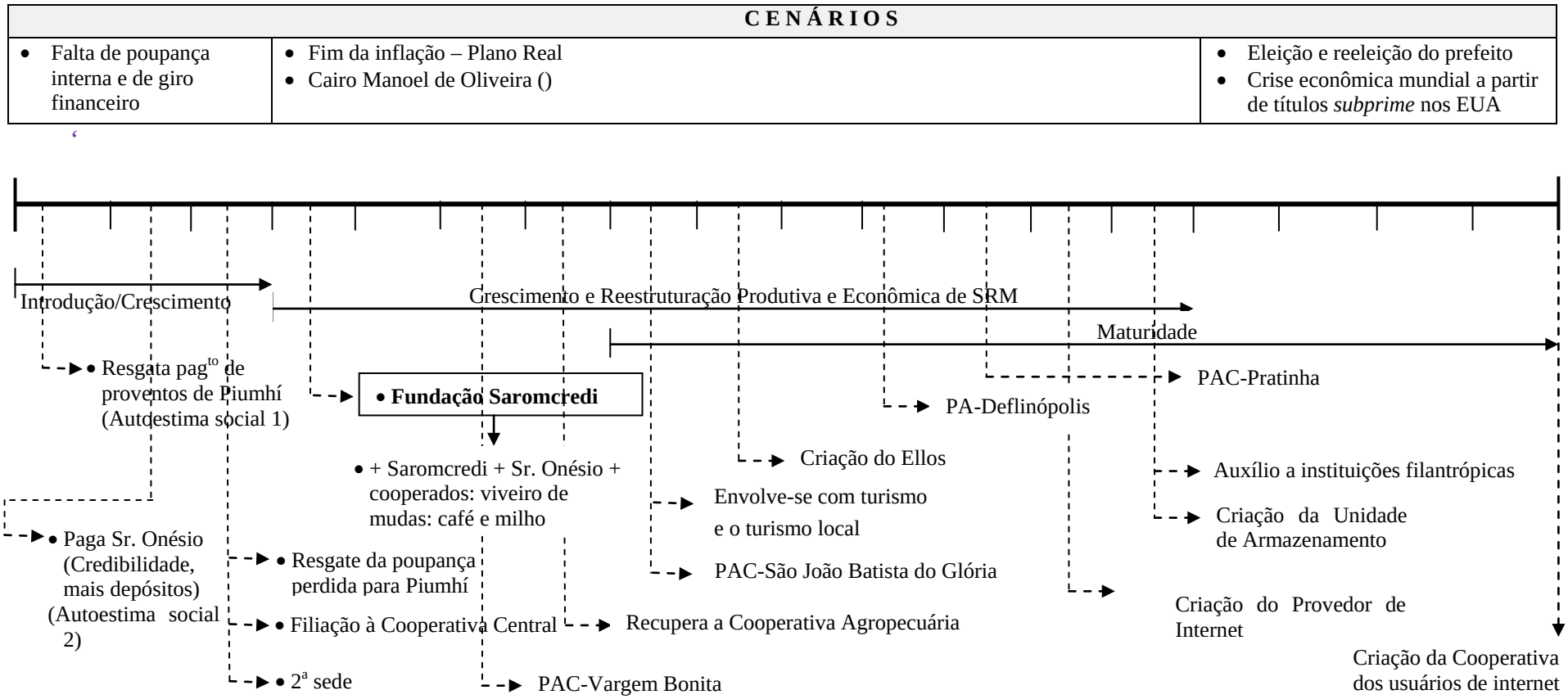
Utilizando recursos da Fundação Saromcredi e do FATES, inicia ações voltadas à educação formal. Além do capital financeiro, torna-se foco da Saromcredi o capital intelectual, cujo incentivo foi formalizado com a criação de cursos de capacitação e a inauguração do Instituto Ellos de Educação.

Em parceria com o Sindicato Rural da cidade[105], oferece uma série de cursos, como já demonstrado antes, a produtores rurais, comerciantes, donas de casa, por exemplo.

---

[104] Em 1997, a Coocanastra (ainda Coopersam) estava por decretar falência, tamanho o número de duplicatas protestadas. Percebendo o impacto negativo que seu fim acarretaria à produção de grãos da cidade, os cooperados da Saromcredi cogitaram sua reestruturação, decisão também influenciada pelo fato de que muitos dos cooperados da Saromcredi também o eram da Coocanastra. O pedido dos cooperados foi analisado pela direção da cooperativa de crédito que, vislumbrando uma parceria de potencial, decide por sua recuperação. O Diretor-Presidente da Saromcredi acaba acumulando a direção da Coocanastra, que inicia sua reformulação com capital emprestado pela nova parceira. A partir daí a relação se intensifica, ajudando a colocar em prática uma visão de prazo mais logo, como também percebeu Souza (2008, p. 77), que ainda ressalta a ajuda da Fundação Saromcredi na recuperação da credibilidade da Coocanastra junto aos associados. Pois foi incentivada a aquisição de insumos e a entrega da produção na Cooperativa Agropecuária, que em menos de um ano quadruplicou seu capital social. A parceria foi percebida como singular por garantir que o investimento em produção, função da cooperativa de crédito, não garante retorno sem o acompanhamento da capacidade de comercialização, função das cooperativas agropecuárias.

[105] Assim como ocorrera com a Cooperativa Agrícola, também o Sindicato Rural acabou sendo reestrutura com ajuda da Saromcredi, em 1995, uma vez que ele estava praticamente falido e mal funcionava.



Obs: As linhas verticais, tracejadas e com setas nas pontas são indicativas de um acontecimento num determinado ano, sem pretensões de sinalizar o mês.

Figura 6: Momentos importantes no crescimento da Saromcredi entre 1991 e 2009

Fonte: O próprio autor.

A criação do Ellos foi ideia dos próprios cooperados que, nas reuniões da cooperativa, demonstravam interesse em melhorar as condições de vida da comunidade a partir da educação. Como era comum a saída de seus filhos para estudar em escolas de municípios vizinhos, passaram a destinar esforços na educação de crianças e jovens da cidade.

Providenciada a infra-estrutura para o funcionamento da escola, hoje o Ellos é mantido com a ajuda dos pais e da Fundação Saromcredi, na proporção de 60% e 40% respectivamente. Baseada nos princípios cooperativistas, busca contribuir diretamente para a disseminação das ideias que ajudaram São Roque de Minas a se reerguer. Também procura enfatizar questões ambientais e as voltadas à cidadania.

Outro esforço intenso da Saromcredi está ligado a instituições filantrópicas. Basicamente utilizando recursos de sua Fundação, reforça a capacidade das instituições locais no cumprimento de suas atividades afins, como pode ser percebido em Souza (2008, p. 86). Segundo a autora, tem sido práticas comuns da Saromcredi:

> Doação de computadores para as escolas urbanas e rurais dos municípios; doação de computadores para a Polícia Militar; comodato de computador para o Fórum de São Roque; doações mensais para a manutenção da Associação Comunitária para Assuntos de Policiamento Ostensivo de São Roque; doações mensais para a manutenção do transporte da Associação de Estudantes de São Roque de Minas; além de doações mensais para asilos e APAE's em alguns municípios onde atua

Essa proximidade a espaços que formam o cotidiano da cidade, além dos que singularizam o ambiente operacional de uma instituição financeira bancária, faz a cooperativa de crédito extrapolar seu significado enquanto banco. Como no caso da criação do provedor de internet, quando arcou com todos os custos de ligação, cabendo ao interessado comprar ou financiar o computador e arcar com os custos de uso. Tendo definido que não haveria custos de manutenção para o Instituto Ellos, para as escolas públicas (rurais e urbanas) e para a Polícia Militar da cidade. O provedor está em fase de se transformar em mais uma cooperativa da cidade, a Cooperativa dos Usuários de Internet da Serra da Canastra (COOPNET)

Ainda incentivou e participou da criação da Associação Comercial, Industrial, Agropecuária e de Serviços de São Roque de Minas, também com recursos de sua Fundação.

Junto ao SEBRAE e a Saromcredi, a associação comercial criou a Agência de Desenvolvimento de São Roque de Minas – ADESROQUE, dedicada à exploração das potencialidades de desenvolvimento local. A Saromcredi, nesse projeto, ajuda a patrocinar as ações da agência.

Em 2003, importante salto foi possível em função da Resolução Nº 3.106 do Banco Central, que permitiu à Saromcredi abrir conta de pessoas jurídicas, e não mais, e exclusivamente, para pessoas físicas com atividades rurais. Isso levou a cooperativa a aproximar-se mais do comércio local, auxiliando as micros e pequenas empresas diretamente. Como exemplo, foi possível financiar a construção de "pousadas, um segundo posto de gasolina, loja de móveis e eletrodomésticos, farmácia e supermercado, além de melhorar outros comércios já estabelecidos na cidade e possibilitar sua informatização" (SOUZA, 2008, p. 89).

Hoje, a Saromcredi atua em várias frentes, financiando o consumo de bens duráveis de pequeno porte e afins, o que ajuda a fortalecer o comércio local. Com a permissão da Resolução 3.106 o comércio passou a ter a Saromcredi como parceira, principalmente facilitando a compra de produtos mediante seus financiamentos. Recentemente, lançou o *NossoCard*, um cartão de crédito cujo principal apelo para atrair interessados é relacioná-lo à região ou, como informa a página da Saromcredi na internet, trata-se de um cartão "criado para valorizar o comércio local e regional". Mantendo a prática desde sua fundação, a Saromcredi disponibiliza o cartão sem taxa de manutenção no primeiro ano e nos seguintes taxas abaixo do cobrado pelos demais cartões.

Depois da recuperação agropecuária e dos incentivos aos serviços, o comércio tem recebido a atenção da Saromcredi. Nesse caminho, as lembranças vêm à tona a cada superação. Organizei nesta seção razões que fizeram a Saromcredi chegar a ter mais cooperados do que os habitantes da cidade, alinhando com esse crescimento, também os indicadores de seu desempenho ao longo do tempo. Para referenciar minhas palavras exponho alguns dados, como a evolução do volume de depósitos na cooperativa (Figura 7). Além dos depósitos, e formando um movimento de mútua influência, crescem, ainda, o patrimônio e as operações de crédito (Figura 8 e 9).

O volume de depósitos reflete não só a confiança do cooperado, como avaliza as decisões da cooperativa. As captações têm permitido o cumprimento dos compromissos assumidos pelos cooperados e, além de gerar excedentes, faz voltar à cidade o dinheiro que se escasseara. A cada empréstimo liquidado, facilitava-se o fomento de novas operações de crédito e novas produções. Ademais, os depósitos podem ser associados a resultados positivos de atividades produtivas, comerciais e de serviços na cidade.

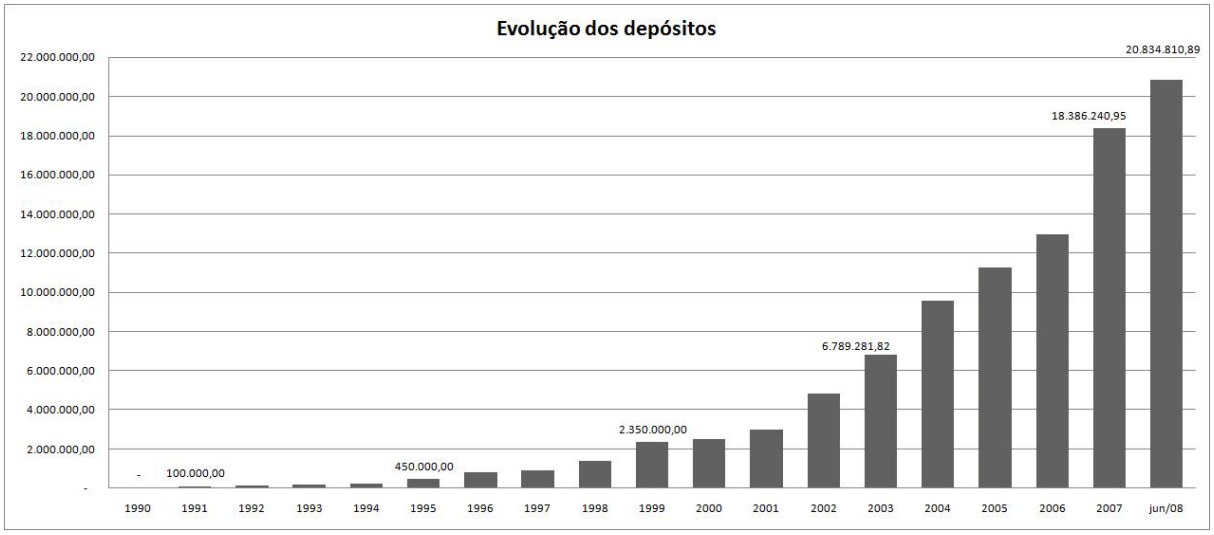


Figura 7: Evolução do volume de depósitos na Saromcredi.
Fonte: Saromcredi

Mantendo o sentido da ascendência figura na evolução do patrimonial da Saromcredi (Figura 7), nota-se um aumento de percepção tão clara que logo sugere uma reflexão sobre tantas negativas por parte dos agentes financeiros tradicionais em ter uma agência na cidade. A figura não parece sugerir que São Roque de Minas seja um lugar sem potencial bancário, como chegou a ser apontada, por unanimidade, pelos bancos procurados para lá instalarem uma agência. Na verdade, a lógica que orienta a relação desses bancos com as comunidades em que se instalam é que os faziam descartar a cidade, e isso não significa que ela não fosse um espaço com potencial gerador de renda.

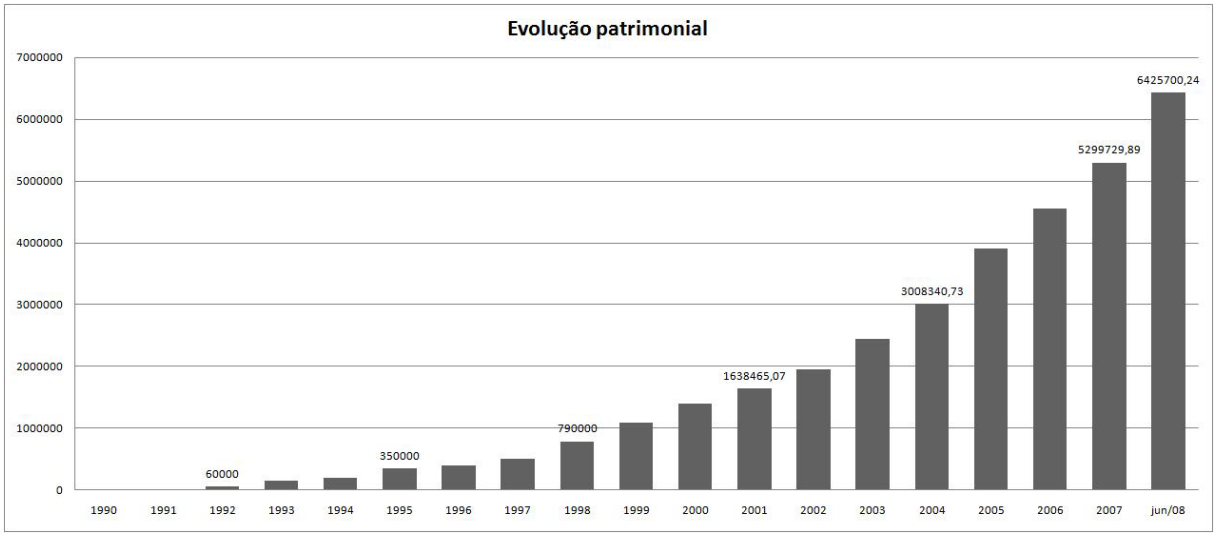


Figura 8: Evolução do patrimônio da Saromcredi.
Fonte: Saromcredi

Em junho de 2008, a Saromcredi apresentava um ativo de R$ 36.798.771,34 para um passivo de R$ 33.378.286,13, dado o capital de giro de R$ 3.420.485,21. Contava com ativo permanente de R$ 3.005.215,03 e um patrimônio líquido de R$ 6.425.700,24 que, somando outros avais, fazia-a ter valor financeiro total de R$ 43.937.197,72, conforme dados a mim enviado por Fernando Silva, Assessor de Marketing e Comunicação Social desta cooperativa.

É possível perceber que a partir do ano de 1994, quando as operações de crédito passam a representar cifras mais representativas, poucas vezes a concessão de crédito não evoluiu significativamente de um ano para outro. A média de seu crescimento foi de 40%, chegando a crescimentos de 71%, de 1996 para 1997, quando teve seu pior desempenho, na passagem de 2000 para 2001, quando o volume ofertado caiu 1%, já no período seguinte, de 2001 para 2002, o crescimento volta a ser significativo, ou seja, mais de 60% de aumento.

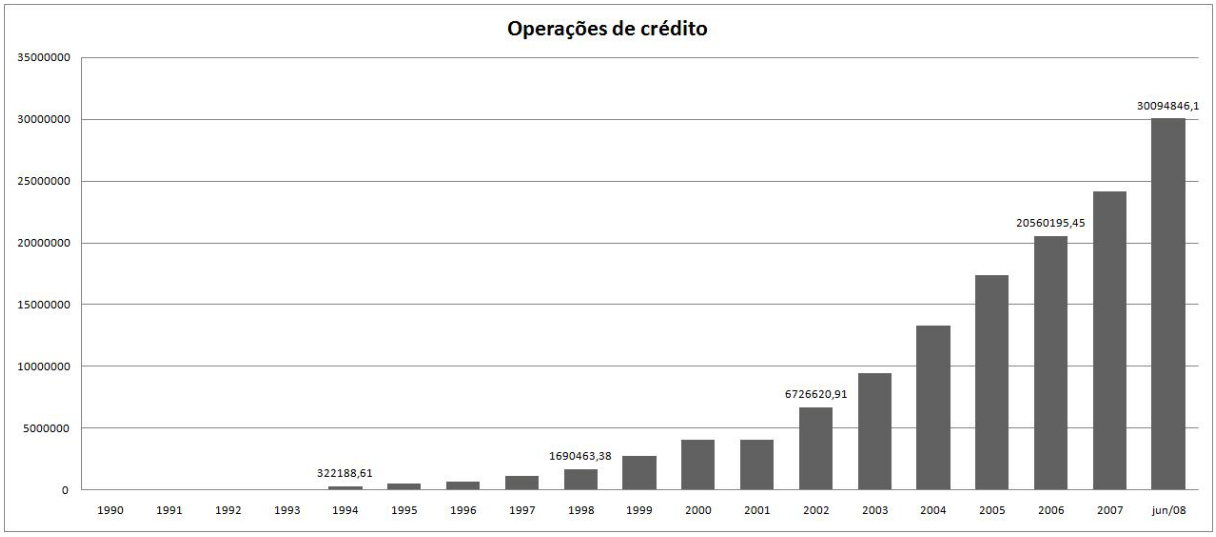


Figura 9: Evolução das operações de crédito na Saromcredi.
Fonte: Saromcredi

Em busca de ampliação, a Saromcredi trabalha atualmente, além do já comentado cartão de crédito e débito, com a emissão de *ticket*-alimentação e com linha de financiamento baseado no microcrédito. Têm como projetos futuros a oferta de crédito imobiliário, a implementação de um programa de educação financeira e educação empreendedora (SAROMCREDI, 2009).

Em dezessete anos, um esforço que juntou pequenas economias de vinte e duas corajosas pessoas levou uma cooperativa de crédito rural a transformar-se em uma instituição financeira de livre admissão, com volume financeiro total de cerca de quarenta e quatro

milhões de reais. Fato desenrolado em um território marcado por uma economia de poucos excedentes e fora do alvo dos investimentos desenvolvimentistas do planejamento centralizado. Acrescente a essa realidade as dificuldades impostas pelo regime de privatização bancária.

Percebendo que desde o início de suas atividades a cooperativa sempre cresceu, passo agora a investigar o quanto seu crescimento esteve alinhado com o desenvolvimento produtivo, econômico e social da sociedade local, do qual emergiu e para a qual se manteve voltada. Em seguida, no próximo subitem, busquei concluir sobre o modo de desenvolvimento articulado pela elite dirigente por meio de ações centralizadas na Saromcredi.

7.2 As mudanças em São Roque de Minas

Na época em que, como lá costumam dizer, a cidade ‘quase morreu’, muitos foram para outros lugares. Por dados resgatados por Carvalho e Leite (2004), a partir do IBGE, São Roque passa dos mais de 12.000 habitantes na década de 1950 para quase metade na virada do século.

A brusca queda no número de habitantes em 1955 é explicada pela emancipação do distrito de Vargem Grande, quando a população reduz para 10.078 pessoas. Já a continuidade da perda tem razões econômicas, e até se estabilizar em torno de 6.000 habitantes, no início da década de 1990, o êxodo refletia a busca de melhores oportunidades de renda e vida.

A Figura 10, que retrata o comportamento censitário de São Roque de Minas, revela a inversão entre as populações residentes na zona rural e urbana. Uma mudança que não representa, necessariamente, um abandono da atividade produtiva agrícola. A agricultura tornou-se parte importante do crescimento do município, mas mediante crescente emprego da mecanização. Ao mesmo tempo, o ritmo do crescimento econômico e do turismo, que se intensifica a partir de 1991, acaba absorvendo parte da mão de obra rural.

Neste mesmo meio rural, a presença masculina é claramente superior à feminina, sendo quase 57% dos residentes em 2000. Ainda neste ano, o meio urbano praticamente não expunha diferenças, pois, segundo o IBGE, era habitado por 49,97% de homens.

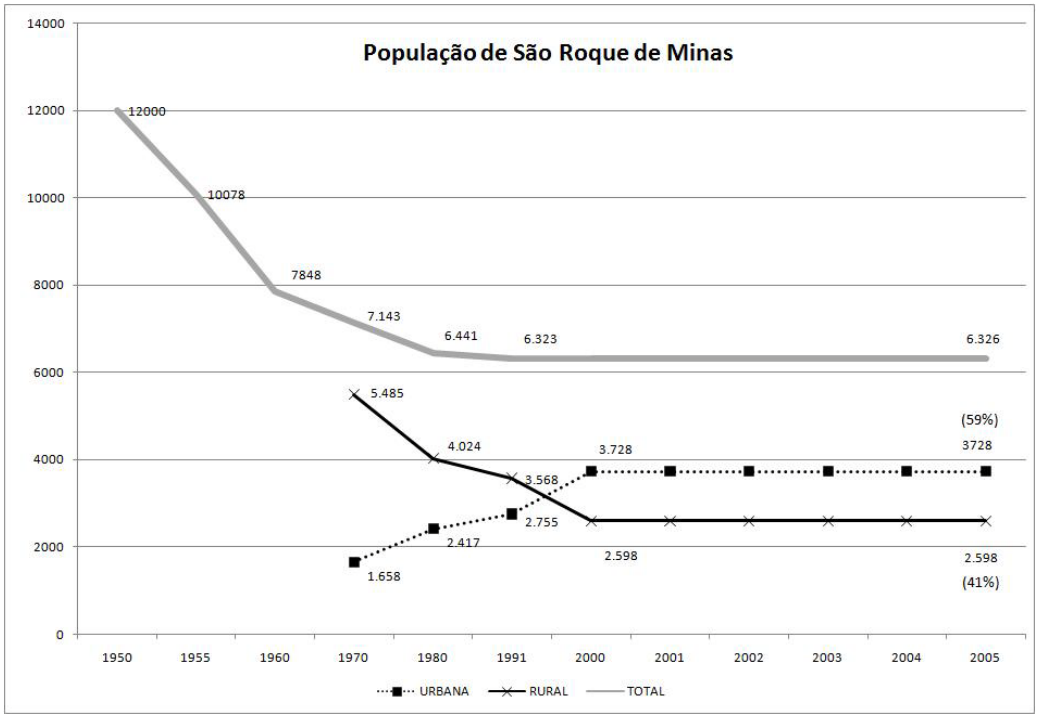


Figura 10: Número de habitantes de São Roque de Minas entre 1950 e 2005.
Fonte: Carvalho e Leite (2004) e IBGE.

As atividades produtivas rurais são a marca da economia local, e, ainda continuam a ter papel decisivo; basta reparar no percentual de pessoas cuja principal ocupação e renda é proveniente do campo, que chega a praticamente metade da população.

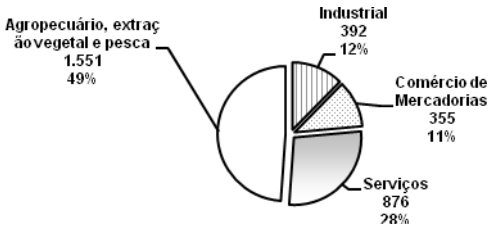


Figura 11: População ocupada em São Roque de Minas por setores econômicos (2000).
Fonte: IBGE (2009).

Essa ocupação vem mudando, pois a produção agrícola tem intensificado a mecanização nas duas principais atividades, o café e o milho. Nesse ritmo, a parte da renda local gerada pela agricultura tem crescido.

E como a população quase não se altera, a renda *per capita* do município vem aumentando. Por estar diretamente relacionado ao crescimento produtivo da cidade, João Leite, como Diretor-Presidente da Saromcredi, assim deu indicações da produção local.

São Roque, em 92, tinha trezentos e pouco mil pés de café. Hoje tem mais de 10 milhões. Isso significa que a nossa população continuou a mesma. Subiu um pouquinho, cem habitantes, em dezessete anos, mais ou menos. Saímos de três mil sacos de café por ano para oitenta mil sacos de café por ano. E qual que é o impacto disso? Você pega oitenta mil vezes duzentos e cinqüenta, dá vinte milhões de reais. Você pega o que nos produzimos aqui, excedente, para exportação, não para consumo próprio, são duzentos mil sacos de milhos. Se você pegar duzentos mil sacos de milho, que vai dar uma média de trinta reais, são mais seis milhões. Só no milho e no café já vai vinte e seus milhões no PIB do município de São Roque de Minas. Aí você vai acrescentar o gado, o ICMS, o FPM, os aposentados; o PIB de SR vai continuar explodindo. E a população continua crescendo a baixa taxa de natalidade.

Após o período de entrevistas, solicitei à Saromcredi vários dados sobre a produção rural local. A cooperativa possui dados mais fiéis do que o próprio IBGE. Associando-os ao que disponibiliza a Confederação Nacional de Municípios (CNM), é possível termos um panorama mais claro da produção rural em São Roque de Minas.

O início das atividades da Saromcredi coincide com o comentado período em que o município sofre com o forte impacto da perda do agente financeiro anterior, a MinasCaixa. A diminuição do fluxo financeiro reflete no produtivo, e, afeta também a produção do queijo. Na Figura 12 é possível ver que somente quinze anos depois, em 2007, a bovinocultura local volta a superar seu maior volume histórico, em 1992.

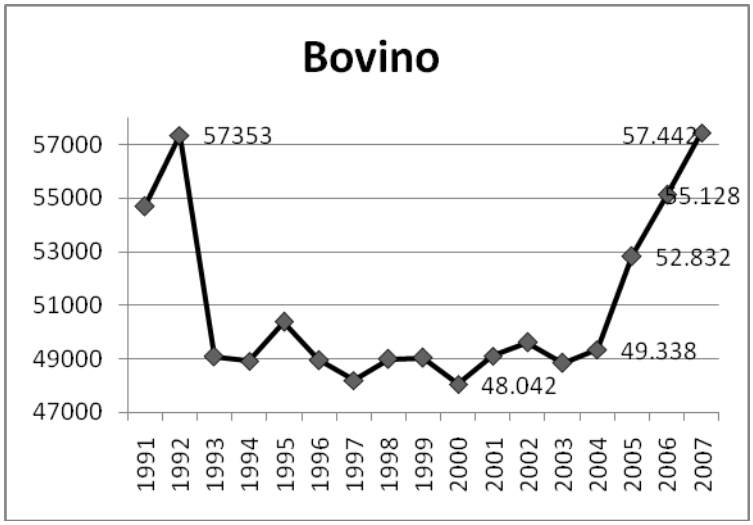


Figura 12: Rebanho bovino em São Roque de Minas.
Fonte: Saromcredi e CNM (2009b).

Segundo a Saromcredi, São Roque de Minas produz hoje uma média de 60 mil litros de leite por dia, sendo, aproximadamente, 50% destinados à produção do “Queijo Canastra”.

Justificativa adicional à queda no rebanho bovino ao longo do tempo é o fato de outras culturas terem sido incentivadas pela Saromcredi, casos já comentados sobre o café e o milho. O comportamento da produção dessas pode ser percebido, nas Figuras 13 e 14.

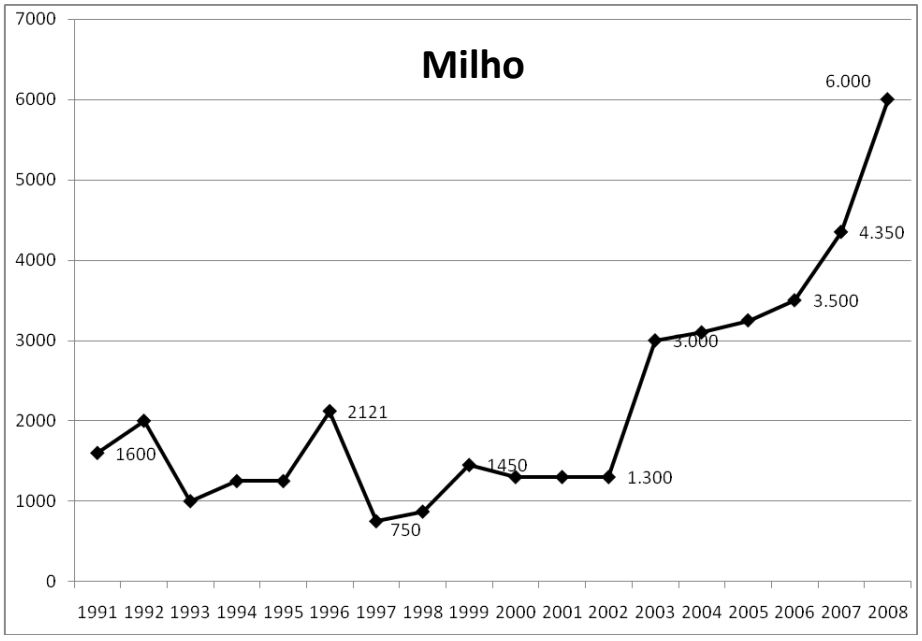


Figura 13: Produção de milho em São Roque de Minas (ha).
Fonte: Saromcredi e CNM (2009c).

O crescimento da lavoura de milho é nítido, especialmente a partir de 2006, quando a mecanização se intensifica. De 1991 até este ano, foram 16 anos para dobrar a produção. Um movimento que se repetiu em apenas dois anos, entre 2006 e 2008.

Recuperada com auxílio da Saromcredi, a Coocanastra avança no apoio à produção de milho em São Roque de Minas. Segundo agrônomo da Saromcredi, Marcos Gubel, até meados da década de 1990 a Coocanastra vendia milho para mais ou menos 400 ha de plantação. Hoje, as vendas correspondem a, aproximadamente, 3.400 ha.

Já o café, mesmo com crescimento ao longo do tempo, sofre grandes variações na produção, uma característica dessa cultura. Apesar de esse fato ter sido amenizado, o café tende a ter desempenho cíclico a cada dois anos, com variações de estímulos e desestímulos ao produtor. Esse comportamento aparece na Figura 14, mas o auxílio da curva de tendência exponencial torna mais evidente o sentido de crescimento da cultura cafeeira no município.

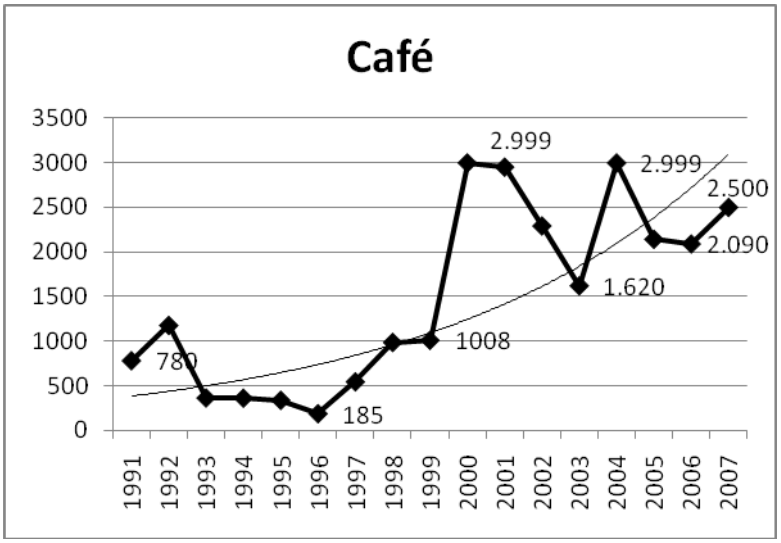


Figura 14: Produção de café em São Roque de Minas (ton/côco).
Fonte: Saromcredi e CNM (2009d).

Responsável pela maior parte da força econômica da cidade, a produção agrícola nas duas principais culturas do município apresentou, em 2003, produtividade média semelhante às de Minas Gerais e do Brasil, com destaque para o milho, cujos 4.200 quilos por hectare superam a média nacional e praticamente se igualam à produtividade média estadual de então.

Nesta época, a cidade era superada apenas pelas três regiões com a maior produtividade do país (Quadro z). O Paraná, com 5.056 kg/ha, o Centro-Oeste, com 4.311, e o sul, com 4.714, regiões onde o emprego de máquinas e tecnologia ocorre a mais tempo do que em São Roque de Minas. São regiões onde também é mais comum a presença de grandes latifúndios agro-exportadores. No município, cerca de 90% das propriedades rurais são de pequeno porte (140 ha), restando 5% de médias (141 a 210 ha) e o mesmo valor de grandes (mais que 211 ha), conforme a EMATER local. No entanto, o local não arrefeceu a busca por maior produtividade, pois em 2006 a média por hectare estava em 4.800 kg, alcançando 5.090 em 2007 (CNM, 2009c).

Quadro 1. Principais produtos agrícolas produzidos em São Roque de Minas (2003)

Produto	(São Roque de Minas)				Rendimento médio (Nacional) (kg/ha)	Rendimento médio (MG) (kg/ha)
	Área colhida (ha)		Produção (t)	Rendimento médio (kg/ha)		
Café	2.000	29,62%	1.620	810,0	830,0	887,0
Milho	3.000	44,43%	12.600	4.200,0	3.727,0	4.230,3
Total:	**6.752**	**100%**	**23.309**			

Fonte**:** IBGE – Produção Agrícola Municipal

Assim como no caso do café, o viveiro de mudas criado pela Saromcredi também estimulou o plantio de madeira, tendo fornecido quase 520 mil pés de eucalipto, plantados em uma média de 130 mil por ano, cerca de 80 ha de área plantada anualmente. Ademais, está sendo incentivada a plantação de árvores ecológicas pelo fornecimento de mudas de pupunha, palmeira real e palmeira ecológica, cerca de 4 mil, e, quase 5 mil de árvores nativas (dados anuais). Segundo foi informado, o viveiro produz hoje quase 500 mil mudas por ano, mas pode chegar a 1 milhão (SAROMCREDI, 2009).

Outro indicador do desenvolvimento é o consumo de energia. A análise da Tabela 1 mostra um crescimento no consumo para todo tipo de usuários. No caso do módico setor industrial de São Roque de Minas, praticamente não houve mudanças no número de estabelecimento entre 1997 e 2003, período coberto pelos dados disponíveis. No entanto, o consumo aumentou, sugerindo um incremento na atividade. No caso do comércio, mesmo o consumo tendo aumentado mais do que o número de estabelecimentos, a média mensal per capita não caiu, evidenciando que os novos estabelecimentos comerciais consumem mais energia do que a média, do que consumiam os já estabelecidos. Já as unidades residenciais mostram claro aumento no número de novos domicílios atendidos, o levou a um gasto médio mensal inferior ao que ocorria. Neste sentido, é provável que as novas moradias pertençam a famílias com condições de vida mais simples, com poucos eletrodomésticos, vindos da zona rural, ou mesmo novas residências com poucos moradores.

Tabela 1. Consumo de energia elétrica – São Roque de Minas (1997-2008)

CLASSE	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2008
Industrial								
consumo (KWh)	76.440	124.820	169.896	187.520	175.148	170.003	170.821	
nº consumidores	17	18	21	22	21	22	21	
Comercial								
consumo (KWh)	369.940	378.928	425.311	500.937	530.638	576.779	642.669	
nº consumidores	162	174	194	209	235	234	237	
Residencial								
consumo (KWh)	1.396.958	1.511.484	1.573.843	1.659.776	1.484.924	1.447.222	1.499.131	
nº consumidores	1.100	1.182	1.264	1.329	1.371	1.415	1.438	
Rural								
consumo (KWh)	471.071	538.735	622.323	764.101	780.209	899.382	1.010.547	
nº consumidores	235	275	326	368	411	418	562	
Outros								
consumo (KWh)	689.568	723.559	632.937	588.962	522.746	469.919	549.903	
nº consumidores	58	62	63	64	64	60	61	
Total								
consumo (KWh)	**3.003.977**	**3.277.526**	**3.424.310**	**3.701.296**	**3.493.665**	**3.563.305**	**3.873.071**	**4.350.000**
nº consumidores	**1.572**	**1.711**	**1.868**	**1.992**	**2.102**	**2.149**	**2.319**	**2.493**

Fonte**:** Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG (2003) e Saromcredi.

Entre 1997 e 2003, o número de propriedades rurais mais que duplicou, e em 2008 já eram 623, segundo a Cemig local. Também cresceu o consumo médio por unidade dos outros consumidores, tendo sido mais alto no passado, 991 kW/h/mês em 1997, e caído a 681kW/h/mês em 2001. A partir daí volta a ter taxas de crescimento anuais, o que ajuda a refletir o crescimento da cidade, pois se refere aos gastos com iluminação e instituições públicas. No geral, o consumo de energia elétrica em São Roque de Minas cresceu mais de 45% entre 1997 e 2003, enquanto o número de unidades consumidoras teve um crescimento perto dos 60% no mesmo período.

Como mostrei, o tamanho da população do município estabiliza-se a partir de 1991. E tudo leva a crer que este fato está relacionado à recuperação econômica do município e à resistência natural em abandonar o território. Procurando acrescentar evidências sobre o desenvolvimento econômico local, descrevo, a seguir, as mudanças do PIB[106].

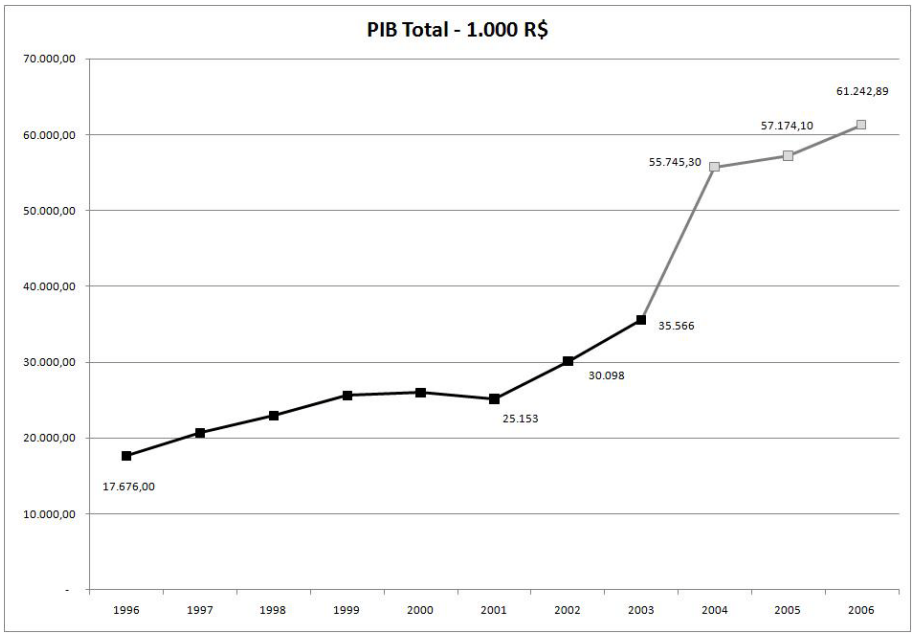


Figura 15. Produto Interno Bruto - PIB – São Roque de Minas (1996-2006).
Fonte: DATAGERAIS (2009) e IBGE (2009).

[106] Na aferição do PIB de SRM me deparei com algumas inconsistências. Para o ano de 2004, por exemplo, a Fundação João Pinheiro (FJP) indica um PIB de 44,785 milhões de reais, enquanto o IBGE aponta 55,745 milhões. Como a FJP não tinha mais dados a partir de 2004, acabei adotando os valores do DATAGERAIS do IBGE (linha cinza), embora os deste me pareçam mais elevados do que as impressões que obtive na cidade. Isso por que o próprio diretor-presidente da Saromcredi, falando sobre o PIB local, relaciona as duas principais atividades agrícolas de lá, o milho e o café, como geradoras de cerca de 30 milhões de reais em 2008. Como a receita corrente da prefeitura de SRM era inferior a cinco milhões de reais em 2003, e não havendo outras fontes de renda relevantes, como seria possível mais que dobrar esse valor para se chegar aos 61.242 milhões do IBGE? Mesmo assumindo como elevados, a tendência de crescimento parece prevalecer, embora a valores menores.

Considerando a pesquisa de Lima (2003), o PIB de São Roque de Minas cresceu, entre 1992 e 1999, 8,74% ao ano, enquanto a microrregião de Piumhí, na qual se insere, 5,15%. Comparando a taxa média da cidade com o desempenho do Estado de Minas Gerais e com o Brasil, as diferenças são ainda maiores, para o período de dados disponíveis (Figura 16).

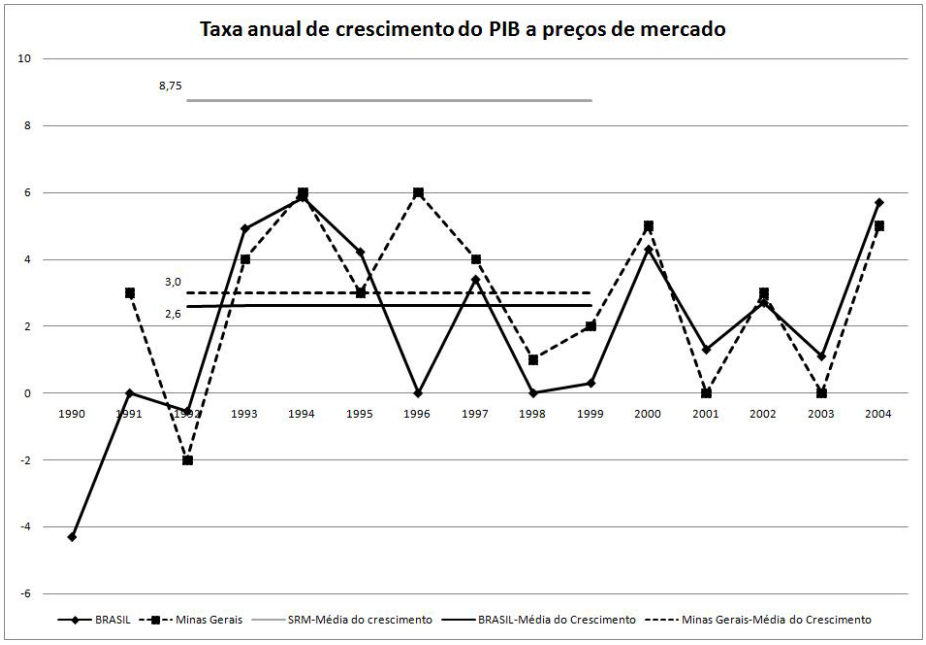


Figura 16. Taxa e média de crescimento do PIB: Brasil, Minas Gerais e São Roque de Minas.
Fonte: DATAGERAIS (2009), IBGE (2009) e ESTADÃO (2009).

É possível notar que as três retas que estabilizam os valores em uma média destacam o crescimento da região. Para um município que se imaginava desaparecendo, ter mantido uma taxa de crescimento da população estável, ao mesmo tempo em que a organização produtiva foi ampliada, trouxe como consequência um significativo aumento do PIB *percapita* (Figura 17). Especialmente, quando se considera que este tempo é equivalente a dois mandatos de uma gestão pública, seja ela a do governo federal, estadual ou municipal.

Buscando simplificar a visualização das tendências do crescimento, mais uma vez utilizo a curva de tendência exponencial para mostrar como o ritmo de crescimento de São Roque de Minas torna-se similar ao de Piumhí, fato pouco provável nas mentes daqueles que vivenciaram a realidade do início da década de 1990, em ambos os municípios.

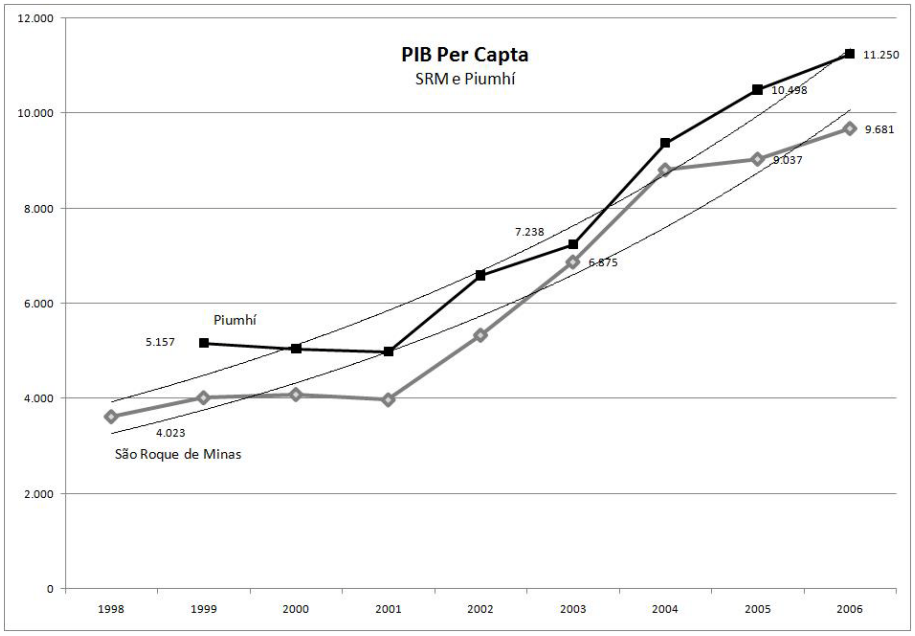


Figura 17. Produto Interno Bruto (PIB) de São Roque de Minas e Piumhí (1998 a 2006).
Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP) Centro de Estatística e Informações (CEI), IBGE e DATAGERAIS.

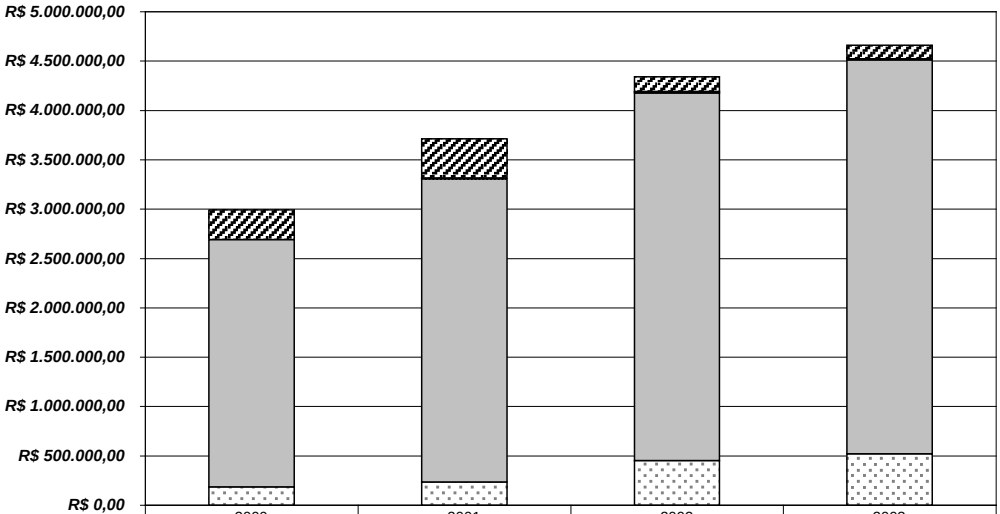
Ainda vale destacar que, segundo o IBGE (2002), nos pequenos municípios, aqueles com menos de vinte mil habitantes, as práticas de uma ação pública municipal voltada para promoção do desenvolvimento econômico, ou mesmo qualquer política urbana ou de desenvolvimento urbano, são tímidas. Em 2001, por exemplo, apenas 17,6% deles possuíam Plano Diretor, proporção bastante distinta dos 38,2% daqueles com mais de vinte mil habitantes; o que reforça a indicação da influência da dinâmica das relações sociais, políticas e econômicas desenroladas em São Roque de Minas para seu desenvolvimento.

Buscando reunir subsídios finais para concluir sobre o modo de desenvolvimento da cidade, nesse momento apresento algumas indicações disponíveis sobre a arrecadação municipal para, em seguida, abordar alguns indicadores sociais.

Considerando os dados disponibilizados pelo IBGE e pela Confederação Nacional dos Municípios (CNM), de 2000 a 2003 a arrecadação da cidade expandiu cerca de 32%, ultrapassando os quatro milhões de reais.

Como é típico na esfera municipal, as principais fontes de recursos referem-se às receitas correntes (nunca, nestes anos, inferior a 93% do total de recursos arrecadados) e pouco advindo das receitas de capital. Um olhar mais minucioso nas receitas correntes (Figura 18) revela notória importância das transferências correntes (notadamente da União e do

Estado) para a formação dos recursos a serem administrados pelo prefeito, representando, aproximadamente, 84% das receitas correntes.



	2000	2001	2002	2003
Outras Receitas Correntes	R$ 299.880,00	R$ 395.758,00	R$ 148.524,00	R$ 135.596,00
Receita de Contribuição	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
Receita Patrimonial	R$ 1.040,00	R$ 11.658,00	R$ 15.529,00	R$ 13.563,00
Receita de Serviços	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
Receita Industrial	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 130,00
Transferências Correntes	R$ 2.505.172,00	R$ 3.071.413,00	R$ 3.723.262,00	R$ 3.989.293,00
Receita Agropecuária	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
Receita Tributária	R$ 185.453,00	R$ 234.348,00	R$ 452.455,00	R$ 522.903,00

Figura 18. Receitas correntes do município de São Roque de Minas (2000-2003).
Fonte: Confederação Nacional de Municípios (CNM) (www.cnm/org/br) (2006)

As transferências correntes mostram o quanto o município é dependente da União, quase o dobro do segundo recurso advindo de transferências, o Estado. Quanto ao que é repassado pela União, este se refere praticamente ao Fundo de Participação do Município (FPM). Já os repasses do Estado têm como peso quase absoluto a cota-parte do ICMS. Percebe-se, dessa forma, que as finanças do município não são bons indicadores do desenvolvimento econômico. A maior parte dos recursos advém de transferências intergovernamentais, e os impostos arrecadados localmente são apenas uma indicação indireta da economia local.

Todavia, ainda vêm exercendo peso crescente na arrecadação total do município as receitas tributárias (Figura 19), especialmente após 2002, quando a arrecadação de IPTU aumenta 44% e a de ISS 192%. Ademais, a partir dos valores do IPTU é possível traçar uma comparação pertinente com a captação de recursos com base no ITBI, que chega a aumentar 200% de 2001 para 2002, revelando intenso comércio de bens imóveis na cidade.

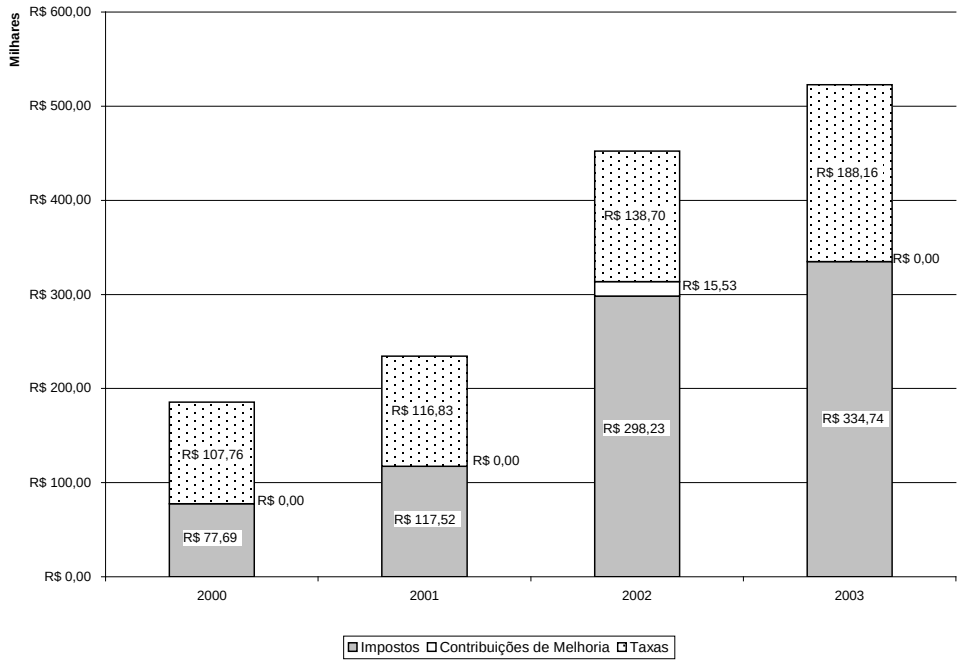


Figura 19. Receitas tributárias do município de São Roque de Minas (2000-2003).
Fonte: Confederação Nacional de Municípios (CNM) (www.cnm/org/br) (2006)

Em relação à urbanização, as condições de vida em São Roque de Minas têm muito a melhorar. No início da década de 2000, dos 1904 domicílios registrados na prefeitura, 1.159 (61%) tinham rede geral de abastecimento de água. Já 659 (35%) abasteciam suas residências com poço ou nascente, o que é bastante comum na região em função da abundância de água. O restante das 86 casas (5%) usava outras formas de canalização e apenas 19 (1%) das demais não possuíam água canalizada.

Quanto à infra-estrutura de esgoto, e ainda considerando dados de 2000, mesmo que a maior parte dos domicílios (887, ou 46%) fosse atendida por rede de esgoto ou pluvial, parte expressiva (28%) ainda usava fossa rudimentar, enquanto outros 107 usavam vala e muitos, 305 (16%), ainda não tinham sequer banheiro ou sanitário.

Já em relação ao destino do lixo, ponto importante quando se trata de um município vizinho a um parque nacional e inúmeras nascentes de água, somente pouco mais da metade dos domicílios, 1082 (57%), tinham seu lixo coletado por serviço reconhecido pela prefeitura, sendo que destes ainda há 15 casas cuja coleta é feita inapropriadamente, ou seja, por caçamba e não por serviço de limpeza. No restante dos 822 domicílios, havia queima do lixo em 547 (66,5% destes), representando risco ao meio ambiente e perigo iminente de incêndio

em áreas próximas ao parque. Além disso, ainda restavam 157 casas cujo costume era jogar o lixo em terreno baldio ou logradouros e outras 15 que despejavam o lixo diretamente nos rios.

Em relação à educação, ainda no ano de 2000, São Roque de Minas tinha a maior parte de seus alunos do Ensino Fundamental matriculados em escolas municipais, 138, contra 87 na escola privada (Instituo Ellos). No Ensino Fundamental eram 324 alunos em escola estadual, 452 nas municipais e 29 na escola privada. No Ensino Médio 138 frequentavam a escola estadual, pois tanto nas escolas municipais quanto na privada não havia formação além da fundamental.

Apesar de representar um grande avanço para a educação local, a parcela da população que usufrui da escola se refere aos filhos das famílias com melhores condições de vida, já que exige uma contrapartida dos pais. Nesse ponto, a realidade do município reproduz uma estrutura social amplamente disseminada e comum a outras regiões, e, um traço marcante no país, o desenvolvimento com concentração de renda. Nele, apesar da condição de vida da maioria da população acabar experimentando melhora em sua renda, parte expressiva do capital gerado concentra-se em uma pequena parcela, a quem se restringem as oportunidades de incrementos substanciais no consumo.

Nesse sentido, e considerando os dados do Atlas do Desenvolvimento Humano (PNUD, 2005), a renda média familiar *per capita* dos 10% mais ricos do município, que era, em 1991, 9,08% maior que a dos 40% mais pobres, passa a ser 16,01% maior em 2000. E mesmo que a diferença seja menor quando se compara os 20% mais ricos, que em 1991 é 6,65% e passa para 10,69% em 2000, isso pode estar relacionado à diluição do valor dos 10% mais ricos ao se juntarem aos outros 10% logo a seguir na hierarquia da renda, mas não que os primeiro 10% tenham sua renda diluída. Ao contrário, esta pode ter, inclusive, aumentada.

A Figura 20, que apresenta o nível de renda domiciliar por faixa da população, mostra a crescente perda de renda nas camadas mais carentes da população do município em contraposição ao ganho expressivo do quinto mais rico. Basta ver que este último detinha 48,84% da renda do município em 1991 e passa a ter, nove anos depois, quase 60%. Enquanto o quinto mais pobre, que detinha, em 1991, menos de 5% da renda, vê sua renda diminuir ainda mais, chegando aos inexpressivos 2,89%.

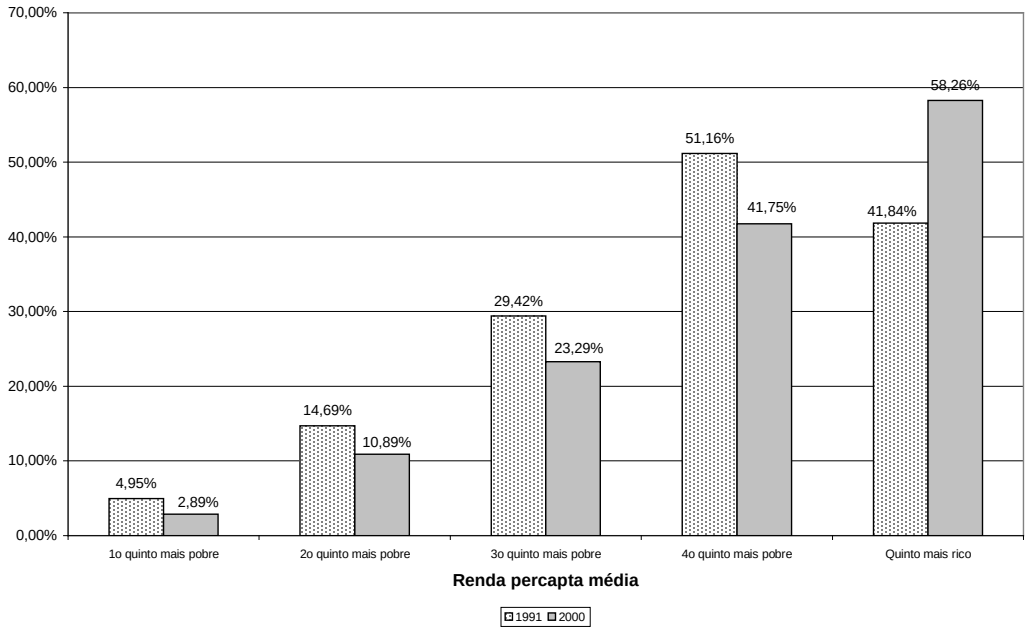


Figura 20. Nível de renda domiciliar por faixa da população.
Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano – PNUD (CNM, 2009e)

O Índice de Gini[107] (Figura 21) ratifica um aumento na desigualdade de renda, pois fica mais próximo de 1 ao sair de 0,45 em 1991 para 0,54 em 2000. Assim, mesmo tendo sido expressão de grande crescimento produtivo e econômico, uma análise até o ano de 2000 sugere que os excedentes gerados ficaram ainda mais restritos a poucas mãos.

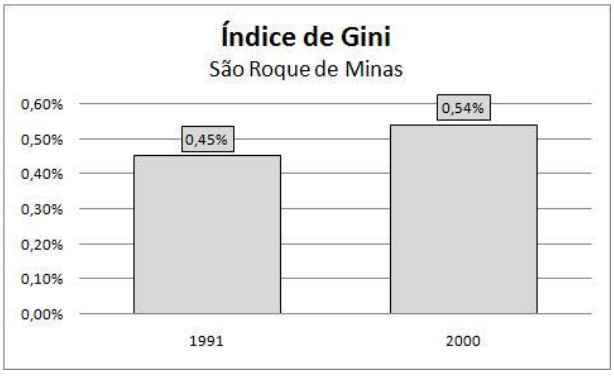


Figura 21. Índice de Gini.
Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano – PNUD (CNM, 2009e)

[107] Mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita. Seu valor varia de 0, quando não há desigualdade (a renda de todos os indivíduos tem o mesmo valor), a 1, quando a desigualdade é máxima (apenas um indivíduo detém toda a renda da sociedade e a renda de todos os outros indivíduos é nula) (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO, PNUD).

Apesar da renda gerada ter ficado restrita, pelo menos considerando a tendência em curso até 2000, o Índice de Desenvolvimento Humano da cidade (IDH-M[108]) expressa uma melhora em termos gerais.

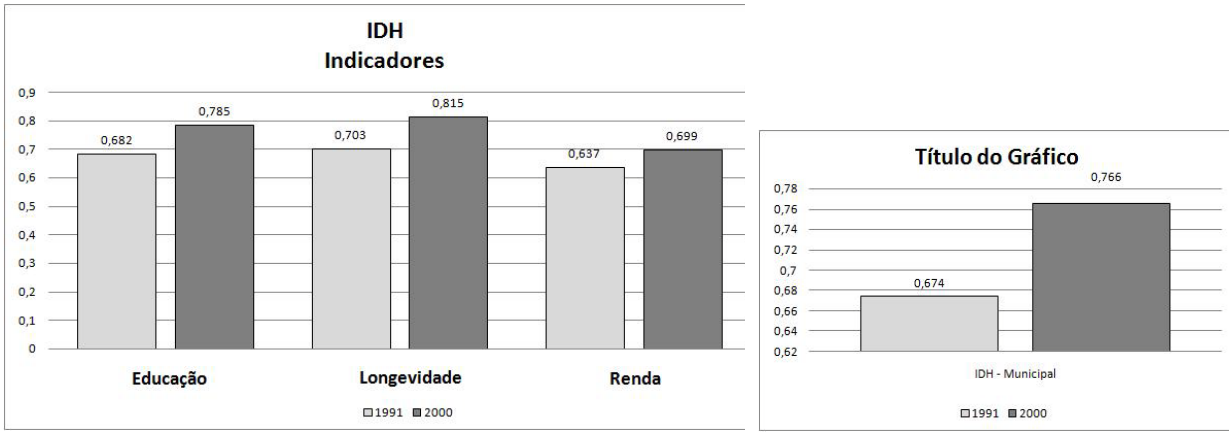


Figura 22. Indicadores do IDH de São Roque de Minas
Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano/PNUD (CNM, 2009e)

Em 1991, São Roque de Minas tinha uma economia de subsistência e IDH de 0,674 (1.818ª posição no ranking nacional). Sua educação era expressa por uma taxa bruta de frequência à escola de apenas 44,07% (4.787ª no ranking nacional) e a taxa de alfabetização de 80,33% (1.815ª no ranking nacional).

Com a comparação do IDH Municipal de 1991 com o de 2000, podemos perceber a melhora geral no índice. Assim, São Roque de Minas, ao saltar de um IDH de 0,674 para 0,766, enquadra-se junto a maioria dos 4.910 (89,15%) municípios brasileiros que registraram desempenho médio no IDH (entre 0,500 e 0,799), mas tende a se aproximar do pequeno grupo de 574 cidades (10,42%) que apresenta alto IDH (acima de 0,800). Essa mudança fez o município saltar da 249ª para a 186ª posição na classificação no Estado de Minas Gerais e da 1.816ª para a 1.426ª na nacional, uma melhoria de 390 posições.

As alterações em cada um dos três componentes básicos usados para se medir o IDH foram, no caso da longevidade, de 0,682 para 0,785 (com esperança de vida ao nascer passando de 67,18 para 73,91 anos). No caso da renda, de 0,636 para 0,698 (com a renda *per*

[108] Adaptado metodológica e conceitualmente para aplicação no nível dos municípios, o IDH-Municipal representa as condições de desenvolvimento humano efetivamente vigentes nas cidades brasileiras. A metodologia de cálculo do IDH-Municipal envolve a transformação das três dimensões por ele contempladas (longevidade, educação e renda) em índices que variam entre 0 (pior) e 1 (melhor), e a combinação destes índices em um indicador síntese. Quanto mais próximo de 1 o valor deste indicador, maior será o nível de desenvolvimento humano do município ou região.

capita passando de R$ 176,71 para R$ 256,16, um aumento de 45%), no caso da educação, de 0,636 para 0,698 (com mudança na taxa bruta frequência às escolas de cerca 44% para, praticamente, 60%; e, taxa de alfabetização de adultos de 80,33% para 88,06%).

A ausência de dados mais recentes à análise impede o avanço em conclusões mais precisas, pois no próprio caso das indicações oferecidas pelo IDH já se passaram 9 anos de possíveis alterações na realidade sem a devida correspondência de dados oferecidos por órgãos oficiais. No entanto, o acúmulo de informações obtidas oferece um suporte suficiente para minha percepção sobre o peculiar modo de desenvolvimento desenrolado em São Roque de Minas desde 1991.

7.3 O modo de desenvolvimento de São Roque de Minas

Articulado como uma subcategoria do desenvolvimento econômico e social, o modo de desenvolvimento refere-se à forma que foi tomando a estrutura sócio-econômica local ao longo desse processo de quase duas décadas. A busca é por identificação das lógicas que influenciaram as grandes transformações no território local, quando se torna fundamental ter uma ideia clara acerca da integridade do processo de desenvolvimento.

O processo de desenvolvimento pode apresentar modalidades distintas em função das diferentes articulações que caracterizam a dinâmica de relações sociais do município. No entanto, São Roque de Minas não parece revelar uma forma precisa e unitária de um dentre os quatro modos de desenvolvimento identificados pelo autor, exatamente pelas características da integralidade ou articulação desse processo no território sanroquense.

Neste e no capítulo anterior, mais de uma vez identifiquei o desenvolvimento da cidade mediante um nível considerável de integração entre os campos produtivo, econômico, social e cultural. No entanto, essa integração não chegou a ser ampla e intensamente articulada. Além disso, sempre foi marca destacada a dinâmica produtiva em detrimento das demais, que no caso de SRM advém da produção agrária. Ponto que permite resgate a a Furtado (1974), para quem mudanças na realidade econômica de determinado território exige melhoria na renda de sua população, o que tende a derivar de três processos. A exploração de recursos naturais não-renováveis, a realocação de recursos em busca de se constituir um sistema de divisão internacional do trabalho e o desenvolvimento econômico pela acumulação de capital e adoção de processos produtivos mais eficientes. Em SRM, foi este último o

grande impulsionador da mudança do quadro de estagnação e de melhoria da renda local, intensificando o fluxo financeiro local despertado pela conjunção entre poupança-investimento-consumo.

No entanto, mesmo a relação entre produção e consumo sendo decisiva nas fases iniciais de desenvolvimento dos territórios, é importante estar atento ao fato de que o crescimento agrícola tende a ser cooptado para um grau de dinamização que lhe sugere o ritmo industrial. Essa impressão pode ser percebida em SRM, o que pode levar, segundo impressões de Furtado (1983), à fragilização da sustentabilidade do território pela dependência exclusiva de uma produção monocultivada. Caminho também percebido por Kloppenburg (1988), pois a ciência agrícola que amparo o progresso técnico agrícola tem estado crescentemente subordinada ao capital.

Mas voltando ao início da implementação do projeto de futuro para SRM, o processo desenrolou-se por meio de um seleto sistema de atores locais, formadores de parte expressiva da elite dirigente local, o que acabou promovendo uma legitimação suficiente para resistir e romper com algumas dificuldades encontradas. Mas, a partir do momento em que o elemento agregador e viabilizador dos esforços dessa elite, a Saromcredi, avança para definir a estrutura produtiva local, mudando o projeto inicial de ter um banco para o desenvolver do município, a compreensão do modo de desenvolvimento mostra alguns novos sinais de sua lógica.

Se, a partir de seu crescimento como articulador do desenvolvimento local a elite dirigente expande suas relações com vários setores desta sociedade, este envolvimento não esteve completamente integralizado. Mesmo em épocas mais recentes, ainda há setores a serem considerados para que o desenvolvimento de São Roque de Minas seja integral. Basta recuperar o que ocorre em dois deles, o turismo e a produção de queijo.

Mesmo com a boa relação da Saromcredi com a administração pública atual, que se reelegeu, percebi, com os interessados no setor do turismo, algumas queixas. O descaso apontado por uma proprietária de pousada reflete os sinais assinalados por outros empresários do ramo e reforçam a indicada desintegração.

> Há anos que estou aqui e agente não vê nada. E fico torcendo para ele dar uma despertada para o turismo. E esse potencial turístico? Aí e que está a questão. Ele está cuidando da produção agropecuária, das estradas de acesso. O prefeito diz que isso é obrigação do IBAMA, não é da prefeitura. E agente não sabe de quem é a obrigação. (Niara)

Tendo o desenvolvimento local sido organizado prioritariamente com base na estrutura produtiva agrária, a dinâmica do poder local está fortemente sustentada por ela. O sistema de atores com maior poder para decidir sobre a velocidade e direção do desenvolvimento local é formado pela elite dirigente vinculada à Saromcredi e aos meios produtivos de base agrária e a própria administração pública municipal. Coerente com a manutenção de suas posições, o setor agrícola tem sido, historicamente, privilegiado.

Em relação ao queijo, a impressão que tive foi que à elite dirigente não é urgente uma integração direta e imediata desta atividade produtiva aos níveis nos quais se encontra a agricultura, especialmente nos casos da cultura de milho e café. Há, dessa forma, e refazendo a dinâmica de privilégios que sustentou minhas críticas iniciais sobre o modelo de desenvolvimento nacional, certo privilégio a setores mais dinâmicos no retorno dos investimentos realizados. Grande parte dos produtores continua produzindo por meio de métodos rudimentares e sem as condições sanitárias exigidas pela legislação, o que os deixa à margem do mercado que lhes renderia mais, obrigando-os a escoar a produção sob o ritmo da clandestinidade. São ausentes programas mais ativos e urgentes para integrar esses produtores em uma cadeia mais lucrativa a eles, como ocorrera em outros setores.

Há tentativas em andamento, como o acordo de cooperação entre o Brasil e a França que vem se arrastando desde 2000. O objetivo gera grande esperança local, pois busca a efetivação da Identificação Geográfica do Queijo Canastra, o que valorizaria muito esse produto local. Decidiram, como estratégia, fortalecer a Associação Regional dos Produtores de Queijo Canastra (APROCAN) e, assim, a cultura, ajudando a ressaltar a identidade local. A lentidão do processo pode ser expressão de resistências dos próprios produtores, mas por que teria sido possível dinamizar outros setores da produção rural e nessa não? O fato de não haver dados suficientes para, nesta tese, avançar em novas conclusões sugere estímulos a outras pesquisas.

São Roque parece seguir a força de atração da modernização, que acaba por privilegiar setores mais dinâmicos no retorno aos investimentos feitos. Mas estando a atividade agrícola a cada ano mais ritmada ao compasso da industrialização, ela passa a intensificar mudanças que lhe dêem padrões produtivos típicos de culturas monocultivadas e mecanizadas. Neste caso, e assumindo coerentes os cepalinos, os ganhos tendem a ficar retidos à elite produtora, uma prática que se move a partir de impulsos da ideologia modernizadora. Onde é presente uma concepção de economia focada na produção total da ocupação da força de trabalho de uma coletividade, como criticou Furtado (1963). Essa perspectiva econômica não foi a única

que conduziu o desenvolvimento em SRM, pois lá também se privilegiou questões sociais e culturais, e não somente o sistema de produção, mas tem sido a principal referência.

Outra consideração importante se refere às recentes correntes migratórias que fazem chegar ao município centenas de trabalhadores em busca de ocupação nas colheitas de café. Como visto em meio à organização do pensamento cepalino, no capítulo dois, um de seus apontamentos importantes frente ao que dispunha o argumento neoclássico do desenvolvimento econômico encontrou evidência em SRM.. Como revelou Patnaik (2005), torna-se frágil a posição neoclássica por desconsiderar a abundância de mão-de-obra no Brasil que, em busca de melhores condições de vida, se deslocam em busca de trabalho. Esse fato tem sido um elemento de que nos últimos anos vem modificando o cenário local, fazendo acumular sobre o loca forças de desterritorialização.

Se com o desenvolvimento alcançado a cidade gerou emprego a todos os sanroquenses, melhorando o fluxo financeiro na cidade e as condições de vida de quem antes teria que sair de lá, recentemente as imigrações tem feita a oferta de saúde e educação experimentar seus limites. Somando a prática que vem intensificando a mecanização na principal atividade produtiva local, a agricultura, já começa a se acumular um contingente de desocupados. A mecanização parece ser o caminho com maior força para inserir a fragmentação no território local, repetindo prática já percebida por Frank (1974), quando alertou sobre a aproximação de nossa organização produtiva à expansão capitalista internacional.

Essa desterritorialização comentada pode acabar, inclusive, alterando a estrutura de legitimação da elite dirigente que vem organizando o desenvolvimento local. Que, recentemente, conta com ação de maior proximidade com o poder político-administrativo. Isso ocorre por que se torna premente a participação de novos atores e todo um movimento material-imaterial que potencializa novas relações e papéis simbólicos e políticos, como destacaram Dematteis e Governa (2003).

Em síntese, para ser indicado como um desenvolvimento de modo integral, a transformação da realidade deveria ter alcançado um nível mais alto de integração com todos os setores da sociedade local. Assim, essa identificação não pode ser atribuída ao processo de desenvolvimento de São Roque de Minas. No entanto, o grau de integração conseguido na dimensão produtiva tem grande impacto na economia local, permitindo aproximações com os demais setores e um processo natural de amadurecimento que poderia levar a uma integralidade maior do processo de desenvolvimento. Mas, isso ainda não ocorre.

A partir dessa consideração, o modo de desenvolvimento na cidade aproxima-se mais do que Arocena (2004) identificou como de incipiente articulação. Isso, porque, nestes casos, há mostras de uma busca pelo desenvolvimento integral, mas que até o momento não foi atingido. O que se manifestam são apenas sinais que nos permitem vislumbrar o alcance dessa integralidade.

Processos como esse não ocorrem em pouco tempo. Talvez, os primeiros passos para a integralidade estejam sendo dados desde quando o projeto de futuro foi posto em prática, percorrendo os caminhos que levam ao alcance da maturidade necessária à integração. Reforça essa impressão o fato de poder ser típico aos desenvolvimentos, que ainda se encontram com incipiente articulação, o surgimento de um novo marco produtivo no local. Um movimento que se apresente e seja percebido como de alto potencial para efetivar o projeto de desenvolvimento de um determinado local. Relaciono a esse fato a própria criação da Saromcredi na sociedade sanroquense e também o processo de rearticulação produtiva que ela iniciou. Acrescento que foi a partir desse momento que, como diz Arocena (2004), produziu-se uma nova dinâmica que pode acabar gerando um movimento rumo ao desenvolvimento integral.

Pelo visto no estudo do desenvolvimento de São Roque de Minas, fica a nítida percepção da importância da Saromcredi como agente capaz de estruturar o projeto de futuro, principalmente pela posição que ocupa no sistema de atores deste local. A força de posição mantém-se até o presente, ficando grande parte do destino local intricado com a concepção de desenvolvimento mantida por seus dirigentes. Potencialmente, alcançará maior integralidade no desenvolvimento que impulsiona cada vez que conseguir envolver mais setores da sociedade local. Esse envolvimento é fundamental para que o dinamismo do meio rural mantenha-se vinculado com a estrutura urbana, evitando retroceder a um desenvolvimento desarticulado dual.

Ao recuperar alguns depoimentos de André Picardi, tive a impressão de que a força de autodeterminação local não se restringiu à criação da Saromcredi e das instituições que recupera e cria. Além desse, começam a ampliar-se as manifestações dos cidadãos em defesa de seus interesses, como na questão da nova demarcação da área do parque nacional. Isso ajuda a afastar, ainda mais, a perspectiva de um desenvolvimento desarticulado dual.

Neste, costumam conviver um polo economicamente dinâmico com uma realidade social fortemente desarticulada, sendo comum ter um complexo agroindustrial ou uma grande indústria, cujo crescimento está vinculado a fatores de natureza essencialmente exógena. Essa

'base produtiva mantém-se no território local, mas os excedentes não se voltam para esta sociedade, sendo enviada ao espaço extralocal. Apesar desse não ser o caso de São Roque de Minas, as recentes modernizações das culturas de milho e café inserem a dinâmica produtivo-econômica local em uma estrutura agroindustrial cuja velocidade parte de fora, atingindo o território em busca da produção que resulta dessa atividade.

A desarticulação não se caracteriza apenas pela presença de traços duais, como a dualidade campo-cidade, indústria-comunidade. Há casos em que sua marca é a de uma realidade muito dispersa, onde um grande número de pequenas atividades coexiste sem que estejam organizados, desperdiçando a troca que os reforçariam e impulsionariam o desenvolvimento e a melhoria nas condições de vida da comunidade como um todo.

Este é o caso do modo de desenvolvimento desarticulado, onde cada uma das dimensões do desenvolvimento – econômica, social, cultural e política –, tomam caminhos próprios gerando grande dispersão nos esforços; são incapazes de promoverem um projeto integral de desenvolvimento.

São Roque de Minas passou por importantes mudanças desde que a MinasCaixa deixou a cidade. Do projeto de criação de um banco que virou piada nas ruas da cidade até os vultosos números de economia, muito esforço foi despendido pelo sistema de atores. Ao superar desarticulações anteriores, como a nitidamente demarcada entre a Saromcredi e um ator político-administrativo do passado, é provável que o modo de desenvolvimento tenda a manifestar de forma mais articulada.

Enfim, sinalizar sobre o modo de desenvolvimento exige uma precisa demarcação temporal, pois a cada movimento do sistema de atores novos rumos podem ser desenhados. Se o desenvolvimento ideal é aquele que se destaca por ser mais abrangente, alcançando todas as camadas da população local, dando-lhes oportunidades e condições de melhorar suas vidas, é preciso ser parte inerente dos atores sociais que dinamizam esse processo que o mesmo se desenrola sobre bases capitalistas. Nesta, ainda prevalece o lucro como referência e objetivo da organização social.

Considerando que a cada dia São Roque de Minas vê sua condição de esquecida alterar-se, pois crescem os interesses pelos produtos do desenvolvimento que experimentou, também devem tornar mais intensos os movimentos de verticalização sobre este espaço e, consequentemente, o aparecimento de forças centrífugas, que tendem a fragmentar e desagregar a sua base territorial, fazendo prevalecer uma lógica exógena, alheia aos interesses locais. Fazendo o território retroceder depois de tantos passos dados.

VIII. CONCLUSÃO: ROMPIMENTO E CONTINUÍSMO NA CONJUNÇÃO ENTRE A AUTODETERMINAÇÃO LOCAL E O DESENVOLVIMENTO DE SÃO ROQUE DE MINAS

Tendo por objeto de estudo a relação entre a dinâmica social local e o desenvolvimento econômico e social do município de São Roque de Minas, questionei qual teria sido a dinâmica de relações sociais locais que permitiu ao município prosperar e ter um crescimento econômico superior à média nacional e a patamares de desenvolvimento pouco prováveis em um contexto pautado pelo neoliberalismo.

A partir de uma situação de estagnação produtiva e econômica o município começa a apresentar, a partir de 1992, um crescimento médio do PIB que se aproximava dos nove pontos percentuais ao ano, enquanto o comportamento desse indicador para o Estado de Minas Gerais era de três pontos, e para o Brasil, aproximadamente, dois pontos e meio.

As primeiras aproximações em busca das razões que desencadearam o fenômeno do desenvolvimento, tanto por meio de dados secundários quanto pelos primários, indicavam reincidências de que a cooperativa de crédito local era um elemento decisivo para a compreensão das mudanças no cenário local.

A questão de pesquisa acentuava sua relevância na medida em que o aprofundamento no quadro teórico afirmava a permanência do planejamento centralizado como *práxis* da ação desenvolvimentista nacional. Havia uma importante particularidade a partir do movimento que promovia o progresso local, qual seja, que todo o processo tinha sido desenrolado por iniciativa da própria população, sem qualquer tipo de apoio governamental.

Procurando melhor definir a distinção dessa manifestação, e principalmente compreender a saída da corriqueira posição de passividade, para em seu lugar assumir uma de sujeitos ativos no processo que mudaria os rumos da cidade, pretendi adequar à situação estudada o conceito de autodeterminação local. Nesse sentido, e a par das grandes diferenças que foram constituídas no território nacional, pela prática prevalecente na promoção do desenvolvimento (suas dualidades e heterogeneidades), assumi como tese que os níveis produtivos, econômicos e sociais dos municípios de pequeno porte do vasto território nacional seriam mais bem articulados a partir de uma perspectiva de desenvolvimento marcada por uma dinâmica de relações que favorecesse a autodeterminação local. Tendo-a como referência, passo a discorrer sobre as principais respostas obtidas por intermédio das questões-guia da pesquisa, onde, além da ideia de autodeterminação local circunscrita à realidade

investigada, apresento minha impressão geral sobre a dinâmica de relações sociais locais que dinamizaram o desenvolvimento de São Roque de Minas.

Quando se fez notada a escassez e estagnação eminente com a saída do último agente financeiro da cidade, a autoestima da população local fazia expandir reclamações e desesperanças para que a situação pudesse ser revertida. Este fato gerou inúmeras resistências quando pequeno número de pessoas tomou a iniciativa de criar sua própria agencia bancária. Isso, depois de terem visto frustradas suas tentativas de tentar fazer retornar um banco ao município, quando recorrem ao ator político-administrativo local e aos deputados.

No entanto, a maior parte das oposições esteve circunscrita por comentários. Eram provocações que menosprezavam a iniciativa, como se não fosse possível àquelas pessoas humildes contornarem a situação de um lugar que não despertava o interesse dos bancos em permanecerem na cidade. Ou seja, se estes bancos não se interessavam pelo município, como teria êxito uma agência bancária criada por cidadãos locais? Mas as críticas serviram como expressões de estímulo do que o oposto.

A criação da cooperativa de crédito supriu o que pôde ser identificado como demandas básicas, como pagar contas e descontar cheques. Mas em seu decurso, promoveu ações típicas de um agente de desenvolvimento, exatamente naquilo que, historicamente, coube ao Governo Federal, e apenas recentemente tem sido articulado com a participação dos municípios. A estrutura produtiva foi alavancada e o desenvolvimento econômico alcançou o patamar anteriormente indicado.

No esforço de desconstruir o movimento de rearticulação econômica do município, iniciei por identificar os atores sociais-chave no processo de retomada do desenvolvimento local. Como havia sido reincidente nos trabalhos de Arocena (2004), em São Roque de Minas a iniciativa de planejamento e ação para o desenvolvimento foi iniciativa da elite local. Esta indicação tem coerência direta com a própria condição econômica e patrimonial que os diferem da maioria da população. Essa elite não só era a que teria mais a perder com a drástica retração da economia local, como dispunha dos recursos em padrões superiores aos da maior parte da população do município. Além disso, esses atores eram lideranças com parte significativa do poder econômico-produtivo local, expressão importante da força sócio-territorial, e alguns possuíam tradição enquanto dirigentes políticos locais. Além dessa condição, eles adquirem legitimação pela capacidade de interpretar aquilo que levava à agregação coletiva, além da habilidade de gerar um bom nível de articulação entre os envolvidos, elementos-chave ao alcance do crescimento econômico local consequente.

Como já discutido, a iniciativa originou de poucas pessoas, e teve a liderança de um deles, pertencente a uma família com tradições rurais, expoentes no município e o único a ter cursado uma faculdade dentre os demais envolvidos. Para alterar o projeto inicial de busca pelo retorno de uma instituição bancária tradicional para o de criação do próprio agente financeiro foi preciso apoio técnico sobre o funcionamento do mesmo, mas também suporte social, obtido quando a coletividade local sentiu-se atraída e passou a legitimar o grupo rumo à iniciativa

Assim, o impulso e todo esforço acumulado para o andamento do projeto só se tornou viável com apoio extralocal, mas este se tornou prontamente disponível e manteve-se por completa informalidade. Eram pessoas de território vizinho, a cidade de Iguatama, cuja cooperativa de crédito já demonstrava êxito, o que serviu como apoio decisivo para a organização formal exigida por lei para a constituição da cooperativa em São Roque de Minas. A partir deste ponto, foram articulados forças e recursos do próprio território sanroquense para a produção dos fatos necessários ao desenvolvimento do município. De uma economia estagnada a um PIB de mais de sessenta milhões de reais por ano, segundo indicou o IBGE (2009) para o ano de 2006, foram muitas as decisões e ações que partiram da Saromcredi. Ao primeiro olhar, a recuperação da trajetória de desenvolvimento local poderia restringir-se a um retrato dos passos de uma instituição criada, por iniciativa de parte da população, e usada para conduzir o desenvolvimento onde seria provável apenas a passividade.

No entanto, buscando por contrastes e diálogos com o quadro teórico, deparei com momentos em que a cada nova apreciação dos dados cristalizava-se um paradoxo. Para abordá-lo, resgato sua formação.

Ao iniciar a organização da referência teórica pelo pensamento cepalino busquei firmar, como postulado inicial, sua importância para se pensar o desenvolvimento no Brasil, pois foram destacadas suas contribuições. No entanto, ele também estimulou um movimento exclusivista em relação a quem devia protagonizar o desenvolvimento, o Estado. Assim, a contribuição cepalina é, nesta tese, tanto uma referência para a interpretação da manifestação de desenvolvimento quanto a visualização de suas consequências. Ao mesmo tempo, faz-se marco de contraposição para a construção de um pensamento que sugerisse maior participação popular nesse processo.

A partir dessa posição, duas conclusões tornaram-se pertinentes. Ambas derivaram de um só elemento, a centralidade do Estado no planejamento e organização do desenvolvimento

nacional, característica que representa, ao mesmo tempo, tanto uma fragilidade como uma força para o desenvolvimento nacional.

O pensamento cepalino e a afirmação do protagonismo do Estado na articulação do desenvolvimento suprimiram a manifestação política da população nas questões voltadas ao desenvolvimento. Este fato não deve sugerir um desmerecimento ou sufocamento à ação do Estado. A nenhuma outra instituição cabe a lógica que lhe é própria, de garantir os princípios da justiça tanto distributiva quanto participativa. É o Estado que deve "disciplinar a distribuição social da riqueza e comandar a inserção nacional dos interesses multinacionais, o que outorgou-lhe a posição decisiva na reprodução econômica, social e política", como reforça Fiori (1990, p. 6). É ele, portanto, o agente privilegiado para avaliar e realizar a síntese das inúmeras cadeias de reações provocadas pelas várias decisões emanadas do espaço nacional pelas determinações que nos alcançam das instâncias internacionais. Sendo, assim, o Estado um agente fundamental para a organização e manutenção da força do mercado e do sistema capitalista para a geração de riqueza.

Com esse alerta, pretendo destacar que o Estado continua sendo o sujeito do desenvolvimento por natureza, mas também deve se sensibilizar, no sentido de intensificar negociações com a sociedade, entendendo suas demandas políticas e acentuando que o público não é só o governo, o que expande a ideia de políticas públicas para além da exclusividade governamental; uma reafirmação do papel do Estado como mais amplo que o de governo. No entanto, estando o Estado brasileiro estreitamente associado à burguesia industrial nacional, o que vimos foi a promoção de um desenvolvimento fortemente influenciado por interesse desta, posição que historicamente tem desconsiderando a realidade de municípios que não representavam atrativos diretos à acumulação capitalista dos industriais.

Ao resgatar a contribuição cepalina foram nítidas as mudanças em sua orientação, que passava a minimizar a força estatal no desenvolvimento à medida que recebia as influências do neoliberalismo. Assim, sua mudança de foco permitiu uma atenção destacada à expressão deste modelo econômico e suas consequências ao desenvolvimento. O neoliberalismo rompe com o protagonismo no Estado enquanto agente prioritário do desenvolvimento, além de sufocar as opções de progresso a partir dos próprios domínios da dimensão local. Na direção da política neoliberal, pode observar manifestações da priorização das finanças em detrimento da produção. Ainda, o neoliberalismo privilegia os centros dinâmicos ao invés dos menos expressivos, como se a sociedade pudesse ser reduzida pela referência econômico-financeira.

O cenário parecia consolidar-se como aquele que apresenta poucas opções para recuperações de territórios desinteressantes ao acúmulo capitalista dos novos protagonistas da sociedade, as corporações transnacionais.

Esse perfil de contraste foi o chamativo para o movimento desenrolado em São Roque de Minas. Sendo desinteressante ao sistema econômico mundial e pouco comum a participação ativa das pessoas na reversão de quadros econômicos de seus territórios, papel que sempre coube a agentes externos a estes, como o sistema de atores dessa pequena cidade reverteu a situação?

As ocorrências locais guardam em si uma experiência importante. Empiricamente, por revelar possibilidades distintas das usuais, mas a leitura dessa realidade pelo suporte do quadro teórico ajudou a perceber que o rompimento inicial passa, na medida em que logra patamares mais intensos de produção e geração de renda, a manifestar-se coerentemente com padrões do sistema econômico extralocal, convertendo-se em uma experiência que conjuga, igualmente, traços de ruptura e continuísmo.

Trata-se, em princípio, de uma manifestação empírica que pode ser adendo importante ao pensamento desenvolvimentista dominante. O processo de autodeterminação local rompeu com a passividade de esperar que determinações extralocais atingissem o território e promovessem seu crescimento. Ou seja, há, nesse momento inicial, uma rescisão à estrutura pré-determinante de comportamentos coadjuvantes frente a projetos de desenvolvimento. As características estruturais da sociedade são importantes elementos determinantes de nosso comportamento, não significando uma desintegração absoluta nas possibilidades de rupturas. Percepção possível pela busca de análise do desenvolvimento local por estudos que priorizassem olhares sobre os conflitos e cooperações próprios ao sistema de atores local, cuja dinâmica de relações pode inverter a determinação dominante sobre a geração e aplicação dos excedentes. Aspectos percebidos a partir de delineamentos que favorecem análises indutivas.

A manifestação do desenvolvimento local revelou que a estrutura produtiva se distanciou de uma situação de “enclave”, deixando de ter um sistema de decisões exógeno, no qual a maior parte do excedente produtivo gerado era captada pelos agentes financeiros existentes até 1991, para ser paulatinamente endogeneizado, pela autodeterminação local; possibilitando impulsos transformadores do processo estrutural de desenvolvimento. Nesse sentido, muitos foram os benefícios econômicos e sociais ao município. O problema parece ser uma nova reversão em direção à exogeneização, pois as ações mais recentes no território

sanroquense têm sido coerentes com o ritmo das cadeias agroindustriais que chegaram à cidade.

Como o território é o nexo entre um lugar específico e todos os outros lugares (RULLANI, 1997, *apud* SAQUET, 2007), o que parece explicar a evolução recente de sua economia está mais próximo de uma revolução produtiva do que de uma revolução burguesa, como comentei no Capítulo Quatro, mas ao invés de estar relacionado ao desenvolvimento nacional, como em Oliveira (2003), percebi essa dinâmica também nesse espaço local.

É como se houvesse latentes padrões pré-orientadores de condutas, que tornaram possível a articulação de um processo de desenvolvimento, a partir das relações que são próprias e peculiares ao espaço local, mas potencialmente atraídos a se manifestar, no tempo, como um reforço e não uma contraposição ao modelo de crescimento dominante.

Outra consideração importante refere-se à interação da elite dirigente com o ator político-administrativo reeleito no último pleito municipal. As entrevistas evidenciaram privilégios à organização produtiva dos que se encontravam estabelecidos, os prósperos agricultores locais. Não coincidentemente, parte significativa dos fundadores da cooperativa, e setor mais expressivo no retorno dos investimentos, fazendo incidir no território local o movimento marcante da história do desenvolvimento nacional. Este fato reforça o arrefecimento das mudanças que poderiam alcançar uma parcela maior da população. Nesse sentido, mantém-se, em São Roque de Minas, uma prática política direitista dirigida por partidos políticos conservadores.

Alguns esclarecimentos são válidos para justificar o fato de o setor agrícola ter sido privilegiado no destino dos investimentos. Inicialmente, porque a própria Saromcredi surge como uma cooperativa de agricultores, limitação definida por legislação. Além disso, não havendo indústrias no local, e sendo premente a rearticulação econômica para a reversão do quadro de esvaziamento de fluxos financeiros, que outro setor poderia trazer retornos mais rápidos e dinâmicos do que o agrícola? Deve-se considerar, ainda, que se trata de uma prática tradicional deste espaço. Era a partir do setor agrícola que ainda havia alguma movimentação financeira em São Roque de Minas.

Frente aos aspectos que retratam as iniciativas da elite local na dinamização do projeto de futuro, ainda resta apontar algumas diferenças frente a alguns postulados teóricos presentes no Capítulo Dois, sobre a influência da Cepal no desenvolvimento do espaço nacional. O projeto de desenvolvimento articulado em São Roque de Minas não pode ser considerado uma alternativa de contornar qualquer deterioração de termos de troca entre o local e o extralocal.

No município, o momento que antecede a idealização do projeto exprimia trocas ínfimas a partir da economia local com instâncias extralocais, tornando sua elite desacreditada. Mesmo assim, é ela quem exerce o protagonismo da nova fase, e, diferentemente do que ocorre na dimensão nacional dos estudos cepalinos, desenrolou-se um projeto mais sensível a uma fração mais expressiva da sociedade, e não restrita a si, pelo menos nos níveis do que ocorrera na dimensão nacional.

Mais uma vez, a capacidade de promover um desenvolvimento agregador no nível local foi significativamente melhor sucedida do que em nível nacional. Evidências foram notadas neste estudo, porém o que se deve notar é a permanência na condição que prioriza o setor agrícola. Mesmo a cooperativa de crédito tendo ampliado a possibilidade de adesão para qualquer tipo de cooperado, e não mais e exclusivamente agricultores, chegando a promover várias iniciativas de relevância social, como na construção de creche, asilo, escola, associação comercial, dentre outras, poucos setores foram ativados por ela com o mesmo afinco do que o agrícola. Os riscos mais eminentes parecem ser, justamente, os advindos do próprio crescimento e modernização da agricultura que atrai mão-de-obra, mas desemprega pela mecanização (que gera renda), sendo concentrada e inserida no encadeado sistema de produção mundializado das transnacionais. Considerando os amparos discutidos nesta tese a partir das contribuições de Milton Santos, Celso Furtado, François Chesnais, José Arocena e Carlos Eduardo Brandão, dentre outros, são pertinentes ao território estudado, mantidas as condições da análise, sua potencial fragmentação.

Uma importante característica, que passou a se manifestar a partir da decisão da elite dirigente local, foi sair da situação inicial de urgência, na qual as metas eram de curto prazo, para passar a articular o destino do município com investimentos e retornos de termos mais longos. Nesse sentido, ratificaram a posição de Rosenthal (2000) na Cepal da década de 1990, pois entendia que a instituição deveria focar mais nos ajustes financeiros e monetários do que na formação de uma base para a produção e valor, como fez a elite de São Roque de Minas por meio da Saromcredi. Decisões que emergiram do pensamento de longo prazo e originadas por uma dinâmica endogeneizada que ajuda a evitar que o território seja considerado apenas na dimensão mercadológica, como produto à venda, e não como objeto de sua gente.

Uma das decisões que gerou retornos à economia local refere-se à formação e destino do excedente gerado, que fica restrito aos limites da economia local. O agente financeiro institucionalizado prioriza a manutenção dos ganhos produtivos provenientes da agricultura no próprio local, financiando novas unidades produtivas e intensificando as existentes. Evitou,

assim, o empréstimo de capital externo, aliviando compromissos que poderiam sufocar o andamento do projeto, ao diminuir as riquezas geradas pelo pagamento de juros.

Essas indicações conclusivas permitem anunciar a iniciativa de desenvolvimento em São Roque de Minas como própria de uma organização política que coordenou valores locais rumo à conquista de melhores condições de vida para a maioria da população, confrontando processos políticos sufocantes e acionados da elite para a base da pirâmide social.

Nesse resgate do saber e capacidades locais, concretizou-se um movimento de autodeterminação no qual os idealizadores do projeto não contaram referências teóricas. Dessa forma, o rompimento com a passividade, que espera pela ação extralocal agir sobre o local, não levou a uma saída nos moldes apresentados pelo neoliberalismo. Pelo contrário, as ações da elite dirigente local aproximaram-se mais das influências cepalinas, embora fossem ausentes essas referências. Ainda assim é possível perceber estas duas referências, pois tendo sido iniciado por um movimento de apelo à sobrevivência no local, quando agia sob perspectivas de curto prazo, passa, no decorrer do tempo, a induzir ações de horizontes mais distantes, o que levaria a ganhos relevantes à economia local.

Antes de pré-determinar o futuro do desenvolvimento local, pelas recentes adesões da estrutura produtiva local, ao ritmo da industrialização capitalista mundial, é preciso lembrar que o futuro precisa ser preenchido. Não entendo, assim, que essa aproximação da economia local ao sistema produtivo e mercadológico mundial cause, necessariamente, uma fragmentação que se manifeste imune à capacidade dos próprios atores locais em contornar a situação. Sua força em autodeterminar a lógica do desenvolvimento foi identificada, mas não significa que tal fato possa ser feito pela simples escolha de um indivíduo, e em um curto espaço de tempo. Essas são questões que demandam legitimação, acordo, conflitos e cooperações dinamizadas em meio a relações de poder, que paulatinamente contam com atores extralocais, tendendo a dificultar as mudanças.

Um rompimento mais expressivo com as diretrizes estruturantes da econômica política internacional mostrou-se, na análise da realidade de São Roque de Minas, de difícil manifestação. Não se insere, portanto, dentre os movimentos que podem ser apontados como um desenvolvimento de expressão alternativa. Nesse sentido, guarda traços de um desenvolvimento como expressão do capitalismo periférico, um elo do crescimento total. E seria mais representativo se fosse concebido como alternativa, o que significa que não poderia reproduzir a forma estrutural, como alertou Oliveira (2001a).

Nesta situação, em que o novo aparece como expressão de continuidade, ainda é possível ressaltar que, pelo menos, trata-se de uma manifestação de erros derivados da iniciativa da população, e não por ordem impositiva externa ao território local, ou sua não-ocorrência pela omissão que se faz traço comum no país. Neste caso, ao mesmo tempo estaria projetando-se sobre o território o desenvolvimento e a cidadania, expressos por meio de conflitos, expressão natural da vida política cotidiana e passo fundamental para o amadurecimento dos cidadãos locais, afastando a perspectiva neoliberal de uma cidadania não-conflituosa. É preciso tentar, errar e amadurecer a atitude política destes cidadãos como participantes ativos de seus destinos. Nesse sentido, é grande a relevância do que tem passando os habitantes de São Roque de Minas.

A autodeterminação local analisada minimizou o desestímulo neoliberal à participação popular, no que se refere aos movimentos organizativos dos trabalhadores, fazendo crer que não seria somente por meio desses a única forma de organização social de oposição e mudança de cenários. A consciência de classe não se faz mais nítida, mas ainda é de grande potencial a conscientização dos excluídos, sejam eles trabalhadores ou não.

Também foi percebida a fraqueza do PIB como referência aos processos de desenvolvimento. Na análise de dados secundários a partir de jornais e revistas impressos ou em forma digital, ele foi o maior destaque dado ao município. No entanto, como foi possível observar no Capítulo Sete, seu crescimento não significou o compartilhamento da riqueza gerada. Confirmam-se, assim, indicações já abundantes na literatura, uma vez que este indicador capta a medida da produção, mas lhe escapam a qualidade desse crescimento. Dessa forma, seu uso como vetor de indicação da direção a ser tomada prioriza a quantidade e a velocidade produtiva, fazendo sobrepor a lógica do dinheiro sobre questões sócio-econômicas e políticas.

Por fim, volto-me para indicações sobre as condições que aparentam ser propícias à autodeterminação, assim como os elementos que lhes dão sentido ao termo considerando os achados desta pesquisa. Dessa forma, trata-se de um movimento que tende a se manifestar quando é percebido, em determinados territórios, estados de carência ou estagnação econômico-produtiva cuja reversão é iniciada, em projeto e prática, a partir do esforço coletivo de atores da própria comunidade. Nessa dinâmica, sua emersão desenlaça-se onde a intervenção extralocal é pouco provável ou inexistente, seja ela pública ou privada.

A autodeterminação resulta da combinação de um impulso de ordem pessoal, os interesses de cada ator, tanto os de ordem material como imaterial, com outros de ordem

social, que reflete um querer agir para a comunidade. Ambos se relacionam intensamente e são sustentados conforme o nível de identidade local existente.

Sua manifestação, então, conta com um compromisso da elite dirigente local ao colocar em movimento o projeto de futuro, no qual a liderança de um dos atores é fundamental para contornar dúvidas que paralisam o movimento, papel geralmente ocupado por quem é reconhecidamente detentor do saber técnico e história de envolvimento e identidade com o local alvo do desenvolvimento. Ainda são decisivas a força de coesão dos laços de amizade e a facilidade de convívio (típico de pequenas cidades), fatores que refletem outra característica importante, a informalidade que torna possível a agilidade para se contornar os obstáculos que surgem em contraposição ao andamento do projeto. Resulta dessa proximidade o agregar de forças que garante ao grupo envolvido a continuidade ao projeto independentemente de apoio do Estado e de seus atores político-administrativos.

Mesmo sendo uma manifestação intensamente identificada com a capacidade dos atores locais agirem em favor do desenvolvimento desse território, foi decisiva a participação de instâncias extralocais, mesmo que de forma pontual e especialmente no início do projeto. Esses contados foram com atores do entorno geográfico do território, onde são comuns a identificação de dificuldades compartilhadas e uma nítida informalidade na interação. Assim, situações iniciais de grande dependência nas relações extralocais devem levar ao alcance de maior poder de negociação, à medida que a força de sua economia auto-organizada se fortalece. Dependia, então, para ser viabilizada, da capacidade de resposta erigida pela elite dirigente.

A viabilidade do projeto autodeterminado é maior dependendo do grau de legitimação atingido pelo grupo, o que depende diretamente da capacidade do mesmo em alcançar os demais setores que não somente os de base produtiva e econômica e, dentro deles, um maior número de atores. Assim, deve ser capaz de envolver os setores sociais, econômicos e políticos locais. A legitimação, assim como a sustentabilidade do desenvolvimento resultante, deriva da capacidade da elite dirigente compreender tanto a estrutura quanto o contexto. Entendo que é mais duradoura e agregadora quanto mais for regida por uma natureza endógena compartilhada, especialmente na geração e destino dos excedentes criados localmente. Mesmo que a capacidade de resposta diferenciada erigida em resposta ao contexto de escassez seja iniciada apenas no nível do discurso, deve orientar-se pela perspectiva da construção, sempre buscando alcançar mais setores e atores da realidade local, enquanto processo de desenvolvimento, procurando elevar sua capacidade de resposta.

Outro traço marcante do processo de autodeterminação local para o desenvolvimento é que mesmo sem apoio do ator político-administrativo suas ações não cessaram. Mais uma vez, isso é possível pela legitimação alcançada, pelo compartilhamento de valores locais e da capacidade de estar em andamento respostas que se diferenciam por serem agregadoras e promotoras de oportunidades para novos atores locais.

Nota-se que a identidade local esteve presente desde o primeiro momento da sustentação do projeto, a identificação coletiva em relação a uma situação prejudicial a todos. Tornando a estratégia de saída um projeto que, paulatinamente, foi compreendido como de compromisso dos que compartilhavam a situação identitária reconstituída. Como já percebido, a identidade local firma-se como força de coesão à autodeterminação local, manifestada pelo apego à região e ao compartilhamento do cotidiano.

Espero que tantas ressalvas ao rico processo promotor do desenvolvimento local em São Roque de Minas fiquem mais claras a partir das percepções que tive da conjunção entre a força da modernização e a identidade local. Tendo o ímpeto modernizador tornado-se orientação desde que a Saromcredi assume decisões de impacto desenvolvimentista, valores de inovação e crescimento produtivo e econômico tornam-se referências às mudanças do espaço local. Por isso indiquei como provável que, a cada avanço à modernidade, a potencialidade de agir por estímulo a uma identidade local pudesse ser estimulada, levando a este lugar um movimento capaz de ignorar as territorialidades, sufocando e também homogeneizando os costumes, hábitos e modos de conduta.

Como me disse um[109] dos entrevistados, “a necessidade é a mãe da invenção”, mas o poder local constituído para a viabilidade do projeto e fonte da rica diferença do desenvolvimento de São Roque de Minas, ao ser objeto de estudo acadêmico, contribui para que teóricos e praticantes que procuram alterações na ordem vigente de exclusão possam aproximar-se e discutir o país.

O poder local compõe um eixo estratégico de transformação social, carregando em si a esperança de que novos movimentos e ações locais possam adicionar diferenças para se conjugar mercado e planejamento econômico-social. É preciso transformá-los, pois são dois dos mais influentes mecanismos de controle da sociedade moderna. É necessário minimizar a força dogmática do primeiro e a extrema centralização do segundo, principais responsáveis às heranças de heterogeneidades do território nacional.

---

[109] Frase de Chico Chagas.

A autodeterminação local será movimento de transformação na medida em que estiver sustentada por interesses locais, quando associada a uma dimensão que torna possível a contraposição a determinações advindas de fora do território, valorizando a participação do cidadão local nas determinações de seu próprio território.

Estando vinculada às tradições e culturas locais, conjugando memória autobiográfica com histórica, sendo, portanto, uma afirmação essencialmente social. É, assim, organizada nos termos do poder local, cuja constituição emana das relações pertencentes a grupos locais. Pois, não só uma sociedade local existe quando há geração de riqueza local como a produção desta riqueza é objeto de negociação entre os grupos sócio-econômicos que se tornam estruturantes principais do sistema local de relações de poder. Conjugações que entendo sustentarem a tese de que os níveis produtivos, econômicos e sociais dos municípios de pequeno porte do vasto território nacional podem ser mais bem articulados a partir de uma perspectiva de desenvolvimento marcada por uma dinâmica de relações que favorecesse a autodeterminação local. Situação propícia ao amadurecimento da condição política de participação e intervenção das pessoas naquilo que se refere ao local em que vivem.

Por fim, compartilho, algumas limitações da pesquisa, dado que estas são partes inerentes e fontes constantes de aprendizado sobre o processo de pesquisa. Destaco a dificuldade em perceber, nos depoimentos, o sentido da informação gerada em meio ao otimismo dos entrevistados com o desenvolvimento local, que foi generalizado. Em todas as entrevistas foi marcante o contágio da ideia de sucesso da iniciativa local nas falas dos entrevistados. Nesse sentido, entendo que teria sido mais rica e proveitosa uma permanência mais duradoura no município, aproximando-me de um esforço etnográfico. A convivência mais longa na recuperação do passado local seria, pelo menos, um alento a essa percepção.

No entanto, ressalvo que a decisão de permanência decorreu da própria saturação dos dados e da reincidência nas sugestões de nomes para novas entrevistas, seguindo a estratégia de “bola e neve” planejada. Mas foi pela saturação que tive segurança para, em meio à brevidade do tempo ainda disponível para o término do estudo, decidir por encerrar a coleta de dados por meio de entrevistas.

Talvez essa segurança seja percebida como um excesso de confiança, e, portanto, uma limitação do processo de coleta de dados da pesquisa, mas não é fácil abstrair-se dela quando sua ênfase é qualitativa.

Nesse mesmo sentido das características da pesquisa qualitativa, a herança positivista costuma identificar como uma limitação a falta de detalhes sobre os processos através dos

quais as conclusões são alcançadas. Como em outros casos, da mesma forma que essa possa ser uma limitação é também sua maior qualidade. A esperança detalhista perde seu sentido, pois a interpretação é sobre o processo interpretativo do pesquisador, onde pouco ou nenhum apoio matemático minucioso é empregado por ele, senão o próprio esforço de abstração.

Como pretendi situar as opiniões dos entrevistados em um processo mais abrangente de análise histórica e estrutural, espero que os resultados alcançados tenham ido além das aparências superficiais do processo de pesquisa, resultante de conexões teórico-empíricas norteadas pelas categorias definidas para a análise.

Reconhecendo a necessidade de novos aprofundamentos nas questões que reuni nesta pesquisa, espero que novos estudos procurem avançar, principalmente, na suposição a que cheguei, de que o Estado pode ser mais democratizado em suas ações de desenvolvimento, sem que seja abandonado seu papel de dirigente do processo, para o qual não há outro agente com mesma lógica e talento.

Também colaboraria para fortalecer a discussão sobre o conceito de autodeterminação local investigações que abordassem territórios que, diferentemente de São Roque de Minas, exprimissem iniciativas potenciais de autodeterminação local cuja emersão seja coincidente com intervenções extralocais, sejam elas públicas ou privadas. Pois neste caso, suponho, as relações de poder e o processo de legitimação poderiam ter uma dinâmica bastante distinta do local de meu estudo.

Em relação à especificidade da realidade estudada, sugiro que sejam investigadas, por não ter reunido dados suficientes para tanto, as razões que deixaram a histórica produção de queijos (atividade que sempre esteve presente no município) ficar praticamente alheia ao processo de desenvolvimento local, uma vez que são aproximadamente mil produtores, mas menos de dez os que são capazes de vender em conformidade com o que exige a vigilância sanitária. Isso, desconsiderando o potencial mercadológico dessa produção, ainda não dinamizado. Ou seja, por que há constituída uma lentidão onde há tanta dinamização? Seria expressão de resistências dos próprios produtores? Mas por que teria sido possível dinamizar outros setores da produção rural e esse não? São questões que podem ajudar a trazer mais esclarecimentos sobre a qualidade da dinâmica que se desenrola nesse território e alerta para outros que entendem como pertinente a possibilidade da autodeterminação local.

IX. REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, F. **Desenvolvimento econômico local e distribuição do progresso técnico**: uma resposta às exigências do ajuste estrutural. Fortaleza: BNB, 1998. 151p.

ALEMG – ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Comissão especial do cooperativismo: relatório final. Belo Horizonte, 2006.

AMORIN, Érica; BLANCO, Maurício. Desenvolvimento humano como expansão da liberdade e a sua relação com o índice de desenvolvimento humano – IDH. In IPP/IUPERJ/IPEA. Desenvolvimento humano e condições de vida na cidade do rio de janeiro. (Relatório Final). 2004. p. 1-11.

AMORIN, Mônica. The Community of Practice of the NOS Network: Collective Learning about Local Clusters of Small Firms. Disponível em: http://www.ebape.fgv.br/novidades/asp/dsp_dados_comunicados.asp?rep=545_p. Acesso em 04 set. 2006.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In SADER, Emir; GENTILI, Pablo. (Org.) **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. P. 9-23.

ARAÚJO, Tânia Bacelar de. **A diversidade regional é um patrimônio brasileiro**. Desafios, São Paulo: p. 8-14, 12 ago. 2008a.

_____. Globalização e território. **Le Mond Diplomatic Brasil**, São Paulo: Ano 1, n. 11, jun. 2008b.

_____. **Ensaios sobre o desenvolvimento brasileiro**: heranças e urgências. Rio de Janeiro: Revan, 2000.

AROCENA, José. De las ciencias sociales internacionales. Taller Internacional sobre Desarrollo local. Boletin Electrónico Centro de Investigaciones Psicológicas e Sociológicas, Ciudad de La Habana, Ano 1, n. 3, p. 18-41, novembre 2004.

_____. **El desarrollo local**: un desafio contemporáneo. Taurus: Universidad Católica del Uruguay, 2002.

ARIFFIN, Nornela; BELL, Martin. Patterns of subsidiary-parent linkages and technological capability-building in TNC subsidiaries: the eletronics industry in Malasia. In JOMO, K. S. and FELKER, G. **Malasya's industrial technology development**: political economy, policies and institutions. Oxford/Cambridge Universtity Press, 1997.

ARIFFIN, N.; FIGUEIREDO, P. N. Internationalization of innovative capabilities: counter-evidence from the electronics industry in Malaysia and Brazil. **Oxford Development Studies**, v. 32, n. 4, 2004, p. 559-583.

BÁEZ, René. Apoteose e naufrágio da nova economia: os Estados Unidos provocam "crack" financeiro global. Carta Maior, 16 maio. 2008. Disponível em: [http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=14936&editoria_id=]. Acesso em: 25 set. 2008.

BANCO MUNDIAL. Dados do Banco Mundial mostram taxas de crescimento convergentes entre as regiões em desenvolvimento. Press Release nº. 2006/363/Dec. Disponível em: [http://web.worldbank.org/wbsite/external/extrussianhome/newsrussian/0,,contentmdk:20897845~iscurl:y~pagepk:64257043~pipk:437376~thesitepk:1081472,00.html]. Acesso em: 07 jul. 2007.

BARBOSA, Cristiano; JÚNIOR, João Cleps. O cooperativismo e o desenvolvimento territorial: uma análise das potencialidades e experiências da Cooperativa de Crédito Rural de São Roque de Minas Serra da Canastra. III Simpósio Nacional de Geografia Agrária, II Simpósio Internacional de Geografia Agrária Jornada Ariovaldo Umbelino de Oliveira. Presidente Prudente, 11 a 15 de novembro de 2005.

BATISTA Jr., Paulo Nogueira. Mitos da 'globalização'. **Estudos Avançados**, n. 12, v. 32, 1998. p. 125-186.

BELL, M.; PAVITT, K. The Development of Technological Capabilities. In HAQUE, I. U. **Trade, Technology and International Competitiveness**. Washington: The World Bank, 1995.

_____. Technological Accumulation and Industrial Growth: Contrasts Between Developed and Developing Countries. **Industrial and Corporate Change**, vol. 2, n. 2, 1993.

BIELSCHOWSKY, Ricardo; MUSSI, Carlos. O pensamento desenvolvimentista no Brasil: 1930-1964 e anotações sobre 1964-2005. Texto apresentado no Seminário "Brasil-Chile : Una Mirada Hacia América latina y sus Perspectivas", Santiago de Chile, Julho de 2005.

_____. Evolución de las ideas de La Cepal. **Revista da Cepal**, número extraordinário. Out., 1998. p. 21-45.

BIZERRIL, Marcelo; SOARES, Carla Cruz; SANTOS, Jean Pierre. **Um lugar chamado Canastra**. Atibaia: Instituto Pró-Carnívoros, 2008.

BLACKBURN, Simon. **Dicionário de filosofia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. 6ª ed. (Obra completa, v. 1 e 2). Brasília, DF: UNB, 2003. CDROM.

BOBBIO, Norberto. **Liberalismo e Democracia**. 6ª ed. – São Paulo: Brasiliense, 1994.

BORON, Atilio. A nova ordem imperial e como desmontá-la. In SEOANE, J.; TADDEI, E. **Resistências mundiais**: de Seattle a Porto Alegre. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 37-88.

BRUNO, M., RAVAILLON, M. and SQUIRE, L. **Equity and Growth in Developing Countries**: old and new perspectives on the policy issues. Washington (DC): World Bank, 1996.

BOURDIEU, Pierre. Uma nova vulgata planetária. Editorial aún creemos em los sueños. Santiago do Chile, 2002.

BOURDIN, Alain. **Patrimônio**: passado e presente. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1987.

BRANDÃO, Carlos Antônio. **Território e desenvolvimento**: as múltiplas escalas entre o local e o global. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

_____. Teorias, estratégias e políticas regionais e urbanas recentes: anotações para uma agenda do desenvolvimento territorializado. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n.107, p.57-76, jul./dez. 2004.

BRESSER-PREREIRA, Luis Carlos. Rangel: ciclos longos e dualidades. 2006. Disponível em: [www.bresserpereira.org.br]. Acesso em: 07 jul. 2007.

BRUYNE, Paul de; HERMAN, Jacques; SCHOUTHEETE, Marc de. **Dinâmica da pesquisa em ciências sociais**. 3a Ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves. 1977.

CABRAL, R. P. O Império Pós-moderno: uma análise sobe a estratégia de engajamento e expansão e o posicionamento do Brasil. IN COSTA, Darc; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **Mundo Latino e Mundialização**. Rio de Janeiro: Mauad: Faperj, 2004.

CALDAS, Eduardo de Lima; MARTINS, Rafael D´Almeida. Uma análise comparada de experiências de desenvolvimento econômico local. Disponível em: http://www.polis.org.br. Acesso em: 27 mar. 2008.

CAMPOS, Agmar Abdon. O papel estratégico de empreendedores coletivos em organizações intensivas em capital social: o caso da Cooperativa de Crédito de São Roque de Minas. Dissertação (mestrado), Faculdades Integradas de Pedro Leopoldo, 2006. 153 p.

CANFORA, Luciano. Crítica à retórica democrática. São Paulo: Estação Liberdade, 2007.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1970.

CARVALHO, André; LEITE, João Carlos. A cidade morria devagar: o romance de uma cooperativa. Belo Horizonte: Armazém de Idéias, 2004.

CASPARI, Cathrine. Participation in global value chains as a vehicle for SME upgrading: a literature review. Series on upgrading in small enterprise clusters and global value chain. Geneva, International Labor Office, 2003.

CASSIA BRAVA, Silvio. A produção da agenda social mundial: uma discussão sobre contextos e conceitos. In: Mitos e realidades sobre inclusão social, participação cidadã e desenvolvimento local. PGU-AL, 2003. Disponível em: [www.polis.org.br]. Acesso em: 26 set. 2008.

_____. Mitos e realidades sobre inclusão social, participação cidadã e desenvolvimento local: uma discussão sobre contextos e conceitos. II Foro Temático Regional Gobernabilidad para el empoderamiento de los pobres. The World Bank Group. Lima, 2002. Disponível em: [http://www.bancomundial.org/foros/sdadcivil/web/contexto.htm#_ftnref7]. Acesso em: 26 set. 2008.

CASSIA BRAVA, Silvio. Pensar um novo mundo. **Le Mond Diplomatique Brasil**, Ano 2, n. 1, Dezembro de 2008. p. 3.

CASSIOLATO, José Eduardo; LASTERS, Helena Maria Martins. O foco em arranjos produtivos e inovativos locais de micro e pequenas empresas. In LASTRES, Helena Maria Martins; CASIOLATO, José Eduardo; MACIEL, M. L. **Pequena empresa**: cooperação e desenvolvimento. Rio de Janeiro: Relume Dumará: UFRJ, Instituto de Economia, 2003. p. 21-34.

_____. Sistemas de inovação e desenvolvimento: as implicações de política. **São Paulo em Perspectiva**, v. 19, n. 1, jan/mar, 2005. p. 34-45

_____. (eds.) (1999). **Globalização e Inovação Localizada**: Experiências de Sistemas Locais no Mercosul. Brasília: IBICT/IEL.

CHAUÍ, Marilena de Souza. A ética da política. In: GUIMARÃES, Juarez. (Org.). **Leituras da crise**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006a, p. 17-57.

_____. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 2006b.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1986. 335 p.

CHOMSKY, Noam. **O governo no futuro**. Rio de Janeiro: Record, 2007.

_____. **O lucro ou as pessoas**: neoliberalismo e ordem global. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

CIMADAMORE, Alberto; DEAN, Hartley; SIQUEIRA, Jorge. **A pobreza do Estado**: reconsiderando o papel do Estado na luta contra a pobreza global. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires. 2006.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL). Disponível em: www.cepal.org. Acesso em: 15 ago. 2008.

Confederação Nacional de Municípios (CNM). Dados Econômicos, São Roque de Minas. Disponível em: [http://www.cnm.org.br/economia/mu_eco_pecuaria_grafico.asp]. Acesso em: 04 mai. 2009a.

Confederação Nacional de Municípios (CNM). Dados Econômicos, São Roque de Minas. Disponível em: [http://www.cnm.org.br/economia/mu_eco_lavoura_temporaria_grafico.asp]. Acesso em: 04 mai. 2009b.

____. Dados Econômicos, São Roque de Minas. Disponível em: [http://www.cnm.org.br/economia/mu_eco_lavoura_temporaria_grafico.asp]: Acesso em: 04 mai. 2009c.

____. Dados Econômicos, São Roque de Minas. Disponível em: [http://www.cnm.org.br/economia/mu_eco_lavoura_permanente_grafico.asp]. Acesso em: 04 mai. 2009d.

Confederação Nacional de Municípios (CNM). Dados Econômicos, São Roque de Minas. Disponível em: [http://www.cnm.org.br/economia/mu_eco_economia_desigualdade.asp?iIdMun=100131756. Acesso em: 06 mai. 2009e.

COUTINHO, Clara Maria Gil Fernandes Pereira. **Percursos da Investigação em Tecnologia Educativa em Portugal**: Uma abordagem Temática e metodológica a publicações cientificas (1985-2000), Braga, Universidade do Minho, 2005.

DESCARTES, René. **O discurso do método**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

DIEGUEZ, Flávio. Economia em crise: no fundo, a desigualdade. **Le Mond Diplomatic Brasil**. Fev. 2008. Disponível em: [http://diplo.uol.com.br/2008-02,a2214]. Acesso em: 18 set. 2008.

DINIZ, Eli. O pós-Consenso de Washington: globalização, Estado e governabilidade reexaminados. In DINIZ, Eli (Org.). **Globalização, Estado e desenvolvimento**: dilemas do Brasil no novo milênio. Rio de Janeiro: FGV, 2007. p. 7-16.

DOWBOR, Ladislau. Desenvolvimento Local. **Le Monde Diplomatique Brasil**, Ano I, N. 9, Abril 2008. p. 30.

DOWBOR, Ladislau. Desenvolvimento local e racionalidade econômica. 2006a. Disponível em: [http://www.dowbor.org/artigos.asp]. Acesso em: 06/06/2007.

_____. Democracia econômica: no horizonte das teorias. 2006b. Disponível em: [http://www.dowbor.org/artigos.asp]. Acesso em: 06/06/2007.

_____. O que é poder local. São Paulo: Brasiliense, 1995. Disponível em: [http://www.dowbor.org/poder_local.asp]. Acesso em: 09 out. 2008.

ESCOBAR, Arturo. **Encountering development**: the making and unmaking of the third world. New Jersey: Princeton, 1995.

ESTADÃO. A medida do crescimento do País. Disponível em: [http://www.estadao.com.br/especiais/a-medida-do-crescimento-do-pais,3628.htm]. Acesso em 06 mai. 2009.

FAJNZYLBER, Fernando. Industrialización en América Latina: de la "caja negra" al "casillero vacío". **Nueva Sociedad**, n. 118, Marzo-Abril, 1992. p. 21-28.

FARIA, Antônio Francisco de. **São Roque de Minas**: raízes históricas e sua atualidade. 2a ed. São Roque de Minas: [s.n.], 2007. No prelo.

FARIA, Alexandre; WENSLEY, Robin. Gerenciamento de marketing em networks: revelações críticas sobre processo de pesquisa e especificidade cultural como prospectos para reconciliação entre academia e prática. Anais do 24º Encontro da ANPAD, Florianópolis, 2000.

FERNANDES, Florestan. **Sociedade de classes e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1968.

FERNANDES, Ricardo. Favelas abrigam 1 bilhão. **O Globo**, Rio de Janeiro, 17 jun. 2006. O Mundo, p. 29, 2006.

FERREIRA, Gustavo Assed. Aspectos jurídicos sobre minorias nacionais: conceitos básicos e contextualização. **Direito de democracia**, Canoas, v. 8., n. 1, jan./jul 2007, p. 48-64.

FIGUEIREDO, Ferdinando. As transformações do pós-guerra e o pensamento econômico da Cepal. **Revista de Economia Política**, v. 10, n. 4 (40), out./dez., 1990. p. 138-150.

FIGUEIREDO, Paulo. N. Firm-level learning and technological capability building in industrialising economies (Introduction). **International Journal of Techcnology Management**. Genève, v. 36, n. 1/2/3, 2006, p. 1-13.

_____. **Acumulação tecnológica e inovação industrial**: conceitos, mensuração e evidências no Brasil. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, SP, v. 19, n. 1, 2005, p. 54-69.

_____. Technological Capability-Accumulation Paths and the Underlying Learning Processes: a Review Empirical Studies. Journal of International Business Studies (Academy of International Business, Copenhagen Business School), May. 2001

FIORI, José Luiz. **Os moedeiros falsos**. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

FIORI, José Luiz. **O vôo da coruja**: uma leitura não liberal da crise do estado desenvolvimentista. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1995.

_____. **Para pensar o papel do estado sem ser um neo-liberal**. Rio de Janeiro: UFRJ/IEI, 1990.

FIORI, José Luiz. Ajuste, transição e governabilidade: o enigma brasileiro. In. TAVARES, M. C. FIORI, J. L. **(Des)ajuste global e modernização conservadora**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

FISCHER, Tânia. Poderes locais, desenvolvimento e gestão – introdução a uma agenda. In FISCHER, Tânia. **Gestão do desenvolvimento e poderes locais**: marcos teóricos e avaliações.Salvador: Casa da Qualidade, 2002. p.12-32.

_____. Poder local: um tema em análise. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro: v. 26, n. 4, p. 105-113, out.-dez. 1992.

FOLHA ONLINE. Brasil cresceu menos que a média mundial em 10 anos, diz estudo, 05 nov. 2006. Disponível em: [http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u106201.shtml]. Acesso em: 05 nov. 2008.

FRANÇA, Cassio Luiz de; CALDAS, Eduardo de Lima; VAZ, José Carlos (Org.). **Aspectos econômicos de experiências de desenvolvimento local**: um olhar sobre a articulação de atores. São Paulo: Instituto Pólis, 2004.

FRANK, André Gunder. **Capitalism y subdesarollo em America Latina**. 3a ed. Mexico: Siglo Veinteuno, 1974.

FREEMAN, Christopher. Technological infrastructure and international competitiveness. Draft paper submitted to the OECD ad hoc group on science, technology and competitiveness. August 1982. [Reprint for the The First Globelics Conference 'Innovation Systems and Development Strategies for the Third Millennium', Rio de Janeiro, November 2-6, 2003]

_____. The national system of innovation in historical perspective. **Cambridge Journal of Economics**, v. 19, n. 1, 1995. p. 5-24.

FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e liberdade**. Rio de Janeiro: Artenova, 1977.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 34ª ed. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2007.

_____. **Em busca de um novo modelo**: reflexões sobre a crise contemporânea. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

_____. **O capitalismo global**. São Paulo: Paz e Terra. 1998.

_____. **Brasil**: a construção interrompida. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

FURTADO, Celso. Entre o inconformismo e o reformismo. **Revista de Economia Política**, v. 9, n. 4, Out.-Dez., 1989. p. 6-28.

_____. **A fantasia organizada**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

_____. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

_____. **O mito do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Círculo do livro (por cortesia da Paz e Terra), 1974.

_____. **Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

_____. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1963.

GEREFFI, Gary. International trade and industrial upgrading in the apparel commodity chain. IN **Journal of International Economics**, v. 48, 1999. p. 37-70.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

GOFREDO, Gustavo Sénéchal de. Os combatentes nos conflitos armadas internacionais e suas proteções. **Direito, Estado e Sociedade**, V. 9, N. 29, jul/dez 2006. p. 174-212.

GOODMAN, David. F., REDCLIFT, Michael. **Refashioning nature**: food, ecology & culture. London: Routledge, 1991. 280 p.

GOULART, Sueli. Uma abordagem ao desenvolvimento local inspirada em Celos Furtado e Milton Santos. **Cadernos EBAPE.BR**. v. 4., n. 3, 2006.

GUIMARÃES, Sueli Édi Rufini. O Estilo Motivacional do Professor e a Motivação Intrínseca dos Estudantes: uma Perspectiva da Teoria da Autodeterminação. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 17, n. 2, 2004, p.143-150.

HAESBAERT, Rogério. Região, diversidade territorial e globalização. **Geographia**, ano 1, n. 1, 1999, p. 15-39.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **O Império**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

HERRERA, Rémy. The Neoliberal Rebirth of Development Economics. **Monthly Review**, v. 58, n 1, May, 2006.

HIRSCHMAN, Albert. **Saída, voz e lealdade**: reflexões ao declínio de firmas, organizações, estados. São Paulo: Perspectiva, 1970.

HOUAISS, Antônio. (Ed). **Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa**. Concepção do Software e gerência do projeto José Jardim de Barros Jr. São Paulo: Editora Objetiva Ltda, 2001. CDROOM.

HOGG, M. A.; e ABRAMS, D. Social Identifications: **A Social Psychology of Intergroup Relations and Group Processes**. London: Routledge, 1988.

HORNSEY, Matthew J. Social Identity Theory and Self-categorization Theory: A Historical Review. **Social and Personality Psychology Compass**, v. 1, n. 2, p. 204–22, 22008.

HUMBOLDT, Wilhelm von. **Os limites da ação do Estado**: idéias para um ensaio a fim de determinar as fronteiras da eficácia do Estado. Rio de Janeiro: Topbooks, 2004.

HUMPHREY, John. Opportunities for SMEs in developing countries to upgrade in global economy. Seed Working Paper, n. 43, Series on upgrading sin small enterprise clusters and global value chains. Geneva: International Labour Office, 2003.

HUMPHREY, John; SCHMITZ, Hubert. Governance and upgrading: linking industrial cluster and global value chain research. IDS Working Paper 120. 2000.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais. Disponível em: [http://www.ibge.gov.br]. Acesso em 29 out. 2008a.

_____. Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 2005. Disponível em: [http://www.ibge.gov.br]. Acesso em 29 out. 2008b.

_____. Contas Nacionais, n. 22. Produto Interno Bruto dos Municípios 2002-2005. Rio de Janeiro, IBGE, 2007a.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Estudos e Pesquisas, Informação Demográfica e Socioeconômica n. 20. Tendências Demográficas: Uma análise da população com base nos resultados dos Censos Demográficos 1940 e 2000. Rio de Janeiro: IBGE, 2007b.

_____. Perfil dos municípios brasileiros: gestão pública 2001 / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Presidência da República, Núcleo de Assuntos Estratégicos – NAE. Ipeadata. Disponível em: [http://www.ipeadata.gov.br/]. Acesso em: 30 out. 2008.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Ministério da Educação. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e outros indicadores educacionais. Disponível em: [http://download.uol.com.br/educacao/ideb2005.xls]. Acesso em 04 nov. 2008.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Presidência da República, Núcleo de Assuntos Estratégicos (NAE). Ipeadata. Disponível em: [http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll/ipeadata?SessionID=1214710309&Tick=1225907272734&VAR_FUNCAO=Ser_Temas%28131%29&Mod=R]. Acesso em: 05 nov. 2008.

JARA, Carlos Júlio. Construindo poder local. **Caderno CRH**, Salvador, n. 26/27, p.211-233, jan./dez., 2007.

KLOPPENBURG, Jack Ralph. **First the seeds**: the political economy of plant biotechnology, 1492-2000. Cambridge: Cambridge University, 1988.

LALL, S. Developing countries as exporters of industrial technology. **Research Policy**, v. 9, n.1, 1980.

LANDER, Edgardo. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. **Perspectivas Latino-Americanas**. CLACSO. 1999.

LASTRES, Helena Maria. Innovation systems and local productive arrangements: new strategies to promote generation, acquisition and diffusion of knowledge. **Innovation: management, policy & practice**, v. 7, nos. 2-3, January 2005. p. 172-187.

LEFEBVRE, Henri. **Introdução à modernidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1969.

LEVITT, Kari Polanyi. Karl Polanyi as a development economist. In JOMO, K. S. **The pioneers of development economics**: great economists on development. London: Zed Books, 2005. p. 165-180.

LIMA, Romeu Eugênio de. Cooperativismo de crédito: o caso de São Roque de Minas. 2003. 83 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização). Instituto de Educação Continuada, Pontifícia Universidade Católica de Belo Horizonte, Belo Horizonte, 2003.

LORDELO, Eulina da Rocha; BARROS, Mari Nilza Ferrari de. Identidade social de paulistas e nordestinos: comparações intra e intergrupais. Mental. [online]. nov. 2005, v.3, n.5, p.115-128. Disponível em: [http://pepsic.bvs-psi.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-44272005000200009&lng=pt&nrm=iso>]. Acesso em 10 nov. 2008.

LOUREIRO, Ana; PRINCIPE, Ana Felipa. Identidade local e identidade nacional: estudo comparativo das populações de Ponta Delgada e Lisboa. Anais do I Colóquio Psicologia Espaço e Ambiente, Universidade de Évora, 9 e 19 mai. 2002.

LOPES, Gilmarcos Oliveira. Contribuição do cooperativismo de crédito rural ao desenvolvimento da comunidade de São Roque de Minas. Relatório de Pesquisa.Viçosa, Universidade Federal de Viçosa, jul. 1997.

LODI, J.B. **A entrevista**: teoria e prática. 7ª ed. São Paulo: Pioneira, 1991.

LUNDVALL, Bengt-Ake. **National systems of innovation**: towards a theory of interactive learning. Pinter Publishers: London, 1992. p. 1-19.

LUSTIG, Nora. La Cepal y el pensamiento estructuralista. In COMISIÓN ECONÕMICA PARA A AMÉRICA LATINA E EL CARIBE (CEPAL). **La Cepal en sus 50 años**: notas de um seminário conmemorativo. Santiago de Chile: Naciones Unidas, 2000. p. 81-97.

MACEDO, Marcelo Gouthier. Desenvolvimento econômico: a atualidade da economia política cepalina. 2007, 217 f. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

MALERBA, F. Sectoral systems of innovation: a framework for linking innovation to the knowledge base, structure and dynamics of sectors. **Economy Innovation and New Technologies**, v. 14, v. 1-2, January-March, 2005. p. 63-82.

MALUF, Renato S. Atribuindo sentido(s) à noção de desenvolvimento econômico. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n.15, out., 2000. p. 36-68.

MARIN, A.; BELL, M. Technology spillovers from foreign direct investment (FDI): an exploration of the active role of MNC subsidiaries in the case of Argentina in the 1990s. DRUID Summer Conference 2003. June 12-14, 2003.

MARINUCCI, Roberto; MILESI, IR Rosita. O fenômeno migratório no Brasil. Brasília, DF: Instituto Migrações e Direitos Humanos e Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios. Disponível em: [http://www.migrante.org.br/ofenomenomigratorioparaobrasil.doc]. Acesso em 30 out. 2008.

MARSHALL, Alfred. **Principles of economics**. London: McMillan Press, 1920.

MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso**: ensaios de sociologia da história lenta. São Paulo: Hucitec, 1994.

MARX, Karl; ENGELS, Frederich. **O manifesto comunista**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

MATTOSO, Jorge. **A desordem do trabalho**. São Paulo: Scritta, 1995.

MATUS, Carlos. **Estratégias políticas**: Chipanzé, Maquiavel e Buda. São Paulo: Fundap. 1996.

MIELE, Sávio Augusto de Freitas. Avenida Eng. Luis Carlos Berrini: a produção do moderno. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo: n. 20, p. 145-171, 2006.

MILANEZ, Bruno; PORTO, Marcelo Firpo de Souza; LEROY, Jean-Pierre; MALERBA, Julianna; BRANCO, Jeffer Castelo; SILVA, Márcio Antônio Mariano da; NYCS, Zuleica; JORGENSEN, Sogaard. Os agrotóxicos e a força das multinacionais. **Le Mond Diplomatic Brasil**, Ano 2, n. 14, set. 2008. Curitiba: Posigraf Gráfica e Editora S/A. 2008. p. 18-19.

Ministério da Saúde. Coordenação de Acompanhamento e Avaliação da Atenção à Saúde, Departamento de Atenção à Saúde. Indicadores Básicos em Saúde. Disponível em: [http://dtr2002.saude.gov.br/caadab/indicadores/index.html]. Acesso em: 04 nov. 2008.

MOTA, Sérgio. Avenida Central 1905-2005, 100 anos da Avenida Central: a construção da grande artéria. Atrium, n° 8, Fotografia. Centro Cultural Justiça Federal (CCJF). Disponível em: [http://www.ccjf.trf2.gov.br/atrium/atrium8/803_aven.pdf]. Acesso em 07 nov. 2008.

MURCIA, Juan Antônio Moreno; COLL, David González-Cutre. A permanência de praticantes em programas aquáticos baseada na Teoria da Autodeterminação. **Fitness & Performance Journal**, Rio de janeiro, v. 5, n. 1, 2006, p. 5-9.

NAPOLEONI, Cláudio. **O pensamento econômico do século XX**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

OLIVEIRA, Francisco de. **Aproximações ao enigma**: o que quer dizer desenvolvimento local? São Paulo, Pólis; Programa Gestão Pública e Cidadania/EAESP/FGV, 2001a. 40p.

OLIVEIRA, Francisco de. Política numa era de indeterminação: opacidade e reencantamento. In OLIVEIRA Francisco de; RIZEK, Cibele Saliba (eds.). **A era da indeterminação**. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 15-45.

_____. **O ornitorrinco**: crítica à razão dualista. São Paulo: Boitempo, 2003.

OLIVEIRA Francisco de. Proposta para discussão para desenvolvimento local: limites e possibilidades. Paper, Polis, São Paulo, 2000.

OLIVEIRA, Isabel Cristina Eiras. **Estatuto da cidade**: para compreender... Rio de Janeiro: IBAM/DUMA, 2001b. 64 p.

OLIVEIRA, José Antônio Puppim. On small enterprises and their role in development. (Paper para discussão em sala de aula). 2006.

PATNAIK, Prabhat. Why development economics? In JOMO, K. S. **The pioneers of development economics**: great economists on development. London: Zed Books, 2005a. p. 1-9.

PATNAIK, Utsa. Ricardo´s fallacy: mutual benefit from trade based on comparative costs and specialization? In JOMO, K. S. **The pioneers of development economics**: great economists on development. London: Zed Books, 2005b. p. 31-41.

PINTO, José Roberto Lopes. **Economia solidária**: de volta à arte da associação. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

PIORE, Michael; SABEL, Charles. **The second industrial divide**: possibilities of prosperity. New York: Basic Books, 1994.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**: as origens da nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

PORTER, Michael. Clusters and the new economics of competition. **Harvard Business Review**. Boston, EUA, v. 76, n. 6, november-december, 1998. p. 77-90.

PREBISCH, Raúl. **Dinámica do desenvolvimento Latino americano**. São Paulo: Fundo de Cultura, 1963.

PREBISCH, Raúl. O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, n. 3, v. 3, 1949. p. 47-111.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Relatório de desenvolvimento humano 2006. Disponível em: [http://www.pnud.org.br/rdh/]. Acesso em 30 out. 2008.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

RANGEL, Ignácio. **Dualidade básica da economia brasileira**. Rio de Janeiro: ISEB, 1957.

RAPHAEL, Alison. Capitalismo em crise: agora, regulação é apontada como única saída. Carta Capital, 22 set. 2008. Disponível em: [http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=15243]. Acesso em 22 set. 2008.

REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil**: de Varnhagen a FHC. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

REVISTA CAROS AMIGOS. Entrevista com Milton Santos. Revista Caros Amigos, nº 17, 1998. Disponível em: [http://blog.controversia.com.br/2007/09/13/entrevista-milton-santos-na-revista-caros-amigos-1998/] Acesso em:10 jul. 2007.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

RISEK, Cibele Saliba; PAOLI, Maria Célia. Depois do desmanche. In OLIVEIRA, Francisco de; RISEK, Cibele Saliba. **A Era da indeterminação**. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 7-11.

ROCA, Zoran; MOURÃO, Jorge Carvalho. Identidade Local, Globalização e desenvolvimento Rural: à Procura de Verificação Empírica. Anais do I Congresso de Estudos Rurais, Mundo Rural e Patrimônio. Vila Real, 16-18 set. 2001.

RODRIGUEZ, Octavio. **Teoria do subdesenvolvimento da Cepal**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1981.

ROSA, Elizabeth. Barreiras ao desenvolvimento de clusters em espaços não-centrais: o caso da biotecnologia em Belo Horizonte. **Revista de Administração Pública**, 39 (5), Set.//out. p. 1053-76, 2005.

ROSEIMANN, Marcos Roitman. Neoliberalismo. In SADER, Emir; JINKINGS, Ivana. **Latinoamericana**: enciclopédia contemporânea da América Latina e do Caribe. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Laboratório de Políticas Públicas da UERJ, 2006. p.848-855.

ROSENTHAL, Gert. Los años ochenta y noventa. In COMISIÓN ECONÕMICA PARA A AMÉRICA LATINA E EL CARIBE (CEPAL). **La Cepal en sus 50 años**: notas de um seminário conmemorativo. Santiago de Chile: Naciones Unidas, 2000. p. 73-80.

ROSTOW, Walt Whitman. **Etapas de desenvolvimento econômico (um manifesto não-comunista)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1978.

SADER, Emir. The weakest link? Neoliberalism in Latin America. **New Left Review**, n. 52, jul-ago, 2008a. p. 5-31.

_____. Construir uma nova hegemonia é desafio para América Latina. Carta Maior, São Paulo, 24 ago. 2008. Disponivel em: <http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=15203>. Acesso em: 9 set. 2008b.

_____. Desequilíbrios estruturais do capitalismo atual. **Le Mond Diplomatic Brasil**, Ano 2, n. 14, set. 2008c. Curitiba: Posigraf Gráfica e Editora S/A. 2008b. p. 4-5.

_____. Hegemonia e contra-hegemonia para um outro mundo possível. In SEOANE, J.; TADDEI, E. **Resistências mundiais**: de Seattle a Porto Alegre. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 122-145.

SALLES, João M. O andarilho. Piauí. Poder passado. Disponível em: [http://www.revistapiaui.com.br/artigo.aspx?id=187&pag=1&anteriores=1&anterior=82007]. Acesso em 26 set. 2008.

SANTOS, Boaventura de Souza. (Org.). **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SANTOS, Fabiano; VILAROUCA, Márcio; MANTOVANI, Thaís. Do cartel ao condomínio parlamentar: análise comparativa dos governos Fernando Henrique e Lula. In DINIZ, Eli (Org.). **Globalização, Estado e Desenvolvimento**: dilemas do Brasil no novo milênio. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007. p. 155-179.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. p. 261-310. (Coleção Milton Santos; 1).

_____. **Economia espacial**: críticas e alternativas. São Paulo: EDUSP, 2001. p. 137-164. (Coleção Milton Santos; 3).

_____. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 10 ed. Rio: Record, 2000.

_____. Dinheiro e território. **Geographia**, ano 1, n. 1, 1999, p. 7-13.

_____. O retorno do território. In SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. (Orgs.). **Território**: globalização e fragmentação. 4.ed. São Paulo: Hucitec: ANPUR, 1998. p. 15-20.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.

_____. **O espaço dividido**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SANTOS, Theotonio dos. O papel do estado num mundo em globalização. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, nº 2, 1998, p. 47-71.

SANTOS, Theotonio dos. **Economia mundial, integração regional e desenvolvimento sustentável**: as novas tendências da economia mundial e a integração latino-americana. Petrópolis: Vozes, 1993.

SANTOS, Wanderley Guilherme. **Kantianas brasileiras**, Rio de janeiro: Paz e Terra. 1984.

SAQUET, Marcos. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SCISÚ, João; DE PAULA, Luis Fernando; MICHEL, Renault. Por que novo-desenvolvimentismo? **Revista de Economia Política**, vol. 27, nº 4 (108), pp. 507-524 outubro-dezembro/2007.

SERRA, Carlos Henrique Aguiar; SERRA, Maurício Aguiar. Neoliberalismo, Políticas Governamentais e Exclusão Social no Brasil. Anais do , 1999. (ou Disponível em [http://www.abphe.org.br/congresso1999/Textos/CARL_4C.pdf]. Acesso em: 22 set. 2008).

SERRA, José; TAVARES, Maria da Conceição. Más allá del estancamiento. Una discusión sobre el estilo del desarrollo reciente en Brasil. In SERRA, José. Desarrollo latinamericano: ensayos críticos. Lecturas de el Trimestre Económico, 1974.

SKIDELSKY, Robert. **Keynes**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

SKIDMORE, Thomas. Brasil: **De Castelo a Tancredo**. (1964-1985). 4a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SOUZA, Márcia Maria Celestino de. Gestão cooperativa e desenvolvimento local: um estudo de caso na cooperativa de crédito de São Roque de Minas/sicoob-saromcredi. 2008. 143 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2008.

SOUZA, Ricardo Luis de. **Identidade nacional e modernidade brasileira**: o diálogo entre Sílvio Romero, Euclides da Cunha, Câmara Cascudo e Gilberto Freyre. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

STRANGE, Susan. **Mad Money**: when Markets Outgrow Governments. The University of Michigan Press, 1998.

SUNKEL, Osvaldo. La labor de la Cepal em SUS primeros dos decênios. In COMISIÓN ECONÕMICA PARA A AMÉRICA LATINA E EL CARIBE (CEPAL). La **Cepal en sus 50 años**: notas de um seminário conmemorativo. Santiago de Chile: Naciones Unidas, 2000. p. 33-52.

TADDEI, Emilio. Movimentos sociais. In SADER, Emir; JINKINGS, Ivana. **Latinoamericana**: enciclopédia contemporânea da América Latina e do Caribe. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Laboratório de Políticas Públicas da UERJ, 2006. p. 811-819.

TAJFEL, H.; TURNER, J. C. An intergrative theory of intergroup conflict. In AUSTI, W. G.; WORCHEL, S. (Eds.), **The Social Psychology of Intergroup Relations**. Monterey, CA: Brooks/Cole, p. 33–47, 1979.

TAVARES, Maria da Conceição. Subdesenvolvimento, dominação e luta de classes. In TAVARES, M. C. (Org.) **Celso Furtado e o Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000., 2000. p. 129-154.

TAVARES, Maria da Conceição. Distribuição de renda, acumulação e padrões de industrialização, In TOLIPAN, Ricardo; TINELLI, Arthur Carlos (Orgs.). **A controvérsia sobre distribuição de renda e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1973.

TAVARES, Maria da Conceição; BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Melo. Desenvolvimento no Brasil: relembrando um Velho tema. In BIELSCHOWSKY, R. e Mussi, C. (Org.) **Políticas para a Retomada do Crescimento - Reflexões de Economistas Brasileiros**. Brasília: IPEA/CEPAL, 2002.

TAVARES, Maria da Conceição; SERRA, José. "Além da estagnação". In: Tavares, M. C. **Da Substituição de importações ao capitalismo financeiro**: ensaios sobre economia brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 1983, págs. 153-207. 1983.

THORP, Rosemary. El papel de La Cepal en el desarrollo de América Latina em los años cincuenta e sesenta. In COMISIÓN ECONÕMICA PARA A AMÉRICA LATINA E EL CARIBE (CEPAL). **La Cepal en sus 50 años**: notas de um seminário conmemorativo. Santiago de Chile: Naciones Unidas, 2000. p. 19-29.

TRENTINI, M. Relação entre teoria, pesquisa e prática. **Revista Escola Enfermagem – USP**, v. 21, n. 2, p. 135-143, São Paulo, ago. 1987.

TURNER, J. C., e BROWN, R. J. Social status, cognitive alternatives and intergroup relations. In H. Tajfel (Ed.). **Differentiation between Social Groups**. London: Academic Press. 1978, p. 201–234.

TWIGGER-ROSS, Clare R.; UZZEL, David L. Place and identity process. **Journal of Environmental Psychology**, n. 16, 1996, p. 205-220.

VAINER, Carlos B. Utopias urbanas e o desafio democrático. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba: IPARDES, n.105, p.25-31, jul./dez. 2003.

VENTURA, Elvira Cruvinel Ferreira. Dinâmica de institucionalização de práticas sociais: estudo da responsabilidade social no campo das organizações bancárias, 2005. 351 f. Tese (Doutorado em Administração) – Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro.

VIEIRA, Fabrício. Brasil retorna ao topo do ranking das taxas de juros reais. Folha Online, Dinheiro, 05 mar. 2008. Disponível em: [http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u378775.shtml]. Acesso em 06 out. 2008.

VIEIRA, Marcelo Milano Falcão; VIEIRA, Eurípedes Falcão. **Geoestratégia global**: economia, poder e gestão dos territórios. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

VIEIRA, M. M. F. Por uma boa pesquisa (qualitativa) em administração. In VIEIRA & ZOUAIN, D. M. **Pesquisa qualitativa em administração**. Rio de Janeiro: FGV, 2004. p. 13-28.

VIVERET, Patrick. **Reconsiderar a riqueza**. Brasília: Universidade de Brasília, 2006.

VOLDMAN, Danièle. A invenção do depoimento oral. In AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. (Org.). **Usos e abusos da história oral**. 8a ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. P. 247-265.

APÊNDICE METODOLÓGICO

Neste apêndice, apresento as indicações do que, tradicionalmente, cabem ao capítulo de metodologia. Como alertei no prefácio, decidi por situar as definições metodológicas fora do que usualmente é feito para que a construção do argumento teórico fosse prontamente envolvida com o esforço de análise empírica.

Dessa forma, no lugar de segurar o fôlego para a descrição da metodologia empregada, optei, entre os três capítulos teóricos e os dois de análise, pela transposição de um breve capítulo onde as categorias de análise foram apresentadas. Minha intenção foi suavizar a passagem da pauta teórica para a empírica, dando ao leitor uma melhor compreensão da organização da análise, como se lhe revelasse a lente que usei para tratar do objeto de estudo.

Essa escolha não sugere um esquecimento ou desmerecimento ao método. Assim, para satisfazer aos requisitos que cobram pela descrição dos procedimentos metodológicos adotados, me dediquei a organizá-los na forma desse anexo metodológico, procurando, também, abordar minha postura frente ao objeto de estudo. Em seguida, me ocupo de algumas indicações que caracterizam a pesquisa para, em seguida, indicar as categorias articuladas para a operacionalização da pesquisa, embora neste momento procurando comentar as diferenças entre o que planejei e o que acabei colocando em prática sobre os procedimentos de coleta e análise necessários.

Sobre o processo de pesquisa social

A forte influência das ciências naturais sobre o pensamento científico de fenômenos sociais não se faz impunemente. Tendo sido sua primeira fonte de inspiração, o paradigma científico das ciências naturais, por ser fortemente marcado pelo quadro de referência positivista e tendo a objetividade como mastro de sustento de suas experimentações e deduções, acabou deixando grande influência na forma de se fazer pesquisa nas ciências sociais, especialmente nas ciências sociais aplicadas.

Sem me estender por muitos parágrafos, aproprio-me da síntese de Bruyne, Herman e Schouttheete (1977, p. 25) sobre a visão dominante do que é uma investigação científica. Para eles, prevalece uma visão de que “toda ciência digna deste nome só poderia se estabelecer num universo do qual o homem estivesse fora, o que comprometeria radicalmente a pretensão

de cientificidade das ciências sociais". Trata-se de uma forte influência do momento considerado como de nascimento da ciência moderna, ainda no renascimento, quando Galileu Galilei e René Descartes se envolvem com deduções intermediadas pela matemática. Sendo que Descartes (1989, p. 27) chega a afirmar que "considerando que entre todos aqueles que procuraram a verdade nas ciências, só os matemáticos puderam encontrar algumas demonstrações, isto é, algumas razões certas e evidentes".

Sequências desse pensamento passam a indicar que os cientistas deveriam se restringir ao estudo das propriedades essenciais dos corpos, como forma, quantidade e movimento, ficando as demais propriedades postas de lado. Mas se afirmações como essa se fazem pertinentes ao universo dos objetos de estudos das ciências naturais, nas ciências que lidam com o comportamento humano os problemas são frequentes. Essas indaqueções se tornam claras com a ajuda de Manoel de Barros[110] (2008, p. 53), quem ressalta que "a ciência pode classificar e nomear os órgãos de um sabiá, mas não pode medir seus encantos".

Compartilho a ideia de que a busca por afirmar a cientificidade das ciências naturais nas pesquisas sociais acaba contribuindo para o desmascaramento de suas fraquezas, ou, como percebeu Fourastié[111] (*apud* Hune, 2002), essa precisão do fazer científico das ciências naturais permitiu a percepção de seu limite e de sua divisão.

Dessa forma, me aproximo de uma referência sintonizada com a percepção de Kaplan, para quem "é menos importante traçar uma linha de pesquisa entre o que é 'científico' e o que não é do que favorecer cada oportunidade de aumento científico" (*apud* BRUYNE, HERMAN e SCHOUTTHEETE, 1977, p. 25). Fica, então, a importância de se considerar que a sistematização e a atenção aos fatos devem ser consideradas diante da intersubjetividade[112] dos pesquisadores em sua organização metodológica e na condução de resultados. Eis uma diferenciação inegável e da qual jamais devemos nos desviar quando em questão está a dinâmica de pesquisa social em relação às demais pesquisas científicas.

---

[110] BARROS, Manoel de. **Livro sobre o nada**. Rio de Janeiro: Record, 2008

[111] Fourastié sugere uma divisão da ciência em três setores Um deles seria o marcado por observações passíveis de experimentação, como a física clássica. O outro seria típico dos fenômenos sujeitos exclusivamente à observação de realidades permanentes, como a astronomia. E, por fim, das observações de realidades que não são ou raramente são permanente, como percebemos nas ciências sociais.

[112]Antes de minimizar ou promover uma reação adversa à postura dominante sobre o pensamento científico, basta inserir essa discussão na força da relação entre política e ideologia já discutidas na tese. A organização e as relações sociais do campo científico não escapam à dinâmica das relações políticas e sociais que marcam os momentos históricos. Os cientistas e pesquisadores não se tornam seres habitantes de uma supra região imune aos conflitos e interesses dos variados grupos que formam a sociedade, em que seria possível se posicionar acima da influência relações sociais e políticas, assim como da permissão e sustentação de certo sistema cultural dessa sociedade. Pois não só são atingidos, como podem ser parte interessada e comprometida.

Decorrem dessa perspectiva análises com maior ênfase indutiva, embora deduções também possam estar presentes, mesmo sem o sentido e o rigor hipotético-dedutivo da práxis positivista. Baseio-me na crença de que nos casos em que prevalecem procedimentos indutivos é comum a necessidade de se romper com os esquemas epistemológicos dominantes. Aqueles que têm por marca a representação da pesquisa como uma seqüência de diferentes e predeterminadas etapas. Esse rompimento evita uma visão de metodologia como algo pautado pelo rigor excessivo e burocrático. Ademais, reconheço que na investigação científica desenrola-se um processo de formação e transformação na busca pelo conhecimento do objeto, onde o pesquisador acaba se inserindo num processo reflexivo de formação e transformação de si e do próprio mundo em que o objeto pertence (MORGAN, 1993).

Estando as escolhas metodológicas condicionadas ao objeto de estudo, desconsidero as situações em que o método é apresentado anteriormente à compreensão da situação a ser estudada (quando os pesquisadores acabam procurando um objeto para aplicar seu método). Assim, é premissa central à definição da estratégia de investigação que o objeto que define o método, e não o contrário. Pois o método está de tal forma envolvido com a temática e sua problematização que toda relação ente teorias, conceitos, objeto, sujeitos de pesquisa, assim como da própria postura do pesquisador, gera uma teia relacional que impede que o método esteja dela desconectado. A definição do método não pode ser uma escolha isolada.

O compromisso do processo científico deve evitar, ainda, o favorecimento de uma determinada opção que possa deflagrar a dicotomia entre um empirismo cego, de um lado, e a teorização sem controle, de outro. A metodologia fica, assim, entendida como uma lógica dos procedimentos científicos e não uma metrologia ou tecnologia da medida dos fatos (BRUYNE, HERMAN, SCHOUTHEETE, 1977).

Por fim, ressalto que no campo da administração é comum a recorrência a epistemes vizinhas, tornando-o potencialmente pluridisciplinar. E que o processo de pesquisa seja entendido, procedido e situado no contexto histórico e material que se desenrola. Expressão que situa, contextualmente, o pesquisador, a pesquisa e o objeto.

Aspectos gerais do delineamento da pesquisa

Buscando uma compreensão ampla do problema de pesquisa, a mesma teve finalidade descritiva com ênfase foi qualitativa para a compreensão do fenômeno. Em relação à tipologia

de corte temporal, a pesquisa se caracteriza como longitudinal com cortes transversais. Isso, por que busquei evidências que pudessem resgatar não só um momento específico do passado tal qual foi naquele instante (início da organização em torno do projeto de futuro, em 1991), como também reunir incidentes críticos específicos que marcaram a história e o desenvolvimento do fenômeno ao longo do tempo (VIEIRA, 2004). A coleta de dados primários se deu em janeiro de 2008 e a de dados secundários em diferentes momentos desde janeiro de 2007.

Já o nível da análise, considerando tipologia sugerida por Vieira (2004), é grupal, pois o objeto central de interesse se refere a uma dinâmica relacionada à articulação de um grupo de pessoas, ou seja, o indivíduo sempre foi avaliado em relação ao grupo. Mas como a dinâmica social analisada acabou levando à institucionalização de uma organização formal, esta também passou a ser considerada, tendo sido pertinente um estudo no nível de análise organizacional, quando busquei analisar os movimentos do grupo por meio desta organização, a Saromcredi. Em relação às unidades de análise, estas forma as organizações, associações, mas, principalmente, as pessoas que ocupam posição de destaque e influência em relação ao objeto de estudo.

A partir dessas indicações, acabei empregando, além da pesquisa bibliográfica, a pesquisa de campo, como nos procedimentos de observação direta, a pesquisa documental, quando analisei informativos internos, estatutos, e balanços contábeis da Saromcredi.

Para cumprir com exigências de validade e credibilidade dos resultados alcançados, me dediquei a uma intensa comparação dos dados entre os entrevistados como com resultados de outras pesquisas nos pontos em que se faziam possíveis. Para contribuir a sua consistência procurei explicitar a questão de pesquisa e a suposição da tese, anunciar minha posição frente a processo de da realização da pesquisa social e a recorrência ao compromisso de manter estabelecidas conexões entre o constructo teórico, o método e os resultados alcançados.

Por fim, a pesquisa não tem a pretensão de generalizações estatísticas, mas à compreensão do processo dinâmico das relações sociais locais. Neste sentido, pretendo contribuir aos estudos e práticas de desenvolvimento local baseadas na possibilidade de dinâmicas de autodeterminação, aí sim, no sentido da generalização, mas analítica. Dessa forma, a preocupação à transferibilidade ou generalização se relaciona às instâncias em que a autodeterminação pode ser coerente, especialmente quando são consideradas as conexões que, nesta tese, procurei estabelecer entre o campo teórico e o empírico.

Sobre a metodologia planejada e a empregada

Sendo conduzida prioritariamente por atividades interpretativas, o peso qualitativo nesta pesquisa permite indicá-lo com um tipo de método que não necessariamente privilegia a prática metodológica simples, unitária (DENZIN e LONCOLN, 2005). E sendo a pesquisa qualitativa inerentemente multimetodológica no seu foco, como indicado por Flick (2002, *apud* DENZIN e LONCOLN, 2005, p. 5), o que prevalece é uma estratégia que assegure ao complexo arranjo metodológico a compreensão em profundidade do fenômeno.

Busquei visualizar o espaço local como resultante de processos de especialização e diferenciação materiais desta sociedade, investigando a base operativa em que se concretizam esses processos, explorando seus centros de decisão e os sujeitos que os determinam.

E na apresentação da metodologia empregada em relação à planejada, optei por fazer as considerações da primeira imediatamente após cada enunciado do que havia planejado.

O objeto de meu estudo foi a **dinâmica de relações sociais para a reorganização produtiva e o desenvolvimento local de São Roque de Minas**. Como poderia ser comum a expansão dos vínculos para além do território local, especialmente as de base rural e do ator político-administrativo, assumi que a análise deveria conseguir alcançá-los. Mesmo atento a esse fato, a maior proximidade com o objeto me fez perceber que apesar de existirem, elas foram pontuais. Prevalecendo como força ao desenvolvimento local as próprias relações transcorridas no próprio espaço de SRM.

Para melhor decidir sobre os procedimentos técnicos da pesquisa, parti da referência dada pelo problema de pesquisa. Questionei sobre a **dinâmica de relações sociais locais permitiu que o município de São Roque de Minas prosperasse rumo a um crescimento econômico superior à média nacional e a patamares de desenvolvimento pouco prováveis num contexto pautado pelo neoliberalismo.** E para facilitar tanto as medições intelectuais quanto a concepção teórico-metodológica defini duas categorias de análise; (a) a **dinâmica de relações sociais** para a reorganização produtiva e o (b) **desenvolvimento local** procedente. Os indicadores, assim como os procedimentos de coleta e análise dos dados são articulados num quadro comparativo que, resumidamente, deve expor uma visão geral da estrutura de análise (Quadro 1).

A comparação indicada volta-se para as diferenças comentadas no início deste apêndice, onde as categorias de análise, os procedimentos de coleta e os de análise de dados são comentados como forma de revelar minha experiência na condução da pesquisa.

Quadro 2. Resumo comparativo dos elementos norteadores da pesquisa.

<table>
<tr><th colspan="3">Título - Tese de Doutorado
AUTODETERMINAÇÃO LOCAL E DESENVOLVIMENTO: UMA ANÁLISE DA DINÂMICA SOCIAL NO MUNICÍPIO DE SÃO ROQUE DE MINAS</th></tr>
<tr><td>Problema de Pesquisa</td><td colspan="2">Que dinâmica de relações sociais locais permitiu que o município de São Roque de Minas prosperasse rumo a um crescimento econômico superior à média nacional e a patamares de desenvolvimento pouco prováveis num contexto pautado pelo neoliberalismo?</td></tr>
<tr><td>Tese</td><td colspan="2">Os níveis produtivos, econômicos e sociais dos municípios de pequeno porte do vasto território nacional seriam mais articulados a partir de uma perspectiva de desenvolvimento marcada por uma dinâmica de relações que favoreça a autodeterminação local.</td></tr>
<tr><td>Objeto de Estudo</td><td colspan="2">Relação entre a dinâmica social local e o desenvolvimento econômico e social do município de SRM.</td></tr>
<tr><td></td><td colspan="2">CATEGORIA DINÂMICA DAS RELAÇÕES SOCIAIS</td></tr>
<tr><td></td><td>Estrutura de Análise Planejada</td><td>Estrutura de Análise Empregada</td></tr>
<tr><td>Indicadores</td><td>a. Ator social
- Indivíduos ou grupos de indivíduos (organizações)
- Com poder suficiente para implementar ações e estratégias que levam à alterações na dinâmica de relações na rearticulação produtiva local.</td><td>a. Sistema de Atores
- Elite dirigente
- Interação extralocal
- Capacidade de resposta diferenciada
- Ator político-administrativo
b. Identidade local
- Alavancando o desenvolvimento/ nostálgica/ de extrema debilidade</td></tr>
<tr><td>Coleta de dados</td><td>• Entrevistas:
- Principais atores sociais (por indicação - snowball)
- Especialistas de fora da cidade com trabalhos na cidade durante o período de recuperação
• Observação</td><td>• Entrevistas:
- Principais atores sociais (por indicação - snowball)
- Outros atores, não necessariamente participante da articulação que levaria à criação da Saromcredi
• Observação</td></tr>
<tr><td>Análise de dados</td><td>• Interpretativa</td><td>• Interpretativa</td></tr>
<tr><td></td><td colspan="2">CATEGORIA DESENVOLVIMENTO</td></tr>
<tr><td></td><td>Estrutura de Análise Planejada</td><td>Estrutura de Análise Empregada</td></tr>
<tr><td>Indicadores</td><td>a. Econômico
• PIB
- Geral e setorial; Rural e urbano
• PIB Percapta
• Arrecadação pública municipal
• Disponibilidade de capital
• Consumo de energia
- Residencial; Industrial; Comercial; Serviços
b. Social
• IDH
- Riqueza (PIB Percapta)
- Longevidade (saúde e mortalidade perinatal)
- Educação (analfabetismo adulto e matrícula no ensino fundamental)
Obs: IDH comparado: Município, Estado e Nação Segundo valores e velocidade</td><td>a. Econômico e Social
• PIB
• Arrecadação municipal
• Infraestrutura
• Consumo de energia
- Residencial; Industrial; Comercial; Serviços
• IDH
b. Modos de Desenvolvimento
• Integral; Incipiente; Desarticulado Dual ou Desarticulado</td></tr>
<tr><td>Coleta de dados</td><td>• Dados secundários
• Pesquisa documental</td><td>• Dados secundários
• Pesquisa documental</td></tr>
<tr><td>Análise de dados</td><td>• Mensurações simples, como análise de frequencias e proporcionais</td><td>• Mensurações simples, como análise de frequencias, análises horizontais de dados contábeis da Saromcredi e análise de proporções
• Interpretativa</td></tr>
</table>

Fonte: Organizado pelo próprio autor.

As categorias de análise

Para a compreensão da dinâmica das relações sociais ocorridas no município havia planejado ter por referência principal o conceito de “ator social” de Carlos Matus (1996). Já em relação à categoria desenvolvimento, optado por avaliá-la por duas perspectivas, uma de ordem econômica, forma clássica de medi-la, e outra social, buscando aproximar os dados de crescimento econômico à melhoria nas condições e qualidade de vida das pessoas. As mudanças entre o que planejei e o que, enfim, empreguei para operacionalizar o estudo são apresentadas a seguir.

A categoria dinâmica das relações sociais

Ainda enquanto na fase de projeto, o acesso ao conceito de ator social para a análise das relações sociais foi justificado pela ênfase ao indivíduo em contraposição ao coletivo, que os despersonaliza. A ideia era destacar aquilo marca cada indivíduo como único, e não sua compreensão como extratos sociais; consumidores, por exemplo, no campo da economia, ou empresários, no da contabilidade nacional, acaba levando à perda de nitidez sobre a complexidade e força de suas ações individuais. Sua percepção fica prejudicada por lentes que captam apenas o bloco (MATUS, 1996).

No entanto, o aprofundamento permitido pelos estudos realizados para a formação do quadro teórico permitiu não só proceder a uma análise dos indivíduos separadamente, como também percebê-los coletivamente. A resultante pode ser comprovada pelos destaques à elite dirigente, enquanto grupo que movimentou a criação do agente financeiro local e a rearticulação produtiva e econômica de SRM, mas também à percepção do papel individual de seus membros, como, por exemplo, os destaques dados ao líder do processo, ou a apoio específicos, como o dado por Onésio do Gabriel.

Nesse sentido, a constatação do que poderia ser indicador desta categoria acabou sendo ampliada. Uma mudança já esperada por mim, que no momento da defesa do projeto de pesquisa já entendia que o conceito de ator social, como categoria analítica, se apresentava incipiente. Referia-me à sua fragilidade em termos de robustez e clareza para a coleta de dados e o trabalho de campo, principalmente se comparado a maior precisão dos indicadores da categoria desenvolvimento local. Assim, no lugar de me nortear apenas pelo conceito de ator social, acabei, principalmente por influência de Arocena (2004), me orientando por indicadores articulados em duas subcategorias, a de sistema de atores e a de identidade local.

A categoria dinâmica das relações sociais passou, então, a contar com duas subcategorias; o sistema de atores e a identidade local. A primeira, articulada pelos indicadores elite dirigente, interações extralocais, capacidade de resposta diferenciada e ator político-administrativo. A segunda, em função da força da ligação do sistema de atores com o espaço local, podendo sustentar a promoção do desenvolvimento ou ser apenas nostálgica. Cada uma das subcategorias e seus respectivos indicadores foram apresentados no capítulo cinco, quando busquei que sua apresentação ajudasse a promover a transposição da pauta teórica à pauta de empírica.

A categoria desenvolvimento

Nesta, também acabei promovendo modificações decorrentes do aprofundamento teórico. Mas sua operacionalização em duas dimensões, uma econômica e outra social, não foi alterada, apenas simplificada.

Em meu planejamento inicial organizei o indicador econômico pela referência habitual para a percepção de suas mudanças, como o produto interno bruto (PIB), geral, setorial, rural e urbana, e sua variação *percapta*. Ainda pretendia levantar as arrecadações da administração pública do município, alguma forma de auferir a disponibilidade de capital e as mudanças no consumo de energia (residencial, industrial, comercial e de serviços). Sendo que a disponibilidade de capital seria analisada qualitativamente, por meio das exigências para concessão de crédito, como garantias, a existência de subsídios, as taxas e os tempos concedidos ao retorno do pagamento, ou seja, a política de concessão de crédito às empresas locais, assim como sua natureza, se pública, privada ou terceiro setor, nacional ou internacional.

Sobre o desenvolvimento social, idealizei considerar o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), da PNUD. Pois este, além de informar sobre a riqueza (PIB *percapta*), alcança indicadores de longevidade (condições de saúde da população, como a mortalidade perinatal) e de educação (taxa de analfabetismo adulto e porcentual de matrículas no ensino fundamental).

Ainda na ocasião do planejamento da metodologia, foi possível perceber que o desenvolvimento poderia ser medido somente pelo IDH, uma vez que este dá conta tanto do parâmetro econômico quanto daqueles relacionadas à dimensão social. Mas pretendi,

buscando complementar a análise, avaliar a qualidade do desenvolvimento local por meio das condições de saneamento e habitação, e da relação entre população ocupada e desempregada.

Por fim, ressaltava que a operacionalização do IDH não se restringiria unicamente à sua cotação. Partindo de critério de Amorin e Blanco (2004), além do valor do índice propriamente dito, iria compará-lo a outras cidades de porte similar. Inicialmente nas regiões próximas, e posteriormente, em relação a outros municípios, nos mesmos períodos de tempo. Adicionalmente, apontava outros três indicadores como complementares, como a infra-estrutura. Nesse caso, o foco seria descrever a estrutura necessária para acesso físico ao município, assim como as condições materiais necessárias à organização produtiva local, como as condições da terra, as culturas animais e vegetais e a própria organização das empresas do arranjo, suas máquinas, equipamentos, matérias-primas e distribuição de terras.

Ajudando a manter um alinhamento que permitisse coerência entre teoria e empiria de uma análise que pretende desvendar a dinâmica de relações que levaria à reorganização da matriz produtiva de SRM, me mantive atento à posição de Brandão (2004). Para ele, frente aos processos investigativos voltados à autodeterminação, nos pontos da análise que se referem à investigação da capacidade de autodeterminação é importante estar atento ao grau de endogenia das decisões e da própria matriz produtiva.

Como dito, também na categoria desenvolvimento procedi a alterações. Agrupei o indicador econômico e o social num só, onde o PIB foi considerado em sua expressão geral, sem desmembramentos e o IDH lhe conferiu as adições já indicadas. A arrecadação municipal foi mantida, embora o período coberto não tenha sido o esperado (1991 a 1998). O mesmo aconteceu com o consumo de energia, apensar dos insistentes pedidos à companhia local de fornecimento responsável pela concessão, por mim e por contatos que fiz na cidade.

Para agir em busca de uma interpretação conjunta entre minha impressão final do capítulo seis e os dados sobre desenvolvimento do capítulo sete adicionei o indicador modos de desenvolvimento. Como ele, foi possível extrair uma impressão mais conclusiva sobre o desenvolvimento resultante da dinâmica de relações sociais estudada.

Os procedimentos de coleta

Manterei a definição já em andamento, de que primeiro abordo os aspectos metodológicos planejados para, em seguida, tratar das diferenças do que foi empregado.

A categoria dinâmica das relações sociais

A partir das perguntas de pesquisa referentes à categoria dinâmica das relações sociais locais, pretendia realizar entrevistas amparadas por lista-controle, ou seja, centrada em temas particulares (BRUYNE, HERNAN e SCHOUTHEETE, 1977). Assim, esperava manter a liberdade de tratamento a temas que pudessem surgir como significativos.

O principal meio para a obtenção de dados planejado foi a entrevista com os principais atores sociais locais e com especialistas extralocais com trabalhos na cidade durante o período de recuperação. Adicionalmente, apontei a oportunidade de proceder a observações *in loco*.

A opção pelas entrevistas foi imediata, pois oferecem oportunidade para motivar e esclarecer o respondente e estabelecer um processo de coleta de dados de grande flexibilidade, pois a seqüência não necessariamente deve obedecer a um padrão hierarquizado de perguntas, o que acaba por permitir maior controle sobre a situação e avaliação da validade das respostas pela observação do comportamento não verbal do respondente (LODI, 1991).

Amparava-me em Bruyne, Herman e Schouttheete (1977), pois indicam que observações e entrevistas são apropriados para a compreensão de mudanças de atitudes, de influências, e para perceber evolução nos fenômenos, a significação das respostas e o alcance de conteúdos latentes.

No momento da definição dos informantes-chaves, eu já tinha ido à SRM uma vez. Tinha certo conhecimento sobre a história recente da cidade e sobre os esforços de criação da cooperativa de crédito, assim como sobre alguns dos envolvidos mais diretamente com esse processo. Planejei, então, iniciar a investigação entrevistando o Sr. João Carlos Leite (diretor da cooperativa de crédito e também agricultor, pecuarista e um dos maiores produtores de queijo canastra da região, e quem esteve presente desde o início do projeto de rearticulação econômica do município. Na época, já o visualizei como o ator social mais importante para na dinâmica de relações pretendida pela análise); o Sr. Joaquim Maia Neto, diretor do Parque Nacional da Serra da Canastra; o Sr. André Picardi, dono de uma pousada na cidade e funcionário da prefeitura; a Sra. Laís, jornalista da TV Cultura, organizadora de um livro sobre a Serra da Canastra, e um dos co-autores, Sr. Rogério, que freqüenta o município a há cerca de 10 anos. Por fim, a Sra. Renilda, proprietária de hotel em SRM.

Como disse, a definição *a priori* desses informantes-chaves foi decidida após minha primeira aproximação ao campo de estudos, no ano de 2006, quando tive a oportunidade de identificá-los como importantes lideranças comunitárias.

A ideia de entrevistar especialistas extralocais, como professores, pesquisadores, especialistas, consultores, políticos e outros que porventura se fizerem convenientes, visava o aprofundamento das questões desta pesquisa. Eles eram apenas dois, o Sr. Gumercindo, professor e pesquisador da Universidade Federal de Viçosa (SIF/DEF/UFV) e coordenador de um programa de educação ambiental na Serra da Canastra e o Sr. José Horta Valadares, também professor da UFV, especialista em cooperativismo, com vários serviços já prestados e estudos orientados sobre a SAROMCREDI.

A partir destes informantes iniciais, planejei ampliar a lista por meio do procedimento de amostragem bola-de-neve, ou *snowball sampling*, onde um entrevistador com acesso privilegiado à população-alvo indica outros. Também considerei a possibilidade de entrevistar pessoas da cidade.

Quanto ao delineamento, a pesquisa teve corte seccional com perspectiva longitudinal, pois a coleta será feita num determinado momento no tempo, mas sempre buscando por momentos históricos do desenvolvimento do fenômeno, caracterizados como incidentes críticos que marcam a história do mesmo (VIEIRA, 2004).

Também alertei para o fato de que uma vez interessado em compreender a dinâmica de relações, assim como manifestações que as indiquem, que permitiram a saída da inércia e a retomada do desenvolvimento local, os níveis de análise deveriam se estender para além da singularidade determinística de uma ou outra unidade de análise. Assim, a própria teia de relações que se desenvolveu acabou expondo relações que se manifestavam no nível individual e no grupal, ou mesmo no organizacional.

Ao me preparar para observações diretas da realidade local em suas dimensões relacionais entre as organizações, imaginei que acabaria realizando pesquisa documental, o que acabou realmente acontecendo.

Outra observação ainda válida refere-se ao fato da pesquisa não ter a pretensão de generalizações[113] estatísticas, mas à compreensão do processo dinâmico das relações sociais locais cuja compreensão me permita vislumbrar a formação conceitual de minha tese. Neste ponto, com a conceituação gerada pretendo contribuir estudos e práticas de desenvolvimento local baseadas em autodeterminação, aí sim, no sentido da generalização, mas analítica.

---

[113] Coutinho (2005) aponta a conceitualização como forma de se generalizar resultados num estudo qualitativo, quando o pesquisador pretende chegar a novos conceitos que expliquem aspectos específicos. Para tanto, devo me manter atento, nas fases da pesquisa, à minha presença como pesquisador, à natureza de minha interação com os participantes, à triangulação dos dados, à interpretação das percepções e à descrição rica e abundante.

Mas apensar do planejamento ter sido coerente com as pretensões da pesquisa, acabei tendo que realizar ajustes. As entrevistas permaneceram sendo a principal técnica para a obtenção de dados para compreender a dinâmica das relações sociais. Foram realizadas com o amparo de um roteiro previamente definido. Este tinha o propósito de evitar descaminhos, mas era flexível o suficiente para permitir novos diálogos em temas não pensados previamente, mas percebidos a tempo como importantes para o entendimento da questão de pesquisa.

Em relação aos informantes-guias, dos seis definidos, com dois não foi possível realizar a entrevista. Foi o caso da Laís e do Rogério, pois ambos se encontravam em São Paulo sem previsão de ida a SRM. Como tive a oportunidade de manter contato em minha primeira viagem à cidade, pois ficamos no mesmo hotel, já havia obtido muitas informações com eles, por meio de quem também acabei conhecendo outros informantes. Assim, a partir dos quatro restantes acabei entrevistando mais dezesseis pessoas, totalizando vinte entrevistas, tanto com os envolvidos direta ou indiretamente com a criação da Saromcredi (Quadro 2). Ao fim de alguns nomes aparecem indicações entre parênteses. Eles se referem a como os entrevistados são mais conhecidos na cidade, sendo a forma que acabei definindo para identificá-los na tese. Neste quadro, há entrevistados onde não aparecem indicações de sua relação com a Saromcredi, no entanto, eles são moradores antigos da cidade e conhecedores, cada um em níveis distintos, do processo desenrolado. Sendo, portanto, também de grande valia ao processo de análise.

Acabei também não entrevistando nenhum dos especialistas extralocais. O Sr. Gumercindo, por realizar trabalho que apenas indiretamente se relaciona com o cenário que eu buscava informações. Quanto ao Sr. José Horta, acabei acessando trabalhos acadêmicos que se envolveu, pois representavam as impressões do papel da Saromcredi, como me revelara por e-mail, classificando-a como o caso mais bem sucedido de cooperativismo de crédito no Brasil.

Ressalto que a categoria desenvolvimento não recebeu alterações em relação ao seu planejamento, sendo realizadas as coletas de dados secundários e a pesquisa documental.

Quadro 3. Relação dos entrevistados

Nome	Ocupação	Relação c/ Saromcredi	Data da coleta	Duração
André Luis Braga Picardi (André Picardi)	Prefeitura e Articulador político	xx	19/07/08	01:05:46
Antônio Francisco de Faria (Antônio do Chico)	Ex-Prefeitura e Historiador	x	20/07/09	01:20:02
Antonio Gualberto de Faria (Tomate)	Posto Rio do Peixe	x	23/07/08	00:52:45
Evangelina Maria de Souza Lemos (Gina)	Pousada Mirante		22/07/08	00:14:09
Francisco Chagas Neto (Chico Chagas)	Sitiante e turismo		26/07/08	00:24:24
João Carlos Leite	Diretor-Presidente Saromcredi	x	18/07/08	01:59:10
José Antônio de Freitas (Toninho)	Monitor Ambiental		19/07/08	01:10:51
José Donizeti de Faria (Dozineti)	Coocanastra	xx	22/07/08	00:38:52
José Leite	Fazendeiro	x	24/07/08	01:18:30
Maria José de Faria Bernardes (Maria Bernardes)	Fazendeira e Comerciante	x	22/07/08	00:53:30
Maria Renilda Soares Dupim (Dona Renilda)	Hotel Chapadão	xx	24/07/08	00:52:45
Myrian Ottoni de Almeida Lana (Myriam)	Pousada Caminho da Serra		22/07/08	00:34:01
Niara Bitencourt Vieira de Barcelos (Niara)	Esposa do Barcelos - Pousada		22/07/08	00:41:42
Onésio Gabriel	Fazendeiro (avalista)	x	19/07/08	00:52:26
Rosiane Soares de Fatia (Rosiane)	Associação Comercial		22/07/08	00:53:49
Valmório Lima (Valmório)	Ex-Gerente da MinasCaixa		22/07/08	00:39:19
Vera Lúcia Santos Oliveira (Vera)	Diretora da Escola Municipal		24/07/08	00:31:43
Dona Inês	Restaurante da Dona Inês	*	19/07/08	00:06:09
Luiz Henrique	Restaurante da Dona Inês	*	21/07/08	00:03:49
Valdete	Esposa do Zé Mário (queijo)	*	22/07/08	00:20:03
Zé Pão	Produtor de queijo	*	25/07/08	00:04:28

Fonte: O próprio autor

Legenda: x: cooperados-fundadores da Saromcredi; **xx**: cooperados com estreita relação. *****: desconsiderados.

Os procedimentos de análise

O processo de análise discorrido nos capítulos seis e sete buscou formar um quadro dialógico entre teoria e empiria. Nesse sentido, privilegiei uma aproximação de ênfase qualitativa a importantes atores que moveram o processo de desenvolvimento local de SRM, quando defini as entrevistas como técnica primordial para obtenção dos dados. Já para retratar o desenvolvimento derivado da ação desses atores, empreguei tanto um esforço interpretativo a partir das entrevistas como a análise simples de frequencia de indicadores sobre o mesmo.

Na intenção de melhor definir o movimento de ruptura de passividade em busca de uma auto-organização do desenvolvimento local, vislumbrei indicar este movimento como expressão de uma autodeterminação local. Assim, minha percepção do esforço em sugerir um conceito ao que transcorreu no município de São Roque é amparada por Chinn e Jacobs (apud TRENTINI, 1987), para quem os conceitos podem estar atrelados a representações da realidade, sendo, portanto, derivados diretamente de sua observação.

Diferentemente do que até agora fiz, ao comentar as diferenças entre o planejado e o empregado na metodologia, não entendo como necessário destacar as duas categorias para comentar sobre os procedimentos de análise. As mudanças foram sutis, e apenas na categoria desenvolvimento. A única diferença ainda restante, se refere à reunião de dados provenientes da pesquisa documental, quando me foi disponibilizado todos os balanços contábeis da Saromcredi, de sua fundação até 2008. A partir deles, realizei análises contábeis horizontais simples e um apenas um indicador contábil, endividamento. A intenção foi ter impressões mais nítidas tanto sobre as mudanças pelas quais passou a Saromcredi desde que foi inaugurada, a força de sua sustentabilidade financeira enquanto organização, quanto possíveis indicações do crescimento conjunto da cooperativa e do município.

Para o planejamento da análise, parti da consideração de que pela natureza da questão de pesquisa é natural que a estratégia de análise possa ter fases distintas, assim como o emprego de suas técnicas. Portanto, já imaginava ser necessário o uso de técnicas tanto qualitativas quanto quantitativas, dado que a complexidade dos fenômenos no campo organizacional pode requerer diferentes métodos de análise.

A perspectiva quantitativa surgia como instrumento útil em função de dados estatísticos sobre o local, principalmente os referentes aos indicadores da categoria desenvolvimento local. Por isso, sinalizei que poderiam ser úteis alguns procedimentos de análise quantitativa, provavelmente na forma de estatística simples.

No entanto, já apontava o que não mudaria. Que, em essência, o tratamento dos dados teria alinhamento qualitativo, voltado para a análise interpretativa dos dados, tanto os provenientes das entrevistas quanto frente aos documentos que se fariam disponíveis para análise, assim como sobre os dados secundários necessários à conclusão da pesquisa. Mesmo sendo mais subjetivo que outros procedimentos, análises como estas “oferecem um maior grau de flexibilidade ao pesquisador para a adequação da estrutura teórica ao estudo do fenômeno administrativo e organizacional que deseja” (VIEIRA, 2004, p. 18).

Esse procedimento acabaria invadindo também a categoria desenvolvimento, pois incorporei a análise dos modos de desenvolvimento, cuja compreensão é dada por uma dinâmica de análise interpretativa.

Para tanto, nos dados coletados por entrevistas iniciei o procedimento de análise pela transcrição (toda realizada por mim) para, em seguida, proceder à codificação. No ato da transcrição, foi natural uma percepção prévia da coerência das respostas com as categorias teóricas. E também a busca dos temas e suas particularidades que foram mais presentes nas falas de cada entrevistado, assim como aqueles que estiveram ausentes, por desconhecimento ou pouco importância atribuída.

Na codificação, busquei identificar similaridades no sentido dos depoimentos em relação às categorias. Como de praxe, alguns trechos das entrevistas foram desconsiderados por entendê-los como marcados por vieses. Durante o processo de codificação a análise já se desenrolava, e mesmo buscando nomeações para o significado de determinados trechos, não percebi novas significações que merecessem a sugestão de novas categorias empíricas.

Assim, a ausências de códigos substantivos empíricos afirma a força das categorias provenientes do quadro teórico definido nesta tese, especialmente pelo quadro de referência sugerido pelos dos estudos de Arocena (2004). Isso não significa, entretanto, que as manifestações da realidade do desenvolvimento local de São Roque de Minas não contenham diferenças significativas, como busquei relacionar nos dois capítulos de análise e na conclusão.

A partir das categorias teóricas foi possível interpretar o desenvolvimento local em meio às ações realizadas pelo sistema de atores de SRM. O conteúdo dessa análise serviu de base para buscar, nas particularidades da dinâmica social local, a construção da ideia de autodeterminação local. Este conceito resulta, então, como uma significação síntese das ações desenroladas nesse território em busca do desenvolvimento.

Destaco que o processo de análise exigiu intenso envolvimento em todas as fases, dificultando, inclusive, a participação de auxiliares na pesquisa. Mas, as vantagens de um processo de coleta, organização e análise de dados extraídos do mundo empírico (da prática social) acabam permitindo uma compreensão mais ampla que noutros processos. Fato que contribuiu ao aprofundamento do conhecimento no tema do desenvolvimento, intenso em teses que buscam confirmações de postulados já desenvolvidos que descobertas. Assim, trata-se de um esforço recompensador, e uma oportunidade de se estabelecer um debate com o campo teórico com potenciais mais promissores para se vislumbrar novos caminhos.

Livros Grátis

(http://www.livrosgratis.com.br)

Milhares de Livros para Download:

Baixar livros de Administração
Baixar livros de Agronomia
Baixar livros de Arquitetura
Baixar livros de Artes
Baixar livros de Astronomia
Baixar livros de Biologia Geral
Baixar livros de Ciência da Computação
Baixar livros de Ciência da Informação
Baixar livros de Ciência Política
Baixar livros de Ciências da Saúde
Baixar livros de Comunicação
Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE
Baixar livros de Defesa civil
Baixar livros de Direito
Baixar livros de Direitos humanos
Baixar livros de Economia
Baixar livros de Economia Doméstica
Baixar livros de Educação
Baixar livros de Educação - Trânsito
Baixar livros de Educação Física
Baixar livros de Engenharia Aeroespacial
Baixar livros de Farmácia
Baixar livros de Filosofia
Baixar livros de Física
Baixar livros de Geociências
Baixar livros de Geografia
Baixar livros de História
Baixar livros de Línguas

Baixar livros de Literatura
Baixar livros de Literatura de Cordel
Baixar livros de Literatura Infantil
Baixar livros de Matemática
Baixar livros de Medicina
Baixar livros de Medicina Veterinária
Baixar livros de Meio Ambiente
Baixar livros de Meteorologia
Baixar Monografias e TCC
Baixar livros Multidisciplinar
Baixar livros de Música
Baixar livros de Psicologia
Baixar livros de Química
Baixar livros de Saúde Coletiva
Baixar livros de Serviço Social
Baixar livros de Sociologia
Baixar livros de Teologia
Baixar livros de Trabalho
Baixar livros de Turismo